

*Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio.
Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*

FERNANDO NICOLAZZI

***Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio.
Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em história, sob orientação do professor doutor Temístocles Cezar.

PORTO ALEGRE
2004-2008

Para Valentina, pois, mais do que eu, ela soube suportar a experiência de um doutorado.

RESUMO

Esta tese apresenta um estudo sobre a historiografia brasileira em um momento singular e importante para a definição da disciplina da história no Brasil. Ela tem por assunto geral as formas possíveis de consciência histórica durante as primeiras décadas do século XX, explicitadas pelo gênero de ensaio histórico então produzido, e tem como seu objeto particular o conhecido livro de Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala*. Partindo da hipótese de que tal obra condensa as principais tensões que marcaram o saber histórico para aquele contexto, definindo as condições fundamentais para a emergência da “história profissional” tal como a praticada no âmbito das universidades brasileiras desde meados daquele século no país, a pesquisa voltou-se para a temática da representação do passado produzida por Freyre no livro, bem como para as formas de legitimação por ele utilizadas no sentido de validar seu registro histórico. Dessa maneira, estudando-o a partir de outra obra-mestra como *Os sertões*, de Euclides da Cunha, defende-se o lugar original ocupado pelo autor dentro da tradição ensaística nacional, assim como a singularidade que marca seu estilo de escrita da história.

RESUMÉ

Cette thèse présente une étude sur l'historiographie brésilienne dans un moment singulier et important pour la définition de la discipline “histoire” au Brésil. Son thème général sont les formes possibles de conscience historique pendant les premières décades du XX^{ème} siècle, perçues par le genre d'essai historique produit à l'époque, tandis que son sujet particulier est le livre de Gilberto Freyre, *Maîtres et esclaves*. À partir de l'hypothèse selon laquelle l'œuvre rassemble les principales tensions qui ont caractérisé le savoir historique dans ce contexte-là, en définissant les conditions fondamentales pour l'émergence de “l'histoire professionnelle” tel que celle pratiquée dans les cadres des universités brésiliennes depuis la moitié du siècle, l'enquête a étudié la thématique de la représentation du passé produite par Freyre dans le livre, au même temps que les formes de légitimation dont il s'est servi dans le sens de valider son registre historique. De cette manière, à partir d'une lecture d'autre chef-d'œuvre, *Hautes terres*, de Euclides da Cunha, il est défendue la place originale occupée par l'auteur dans la tradition de l'essaysme nationale, ainsi comme la singularité qui a définit son style d'écriture de l'histoire.

ABSTRACT

This thesis presents a study on brazilian historiography, at an important moment for the definition of the discipline *history* on Brazil. Its general matter are the possible forms of historical consciousness during the first decades of the XXth century, evidenced by the sort of historical essay then produced, while its particular subject is the all known Gilberto Freyre's book, *The master and the slaves*. According to the hypothesis that it concentrates the main tensions which have characterized the historical knowledge in that context, defining the basic conditions for the emergence of the “professional history” such as those produced at the universities since the half of the century, the research have turned over to the topic of the representation of the past established by Freyre in the book, as well as over the forms of legitimation utilized on the purpose to validate his historical record. Studying it from another masterpiece like Euclides da Cunha's *Rebellion in the backlands*, it is sustained the place unique occupied by that author in the intellectual tradition of Brazil, just as the singularity that define his style of historical writting.

SUMÁRIO

Agradecimentos	I
Introdução	1
Escrever história, representar o passado: a ordem do tempo.....	1
Uma nação a ser <i>interpretada</i>	8
Um objeto para a historiografia.....	11
Sobre a noção de <i>estilo</i> na historiografia.....	15
Estilo e intencionalidade: uma aproximação teórica.....	22
<i>Casa-grande & senzala</i> lido a partir de <i>Os sertões</i>	27

PRIMEIRA PARTE

I. Recepção de <i>Casa-grande & senzala</i> nos trópicos	35
O “homem de um só livro”: ainda Gilberto Freyre, ainda <i>Casa-grande & senzala</i>	35
A fortuna crítica de <i>Casa-grande & senzala</i> : primeiros momentos.....	43
A fortuna crítica de <i>Casa-grande & senzala</i> : os infortúnios da crítica.....	55
A fortuna crítica de <i>Casa-grande & senzala</i> : o livro-objeto.....	65
O espectro do autor: registros biográficos recentes sobre Gilberto Freyre....	71
II. O prelúdio da obra: um livro em seus prefácios	76
O discurso da obra.....	76
O lugar original.....	83
Um livro em movimento.....	90
A ordem do discurso.....	99
Do autor à obra, da obra ao autor: a invenção de um lugar.....	110

SEGUNDA PARTE

III. À sombra de um mestre: Euclides da Cunha e <i>Os sertões</i>	117
<i>Os sertões</i> de Euclides.....	117
O Euclides de <i>Os sertões</i>	123
Literatura e sociedade: <i>Os sertões</i> como documento.....	129
Freyre leitor de Euclides.....	134
Duas histórias, duas ordens do tempo.....	147
À sombra de um mestre.....	150
IV. Sobre a distância em <i>Os sertões</i>: o olhar, o tempo, a representação	154
Um olhar clínico: a observação e a figura do <i>observador</i>	154
Outros olhares: o historiador e as testemunhas.....	167
O tempo do sertão: o antigo, o selvagem, o moderno.....	174
O sertão <i>no</i> tempo: inversão e distância.....	184
Naturalismo e representação.....	191
Linguagem e alteridade: o lugar do sertanejo.....	205
Representação e distância.....	212

TERCEIRA PARTE

V. Gilberto Freyre viajante: olhos seus, olhares alheios.....	222
A viagem como experiência.....	222
Um olhar exilado.....	230
O olho de Gilberto Freyre.....	234
Do ver ao ouvir.....	237
Do viajante ao etnógrafo: o olhar disciplinado.....	243
Olhares alheios.....	248
A visão do viajante e o passado revisto.....	255
VI. Uma retórica da identidade: a memória e a representação do mesmo.....	262
O tempo homogêneo.....	262
Uma “história íntima” ou “o passado tocado em nervos”.....	268
A memória narrada: entre <i>reminiscência</i> e <i>lembrança</i>	278
O tempo que permanece: sobre as “marcas do passado”.....	284
Memória e experiência: Gilberto Freyre <i>narrador</i>	291
Entre a nuvem e o corpo: a escrita da memória.....	300
VII. As virtudes do herege: ensaísmo e escrita da história.....	305
As questões do ensaio.....	305
Memória do gênero.....	307
Conjectura sobre o ensaísmo histórico no Brasil.....	314
Características do ensaio histórico.....	327
Gilberto Freyre ensaísta.....	343
<i>Casa-grande & senzala</i> : ensaio histórico e modernismo.....	349
Gilberto Freyre historiador.....	358
Considerações finais.....	368
Referências bibliográficas.....	378

“Clássico é o texto plástico, capaz de se amoldar a diversas ‘verdades’, sem que pareça estar sujeito a uma. Pois a inclinação pelo ‘verdadeiro’ não é prova alguma de bondade humana – ainda cremos nisso? –, mas simplesmente de sua ânsia por um mundo estável.”

Luiz Costa Lima (*História. Ficção. Literatura*, 2006)

“A verdade está perdida entre todas as contradições e os disparates. Quando vier à procura do que o passado enterrou, é preciso saber que estará às portas de uma terra em que a memória não pode ser exumada, pois o segredo, sendo o único bem que se leva para o túmulo, é também a única herança que se deixou aos que ficam, como você e eu, à espera de um sentido, nem que seja pela suposição do mistério, para acabar morrendo de curiosidade.”

Bernardo Carvalho (*Nove noites*, 2002)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pelas bolsas concedidas durante todo o período da pesquisa: uma delas – Bolsa de Doutorado – para o cumprimento dos créditos cursados junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, bem como para o desenvolvimento de pesquisas no Brasil; a outra – Bolsa do Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior/PDEE – voltada para os estudos realizados em Paris. Agradeço igualmente ao PPG/História da UFRGS por aceitar o projeto de pesquisa apresentado e por ter proporcionado condições adequadas para o desenvolvimento da tese, e também à École des Hautes Études en Sciences Sociales/EHESS por ter me acolhido como estudante dentro do quadro de Recherches Doctorales Libres.

Um agradecimento em especial é aqui feito para Marília Marques Lopes e Sandro Gonzaga que, dentro da secretaria do PPG, foram sempre bastante competentes e extremamente cordiais para o trato com as questões práticas das bolsas, matrículas, etc. Durante o doutorado as atividades de pesquisa foram, por dois anos, justapostas às de docência como professor substituto de história na UFRGS. O Paulo Terra, secretário do departamento, foi constantemente um auxílio muito prestativo para as intrincadas tarefas institucionais da atividade, por isso deixo a ele também meus sinceros agradecimentos.

Menção deve ser feita a vários profissionais das bibliotecas em que realizei pesquisas, principalmente na biblioteca do IFCH e na biblioteca central da UFRGS, na biblioteca central da PUC/RS, na biblioteca da EHESS e na Bibliothèque Nationale de France, os quais, ainda que em condições de trabalho infelizmente muito díspares, mostraram invariavelmente grande atenção às minhas demandas. Agradeço ainda à Valéria por ter me conseguido as primeiras edições do Manoel Bomfim disponibilizadas na biblioteca da Unisinos, de difícil acesso para mim.

As professoras Cláudia Wasserman e Carla Brandalise, respectivamente no âmbito do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História da UFRGS, deram-me grande ajuda para desempenhar minhas funções de doutorando e professor. Os professores Benito Schimidt e Regina Xavier, com quem eu pude compartilhar idéias e inquietudes tanto sobre as disciplinas de teoria da história quanto sobre temas

de minha tese, proporcionaram-me a segurança fundamental que tornou menos difícil a tarefa para um docente neófito. Os alunos das cadeiras de Introdução à História e Teoria da História I criaram, durante as aulas no primeiro semestre de 2005, um clima bastante amistoso e propício em que pude “me iniciar” no *métier* que espero poder continuar a praticar de forma mais duradoura e tranqüila (passadas as intempéries do doutorado), assim como possibilitaram um espaço privilegiado para a discussão teórica. Meus cordiais agradecimentos a todos.

À professora Silvia Petersen, para quem tenho uma estima enorme e uma grande admiração, esta tese pretende “pagar uma dívida”: senão uma resposta suficiente à indagação que deixei em aberto durante sua argüição na minha defesa de mestrado, que este trabalho seja a demonstração de que a pergunta (sobre a própria condição de legitimidade do trabalho historiográfico) se manteve ainda por longo tempo me incitando à reflexão. O texto desta tese é o desenvolvimento (tanto quanto me foi possível fazer) de um pequeno ensaio entregue em disciplina por ela ministrada em 2004, onde as questões aqui desenvolvidas apareciam ainda de maneira bastante caótica e apressada. E aquela reflexão me foi incutida no espírito desde as iluminadoras aulas de graduação na UFPR em que minha antiga orientadora, professora Ana Maria de Oliveira Burmester, destilava uma experiência de leitura que me marca ainda hoje como sinônimo do que deveria ser o ato de se *pensar a história*.

O meu *séjour* parisiense não teria sido possível sem a aceitação de minha candidatura pelo professor François Hartog. É despropositado aqui fazer qualquer referência à importância dos seus trabalhos para a minha pesquisa; o leitor terá plena noção pelas remissões feitas aos seus textos que, mais do que simples referências teóricas, foram aqui, espero, *objeto de uso* (“uso” semelhante, talvez, ao que Foucault fez de Nietzsche), possibilitando à pesquisa um ganho fundamental para os seus resultados. Além dos textos em si, durante o seu seminário de Historiografia Antiga e Moderna na EHESS, no ano letivo de 2006-2007, pude ter a exata medida de como o rigor da reflexão segue de par em par com a elegância e a clareza expositiva, por mais que diversos autores teimem em estabelecer ali um hiato, como se a profundidade do pensamento fosse condicionada ao hermetismo ou, pior, ao pedantismo de sua expressão.

Aos professores Sandra Jatahy Pesavento e Rubem George Oliven, eu agradeço a preciosa contribuição no momento do exame de qualificação desta tese. E aos membros da banca de defesa da tese, professora Fernanda Arêas Peixoto, professora

Ruth Gauer, professora Mara Cristina e professor Fábio Kühn, agradeço igualmente o fato de aceitarem ler e debater o trabalho comigo.

Temístocles Cezar foi, institucionalmente, o orientador, com toda a competência intelectual que outros como eu conhecemos e admiramos. Para além de toda praxe oficial, essa relação, iniciada desde o mestrado, foi sempre marcada pelo signo inqualificável da amizade. Quanto a isso não há agradecimento possível. Esta tese é inteiramente devedora dessa relação, alimentada pela convergência de interesses e pelas diferenças fundamentais que, mais do que apartar, acabaram por criar o único espaço crítico possível em que, penso eu, um tal trabalho pode acontecer: o espaço de liberdade. Deixo aqui expressa essa dívida.

Débito semelhante, que da mesma maneira vou sempre postergando a resolução, mantenho com Rodrigo Turin, sempre a me impressionar pela infatigável erudição e pela constante curiosidade intelectual. Leitor continuamente disposto dos meus textos, sábio comentador cujas colocações eu nem sempre fui competente o suficiente para alcançar, colega “de copo e de cruz” nas mais variadas conversas. À Maria da Glória Oliveira eu também devo, além da amizade, inestimáveis contribuições, não só para esta tese, mas para o meu próprio esforço de investigar os meandros do ofício de historiador. Taíse Quadros da Silva, embora a distância por vezes me privou o prazer da convivência, estava sempre “ali”, presente pelas palavras, sempre elas... O Rafael Benthien, amigo desde os “devaneios vernaculares”, vem constantemente mostrando como tentar conciliar rigor intelectual com capacidade argumentativa. Expresso a eles minha estima e gratidão.

Aos colegas do grupo de discussão de historiografia organizado em Porto Alegre, agradeço a troca de idéias e os comentários naqueles já logínquos dias em que alguns resolveram trocar a hora do almoço para debater textos que hoje fazem parte desta tese.

Ao Alfredo, companhia nas pausas do café na BNF; a Eliane Cezar, por ter me ajudado enormemente com a língua francesa, inclusive revisando e corrigindo um pequeno texto elaborado em Paris; ao Moacir, sempre disposto a ajudar nos afazeres da burocracia doméstica; aos meus pais pelo permanente suporte afetivo; a Armando e Luci, queridos avós; aos amigos que conviveram durante este período de estudos, seja na proximidade, seja na distância, privilegiando-me com a boa convivência da amizade.

Aos familiares e amigos que, junto com os inalteráveis incentivos, souberam amenizar no espírito da pequena Valentina as constantes ausências de corpo e de

espírito do pai, por vezes fechado entre livros, papéis e o “puntadoi”. Enfim, pelo companheirismo, pelo carinho, pela amizade, por compartilhar essa existência luminosa que tem a idade da tese, para a Lica, por isso e por tudo.

NOTA PARA A LEITURA

Sempre que possível, procurei consultar as primeiras edições das obras estudadas ou, quando fosse o caso, edições relativas ao período de estudo. As citações feitas neste trabalho obedecem à seguinte escolha: em língua portuguesa, elas seguem *ipsis literis* à fonte consultada, sem que houvesse qualquer atualização ortográfica ou gramatical para os textos mais antigos; aquelas feitas de textos em outras línguas, seguem com minha tradução.

INTRODUÇÃO

“As humanidades poderiam quase ser definidas como aquelas disciplinas nas quais a reconstrução de um passado disciplinar inextrincavelmente pertence ao âmago da disciplina”.

Wolf Lepenies, Peter Weingart¹

“Uma história da historiografia que quisesse ir ao fundo de seu objeto deveria dedicar-se menos ao estudo fácil das idéias de cada historiador e mais a um inventário de sua palheta”.

Paul Veyne²

Escrever história, representar o passado: a ordem do tempo

Em 1924, quando ainda nem todas as trincheiras foram fechadas no continente europeu e, por aqui, o país vivia entre os recentes impulsos de inovação estética e cultural proposta pelo modernismo e a conturbada situação política dos anos 20, o crítico Alceu Amoroso Lima, sob a alcunha pela qual ficaria conhecido, Tristão de Athayde, elabora um parecer significativo sobre o contexto intelectual brasileiro na época. Situando o país no conjunto mais amplo da realidade latino-americana, afirma que “somos nacionalidades apressadas, onde todas as fases da civilização coexistem, desde o selvagem no último grão de decadência, até as inteligências mediterrâneas e subtis, que se isolam ou murcham nestes trópicos excessivos e ainda primitivos. E de tudo isso emana a sensação do efêmero e um presentimento contínuo de morte”.³ O sentimento de *coevalness* entre a “civilização” e o “selvagem” indica uma aguda consciência temporal por parte do crítico, a qual se abre, de maneira geral, como representativa da cultura histórica durante os 30 ou 40 primeiros anos de república no

¹ LEPENIES, Wolf; WEINGART, Peter. “Introduction”. In: GRAHAM, Loren; LEPENIES, Wolf; WEINGART, Peter (Edited by). *Functions and uses of disciplinary histories*. Dordrecht (Holland): D. Reidel, 1983, p. XV.

² VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora da UNB, 1998, p. 171.

³ ATHAYDE, Tristão de. “Política e letras”. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da história da república (ideias, crenças e afirmações)*. Inquerito por escritores da geração nascida com a república. Rio de Janeiro: Laemmert, 1924, p. 239.

Brasil. Não seria essa também a perspectiva de um Alberto Torres ao lamentar, já em 1914, portanto antes das aventuras bélicas que assolaram a Europa nos anos posteriores, que “a intelligencia contemporanea atravessa a crise de mais anarchia a que jámais chegou o espirito humano. Em nenhuma outra phase da Historia é mais apparente a impressão de que a marcha dos homens se tem realizado por cyclos, com voltas frequentes a uns tantos pontos, firmados pelo habito”?⁴

A contemporaneidade entre “fases” distintas e distantes da história leva a uma sensação de instabilidade em que tudo parece a Athayde algo passageiro, não durável, e mesmo incapaz de legar frutos duradouros para a posteridade. O presente é algo fugidio, instantâneo, que mais do que apartar, por um corte abrupto, o passado do futuro, se constitui como uma justaposição desordenada das experiências vividas, sedimentadas de maneira caótica e sem sentido.⁵ Paulo Prado, em 1928, chamava a atenção para o leitor de seu *Retrato do Brasil*, muito à maneira modernista: “fixemos o olhar por um instante na realidade visível, palpável e viva desse Hoje que surge, se transforma e desaparece num relance, como na corrida de um automovel a paisagem que passa”.⁶ Sobretudo, a situação parecia indicar, na opinião de Athayde, uma espécie de desordem temporal, um “tempo desorientado” que poderia comprometer, em longo prazo, o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira e, num prazo mais curto, a própria capacidade de ação política dos indivíduos. Por essa razão se tornava, então, pertinente indagar “de onde essa discordancia de tempos de crescimento, essa facil desesperança de espiritos, essa ambiguidade moral que ainda não permittio que a nossa alma encontrasse o seu ser?”. Antes de uma resposta pronta e acabada, restava para o crítico oferecer aos leitores da década de 1920 uma sugestão importante: “penso – diz ele – que da divergencia constante entre a fatalidade do tempo, que vae moldando lentamente e descontinuamente por vezes a nossa *realidade* nacional, e as exigencias da nossa *identidade*, tão prompta, tão viva e ao mesmo tempo tão vasia de pertinencia e de folego; entre o que a natureza nos força a ser e o que a intelligencia pede que sejamos”.⁷ No fundo, um descompasso entre os anseios intelectuais e as condições da sociedade;

⁴ TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro. Introdução a um programma de organização nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p. 24. A primeira edição do livro é de 1914.

⁵ Essa passagem faz eco ao clássico texto de Hannah Arendt que prefacia o livro *Entre o passado e o futuro*, de 1954. O título é “A quebra entre passado e futuro” e começa com uma significativa citação de René Char: “nossa herança nos foi deixada sem nenhum testamento”. ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. trad. de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 28.

⁶ PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 4ª. edição. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1931, p. 204.

⁷ ATHAYDE, Tristão de. “Política e letras”, op. cit., p. 239.

entre aquilo que se oferecia como campo concreto do possível e as imagens sempre elevadas que a comunidade formulava sobre si mesma – “o nosso maior mal”, de que falava em 1908 Sílvio Romero.⁸

O diagnóstico é construído pela impressão de que há um lapso de tempo entre sociedade e história, entre o lento e descontínuo desenvolvimento social e o processo acelerado do tempo. “Estamos realmente, como em nenhuma época, talvez, da nossa história, diante de uma *multiplicidade de tempos de crescimento*, que torna o nosso tempo anarchico de aparência [...] Um mundo muito moderno se sobrepõe, ou antes se insere aqui, a um mundo muito passado”.⁹ Não é difícil perceber a situação: modernismo literário em um ambiente com poucos leitores; desenvolvimento urbano em clima festejado de *belle époque* numa sociedade predominantemente rural e analfabeta; progresso e tradição coabitando em estruturas sociais profundamente “arcaicas”. Mesmo que não tenha levantado o conjunto amplo do mundo das letras no Brasil, o parecer de Tristão de Athayde não pode, de forma alguma, ser considerado despropositado.

Alcântara Machado, por exemplo, no artigo sobre os modernistas da década de 1920, escrito dois anos após a publicação do texto de Athayde, afirmava do movimento que “o primeiro tranco foi no sentido de integrar a literatura brasileira no momento. No momento universal está claro. Daí o espanto. *Demos de repende um pulo de cinquenta anos pelo menos*. Para podermos emparelhar com o resto do mundo decente”.¹⁰ A modernidade, a literária pelo menos, havia chegado de solavanco nos trópicos, por uma espécie de aceleração forçada; daí o sentimento de que, então, tudo parecia acontecer de maneira simultânea, passado e futuro coexistindo de forma caótica no presente, ao mesmo tempo em que a vanguarda estética se encontrava diante de uma sociedade em muitos aspectos antiquada. Tal é o parecer também de Ronald de Carvalho, em sua *Pequena história da literatura brasileira*, que, escrita em 1919, foi acrescida seis anos depois de um novo capítulo sobre as tendências modernistas, no qual a mesma sensação de simultaneidade ou *coevalness* era salientada; tudo parecia se misturar naquela

⁸ “Pretendermos ser, como nação, como todo político-social, o que não somos realmente”. ROMÉRO, Sílvio. “Nosso maior mal”. In: *Provocações e debates (contribuições para o estudo do Brasil social)*. Porto: Livraria Chardron, 1910, p. 102.

⁹ *Ibid.*, p. 268.

¹⁰ MACHADO, Antônio de Alcântara. “Geração revoltada”. In: CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira. Modernismo: história e antologia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 156 (itálico meu).

época.¹¹ Na “desordem do tempo”, contra a defesa da inovação modernista, Athayde deu como resposta o recurso prudente aos antigos, afinal, “ir ao clássico é renunciar à desordem”. A estabilidade do passado, isto é, do cânone e da tradição, lhe aparecia como porto seguro para as intempéries do mar revolto do modernismo.¹²

Essa posição que indica um profundo sentimento de “deslocamento”, não é de todo exclusiva de uns poucos autores, mas marca, com linhas fortes, toda uma perspectiva de pensamento sobre a nação que atravessou os tempos.¹³ Desde a difícil tarefa dos românticos, postos hoje no lugar de fundadores, tentando conciliar as muitas vezes antagônicas esferas da *cultura*, isto é, o dado que singulariza a nação, sua história particular, e da *civilização*, ou seja, a inserção daquela singularidade em um todo abrangente, moderno e universal.¹⁴ Afinal, não seria também essa a feição do “mito sacrificial” de que fala Alfredo Bosi sobre a obra de José de Alencar, a idéia de que o caminho da civilização custa certos sacrifícios na esfera da cultura (a conversão do gentio, a civilização do selvagem, a universalização da cultura)?¹⁵ Avançar rumo ao futuro implicava, nesse sentido, uma certa ruptura com elementos do passado. Entre a cultura e a civilização instaura-se, pois, um corte na ordem do tempo. Não é despropositado que parte considerável da historiografia oitocentista colocasse o indígena como problema epistemológico, situando-o muitas vezes *au delà* do tempo vivido: ter ou não ter história, tal era a questão.¹⁶

A constatação das profundas diferenças e dos consideráveis lapsos de tempo que separavam a cultura (brasileira) da civilização (ocidental), bem como as tentativas de “colocar-se no tempo do seu tempo”, segundo as palavras certas de Octavio Ianni, criaram as condições para a existência de um *discurso sobre a ausência*; a elaboração de uma imagem da pátria por aquilo que ela tinha de lacunar, por aquilo que lhe faltava ou,

¹¹ CARVALHO, Ronald. *Pequena história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Comp., 1919. Ver ainda a 13ª edição, Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

¹² Ver a respeito, MORAES, Eduardo Jardim de. “Modernismo revisitado”. In: *Estudos Históricos*, vol. 1, n. 2, 1988, p. 220-238.

¹³ “Periodicamente, a sociedade brasileira procura modernizar-se, tornar-se contemporânea do seu tempo. É como se ela descobrisse que está atrasada e procurasse acelerar o seu passado, ultrapassar o descompasso, buscar régua e compasso”. IANNI, Octavio. “Estilos de pensamento”. In: BASTOS, Elide Rugai; MORAES, João Quartim de (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 430.

¹⁴ Sobre a distinção entre *cultura* e *civilização*, ver ELIAS, Norbert. “Sociogênese da diferença entre ‘kultur’ e zivilisation’ no emprego alemão”. trad. de Ruy Jungmann. In: *O processo civilizador*. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 23-64.

¹⁵ BOSI, Alfredo. “Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar”. In: *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 176-193.

¹⁶ Ver TURIN, Rodrigo. “A “obscura história” indígena. O discurso etnográfico no IHGB (1840-1870)”. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 86-113.

se isso for compreendido pela temática temporal, pelo *topos* do “atraso nacional”. Não era essa, pois, uma das principais perspectivas que a geração de 1870 construiu sobre o Brasil, encontrando na monarquia, na escravidão, no arcaísmo das estruturas sociais e no primitivismo das elaborações intelectuais as razões principais para o atraso? As palavras de Joaquim Nabuco, em 1866, citadas por Silviano Santiago, são apenas um dos exemplos: “entre nós as reformas parecem prematuras, quando já são tardias”.¹⁷ Tempos depois, percebe-se a persistência do problema. O próprio contexto do modernismo paulista, vinculado à semana de arte de 1922, sinaliza o problema. Segundo Eduardo Jardim de Moraes, o “segundo-tempo” modernista, aquele iniciado em 1924 passados os anseios imediatistas dos anos anteriores, colocou como questão fundamental o tempo da nação: para o autor, “a constituição de uma teoria da temporalidade da vida nacional vai possibilitar a reavaliação da situação de ‘atraso’ do contexto nacional. Ela vai também fornecer as bases da definição de um tempo da modernização próprio da nacionalidade”.¹⁸ A alteração do enfoque e as mudanças conceituais ocorridas a partir dos anos 30, notadamente quando se intentava, através da idéia de modernização, superar a predominância rural da realidade sócio-econômica, ao mesmo tempo em que se percebiam esforços para a profissionalização da reflexão teórica, embora dirigissem o olhar para outras tantas questões, mantinham, de maneira geral, o mesmo diagnóstico, ainda que o termo “atraso” tenha cedido espaço para a idéia mais elaborada de “subdesenvolvimento”, cristalizada nas discussões “profissionais” já nas décadas seguintes. Todo o trabalho de interpretação da nação que caracterizou tais gerações de letrados lida diretamente com essa noção de um “tempo desorientado”, se assim se pode dizer, com a complexa tarefa de se compreender as causas visíveis e as razões profundas para tal situação, de que o parecer de Athayde é apenas um dos mais evidentes e tardios exemplos.

Algumas décadas antes do *À margem da historia da republica*, Euclides da Cunha, espécie de autor na fronteira dos séculos XIX e XX, já indicava de forma contundente a situação, estabelecendo uma crítica destinada a ter uma recepção longamente duradoura. Escreveu o engenheiro, em meio às notáveis páginas de seu *Os sertões*, que, “vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República.

¹⁷ SANTIAGO, Silviano (coord.). “Introdução”. In: *Intérpretes do Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. XLV.

¹⁸ MORAES, Eduardo Jardim de. “Modernismo revisitado”, op. cit., p. 238.

Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respigando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daquele rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. *Porque não no-los separa um mar, separam-no-lo três séculos...*¹⁹

A frase final é por demais conhecida, mas nunca é excessivo o retorno a ela. O outrora fervoroso republicano deixa entrever nas suas palavras cortantes, não apenas a desilusão com respeito ao regime instituído poucos anos antes, mas uma perspectiva atualizada que enxergava um desacordo na ordem histórica: a antiquada sociedade não estava ritimada com o moderno sistema político, sendo imponente a presença ainda viva das forças do passado que retornavam com o ímpeto de um conflito de difícil compreensão, como Antônio Conselheiro, “grande homem pelo avesso”, e seus “atávicos” seguidores bem o mostraram. Nessa obra, Euclides conseguiu como poucos traduzir para a dimensão espacial o descompasso no tempo: cruzar os sertões era também atravessar os calendários, num retorno anacrônico na história. Com isso, ele fez eco e deu feição renovada a outro *topos* que segue de par em par com a idéia de atraso, isto é, a temática do exílio, que encontrou sua figura lírica, por exemplo, num Gonçalves Dias, e sua aparência sociológica, outro exemplo, com a conhecida frase de Sérgio Buarque: “somos ainda uns desterrados em nossa terra”.²⁰ Afinal, se sentir “fora” na terra natal não é o mesmo que se sentir deslocado entre seus contemporâneos?

Ora, esses dados aqui apenas mencionados indicam algo já bastante evidente, haja visto que as representações sobre o passado marcaram grande parte das discussões nas quais tais gerações se viram envolvidas: escrever sobre a nação, elaborar sua história era também uma forma complexa de ordenamento do tempo, uma maneira de se criar uma ordem temporal capaz de produzir significados teóricos plausíveis, mas igualmente um modo de se elaborar um sentido coletivo (e afetivo) para a pátria. Era o

¹⁹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Ática, 2004, p. 174-175 (itálico meu).

²⁰ HOLLANDA, Sergio Buarque. *Raizes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936, p. 3. Ver ainda ROCHA, João Cezar de Castro. *O exílio do homem cordial. Ensaios e revisões*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004. Obviamente, a *Canção do exílio* não pinta o problema segundo as cores do “atraso”, mas ela é, de fato, um discurso de comparação entre o “aqui” e o “lá”, entre a civilização e a cultura, que serviu de prelúdio às formulações sobre o atraso.

caso, quando possível, de resolver os “impasse da não contemporaneidade” (Octavio Ianni). Nosso primeiro historiador já se ocupava da missão patriótica ao escrever sua *Historia geral do Brazil*, pensada para oferecer a “harmonia eterna entre os factos” segundo suas íntimas convicções; e “triste do historiador que as não tem relativamente ao seu paiz, ou que tendo-as, não ousa apresental-as, quando os exemplos do passado lhe ajudam a indicar conveniencias do futuro”.²¹ A confiança de Varnhagen o levava a enxergar facilmente a linha de força que fazio o passado iluminar o futuro do país; tudo estava em ordem para o visconde de Porto Seguro. O fato teórico que cabe destacar é que a ordem do tempo é toda ela relativa a uma determinada forma de representação do real, do passado em suas relações com o presente e com o futuro.

Aqui se pode voltar às colocações de Tristão de Athayde, que servem de índice para esta reflexão. Mais do que o mero diagnóstico da situação, suas idéias convidam a pensar sobre as formas possíveis de se representar aquela realidade caracterizada pela “multiplicidade de tempos de crescimento” que ocasionam um tempo caótico, anárquico, desorientado, no qual passado, presente e futuro se justapõem num todo ininteligível. Subjaz por trás disso a compreensão de que representar corretamente a história da nação equivaleria a reorientar corretamente a temporalidade nacional. Assim, constatar uma perturbação na ordem do tempo significa também constatar uma crise no âmbito das representações. Pois a percepção de brechas no plano temporal não segue, por conseguinte, concomitante à consciência de uma crise no plano representacional?²² No âmbito mais geral, a instauração de novos regimes de historicidade, ou seja, de novas formas de articulação do tempo, demanda diferentes modelos de representação da história, uma vez que se pode estabelecer relações profundas entre formas temporais e estruturas discursivas, isto é, entre tempo e narrativa.²³

²¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brazil, isto é do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda*, por um socio do Instituto Historico do Brazil, natural de Sorocaba. Tomo primeiro. MLCCCLIV, p. 11 e 12.

²² As referências aqui são HARTOG, François. “O tempo desorientado. Tempo e história: ‘como escrever a história da França’”. trad. de Eliane Cezar. In: *Anos 90*, Porto Alegre, nº 7, julho de 1997; HARTOG, François. “Ordres du temps, régimes d’historicité”. In: *Régimes d’historicité. Présentisme et expérience du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003, p. 11-30; KOSELLECK, Reinhart. “O futuro passado dos tempos modernos”. In: *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006; GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Cascatas da modernidade”. trad. de Lawrence Flores Pereira. In: *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 9-32.

²³ Vide a já clássica formulação de Paul Ricoeur: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”. RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I. trad. de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994, p. 15.

Uma nação a ser *interpretada*

No contexto particular aqui discutido, isto é, as primeiras décadas do século XX, onde ainda se buscavam formas de adequação entre a moderna consciência histórica, baseada numa idéia de civilização e progresso, e as percepções e discursos elaborados sobre a realidade social, com o *topos* do atraso da cultura brasileira, os problemas se colocavam de maneira singular. O sentido da história nacional parecia estar sob suspeita: o evolucionismo filosófico, nas suas ramificações pelos estudos sociais, que ofereceu no final do século XIX uma narrativa aparentemente coerente à nação, não parecia mais, sobretudo pelos anos 1920, uma concepção adequada ou suficiente para a história do Brasil. As suas vertentes racialistas encontravam em Roquette-Pinto um opositor considerável, colocando em cheque tais pressupostos no Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929. O termo “evolução”, mesmo que ainda presente, já cedia terreno à emergência da idéia de “modernização”, menos implicada pelos dogmatismo das ciências naturais. Em linhas gerais, o ajuste de contas com o passado e a abertura da possibilidade de um devir benfazejo, não se davam mais por razões de melhoramento genético ou pela coerência das leis sociais imutáveis que previam à sociedade evoluir naturalmente. Os problemas gêmeos da geração do final do Império, o “atraso cultural” e a “inferioridade racial”, já não serviam como as únicas causas para a situação.

Em seu libelo *A America Latina. Males de origem*, publicado em 1905, Manoel Bomfim chamava a atenção para outra causa considerada por ele como mais importante, o “parasitismo social”, cuja história seguia desde os povos colonizadores do Novo Mundo até as elites governantes das sociedades latino-americanas independentes. Mesmo que mantivesse o pendore evolucionista em seu discurso, articulando de forma bastante singular o saber biológico no campo da sociologia, ele desviava-se das formas de abordagem que se dedicavam exclusivamente às influências mesológicas e às questões raciais (ou à relação entre os dois fatores) para explicar as inaptidões brasileiras em ingressar no cortejo das sociedades civilizadas, como era o caso de Sílvio Romero algumas décadas antes.²⁴ Bomfim, à maneira de um clínico sobre o organismo

²⁴ Rodrigo Turin situou bem o caso de Romero: “a história do Brasil não é, para Romero, a história do índio, do negro ou do português, assim como não pode ser reduzida à questão climática. Deve ser entendida a história pátria como um produto do *cruzamento* dessas partes. A escrita da história vem a ser a descrição da formação temporal do brasileiro pelo contato de elementos dispersos em uma unidade aparentemente coerente”. TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre:

doente, ressaltava a dinâmica do processo de adoecimento como chave explicativa: “tal é o caso do medico chamado para um enfermo, joven, tendo todas as razões para ser forte, havendo em torno de si tudo de que um organismo humano póde precisar para o seu perfeito desenvolvimento – e que, no emtanto, se apresenta debil e perturbado desde o nascimento, mal constituido, retardado em sua evolução, caprichoso e incoherente. Immediatamente, o pratico se voltará para os antecedentes do doente, e ahi buscará a causa do mal actual, e os meios efficazes de combatel-o”. Assim, “o sociologo não póde deixar de voltar-se para o passado afim de buscar as causas dos males presentes”.²⁵ E, como notou Flora Sússekind, o autor sergipano tentou criar a partir de sua teoria um outro princípio temporal para se compreender o Brasil (e a América Latina como um todo): “seria um método de fato híbrido que permitiria a Bonfim [*sic*] tensionar, de um lado, o paradigma biológico, dominante no pensamento brasileiro desde meados do século XIX, de outro, o conceito unilinear, homogêneo, de tempo, no qual se pautava a escrita oitocentista da história. Pautando-se, de um lado, por uma historicização do domínio do natural; de outro, pela projeção de um tempo parasitário sobre a temporalidade histórica”.²⁶ A história da formação histórica da nacionalidade brasileira se assemelhava, ainda que não fossem as mesmas coisas, ao processo natural em que um organismo parasita em corpo alheio.

Recusando o meio como fator explicativo e refutando as teorias da inferioridade racial, mesmo que mantendo certos pressupostos do cientificismo oitocentista, Bonfim apresentava já um viés diferente de abordagem sócio-histórica: uma causalidade propriamente cultural se sobrepunha aos efeitos da geografia e da raça. As causas do atraso estavam no processo social como tal, e não apenas nas características inatas de seus personagens (sejam os homens, seja o meio). De igual maneira, Oliveira Vianna, década e meia depois, oferecia sua contribuição para a discussão. Seu estudo da “formação nacional” se dava por meio da “caracterização social do nosso povo”. E seu procedimento era explícito desde o início de seu primeiro livro: “nesses estudos passo, por isso, um tanto leve sobre os factores cosmicos e anthropologicos, inclusive os concernentes ás trez raças formadoras; mas, detenho-me, com certo rigor de minucias,

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, p. 120 (expresso minha gratidão ao autor por ter me fornecido cópia do texto).

²⁵ BOMFIM, Manoel. *A America Latina. Males de origem*. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1905, p. 22-23.

²⁶ SÚSSEKIND, Flora. “Texto introdutório ao *A América Latina*”. In: SANTIAGO, Silviano (coord.). *Intérpretes do Brasil*. Vol. 1, op. cit., p. 616.

na pesquisa dos factores sociais e políticos da nossa formação colectiva”.²⁷ Mesmo que parte considerável de sua fortuna crítica o tenha situado como apologeta das doutrinas arianistas, o que não deixa de ser verdade nesse momento, é preciso também ressaltar a mudança de ênfase entre sua abordagem e algumas teorias de branqueamento do século anterior.²⁸

Mas o que interessa frisar a partir dos dois autores, Bomfim e Vianna, é menos sua participação dentro do debate racial no Brasil do que o fato de suas obras resultarem de esforços consideráveis de interpretação do processo histórico nacional, no sentido de conferir a ele outros critérios de inteligibilidade e, dessa maneira, diferentes formas de representação do passado. Seus nomes, assim como o de Euclides da Cunha, o de Paulo Prado, o de Caio Prado Jr., o de Gilberto Freyre, o de Sérgio Buarque de Holanda, para ficar nos exemplos canônicos, são significativos da chamada *tradição ensaística brasileira*, considerados, em alguns casos, como precursores das modernas ciências sociais no Brasil. Nesse sentido, essa tradição parece colocar em prática, pelo menos em parte, os desígnios elaborados por Capistrano de Abreu para o historiador brasileiro, estudioso que, “guiado pela lei do *consensus*, mostre-nos o *rationale* de nossa civilização, aponte-nos a interdependência orgânica dos fenômenos, e esclareça uns pelos outros. Arranque das entranhas do passado o segredo angustioso do presente, e liberte-nos do empirismo crasso em que tripudiamos”.²⁹ Em outras palavras, que supere o modelo de história oferecido por Varnhagen e a estude segundo o viés conceitual das, então, “novas ciências”. Um historiador, enfim, que, depois de reunir e criticar a documentação pertinente à experiência nacional, *interpretasse* adequadamente sua história.

Não é forçoso, pois, estabelecer uma relação entre o diagnóstico do tempo desorientado de que o texto de Tristão de Athayde é exemplar, com essa tradição de ensaios de interpretação histórica da nação que marca a geração intelectual da virada do século e das primeiras décadas dos 1900. Mais do que a mera descrição dos feitos e dos

²⁷ VIANNA, F. J. Oliveira. *Populações meridionais do Brasil (história – organização – psicologia)*. Primeiro volume. Populações rurais do centro-sul (paulistas – fluminenses – mineiros). São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1920, p. III-IV.

²⁸ Ver a respeito, SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; e VENTURA, Roberto. “Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo: Editora do SENAC/SP, 2000, p. 329-359.

²⁹ ABREU, J. Capistrano de. “Necrologio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro”. In: *Ensaio e estudos (crítica e história)*. 1ª. série. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1931, p. 141.

homens que construíram a pátria, demandava-se explicações que permitissem uma compreensão profunda da realidade e, a partir daí, um espaço de ação sobre o real. E para tanto, o passado e o processo de formação da sociedade (o elo entre passado e presente) se colocavam como questões-chave para a resolução dos impasses coetâneos. A história, tanto como disciplina quanto forma de consciência, servia, portanto, como resposta para a resolução de uma questão candente, qual seja, o “problema nacional brasileiro”, mas também como fundamento para um “programa de organização nacional”.³⁰ Organizar a nação equivalia a ordenar o seu tempo, isto é, a escrever ou reescrever sua história.

Por detrás desse panorama rapidamente levantado aparece o tema geral desta tese. O que se pretende aqui, é tentar perceber como se torna manifesta, para o momento em questão, a relação entre o problema da ordem do tempo da nação com a dimensão representativa da escrita da história. A questão da representação do passado é, pois, colocada como pano de fundo teórico para as reflexões que constituem este trabalho. Todavia, antes de um levantamento exaustivo de autores e obras que dizem respeito à temática, e dado o matiz epistemológico da questão, este estudo será realizado com um recorte mais específico. Do mesmo modo, evitei longas digressões teóricas sobre os debates em torno da noção de “representação” na escrita da história. Trata-se de uma discussão cujos desdobramentos seriam extremamente longos para esmiuçar aqui. Quando muito, essas questões aparecem ao longo do texto de forma a elucidar certos conceitos; mas elas não formam um molde que poderia amarrar a argumentação. Esta segue fluida como penso ser o mais adequado para o objeto escolhido. Assim, optei pela escolha de apenas um autor e de apenas uma obra, sabendo ainda das inúmeras projeções que ambos permitem. Trata-se de Gilberto Freyre e seu *Casa-grande & senzala*.

Um objeto para a historiografia

As razões para a escolha, espero, serão evidenciadas no decorrer do trabalho. Mas, não sendo suficiente justificativa falar apenas sobre a “riqueza” do objeto, algumas ponderações podem ser por agora colocadas. Se desde os primeiros momentos de sua recepção já se compreendia *CG&S* como obra fruto de uma pesquisa historiográfica,

³⁰ TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*, op. cit.

parece que até bem recentemente tal possibilidade não havia sido proveitosamente desenvolvida. Pois, tendo sido tornado senso comum localizar Freyre entre os escritores que fizeram parte de uma tradição intelectual marcada pela feitura de “ensaios históricos”, ainda não se pensou com vagar sobre o significado da aproximação entre uma prática definida, a história, e um impreciso gênero de escrita, o ensaio. Tal é a possibilidade que se descortina para o presente estudo.

Pois entre o século XIX, momento em que a literatura se constituía, nos conhecidos dizeres de Antonio Candido, como “fenômeno central da vida e do espírito”, aí compreendida a própria historiografia literária, oferecendo por meio dela os elementos definidores da nacionalidade brasileira, e meados do século XX, quando a “produção científica” institucional, produzida, por exemplo, nas universidades, no ISEB ou, pouco mais tarde, no CEBRAP, parecia monopolizar o conjunto de escritos sobre a nação, entre esses dois momentos marcantes, como caracterizar a produção daqueles autores conhecidos como “intérpretes” que principiaram um esforço de “redescoberta” do Brasil? Seria suficiente localizar a escrita ensaística simplesmente entre a literatura e a ciência social, como uma forma híbrida para onde convergissem os melhores elementos de cada um, o rigor explicativo com a linguagem conduzida segundo princípios estéticos? E nessa caracterização contextual não estaria ausente uma instituição de suma importância, que toca diretamente o adjetivo “histórico” colocado ao lado do termo ensaio, qual seja, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que persiste ainda desde que os fundamentos românticos para se pensar o Brasil como nação foram criados? É possível, de fato, estabelecer uma relação entre o gênero aqui ressaltado e o contexto intelectual da república velha? Tais indagações apenas indicam a extensão dos problemas colocados quando se procura desnaturalizar uma categoria tão complexa quanto a de “ensaio histórico”. A suspeita cresce quando se toma consciência da impossibilidade mesma em se definir o objeto ao qual o pensamento é dirigido: seria pertinente e adequado elaborar uma definição estável para tal categoria?

Nesse sentido, o tema fundamental que emerge da discussão é a própria noção de *escrita da história*, compreendida aqui menos como evidência do que como um problema a ser trabalhado. Como sugere a reflexão ponderada de François Hartog, “dizer a ‘evidência da história’, não é desde já estabelecer uma dúvida, deixar lugar a um ponto de interrogação: é tão evidente, depois de tudo?”³¹ E correlata à dúvida não

³¹ HARTOG, François. *Évidence de l'histoire. Ce que voient les historiens*. Paris: Éditions EHESS, 2005, p. 11.

está a pergunta tão bem colocada por Michel de Certeau, em *L'écriture de l'histoire*, o que fabrica o historiador quando faz história?³²

É justamente a partir de tais questionamentos que a escrita de *CG&S* será aqui tematizada. A complexidade e amplitude do livro por si só o tornam um objeto propício para a tarefa, pois ele é costumeiramente situado na fronteira imprecisa entre o mito e a realidade, entre o fictício e o verdadeiro, entre a literatura e a história (para ficar nas dicotomias convencionais). Ainda assim, mesmo que todas essas noções percorram cada um dos capítulos da tese, convém, mesmo que rapidamente, esboçar os princípios teóricos que orientarão esta reflexão. Em primeiro lugar, pensar em termos de *escrita da história* equivale a considerar, depois de Certeau, as relações entre escrita e história, discurso e realidade, linguagem e experiência. Ainda que os pares da oposição sejam eficazes apenas como uma construção analítica, pode-se dizer que a reflexão historiográfica, no sentido geral de uma história da história, opera na fronteira dessa dicotomia; a historiografia se constitui, pois, como uma reflexão *sobre textos*, sobre essa materialidade que permite unir, mesmo que provisoriamente, um signo e um significado, um discurso e uma experiência. Dessa maneira, *CG&S* aparece aqui como texto que oferece uma interpretação histórica subsidiada por uma singular forma de representação do passado.³³ É, portanto, da conjunção entre o trabalho interpretativo realizado e os modelos de representação utilizados que emerge a problemática orientadora da tese. Uma pergunta coloca o problema: *que tipo de representação fundamenta a interpretação proposta por Freyre?* E ainda: *como ele elabora as estratégias de legitimação do seu texto*, já que ele se pretende “fiel” à realidade narrada? É no desenrolar dessa indagação que a noção de ensaio histórico surge de maneira mais clara.

Para tanto, *defende-se que grande parte do aparato representacional, os elementos constitutivos do trabalho representativo de CG&S, obedecem de maneira geral, a três princípios fundamentais, apresentados aqui por três noções específicas: a viagem, a memória e o ensaio*. A forma como se dá a convergência dos três elementos bem como as conseqüências epistemológicas disso determinam os procedimentos

³² CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1975.

³³ Procurei desenvolver a discussão sobre a idéia de texto como paradigma de análise para a historiografia, elaborada a partir de um estudo da abordagem hermenêutica de Paul Ricoeur, no artigo “Uma teoria da história: Paul Ricoeur e a hermenêutica do discurso historiográfico”. In: *História em Revista*, v. 9, dezembro de 2003, p. 45-73.

legitimadores de seu discurso definindo, portanto, um *estilo* particular de se escrever a história.

Pensar a idéia de “legitimação” implica colocar alguns postulados. O primeiro é considerar que a produção do conhecimento obedece, além de princípios epistemológicos, a certas regras de ordem social. Assim, entre as condições de produção, a produção efetiva e sua posterior recepção, abre-se uma dimensão histórica para o conhecimento, ou seja, ele é colocado sob contingências específicas, frutos das determinações de um “lugar”.³⁴ É na análise dessas contingências que se poderia falar, de maneira geral, na legitimidade ou não de tal conhecimento. Por conseguinte, o que emerge disso é o fato de que interessa aqui, em se tratando da dimensão discursiva da história, menos pensá-la do ponto de vista de um “conhecimento verdadeiro” do que a partir da noção de um “conhecimento legítimo” ou, nas palavras de Gerard Namer, “o conhecimento tido por verdadeiro na instância de uma dada sociedade”.³⁵ No caso da história, a legitimidade estaria assentada no cumprimento de certas regras aceitas de comum acordo para a elaboração do conhecimento histórico; uma espécie de “pacto tácito de leitura” tal como indicado por Paul Ricoeur.³⁶ Um exemplo próximo ilustra a assertiva.

O estudo de Ricardo Benzaquen de Araújo sobre alguns textos de Capistrano de Abreu mostra como, sobretudo na tese apresentada para a cadeira de História do Brasil do Colégio Pedro II, em 1883, intitulada *Descobrimento do Brasil. Seu desenvolvimento no século XVI*, Capistrano tenta se apresentar como um cumpridor dos requisitos demandados para a boa prática da história.³⁷ Na tese, Capistrano intenta desmontar algumas versões sobre a anterioridade da descoberta da nova terra em relação à viagem de Cabral. O que o historiador realiza, no fundo, é apontar como os documentos sobre os quais tais versões se baseiam não podem ser aceitos criticamente. É despropositado aqui indicar as razões disso, mas importa sim explicitar que, ali, o que está em jogo não é propriamente a “verdade” dos fatos, já que, no limite, tais versões não são *necessariamente* falsas; elas apenas não são bem fundamentadas e, por conseguinte, não

³⁴ A referência clássica é CERTEAU, Michel de. “A operação histórica”. trad. de Theo Santiago. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 17-48.

³⁵ NAMER, Gerard. “Sociologie de la légitimation scientifique”. In: *Cahiers Fundamenta Scientiae*, n.º 76, 1977, p. 5.

³⁶ RICOEUR, Paul. “L’écriture de l’histoire et la représentation du passé”. In: *Annales HSS*, n.º 4, juillet-août, 2000, p. 731-747.

³⁷ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Ronda noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu”. In: *Estudos Históricos*, n. 1, 1988, p. 28-54.

são passíveis de aceitação do ponto de vista da crítica histórica, isto é, não podem ser consideradas *legítimas*. Dessa maneira, colocado o saber histórico próximo da prática jurídica, é viável seguir Niklas Luhmann quando sugere ser “possível conceber a legitimidade como *uma disposição generalizada a ser admitida no interior de certos limites de tolerância de decisões sobre conteúdos ainda indeterminados*”, sendo que essa disposição se apóia sobre motivos psicológicos (satisfação pessoal ou coletiva) ou sobre mecanismos sociais mais complexos (aceitação pelos pares, cumprimento do “método”, etc).³⁸ Se, portanto, do ponto de vista jurídico a legitimidade racional é fundada na crença da legalidade de uma ordem estabelecida, para a historiografia ela é relativa ao respeito de certas regras metodológicas previamente estabelecidas, as quais certamente encontram um importante respaldo social, já que são historicamente determinadas.

A atenção às formas de legitimação das representações do passado pode, dessa maneira, lançar luz no tema mais abrangente da escrita da história. Um texto tão inusitado quanto indefinido como o *CG&S*, atravessando não apenas campos de saber e espaços disciplinares, mas também gêneros distintos é um bom terreno para se destrinchar o problema.

Sobre a noção de *estilo* na historiografia

Em conferência feita em 1965, Gilberto Freyre defendia que “não é autêntico escritor, mas literalmente, homem de letras, o indivíduo que escreve à base de informações colhidas em autores de livros já clássicos; sem exprimir da vida ou da natureza o que ele próprio vê, sente, observa, experimenta, recria”.³⁹ Não é difícil encontrar desde *CG&S* diversos elementos que corroborem a prática efetiva de tal perspectiva. O toque pessoal que concede a sua prosa visa definir, portanto, um estilo singular de escrita. A legitimidade de seu discurso se fundamenta nesta proximidade entre autor e obra. Sua singularidade reside, sobretudo, na materialidade com que pretende dotar seu texto, tentando realizar na prática o mote bíblico que por algumas ocasiões ressaltou: “do verbo fez-se carne”. A partir disso, é possível perceber como o autor “entra” em seu texto, como ele se insere, na sua tarefa de representação, como o

³⁸ LUHMANN, Niklas. *La légitimation par la procédure*. Les Presses de L’Université Laval (Canada); Paris: Éditions du CERF, 2001, p. 20

³⁹ FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou escritor*. João Pessoa: Universidade da Paraíba, 1965 (versão eletrônica disponível no *site* da Fundação Gilberto Freyre).

elemento preponderante que legitima sua prática. Isto é, entre o autor e a obra, descortina-se o espaço do estilo que se pretende aqui estudar. As precisões que se seguem visam recusar dois tipos de facilidades para essa forma de abordagem: a primeira, é aquela que simplesmente psicologiza ou sociologiza a obra, que tenta encontrar no íntimo do autor ou na sua posição dentro da hierarquia social os elementos explicativos de sua prática; a segunda é aquela que reduz a noção de estilo aos seus aspectos gramaticais, modelo de análise próprio de uma estilística. Freyre não escreveu como o fez simplesmente *porque* era um suposto e nostálgico herdeiro das oligarquias decadentes, resíduos do patriarcado colonial; da mesma maneira, sua escrita não se distingue *apenas* por sua constante desobediência à ortodoxia dos usos da linguagem. *Sua escrita é resultado de um esforço intencional e bem estruturado, isto é, de um “estilo”, no sentido de se estabelecer outras formas de representação do passado nacional.* Como ele colocou, em 1925, nas páginas de seu diário: “hei de ter um estilo. E dentro desse estilo, desde que me repugna inventar, como nas novelas e nos dramas, que escreverei? Talvez a continuação dos meus primeiros esforços de ressurreição de um passado brasileiro mais íntimo até esse passado tornar-se carne. Vida. Superação de tempo”.⁴⁰ Assim, uma rápida digressão sobre a noção que dá título à tese permite criar o espaço de reflexão onde ela se desenvolve.

Voltando à perspectiva corporal de Freyre: enquanto tarefa de espírito, a escrita só se concretiza quando tornada carne, ou, como diria Buffon pouco antes de anotar a famosa epígrafe repetida toda vez que se quer discorrer sobre a idéia de estilo, “é o corpo que fala ao corpo”.⁴¹ Pronunciadas em agosto de 1753, momento da recepção, na *Académie Française*, de um homem de ciência por alguns dos grandes *hommes d’esprit* da época, como Montesquieu e Voltaire, as palavras do sábio naturalista apontam para um *topos* comum nas reflexões modernas sobre o estilo: sua assimilação direta à individualidade daquele que escreve. Em sua opinião, as potencialidades da palavra tornam possível àqueles que bem a utilizam uma atitude de poder em relação aos demais.⁴² Para tanto, contudo, “a verdadeira eloquência supõe o exercício do gênio e a

⁴⁰ FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos. Trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade, 1915-1930.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 176-177.

⁴¹ BUFFON, Georges Louis Leclerc, Comte de. “Discours prononcé a l’Académie française par M. de Buffon, le jour de sa réception”. In: *Ouvres philosophiques.* Texte établi et présenté par Jean Piveteau. Paris: PUF, 1954, p. 500.

⁴² “Encontram-se em todos os tempos homens que souberam comandar outros pela eficácia (*puissance*) da palavra”. *Ibid.*, p. 500.

cultura do espírito”. Ou seja, não bastaria apenas o encanto retórico, seria necessário agir sobre a alma tocando o íntimo do interlocutor.

O estilo, na concepção de Buffon, está ligado não simplesmente ao campo formal, mas diz respeito principalmente ao terreno das idéias, à própria atividade de pensar: “o estilo não é senão a ordem e o movimento que se coloca no pensamento”. Ele é construção que deve obedecer a um plano pré-concebido sem o qual a pena do escritor segue desorientada. Nesse sentido, longe está da fala cotidiana e espontânea. O objeto deve ser elaborado de maneira cuidadosa respeitando suas características particulares; e não há objeto tão vasto que não possa ser colocado em um discurso específico. Para um partidário deísta das ciências naturais, a obra que lhe serve de referência, como não poderia deixar de ser, é a própria natureza, expressão máxima da perfeição: “a obra encanta mas é a marca divina de que ela traz os traços que deve nos comover”. Não podendo se assemelhar ao Criador, o estilo é a maneira cabível para os mortais tentarem ultrapassar os limites de sua condição. “As obras bem escritas serão as únicas que passarão à posteridade: a quantidade de conhecimentos, a singularidade dos fatos, a novidade mesma das descobertas não são garantias seguras de imortalidade; se as obras que as contêm não meditam senão sobre pequenos objetos, se são escritas sem gosto, sem nobreza e sem gênio, elas perecerão, pois que os conhecimentos, os fatos e as descobertas se elevam facilmente, se transportam, e se enriquecem ao serem escritas por mãos hábeis. Essas coisas são externas aos homens, o estilo é o homem”.⁴³

Assim, se a natureza por si só oferece ao homem um objeto pleno, a plenitude é ela também relativa ao sujeito que expressa esse objeto. O estilo, sendo parte intrínseca do gênero humano, pelo menos daqueles que se pode considerar verdadeiros *hommes d'esprit*, é a realização correta de seus pensamentos. Com isso, o naturalista francês, sem ser o primeiro e muito menos sendo o último, se insere na perspectiva que traça uma ligação direta entre *gênio* (Zola, naturalista de outras feições, diria *personalidade*) e *estilo*.⁴⁴ Sem dúvida não há como negar sua função individualizante, já que o estilo possibilita particularizar uma obra, dando-lhe traços de originalidade e identificando sua procedência (“há tantos estilos quanto pessoas que escrevem”⁴⁵), como parte da crítica

⁴³ *Ibid.*, p. 501-503.

⁴⁴ Anne Herschberg Pierrot remonta ao Renascimento a identificação entre gênio e estilo. HERSCHBERG PIERROT, Anne. *Le style en mouvement. Littérature et art*. Paris: Belin, 2005, p. 6.

⁴⁵ Passagem que consta no dicionário de Richelet (1680), citada por HERSCHBERG PIERROT, Anne. *Le style en mouvement*, op. cit., p. 4. A autora menciona uma lista de dicionários e enciclopédias dos séculos XVII-XIX onde consta o verbete “estilo”, com diversas acepções, mas trazendo todas, de maneira geral,

do final do século XIX faria crer; por outro lado, essa forma de tratamento pouco explica sobre a dimensão prática da escrita, apenas a coloca em um patamar onde a discussão pode descambar para abstratas especulações: sendo obra do espírito o campo das assertivas praticamente se torna infundável – tudo sobre ele, sobre o estilo, pode ser dito, ao mesmo tempo em que o excesso de camadas discursivas acaba por soterrar o próprio objeto do problema. Exemplo claro disso é dado pelo próprio Buffon. Em texto considerado anterior ao discurso pronunciado na Academia Francesa, mas com o qual mantém estreita ligação pois que trata justamente da “arte da escrita”, ele assim define a missão: “para bem escrever, é necessário que o calor do coração se reúna à luz do espírito. A alma, recebendo ao mesmo tempo essas duas impressões, não pode deixar de se mover com prazer em direção ao objeto apresentado; ela o espera, se apodera dele, o abarca, e não é senão após tê-lo gozado plenamente, que ela está em condições de fazê-lo desfrutar pelos outros através da expressão de seus pensamentos”.⁴⁶ Para além das belas palavras, a instabilidade dos significados.

Ora, se essa questão para a historiografia hoje, depois da sua ruptura disciplinar com a retórica, já se encontra deslocada, afinal não se pergunta mais “como escrever bem a história” para fins de eloquência, a resposta está longe de satisfazer o questionamento sobre o estilo. Mais de dois séculos passados desde a formulação da epígrafe de Buffon, Peter Gay se aventura na questão com o objetivo justamente de problematizar as relações entre homem e estilo. Convém, antes de apontar suas colocações, ressaltar um ponto importante. Quanto a Buffon, no momento de seu discurso, já fazia duas décadas que ele era membro da *Académie Royale des Sciences*, reconhecido por suas pesquisas no âmbito das ciências naturais. Ou seja, era um “homem de ciência” que proferia aquelas palavras sobre estilo, ressaltando as modalidades e pressupostos do bem escrever. Falava ainda em um contexto em que a idéia de estilo poderia ser atribuída, sem maiores discussões, tanto ao campo das ciências duras quanto das belas-letas. Se no século seguinte, já com o processo de demarcação de fronteiras entre os diversos espaços de saber (ciências naturais, ciências sociais, literatura) em vias de estabelecimento no contexto europeu, a noção passa a constar quase como exclusividade no acervo conceitual da crítica literária e, ainda mais

este esforço de singularização e de definição de uma unidade, seja de uma determinada obra, de um determinado autor ou grupo de obras e autores (um “estilo romântico”, por exemplo).

⁴⁶ BUFFON, Georges Louis Leclerc, Comte de. “De l’art d’écrire”. In: *Ouvres philosophiques*, op. cit., p. 510.

recentemente, como conceito de uma disciplina específica, a estilística,⁴⁷ ela seria percebida como igualmente despropositada para se pensar a escrita da história.

Não se quer com isso sugerir que não se pensasse nas dimensões poéticas da história ou que não se preocupasse com seus aspectos formais. Wilhelm von Humboldt e Leopold von Ranke, para mencionar apenas a situação alemã no começo do século XIX, considerada corriqueiramente como o berço da historiografia crítica moderna, dão mostras disso. O primeiro ressalta bem o papel da imaginação quando discorre sobre a tarefa do historiador, comparando o trabalho deste com o do poeta: “pois o historiador, que não alcança na sua exposição a verdade daquilo que se produziu senão completando e religando as peças e os fragmentos oferecidos pela observação imediata, não pode ali chegar, como o poeta, a não ser pela imaginação”;⁴⁸ o segundo, escrevendo a respeito da mesma tarefa, salienta que “se um trabalho poético une conteúdo intelectual e pura forma, todo mundo fica satisfeito [...] a tarefa do historiador, entretanto, é ao mesmo tempo literária e erudita (*scholar*); história é simultaneamente arte e ciência. Ela deve preencher todas as demandas de criticismo e erudição (*criticism and scholarship*) no mesmo grau que um trabalho filológico; mas ao mesmo tempo espera-se que ela dê o mesmo prazer para o espírito educado (*educated mind*) como a mais perfeita criação literária. Alguém pode se sentir inclinado a assumir que a beleza da forma é apenas alcançada às custas da verdade. Se fosse o caso, a idéia de combinar ciência com arte teria de ser abandonada e considerada falsa. Mas estou convencido do contrário, e penso que o interesse na forma pode até estimular a paixão para a pesquisa. Pois, em que outra coisa poderia a apresentação do material ser baseada senão no conhecimento vivo? Mas isso pode ser apenas conquistado por uma pesquisa cuidadosa e exaustiva”.⁴⁹

Não obstante tais passagens, que, embora elucidativas da porosidade das fronteiras, não permitiram na época desenvolver com mais profundidade o problema da escrita da história a partir de uma perspectiva poética, a preocupação do estilo dos historiadores não encontrou terreno propício para florescer no século XIX senão como simples problema formal, espécie de invólucro literário para o conteúdo propriamente crítico. Outra não era a postura de mais um autor germânico, o naturalista Karl Friedrich

⁴⁷ Para uma crítica da redução da noção de estilo ao âmbito de simples objeto para a estilística, limitado a servir à explicação gramatical dos textos, ver BORDAS, Eric. “Penser le style?”. *Critique*, n. 718, mars 2007, p. 131-143.

⁴⁸ HUMBOLDT, Georges Wilhelm von. *La tâche de l'historien*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1985, p. 68.

⁴⁹ Citado em VIERHAUS, Rudolf. “Historiography between science and art”. In: IGGERS, Georg G.; POWELL, James M (edited by). *Leopold von Ranke and the shaping of the historical discipline*. New York: Syracuse University Press, 1990, p. 61.

von Martius que, na premiada e sempre mencionada dissertação entregue ao IHGB, adverte para o fato de que a obra sobre a história do Brasil “deverá ser escripta em um estylo popular, posto que nobre”, satisfazendo ao mesmo tempo as exigências tanto do coração quanto da inteligência.⁵⁰ Ou seja, a idéia de estilo se localiza, de maneira geral durante o século XIX, apenas no plano da exposição, não tocando diretamente o âmbito da produção efetiva do conhecimento histórico. Resquícios ainda da sua proximidade institucional com a retórica.

Em suma, tais colocações visam situar a perspectiva levantada por Peter Gay, ao dirigir seu estudo, não sem certa provocação, para falar sobre o estilo na história, em sua maior parte a autores do século XIX, século por excelência da cientificização e disciplinarização desse campo de saber.⁵¹ O mesmo valendo para o trabalho seminal de Hayden White sobre a imaginação histórica no oitocentos, em que a idéia de estilo emerge como fator preponderante da análise. Para este analista, falar em “estilo historiográfico” equivale a pensar nas formas de combinação entre estratégias explicativas e modos de composição narrativa. Nesse sentido, White considera que “o estilo de um determinado historiador pode ser caracterizado em função do protocolo lingüístico que ele usou para prefigurar o campo histórico antes de submetê-los às várias estratégias ‘explicativas’ que empregou para elaborar uma ‘estória’ a partir da ‘crônica’ de eventos contidos no registro histórico”.⁵² Ou seja, a análise incide justamente naquilo que o século XIX não pôde oferecer: uma teoria poética do texto historiográfico.

O estudo de Peter Gay, por sua vez, distingue-se do de Hayden White pois ali não há um acervo conceitual vinculado predominantemente à teoria literária, fato que, de certa maneira, pareceu delimitar de antemão as conclusões do crítico norte-americano sobre a proximidade entre as formas representativas literária e historiográfica. De fato, *O estilo na história* não possui a mesma sofisticação teórica do *Meta-história*, mas sua vantagem reside precisamente em propor uma leitura aberta das

⁵⁰ MARTIUS, Carlos Frederico Ph de. “Como se deve escrever a historia do Brasil. Dissertação offerecida ao Instituto Historico e Geographico do Brasil, pelo Dr. Carlos Frederico Ph. de Martius. Acompanhada de uma Bibliotheca Brasileira, ou lista das obras pertencentes á Historia do Brasil”. In: *RIHGB*, tomo 6, 1866, p. 410 (o texto segue publicado a partir do n. 24, de janeiro de 1845)

⁵¹ Edward Gibbon, ali estudado, é normalmente visto como ponto de culminância dos problemas epistemológicos da historiografia até então colocados, isto é, a relação entre erudição e filosofia. Nesse sentido, ainda que escrevendo no final do século XVIII, é possível compreender sua obra como prenúncio da escrita da história oitocentista. Ver MOMIGLIANO, Arnaldo. “La contribution de Gibbon à la méthode historique”. In: *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Paris: Gallimard, 1983, p. 321-339.

⁵² WHITE, Hayden. *Meta-história. A imaginação histórica do século XIX*. trad. de José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1995, p. 433.

relações entre escrita da história e estilo, a qual atende apenas a alguns princípios esboçados na introdução da obra. Assim, partindo da reciprocidade entre conteúdo e forma, Gay retoma a conhecida assertiva de Buffon para problematizá-la e oferecer outra via de acesso ao tema estudado. O entendimento que ali se tem da noção é pautado pelo seu valor heurístico: “o valor indicativo do estilo – tanto em assumir quanto em fornecer indicações – é enorme”.⁵³ Mais do que esboçar uma interpretação do homem que escreve a história, na psicologia interna desse indivíduo, trabalhar com a noção de estilo pode propiciar uma compreensão proveitosa da própria prática historiográfica. “Em parte idiossincráticos e em parte convencionais, em parte escolhidos e em parte impostos por pressões inconscientes, profissionais ou políticas, os recursos do estilo literário são igualmente instrutivos, nem sempre pelas respostas construtivas que dão, mas pelas questões fecundas que levantam acerca das intenções centrais e interpretações gerais do historiador, o estado em que se encontra sua arte, as crenças essenciais de sua cultura – e, quiça, os vislumbres que capta de seu objeto”.⁵⁴ Ou seja, não tanto apenas para o historiador como para o “historiador em atividade”, falar sobre o estilo na história é pensar as maneiras como tal ou tal praticante se relaciona com a tradição que o fomentou, com seus pares de profissão, com as expectativas de um público leitor, com o resultado de seu trabalho, com os princípios que norteiam a instituição, com as regras epistemológicas às quais se submete, etc. Como afirma o autor, “o estilo é um instrumento da razão prática”.⁵⁵

Colocada em tais termos a discussão, não seria forçosa a relação entre estilo e “operação historiográfica”, noção elaborada por Michel de Certeau e que desempenha hoje função primordial em vários dos recentes estudos de historiografia. A idéia de estilo permite justamente pensar as ligações de um autor, situado em um *lugar* definido, com a *prática* que delimita seu ofício, por meio da atenção voltada aos pressupostos de sua *escrita*.⁵⁶ Nesse sentido, mais do que o acesso ao gênio individual, como uma espécie de instância inconsciente porque inata, o estilo toca diretamente na subjetividade do historiador, mas compreendendo-a a partir do ambiente em que ela é produzida; “apenas em parte é ele dom do talento: é ainda ato de vontade e exercício da

⁵³ GAY, Peter. *O estilo na história*. trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 18.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 21.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 25.

⁵⁶ CERTEAU, Michel de. “A operação histórica”, op. cit.; e para a versão integral do texto, constando a parte referente à “escrita”, CERTEAU, Michel de. *L’écriture de l’histoire*, op. cit., p. 63-121.

inteligência”.⁵⁷ Ou seja, o estilo obedece a uma escolha voluntária e deve, portanto, ser entendido a partir da *intenção* que o conduz.

Estilo e intencionalidade: uma aproximação teórica

Mais do que conceitos estáveis, *estilo* e *intencionalidade* aparecem aqui como categorias operacionais abertas; elas não pretendem encerrar a pesquisa em um todo cuja coerência geral fosse obtida tão somente em função dos seus significados, mas visam oferecer um ponto de partida em que o caminho percorrido não seja completamente dado de antemão. Situar a imprecisão dos termos significa, portanto, considerar que antes de respostas, eles servem sobretudo para elaborar perguntas.

Um autor em específico, não vinculado à crítica literária ou à teoria da história, surge aqui para permitir a conjunção dos termos. Trata-se do historiador Michael Baxandall. No livro *Painting and experience in fifteenth-century Italy*, publicado pela primeira vez em 1972,⁵⁸ ele estabeleceu um liame entre estilo de pintura e condições sociais, chamando a atenção de antropólogos e sociólogos tais como Clifford Geertz e Pierre Bourdieu, sobretudo pela noção por ele elaborada de *period eye*, segundo a qual o valor estético de uma obra apenas pode ser avaliado se for levada em consideração a experiência social onde ela foi elaborada, aí subentendendo tanto o âmbito da produção como da sua recepção.⁵⁹ O elo intrínseco entre o campo estético e as estruturas sociais não deixou de gerar polêmica, levando inclusive o editor de uma coletânea sobre sua obra a falar em um “reticente positivismo de sua formulação”.⁶⁰ Não é, porém, o modelo de sua análise para a compreensão do estilo de determinada produção intelectual que interessa aqui, mas sim a sua relação com a noção de *intencionalidade* que lhe serve

⁵⁷ GAY, Peter. *O estilo na história*, op. cit., p. 25.

⁵⁸ BAXANDALL, Michael. *Painting and experience in fifteenth-century Italy*. 2nd edition. Oxford: Oxford University Press, 1988.

⁵⁹ Ver LANGDALE, Allan. “Aspects of the critical reception and intellectual history of Baxandall’s concept of the period eye”. In: RIFKIN, Adrian (edited by). *About Michael Baxandall*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999, p. 17-35. Bourdieu traduziu para o francês o capítulo do livro, cujo título original era justamente *The period eye*, publicando em suas *Actes de la recherche en sciences sociales*, junto com Ivette Delsaut, uma introdução ao texto. BOURDIEU, Pierre; DELSAUT, Yvette. “Pour une sociologie de la reception”. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 40, n. 1, 1981, p. 3-9.

⁶⁰ RIFKIN, Adrian. “Editor’s introduction”. In: RIFKIN, Adrian (edited by). *About Michael Baxandall*, op. cit., p. 1.

para analisar certas obras no livro de 1985, *Patterns of intention: on the historical explanation of pictures*.⁶¹

Antes, todavia, cabe ressaltar que aqui privilegiar-se-á apenas as qualidades interpretativas dos termos, desvinculando-os das análises concretas de Baxandall. O procedimento talvez venha ao encontro da própria postura do autor, para quem tais noções, mais do que conceitos gerais aplicáveis a todo e qualquer objeto, devem ser compreendidos em situações particulares, tentando, na medida do possível, se moldar à singularidade do objeto estudado. Como ele próprio se esforçou por mostrar, as noções são passíveis de uso tanto para uma obra de caráter mais técnico, como a construção de uma ponte (que lhe serve como parâmetro para a construção dos termos), quanto para um produto de considerável valor estético, como uma tela de Picasso – sem supor, evidentemente, que a primeira não dispõe de qualidades estéticas ou que a segunda não obedece a princípios técnicos de produção. Destarte, se seus estudos se vinculam a obras pictóricas, as noções serão aqui empregadas de forma a tentar elucidar as características de produções literárias, que respeitam a regras diversas de concepção.

Feita a ressalva, segue uma exposição resumida das idéias de Baxandall. Em primeiro lugar, é importante notar que falar sobre a “explicação histórica” de certas obras equivale a produzir uma espécie de “crítica inferencial”; a pesquisa sobre as obras não oferece respostas plenas, mas apresenta deduções feitas a partir de um procedimento crítico que se constitui na medida mesma em que a análise procede. Uma das vias possíveis para esse trabalho crítico é o recurso à idéia de intencionalidade, o que remete forçosamente a se pensar em termos causais. Neste ponto, o autor levanta uma indagação pertinente, questionando se “a reconstituição das intenções do autor de fato pertence ao domínio da interpretação de uma obra de arte”,⁶² ou, poderia ser acrescentado, de uma obra em geral. O que se questiona, na verdade, é a forma como lidar com as relações complexas entre autor, obra e contexto. Nesse sentido, Baxandall deixa muito clara sua posição: tratar da explicação histórica de um objeto não é o mesmo procedimento, por exemplo, do da hermenêutica literária (o exemplo é do próprio autor), onde o que está em jogo é o “significado” do objeto. Ciente da amplitude da discussão mas sem, de fato, entrar nela, ele define sua perspectiva de forma simples e

⁶¹ Utilizo a tradução brasileira BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção. A explicação histórica dos quadros*. trad. de Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Em resenha ao livro, o mesmo Adrian Rifkin voltou a tecer críticas ao modo de trabalho de Baxandall, considerando que esse livro era a culminância da qualidade de sua investigação mas também “a nemesis of its vices”. RIFKIN, Adrian. “Brief encounters of the cultural kind”. In: *Art History*, vol. 9, n. 2, June 1986, p. 275-278.

⁶² BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção*, op. cit., p. 27.

provocativa: “um intencionalismo ingênuo, mas cético”. Em outras palavras, trata-se de um trabalho de crítica cujo sentido para ele é o de “pensar ou dizer a respeito de um quadro coisas que ajudam a aguçar o prazer legítimo que ele nos proporciona”.⁶³

Para Baxandall, o analista não explica o objeto, mas sim as *observações sobre o objeto*. Como se vê, sua posição não está distante de certa vertente dita “subjetivista” da historiografia, para quem o historiador, antes de contar o passado, conta o que ele pensa sobre o passado.⁶⁴ Ou seja, ao se observar criticamente um quadro, é necessário ter consciência dos efeitos causados pelo quadro no espírito do observador, “pois um quadro representa para nós algo mais que um objeto material: implicitamente consideramos que ele contém não só a história do processo de trabalho do pintor, mas também a experiência real de sua recepção por parte dos espectadores”.⁶⁵ Por esse encaminhamento, que intenta apontar a complexidade da tarefa colocada ao historiador da arte, Baxandall estabelece, para logo em seguida parecer negá-la, uma distinção entre o historiador *tout court* e o historiador da arte: para o primeiro, importa pensar em termos da ação que produziu determinado documento, e não o documento em si; para o segundo, o que importa na verdade seria o próprio documento produzido por determinada ação, ou seja, a obra de arte. Ora, a atenção dada a intencionalidade subjacente a uma obra significa que a ação que a produziu é levada em consideração. Se o autor insiste na diferença, é para melhor situar sua empreitada. Nas suas palavras, “enquanto o ator intencional, que é objeto de estudo do ‘historiador’, se atém mais à ação e aos seus resultados do que ao aspecto documental das ações, o ator que vamos estudar pensa mais no vestígio ou no que fica de sua ação, e no efeito dela, do que na atividade manual e intelectual que a realizou. *Lidamos com um objeto que foi produzido de modo intencional, e não com o subproduto documental de uma atividade*”.⁶⁶

Tal inferência deve ser encarada no plano da generalidade proposta por Baxandall, que não se preocupou em esmiuçar o problema. Certamente podem ser apontados casos que refutam a maneira como ele compreende o objetivo tanto do historiador quanto do historiador da arte, sobretudo no uso que cada qual faz dos documentos estudados. Mas a discussão não será aqui levada adiante, já que aquilo que

⁶³ *Ibid.*, p. 28.

⁶⁴ Por exemplo, COLLINGWOOD, Robin George. *The idea of history*. Edited with an introduction by Jan Van Der Dussen. Oxford: Clarendon Press, 1993. Todavia, há algo de sensivelmente distinto entre Baxandal e Collingwood, na medida em que para o primeiro o contexto emerge com mais força como fator explicativo.

⁶⁵ BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção*, op. cit., p. 38-39.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 47 (itálico meu).

importa já foi colocado. A tarefa da historiografia pode ser entendida, se relevados os seus pormenores, de maneira similar àquela atribuída ao historiador da arte: a preocupação com o produto de uma ação intencional cuja intenção é justamente o documento produzido. Se ali se fala em quadros, aqui se discorre sobre *textos*. Se o que interessa é a prática da escrita da história, o texto escrito, enquanto um documento, não é apenas o objeto através do qual ela é apreendida, mas o objetivo final da apreensão. E o que há para se considerar, obviamente, não é o texto tomado isoladamente, mas como consequência de uma ação cuja intenção deverá ser reconstituída. Resta definir com mais precisão o que significa, pois, a noção de intencionalidade.

Baxandall parte de um pressuposto: “o pintor ou o autor de um artefato histórico qualquer se defronta com um problema cuja solução concreta e acabada é o objeto que ele nos apresenta”. Sua compreensão demanda, nesse sentido, que o observador reconstrua o problema de cuja resposta ele está diante. Pondera ainda que “a reconstrução não refaz a experiência interna do autor; ela será sempre uma simplificação limitada ao que é conceitualizável”. Assim, a crítica é sempre relacional: “tratamos das relações entre um problema e sua solução, da relação entre o problema e a solução com o contexto que os cerca, da relação entre nossa interpretação e a descrição de um quadro, da relação entre uma descrição e um quadro”.⁶⁷ Seguindo nesse passo, chega-se à aproximação ensejada nesta seção. Se a noção de *estilo* serve para descrever a forma particular com a qual determinado autor respondeu ao conjunto de problemas que cercam sua obra, a idéia de *intencionalidade* permite reconstituir o processo de produção das soluções propostas. Para o autor, a intenção não se refere a estados psicológicos ou a acontecimentos passados na mente de tal ou tal autor; significa antes, em uma não declarada matriz weberiana de pensamento, a “condição geral de toda ação humana racional, uma condição que pressuponho quando organizo uma série de fatos circunstanciais ou exploro os termos do ‘triângulo de reconstituição’”, onde tal triângulo remete às relações entre os termos de um problema, a saber, o contexto cultural onde ele se coloca, o objeto produzido como solução, mediados pela descrição que é feita pelo analista.⁶⁸ Não sendo, portanto, “um estado de espírito reconstruído”, a intencionalidade não diz respeito apenas aos objetivos conscientes revelados pelo autor, mas também, em certa medida, a um grau de “inconsciência” dado pelo contexto em que ela se produz. Nas suas palavras, “meu conceito de ‘intenção’ aplica-se mais aos

⁶⁷ *Ibid.*, p. 48.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 81. Para uma descrição do triângulo, ver p. 71.

quadros que aos pintores”.⁶⁹ Para o caso desta tese, ela se aplica mais aos textos que aos seus autores. Se, então, a intencionalidade está toda ela impregnada por um sentido de futuro, analisar as intenções de um determinado objeto é se debruçar sobre o passado desse mesmo objeto.

De forma resumida, e nos termos do autor, a questão se coloca da seguinte maneira: um artista ao pintar está realizando um “encargo” orientado por diversas “diretrizes”; ele está oferecendo uma solução para determinados problemas que, ao mesmo tempo, ele próprio se coloca e o seu contexto coloca a ele. A identificação da solução e dos problemas é produto da crítica que procura estudar a obra deste artista, isto é, que procura oferecer uma explicação histórica para o quadro. No caso da pintura, as diretrizes podem ser estabelecidas em termos de teorias estéticas, de relações entre “escolas” distintas (o diálogo com a tradição), de questões de mercado cultural, de propensões individuais do pintor, etc. Decorre dessa tomada de posição um dos pontos fortes da análise de Baxandall, a saber, seu repúdio à cômoda noção (uma “praga da crítica de arte”) de *influência*, esse “suporte mágico” para a atribuição de causalidades de que falava Michel Foucault.⁷⁰ O principal problema de tal noção reside no papel de passividade concedido àquele que “sofre” influência de outrem. A consequência disso é que, em muitos casos, ela acaba por inverter os termos da relação, dando à idéia de tradição uma linearidade natural e, por vezes, enganosa. O exemplo dado é a conhecida “influência” de Cézanne sobre Picasso. Para Baxandall, “a verdade é que Picasso exerceu uma ação muito determinante sobre Cézanne. Antes de tudo, reescreveu a história da arte dando a Cézanne uma importância histórica muito maior e mais decisiva, a partir de 1910, do que a atribuída em 1906 [ano da morte do pintor]: ele deslocou a obra de Cézanne para o centro da grande tradição da pintura européia”. Com isso, a própria noção de tradição necessita ser repensada: ela não se refere a “uma espécie de gene cultural estético”, mas sim a “uma visão especificamente analítica do passado, que se relaciona de modo ativo e recíproco com um conjunto de aptidões e habilidades passíveis de serem adquiridas na cultura que tem tal visão”.⁷¹

Assumir aqui essa aproximação entre estilo e intencionalidade proporciona um ganho teórico considerável, ainda que à custa de toda a discussão que as idéias de

⁶⁹ *Ibid.*, p. 81.

⁷⁰ Ver FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 23 e ss.

⁷¹ *Ibid.*, p. 105.

Baxandall podem suscitar.⁷² Convém sublinhar novamente que elas não são empregadas como uma fôrma dentro da qual o objeto fica restringido, perdendo toda sua riqueza analítica. Elas servem antes como proposta de leitura para *CG&S*, concedendo ao livro toda a flexibilidade que lhe permite ser explorado de forma mais proveitosa. Sugerir para Gilberto Freyre um estilo particular de escrita de história não é o mesmo que classificá-lo numa escola pré-definida ou rotulá-lo em uma teoria *a priori*; pensar o livro em termos da intencionalidade que o produziu é atentar para o processo de escrita que permitiu a ele ocupar uma posição privilegiada dentro de uma determinada tradição intelectual.

Casa-grande & senzala* lido a partir de *Os sertões

A noção de estilo e sua relação com a idéia de intencionalidade permitem aqui um procedimento particular para o estudo de *Casa-grande & senzala*: sua análise é feita a partir da leitura de *Os sertões*, de Euclides da Cunha, considerando que o estilo de Gilberto Freyre é elaborado, entre outras coisas, desde uma relação peculiar, e muitas vezes não evidenciada, que ele manteve com toda uma tradição anterior de intérpretes, onde se encontra a obra maior de Euclides da Cunha, ressaltando que no conjunto das “diretrizes” que formam a intencionalidade subjacente ao livro se encontram diversos pontos que caracterizam a escrita euclidiana. Defende-se a idéia de que parte dos problemas aos quais Freyre ofereceu respostas ao escrever *CG&S*, podem ser evidenciadas em uma leitura particular da “epopéia de Canudos”, a qual é aqui encarada como índice de uma certa compreensão da história que caracterizou a virada do século XIX para o XX, com formas de representação particulares.

Um exemplo fácil serve aqui de acesso para uma compreensão do argumento. Parte-se de conhecida passagem do prefácio de 1933: “era como si tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos

⁷² O problema da *intenção* subjacente à feitura de um texto ou de uma obra, bem como as relações entre o procedimento interpretativo e a “procura” pelas intenções de determinado autor não é nova. O debate se refere, pelos menos na modernidade, desde a tradição hermenêutica romântica, em que interpretar equivalia a apresentar os sentidos intencionais do autor, passando pelo estruturalismo e o *new criticism*, com toda a discussão sobre a autonomia dos textos e seu despreendimento em relação ao autor e ao contexto, culminando mais recentemente no retorno à noção de subjetividade e na reabilitação da parte reflexiva da escrita. Creio que a maneira como foi encaminhada a reflexão a partir de Baxandall me permitiu contornar os pormenores do debate. Ver sobre isso o artigo, SKINNER, Quentin. “Motives, intentions, and interpretation of texts”. In: *New literary history*, vol. 3, n. 2, 1972, p. 393-408.

problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o da miscegenação”.⁷³ Aqui pode ser evidenciada uma das mais conhecidas “diretrizes” que motivaram o “encargo” do autor, ou seja a questão racial. Uma inquietação pessoal de Freyre, originada por sua vivência em contato intenso com a realidade mestiça do país, além da experiência passada durante os momentos de estudo nos Estados Unidos, onde deparou-se pessoalmente com a questão a partir de uma ótica mais radical, certamente despertou nele a atenção à mestiçagem. Ao mesmo tempo, colocada no plano geracional enquanto um “problema brasileiro”, a discussão sobre o papel das raças na formação histórica do Brasil, bem como sobre o lugar conferido à cada uma delas (e à sua mistura) na experiência nacional despontava na agenda do dia dos intelectuais brasileiros nas primeiras décadas do século XX.

CG&S é reconhecidamente uma resposta a tal problema, sendo a intenção de seu autor propor uma alternativa positiva para a mestiçagem, garantindo ao mestiço um lugar privilegiado na nação. Freyre dialoga, portanto, com uma série de autores, dentre os quais o próprio Euclides, que viam na mistura das raças um fator negativo para o desenvolvimento do país, compreendendo o mestiço como um indivíduo inferior, seja um degenerado ou mais precisamente a figura euclidiana do retardatário. Além disso, se Euclides pode ser situado em uma tradição, nascida entre os românticos, de valorização do elemento indígena para a formação do “homem brasileiro”, ainda que, no seu caso, matizada pelas doutrinas do fim do século XIX, Freyre primou, sem desconsiderar totalmente a influência dos índios, por reconhecer o negro como fator preponderante na formação do “caráter nacional”. A análise que se enveredasse por esse caminho deveria reconstituir os procedimentos de que Freyre se valeu para chegar a tal resultado. Não é o caso aqui, porém, de realizar a interpretação da interpretação da mestiçagem feita por Freyre. O caminho já foi percorrido por outros autores.

O escopo da tese é distinto. Pretende-se mostrar como o autor de *Apipucos* ofereceu, com a elaboração de *CG&S*, um outro modelo de *representação do passado*, o qual subsidiou plenamente a maneira como sua interpretação da formação histórica brasileira foi construída. Tal modelo, por sua vez, parece ter sido elaborado como uma espécie de resposta àquele oferecido, algumas décadas antes, com a escrita de *Os sertões*, alçado por parte da crítica daquele período como grande modelo de interpretação da cultura brasileira. Embora *CG&S* apareça hoje como um “renovador

⁷³ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala. Formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schimidt Ltda., 1933, p. XII.

dos estudos históricos”, argumento que a preocupação historiográfica de Gilberto durante a composição de seu livro não era predominantemente voltada para a prática efetiva dos reconhecidos historiadores brasileiros, ocupados, como o caso de Capistrano de Abreu indica, com o desenvolvimento do método crítico para a história produzida no Brasil, ou, como era o caso do IHGB nas primeiras décadas do século passado, com a definição dos princípios de cientificidade do ofício (além da manutenção do próprio lugar institucional criado em 1838). Por outro lado, ela era voltada ao esforço generalizante de se “re-descobrir” o país, do qual a obra de Euclides ainda servia como um dos principais paradigmas. Para além do sucesso editorial e da acolhida calorosa pela crítica, a narrativa sobre o conflito no sertão baiano inaugurou uma forma distinta de se escrever *sobre* a história da nação, já que, valendo-se das inovações conceituais que a história literária introduziu no final do século XIX, ele dela se distinguiu, entre outras coisas, por não se limitar ao estudo da produção literária como “fonte” privilegiada (e em alguns casos exclusiva) para a compreensão das “questões nacionais”. Além disso, a julgar por um dos grandes historiadores da literatura do período, Sílvio Romero, Euclides soube conciliar os pares que pareciam opostos na querela Sílvio Romero-Machado de Assis, fazendo convergir a crítica social, defendida pelo primeiro, com os cuidados estilísticos da língua, que o patrono da Academia Brasileira de Letras tanto favorecia. Assim, colocada em primeiro plano, a escrita de *Os sertões* aparecia como ponto fundamental a se contornar, já que, como era o intuito de Freyre, *CG&S* foi concebido para ser uma *inovação*, um livro “originalíssimo”, quer fosse em termos de conteúdo quer fosse nos seus aspectos formais.

Para colocar mais claramente os termos do problema: Gilberto Freyre, voltando ao Brasil pela primeira vez em 1923, com uma bagagem conceitual sensivelmente distinta daquela que se podia considerar vigente em terras tropicais, tinha o claro intuito de se inserir no ambiente intelectual de forma a criar um lugar específico de atuação. Como se verá, diante da predominância da literatura (e o livro de Euclides foi desde logo “empurrado” para este campo), “vender” um produto elaborado segundo os critérios das ciências sociais não era das tarefas mais simples. Daí o esforço coletivo em se assimilar o rigor científico com as qualidades literárias do livro, seja pelos amigos e críticos escrevendo sobre o livro, seja pelo próprio autor na constante escrita de prefácios para seu mais conhecido livro. Um semelhante “consórcio entre ciência e arte” era o *topos* preferido na recepção de *Os sertões*. Os critérios de distinção para a obra de Freyre, nesse sentido, deveriam obedecer a outros princípios. Ao mesmo tempo, a noção

que se queria transmitir através de uma “nova interpretação” da história, era uma visão conciliatória e otimista do passado, algo que privilegiasse antes a força da tradição do que o ímpeto das inovações; sua permanência refletida e não o progressismo desenfreado.

Os problemas que se colocavam diante de Freyre no âmbito daquilo que é o tema geral da tese, isto é, as relações entre ordem do tempo e representação do passado, podem ser evidenciados segundo os três pontos já ressaltados. Em primeiro lugar, o lugar definido para o sujeito do conhecimento, passível de ser analisado a partir da experiência da viagem em Freyre, e o aspecto da visão correlato a ela. Como se verá, Euclides constrói a figura do viajante em seu texto como um terceiro elemento, não totalmente justaposto à figura do narrador. Cria-se a impressão, com isso, que aquele que vê e escreve se encontra longe, separado daquilo que é observado. Esse lapso é justamente um dos critérios assumidos por Euclides para a idéia de objetividade da representação e para sua conseqüente legitimidade: o olhar imparcial. Por sua vez, Freyre cria a todo momento, através de seu texto, efeitos que procuram situá-lo na proximidade de seu objeto, mesmo quando este se encontra apartado no tempo e no espaço. Sobrepondo o viajante com o narrador, por sua experiência própria de viagem mas também através dos registros deixados por outros viajantes, é como se ele assumisse para si próprio um único e constante olhar legitimador. A viagem permite a ele um olhar *in loco*, assim como a linguagem lhe propicia efeitos de presença inclusive para a experiência passada.

Em segundo lugar, a forma de construção da temporalidade deixa entrever também duas percepções do processo histórico. Em *Os sertões*, instaura-se um hiato quase que irremediável entre o tempo do autor e aquele das sociedades sertanejas. Se ir ao sertão baiano significava um “refluxo na história”, é porque há naquela experiência um profundo senso de ruptura entre presente e passado. O registro sobre os confrontos em Canudos constituem-se, pois, como registro sobre a diferença, sobre a alteridade, notadamente marcado por uma compreensão moderna de história (pressuposto civilizacional, idéia de progresso, corte entre passado e presente, ênfase no “horizonte de expectativa”, etc.). Já no *CG&S*, opera-se o que se pode chamar de uma “retórica da identidade”, por meio da qual é sobretudo a identidade e os mecanismos de identificação entre passado e presente o que são vislumbrados. Não se trata de atribuir a Freyre uma compreensão clássica ou tradicional de história, distinta da moderna, mas sim de perceber em seu livro o papel norteador da memória para a sua argumentação, o

que parece conceder um privilégio significativo à idéia de “espaço de experiência”, sendo que o autor intenta criar um tempo homogêneo onde se confundisse sua vivência pessoal com a experiência coletiva da sociedade brasileira.

Por fim, nota-se na obra de Euclides uma forma especial de uso da linguagem no intuito de representar seu objeto. Marcado profundamente por uma matriz naturalista de representação, a qual não se resume aos aspectos estéticos de escola literária, o escritor-engenheiro estabeleceu uma série de estratégias lingüísticas⁷⁴ no sentido de uma ascese textual pela qual se expurga a linguagem do outro, isto é, do sertanejo que aparece como objeto da análise. Com isso, complementando o afastamento entre sujeito e objeto, entre presente e passado, ocorre um afastamento também significativo entre a linguagem da ciência e a linguagem “do matuto”. No caso da escrita de *CG&S*, é justamente o contrário disso que seu autor pretende realizar. Apropriando-se particularmente de partes das inovações propostas pelo modernismo literário, Gilberto notoriamente intenta diluir as diferenças entre linguagem culta e linguagem popular, criando um ensaio marcado por certo hibridismo em que o aporte conceitual coexiste com expressões heterodoxas incorporadas no correr da escrita. Com isso, a língua falada do objeto se coaduna com a linguagem escrita do analista.

Enfim, Euclides da Cunha, encarnando o cientificismo naturalista de que Gilberto Freyre procurava se desviar (ou talvez suplantar), constrói a trama narrativa de *Os sertões* toda ela sob o signo da *distância*. Por sua vez, o sábio de Apipucos almeja através de sua escrita “tocar o nervo” do passado, daí todo o sentido de proximidade que emana de seu texto, uma quase que *contigüidade* entre experiência e linguagem no anseio sempre frisado de fazer “do verbo, carne”. Como ressaltaram os mais recentes biógrafos de Freyre, “o Brasil de Euclides, bem diferente do seu, está sempre presente como medida de comparação. Impõe-se uma advertência contra a ‘tirania da distância’, tanto do olhar dirigido para a Europa quanto do olhar oficial, desprovido de intimidade”.⁷⁵ Se a distância para a compreensão de história e de trabalho intelectual em Euclides tem uma função eminentemente legitimadora, na tentativa de que seu texto não fosse contaminado quer seja pelo subjetivismo do autor, quer seja pela preponderância

⁷⁴ O termo francês *langagières* seria mais preciso, pois se afasta consideravelmente da proximidade com a disciplina da lingüística.

⁷⁵ LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre uma biografia cultural. A formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 278. Todavia, parece-me que, se motivada pela falta de “intimidade” em relação ao objeto (falta consciente, proposital e metodologicamente conduzida em proveito da objetividade do relato), a “tirania da distância” em Euclides não se traduzia tão simplesmente em apego à imitação da Europa ou em reprodução do olhar oficial.

do objeto, para Gilberto é justamente esse caráter contíguo que parece lhe servir como princípio de validade para o seu registro que, por isso, dispensa uma série de procedimentos de assepsia admitidos pelo engenheiro. É, pois, contrapondo os elementos que constituem a distância em *Os sertões*, a saber, o olhar, o tempo, a representação, com os dados da viagem, da memória e do ensaio, elementos que marcam a contigüidade em *CG&S*, que a singularidade de Freyre se torna mais manifesta. Este é, então, o procedimento principal da tese.

A estrutura deste trabalho divide-se em três partes principais, cada qual com capítulos que convergem para uma direção em comum. Na primeira parte, pretende-se indicar, através da história da recepção de *CG&S* no Brasil, uma série de temas que possibilitaram os caminhos da reflexão aqui ensejada. Esse estudo permitiu constatar os sentidos da permanência do livro como assunto intelectual nos trópicos, reconstituindo os momentos fortes da sua fortuna crítica. Dessa maneira, creio, o escopo da tese também fica evidenciado pela relação estabelecida com outros analistas que, de tal ou qual maneira, já percorreram determinados pontos desta pesquisa. Essa parte é ainda complementada com uma análise dos diversos prefácios que Freyre escreveu para as edições brasileiras da obra. É notável a forma por ele escolhida tanto para responder às incessantes críticas (positivas ou negativas) recebidas pelo seu trabalho, quanto para se firmar, firmando o livro, no ambiente intelectual do Brasil. Os prefácios servem, então, para a manutenção do nome do autor bem como para a permanente reatualização do livro como obra fundamental de interpretação da história pátria. Com isso, torna-se perceptível a produção de um *lugar* a partir do qual Freyre atua. A história do livro em prefácios evidencia as mutações desse lugar e sua definição derradeira no jogo estratégico que o autor manteve com a crítica.

Na segunda parte se estuda com mais vagar e com certa distância em relação a Freyre, a obra de Euclides da Cunha. Num primeiro momento, o impacto causado pelo *Os sertões* no contexto que segue desde a sua publicação até a década de 1940 permite argumentar que o livro inaugura, segundo sua recepção sugere, uma forma distinta de discurso sobre a nação, deslocada em relação à literatura e à história literária. A obra coloca como questão importante a ser resolvida a própria relação entre o discurso literário e as formas discursivas das incipientes ciências sociais no Brasil. Com isso, ela amplia consideravelmente o espaço de possibilidade para o desenvolvimento, notório nas décadas seguintes, da tradição ensaística de interpretação histórica. Em seguida, o livro em si é contemplado, procurando ressaltar os preceitos teóricos que ordenaram sua

elaboração, de forma a embasar o argumento acima indicado sobre a idéia de distância na obra. Neste capítulo, a obra de Gilberto Freyre é deixada de lado para que se estabeleça, a partir do livro de Euclides os parâmetros através dos quais ela será depois analisada.

Finalmente, a terceira parte é toda ela dedicada à investigação sobre o *CG&S*. De início, toda a função epistemológica da experiência da viagem em Freyre é trabalhada, a qual abre questões mais plenamente articuladas nos capítulos seguintes: a da proximidade, do tempo homogêneo, da oralidade, etc.. Segue-se pelo estudo da “retórica da identidade” construída segundo uma forma bastante particular de compreensão da memória para a representação do passado, bem como pela exposição do princípio temporal que embasa a narrativa da formação da sociedade brasileira sob o regime de economia patriarcal. O último capítulo é dedicado ao estudo mais pontual sobre a tradição do ensaísmo histórico na república velha, tentando verificar a originalidade de Freyre dentro dessa tradição e o uso por ele feito da linguagem em suas capacidades representativas.

O ensaio é aqui o objeto privilegiado, mas também é a forma discursiva escolhida para a construção dos argumentos. Cada um dos capítulos que compõem a tese possui uma relativa autonomia no conjunto do trabalho. Mas eles também funcionam de forma ordenada, construindo passo a passo a rede interpretativa da pesquisa. Em certas ocasiões, os assuntos parecem se repetir, mas o desenrolar da argumentação mostrará, espero, como que a redundância muitas vezes tem por pretensão contemplar aspectos variados de um mesmo ponto, de maneira a preencher certas lacunas abertas anteriormente. A intenção é oferecer um texto em conjunto no qual cada uma das partes que o compõem apresentam uma feição variada do objeto de estudo. Afinal, dada a complexidade do quadro pintado por Gilberto Freyre, o inventário de sua palheta nem sempre é possível de se fazer de modo linear, sendo que a mistura das tintas tampouco compromete a coerência do estudo.

PRIMEIRA PARTE

I

RECEPÇÃO DE *CASA-GRANDE & SENZALA* NOS TRÓPICOS

“A grandeza ou a pequenez de um autor, qualquer que tenha sido o campo por ele praticado, não depende apenas do que ele produziu mas do que a comunidade a que se dirigia fez de sua produção”.

Luiz Costa Lima¹

“O livro de Gilberto Freyre parece-me que vai ser o último embate entre modernos e antigos, entre a velha e a nova geração”.

Yan de Almeida Prado²

O “homem de um só livro”: ainda Gilberto Freyre, ainda *Casa-grande & senzala*

Apesar da vastidão de sua obra, composta por uma pluralidade incomum de escritos das mais variadas e inusitadas feições, Gilberto Freyre talvez seja autor de um único livro, *Casa-grande & senzala*. Tal a impressão que fica quando se atenta para a considerável diferença entre o livro de 1933 e o restante de sua produção intelectual, e não apenas porque o ensaio manteve uma recepção editorial constante, com suas mais de quarenta edições apenas em terras brasileiras, sendo ainda traduzido para outras tantas línguas mundo afora, mas também porque seu próprio autor estabeleceu uma relação peculiar com essa obra, sensivelmente distinta da estabelecida com os outros textos, como os diversos prefácios escritos para ela permitem constatar. Em sua tese sobre a produção do sociólogo pernambucano durante a década de 1930, Ricardo Benzaquen de Araújo sugere que Gilberto “sempre procurou apresentar *CG&S* como uma espécie de ponto de partida do seu pensamento, insistindo inclusive em afirmar que ele não seria apenas o seu primeiro livro, mas a sua principal fonte inspiradora, fonte

¹ LIMA, Luiz Costa. *Euclides da Cunha. Contrastes e confrontos do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto; Petrobrás, 2000, p. 56.

² *Literatura/RJ*, 20/01/1934, republicado em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*. Artigos reunidos e comentados por Edson Nery da Fonseca. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985, p. 55.

cuja influência se faria sentir ao longo de toda a sua obra”.³ Assim, os organizadores da edição crítica do livro apontaram recentemente que Gilberto, ao escrever *CG&S*, “ficou destinado a comparar o resto de sua produção com seu texto de estréia”.⁴ Juízo semelhante ao de um contemporâneo de Freyre, o crítico Eloy Pontes, publicado em 1943 quando outras obras como *Sobrados e mocambos* e *Nordeste* já haviam saído ao público, considerando que “*Casa-grande & senzala* parece o livro único que Gilberto Freyre teve para escrever. Tudo o mais são trabalhos de cronistas. Artigos de jornal, achegas do dia-a-dia, referências bibliográficas”.⁵ No mesmo ano, outro comentador afirma de maneira mais contundente e mordaz, prenunciando o que, para ele, aparecia já como sinais da decadência de um escritor: “é o único de seus livros que resistirá ao tempo, o único dos seus livros que realmente trouxe alguma coisa de ‘novo’ para a compreensão dos problemas do Brasil”.⁶ Ainda Antonio Pinto de Medeiros fará eco ao coro, salientando que “a complexidade e dimensões do assunto fizeram do Sr. Gilberto Freyre um homem de um só livro”.⁷

Apesar de forçoso em certa medida, tal juízo não deixa de apontar um elemento significativo da maneira pela qual se constituiu com o passar dos anos, não apenas a fortuna crítica do autor, mas a própria memória sobre ele. É evidente que o parecer é menos pautado por um critério de rigor crítico, já que não são poucos os que consideram *Sobrados e mocambos* como a obra-mestra de Freyre, pelo menos a mais bem acabada da sua extensa produção, do que por um certo impressionismo fundado na opinião e no gosto pessoal, além do próprio esforço de Freyre em dar essa impressão. Não obstante, as considerações apontam para a identificação quase completa entre Freyre e *CG&S*, entre o autor e a sua obra. Não é então exagero dizer que, desde o início de seu planejamento, o livro foi todo ele elaborado *a partir* de seu autor, e não simplesmente porque foi ele quem o compôs, mas porque a experiência pessoal de Freyre lhe serviu como pilar fundamental de sustentação. Criatura cujas feições se assemelham ao criador, *CG&S* serve também, além de outras coisas, como monumento

³ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz. Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. 2ª. edição. São Paulo: Editora 34, 2005, p. 103.

⁴ GIUCCI, Guilherme; LARRETA, Enrique Rodrigues; NERY da FONSECA, Edson. “Notas sobre a primeira edição”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica. Paris: ALLCA XX, 2002, p. XXV.

⁵ *O Globo*, 18/9/1943, republicado em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 216.

⁶ Edison Carneiro, na revista *Diretrizes*, 9/9/1943, republicado em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 243.

⁷ *A República*, 20/2/1944, republicado em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 291.

à memória daquele que o escreveu. A assertiva é forte e espero conseguir demonstrar de forma convincente meu argumento. Mas não adiantemos as coisas.

Ainda Gilberto Freyre, ainda *Casa-grande & senzala*. A sentença poderia muito bem vir acrescida por um ponto de interrogação ao final, pois, mais do que uma evidência, ela incita sobretudo a dúvida: por que *ainda* escrever sobre esse livro, por que *ainda* comentar seu autor? Não seria isso uma forma de auto-afirmação por parte do estudioso, como sugere Ronaldo Conde Aguiar, ao dizer com todas as letras que “o ato de escrever sobre os chamados *ícones* do pensamento social brasileiro [Freyre, Euclides e Romero são os exemplos], transformou-se, no meio intelectual brasileiro, numa *demonstração explícita da competência de quem soube escolher a quem estudar e sobre quem escrever*. Esta escolha [...] serve, sobretudo, para reafirmar o prestígio dos *ícones*, na medida em que ratifica a sua importância como *tema consagrado de estudos, teses e ensaios*”⁸ Embora se possa considerá-lo, o livro de Freyre, como um septuagenário bem sucedido, que soube como poucas obras desse gênero no Brasil manter vivo e efetivo o valor de suas intenções, tanto para o bem quanto para o mal, sendo constantemente revisto, reeditado, melhorado, aumentado, elogiado, bem como criticado, contestado, desconsiderado e mesmo condenado, ainda cabe indagar-se sobre as razões de sua permanência e os motivos de sua atualidade. A atenção particular a alguns textos publicados sobre o conjunto autor/obra apontam considerações significativas.

Começemos por textos escritos sobre a obra feitos, curiosamente, antes mesmo de sua chegada ao público. Dois em especial constituem importantes “antecipações”, como as definiu Edson Nery da Fonseca, a *CG&S*. Em artigo no *Diário Carioca* de 20 de outubro de 1933, Rodrigo Mello Franco de Andrade, quem o próprio Freyre apontará como um dos principais incentivadores à escrita do livro, salienta que sua publicação será uma das conseqüências positivas da revolução de 30, já que foram tais eventos que ocasionaram o exílio do autor, motivo que criou condições propícias para o processo de escrita do qual resultou o texto que, entre outras coisas, aparece, segundo Andrade, como obra de “utilidade pública”. Dentre as principais características ressaltadas, duas se destacam como mais importantes e destinadas, com o passar do tempo, a serem

⁸ AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido. Tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Anpocs; Topbooks, 2000, p. 16. O autor estranhamente esquece-se de dizer que a ênfase um pouco excessiva na “raridade” de seu objeto é também um procedimento de legitimação do próprio trabalho: o autor seria aquele que soube descobrir a “pedra rara”, no árduo trabalho de garimpo em busca de seus vestígios.

repetidas por diversos outros comentadores: a primeira, a “feição marcadamente nacional da linguagem”; a segunda reside no fato de que “o volume não é uma exposição fria de fenômenos sociais mais ou menos consideráveis, mas um livro de poesia intensa ao mesmo tempo que uma obra de ciência”. Conclui então o autor pela significativa afirmação de que *CG&S* se distingue dos ensaios de interpretação anteriores “pelo seu valor excepcional como *documento literário*”.⁹

Num texto de caráter propagandístico cujo intuito era chamar a atenção dos possíveis leitores brasileiros para um livro que ainda viria a público, mais do que o conteúdo do texto, ressalta-se seus aspectos formais. O contexto pode ser bem situado com as inovações estéticas trazidas pela crítica modernista aos modelos anteriores de escrita, notadamente a retidão métrica parnasiana e o rigor cientificista do naturalismo, acusado pelas suas doutrinas importadas, incitando pelo caráter nacional, não só dos temas literários, mas, sobretudo, da linguagem a ser utilizada. *Macunaíma*, como se sabe, havia sido publicado cinco anos antes. Além disso, a última passagem citada permite ainda localizar com precisão o lugar do livro, ou seja, o momento de insurgência da literatura regionalista no nordeste, onde as letras assumiam claramente uma feição documental. No mesmo ano em que Mário de Andrade publicara seu mais famoso livro, José Américo de Almeida, igualmente marcado pela estética modernista, lançou ao mundo o seu *A bagaçeira* e, um ano antes das palavras de Rodrigo Mello Franco de Andrade, José Lins do Rego já havia apresentado *Menino de engenho*.

Na história da sua fortuna crítica, portanto, *CG&S* já aparece colocado diretamente em relação ao contexto da literatura no Brasil, louvado pela sua prosa sociológica de nítidos contornos literários. Não obstante, em outro artigo onde a dimensão da obra é ressaltada a partir de outras perspectivas, José Lins do Rego situa-o no plano mais abrangente do pensamento social brasileiro, expandindo o campo para além do universo literário propriamente dito. Como notaram Guillermo Giucci e Enrique Larreta, os textos antecipadores “oferecem-nos um perfil de Freyre como pesquisador. Em outras palavras, tenta-se diferenciá-lo do diletante e ‘profissionalizá-lo’, característica pouco comum entre os autores modernistas”.¹⁰ Com um olhar aguçado e inquieto, José Lins lamenta que “naquela época nós estávamos no Brasil à vontade dos ventos, sem firmeza em cousa nenhuma”. Diga-se de passagem que *aquela* época à qual

⁹ *Carioca*, 20/10/1933, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 35-38 (itálico meu).

¹⁰ GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodrigues. “*Casa-grande & senzala*. História da recepção”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica, op. cit., p. 929.

ele faz referência, como se se tratasse de um passado remoto, é apenas a década precedente ao seu texto, em que, segundo o autor, no Brasil não havia homem de pensamento nem um grande livro, sendo que o modernismo originado no sudeste do país não teria sucedido, aos olhos do romancista, alargar sua atuação para além do discurso literário; a nação letrada ficando restrita apenas à dimensão de dois nomes, Mário de Andrade e Coelho Neto. Tais colocações são aqui menos importantes pela justeza de suas assertivas do que pelo intuito que elas carregam. Diferente de Rodrigo Mello de Andrade, o autor de *Fogo morto* pretende com tais palavras expandir o campo possível de recepção do livro de Gilberto Freyre sendo, nesse sentido, muito mais fiel às próprias intenções de seu mestre. José Lins fala de Freyre não como literato, mas como historiador. Não que as qualidades estilísticas de *CG&S* não fossem ressaltadas, pelo contrário, mas elas eram colocadas em direta relação com as análises de interpretação histórica até então produzidas. Freyre aparece no artigo como “o primeiro grande historiador do Brasil”, e é a partir dessa constatação pessoal que seu discípulo confesso oferece suas opiniões.

“A história do Brasil deixou de ser em suas mãos uma vaidade de saber mais datas que os outros como se dá com o Barão do Rio Branco, ou um puro deleite de esquisito como foi para Capistrano de Abreu, o homem que poderia ter sido o nosso grande historiador se não tivesse querido ser somente o nosso maior esquisitão. A história que Gilberto Freyre sabe e escreve tem mais uma expressão de vida que de pura memória. É uma história com sangue, mais humana do que sábia”. Além disso, ela (“a História do Brasil”) “até agora viveu de explorações e maus tratos. Rocha Pombo tratou-a como um marido estéril. Porto-Seguro como um esposo infiel, cometendo adultérios. Tivera ela grandes namorados, que lhe seriam ótimos matrimônios: Capistrano de Abreu e Alfredo de Carvalho”, mas nenhum que se igualasse ao sábio recifense. Afinal, a escrita da história não se resumia à coleta infrutífera dos fatos, nem à crítica pedantesca dos documentos. “Para ser verdadeira a história precisa mais de um lírico, que das ‘provas exuberantes dos autos’”; ela precisa ser fundamentada mais no historiador do que nas fontes. Ou seja, numa clara referência ao foco principal do ataque, para José Lins do Rego, “a obra que Capistrano não quis concluir é esta que Gilberto Freyre vai começar”.¹¹

¹¹ *Boletim de Ariel*, novembro de 1933, republicado em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 39-42.

La défaite de l'érudition, poder-se-ia sugerir, pensando no estudo de Blandine Kriegel sobre a historiografia europeia na época clássica.¹² Ora, sabe-se o passo fundamental que Capistrano de Abreu deu ao tentar ir além de Varnhagen nos aspectos críticos e metodológicos da disciplina histórica no Brasil, e também por defender uma história mais sociológica e interpretativa do que a *História geral do Brasil* sucedeu fazer.¹³ Assim, ao estabelecer como contraponto ao autor de Recife o historiador cearense, negligenciando aquilo que para este era a tarefa mais importante na prática historiográfica, isto é, seus aspectos de erudição e crítica, sem, entretanto, mencionar o anseio por sistematização sociológica que Capistrano alimentava, José Lins pretende inserir *CG&S* no âmbito dos estudos históricos no Brasil, porém deslocando o ponto de vista através do qual ele poderia ser valorizado: de homem de arquivo, o bom historiador passa a ser então aquele que conduz as palavras, não com mais elegância, pois não se trata simplesmente de eloquência, mas com maior apelo à experiência vivida, aquele que consegue dotar a linguagem do corpo vívido da história, sem ser por isso o equivalente de um antiquário cheirando poeira de documento e visando elucidar pequenas coisas para o proveito único da erudição pessoal; narrador de uma história, enfim, “mais humana do que sábia”. Mesmo que o romancista não tenha usado a expressão, não seria, portanto, exagero dizer que aquilo que Freyre realizou, pelo menos para aquele que foi um dos seus mais ferrenhos defensores, foi escrever, no sentido que alguns historiadores do século XIX deram ao termo e que Martius, na sua famosa dissertação entregue ao IHGB, assumiria plenamente, uma *história filosófica*.¹⁴

¹² KRIEDEL, Blandine. *L'histoire à l'Age classique II: la défaite de l'érudition*. Paris: Quadrige/PUF, 1996.

¹³ Ver ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. “Ronda noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu”, op. cit., e OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006 (agradeço à autora por ter me disponibilizado cópia do texto).

¹⁴ Convém esclarecer que a idéia de “história filosófica” tal como aparece na dissertação de Martius não é simplesmente um sinônimo de “história geral”, como dá a entender Cunha Matos em sua “Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do imperio do Brazil”, quando coloca que “parece-me absolutamente desculpavel a falta de bons escriptos nacionaes antigos, e absolutamente impossível o arranjar-se desde já um historia geral, ou uma história philosophica do imperio de Santa Cruz”, por conta das lacunas documentais que não permitiam contemplar as diversas regiões da nação. MATOS, Raimundo José da Cunha. “Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do imperio do Brazil”. In: *RIHGB*, tomo XXVI, 1863, p. 129. Já Januário da Cunha Barboza, no discurso de fundação do Instituto, ressalta de forma diferente que a história filosófica é aquela que apresenta uma espécie de *sentido* para a história, preocupada com as causas naturais e com a explicação dos motivos dos eventos históricos, mas rejeitando o papel da Providência como guia da história. BARBOZA, Januário da Cunha. “Discurso”. In: *RIHGB*, tomo I, 1839, p. 9-17. Por sua vez, mais próximo da noção esboçada pelo primeiro secretário perpétuo, Martius também considera tal noção a partir da idéia geral de um *sentido* (embora ele não use a palavra) para a formação histórica do Brasil, onde ele encara a relação entre as três raças constituintes como fator preponderante, a ponto de falar sobre

Entre “literatura documental” e “história filosófica”, *CG&S* aparece entre os grandes livros de interpretação da realidade nacional.¹⁵ Talvez seja por essa capacidade de atravessar, com a mesma desenvoltura, terrenos distintos e de variados relevos que a indagação pode ser solucionada. Por que ainda *CG&S*? Justamente porque ele permite esse constante retorno, sendo que este retorno não é jamais ao mesmo lugar. Ou, para ser mais exato, já que a palavra “retorno” pode sugerir que em algum momento ele foi esquecido, porque percorrer o texto na vastidão do seu território significa não apenas conferir a ele uma renovada atualidade, o que seria despropositado para o caso em questão, mas implica torná-lo, uma vez mais, passível de ser problematizado e questionado naquilo que ele criou como paisagem familiar. Evidentemente, de modo geral, qualquer obra se encaixaria nesse tipo de argumentação. Mas isso não explica porque o fato acontece com algumas e não acontece com outras. Uma obra como a de Manoel Bomfim, por exemplo, é dessas a que se pode de fato “retornar”, dado o seu relativo apagamento da cena intelectual brasileira durante grande parte do século XX.¹⁶ Dante Moreira Leite, comparando-o a outros ensaístas da mesma geração, sugere como ele passou “despercebido”, mesmo apesar da imediata crítica, publicada por Sílvio Romero (que, de resto, palpitava sobre tudo!), ao *A America latina. Males de origem*, de 1905, sendo ainda que sua obra não foi reeditada salvo muito recentemente.¹⁷ Flora Süssekind e Roberto Ventura, que há mais de vinte anos também notaram esse apagamento, sugerem que suas razões residem nas ambigüidades dos textos de Bomfim,

uma “lei particular das forças diagonaes” para se referir a essa relação. Segundo o naturalista, “vendo nós um povo novo nascer e desenvolver-se da reunião e contacto de tão diferentes raças humanas, podemos avançar que a sua historia se deverá desenvolver segundo uma lei particular das forças diagonaes [...] Tanto os indigenas, como os negros, reagiram sobre a raça predominante. Sei muito bem que *brancos* haverá, que a uma tal ou qual concurrencia d’essas raças inferiores taxem de menoscabo á sua prosapia; mas tambem estou certo que elles não serão encontrados onde se elevam vozes para uma *historiographia philosophica do Brasil*. Os espiritos mais esclarecidos e mais profundos, pelo contrario, acharão na investigação da parte que tiveram, e ainda tem as raças India Ethiopica no desenvolvimento historico do povo brasileiro, um novo estímulo para o historiador humano e profundo”. MARTIUS, Carlos Frederico Ph de. “Como se deve escrever a historia do Brasil”, op. cit., p. 390.

¹⁵ Nesse sentido, portanto, discordo da posição de Ricardo Benzaquen de Araújo, segundo a qual as primeiras avaliações do livro o teriam empurrado para o âmbito da literatura, o que “parece ter contribuído para relegar a um segundo plano a afirmação da vocação especificamente acadêmica do nosso autor”. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*, op. cit., p. 192. O próprio Benzaquen, todavia, reconhece a tentativa por parte de Freyre de dar ao seu trabalho foros de cientificidade. A continuação deste capítulo, espero, mostrará como a porção pesquisador do trabalho de Freyre foi igualmente ressaltada e valorizada pela crítica nos primeiros momentos de sua recepção, além do fato disso ter sido utilizado pelo autor como forma de inserção no debate intelectual brasileiro (ponto a ser tratado no próximo capítulo).

¹⁶ Ronaldo Conde Aguiar, por isso, deu por título de seu livro sobre o ensaísta, *O rebelde esquecido*.

¹⁷ Ele chega a elaborar uma explicação pouco convincente para o fato: Bomfim estaria “adiantado com relação aos intelectuais de seu tempo”. LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro. História de uma ideologia*. 4ª edição definitiva. São Paulo: Pioneira, 1983, p. 276.

crítico ferrenho do biologismo ao mesmo tempo em que se valeu das metáforas biológicas para elaborar suas argumentações. Para os dois estudiosos, Bomfim “move-se, pela crítica, entre uma linguagem ‘velha’ e uma ideologia ‘nova’, terreno ambíguo que trava uma possível eficácia de seu texto enquanto práxis. O recalque deste texto é a indicação mesma da dificuldade de sua recepção. À época, por suas rupturas ideológicas; posteriormente, por sua utilização de uma rede metafórica tida como superada”.¹⁸

Já Ronaldo Conde Aguiar, partindo de extensa pesquisa, aponta a complexidade da questão. Um primeiro indício das razões do esquecimento ao qual foi submetida a obra de Bomfim encontra-se no fato dele, em certa medida, ter recusado participar na cena intelectual de sua época, não cumprindo uma série de “requisitos” ali exigidos. Não aceitou o convite para ingressar na ABL e tampouco aceitou um lugar como membro do IHGB. Evitou polemizar com (ou contra) Sílvio Romero, rejeitando uma das práticas fundamentais da vida intelectual brasileira à época, isto é, a polêmica.¹⁹ Outra razão mencionada por Aguiar retoma aquela apontada por Ventura e Flora Sússekind: a escrita de Bomfim, quer seja em termos conceituais, como os dois autores ressaltaram, quer seja por princípios estilísticos, como sugere seu biógrafo. Além disso, suas idéias com relação ao processo histórico nacional e uma possível revolução no país não encontravam sintonia nem com a direita nem com a esquerda, organizada em torno do Partido Comunista. Por fim, fato significativo na história da recepção da obra de Manoel Bomfim no Brasil foi a proibição, imposta pelo Departamento de Imprensa e Propaganda durante o Estado Novo, de reeditar os livros do autor, bem como uma instrução para que eles não fossem citados em jornais e periódicos oficiais, sendo ainda retirados das estantes das bibliotecas públicas.²⁰

No caso de Freyre, difícil é, por outro lado, explicar os motivos da sua constância, pelo menos no que diz respeito a *CG&S*. É verdade que o contexto de sua publicação em relação ao livro de 1905 de Bomfim era tanto mais favorável, sobretudo

¹⁸ SÜSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. “Uma teoria biológica da mais-valia? (Análise da obra de Manoel Bomfim)”. In: SÜSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência. Cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Editora Moderna, 1984, p. 56.

¹⁹ Bomfim chegou a publicar uma resposta na revista *Os Annaes* comentando a crítica de Romero. Em carta ao diretor da revista, Romero retruca *romerianamente* e cita o tom de “xingamento” e o desespero de Bomfim no artigo, chamando-o de “máu polemista” e de “forte palerma”. ROMÉRO, Sylvio. “A proposito da America Latina”. In: *Provocações e debates*, op. cit., p. 223-237.

²⁰ AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido. Tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*, op. cit., p. 507 e ss.

em função do considerável desenvolvimento no mercado do livro no Brasil.²¹ A hipótese de Sússekind e Ventura sobre Bomfim também não oferece uma saída adequada, pois da mesma maneira já foi salientada as dificuldades de Gilberto em manter a distinção, capital do seu modelo interpretativo, entre raça e cultura, demonstrando como, apesar da intenção contrária, seu discurso é marcado por elementos raciais e por certos determinismos de caráter meso e biológicos. Igualmente, sua escrita “heterodoxa” e plástica, além de festejada como inovação estética, foi também excomungada pelos setores mais conservadores (mas não só eles) por suas impurezas de estilo e seus termos considerados chulos e mesmo pornográficos. Embora não tivesse suas obras inseridas no índice estadonovista, Freyre tinha ali, guardado no Dops, alguns arquivos que o consideravam agitador subversivo. Ou seja, uma trajetória que nessas linhas largas se aproxima da de Bomfim. Não obstante, o destino de sua recepção intelectual seria completamente distinta, restando para outro tipo de pesquisa investigar as causas disso.

Um fato material parece indicar uma possível resposta: diferentemente de Bomfim, ele não parou de ser reeditado, o que facilita a existência de leitores para o livro, alimentando uma curiosidade que pôde vir a produzir novos comentários sobre ele. Mas o fato de suas reedições serem freqüentes deve também ser pensado, num raciocínio primário, como motivado por uma demanda permanente. Ou seja, nesse movimento circular, entre o ovo ou a galinha, é a pergunta que perde seu significado. Se, por outro lado, forem percebidos os pontos privilegiados levantados por sua fortuna crítica, é possível, talvez, não responder plenamente à indagação, mas oferecer uma reflexão breve sobre o sentido dela ser colocada. De resto, a permanência do livro e de seu autor mistura estratégias editoriais de publicação, táticas intelectuais de promoção de ambos, além de um espaço literário receptivo ao seu conteúdo e à sua forma.

A fortuna crítica de *Casa-grande & senzala*: primeiros momentos

Jogando com as palavras de seu autor, pode-se considerar que a recepção de *CG&S* foi sempre marcada por um jogo tenso entre elementos díspares, cujo resultado

²¹ Sobre isso, ver MICELI, Sérgio. “Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)”. In: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, especialmente o capítulo 2, “A expansão do mercado do livro e a gênese de um grupo de romancistas profissionais”, p. 141-194.

talvez seja adequado definir como um “equilíbrio de antagonismos”.²² Tão festejado ao mesmo tempo em que tão condenado, mudando apenas, de tempos em tempos, os princípios do louvor ou da crítica, o resultado hoje está mais para uma relação profissional e intelectual com o livro do que pessoal e/ou política. Ele tornou-se objeto de estudo, deixando de ser simplesmente motivo despropositado para a efeméride (e, pior, para o auto-elogio) ou ícone privilegiado para a expiação pública de uma comunidade intelectual em seu desejo de auto-afirmação. O caminho para isso, entretanto, foi tortuoso ao limite de beirar, de um lado, tentativas curiosas de canonização do autor e, de outro, ensejos não desperdiçados para a realização de autos-de-fé moralizantes. As etapas, apenas para fins de coerência narrativa, podem ser divididas em três principais, a despeito de suas imprecisões cronológicas e de suas imbricações internas: 1) as três primeiras décadas de existência do livro, em que se pode medir seu impacto inicial; 2) o período que segue aproximadamente entre meados de 1950 e começo dos anos 1980, onde certa distância já permite juízos mais elaborados ao mesmo tempo em que a situação política do país e o desenvolvimento de centros institucionalizados do saber acirram as oposições ideológicas; 3) a última trintena de anos de sua conturbada vida (a do livro), quando já se passa a considerar o autor de Apipucos, talvez devido ao seu desaparecimento, como um autor a ser mais compreendido do que julgado.²³

Para o primeiro momento, duas obras servem aqui de referência fundamental, embora a atenção seja aqui dirigida principalmente à primeira. Esta, organizada pelo discípulo incontestado de Freyre, Edson Nery da Fonseca, reúne os artigos publicados na imprensa brasileira durante as décadas de 1930 e 40, onde parte da recepção primeira do livro pode ser vislumbrada.²⁴ A outra, publicada apenas em 1962, embora se tratasse de uma comemoração do seu vigésimo quinto aniversário, traz diversos ensaios que apontam, ainda que mais para o cortejo do que para o juízo crítico, um momento preciso

²² Para um texto rápido sobre estes primeiros momentos da recepção do livro, notadamente na terra natal de Freyre, ver FONSECA, Edson Nery da. “Recepção de *Casa-grande & senzala* no Recife dos anos 30 e 40”. In: KOSMINSKY, Ethel et alli (orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 29-38.

²³ Em texto com propósito semelhante embora conduzido de maneira diversa, Guillermo Giucci e Enrique Larreta estabelecem cinco momentos decisivos, que mais convergem do que destoam dos aqui propostos: primeira década de recepção; o livro de comemoração em 1962; o primado das críticas; o contexto “pós-ideologia”; e recepção no estrangeiro. Ver GIUCCI, Guilherme; LARRETA, Enrique Rodrigues. “*Casa-grande & senzala*. História da recepção”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica, op. cit., p. 927-952.

²⁴ FONSECA, Edson Nery da. *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit.

da recepção de *CG&S*, antes de cometido o golpe militar de 64 e da exasperação das críticas políticas (e acadêmicas) ao livro.²⁵

Entre as décadas de 1930 e 1940, a recepção do livro maior de Gilberto Freyre foi marcada pela já referida ambigüidade, expressa também nas curiosas palavras de Antonio Pinto de Medeiros que, escrevendo para os leitores do Rio Grande do Norte em 1944, salientou que a obra fez de seu autor ao mesmo tempo um santo e um demônio, marcado por um “messianismo insulso” mas também por um “satanismo misterioso”.²⁶ No mês seguinte, Osmar Pimentel afirmava aos conterrâneos de Freyre que se tratava do livro mais discutido no país desde *Os sertões*.²⁷ A comparação com a obra de Euclides da Cunha como que se impunha a certos intelectuais, pois o relato sobre a campanha de Canudos se mostrava como o paralelo possível para se medir corretamente *CG&S*, dadas as suas vastas intenções e a forma como elas foram empreendidas. Era como se a grande interpretação da nação brasileira antes de Freyre tivesse sido realizada por Euclides, com um relativo sucesso editorial e por uma acolhida calorosa pela crítica, inclusive por autores como Romero e Veríssimo.²⁸ Assim, surpreendido por um público tão numeroso para uma obra de ciência e não de literatura, Olívio Montenegro considera já em 1942, quando outras obras de Freyre já haviam sido publicadas, uma qualidade do autor a sua constância de estilo, algo que, segundo o crítico, não era evidente nem em Machado de Assis nem em Euclides, dois dos grandes cânones da vida intelectual no momento.²⁹ Um ano depois, é Cid Rebello quem estabelece a comparação, sugerindo ser Freyre o “primeiro artista de nossa sociologia depois de Euclides da Cunha”.³⁰ Difícil saber se o “depois” equivale simplesmente a uma determinação cronológica ou a um juízo de valor por parte de Rebello. O certo é que para Ovídio da Cunha, *CG&S* era “o maior ensaio sociológico da literatura brasileira de todos os tempos”, passando a ser “a bíblia do sociólogo brasileiro exercendo sobre o seu tempo talvez maior influência do

²⁵ *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte. Ensaios sobre o autor de Casa-grande & senzala e sua influência na moderna cultura do Brasil, comemorativos do 25º aniversário da publicação desse seu livro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

²⁶ Artigo publicado originalmente em Natal, no jornal *A República*, em 20/02/1944, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 292.

²⁷ *Diário de Pernambuco*, 5/3/1944, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 293-297.

²⁸ Na segunda parte da tese, voltarei ao tema da recepção de *Os sertões* pela crítica brasileira em tal contexto.

²⁹ Artigos publicados na revista *Diretrizes*, entre 14 e 21 de maio de 1942, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 201-209.

³⁰ *Folha de Minas*, 2/9/1943, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 221.

que *Os sertões* de Euclides sobre a geração republicana de 91”.³¹ Em 1944 já predizia Antonio Pinto de Medeiros: “chegou no momento exato em que se fazia mister um eco à mensagem e ao sacrifício de Euclides da Cunha”.³²

É bem verdade que, na década precedente, José Lins do Rego já havia estabelecido a comparação, garantindo que “o seu poder de comunicação e a força melódica de sua prosa irão fazer do *Casa-grande & senzala*, apesar de todo o seu caráter de ensaio cultural, o livro de todo brasileiro. O mesmo que sucedeu com *Os sertões* de Euclides da Cunha. E no seu caso com muito mais probabilidades, pelo seu tom eurético, pela sua simplicidade e mais camaradagem com a vida”.³³ Por sua vez, lamentando não poder ter assistido o lançamento da primeira edição do livro de Euclides em 1902, Lúcia Miguel Pereira pensa que se *CG&S* “não tem o vigor e estilo, o nervo do de Euclides se não tem o interesse de narrar um drama como o de Canudos é uma obra, sob outros aspectos, igualmente notável”.³⁴ Ou seja, não foram poucos os que colocaram os dois livros num patamar de comparação cuja balança é difícil precisar para que lado pendia. O fato é que logo de início, fazendo tábula rasa dos muitos ensaios de interpretação histórica surgidos em tal contexto, Freyre fora situado em pé de igualdade com Euclides, formando o binômio que por décadas figurará como os dois maiores autores de estudos interpretativo sobre o Brasil.

A qualidade do estudo refletiu também, como havia ocorrido com *Os sertões*, no sucesso editorial e de crítica de *CG&S*. Saul Borges Carneiro informou em 1935, não sem certo estranhamento diga-se de passagem, que o livro havia recebido o prêmio Felipe d’Oliveira, instituído pela sociedade homônima criada no Rio de Janeiro em 1933 para cultuar a memória do poeta morto no mesmo ano, concedido a obras de caráter eminentemente literário.³⁵ Até 1949, foram publicadas seis edições do ensaio apenas em terras brasileiras, sem mencionar algumas traduções para outras línguas. Não obstante, as opiniões são divergentes entre seus comentadores. Enquanto uns consideravam que ele não representava um sucesso de vendas, como Clódio Rodrigues,

³¹ *Tribuna de Petrópolis*, 21/11/1943, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 265-266.

³² *A República*, em 20/02/1944, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 290.

³³ *O Estado de Pernambuco*, 3/3/1937, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 180.

³⁴ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 07/10/1934, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 133-134 (a pontuação é transcrita da edição consultada).

³⁵ *Boletim de Ariel*, n. 6, março de 1935, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 155-159.

outros, a julgar por Aníbal Fernandes, diziam que os exemplares das livrarias vão sendo “arrebataados”. Se Lúcia Pereira indicava, no ano seguinte ao seu lançamento, uma certa “frieza” na acolhida da obra, o mesmo Clódio Rodrigues, em 1937, apontava para o barulho da crítica, sendo Freyre talvez o autor “mais citado do momento”.³⁶ E dez anos passados desde 1933, Edison Carneiro, ecoando as conhecidas palavras de Sílvio Romero sobre Euclides da Cunha, quando o crítico sergipano afirmou que o lançamento de *Os sertões* fez seu autor dormir anônimo e acordar famoso, considerava que Gilberto Freyre “num momento se viu o homem mais lido do país”.³⁷ Enfim, apesar de apresentar uma série de reservas, V. de Miranda Reis dá um parecer que pode se considerar, salvo por pequenas ressalvas, representativo desse primeiro momento da fortuna crítica de *CG&S*. Segundo ele, “não existe, em toda a literatura sociológica brasileira, livro mais valioso, nem melhor contribuição para o conhecimento da nossa gente”.³⁸

Porém há outros elementos para se compreender as razões de uma tal recepção. Um deles é a maneira pela qual o contexto é compreendido pelos comentadores. E isso de diversas formas. Yan de Almeida Prado, um dos primeiros a se pronunciar, ainda no início de 1934 (a primeira edição era de dezembro de 1933), ressaltava, para a história produzida no Brasil, a falta de crítica especializada para sua recepção criteriosa. Embora não mencionando nomes como Varnhagen, Rodolfo Garcia ou Capistrano de Abreu, seu parecer, (justo ou injusto, não convém aqui discutir) visava situar a contribuição de Freyre no panorama intelectual brasileiro, sugerindo que uma história do Brasil estava por se escrever no momento em que *CG&S* veio à luz, que parece ter vindo justamente para suprir essa lacuna.³⁹ Pensamento semelhante é o de Mário Marroquim, que, alguns meses depois, discorrendo sobre a vida literária no Brasil “de uns tempos para cá”, percebia muitos poetas imaturos, “raros eram os romancistas. Raríssimos os ensaístas”. Em seguida, o rejuvenescimento das letras seguiu pautado por uma atenção detida aos problemas brasileiros, multiplicando-se os ensaios sociais e históricos e a literatura documental. É ali, portanto, que se situava o livro de Freyre, tornado, então, divisor de águas: após 1933, pode-se falar, segundo Marroquim, em vida intelectual antes e depois

³⁶ *Gazeta de Alagoas*, 4/7/1937, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 191-195.

³⁷ *Diretrizes* do Rio de Janeiro, 9/9/1943, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 244.

³⁸ *Boletim de Ariel*, n. 3, dezembro de 1934, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 149.

³⁹ *Literatura*, do Rio de Janeiro, 20/01/1934, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 49-55.

de *CG&S*.⁴⁰ O mesmo caráter renovador do livro é mencionado por Alberto Passos Guimarães, afirmando que “*Casa-grande & senzala* aparece num momento em que o ar começa a cheirar mal de tanto serem exumadas, por um certo número de intelectuais atrasados, idéias já nas catacumbas há muito tempo”. Por essas razões, ele desempenharia um papel de profilaxia social, com seu extenso poder de ação política.⁴¹

É com o passar dos anos, todavia, que a situação parecia se tornar mais clara aos olhos dos cronistas. Ainda em 1937, José Lins, constante comentador de Gilberto, colocava seu leitor à par da situação: o livro de Freyre marcava uma humanização profunda dos estudos de sociologia no país, pela sua seriedade e pela competência acadêmica do autor. Até então, “a sociologia entre nós vinha sendo um campo onde todo mundo queria fazer o seu roçado [...] Nós não estudávamos e queríamos falar, entrar de chapéu na cabeça por dentro de assuntos bem difíceis de serem tratados. O que nos tentava era a literatura e confundíamos sonetos até com antropologia”. Por esse motivo, “os assuntos sérios como os que são atacados no *Casa-grande & senzala* eram sempre estudados no Brasil em tom convencional com o escritor escravo da tese, mas um escravo desvirilizado, um castrado de gosto. E daí a monotonia, o ar doutoral desta gente quando se propunha a um ensaio”.⁴² Freyre chegou para por fim àquilo que Antonio Pinto de Medeiros chamou de “tabu sociológico”, ou seja, os estudos repletos de conceitos e com terminologia científica importada mas distante da realidade concreta nacional. A prosa de Freyre é elogiada por sua capacidade de aproximar o leitor da realidade estudada, característica marcante do gênero ensaístico. É isso o que pensa também Wilson Martins, quando escreve que “a um País de poetas e de fâtuos bacharéis mal digeridos nas generalizações apressadas de Augusto Comte, sucedeu um País de jovens (quase todos) e honestos estudiosos, que procuram com sinceridade a solução de nossos problemas e a lição de nossa história”. O crítico situa o momento da virada na revolução de 30, ponto culminante onde se percebia o amadurecimento das inovações de 1922, até então restritas ao campo das artes.⁴³

É por igual viés que se desenvolve o raciocínio de Nelson Werneck Sodré, em 1943, que situa bem o contexto: “deflagrada a revolução, que levou Gilberto ao exílio,

⁴⁰ Como informa o organizador do volume, o texto consultado consistia apenas em um recorte de jornal com a data de 01/04/1934, sem que fosse indicada sua proveniência.

⁴¹ *Boletim de Ariel*, abril de 1934, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 118.

⁴² *O Estado de Pernambuco*, 3/3/1937, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 177-179.

⁴³ No jornal curitibano *O Dia*, entre 23 e 30/12/1943, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 269 e ss.

tumultuosas correntes de pensamentos como que libertas de uma mordança, começaram a fazer-se sentir. Houve uma como que impetuosa ânsia de análise e compreensão dos nossos problemas. Os estudos brasileiros assumiram uma importância até então desconhecida. A própria ficção passava a traduzir o ambiente nacional, em diversos de seus aspectos. A língua saía de uma bitola estreita, imposta pela esterilidade das convenções mortas, para adquirir movimento e colorido [...] Mas não havia, ainda, entre nós, senão esporadicamente, individualmente, e duma maneira mais do que esparsa, o gosto dos estudos científicos, senão daqueles de aplicação imediata às atividades profissionais. Não existia, pois, um meio em que as pesquisas históricas, políticas e sociológicas, pudessem encontrar campo propício ao seu desenvolvimento”.⁴⁴ Freyre contribuiu, em suma, para a criação desse meio.

As considerações de Sodré e Wilson Martins que, junto com as demais mencionadas, estabelecem um contexto de relativo vazio intelectual (ou, pelo menos, de saturação intelectual) onde o livro de Freyre encontrou condições para aparecer da maneira como o fez, indicam também outro tema importante da forma como o livro foi avaliado: a relação, um tanto mais complexa como foi então postulada, entre a escrita de Gilberto e as experiências estéticas modernistas que aconteciam, sobretudo, no sudeste do país. Rompendo decisivamente com o modelo naturalista encarnado, por exemplo, em Euclides da Cunha, Freyre não foi, entretanto, um seguidor isento das inovações estéticas dos escritores que atuavam no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Ele manteve ainda, menos pela escrita do que pela temática e pela forma como a abordava, um pé bem arraigado em tradições precedentes. Yan de Almeida Prado soube como ninguém, e de forma surpreendentemente lúcida para o momento em que escrevia (menos de dois meses após o lançamento de *CG&S*), descrever o que estava em jogo. Nas suas palavras, “o livro de Gilberto Freyre parece-me que vai ser o último embate entre modernos e antigos, entre a velha e a nova geração”. E isso porque ele “é dos autores modernos o que atingiu com mais segurança a meta ambicionada pelos ‘novos’, de possuírem uma linguagem adaptada a nossa época”.⁴⁵ A ligação entre Freyre e o modernismo é elevada a causa explicativa, exagerada é bem verdade, por Cid Rebello, quando coloca que “entre as tendências dos néo-românticos de 22, daqueles primitivistas desabusados que romperam ruidosamente com todos os formalismos

⁴⁴ *Diário de Notícias*, de Salvador, 5/9/43, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 239.

⁴⁵ *Literatura*, do Rio de Janeiro, 20/01/1934, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 55 e 52, respectivamente.

acadêmicos, e o esforço sociológico do pensador nordestino, há uma linha de continuidade flagrante”.⁴⁶ Dessa maneira, não deixa de causar estranhamento a ausência de um juízo *tornado público* mais desenvolvido sobre *CG&S* feito por autores como Mário e Oswald de Andrade, embora tenha o primeiro apresentado certas colocações sobre o livro em escritos de caráter íntimo.⁴⁷

Mas a singularidade da prosa de Freyre não seria apenas motivo de regozijo. V. de Miranda Reis é taxativo: “essa linguagem nada teria de estranha no romance, no conto, desde que viesse da boca das personagens. O autor da obra, e muito menos o dessa obra, é que não poderia falar assim”. Afinal, tratava-se de uma obra importante de interpretação sociológica. Freyre, enchendo seu texto de brasileirismos contra as regras estabelecidas da língua portuguesa, teria criado, na visão de Reis, uma “nova gramática”, entre outras coisas pela duradoura questão pronominal e a insistência do autor pela próclise. Por trás do elogio, o crítico chega a ser ainda mais severo, ao julgar que Freyre “foi, como se diz, na onda, aderiu à tolice de alguns gramáticos, logo aproveitada e explorada pelos que não sabem escrever; o que não se entende, absolutamente, com ele, que alia à sua competência nas ciências chamadas morais a qualidade de um escritor consumado, cujo estilo não precisa dessa ‘sintaxe’ para ser o que é: um encanto”.⁴⁸ Mas severidade igual a de Afonso Arinos não houve. Em cerca de meia dúzia de páginas (pelo menos na coletânea aqui consultada), o crítico destila uma série de reprovações ao linguajar freyreano. “Em obras puramente literárias – escreveu o crítico – compreende-se o esforço de um Murilo Mendes, de um Manuel Bandeira. Trata-se de uma espécie de exercício militar da linguagem de uma revisão de valores verbais, de uma experiência de materiais de construção para se ver quais são os aproveitáveis e quais são os desprezíveis. Numa obra como a de Gilberto Freyre, porém, sua língua deve ser simples e nossa, não julgo indispensável que seja chula, impura e anedótica, tal como aparece em tantas das suas páginas. É pouco técnico esse linguajar. Pouco científico. Dá ao livro um aspecto literário que o seu assunto e as suas graves proporções não comportam”. Chega ele a aconselhar um pouco mais de dignidade ao

⁴⁶ *Folha de Minas*, 2/9/1943, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 220.

⁴⁷ Antonio Dimas escreveu um interessante texto sobre a complexa relação entre Freyre e Mário, analisando, inclusive, anotações de leitura feitas pelo segundo em seu exemplar do *CG&S*. DIMAS, Antonio. “Barco de proa dupla: Gilberto Freyre e Mário de Andrade”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica, op. cit., p. 849-869.

⁴⁸ *Boletim de Ariel*, n. 3, dezembro de 1934, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 148.

sociólogo, e pergunta em tom de ironia: “será que Gilberto, homem civilizado, vai a um jantar de cerimônia com o mesmo traje sumário com que saiu para o tênis matinal?”.⁴⁹

Agripino Grieco, por sua vez, ainda que crítico, soube amenizar as liberdades de Freyre. Diz ele que “de onde em onde, vem um termo cru no livro do Sr. Gilberto Freyre, dos que arranham ouvidos castos, e, a rigor, seria bem melhor que não viesse. Não somos puritanos, mas está em jogo um volume de ciência histórica, quase um tratado sobre homens e coisas do Brasil, e essas expressões excessivamente realistas são perfeitamente escusadas em páginas que tais, cheirando muito a *boutade* escandalizante de ledor de Mencken e de contemporâneo do Sr. Serafim Ponte Grande”.⁵⁰ Linguagem de ciência e linguagem literária deveriam, a princípio, ocupar planos distintos e bem demarcados; não obstante, dado o modernismo que ali se propunha – “uma espécie de história do Brasil, contada inteligentemente, à moderna” – perdoava-se os “excessos de realidade” tão manifestos numa escrita despida dos pudores do rigor acadêmico.

Ou seja, mesmo a prosa tão característica de Freyre passava sem titubeios, na pena dos críticos, de uma ponta a outra, da inovação estética moderna à escrita chula e repleta de expressões rasteiras e toscas. Contudo, além da ênfase no contexto e na linguagem do livro, mas também convergente com tais pontos, o elemento mais evidente da forma como o ensaio foi lido nos primeiros tempos é o *topos* criado sobre as relações entre ciência e arte na escrita de Freyre. Esse mesmo *topos* já foi notado por Luiz Costa Lima em relação à acolhida de *Os sertões* em que, pela falta de um cuidado teórico em se precisar o que se entende por ciência e arte, segundo Costa Lima, rapidamente empurrou-se o livro para o âmbito da história literária como um dos seus mais significativos expoentes.⁵¹ No caso de Freyre, há semelhanças. Como se sabe, desde as antecipações de Rodrigo Mello Franco e José Lins, o tema já havia sido levantado, aquele ressaltando os aspectos poéticos, este louvando seus contornos historiográficos. Essa postura é significativamente exemplificada pelos termos com os quais João Ribeiro colocou a questão. Para ele, “a sociologia, de fato, não é ciência e como tal não existe; mas os sociólogos existem, não há dúvida. São poetas da erudição e sabem engenhar com arte, e às vezes, com suprema arte, as suas conjecturas e

⁴⁹ *O Jornal*, do Rio de Janeiro, 15/02/1934, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 84.

⁵⁰ *O Jornal*, do Rio de Janeiro, 28/01/1934, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 65.

⁵¹ LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota. A construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

hipóteses”.⁵² E se, por uma lado, Afonso Arinos não viu no livro outra coisa senão uma obra literária, “no fundo, literatura, muita literatura [...] A literatura não é uma escolha, é uma imposição constitucional. Não é uma opção, é um destino”, pois, para ele, a literatura em Freyre “se manifesta, sobretudo, quando ele deseja tirar conclusões sociológicas das premissas históricas que assenta com tão escrupuloso rigor”,⁵³ por outro lado, Alberto Passos Guimarães viu frustradas suas expectativas ao esperar mais um trabalho de artista que de cientista. Como ele próprio confessou, “esperava do sr. Gilberto Freyre uma obra de mais efeito verbal, de mais interesse estético do que científico, uma obra mais essencialmente literária para regalo dos brasileiros ausentes da poesia de sua terra”.⁵⁴

O esforço de pesquisa foi, ainda, notado por Agripino Grieco, em juízo que reconhece o trabalho de investigação realizado por Freyre, embora mantenha com ele certas reservas particulares. Diz Grieco: “porque se trata de obra ricamente erudita, atochada de informações muitas vezes novas. Sente-se que o escritor pernambucano levou anos e anos a abastecer-se de dados, tendo-lhe sido sem dúvida utilíssima a sua demora nos Estados Unidos, onde fez, em estabelecimento oficial, um brilhante curso de antropologia e sociologia e observou o ‘Sul escravocrata’, de costumes análogos aos do Norte do Brasil”. Favorecido pelo gosto dos de sua terra em “recolher fatos”, o que lhe proporcionou extenso material, Freyre soube, segundo o crítico, trabalhá-lo de forma adequado: “com todos esses papéis, o Sr. Gilberto Freyre, se não tivesse muito gosto e lucidez, seria apenas um Mário Melo qualquer”, fazendo referência ao conterrâneo de Gilberto, membro do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco. Outra referência historiográfica pernambucana aparece ainda nas palavras de Agripino, que pensa que “mesmo quando seja meio Oliveira Lima pela soma compacta de documentos, é um Oliveira Lima descarnado e ágil que se esgueira lepidamente por entre citações e transcrições e não dá nunca a sensação do carroto histórico”.⁵⁵ Em suma, *CG&S* aparecia, para ele, como uma obra historiográfica finamente elaborada, sendo seu autor um competente historiador.

⁵² *Jornal do Brasil*, 31/01/1934, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 76.

⁵³ *O Jornal*, do Rio de Janeiro, 15/02/1934, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 85.

⁵⁴ *Boletim de Ariel*, abril de 1934, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 113.

⁵⁵ *O Jornal*, do Rio de Janeiro, 28/01/1934, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 61-74.

CG&S perambula, nas palavras de seus comentadores durante os primeiros momentos de sua recepção, entre as vastas paragens da literatura e os extensos, mas ainda ignotos, campos das ciências sociais. Para alguns deles, ela é uma ou outra coisa, uma em exclusão da outra. Para outros, porém, se trata de uma única e mesma cartografia. Ciência e arte coabitam no espaço discursivo do livro, alterando apenas, de acordo com quem o lê, o tamanho do relevo de um ou do outro elemento. E isso apesar da acusação de Miranda Reis de que “a sociologia existe no livro do sr. Gilberto Freyre e da boa. Não importa que haja no Brasil filósofos céticos para negarem a sociologia como ciência e notarem em *Casa-grande & senzala* a poesia apenas”, respondendo, ao que parece, ao incrédulo João Ribeiro.⁵⁶ Assim, mesmo que estranhando o já mencionado prêmio literário concedido à obra, Saul Borges sugere que Freyre propõe ali uma “ciência nova”, temperada por uma imaginação poética que a compõe.⁵⁷ José Lins reparte com precisão os canteiros: “o que é ciência neste livro é mesmo ciência, o poeta que há no escritor não torce uma linha a conclusão e o rigor científico. Quando, porém, a emoção começa a reconstruir o Brasil de antigamente, a gente vê o poeta ao lado do ensaísta, sem lhe estragar em nada as conclusões”.⁵⁸ Embora presente, a imaginação poética não chega a comprometer as argumentações de ordem sociológica do texto. Antes de poeta, contudo, Freyre é claramente sociólogo. Para Roberto Alvim Corrêa, entretanto, a sociologia está ali apenas no início, no projeto proposto. A sua realização final culmina em obra de artista. “A história e a sociologia começam por ser uma ciência, mas acabam por ser uma arte”.⁵⁹ Sociólogo, portanto, mas igualmente historiador. Freyre possui o dom do artista e o senso do historiador, como quer Álvaro Lins. “E o senso histórico é o que assegura que, num livro destes, não tenhamos apenas uma descrição dos fatos, mas a reconstituição do espírito do passado, como força viva, nas correntes e tendências do presente”. A imaginação poética não intervém no texto apenas para inserir ali o dado ficcional, mas, acima de tudo, para “insuflar a vida nas

⁵⁶ *Boletim de Ariel*, n. 3, dezembro de 1934, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 144.

⁵⁷ *Boletim de Ariel*, n. 6, março de 1935, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 155-159.

⁵⁸ *O Estado de Pernambuco*, 3/3/1937, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 179.

⁵⁹ Artigos no jornal carioca *A Manhã*, publicados nos dias 3, 10 e 17/9/1943, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 229.

coisas mortas e desaparecidas”,⁶⁰ ou seja, concretizar o irrealizável da tarefa do historiador, um pouco à maneira de Michelet, vale mencionar.

Freyre tem o mérito de uma mão que sabe conduzir com maestria as palavras, um estilo bastante complexo apesar da sua aparente simplicidade, devido à proximidade proposta com a linguagem coloquial, mérito não só da releitura particular que fez do modernismo, mas da sua própria experiência de vida. A ficção, inegavelmente presente, dá a impressão de não colocar em risco as pretensões do sociólogo que, como se verá, assumia abertamente o lado das pesquisas científicas em seu texto, ainda que fizesse questão de salientar seus cuidados estilísticos. É, pois, quando a crítica incide o olhar em tais pretensões de ciência que o texto carrega que seu autor parece se tornar mais sensível e refutável. Tal é o teor das acusações de Miguel Reale, para quem Freyre não teria demonstrado conhecimento suficiente da realidade meridional para estabelecer suas exageradas generalizações. Segundo o jurista, principiando uma crítica que terá vida longa, a generalização é um vício condenável; “sempre perigosa, [ela] queima os dedos de quem fala em nome da ‘ciência’...”.⁶¹ De forma mais dura, o erro é imputado a Freyre por outro comentador. Para J. Fernando Carneiro, fazendo referência aos equívocos de ordem médica cometidos pelo autor, *CG&S* é o “grande livro errado” de Gilberto Freyre, cuja “ vaidade de literato ” é, para seus olhos, imperdoável. Carneiro vai além: “a mim tinha parecido que um dos defeitos do autor era justamente a mania da erudição científica, sua preocupação de mostrar que não é apenas um literato, sua facilidade em abraçar tudo quanto viu em revistas americanas, e outrossim em credices populares e mais coisas mal ouvidas”. Profere, enfim, o veredicto derradeiro: “e é possível fazer-se sociologia sem ser um bamba em química, astronomia, medicina e genética, até suas últimas minúcias. Mas o que há, é que o Sr. Gilberto fala como se fora um bamba”.⁶²

Todas essas considerações indicam uma gama variada de temas levantados pelos leitores de *CG&S* nas primeiras décadas de sua recepção. Tais textos criaram o pano de fundo para as discussões posteriores sobre a obra, ressaltando alguns temas aqui colocados: o contexto intelectual em que o livro aparece; a linguagem do texto e a referência criada ao modernismo brasileiro; a argumentação sociológica de Freyre nas

⁶⁰ *Correio da Manhã*, 12-19/11/1943, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 257.

⁶¹ No periódico *Ação*, de São Paulo, 16/10/1936, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 163.

⁶² *Diário Carioca*, em 1937, reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 187-189.

suas relações entre ciência e arte. Freyre certamente não assistiu a tudo passivamente e tratou, desde o início, de inserir sua voz no debate, valendo-se para tanto, sobretudo, dos diversos prefácios escritos para as edições brasileiras do livro. Mas até ali, pela originalidade da obra e pelas novidades temáticas e interpretativas que ela trazia, o livro evidenciava Freyre como grande expoente da interpretação sociológica brasileira. Um dos fatos que mostram isso é o convite para que ele assumisse na Universidade do Distrito Federal (UDF) o posto de professor de sociologia, o que de fato ocorre em situações conturbadas entre 1935 e 1937.⁶³ Sua fortuna crítica, entretanto, com o passar dos anos deslocará tal figura.

A fortuna crítica de *Casa-grande & senzala*: os infortúnios da crítica

No final dos anos 1950 organiza-se por alguns amigos uma comemoração dos 25 anos de existência do livro, concretizada apenas em 1962 pelo volume *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte. Ensaaios sobre o autor de Casa-grande & senzala e sua influência na moderna cultura do Brasil, comemorativos do 25º aniversário da publicação desse seu livro*. É interessante notar que o projeto ocorre em um momento delicado para a história do livro e para a notoriedade intelectual de seu autor. Enquanto deputado federal, Freyre havia contribuído diretamente (o projeto parlamentar era seu) para a constituição, em 1949 no Recife, do Instituto Joaquim Nabuco, destinado a pesquisas no campo de desenvolvimento social do nordeste, e que permitiu ampliar seu espaço de influência intelectual.⁶⁴ Como já foi dito, nesse mesmo ano o livro contava com não menos de seis edições, sempre aumentadas em notas que o mantinham constantemente atualizado. Entretanto, a década de 1950 é um momento importante para a institucionalização das ciências sociais no Brasil, com a ocupação de Florestan Fernandes de uma cátedra de sociologia na Universidade de São Paulo e o lançamento em livro de alguns de seus textos onde fica claro o ensejo de definir rigorosamente os

⁶³ Ver sobre isso o interessante estudo de MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. Tese de doutorado em sociologia. Campinas: Unicamp, 2006.

⁶⁴ Ver FRESTON, Paul. “Um império na província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife”. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. Vol. I. São Paulo: Sumaré, 2001, p. 369-418.

contornos da sociologia científica no país, deslocando, com isso, a figura de proeminência que havia se tornado Gilberto Freyre.⁶⁵

A comemoração do aniversário da obra, além de ser motivada pelo respeito que ela gozava, pode ser entendida também como parte do esforço coletivo de revalorização do modelo interpretativo freyreano. O tom laudatório, com um exagero que beira as raias da reverência religiosa, fica explícito desde a abertura, com as citadas palavras de Anísio Teixeira, que o havia nomeado professor na UDF: “tenhamos a agradável coragem de reconhecer em Gilberto Freyre a grandeza que o futuro irá lhe reconhecer, em seu retardado processo de canonização. E o ajudemos a ser ainda maior, aqui mesmo, entre nós e no nosso tempo, com a nossa quente e viva admiração”.⁶⁶ A revalorização se impunha pela vigorosa crítica emanada, sobretudo, de São Paulo. Um primeiro e importante momento dela se apresenta, em 1954, com a defesa de tese em psicologia social de Dante Moreira Leite, texto publicado em livro com o título *O caráter nacional brasileiro. História de uma ideologia*.⁶⁷ Estudando uma série de autores que contribuíram para a promoção da cultura brasileira como ideologia, Moreira Leite reserva um capítulo especial para Gilberto Freyre, com o título sugestivo de “Em busca do tempo perdido”. Mantém-se ainda o paralelo com a obra sobre Canudos de Euclides da Cunha, referência maior para a compreensão exata do lugar a ser concedido a *CG&S*, “um dos documentos básicos da vida intelectual brasileira”. Assim, assevera o autor, “como *Os Sertões* é um livro que, ostensivamente apresentado como de história ou de interpretação geral do Brasil, vale provavelmente como reconstrução literária – por isso mesmo ambígua, polivalente e imperecível; como *Os Sertões*, é um livro pedante, desequilibrado e pretensioso; como *Os Sertões*, é um trabalho de principiante nas letras, primeiro livro de um autor e que é, também, sua obra-prima...”. A partir de tais colocações percebe-se as pretensões do autor em revelar os erros e deformações que Gilberto Freyre imputou à história nacional. As acusações pesam, sobretudo, na competência profissional do sociólogo pernambucano. A comparação Euclides-Freyre continua: “enquanto o primeiro, embora aceitando uma teoria errada, nem por isso

⁶⁵ Para manter a coerência que esta primeira parte da tese demanda, optei por detalhar a relação entre Florestan e seus discípulos, que certamente ocupam um capítulo importante nessa história da recepção de *CG&S* nos trópicos, no próximo capítulo, quando as respostas de Freyre serão abordadas.

⁶⁶ Citado em *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*, op. cit., p. XII. A citação é feita na “Nota da Editôra” que abre o volume, e foi retirada do artigo publicado no próprio livro, TEIXEIRA, Anísio. “Gilberto Freyre, mestre e criador de sociologia”, p. 495.

⁶⁷ O título da tese era originalmente *O caráter nacional brasileiro: descrição das características psicológicas do brasileiro através de ideologias e estereótipos*. Utilizo a 4ª. edição, ampliada e revista. LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro. História de uma ideologia*, op. cit.

deforma os fatos que observa, Gilberto Freyre realiza uma tarefa quase oposta: dispõe de uma teoria correta, mais ignora os fatos, de maneira que deforma a realidade”.

Dante Moreira Leite chega ao âmago da questão ao rejeitar as qualidades de historiador de Freyre justamente por suas deficiências de método crítico. “Como estudos históricos, os trabalhos de Gilberto Freyre têm uma deficiência fundamental: o desprezo total pela cronologia e pelo espaço geográfico dos fatos descritos”; eles não trazem de forma satisfatória elementos para a “comprovação objetiva” dos argumentos. Quanto a um ponto importantíssimo na maneira como Gilberto procede suas investigações, principalmente para estabelecer relações entre as diversas regiões brasileiras, ou seja, a experiência da viagem, Moreira Leite é direto: “é evidente que essas observações assistemáticas não substituem dados históricos a respeito dessas regiões”. Enfim, o livro não pode, dessa maneira, ser entendido como obra séria de ciência, sociológica ou histórica. “A dificuldade de sua apreciação justa decorre da ausência de provas para as afirmações fundamentais de sua obra”; ela se encaixa mais numa espécie de “história anedótica” destinada menos para o conhecimento do que para a diversão: “e é nesse sentido que Gilberto Freyre fez obra literária, isto é, uma obra cujo valor reside na perspectiva pessoal do autor e não na objetividade da teoria e dos fatos”.⁶⁸

O *topos* que serviu até pouco tempo tanto para estabelecer as qualidades do texto freyreano quanto para desprezar suas intenções sociológicas e historiográficas, assume em Dante Moreira Leite um peso marcante de denúncia. Se *CG&S* definiu como poucos livros os contornos da ideologia cultural brasileira, sua interpretação da realidade não pode ser levada a sério pois ela é desprovida dos instrumentos críticos que estabeleçam os princípios da boa ciência: objetividade teórica e prática, garantindo uma observação correta dos fatos e uma comprovação adequada dos argumentos. Para uma análise “profissional” oriunda da universidade, mesmo que ainda não seja propriamente o departamento de sociologia da USP sob a orientação de Florestan, o livro é tão simplesmente obra de literatura, e deve, por isso, ser assim considerado.

Este é, pois, parte do contexto em que se deveria celebrar o vigésimo quinto aniversário de *CG&S*. Não causa estranheza, portanto, a perspectiva assumida por Gilberto Amado na introdução da coletânea. As qualidades literárias de Freyre não são mencionadas senão tangencialmente, de forma que elas não se tornem o fato principal a

⁶⁸ *Ibid.*, p. 299-315.

ser ressaltado na obra. O que Amado encontra ali é “a linguagem servindo ao seu propósito, dizendo com um mínimo de palavras o máximo, especificando e sugerindo, concreta quase sempre”, pois a disposição de Freyre está, na perspectiva do seu comentador, menos na sua competência como prosador do que na “sua capacidade de organização dos elementos da pesquisa”. Afinal, “foi êle o iniciador, e se não tal [...] o renovador dos processos de inquérito e de análise que uma vez chamei de ‘interiorização da pesquisa’”, e é ele quem “nos dá de nosso país uma imagem real; não uma representação alegórica”. Se o sábio de Apupicos escreve bem, tanto melhor, na medida em que “a verdade [...] nunca prejudica. Dizê-la, ou melhor, procurá-la era tarefa de Freyre; a de outros, se incomodarem com ela”. Gilberto Amado não mede palavras ao traduzir para os leitores a impressão que fica da obra do mestre: “que força a da sua presença, tão grande sôbre os mais velhos, os mais distantes do seu contato pessoal magnetizante como sôbre os mocinhos de Pernambuco, catecúmenos e acólitos que lhe receberam dos lábios ainda imberbes as primeiras noções de objetividade na verificação dos fenômenos e dos processos e meios científicos de captação dos fatos sociais”.⁶⁹

O grosso volume publicado em 1962 é significativo pela extensão dos temas levantados, bem como pela pluralidade de autores envolvidos. A posição ali de Antonio Candido é importante para se medir a acolhida das idéias de Freyre nesse contexto. Se no depoimento concedido a Mário Neme em 1945 acusava os excessos do culturalismo freyreano, de uma forma de sociologia que entrava no Brasil “a toque de caixa”, descambando para “o mais lamentável sentimentalismo social e histórico; para o conservadorismo e o tradicionalismo”,⁷⁰ no texto publicado dezessete anos depois a imagem criada é outra. O tema sociologia/literatura volta a questão, mas para situá-lo de forma positiva. Candido indica uma “ambigüidade dinâmica da obra”: “quando saímos à busca do sociólogo, deslizamos para o escritor; e quando procuramos o escritor, damos com o sociólogo [...] Pois a sua sociologia, *sendo rigoroso estudo*, é também visão; a êste título a expressão literária se crava no seu cerne, tornando-se um recurso de elucidação e pesquisa”.⁷¹ Ou seja, a porção literatura existe justamente para

⁶⁹ AMADO, Gilberto. “Introdução”. In: *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*, op. cit., p. 5-8.

⁷⁰ Citado em MOTA, Carlos Guilherme. “A universidade brasileira e o pensamento de Gilberto Freyre”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza (orgs.). *O imperador das idéias. Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, p. 173.

⁷¹ CANDIDO, Antonio. “Gilberto Freyre crítico literário”. In: *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*, op. cit., p. 120-121 (itálico meu).

fundamentar a porção sociologia. É bem verdade que em ensaio elaborado na metade dos anos 1950, republicado em 1965 no livro *Literatura e sociedade*, Candido estabeleceu de forma mais radical a distinção, no livro de Gilberto, entre o que é literatura e o que é sociologia, afirmando que o peso da primeira prejudicava as intenções da segunda.⁷² Já em 1967, prefaciando *Raízes do Brasil* e sem o peso de escrever num volume de celebração à obra de Freyre, Candido instituiu a famosa tríade, transformada em cânone, dos autores que influenciaram sua geração: Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e o autor de *CG&S*, livro cuja “força revolucionária” e “impacto libertador” foram ressaltados positivamente pelo crítico.⁷³

As ambivalências de Antonio Candido apontam para os infortúnios de uma crítica que não sucede em estabelecer um veredicto final para o livro de Gilberto Freyre, ora cedendo às inegáveis qualidades da obra, ora reconhecendo o descompasso entre o que o autor pretendia e o que de fato realizou. Num contexto de definição rigorosa do que a sociologia, enquanto ciência, deveria ser, a obra de Gilberto Freyre aparece como contribuição significativa para o desenvolvimento de um campo intelectual, ao mesmo tempo em que é colocada como o exato negativo do que tal campo pretendia configurar, pelo menos na sua formulação “uspiana”, isto é, o modelo para a instituição de uma sociedade progressista, industrial, burguesa e democrática

As celebrações do aniversário do livro visam, nesse sentido, menos indicar um lugar específico à obra do que mantê-la dispersa na vastíssima pluralidade de leituras possíveis. Com seus mais de sessenta colaboradores em mais de quinhentas páginas, sua significância é fundada, além de tudo mais, no aspecto quantitativo: a movimentação de tantos intelectuais discorrendo sobre os mais variados temas pretende ampliar indefinidamente o alcance da obra. Não se trata, evidentemente, de um simples texto “disciplinar”, restrito aos limites de tal ou tal disciplina. Não obstante, notam-se ali as avaliações de alguns autores na tentativa de situar a obra de Freyre no âmbito mais amplo do desenvolvimento de alguns campos do saber. Fróes da Fonseca, por exemplo, indica, contra as críticas de que Freyre seria meramente um “antropólogo de gabinete, de *armchair*”, as qualidades dele como observador de campo “lúcido e sensato”. Com isso se disponibiliza um “grande acervo de observação pessoal”, permitindo-lhe estabelecer os caminhos para uma síntese histórica, ou seja, ir além da mera coleta de

⁷² CANDIDO, Antonio. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”. In: *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000, p. 101-126.

⁷³ CANDIDO, Antonio. “O significado de ‘Raízes do Brasil’”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 9.

dados empíricos. Freyre seria ao mesmo tempo, para Fonseca, exímio observador e correto intérprete, ou antes, bom intérprete *porque* exímio observador. Mas a antropologia de Gilberto, na correlação entre as análises físicas e os estudos culturais, assumiria um viés totalizante. Ou seja, não ainda uma antropologia cultural preocupada com a diversidade dos grupos sociais, mas uma antropologia *tout court*, no sentido de pesquisa sobre o homem, sobre o dado humano em geral.⁷⁴ Do antropólogo passa-se ao “mestre e criador de sociologia”. Note-se que a expressão não se refere apenas à sociologia no Brasil, mas a própria instituição de um saber sociológico. Tal é a leitura feita por Anísio Teixeira, para quem “a Sociologia em suas mãos torna-se uma como ciência das ciências, no sentido de se nutrir de todos os conhecimentos humanos, para depois reelaborar o conhecimento da realidade no seu mais alto nível”. Embora seu julgamento seja pautado pela leitura do livro *Sociologia*, publicado primeiramente em 1945, trata-se, como já se disse, de um juízo sobre “o autor” de *Casa-grande & senzala*.⁷⁵ E este autor é também aquele que desenvolveu uma “filosofia da história” marcada pela idéia de “democracia social e étnica”.⁷⁶

Mas, para as pretensões do presente estudo, talvez sejam as colocações de José Honório Rodrigues as que mais interessam para se pensar o lugar de Gilberto Freyre na tradição historiográfica brasileira já que, segundo o autor de *Teoria da história do Brasil*, o livro de Freyre teria marcado “um caminho nôvo na historiografia”. Para Rodrigues, sendo as diretrizes fundamentais da escrita da história no Brasil “a narrativa histórica” e a “monografia erudita”, cabendo aos historiadores a combinação em menor ou maior grau de ambas, Gilberto não se enquadraria plenamente em tal classificação; “seu caminho foi nôvo”. O mérito maior de *CG&S* foi, sem dúvida, continuar o percurso esboçado por Capistrano de Abreu, isto é, o da história social. Uma passagem retirada do *Teoria da história do Brasil* demonstra nitidamente a proximidade entendida por Rodrigues entre Capistrano e Gilberto. Diz o autor sobre o primeiro, em palavras que, sem a devida referência, muito bem poderiam ser ditas sobre o segundo: “ele a enriqueceu, graças à sua formação, de novos conceitos: o de cultura substitui o de raça seus estudos indígenas são atuais e renovam nossa etnografia; a importância da história social e dos costumes aparece pela primeira vez nos *Capítulos*; e o próprio sistema de

⁷⁴ FONSECA, A. Fróes da. “Gilberto Freyre e a antropologia”. In: *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*, op. cit., p. 226-241.

⁷⁵ TEIXEIRA, Anísio. “Gilberto Freyre, mestre e criador de sociologia”, op. cit., p. 488-495.

⁷⁶ REALE, Miguel. “A filosofia da história do Brasil na obra de Gilberto Freyre”. In: *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*, op. cit., p. 405-411.

casa-grande e de senzala e sua importância no Nordeste viu-o pela primeira vez em 1910”.⁷⁷ Porém, enquanto Capistrano se ateve a uma perspectiva mais tradicional, “equilibrando os vários aspectos econômicos, sociais, políticos e jurídicos”, Freyre primou por uma atenção privilegiada aos “aspectos mais íntimos, mais silenciosos, mais recônditos da gente brasileira, grande ou humilde”. E para tanto, daí uma de suas mais importantes contribuições, necessitou alargar o leque de fontes pesquisáveis, dirindo o olhar para uma série de documentos “populares” ou, quando muito, para aqueles que lhe permitissem vislumbrar a experiência histórica do povo.

A partir daí, sua tarefa interpretativa foi marcada pela possibilidade de traçar uma generalização que, desconsiderando os rigores da cronologia, permitiu-lhe estabilizar uma imagem positiva para a história do Brasil, sendo nisso, para José Honório, um precursor: “nunca ninguém procurara ligar e unir todos êstes traços e forjar um retrato – que não é único e completo, nem o poderia ser –, que servisse para ver muitas das características brasileiras, no seu processo histórico”. Estudioso da *formação* da sociedade patriarcal, ou seja, da dinâmica de uma experiência específica, Freyre consegue ao mesmo tempo ir além das definições temporais, fazendo convergir o caráter estático do *retrato* com o movimento do *processo*. Por isso, sua interpretação, embora as leve em consideração, não fica restrita às “conjunturas momentâneas e aparentiais”, mas sim procurar perceber aquilo que “se esconde nas estruturas”: “Gilberto Freyre prefere superestimar as fôrças silenciosas, não só as da terra e as da economia, como as da própria vida”, naquilo que ela tem de mais íntimo e oculto. Dessa maneira, José Honório, que em *Teoria da história do Brasil* havia reservado uma atenção considerável ao problema da periodização histórica e à necessidade dos historiadores terem um cuidado redobrado com a cronologia,⁷⁸ releva certas liberdades anacrônicas em *CG&S*, como o uso indiscriminado (pelo menos neste ponto) de cronistas e viajantes coloniais. “Seu trabalho tem que ser arbitrário e complicado, na junção dos fatores, e nas disjunções cronológicas [...] sua fôrça consiste em ver sucessivamente nas paisagens mutáveis da história o que as unifica”. Já que “as formas sociais não são datáveis, embora sejam históricas”, a escrita da história em *CG&S* não obedece aos parâmetros clássicos da narrativa, “mas [a] uma análise liberal, flexível, na qual as descontinuidades temporais não esmagassem a *longue durée* do processo

⁷⁷ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil (Introdução metodológica)*. 3ª. edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 34. A primeira edição da obra data de 1949.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 112 e ss.

histórico-social”. Finalmente, isso só se torna possível na medida em que o autor de Apipucos soube aliar ao acúmulo de erudição um “esforço de imaginação” pertinente.⁷⁹ Para José Honório Rodrigues, as duas coisas não são conflitivas na obra em questão.

O livro comemorativo é certamente bastante abrangente para se compreender a recepção de *CG&S*. Todavia, como seria de se esperar, algumas ausências sempre são notadas mais do que outras. Uma das mais importantes é a de Sérgio Buarque de Holanda, que em tal momento já gozava de enorme reputação como historiador. Em 1936, antes da publicação do *Raizes do Brasil* na coleção “Documentos Brasileiros”, dirigida por Freyre para a editora José Olympio, Sérgio fora convidado como assistente de Henry Hauser na cadeira de história moderna e econômica da UDF. Por breves instantes, os dois autores foram, portanto, colegas docentes, sendo que uma relação de amizade já havia se concretizado desde os anos 1920, Gilberto mostrando enorme respeito pelo autor paulista. A experiência de pesquisador de Sérgio foi ainda marcada pelo cargo assumido, na década de quarenta, dentro da Biblioteca Nacional, dirigida na época por Rodolfo Garcia, e também por sua atuação na direção do Museu Paulista, durante o mesmo período. Sua carreira docente seguiu ao longo dos anos, sendo que em 1957, assumiu o posto pelo qual ficaria conhecido, a cátedra de história da civilização brasileira, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.⁸⁰

A ausência se torna ainda mais intrigante pois, acompanhando a história das edições de *Raizes do Brasil*, nota-se o processo de “apagamento” de Freyre das páginas do livro.⁸¹ São notáveis, em algumas passagens da primeira edição, as aproximações entre certas teses dos dois autores. Por exemplo: a plasticidade social dos portugueses, tão longamente referenciada nas páginas de *CG&S*, surgem no *Raizes do Brasil* como “a ausencia completa, ou praticamente completa, entre elles, de qualquer orgulho de raça”.⁸² Na seqüência do argumento, Sérgio cita em nota Gilberto Freyre para reafirmar sua linha de raciocínio. Se a passagem do texto permaneceu na edição definitiva de seu

⁷⁹ RODRIGUES, José Honório. “‘Casa-grande & senzala’, um caminho nôvo na historiografia”. In: *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*, op. cit., p. 434-441.

⁸⁰ Os dados biográficos foram retirados de HOLANDA, Maria Amélia Buarque de. “Apontamentos para a cronologia de Sérgio Buarque de Holanda”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raizes do Brasil*. Edição comemorativa dos 70 anos, organizada por Ricardo Benzaquen do Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 421-446.

⁸¹ O fato foi primeiro notado em ROCHA, João Cezar de Castro. “O exílio como eixo: bem-sucedido e desterrado. Ou: por uma edição crítica de *Raizes do Brasil*”. In: *O exílio do homem cordial*, op. cit., p. 105-142.

⁸² HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raizes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936, p. 27 (p. 45). A edição que serviu para o cotejo, foi a edição comemorativa dos 70 anos, acima referenciada. Nas citações, a paginação desta edição aparece entre parênteses.

livro, a referência ao *CG&S* foi claramente retirada. Em outro momento, discorrendo sobre o processo de formação das cidades coloniais brasileiras, novamente, na primeira edição, Gilberto é mencionado por uma certa evocação de jardins portugueses cujo desalinho serve para compreender os meios urbanos brasileiros; a menção será, por fim, retirada.⁸³ Falando sobre o consistente mobiliário das casas senhoriais, Sérgio cita um “conhecedor fidedigno” do assunto, o sociólogo recifense, que, nas edições subseqüentes, não mais aparecerá no livro; ele cederá lugar simplesmente ao “sr. Gilberto Freyre”.⁸⁴ Quanto ao livro, que era definido como “uma obra que representa o estudo mais serio e mais completo sobre a formação social do Brasil”, nenhum outro qualificativo, positivo ou negativo, encontraria lugar; a referência simplesmente se apagou (foi apagada, evidentemente).⁸⁵

Ora, a investigação cuidadosa dessa curiosa relação que Sérgio manteve com o livro de Freyre, senão com sua própria pessoa, certamente lançaria luz nos domínios do campo intelectual brasileiro naquele período. Não é o caso de entrar aqui na discussão. Apenas sua menção é cabível pois ela é também representativa da própria recepção de *CG&S* no ambiente nacional, justamente por um autor que, como ele, é considerado fundador de um certo tipo de escrita sobre o passado da nação. Registrada, então, essa importante lacuna na obra-comemoração de 1962, a menção aos autores que ali de fato participaram é sugestiva da maneira extensa como o livro de 1933 foi recebido pela crítica nesse segundo momento proposto. Visto sob múltiplos olhares e classificado segundo inúmeras perspectivas, *CG&S* é, pautado pelo rigor sociológico e pelo viés historiográfico, uma “obra de escrita”, sendo Gilberto Freyre o escritor cujo assunto é, num sentido particular, a cultura brasileira e, num sentido mais amplo, a própria condição humana. Nos prefácios escritos para a obra, ele irá jogar estrategicamente com essas posições. Do etnógrafo precursor nos temas, do sociólogo inventivo pelo tipo de abordagem, do historiador que investiga os detalhes, Freyre assume então as vestes do grande pensador, do “filósofo social”, segundo palavras de Permínio Asfora e Pedro

⁸³ *Ibid.*, p. 62 (devido às profundas alterações na estrutura do texto, pois os dois capítulos intitulados na edição de 1936 “Passado agrario” e “Passado agrario *continuação*”, foram transformados em “Herança rural” e “O sementeiro e o ladrilhador”, não foi possível situar com precisão a passagem, que seria colocada a partir da p. 98).

⁸⁴ *Ibid.*, p. 86 (p. 78).

⁸⁵ *Ibid.*, p. 105 (p. 163). A passagem da primeira edição já havia sido publicada no ensaio “Corpo e alma do Brasil”, que Sérgio divulgara na revista *Espelho*, do Rio de Janeiro, em março de 1935. O texto segue reproduzido na edição comemorativa, p. 402 .

Dantas (Prudente de Moraes Neto).⁸⁶ Inclassificável em termos dos conteúdos que levanta, ele parece se tornar também, e por isso mesmo, inclassificável pelo lugar epistemológico de onde fala. Ou melhor, dada a extensão de sua obra, muitas são as classificações possíveis, o que dá na mesma.

Porém, se o começo da década de 1960 foi marcado pelo elogio que parecia responder às críticas vigorosas originadas no interior da universidade, os rumos políticos escolhidos por Freyre, sobretudo diante da experiência golpista de 1964, encaminham as discussões para o âmbito propriamente ideológico do debate. A tese de Carlos Guilherme Mota, defendida em 1975 na Universidade de São Paulo e publicada com o título *Ideologia da cultura brasileira*, parece sintetizar as relações conflituosas entre o sábio de Apipucos e os profissionais da academia.

Ao analisar o que definiu como a “cristalização de uma ideologia”, isto é, a noção de *cultura brasileira*, Mota inicia sua investigação tendo por objeto a obra de Freyre e, significativamente, fazendo menção ao livro comemorativo publicado em 1962. Para o autor, é apenas a partir da segunda metade da década de 1960, devido à situação político-social por que passava o país, o que motivou, com isso, uma revisão radical nos princípios orientadores das ciências sociais no Brasil (cujo eixo propagador, não custa lembrar, pretendia-se ser a USP), que se torna possível uma avaliação correta da obra de Freyre. A comemoração do livro, reunindo, como lembra Mota, autores cujas perspectivas são por vezes antitéticas, se assenta em “verdadeiro sistema ideológico”, que encontra na figura de Freyre sua mais acabada forma: trabalhar a partir de pares antagônicos como forma de esvaziar as contradições “reais”. Para ele, *CG&S* é o apanágio de uma camada aristocrática em crise, expressão maior da decadência política de um estamento senhorial até então dominante. Com o viés forçosamente democratizante, onde se figura a posição do senhor como sujeito da democracia, assim como a mistura entre as raças aparece como seu motor, a obra do sociólogo recifense tem a capacidade notória de “enganar”. Dessa maneira, ainda segundo o estudo de Carlos Guilherme Mota, o livro teria “ofuscado um crítico do porte de F. Braudel”, assim como conseguiu “embaçar o espírito crítico de um intelectual e político do porte de Astrojildo Pereira”. Não seria o caso aqui, evidentemente, de tentar desnudar igualmente o aporte ideológico de Mota. Os termos recorrente em seu ensaio,

⁸⁶ ASFORA, Permínio. “Gilberto Freyre e sua influência nas novas gerações”. In: *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*, op. cit., p. 48; e DANTAS, Pedro. “Ato de presença”. In: *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*, op. cit., p. 193.

capitalismo, contradições, classes, ideologia não escondem a matriz teórica de sua perspectiva, mostrando claramente o lugar (ideológico) de sua fala. Tal tarefa seria, aqui e hoje, despropositada.

As análises de Carlos Guilherme Mota, entretanto, dificilmente podem ser rejeitadas de forma absoluta. E o autor mostra com lucidez, fazendo menção ao texto de José Honório Rodrigues acima referido, que o simples recurso a fontes ditas populares em *CG&S* não significa necessariamente uma historiografia de viés popular, uma história “vista de baixo” ou algo do gênero. Não obstante, a maneira combativa como se dá a crítica e a nítida tomada de posição feita por ele, para quem a única perspectiva legítima de estudo teria suas raízes na obra de Caio Prado Jr. e suas folhagens nos intelectuais uspianos (a tese de Fernando Novais sobre o antigo sistema colonial fora defendida apenas alguns anos antes), tornam ainda mais evidente o que aqui se chamou de infortúnios da crítica, neste momento de ânimos acirrados e disputas por territórios na produção de saber. A profissionalização dos estudos sociais ainda não refletiu uma postura profissional diante da obra de Freyre, pendendo para lados opostos: ou o elogio descomedido, ou o desprezo político.⁸⁷ Ao mesmo tempo, a dificuldade em situar o autor, ainda nesse contexto ensejada, é agora explicada como astúcia intelectual ou esperteza política, como pano-de-fundo de uma deficiência epistemológica: “em Freyre, está-se no terreno do *à peu près*: fala em ‘quase ciência’, matizando em tantos adjetivos suas definições que acaba por desfigurar o objeto de análise [...] *Do ponto de vista interpretativo-metodológico, o encaminhamento é hábil, de vez que opera sistematicamente com pares antagônicos para... esvaziar a contradição*”.⁸⁸ Jogador hábil no certame das ciências sociais, Gilberto consegue iludir e preservar suas posições, pelo menos no entender por vezes obtuso de Carlos Guilherme Mota.

A fortuna crítica de *Casa-grande & senzala*: o livro-objeto

Em 18 de julho de 1987, Gilberto Freyre faleceu no Recife, no resguardo da casa de Apipucos. O fato é significativo por estabelecer a ruptura física entre autor e obra, aquele, que até então ali estava recorrentemente intervindo, sobretudo na forma de prefácios, para manter acesa a chama desta. Freyre escreveu um último prefácio para

⁸⁷ O desdém irônico de Carlos Guilherme Mota pela interpretação de Freyre fica saliente na forma como ele o denomina: “Senhor de Mello Freyre”.

⁸⁸ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Ática, 1977, p. 53-74.

uma edição brasileira de *CG&S* ainda em 1980. O texto é curto, mas mesmo assim lhe permitiu, uma vez mais, fazer o que tanto gostava: falar bem do seu próprio livro e, com isso, falar bem de si próprio. Quatro anos antes de seu desaparecimento, em outra das tantas comemorações à publicação de *CG&S*, mas desta vez na outra margem do Atlântico, na Academia de Ciências de Lisboa, o velho senhor de Apipucos ainda gozava de boa saúde para enumerar, cansativamente, os inúmeros títulos, prêmios e homenagens recebidos em vida. Freyre, sem qualquer pudor, confessava não conhecer outro que fosse “um homenageado tão homenageado”. E ali mesmo, na pompa da cerimônia, ofereceu o seguinte questionamento: “até que ponto a comemoração de um livro alcança um autor? Não vem acontecendo com certos livros quase se tornarem autônomos? Ou as famosas palavras de Walt Whitman sobre o seu *Leaves of grass* [*sic*] – ‘quem toca neste livro, toca um homem!’ – alcançam autores, mesmo menores, de livros, também menores, autor e livro tornando-se inseparáveis?”.⁸⁹

Difícil dizer que a morte de fato separou um do outro. Mas a ausência do primeiro certamente favoreceu um deslocamento da maneira como a segunda era recebida. Não se trata apenas de uma atitude mais respeitosa, passado o contexto das polarizações políticas e da redemocratização no país. Tampouco se quer sugerir que os panegíricos tenham se arrefecido; a revista *Ciência & Trópico* bem o mostra que não. O que se afirma é que a partir da década de 1980 o livro passou a ser alvo de um outro tipo de recepção. Nem mais lido como a grande inovação do momento, nem mais apreendido como o inimigo a ser refutado. Ainda se reconhecem suas inegáveis qualidades e suas irrecusáveis deficiências, mas ele parece ter perdido sua aura sacralizada, antes matéria de culto ou tema para a iconoclastia. *CG&S* se redefine, desde então, como um *objeto de estudo*. Uma razão plausível para se pensar isso é o procedimento, que a partir dali será cada vez mais evidente, de quebrar a relação quase umbilical estabelecida, e alimentada pelo próprio Gilberto, entre autor e obra. Os textos publicados desde antes da saída a público do livro eram fortemente marcados pelo signo da amizade e, por isso mesmo, pelo vínculo autor/obra pesando sobre os juízos emitidos; a análise crítica de Carlos Guilherme Mota tampouco escapa desse modelo de leitura, embora sob o claro signo da malquerença. Nesse sentido, Darcy Ribeiro, ainda em 1977, apresentando a edição do livro publicada na Venezuela, torna a evidência um

⁸⁹ FREYRE, Gilberto. “Discurso”. In: *Sessão de homenagem a Gilberto Freyre*. Academia de Ciências de Lisboa, 1983, p. 49. O evento, comemorando os 50 anos do livro, foi organizado tanto pela Academia de Ciências quanto pela Academia Portuguesa de História.

problema: “a questão que se coloca é saber como pôde o menino fidalgo dos Freyre; o rapazinho anglófilo do Recife; o moço elitista que viaja para os Estados Unidos querendo fazer-se protestante para ser mais norte-americano; o oficial de gabinete de um governador reacionário – como pôde ele – aparentemente tão inapto para esta façanha, engendrar a interpretação arejada e bela da vida colonial brasileira que é *CG&S*”.⁹⁰ O que sua indagação realiza, no fundo, é suspeitar da relação tão direta entre autor e obra, sugerindo que nem sempre o primeiro explica por si só a segunda.

Ainda que elogioso, mas de forma menos complacente, José Guilherme Merquior publica texto no mesmo ano do falecimento de Freyre. Nele, retoma a conhecida comparação com Euclides da Cunha (*topos* de vida longa!), sugerindo que em Freyre um novo modelo de escrita para o ensaio brasileiro tomou corpo. Merquior opõe ao “austero cientificismo” de *Os sertões* o “edênico impressionismo da prosa intuitiva” de *CG&S*, “nisso tão moderno”: “Euclides escreveu como um solene erudito vitoriano, *doublé* de missionário social; Gilberto, como um humanista brincalhão, que terminou seus dias como um sábio algo impudico...”.⁹¹ Para Merquior, como ele próprio já havia colocado em 1980, o livro deve ser lido como obra literária e seu entendimento requer a compreensão dos esforços do autor em romper com modelos anteriores (o chamado “complexo parnasiano-positivista”), aproximando-o das tendências renovadoras do modernismo.⁹²

Mas o texto que realmente daria uma guinada na recepção da obra é a crítica vigorosa de Luiz Costa Lima, “A versão solar do patriarcalismo: *Casa-grande & senzala*”, escrita em 1988 e publicada em coletânea de estudos sobre a narrativa no ano seguinte.⁹³ Vigorosa pois assume um profundo viés teórico, mostrando, a partir do texto mesmo e relevando, de certa maneira, a figura do autor (pelo menos no corpo do texto, onde os argumentos são construídos), as contradições epistemológicas sobre as quais Freyre assentou seu trabalho.⁹⁴ Nesse sentido, a distinção básica entre raça e cultura

⁹⁰ Cito a partir da edição brasileira do texto. RIBEIRO, Darcy. “Gilberto Freyre. Uma introdução a *Casa-grande & senzala*”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 39ª. edição. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 13.

⁹¹ MERQUIOR, José Guilherme. “Gilberto e depois”. In: *Crítica 1964-1989. Ensaio sobre arte e literatura*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 348.

⁹² Ver MERQUIOR, José Guilherme. “Na casa grande dos oitenta”. In: *As idéias e as formas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 271.

⁹³ LIMA, Luiz Costa. “A versão solar do patriarcalismo: *Casa-grande & senzala*”. In: *A aguarrás do tempo. Estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 187-236.

⁹⁴ Cabe lembrar o texto de 1975 em que o autor já provocava a crítica brasileira, apontando a pouca atenção dirigida por ela aos problemas teóricos das obras estudadas. “Quando uma comunidade não tem a prática da discussão, o uso da linguagem crítica lhe parece ameaçador. Sendo, ademais, o discurso teórico

sobre a qual, segundo Freyre, estaria fundado todo o seu ensaio, encontra em Costa Lima um analista que primou por revelar sua incoerência. Para o teórico da literatura e conhecedor das práticas historiográficas, há em *CG&S* uma imprecisão teórica, para não dizer confusão pura e simplesmente, entre a função desempenhada pelas três variantes no conjunto da argumentação de Freyre, quais sejam, os fatores étnicos, os mesológicos e os culturais. “Em Gilberto Freyre o vetor cultural não vem substituir o velho preconceito que privilegiava a raça senão que se lhe acrescenta como maneira de lhe dar visibilidade”. Disso resulta “uma assimetria básica entre os três fatores: o legado étnico seria um substrato indemonstrável enquanto isolado; as influências mesológica e cultural, de demonstração insuficiente enquanto não declinadas com aquele”.⁹⁵ Dessa maneira, o crítico reconhece o fato de que a narrativa de *CG&S* é toda ela construída sobre uma incoerência conceitual que o colocaria, para Costa Lima, lado a lado com o “evolucionismo conservador de Oliveira Vianna”.

Partindo desse primeiro e decisivo ponto, o analista observa como em diversos outros temas (a miscigenação, o papel da monocultura, o papel da religião, a formação patriarcal), a interpretação proposta por Freyre conduz a uma posição política que parece favorecer à desigualdade social. Entenda-se bem: a acusação de Costa Lima pesa menos nas escolhas políticas de Freyre do que nas possibilidades de escolhas que sua obra descortina. Mas essa consequência apenas emerge desde que, tornada secundária a biografia do autor, a atenção seja dirigida à maneira como ele faz uso da linguagem. Daí que Costa Lima pode sugerir que, definido a partir da flexibilidade teórica na utilização das categorias explicativas, o texto freyreano é notadamente marcado por um princípio de oralidade que caracteriza uma linguagem predominantemente *auditiva*. Se em texto anterior o autor já havia estabelecido a relação entre cultura auditiva e autoritarismo,⁹⁶ aqui ele mostra como isso resulta em uma “narrativa adequada antes à proliferação do mítico do que à afirmação de uma interpretação de molde científico”, extraindo disso

produto do desdobramento da reflexão crítica, é natural que, dentro daquela comunidade, o seu praticante encontre, dentro de si mesmo e ao seu redor, dificuldades maiores de realização. Dificuldades internas maiores, pois não sendo, em tal caso, a atividade teórica uma prática usual, o seu agente se perguntará com mais freqüência qual a sua função, a quem poderá interessar, com quem poderá discuti-la, como saberá se está aumentando a inteligência de seu objeto ou apenas o tornando ‘ilustrativo’ de hipóteses que sobrevoam o texto. Dificuldades externas, quanto a seu produto, pois seus pares tenderão a encará-los como alguém que joga areia em olhos até então descansados”. Luiz Costa Lima, “Quem tem medo da teoria?”. LIMA, Luiz Costa. “Quem tem medo da teoria?”. In: *Dispersa demanda. (Ensaios sobre literatura e teoria)*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, p. 193-197.

⁹⁵ LIMA, Luiz Costa. “A versão solar do patriarcalismo: *Casa-grande & senzala*”, op. cit., p. 205-206.

⁹⁶ LIMA, Luiz Costa. “Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil”. In: *Dispersa demanda. (Ensaios sobre literatura e teoria)*, op. cit., p. 3-56.

que a interpretação oferecida por Freyre é conservadora pois está fundada em uma relativização dos valores sociais, a partir do uso que é feito da noção de “plasticidade”, a qual, para Costa Lima, caracteriza *CG&S* mais que o tão propalado (e em certa medida deslocado) culturalismo de sua abordagem. “O valor é apenas um conjunto pragmático, destinado a justificar diferenças; quando pois a permanência das diferenças não está ameaçada, o valor afirmado pode ser trocado pela prática que se lhe opõe. A plasticidade destacada por Gilberto Freyre sofre pois uma torsão significativa: ela é a base sobre a qual opera uma verdadeira esquizofrenia social: a mão que manda nada tem a ver com a voz que fala”.⁹⁷

O que cabe destacar na leitura de Costa Lima é o fato claro de que o livro é tomado ali como objeto de estudo. Quando o autor aparece, ele é encarado menos como o fruto descendente (ou anacrônico) de antigos senhores de engenho do que como um acadêmico de reconhecida formação profissional que, por sua vez, montou seu discurso em torno de uma (des)leitura do mestre indicado, isto é, Franz Boas. O pecado de Freyre é antes teórico do que político, este sendo o resultado e não a causa do primeiro. Dessa maneira, as conseqüências políticas disso emergem apenas a partir da análise teórica e não como ponto de acusação: o escopo epistemológico prevalece à disputa política. Tal é também a maneira como outro autor recebeu o livro, que, sendo ainda profundamente diferente, manteve um diálogo direto com a leitura feita por Costa Lima.

Resultado de uma tese defendida no Museu Nacional, *Guerra e paz. Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*, publicado pela primeira vez em 1994, é considerado pelo próprio Luiz Costa Lima, na apresentação por ele feita, como “a abordagem mais importante da parte importante da obra de Gilberto Freyre”. Sem o intuito de apresentar aqui um extenso e cansativo resumo da argumentação de Benzaquen, já que diversos dos seus argumentos serão retomados ao longo da tese, seguem apenas alguns dos mais significativos elementos ressaltados para as intenções do presente estudo. Em primeiro lugar, cabe indicar a ponderação feita com respeito à crítica estabelecida por Costa Lima. Se Benzaquen, de fato, reconhece as ambigüidades e imprecisões conceituais do livro de Freyre, menos do que comprometer seu esforço argumentativo, elas ali aparecem como constituintes de uma maneira bastante particular de se pensar a formação histórica do Brasil, através da qual se trabalha na fronteira entre pares antitéticos, tais como raça/cultura, senhor/escravo, casa-grande/senzala, explícitas

⁹⁷ LIMA, Luiz Costa. “A versão solar do patriarcalismo: *Casa-grande & senzala*”, op. cit., p. 235.

em uma das mais conhecidas expressões do autor, isto é, a noção de “equilíbrio de antagonismos”.⁹⁸ Nesse sentido, um dos pontos altos da leitura feita por Benzaquen é a reflexão sobre os elementos que garantem a manutenção de tal equilíbrio. Ele sugere que a noção de *trópico*, em sua variante indicando o excesso de caráter sexual, pensada por meio da palavra grega *hybris*, seria a responsável pela criação de “zonas de confraternização” entre os grupos sociais envolvidos, servindo de contrapeso para a existência de um “despotismo escravista”, evitando com isso a fragmentação conflitiva da sociedade.⁹⁹ Assim, a noção de *hybris* perpassa o conjunto da obra de Freyre, estabelecendo uma relação entre categorias como o “alto” e o “baixo” de Mikhail Bakhtin, embora não segundo uma lógica da inversão, mas de acordo com o princípio do equilíbrio. Dessa maneira é possível, por exemplo, explicar o caráter heterodoxo da religião colonial elaborado por Freyre assim como compreender as junções entre os universos da cultura erudita com a popular, aparecendo inclusive na forma com que o livro é escrito. Benzaquen encerra seu estudo com uma instigante reflexão sobre o uso que faz Gilberto da linguagem, articulando, por meio do recurso à oralidade, a língua culta com a coloquial, concedendo aí um caráter menos negativo que aquele dado por Costa Lima, e aproximando de vez a análise da obra de Freyre com o tema geral exposto no início do livro: pensar as relações entre ciências sociais e propostas modernistas.

Esse último momento da recepção de *CG&S* aqui recortado certamente cristalizou uma postura bastante mais profícua para se estudar uma obra de conseqüências múltiplas e de ampla ressonância. Obviamente, algumas das posições defendidas por Freyre não se sustentaram após um exame crítico feito mais recentemente, possibilitado pela própria renovação dos estudos históricos (novos questionamentos, uso de outro *corpus* documental, diferentes perspectivas teóricas, etc.). Pontos importantes de sua interpretação, como a questão da família e da sexualidade passaram por um processo importante de revisão, como os trabalhos de Mariza Corrêa e Ronaldo Vainfas, entre outros, indicam.¹⁰⁰ Outros temas, como se sabe,

⁹⁸ Com relação à crítica de Costa Lima, o “equilíbrio” entre as posturas raciais e culturais em *CG&S* seria garantido por uma compreensão neolamarckiana da história (a tese dos caracteres adquiridos), onde o meio funcionaria como intermediário entre raça e cultura. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*, op. cit., p. 36 e ss.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 55 e ss.

¹⁰⁰ CORRÊA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira”. In: ARANTES, Antônio Augusto et alii. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 15-42. VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

entre eles a própria caracterização do escravismo colonial, já haviam sido há tempos questionados, embora o teor da crítica assumia por vezes um caráter mais político que epistemológico. Não obstante tudo isso, uma postura mais profissional tem resultado em trabalhos fundamentais para uma compreensão mais bem embasada da obra do sábio de Apipucos.

O espectro do autor: registros biográficos recentes sobre Gilberto Freyre

Nas diversas coletâneas que aproveitaram o contexto das celebrações do centenário de nascimento do autor, nota-se o esforço em se repensar o lugar de *CG&S* no âmbito do pensamento social brasileiro, revisitando seus críticos e relendo seus argumentos.¹⁰¹ No contexto em que, então, o livro passa a ser compreendido como um objeto de estudo, a figura do autor também passa por uma renovada abordagem, transformado igualmente em objeto de investigação. Dois livros recentes de cunho notadamente biográfico se destacam neste momento. O primeiro deles, a imponente biografia intelectual realizada por Maria Lúcia Pallares-Burke, *Gilberto Freyre. Um vitoriano nos trópicos*, que percorre os anos formativos de Gilberto, mostrando a importância das influências inglesas para a escrita de *CG&S*.¹⁰² O segundo, a biografia escrita por Enrique Rodríguez Larreta e Guillermo Giucci, cujo volumoso primeiro tomo, contemplando os anos entre 1900 e 1936, veio recentemente à público.¹⁰³

É verdade que, em 1993, já havia saído à luz o livro de Vamireh Chacon, *Gilberto Freyre. Uma biografia intelectual*, que se constituía como o registro biográfico mais importante até então escrito sobre o escritor pernambucano, sobretudo pela tentativa de se superar as pequenas notas em tom normalmente laudatório que acompanhavam a publicação dos livros do autor.¹⁰⁴ Chacon traça uma linha paralela entre as experiências pessoais de Freyre e a elaboração de suas principais obras, estabelecendo o elo sempre difícil de destrinchar entre autor e obra. Entre viagens e

¹⁰¹ Três delas poderiam aqui ser mencionadas: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza (orgs.). *O imperador das idéias. Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001; KOSMINSKY, Ethel et alli (orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*, op. cit.; DIMAS, Antonio et alli (orgs.). *Reinventar o Brasil. Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Editora da USP, 2006.

¹⁰² PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre. Um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

¹⁰³ LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre uma biografia cultural*, op. cit.

¹⁰⁴ CHACON, Vamireh. *Gilberto Freyre. Uma biografia intelectual*. Recife: Editora Massangana; São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1993.

exílios, a formação no estrangeiro e as experiências docentes no Brasil, entre autores cujos livros inspiraram Freyre e intelectuais cujos laços afetivos e intelectuais colaboraram na sua formação, Chacon desenha um Gilberto marcado pelos constantes deslocamentos, um homem sempre criando novas tentativas de vivência e pensamento. A biografia é, dessa maneira, fiel aos princípios metodológicos defendidos pelo biografado; e dentre eles, acima de tudo, o princípio da *empatia* parece nortear todo o trabalho. Gilberto Freyre aparece ali como uma espécie de herói de romance cuja vida, na sua linearidade, dá a impressão de ser sempre como que uma resposta às condições políticas, sociais e intelectuais de existência. Chacon não sucede perceber, nesse sentido, todo o trabalho de produção de memória realizado pelo seu objeto, os esforços do escritor em construir uma personalidade intelectual específica, chegando ao ponto, inclusive, de forjar documentos a seu respeito, como por exemplo o seu diário de mocidade que, referindo-se ao período que segue entre 1915 e 1930, fora publicado em 1975 aparentemente com acréscimos ou alterações feitas pelo próprio autor.¹⁰⁵ Assim, sem se questionar o mérito do livro, que certamente supriu uma lacuna importante até o momento de sua publicação, resta evidente que o espectro de Freyre paira soberano ainda na maneira como sua figura intelectual é compreendida no Brasil.

Mais ciente dos obstáculos colocados pelo próprio objeto para a elaboração de sua biografia, Maria Lúcia Pallares-Burke pretende realizar um estudo dos momentos formadores de Gilberto Freyre, os quais propiciaram a ele as condições suficientes para a escrita de *CG&S*. Nesse sentido, a autora deixa muito claro o vínculo entre “a vida e a obra do autor na sua juventude” que ela almeja investigar. A partir de tal pretensão, o autor Gilberto Freyre deixa de surgir como uma evidência luminosa que apareceria de forma límpida através de seus muitos escritos, notadamente aqueles de forte teor autobiográfico. Uma série de elementos definidores da identidade intelectual de Freyre, tomados até então como dados irrecusáveis, passam por um cuidadoso trabalho analítico que torna visível seu processo de construção. Um desses elementos, diz respeito ao fato do escritor de Apipucos ter constantemente usado de seu “provincianismo” como uma recusa peremptória em se estabelecer profissionalmente em grandes centros intelectuais fora de Pernambuco. Os constantes convites para permanecer no exterior e tornar-se um escritor em língua inglesa parecem não ter estimulado-o o suficiente. Todavia, se o

¹⁰⁵ Pallares-Burke: “talvez não seja exagero dizer, pois, que *Tempo morto* é mais propriamente uma dramatização da juventude de Freyre, uma obra-prima em *self-fashioning*, ou uma ‘notável auto-invenção’”, que diria respeito mais ao autor maduro que ao jovem na sua vida entre os 15 e os 30 anos. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre. Um vitoriano nos trópicos*, op. cit., p. 26.

retorno ao Brasil era um imperativo, Recife não aparecia como único destino possível, como o próprio Gilberto quis fazer crer por longo período. Pallares-Burke investiga as incongruências entre registros epistolares e os escritos memorialísticos do autor; sua conclusão aponta para outra direção: “é compreensível que bem mais tarde Freyre tenha apagado da lembrança seu empenho em sair do Recife nos idos de 1923. Quando editou seu diário-memória de juventude para publicá-lo 52 anos depois tornara-se provavelmente impensável para ele a idéia de que poderia ter feito qualquer outra escolha que não Recife. Daí ele sugerir em seu ‘diário de adolescência’ que as cartas de recomendação para São Paulo haviam vindo não em resposta a um pedido dele próprio, como fora o caso, mas por iniciativa de Oliveira Lima que, conhecendo-o ‘menos do que supõe’, como Freyre então afirmou, insistira para que o jovem amigo deixasse Pernambuco”.¹⁰⁶ Compreensível pois, nos anos 1970, quando o diário é publicado, já havia se consolidado o contexto intelectual pautado por uma profunda polaridade regional, opondo o escritor de Apipucos, no Recife, aos sociólogos de São Paulo.

Se tal fato parece hoje desprovido de grande importância para a compreensão do *CG&S*, outros elementos da formação de Gilberto Freyre, os quais incidem diretamente no seu viés interpretativo, foram igualmente problematizados pela autora. Duas delas merecem ser mencionadas pelo fato de, convergentes entre si, tocarem no âmago da interpretação proposta no livro. É lugar comum situar Freyre como discípulo intelectual de Franz Boas. Como se sabe, Luiz Costa Lima já mostrou as deficiências do sociólogo em assumir plenamente o ponto de vista do antropólogo. Pallares-Burke, seguindo tal linha de investigação, sugere que Boas não passou de imediato por uma apropriação mais consistente por parte de Gilberto; segundo ela, “o impacto desse antropólogo na sua trajetória intelectual demorou a se fazer sentir”.¹⁰⁷ Nesse sentido, os anos de estudo em Columbia parecem ter sido marcados antes pelo contato direto com o historiador William Shepherd, especialista em América Latina e orientador institucional de Freyre para a sua dissertação. Para a autora, “o aluno de Franz Boas não se tornou seu discípulo senão após um período de estudo, observação, amadurecimento e reflexão mais longo do que se imagina”.¹⁰⁸

Correlato a isso, está o lento caminho que culminou na valorização da mestiçagem como elemento positivo para a interpretação da formação histórica da

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 160.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 298.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 263.

nação. A biógrafa se mostra precavida em tomar como evidências prontas certos elementos que passaram por um processo de maturação ideológica nem sempre linear. Freyre não nasceu pronto, e o paradigma interpretativo pelo qual ficou conhecido também não. Seria excessivo sugerir que o ambiente do pensamento racial não tivesse de forma alguma ressoado na mente de Gilberto. Os indícios de sua visada racista durante os anos de estudo são vários. Contundente quanto a isso é o texto de sua dissertação publicado na *Hispanic American Historical Review*, em 1922. Pallares-Burke mostra como alguns trechos de sonora conotação racista desse trabalho foram suprimidos ou transformados quando da tradução para o português na década de 1960, momento em que já havia se consolidada a figura do autor. Além disso, o tema da mestiçagem cresceu proporcionalmente de importância na tradução, cujo tamanho é aproximadamente o dobro do escrito original. Publicada com uma introdução do próprio autor, ela veio à tona com um subtítulo significativo: “o livro embrião de *Casa-grande & senzala*”. Já no final da vida, o autor reconhecerá o fato. Em entrevista de 1985, diz ele, sobre a influência de Boas: “ora, desde que deixei o Brasil, eu padecia do complexo dominante entre nós, o da superioridade e inferioridade de raças. Saíra daqui sob o impacto de dois sociólogos, um francês, Gustave Le Bon, e um argentino, em grande voga no Brasil, José Ingenieros. Para eles não havia nenhuma dúvida sobre a inferioridade do mestiço. Não havia salvação para um país de mestiços”.¹⁰⁹ A superação do preconceito ocorrerá aos poucos; ela tem sua história na própria vivência de Freyre.

A construção da figura do autor segue de para em par com a produção da imagem criada do livro. Dessa maneira, dialogando diretamente com a crítica teórica de Costa Lima, a autora afirma que, “considerando a trajetória tortuosa que Freyre percorreu para chegar a *Casa-grande & senzala*, é de se perguntar se as ‘confusões’, indecisões e ‘fluidez conceitual’ apontadas em seu pensamento não são o resultado dos conflitos internos que enfrentou na juventude e das forças antagônicas que então o dividiam, e para as quais buscava, com dificuldade, encontrar um equilíbrio”.¹¹⁰ Não apenas encontrado, pode-se supor que tal equilíbrio foi forjado pelas mãos hábeis de artesão de Gilberto Freyre.

Porém, se Maria Lúcia Pallares-Burke estabelece, em seu bem cuidado livro, um profundo trabalho de “desconstrução” do autor, a mais recente e volumosa biografia de

¹⁰⁹ FREYRE, Gilberto. “Depoimento”. In: *Cientistas do Brasil*. São Paulo: SBPC, 1998, p. 118.

¹¹⁰ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre. Um vitoriano nos trópicos*, op. cit., p. 326.

Freyre, de Enrique Rodríguez Larreta e Guillermo Giucci, parece ficar à mercê de seu objeto, o espectro do autor pairando plenamente por sobre o livro. Se o subtítulo, “uma biografia cultural”, poderia indicar uma perspectiva renovada para os estudos biográficos, sobretudo para o objeto em questão, a sensação que permanece ao final da leitura é a de que Gilberto é ainda senhor da situação. Por um lado, o volume em suas mais de 650 páginas traz ao leitor algumas informações novas e relevantes, mas, por outro, o livro é tornado refém da imagem produzida e vendida pelo próprio biografado. As fontes utilizadas, ainda que algumas inéditas, são, na ampla maioria, textos escritos por Gilberto Freyre, os quais, mesmo que os autores reconheçam as alterações em publicações posteriores feitas pelo escritor, não passam por um processo mais vigoroso de crítica documental. Nesse ponto, o que se questiona não é tanto o cotejamento entre textos, mas a problematização entre o escrito e o vivido, a relação linear que ali aparece entre autor e obra. Biografia no sentido tradicional do termo, no livro passam batidos os problemas já apontados pela autora de *Um vitoriano nos trópicos*.¹¹¹ Gilberto Freyre é ali uma evidência e *Casa-grande & senzala* o monumento dessa evidência.

*

Entre novembro de 2007 e maio de 2008, o Museu da Língua Portuguesa de São Paulo traz em exposição a figura eminente do autor de *Casa-grande & senzala*. O tema da mostra, como o próprio lugar indica, é a celebrada linguagem do sábio de Apipucos, tradutor como poucos do cotidiano e do íntimo de um povo, pelo menos é o que se repete nessas ocasiões. Entre todos os escritos, obviamente é o livro de 1933 aquele que se sobressai. Transformado, por toda uma lógica cultural que não convém aqui esmiuçar, de objeto de leitura em peça de museu, o conjunto autor/obra ocupa ainda um lugar privilegiado na imagem que uma comunidade produz de si mesma. Assim, sua fortuna crítica ao longo do tempo não é apenas reveladora da recepção de um tal livro de interpretação do país, mas da maneira como o próprio país se compreende. Situado em uma posição de fronteira, entre a interpretação do patrimônio cultural de um povo e o próprio patrimônio do mesmo, entre o monumento e o documento, o livro ainda incita a leitura; livro-objeto, portanto, que não oculta o espectro de seu autor.

¹¹¹ Ver ainda as reservas colocadas por Maria Lúcia, em resenha co-assinada com Peter Burke, sobre o livro. BURKE, Peter; PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. “Hiato de uma vida”. In: *Mais!*, 2 de dezembro de 2007, e também a fraca resposta dada pelos biógrafos, no mesmo periódico, em 9/12/2007.

II

O PRELÚDIO DA OBRA: UM LIVRO EM SEUS PREFÁCIOS¹

“Pede o uso que se dê um prólogo ao Livro, como um pórtico ao edifício; e como este deve indicar por sua construção a que Divindade se consagra o templo, assim deve aquele designar o caráter da obra. Santo uso de que nos aproveitamos, para desvanecer alguns preconceitos, que talvez contra esse Livro se elevem em alguns espíritos apoucados”.

Gonçalves de Magalhães²

“Um livro se produz, evento minúsculo, pequeno objeto manipulável. Ele é tomado desde então por um jogo incessante de repetições; seus duplos, em seu entorno e bem longe dele, começam a formigar; cada leitura lhe dá, por um instante, um corpo palpável e único; fragmentos dele mesmo circulam, os quais se faz valerem por ele próprio, passam por contê-lo quase que inteiramente e nos quais finalmente ele acaba por encontrar refúgio; os comentários se desdobram, outros discursos onde ele deve enfim parecer ele mesmo, confessar aquilo que se recusou a dizer, se libertar do que, estrondosamente, ele fingia ser”.

Michel Foucault³

O discurso da obra

No senso comum da historiografia, o mote primordial que explicita o fundamento do conhecimento histórico foi escrito em um prefácio: *narrar o passado tal*

¹ O Éder Silveira leu e comentou uma primeira versão deste texto. Expresso aqui minha gratidão.

² GONÇALVES DE MAGALHÃES, Domingos José. *Suspiros poéticos e saudades*. Brasília: Editora Unb; INL, 1986, p. 39.

³ FOUCAULT, Michel. “Préface (à la deuxième édition)”. In: *Histoire de la folie à l’âge classique*. Paris: Gallimard, 1972, p. 9.

como ele efetivamente aconteceu. A expressão que já prescinde das aspas de reconhecimento autoral, pois assumiu o lugar de fundação de um discurso coletivo, foi apresentada nessa espécie de prelúdio à composição principal.⁴ Note-se que o termo aqui utilizado, em sua conotação musical, tem dupla significação: o prelúdio tanto pode ser uma *introdução à obra* a ser orquestrada quanto um *ensaio prévio* da prática final. Em ambos os casos, a metáfora retirada do vocabulário dos músicos pode ser perfeitamente empregada para se tratar do uso da linguagem por parte dos historiadores. Mais do que isso, na sua riqueza semântica ela descreve a maneira como se pode considerar o significado dos prefácios nas obras historiográficas: tanto um aporte introdutório quanto um primeiro ensaio daquilo que se espera do livro em questão.

Desde seu ato fundador a história deve aos prólogos uma parte considerável de suas definições. Pois, como notou François Hartog, se Heródoto é o pai da história, o começo de suas *Histórias* seria por direito uma espécie de certidão de nascimento.⁵ Luciano de Samósata, sem ser historiador mas escrevendo ainda nos primórdios da era cristã um pequeno tratado sobre como se deveria escrever a história, atribuiu também aos exórdios um papel importante na economia do texto historiográfico. Quanto a eles os historiadores deveriam atentar para sua proporcionalidade em relação ao restante da obra, já que, segundo o autor, alguns pecam por escrever longos prólogos para textos insuficientes, criando, por assim dizer, uma obra próxima da bizarrice, como “colocar a cabeça do colosso de Rhodes sobre o corpo de um anão”.⁶ Preocupação transmitida dos antigos aos modernos. Peter Gay, em seu famoso estudo sobre o estilo dos historiadores, salienta que “os prefácios de Ranke eram vazados pelo relato de suas pesquisas documentais; são relatórios de viagem tingidos de entusiasmo, de um viajante que

⁴ A famosa epígrafe, por vezes citada sem referência, consta no prefácio de 1824 que Leopold Ranke escreveu para sua *História dos povos latinos e germânicos, 1495-1514*. Encarada como ambição utópica (e excessiva), quase um gesto de arrogância cientificista, quando inserida no contexto específico em que se situa, todavia, aparece mais como sinal de modéstia intelectual: segundo o autor, dizia-se, no quadro ampliado da filosofia hegeliana, que a história teria por função ajuizar o passado e instruir o presente em proveito do futuro. Ranke não arroga ao seu livro tal ambição; sua intenção é, pois, um tanto mais modesta: “trata-se, simplesmente, de mostrar o que realmente aconteceu”. Utilizo aqui a tradução inglesa do prefácio, RANKE, Leopold. “Preface: Histories of the Latin and Germanic Nations from 1494-1514”. In: STERN, Fritz (edited, selected and introduced by). *The varieties of history. From Voltaire to the present*. New York: Vintage Books, 1973, p. 55-58.

⁵ Ver HARTOG, François. “Introdução”. In: *A história de Homero a Santo Agostinho*. trad. de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

⁶ LUCIAN, 23. Ainda sobre a função dos prefácios, notadamente para distinguir os historiadores dos oradores, ver LUCIANO, 52-53. Consulte a tradução para o inglês LUCIAN. “How to write history”. In: *Works*. Vol. VI. translation by K. Kilburn. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, 1959.

visitava, não cidade após cidade, mas biblioteca após biblioteca”.⁷ De Ranke, cujo nome se liga à disciplina pelo intuito de ciência que carrega consigo, passa-se para Michelet, espécie de “poeta” da história e seu recorrente prefácio à monumental história da França, suas explicações e justificativas, seus posicionamentos e distâncias; a certidão de uma obra que marcou uma vida inteira e que é ela mesma, a obra, uma vida a ser realizada: “é que a história, no progresso do tempo, faz o historiador muito mais do que é feita por ele. Meu livro me criou. Sou eu que fui sua obra. Este filho fez seu pai. Se saiu de mim em primeiro lugar, da minha tempestade (ainda perturbada) de juventude, deu-me muito mais em força e em luz, mesmo em calor fecundo, em força real de ressuscitar o passado. Se nos parecemos, está bem. Os traços que ele tem de mim são em grande parte aqueles que lhe devia, que tive dele”.⁸ Neste texto de 1869, posterior à obra completa, fica evidente o significado do prefácio para a compreensão do todo. Gérard Genette afirma sobre ele que, ao mesmo tempo original e tardio, “não é, com efeito, apenas uma exposição de intenção e de método [...], mas também evocação das circunstâncias de redação, dos anos de vida ‘enterrado nos arquivos’ na companhia dos mortos, e da evolução de um pensamento a favor das ‘tarefas úteis’ que, ao postergar-lhe o trabalho, amadureceram-no”.⁹ Michelet, ele também um viajante (e não apenas de biblioteca), neste particular se assemelha a Ranke.

Ainda sobre o prefácio do autor alemão, pode-se perceber como ele indica algumas questões importantes. De início surge a advertência de que o livro, já pronto, parecia na sua concepção algo um tanto mais perfeito que seu resultado aparentava. Não obstante, Ranke solicita aos leitores a atenção mais às virtudes que às possíveis falhas do trabalho. Essa é a razão, segundo consta, para a elaboração do prefácio, “para não confiá-lo [o livro] por inteiro em seus próprios meios, devo começar com uma breve exposição de seu propósito, seu assunto e sua forma”.¹⁰ Ou seja, o prefácio parece suprir uma lacuna que talvez a obra, como tal, tenha deixado aberta. Duas coisas: a primeira, Ranke localiza o prefácio como um texto outro, alheio à obra propriamente dita, certamente um escrito posterior; a segunda aponta para a complementaridade intrínseca entre ambos os textos – obra e prefácio, este preenchendo aquela. Em outras palavras, a obra não se sustenta ela mesma por inteiro, fazendo necessário um outro discurso, o

⁷ GAY, Peter. “Ranke. O crítico respeitoso” In: *O estilo na história*, op. cit., p. 75-76.

⁸ MICHELET, Jules. “Préface de 1869”. In: *Ouvres complètes*. Tome premier. Paris: Ernest Flammarion, 1893, p. X.

⁹ GENETTE, Gérard. *Seuils*. Paris: Gallimard, 1987, p. 252.

¹⁰ RANKE, Leopold. “Preface: Histories of the Latin and Germanic Nations from 1494-1514”, op. cit., p. 55.

discurso da obra. O prefácio, portanto, para Ranke, emerge como o lugar por excelência do autor: se o texto historiográfico é o espaço da ascense pessoal, onde seu produtor, como sujeito da linguagem, procura se ocultar perante as exigências científicas do relato, o prefácio permite que ele apareça de maneira plena, justamente para “fechar” a obra, completando seus vazios, sem prejuízo para o estatuto objetivo do texto.¹¹

O prefácio, ou seja, um texto “fora” do texto. Se, muitas vezes, se apresenta como algo além da obra propriamente dita, servindo-lhe de aparato introdutório, ele é também algo aquém da obra, aquilo que define, de dentro e anterior a ela mesma, já que remete à figura importante do autor, seus contornos. É possível, pois, e mesmo legítimo considerá-lo como “observatório” a partir do qual o próprio texto, como paisagem concreta, surge diante do olhar interpretativo. Pelas colocações de François Hartog, pode-se considerar que “o prefácio é também o lugar onde se acertam as contas: elas são calculadas ou pagas, as dívidas são reconhecidas ou negadas. É nele que se confessam, afloram ou se ignoram as relações com a instituição (em sentido preciso ou amplo), a qual autoriza e dá crédito”.¹² Para Michel de Certeau o prefácio, espaço discursivo onde se expõe o percurso de uma pesquisa, insere um corte: “o livro, feito de duas metades desiguais, mas simbólicas, acrescenta à história de um passado, o itinerário de um procedimento”.¹³ Clifford Geertz, por sua vez, analisando as relações do antropólogo, enquanto autor, com sua obra, e investigando a dimensão “escriturária” do relato etnográfico, considera que “um bom lugar para examiná-los, ao analisar os livros de etnografia, são os começos – as páginas de abertura que situam o cenário, descrevem a tarefa e apresentam a obra”.¹⁴

Ao tratar do que definiu como “umbrais” ou “entradas” (*seuils*), principalmente de obras literárias, mas sem deixar de mencionar autores como Heródoto, Tucídides e Michelet, Gérard Genette define-as como “*para-texto*” da obra.¹⁵ Segundo o autor, essa

¹¹ Sobre a escrita dos prefácios pela historiografia do século XIX no Brasil, Rodrigo Turin afirma que “a narrativa deve falar por si; ou seja: o autor, na maioria das vezes explicitando-se como enunciante apenas no prefácio, procura ausentar-se o máximo possível (mas não o tempo inteiro) no decorrer da narrativa, deixando que os fatos ou o processo se apresentem ‘tal como ocorreram’”. TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro*, op. cit., p. 76.

¹² HARTOG, François. “Introdução”. In: *A história de Homero a Santo Agostinho*, op. cit., p. 11.

¹³ CERTEAU, Michel de. *L’écriture de l’histoire*, op. cit., p. 50.

¹⁴ GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas. O antropólogo como autor*. trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002, p. 22.

¹⁵ Quanto ao prefixo escolhido, Genette recorre à definição estabelecida por J. Hillis-Miller, pela qual tal prefixo designa “uma coisa que se situa ao mesmo tempo aquém e além de uma fronteira [...] Uma coisa *para* não é apenas uma coisa simultaneamente dos dois lados da fronteira que separa o interior do exterior: ela é também a própria fronteira, a tela que faz membrana permeável entre o interior e o exterior”. Citado em GENETTE, Gérard. *Seuils*, op. cit., p. 7, n. 2.

“zona indecisa” portadora de um “comentário autoral, ou mais ou menos legitimada pelo autor, constitui, entre texto e extra-texto (*hors-texte*), uma zona não apenas de transição, mas de *transação*: lugar privilegiado de uma pragmática e de uma estratégia, de uma ação sobre o público em serviço, bem ou mal cumprido e terminado, de uma melhor acolhida do texto e de uma leitura mais pertinente – mais pertinente, se entenda, aos olhos do autor e de seus aliados”.¹⁶ Junto com toda uma estrutura que contempla o nome do autor, os títulos, as dedicatórias, epígrafes, etc., fazem parte também do conjunto definido como *para-texto* os prefácios ou, na terminologia utilizada pelo autor, a “instância prefacial”.¹⁷

No conjunto das suas funções específicas – recomendar uma leitura particular, definir as intenções do autor, comentar ou refutar possíveis críticas ou mesmo aquelas de fato realizadas (no caso de prefácios posteriores à publicação original), entre outras – pode-se, então, sugerir que os prefácios estabelecem uma espécie de *pacto autoral*, através do qual o autor dialoga com seus leitores, críticos ou apologistas, mas também consigo mesmo, na medida em que o tema basilar deste texto é sua própria obra. Assim, apesar de sua aparente exterioridade em relação ao escrito propriamente dito, o prefácio mantém com ele uma ligação fundamental, diferente daquela que se refere ao fato de fazer parte da mesma publicação: ele *diz* o texto, com outros termos e de forma diversa, narrando sua construção, definindo seus limites e estabelecendo suas condições de possibilidade. O prefácio permite, ao passo dessas considerações, escrever a história do texto. Uma história que, em algumas circunstâncias específicas, revela um caminho fecundo onde se torna evidente a própria dimensão que a obra assume em um contexto particular.

Na tradição historiográfica brasileira, notadamente em seus momentos fundadores, os prefácios desempenhavam função de suma importância, delimitando os espaços de enunciação de uma historiografia recém-nascida bem como apontando a função autoral no texto. Como salienta Rodrigo Turin para a escrita da história no século XIX, “geralmente nos prefácios, o vínculo pessoal/nacional vinha inscrito sempre no intuito de justificar a obra que se apresentava. Ressaltando a sinceridade, a dificuldade e a utilidade do empreendimento, o autor procurava capitalizar a inserção de

¹⁶ GENETTE, Gérard. *Seuils*, op. cit., p. 8.

¹⁷ Segundo Genette, embora seja uma prática que condiz sobretudo com a modernidade, notadamente após a invenção da imprensa, é possível reconhecer uma “pré-história dos prefácios que percorre o longo período de Homero a Rabelais. No campo da historiografia, Hartog percorreu este caminho publicando uma recolha dessas primeiras palavras que abrem mas também comentam de antemão a obra a ser lida. Ver HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*, op. cit.

sua obra no espaço letrado. Seja adiantando-se a possíveis críticas, explicitando seu procedimento, resgatando sua trajetória ou ressaltando os possíveis usos futuros de seu trabalho, procurava-se qualificar a missão que constituía o ato da escrita. Ato essencialmente político (escrita monárquica ou republicana), a escrita da história nacional reclamava por parte de seu autor a reflexão sobre esse vínculo visceral”.¹⁸ Mesmo textos introdutórios, como notas preliminares, por exemplo, oferecem à reflexão teórica sobre a historiografia matérias de importante interesse para a compreensão de determinados procedimentos de escrita.¹⁹

No caso da leitura de *Casa-grande & senzala*, existem, em inúmeras edições da obra, mais de dez prefácios diferentes escritos por Gilberto Freyre, o que permite vários elementos para a construção de uma história.²⁰ Além do fundamental texto escrito para a primeira edição, outros tantos foram elaborados para explicitar pormenores, rebater críticas, definir argumentações, situar seu propósito, sua matéria e sua forma. Sobretudo, tais prefácios servem para inserir no plano da obra a figura eminente do *Autor*. Tal como uma terceira pessoa, que intervém e interage com o texto, de fora e de dentro simultaneamente, tal figura passa por uma operação lenta e constante de construção durante os variados momentos de publicação de *CG&S*: se no prefácio à terceira edição, escrito em 1938, Freyre informa ao leitor que doravante será assim que ele próprio se definirá, como “o” Autor (na terceira pessoa, e com *A* maiúsculo), no prefácio à décima-terceira edição, de 1966, acrescenta que “fala êle [o Autor] aqui de modo o mais possível impessoal e fugindo, tanto quanto pode, ao pendor para ser autobiográfico que lhe vem da sua tradição, principalmente ibérica, de escritor”.²¹

¹⁸ TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*, op. cit., p. 70; para um estudo de caso, os prefácios de Francisco Adolfo de Varnhagen, remeto a BOEIRA, Luciana. *O discurso do método nos prefácios de Varnhagen*. Texto não publicado gentilmente cedido pela autora.

¹⁹ Dois exemplos de “notas preliminares” ilustram a assertiva: a análise da nota que Capistrano de Abreu escreveu para a *História* de Frei Vicente de Salvador, feita por OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*, op. cit., p. 102 e ss, bem como a reflexão sobre a nota que Euclides da Cunha encabeçou seu *Os sertões*, realizada por COSTA LIMA, Luiz. *Terra ignota*, op. cit., p. 24 e ss.

²⁰ Até o ano da morte de seu autor, em 1987, *CG&S* foi reeditado 25 vezes, constando, em edições variadas, 13 prefácios diferentes. Não só para sua própria obra, mas para obras diversas, Gilberto Freyre era um recorrente prefaciador. Em 1958, ele era o segundo escritor que mais havia prefaciado livros no mundo (com 150 textos), estando em primeiro lugar o espanhol Gregorio Marañón (219 prefácios). Ver SORÁ, Gustavo. “A construção sociológica de uma posição regionalista. Reflexões sobre a edição e recepção de *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, n.º. 36, São Paulo, fevereiro de 1998. Como foi consultada a versão eletrônica (SciELO) do texto, as citações seguem sem referência às páginas.

²¹ FREYRE, Gilberto. “Prefácio à 13ª edição” (1966). *Casa-grande & senzala*. 1º Tomo. 13ª edição brasileira (14ª edição em língua portuguesa). Rio de Janeiro: José Olympio, 1966, p. XXIV.

Torna-se dispensável, para o momento, a avaliação se de fato o referido “pendor autobiográfico” foi desviado.

Em uma coletânea sobre a prática dos historiadores, Philippe Boutry aponta como característica marcante da produção historiográfica, sob os signos das “certezas e descaminhos da razão histórica”, “a posição elevada conferida ao historiador na produção de saber”, fato este que “constitui o primeiro e sem dúvida o principal sintoma da crise intelectual” do conhecimento histórico.²² Conseqüência direta dessa situação seria a “violência” cometida em relação ao objeto, resultado dos “poderes ilimitados” do historiador. Para definir com precisão o ponto da crise, Boutry sugere uma “hipertrofia do sujeito do conhecimento” como marca maior do saber contemporâneo. Exemplo claro dessa posição é encontrado em uma passagem de Michel de Certeau quando este escreve sobre Paul Veyne (dois dos autores que, sem dúvida, estariam relacionados à suposta crise): “pode-se constatar, entre os historiadores recentes, que essa ressurreição do *eu* no discurso histórico começa com a importância crescente, mas ainda adicional, atribuída à *história do sujeito*-historiador: os *Prefácios*, em extensão, se articulam sobre a *história do objeto* estudado e precisam o lugar do locutor”.²³

Em outras palavras, deixando o discurso da crise de lado, a leitura dos prefácios, quando se levanta a questão da escrita da história, é de suma importância para se compreender as relações intrínsecas, mas nem sempre aparentes, entre autor e obra, isto é, os procedimentos da operação intelectual de um autor criando sua obra ao passo que esta, historicamente, gozando de certa autonomia em relação ao seu produtor, acaba por definir as características de determinado indivíduo como seu autor. O que se afirma com isso é o valor analítico estabelecido pela atenção dada, além da própria obra produzida, às suas condições de produção, isto é, à ligação fundamental que se estabelece entre o discurso da obra (aqui, o prefácio) e a obra como discurso (o conjunto dos enunciados, das seções, dos capítulos, das partes, etc.). Nesse sentido, a análise da escrita de *CG&S* abre outras possibilidades se passar pela leitura atenta de seus constantes prefácios. Certamente, no caso de Freyre, não encontramos neles um verdadeiro discurso do método, no qual o autor apresentaria os elementos teóricos que fundamentam seu

²² BOUTRY, Philippe. “Certezas e descaminhos da razão histórica”. In: BOUTIER, Jean et JULIA, Dominique (orgs.) *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. trad. de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ: Editora FGV, 1998, p. 66.

²³ CERTEAU, Michel de. “Une épistémologie de transition: Paul Veyne”. In: *Annales E.S.C.*, XXVIII, 1972, p. 1325, citado em BOUTRY, Philippe. “Certezas e descaminhos da razão histórica”, op. cit., p. 68.

trabalho, se bem que haja ali uns poucos indícios para tanto.²⁴ Todavia, a história dos seus prefácios define com certa precisão o lugar epistemológico ocupado pelo autor diante de sua obra, condição que interessa para a presente análise. Como propôs Manoel Salgado Guimarães, “reconstituir as condições de produção e de possibilidade do texto significa reinscrevê-lo no cenário em que foi produzido, em diálogo com outros textos e supondo um certo tipo de leitor”.²⁵ Ler estes textos, portanto, é uma maneira diversa de entender o livro, ou seja, trata-se de fazer sua leitura também *em* seus prefácios.

O lugar original

A história do livro nos prefácios teria começado em 1931, no além-mar, e também em 1933, já no trópico. Estes dois anos, separados pelo mar que distancia Lisboa de Pernambuco, aparecem como datas para o prefácio da primeira edição, espécie de lugar original do livro: texto escrito, pois, sob o signo da viagem.²⁶ Uma passagem nele parece resumir a característica principal da obra: “deixei com saudade Lisbôa, onde desta vez pudera familiarizar-me em alguns mezes de lazer com a Bibliotheca Nacional, com as collecções do Museu Ethnologico, com sabores novos de vinho do Porto, de bacalhau, de doces de freiras”.²⁷ Pesquisa e paladar habitam o mesmo espaço pessoal, o do lazer e da experiência. Um pouco como Freyre faz em seu livro, sem criar um hiato indesejável entre a vida (íntima) e a obra (pública).

Dada a característica peculiar deste prefácio, texto fundador da própria obra, ele demanda uma leitura em particular, apartada do conjunto dos outros prefácios. Nas palavras do autor, em carta para Rodrigo Mello Franco de Andrade, trata-se de um

²⁴ Em um trecho do prefácio à primeira edição, o autor aponta para o propósito fundamental deste prelúdio: “dar uma idea geral do plano e do methodo do ensaio que se segue; das condições em que foi escripto”, e apresenta as fontes utilizadas, além de indicar a famosa distinção entre raça e cultura que tornou a obra célebre. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 1ª. edição, op. cit., p. IX.

²⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Historiografia e cultura histórica: notas para um debate”. *Revista Ágora*. Vol. 11, n. 1, 2005, p. 33.

²⁶ O oceano atlântico, massa fluida que aparta ao mesmo tempo em que aproxima três pedaços de terra interligados na história da formação do Brasil: a América, a África e a Europa; tal é, de fato, o lugar onde nasce o livro de Gilberto Freyre. Em certa medida, podemos ler *Casa-grande & senzala* a partir da tese elaborada por Luiz Felipe de Alencastro, a de que a história do Brasil é ela totalmente vinculada, não apenas ao espaço territorial fixo hoje conhecido, o que redundaria em uma ilusão cartográfica e retrospectiva, mas também ao ambiente líquido do Atlântico Sul, o mesmo que permitirá a mestiçagem de índios, negros e brancos. Ver, ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

²⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. XXXIX.

“misto de introdução e prefácio”.²⁸ Para Gustavo Sorá, “este primeiro prefácio é um grande esforço para classificar, inculcar, negociar um modo de apreensão do ‘estranho’ produto, estranho porque elaborado segundo os parâmetros dos grandes centros de ciência internacionais, sem equivalente em território tropical”.²⁹ Ou seja, este texto representa o esforço de seu autor para inserir ambos (obra e autor) no quadro geral do pensamento brasileiro. Quanto a isso, Ricardo Benzaquen de Araújo considera que a obra de Freyre nos anos 1930 traduz a posição “heróica e quase titânica” de seu autor, escrevendo “não apenas sobre mas acima de tudo *contra* o seu tempo [...] contra o seu tempo e particularmente contra os seus pares”.³⁰ Se, portanto, no plano da ciência não havia ainda equivalência para as características particulares do livro, ele tinha também que se colocar diante do campo literário, espaço por excelência, desde o romantismo, para os discursos formadores da nacionalidade brasileira.

Logo de início Freyre parece sugerir algo que ficará mais evidente na leitura do livro: entre o passado estudado e o presente em que se estuda não há uma distância absoluta; é como se um tempo homogêneo perfizesse a história ali ensejada. Isso fica claro para o autor em sua viagem à Bahia, onde pôde se informar melhor sobre o traje das pretas de tabuleiro e sobre suas especialidades culinárias, “duas expressões de civilização patriarcal que lá se sentem hoje como em nenhuma outra parte do Brasil”,³¹ ou seja, um passado que ainda permanece em seus detalhes mais aparentemente banais. São recorrentes no texto, as referências à experiência da viagem, e é tal experiência que lhe criará as condições para se pensar a sociedade brasileira segundo tal continuidade.³² Em uma famosa confissão feita pelo autor, são colocados os motivos que o levaram a uma tal reflexão: “era como si tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o da miscegenação”.³³ Freyre se insere, dessa maneira, em

²⁸ Citado em LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre uma biografia cultural*, op. cit., 421.

²⁹ SORÁ, Gustavo. “A construção sociológica de uma posição regionalista”, op. cit. Freyre dirá, anos mais tarde e em tom de drama, sobre o seu retorno ao Brasil: “houve uma verdadeira rejeição ao que eu representava. Pelo padrão acadêmico brasileiro, eu não era sequer considerado como formado em curso superior [...] Tudo isso concorreu para que eu vivesse uma fase de ‘monstro’ rejeitado e ignorado”. FREYRE, Gilberto. “Depoimento”, op. cit., p. 119.

³⁰ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*, op. cit., p. 174.

³¹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. X.

³² Maria Lúcia Pallares-Burke resume de maneira incisiva a amplitude da viagem na obra inicial do sociólogo: “Freyre tivera de ir, literal e imaginariamente, aos Estados Unidos e à Europa para chegar ao Recife”. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre. Um vitoriano nos trópicos*, op. cit., p. 411.

³³ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. XII.

toda uma tradição intelectual brasileira, dos românticos aos modernistas, que principiou a perceber o Brasil de fora, com o olhar inquieto da distância.³⁴ Pode-se pensar nos românticos do XIX, que fundaram seu movimento no exterior, em Paris, com a criação da revista *Nitheroy*; a obra considerada precursora de Gonçalves de Magalhães que traz seus suspiros poéticos, mas também suas saudades;³⁵ o “pai da história” do Brasil, Francisco Adolfo de Varnhagen, constante ausente de seu país, “o grande patriota que não está quase nunca na sua pátria”, mas que sucedeu no esforço de escrever a única (pelo menos a mais bem acabada) história geral do Brasil no século XIX;³⁶ Euclides da Cunha, viajando para “dentro” do país e deparando-se com uma alteridade quase absoluta, ao mesmo tempo em que encontraria ali a “rocha viva da nacionalidade”;³⁷ pensa-se ainda, já no século seguinte, no modernismo de Oswald de Andrade que, segundo opinião de Paulo Prado, escrita em 1925 e que provavelmente Freyre conhecia, “numa viagem a Paris, do alto de um atelier da Place Clichy – umbigo do mundo – descobriu, deslumbrado, a sua própria terra”.³⁸ Embora sua formação ocorresse quase que totalmente num lugar outro, o “estranho produto” de Freyre sugerido por Sorá deveria, enfim, encontrar seu lugar no espaço tropical.³⁹

Essa inserção, no entanto, só seria feita à custa de certos distanciamentos teóricos. O primeiro e fundamental se refere à distância assumida em relação ao pensamento racial do final do século XIX, parte dele com uma perspectiva negativista em relação à mistura de raças e seu enfoque predominantemente centrado nos aspectos eugênicos da mestiçagem, outra parte percebendo a miscigenação como mecanismo propício para tornar viável a nação através do branqueamento da sua população. Ambos, entretanto, tendendo a ressaltar o caráter inferior do elemento mestiço no conjunto

³⁴ Esta afirmação não tem por objetivo defender a idéia de que “quem vê de longe vê melhor”. A sugestão que ela incorpora é a de que, pelo menos no caso de Freyre, a experiência da viagem permite, não um melhoramento, mas uma reeducação do olhar: não se trata de uma visão mais elevada ou coisa parecida, mas simplesmente de uma *outra* visão. Mário Hélio foi um dos comentadores que constatou: “Gilberto Freyre descobriu o Brasil nos Estados Unidos. Aprendeu a vê-lo melhor, à distância”. Embora até certo ponto correta, a frase corre o risco de simplificar o problema. HÉLIO, Mário. *O Brasil de Gilberto Freyre. Uma introdução à leitura de sua obra*. Recife: Comunigraf, 2000, p. 47.

³⁵ Sobre a importância da viagem para os românticos brasileiros, ver SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Sobre Magalhães em particular, ver p. 47 e ss.

³⁶ CEZAR, Temístocles. *Varnhagen in movement: a brief anthology of an existence*. Translated by Eoin Paul O'Neill. *Topoi*, 2007, vol.3.

³⁷ Remeto ao capítulo IV.

³⁸ Citado em ROCHA, João Cezar de Castro. “Notas para uma futura pesquisa: Gilberto Freyre e a Escola Paulista”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza (orgs.). *O imperador das idéias. Gilberto Freyre em questão*, op. cit., p. 197.

³⁹ O tema de Gilberto Freyre viajante será tratado no capítulo V.

amplo da população.⁴⁰ É neste ponto que Freyre situa sua filiação na antropologia orientada por Franz Boas, caráter considerado inovador de suas pesquisas. A partir dela, segundo o autor, é possível reconhecer o “justo valor” do negro e do mulato, além de estabelecer uma diferenciação essencial para seu esforço interpretativo, opondo os termos raça e cultura como dois conceitos que remetem para explicações sociológicas díspares: uma recorrendo aos traços genéticos das raças, outra articulando efeitos de ambiente com a experiência cultural. Assim, “neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio. Também no da diferenciação entre hereditariedade de raça e hereditariedade de família”.⁴¹

Cabe notar ainda que durante todo o livro e apesar do anúncio tão explícito sobre a separação teórica entre a explicação racial e a interpretação cultural, a postura de Freyre permanece indecisa entre ambos os termos (raça e cultura), definindo, pois, a distância em relação à própria perspectiva de Franz Boas.⁴² Como sugere Luiz Costa Lima, na análise mencionada no capítulo anterior, “comparando a reflexão de Boas, ao longo das três primeiras décadas do século, acerca do papel da raça nos estudos de antropologia, e o que virá a afirmar seu confessado discípulo, podemos suspeitar que a aprendizagem deste não foi tão grande como postula”.⁴³ Isso fica evidente também numa passagem do texto com o qual obteve o título de *Master of Arts* na faculdade de ciência política da Columbia University, publicado na *Hispanic American Historical Review* em 1922, quando Freyre é claro ao afirmar, sem maiores pudores, sobre as relações entre senhores e escravas: “dessas relações com garotas escravas resultou um aumento substancial no número de escravos – um gênero (*breed*⁴⁴) melhorado de escravo pois, em muitos casos, o pai era um português – eu quero dizer etnicamente, não civilmente (*ethnically, not civilly*) – do melhor sangue”.⁴⁵ Na análise de Costa

⁴⁰ Para uma análise geral do assunto, ver, por exemplo, VENTURA, Roberto. “Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república”, op. cit., p. 329-359.

⁴¹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. XII.

⁴² Azevedo Coutinho, em notícia lida no Rádio-Jornal mantido pela Imprensa Nacional e publicada em seguida no *Jornal Pequeno* de Recife, em 12/09/1934, informa ao ouvinte tratar-se o livro da “mais exata reconstrução da genética do Brasil atual” sob “um ponto de vista preponderantemente biológico”. Reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 129-131.

⁴³ LIMA, Luiz Costa. “A versão solar do patriarcalismo: *Casa-grande & senzala*”, op. cit., p. 198. Ver *supra*, p. 73 e ss.

⁴⁴ O termo *breed* possui igualmente, neste contexto, o significado de *raça*.

⁴⁵ FREYRE, Gilberto. “Social life in Brazil in the middle of the nineteenth century”. In: *The Hispanic American Historical Review*. Vol. 5, 1922, p. 611. É bem verdade que neste momento, ainda que carregado de uma perspectiva biologizante, a posição de Freyre não confere ao cruzamento de raça um caráter negativo, pois logo em seguida complementa dizendo que “de tais uniões de homens de primeira classe (*first-rate men*) – *the gentry* – e suas escravas mulheres saltou (*sprang*) aquela competente semi-raça (*able halfbreeds*) que, mesmo durante o Império, ascendera à proeminência e dera à República

Lima, que não se preocupou com o artigo de 1922, a imprecisão teórica que empurra a dimensão cultural para os lados da postura étnica e mesológica resulta em um regime peculiar, no qual “o legado étnico é dependente do mesológico (sobretudo do climático), que, ao menos em nosso caso, motiva uma cultura fundada em valores não rígidos”.⁴⁶ Ricardo Benzaquen de Araújo, por sua vez, retomando tais imprecisões, aventa uma possível explicação para o “culturalismo *sui generis*” de Freyre, segundo a qual o elemento do meio ambiente ocuparia uma posição intermediária entre os termos raça e cultura (algo já salientado pelo teórico da literatura), “modificando o seu sentido mais freqüente e tornando-os relativamente *compatíveis* entre si”.⁴⁷ A razão disso seria uma aproximação neolamarckiana do conceito de raça, pela qual os indivíduos teriam a capacidade ampla de adaptação às condições do ambiente, incorporando, transmitindo e herdando os caracteres adquiridos.⁴⁸ Nesse sentido, Benzaquen pondera que tal imprecisão “não alcança uma dimensão tal que possa prejudicar irremediavelmente a vocação, digamos, cultural, do conjunto de sua reflexão, embora, sem dúvida, lhe acrescente um matiz de inegável importância”.⁴⁹ De qualquer forma, a distinção mesmo que apenas retórica no texto, entre raça e cultura, era um dos princípios fundamentais utilizados por Freyre para inserir o livro no debate.

Outro distanciamento importante que, no fundo, é menos uma ruptura do que uma precisão teórica, diz respeito à sua relação com o materialismo histórico. Se um crítico como Agripino Grieco criticará o excesso materialista da obra, outro como

alguns dos seus melhores líderes” (pela dificuldade da tradução, alterei parcialmente alguns termos tentando manter o sentido proposto), conduzindo o autor ao otimismo exacerbado que caracteriza sua visão amena das relações raciais, pois acrescenta em nota, pautado antes pela lei escrita do que pela regra prática, que “a cor não constituía nenhuma barreira contra os direitos civis. Quando liberto, o homem de cor poderia votar (*go to the ballot*) e era elegível ao parlamento”. No livro de 1933 permanece, entretanto, uma visão que opõe elementos genéticos distintos a partir do recorte inferior/superior. Basta um exemplo: “a formação brasileira não faltou o concurso genético de um elemento superior recrutado dentre as melhores famílias e capaz de transmitir à prole as maiores vantagens do ponto de vista eugenico e de herança social”. Gilberto trata aqui não apenas da superioridade racial do elemento branco, mas, mencionando o contato sexual de párocos com mulheres de cor, das suas qualidades espirituais “superiores”. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. 490. A sobreposição que muitas vezes é feita no livro entre herança genética e social será mencionada no capítulo VI.

⁴⁶ LIMA, Luiz Costa. “A versão solar do patriarcalismo: *Casa-grande & senzala*”, op. cit., p. 202.

⁴⁷ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*, op. cit., p. 37.

⁴⁸ Pallares-Burke traça os encadeamentos teóricos do neolamarckismo na obra de Freyre, via inspiração antropológica de Roquette-Pinto, quem, segundo o próprio Freyre, já trabalhava antes da publicação do livro segundo uma perspectiva positiva para o mestiço, mencionando inclusive o nome de Boas. Ver PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre. Um vitoriano nos trópicos*, op. cit. p. 332 e ss.

⁴⁹ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*, op. cit., p. 39. Sobre as relações entre Franz Boas e as teorias lamarckianas, ver STOCKING Jr., George. “The critique of racial formalism”. In: *Race, culture, and evolution. Essays in the history of Anthropology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982, p. 161-194.

Alberto Passos Guimarães ressaltará o mérito da abordagem materialista heterodoxa de Freyre.⁵⁰ Afinal de contas, Freyre não poderia romper decisivamente com alguns dos pressupostos epistemológicos dessa perspectiva, dentre os quais a atenção dada aos aspectos técnicos da reprodução social e também a distinção entre Estado e sociedade, desfazendo a visão idealista e teleológica da história, segundo a qual a sociedade seria simples produto da organização do Estado, este encarado como uma espécie de entidade metafísica na qual estaria encarnada a razão.⁵¹ Tanto para a visão materialista quanto em Freyre, o Estado apenas aparece como resultado empírico das relações sociais; no caso do autor pernambucano, ainda, é notável o privilégio dado às relações sociais em detrimento da instituição estatal. Todavia, Freyre faz questão de salientar as singularidades de sua posição em relação à primeira: “por menos inclinados que sejamos ao materialismo histórico, tantas vezes exagerado nas suas generalizações – principalmente em trabalhos de sectários e fanaticos – temos que admitir influencia considerável, embora nem sempre preponderante, da técnica da produção económica sobre a estrutura das sociedades”.⁵² Mais adiante enfatiza de forma complementar: “não que estejamos a sugerir uma interpretação ethnica da formação brasileira ao lado da económica. Apenas acrescentando a um sentido puramente material, marxista, dos factos, ou antes, das tendencias, um sentido psychologico. Ou psycho-physiologico”.⁵³

Em nota de rodapé, Freyre adiciona ainda um dado importante tantas vezes negligenciado por seus comentadores: sua concordância com a existência de conflitos sociais na formação histórica do Brasil. Ainda que o lugar no texto destinado a isso seja discreto, explícito no espaço textual em que se encontra a referência (uma nota), há que se salientar os termos por ele utilizados: trata-se de refutar a teoria de Oliveira Vianna, esboçada no *Populações meridionaes do Brazil*, e acatar a sugestão de Astrogildo Pereira no sentido de que houve de fato luta de classe na história do Brasil.⁵⁴ Logo em seguida, na mesma nota, um comentário elucidativo: “já depois de escrito este ensaio,

⁵⁰ Ver os artigos de Agripino Grieco, publicados n’*O Jornal*, do Rio de Janeiro em 28/01/1934 e de Alberto Passos Guimarães, no *Boletim de Ariel* em abril de 1934; republicados em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 61-74 e 113-119, respectivamente.

⁵¹ Para a crítica materialista do idealismo hegeliano, ver MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

⁵² FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. XII.

⁵³ *Ibid.*, p. XXVII.

⁵⁴ “Um outro agente de solidariedade, tão eficiente na organização dos povos ocidentaes: a hostilidade das classes, aqui também não actua”. VIANNA, F. J. Oliveira. *Populações meridionaes do Brazil*, op. cit., p. 146 (a paginação da edição consultada está repetida; o número correto seria 172). Embora Vianna não desconsiderasse a existência dos conflitos, para ele a inexistência da luta de classes era fator contra a formação de solidariedade ou laços sociais duradouros, já que inibia o estabelecimento de uma consciência unificada para uma possível camada dirigente (a saber, a aristocracia rural).

apareceu o trabalho de Caio Prado Junior. *Evolução política do Brasil (ensaio de interpretação materialista da história brasileira)*, [...] com o qual me encontro de acordo em varios pontos”.⁵⁵ Não obstante, Afonso Arinos criticará de forma veemente a abordagem simplista de Freyre. Segundo o crítico, na consideração de movimentos sociais importantes como a “balaiada” ou a “sabinada”, o autor pernambucano estaria por demais preso às concepções de Sílvio Romero e Oliveira Lima, “dois burgueses que escreveram a um tempo em que estas coisas ainda não eram bem estudadas”, acrescentando ter sido o próprio Caio Prado Jr. o precursor em tais estudos. Em seguida, a hostilidade: “e Gilberto Freyre, cuja grande e moderna cultura sociológica é patente não pode mais, a não ser literariamente, explicar claras explosões da luta de classes por meio de torturadas divagações a propósito de choques entre as culturas indígena e alienígena”.⁵⁶

Toda essa série de posicionamentos realizados pelo autor, se for levada em consideração a fortuna crítica construída em sua história, indica algo importante, como já discutido acima: pelo menos neste prefácio inicial, o qual tinha a evidente função de apresentar o primeiro grande trabalho de Freyre publicado no Brasil, em ambiente no qual ele era ainda um iniciante, não se faz aí nenhuma menção ao seu escrito a partir de uma perspectiva literária. O livro é definido claramente como ensaio de sociologia e história, pautado pela utilização, tanto quanto possível criteriosa, de um *corpus* documental que segue especificado e comentado nas páginas finais do prefácio, inserindo nele inclusive livros de literatura. É bem verdade que, em dado momento, o autor salienta o “alguma coisa” de Proust que teria todo estudo de história íntima de um povo, algo que, nos dizeres citados dos Goncourt, seria próximo de um “roman vrai”. Além disso, toda a preparação editorial da obra, com alguns artigos sendo publicados antes mesmo de seu lançamento, apontava a verve poética do livro. Rodrigo Mello Franco de Andrade, como se sabe, já alertava ao leitor brasileiro o fato de que “o volume não é uma exposição fria de fenômenos sociais mais ou menos consideráveis,

⁵⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. XIV-XV, n. 3. Estas colocações se referem especificamente ao contexto de produção de *Casa-grande & senzala*, já que, com o acirramento dos debates entre Gilberto Freyre e a escola paulista de sociologia, especialmente nos anos 1960 e 70, depois do golpe militar, Freyre vai surpreendentemente acusar a perspectiva marxista de incapacidade conceitual, pois, enquanto teoria produzida na Europa, não teria meios de ser adaptada ao contexto tropical. Ver FALCÃO, Joaquim. “A luta pelo trono: Gilberto Freyre versus USP” In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza (orgs.). *O imperador das idéias*, op. cit., p. 160.

⁵⁶ Afonso Arinos de Melo Franco, *O Jornal*, do Rio de Janeiro, em 15/02/1934; republicado em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 81-88.

mas um livro de poesia intensa ao mesmo tempo que uma obra de ciência”.⁵⁷ Todavia, é sobretudo a partir do campo “científico”, enquanto sociólogo e historiador, que Freyre se coloca em tal contexto. Fato significativo se forem percebidas, como será feito mais adiante, as transformações de sua própria posição diante da obra; também, se for levado em consideração o *topos* constituído desde o início sobre a dupla inserção do texto, quer como produto de ciência, quer como trabalho poético.⁵⁸

Ou seja, no decorrer desse primeiro prefácio, fica evidente o esforço de Gilberto Freyre em estipular o lugar de sua fala, bem como a imensa complexidade da tarefa. Num momento em que a literatura se ocupava em fornecer os elementos para se pensar o Brasil, aparecendo, nos dizeres de Antonio Candido, como “fenômeno central da vida e do espírito”,⁵⁹ ou na confissão de José Lins do Rego, sobre os de sua geração, de que “nós não estudávamos e queríamos falar, entrar de chapéu na cabeça por dentro de assuntos bem difíceis de serem tratados. O que nos tentava era a literatura e confundíamos sonetos até com antropologia”,⁶⁰ o autor se define pelo contraponto: o do ensaio acadêmico. Por essa definição Freyre tenta criar um espaço intelectual próprio, amplo, constituído a partir de tradições estrangeiras de pensamento, mas sem perder de vista o diálogo permanente com a tradição brasileira, seja ela no plano da literatura, seja no campo dos *discours savants*. É tal amplitude, por sua vez, que lhe permite interagir em espaços distintos do pensamento, sem a necessidade sempre recusada por ele de se fechar em uma única especialidade. Este primeiro prefácio aparece, portanto, em uma dupla perspectiva: ele é, ao mesmo tempo, um *lugar de origem*, já que na história do livro em prefácios ocupa o status de começo fundador; mas também o texto no qual se sinaliza um *lugar original*, situando a fala de seu autor num espaço até então alheio, mas no qual ele ocupará, no decorrer deste percurso, uma posição de proeminência.

Um livro em movimento

Exatos trinta e três anos após a publicação original de *CG&S*, uma nova edição surge para os leitores. Dividida em dois tomos, aparece ela como a décima terceira

⁵⁷ *Diário Carioca*, em 20/10/1933; republicado em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 37.

⁵⁸ *Topos* retomado mais recentemente no artigo inserido na edição crítica, FONSECA, Edson Nery da. “*Casa-grande & senzala* como obra literária”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica, op. cit., p. 870-876.

⁵⁹ CANDIDO, Antonio. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, op. cit., p. 119.

⁶⁰ *O Estado de Pernambuco*, 3/3/1937; republicado em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 178.

edição brasileira e décima quarta em língua portuguesa. Sua significação em particular se deve ao fato de que nela são reproduzidos todos os prefácios anteriores. É importante situar essa edição pelo fato de que ela se dá, como já foi visto, justamente no momento de acirramento das críticas e disputas, tanto teóricas como ideológicas, entre Freyre e outros autores, sobretudo oriundos de São Paulo. Além disso, não custa lembrar, os anos 60 se abrem com o reconhecimento coletivo de *CG&S*, na ocasião das comemorações do 25º. aniversário do livro. Portanto, a publicação de todos os prefácios numa mesma edição insere-se neste contexto variado de valorização da obra e do autor, seja positivamente pela amizade, seja negativamente pela crítica.⁶¹

Da primeira até a sexta edição, ou seja, entre 1933 e 1949, Freyre escreveu seis prefácios diferentes. Para a nona, décima, décima primeira e décima terceira, respectivamente de 1958, 1961, 1964 e 1966, quatro novos prefácios foram elaborados. Para a décima quinta edição, de 1970, uma pequena nota de esclarecimento. Em edições posteriores, Freyre optou, a partir de 1973 (16ª edição) por apresentar ao leitor uma recolha de trechos dos prefácios anteriores. Será em 1978 e em 1980, respectivamente nas 19ª e 20ª edições brasileiras, que aparecerão dois novos prefácios. Se não outras coisas, esse número elevado de prelúdios indica o apreço considerável do autor pela sua composição principal.⁶²

Freyre, já em 1966, parece se desculpar pelo excesso: “o leitor, inimigo de muitos prefácios, que tenha paciência com os que sobrecarregam esta edição. E se lhe faltar o gosto de acompanhar a vida de um livro, através desses adendos, por vêzes intrusos absolutos, que simplesmente perdoe a permanência deles neste volume”.⁶³ Seja por paciência, seja pelo gosto de acompanhar a vida do livro, é interessante seguir desde o princípio essa história, tentando resgatar dela um ou outro elemento que pareça importante e pertinente para compreender, ou pelo menos ler de outra forma, obra tão inusitada como é *CG&S*. Especificamente, procurando os princípios que norteiam a elaboração escrita do livro, isto é, os elementos de sua operação intelectual, no anseio

⁶¹ O conjunto de todos os prefácios escritos por Freyre para *CG&S*, desde 1933 até os anos 1980, pode também ser encontrado na edição crítica do livro.

⁶² Não só o apreço de seu autor, mas tal fato também indica o peso desproporcional que *Casa-grande & senzala* assume no conjunto de sua obra, ou, pelo menos, em relação aos outros dois livros que compõem a *Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Fato que indica também um privilégio do livro de 1933 diante dos leitores. Em 1980, *Sobrados e mucambos* teria “apenas” seis edições (com quatro prefácios diferentes – na 1ª, 2ª, 3ª e 6ª edições) e *Ordem e progresso* “apenas” três edições (com dois prefácios diferentes – na 1ª e na 2ª edições).

⁶³ FREYRE, Gilberto. “Prefácio à 13ª edição” (1966). *Casa-grande & senzala*. 1º Tomo. 13ª edição, op. cit., p. XXV.

de perceber, a partir dos prefácios subseqüentes à primeira edição, como o autor enxerga, *de fora* (distante no tempo), a sua obra e, sobretudo, como estes prefácios acabam por constituir, *de dentro* do texto, a figura imponente do *Autor de Casa-grande & senzala*. Em outras palavras, acompanhar o movimento lento do livro, vez ou outra errático, mas sempre constante no espaço intelectual que ele próprio parece definir.

Assim, a segunda edição, publicada em 1936 cujo prefácio já havia sido escrito dois anos antes, segue com retificações de erros da revisão feita no texto de 1933, bem como com algumas alterações mais substanciais: “também vai alterada a linguagem, no sentido de maior clareza; e aproveitados, em notas ou no texto, não só reparos de críticos, feitos à primeira edição, como sugestões de novas leituras e de pesquisas mais recentes do Autor”.⁶⁴ A história de *CG&S* começa a apresentar alguns pontos de transformação. O texto é “melhorado” e complementado segundo as críticas e sugestões recebidas, mas também de acordo com o próprio enriquecimento intelectual do autor. Enfim, o livro apenas um ano após sua publicação original não permanece fixado em um momento qualquer, ele acompanha literalmente Freyre durante sua vida, ambos se modificando de maneira recíproca. A edição seguinte, publicada no Rio de Janeiro, “à revelia do Autor”, não seguiu prefaciada. Na verdade, o texto coletado em 1966 é um “quase-prefácio”, pois se trata de artigo publicado na *Revista do Brasil* de julho de 1938. Ao que tudo indica, Freyre não tomou conhecimento da nova edição, realizada pelo sucesso editorial do livro, e por isso optou, a contragosto, por anotar em um periódico algumas considerações pessoais à obra e ao posicionamento do próprio *Autor*, mais tarde incorporadas como prefácio nas publicações seguintes. Segundo consta, e em função mesmo das circunstâncias, não houve alterações no texto.⁶⁵

⁶⁴ FREYRE, Gilberto. “Prefácio à 2ª edição” (1934). *Casa-grande & senzala*. 1º Tomo. 13ª edição, op. cit., p. LXV.

⁶⁵ Em edições posteriores (possivelmente a partir de 1943), Freyre salientará que não apenas esta mas também a precedente foram edições “à revelia do autor”. No caso da segunda edição, causa estranheza tal julgamento, visto que dois anos antes de sua publicação Gilberto já tinha pronto seu prefácio. Já a terceira edição, de fato à revelia, marca o desligamento do livro em relação a sua editora original, a carioca Maia & Schmidt Ltda. Nas palavras de Freyre, “um editor que não merecia nossa confiança”. Gustavo Sorá salienta que “à diferença de Schmidt que recruta seus pares ‘intelectuais’ em uma empresa ‘pelo amor à arte’, negligenciando os direitos de autor ou a retribuição financeira para o criador, José Olympio se caracteriza não apenas porque ele paga regularmente os dez por cento do direito autoral, mas também porque ele instaura o pagamento adiantado, de ‘ajudas pessoais’ e mesmo de subsídios para liberar seus melhores autores de todas as outras obrigações”. SORÁ, Gustavo. “La maison et l’entreprise. José Olympio et l’évolution de l’édition brésilienne”. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 126-127, 1999, p. 93. A partir de então, até 1984 quando os direitos são vendidos para a Editora Record, *CG&S* é editado pela prestigiosa editora de José Olympio, com a exceção da 12ª edição, publicada pela Editora da UNB em 1963. Ver SORÁ, Gustavo. “A construção sociológica de uma posição regionalista”, op. cit.

A edição de 1943, com o novo editor José Olympio, que foi pensada para ser a definitiva, passou por um processo de revigoramento formal no sentido de homogeneizar os aspectos não-textuais do livro.⁶⁶ Se nas edições anteriores se misturavam fotos com desenhos e gravuras, nesta define-se um critério para a unidade: “tôdas as antigas ilustrações e as novas – inclusive fotografias de casas-grandes – reduzidas a nítidos perfis traçados com *rigorosa precisão*”. A opção da troca de registro, do fotográfico ao pictórico, é evidentemente uma opção editorial e não epistemológica. Freyre parece de acordo com a alteração, mas procura frisar o fato de que se mantém a “precisão rigorosa” das imagens, próxima à “objetividade” daguerreotípica.⁶⁷ É possível inferir que essa espécie de “desinteresse” pela fotografia como “prova” do real, lamentada, por exemplo, por Sérgio Milliet, faz parte da trajetória desse tipo de registro no âmbito da história da antropologia, na qual se pode inserir o trabalho de Freyre, passando da classificação dos tipos humanos própria à antropologia física, onde a fotografia é um recurso de extrema importância vindo a substituir os desenhos e ilustrações, para a antropologia cultural, que requer um olhar menos descritivo e classificatório e mais hermenêutico (menos fotográfico e mais pictórico, daí, talvez, a alteração no livro), como é o caso de *CG&S*. Ainda assim, sobressai a ênfase no rigor objetivo das imagens, signos verossímeis do que procuram representar, mesmo que seu lugar no texto seja meramente ilustrativo.⁶⁸

Ou seja, a obra mantém-se em movimento, agora acrescida de novas representações do complexo arquitetônico da casa-grande, obtidas junto ao Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Três anos depois, já na nova edição, mantiveram-se as ilustrações feitas por Tomás Santa Rosa, salvo uma única e significativa alteração: o retrato de “uma Wanderley do século XIX”, que abria o prefácio à primeira edição, volta a aparecer como fotografia, não mais uma ilustração.⁶⁹

⁶⁶ Sorá considera que isto se deve aos anseios para a publicação internacional. Além disso, todo o cuidado editorial sinaliza a ascensão constante do autor no mercado brasileiro: “*Casa-grande e senzala* ganhou a revisão literária de Aurélio Buarque de Holanda, autor do ‘mais completo’ dicionário de português brasileiro. Isto evidencia o *status* de Freyre entre agentes encarregados de produzir a ‘língua nacional *standard*’ e ‘a unificação do mercado de dominação simbólica’”. SORÁ, Gustavo. “A construção sociológica de uma posição regionalista”, op. cit., nota 18.

⁶⁷ FREYRE, Gilberto. “Prefácio à 4ª edição” (1943). *Casa-grande & senzala*. 1º Tomo. 13ª edição, op. cit., p. LXXXIV (itálico meu).

⁶⁸ Ver SAMAIN, Étienne. “Quando a fotografia (já) fazia os antropólogos sonharem: o jornal *La Lumière* (1851-1860). In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 44, nº 2, 2001, p. 89-126.

⁶⁹ Na dedicatória de *CG&S*, aparecem os nomes dos avós de Gilberto Freyre. A avó por parte paterna tem sobrenome Wanderley, Maria Raymunda da Rocha Wanderley. Segundo Vamireh Chacon, o retrato reproduzido é da “linda Adélia”, irmã de Maria. Ver CHACON, Vamireh. *Gilberto Freyre. Uma biografia intelectual*, op. cit., p. 31. Para Yan de Almeida Prado, ela teria um “ar gasto, carregado de

De olhar imponente e feição elevada, senhorial, a figura feminina que recebe o leitor de *CG&S* parece compor uma das características fundamentais do modelo interpretativo de Freyre. Um livro que trata da formação familiar sob um regime patriarcal e que, desde o início, registra o rosto de uma mulher e não de um senhor, aponta justamente para a ampliação da perspectiva proposta pelo livro: não apenas a história do homem branco e adulto, mas a mulher, como também a criança, o negro, o índio – o jogo dinâmico que apenas torna compreensível algo através de sua contraparte: a casa-grande através da senzala, e vice-versa. Talvez a escolha editorial de voltar à fotografia original faça parte desse procedimento que produz um efeito importante de leitura, efeito este reduzido pela limitação causada no processo ilustrativo que, sobretudo, traz a desvantagem de diluir a imponência do olhar.⁷⁰



Uma Wanderley do século XIX
(reproduzido de *Casa-grande & senzala*, 1ª edição, 1933)

hereditariedade, com certo impreciso nos traços”. *Literatura*, 20/01/1934; artigo republicado em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 49.

⁷⁰ Sobre o papel das mulheres na obra de Freyre (menos em *Casa-grande & senzala* que em *Sobrados e mucambos*), justamente como elementos garantidores do “equilíbrio de antagonismos”, ver ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*, op. cit., p.174 e ss.

Qualquer que seja a razão, o fato é que o livro permanecia ainda, passada mais de uma década, uma questão para seu autor. Além disso, há um acréscimo na edição, uma fotografia de pintura de negra do século XVII, de Albert Eckhout, “quase desconhecida no Brasil” e que agora é dada a conhecer. E, à exceção das correções ortográficas que acarretaram mudanças menores, “nas notas – especialmente nas notas bibliográficas – é que os acréscimos foram consideráveis. Vários são também os acréscimos de notas, nas quais o Autor procura esclarecer sua posição diante de objeções e reparos de críticos nacionais e estrangeiros”.⁷¹ Ou seja, Freyre mantém aceso o debate que a obra engendrou, e se mantém partícipe dele. O livro em si aparece como *locus* privilegiado para tanto, sobretudo suas notas, daí o interesse em permanecer atuante, ganhando um reforço considerável ao ser inserido, junto com *Sobrados e mucambos* e *Ordem e progresso*, na trilogia *Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil*, o que confere renovada atualidade ao texto. Afinal, como ele mesmo reclama no prefácio, está numa espécie de exílio interno em Santo Antônio de Apipucos, motivado pelo período ditatorial; exílio intelectual, sem livros nem informações. Talvez manter a obra em pé seja também uma maneira positiva para conservar seu nome em voga.⁷²

Em 1949, aparece um escritor saturado, cansado mesmo da própria obra: “já não tolera êste ensaio, tão sobrecarregado de prefácios, novas páginas com essa aparência e propósito”. Então, o que se concebe, ao invés de um prefácio, é “apenas uma breve nota que não deixe pagã edição como a 6^a”.⁷³ Seu caráter singular é ressaltado pelo próprio autor: trata-se da primeira edição em língua portuguesa depois da publicação da obra traduzida para o inglês, tanto para a América do Norte como para a Inglaterra, o que, pela língua inglesa, dá ao livro o caráter universal almejado pelo autor.⁷⁴ Assim, ao defrontar-se mais diretamente com a crítica estrangeira, ele segue com pequenas

⁷¹ FREYRE, Gilberto. “Prefácio à 5ª edição” (1946). *Casa-grande & senzala*. 1º Tomo. 13ª edição, op. cit., p. LXXXIX.

⁷² “As relações de Freyre com o Estado Novo foram extremamente ambíguas. Se em 1937 *Casa-grande* foi confiscado pela Comissão Nacional para a Repressão ao Comunismo e seu autor se salvou da prisão por relações pessoais com o governador de Pernambuco, *Sobrados e mucambos* foi consagrado entre os 40 títulos que o Instituto Nacional do Livro considerava básicos para formar as bibliotecas públicas do país. Finalmente, em 1942, Freyre foi preso por ordem de Agamenón Magalhães, acusado de atacar o escotismo”. SORÁ, Gustavo. “A construção sociológica de uma posição regionalista.”, op. cit., nota 21.

⁷³ FREYRE, Gilberto. “Prefácio à 6ª edição” (1949). *Casa-grande & senzala*. 1º Tomo. 13ª edição, op. cit., p. XCV.

⁷⁴ Em 1942, quando a obra é pela primeira vez editada fora das fronteiras nacionais, em Buenos Aires, Freyre nada menciona no prefácio. Nota-se, dessa maneira, que a crítica estrangeira merecedora de crédito se situa, quer nos Estados Unidos, quer no Velho Mundo e neste, sobretudo em França e Inglaterra.

correções de texto e outros tantos acréscimos de notas. Novamente elas emergem como o foro para o debate. E no prefácio, além de defender-se contra as acusações de anti-semitismo feitas pelo psiquiatra e antropólogo Dr. Jules Henry, Freyre se coloca diante de seus pares no contexto intelectual brasileiro: no estilo que lhe é peculiar, sempre ansioso pela originalidade, salienta que “aqui somos obrigados a lembrar que a caracterização sociológica da economia brasileira como monocultura latifundiária e escravocrata, antes de ser do historiador Caio Prado Júnior, como pretendem alguns estudiosos do assunto, é nossa”.⁷⁵ O debate com a intelectualidade paulista toma corpo no interior da obra de Freyre. Ele emerge claramente na discordância em relação à interpretação exclusivamente regionalista que Donald Pierson deu ao ensaio, embora Pierson fosse em São Paulo dos autores mais ligados a Freyre.⁷⁶ Por fim, enumera uma série de autores de estudos recentes e correlatos que merecem a atenção dos interessados nas questões trazidas em *CG&S*, entre os quais Fernando de Azevedo, titular da cátedra de Sociologia II na USP e Florestan Fernandes.

A nona edição, passado o desgosto, merece então um prefácio que é um autoelogio por parte de seu autor. Freyre ressalta o caráter pioneiro do livro, já com mais de 50.000 exemplares publicados, informa a boa acolhida entre críticos estrangeiros “mais autorizados”, entre os quais americanos e franceses. Na França, por exemplo, observa que *Maîtres et esclaves: la formation de la société brésilienne*, livro editado pela prestigiosa Gallimard, traduzido pelo colega de Florestan, Roger Bastide, e prefaciado por ninguém menos que Lucien Febvre, já estaria na oitava edição.⁷⁷ Além disso, informa o interesse acadêmico pela obra, desde a Sorbonne, que organizou em 1956 um seminário, no Castelo de Cerisy, para a discussão sobre ela, com presenças como as de Georges Gurvitch e Fernand Braudel,⁷⁸ até a Universidade de Oxford, passando por

⁷⁵ *Ibid.*, p. XCVIII. É correto que Freyre, desde a dissertação publicada em inglês em 1922 indicava isso, mas o texto não teve repercussão no Brasil. Cabe notar que, embora não falando nesses termos, Caio Prado Jr. já sinalizava, desde o *Evolução política do Brasil*, para o caráter da colonização brasileira, marcada pela grande propriedade e pelo trabalho compulsório.

⁷⁶ Pierson foi um dos estrangeiros ligados à fundação da Escola Livre de Sociologia e Política, um ano antes da criação da USP, a qual se tornou “suporte central para tornar São Paulo um centro nacional de lideranças políticas e intelectuais”. SORÁ, Gustavo. “A construção sociológica de uma posição regionalista”, op. cit., nota 22.

⁷⁷ Para a recepção francesa do livro, ver LEENHARDT, Jacques. “A consagração na França de um pensamento heterodoxo”, e LEMAIRE, Ria. “Amores inteligentes”, ambos na coletânea DIMAS, Antonio et alli (orgs.). *Reinventar o Brasil. Gilberto Freyre entre história e ficção*, op. cit., p. 25-40 e 75-98.

⁷⁸ Braudel foi o autor de um texto introdutório à edição italiana da obra, em 1965. Freyre, ainda que seja bastante provável que tivesse conhecimento dele, não faz qualquer menção a um texto de Braudel, publicado em *Mélanges d'histoire sociale* em 1943, em que o historiador francês, de forma semelhante à de Pierson, tece críticas aos excessos generalizantes do pernambucano, mostrando reservas sobre a validade nacional de suas interpretações. Ver BRAUDEL, Fernand. “À travers un continent d'histoire. Le

Coimbra, Salamanca, Glasgow e Berlin, entre outras. Para Freyre, a aceitação vistosa entre europeus significa, sobretudo, a validade universal da interpretação por ele assumida, para longe de qualquer redução regionalista. Constatando essa mudança de foro estabelecida por Freyre, que a partir de então não deixará jamais de ressaltar os elogios estrangeiros a sua obra, Ria Lemaire sugere que, “de agora em diante, para corroborar a validade teórica, científica, a veracidade de sua tese sobre as origens da sociedade brasileira, ele não terá mais necessidade de demonstrá-la – cientificamente – pela confrontação com dados e provas concretas, históricas da realidade brasileira que lhe são apresentadas por seus compatriotas”.⁷⁹ A acolhida pelos pares (ou por alguns deles, sobretudo estrangeiros), na visão da autora, bastaria para legitimar seu texto. E nos limites da fronteira nacional, faz questão de se situar diante da proliferação de estudos sobre a formação brasileira. Sem estabelecer uma análise mais profunda das obras, apenas deixa entrever sua atualização bibliográfica. Dentre os nomes citados, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque e José Honório Rodrigues.

Na décima edição, já com 60.000 exemplares vendidos, novamente o elogio de si mesmo, mas com a ressalva de que se tratava ainda de um trabalho de jovem. E, acima de tudo, faz questão de lembrar a boa acolhida do livro entre jovens leitores. Fato que permanece na edição seguinte, de 1964. Segundo o autor, essa acolhida seria uma das razões que motivariam as críticas virulentas dos defensores de “filosofias da história já ultrapassadas”, entre as quais o marxismo ortodoxo, “de onde o autor não se surpreender com explosões mais ou menos violentas dêesses sectários contra o seu livro, cujo envelhecimento proclamam com a maior das ênfases, pretendendo seja êle substituído, na preferência das novas gerações, por obras, por êles, sectários, considerados primas, de historiadores ou de sociólogos ou de antropólogos ou de filósofos de orientação ou de ‘new horizons’ agradáveis aos seus preconceitos ideológicos: obras ‘anticolonialistas’; e antiibéricas, principalmente”.⁸⁰ A mesma estratégia permanece no último prefácio constante da edição de 1966. Sobre os elogios vindos d’além mar, sugere que “tais reações, no estrangeiro, a livro brasileiro já antigo, parecem indicar que êle resiste de modo incomum aos seus já mais de trinta anos de existência, como que renovando-se – perdoe-se ao próprio autor a conclusão! – em cada

Brésil et l’ouvre de Gilberto Freyre”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica, op. cit., p. 1075-1091.

⁷⁹ LEMAIRES, Ria. “Herói literário e historiador: caminhos cruzados nos prefácios de *Casa-grande & senzala*”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica, op. cit., p. 737.

⁸⁰ FREYRE, Gilberto. “Prefácio à 11ª edição” (1964). *Casa-grande & senzala*. 1º Tomo. 13ª edição, op. cit., p. CXXI-CXXII.

língua a que é vertido”.⁸¹ Daí que ele elabora uma imagem interessante para a obra. A sensação do autor igual a do marido de professora: “o marido que envelhece quase na obscuridade, enquanto a mulher se conserva jovem e em evidência. No caso deste livro – mulher, em evidência, tanto no estrangeiro como no país de origem. Na própria aldeia de onde saiu”.⁸²

A pequena nota para a décima quinta edição, publicada em 1970 para a edição popular da obra, indica tão somente a abrangência social do texto.⁸³ Os prefácios às edições de 1978 e 1980 são bastante semelhantes entre si: as edições confirmam a atualidade da obra, abonada pelo julgamento de uma ampla variedade de críticos idôneos, não apenas estrangeiros: Febvre, Braudel, Gurvitch, Barthes, Darcy Ribeiro, Fernando Henrique Cardoso, José Guilherme Merquior, Otto Lara Resende, Nelson Rodrigues entre outros. Além disso, considera a universalidade da obra ao ser ela apreciada por leitores de diversas categorias sociais, seja de direita, esquerda, liberais ou cristãos. Nesse sentido, como afirma em 1980, trata-se de “um livro difícil de ser convencionalmente classificado e sim, para tortura dos bibliotécnicos, inclassificável”.⁸⁴

Sem se dar ao luxo de falar em imortalidade para a obra (mas já falando!), passado meio século após a primeira edição, Gilberto Freyre mantém ainda o livro vivo, sempre enfatizando a boa acolhida, principalmente no estrangeiro, mas também o interesse de jovens leitores locais pela obra, o que lhe dá uma certo caráter extemporâneo. É como se a obra, desprovida de autor, assumisse ela mesma um *ethos* particular que lhe garantisse transcender ao contexto de produção e à própria operação que a produziu. Como consta no prefácio à edição de 1964, “um livro não se comporta senão de acordo com sua própria vitalidade. À revelia do autor e à revelia de quantos, por isto ou por aquilo, pretendam destruir ou desacreditar ou inatualizar o autor [...] Suas sucessivas edições, em diferentes línguas, *falam por si mesmas*”.⁸⁵ Acima de todas, a terceira edição, literalmente à revelia do autor, é exemplo cabal dessa autonomia da obra.

⁸¹ FREYRE, Gilberto. “Prefácio à 13ª edição” (1966). *Casa-grande & senzala*. 1º Tomo. 13ª edição, op. cit., p. XXIII.

⁸² *Ibid.*, p. XXIV.

⁸³ FREYRE, Gilberto. “Prefácio do autor à 15ª edição” (1970). In: *Casa-grande & senzala*. Edição crítica, op. cit., p. 522.

⁸⁴ FREYRE, Gilberto. “Prefácio do autor à 20ª edição” (1980). In: *Casa-grande & senzala*. Edição crítica, op. cit., p. 525.

⁸⁵ FREYRE, Gilberto. “Prefácio à 11ª edição” (1964). *Casa-grande & senzala*. 1º Tomo. 13ª edição, op. cit., p. CXXII (itálico meu).

A ordem do discurso

Não há como negligenciar, todavia, a mão do criador na feição da criatura. Freyre era, sobretudo, um narrador; e um pouco à maneira do narrador benjaminiano, podemos definir que a narrativa “mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso”.⁸⁶ O que cabe agora vislumbrar, nessa leitura do livro em prefácios, é justamente aqueles ínfimos relevos impressos no vaso que remontam diretamente à posição dos dedos do oleiro de *Casa-grande & senzala*. Mas também, tentar perceber como que a própria curvatura do vaso acaba por definir os movimentos manuais que o conceberam. Seguir o duplo caminho, do autor à obra e da obra ao autor.

No prefácio à segunda edição, há um posicionamento claro de Freyre sobre a forma de sua escrita: segundo ele, neste texto de 1934 permanece a falta de coesão, salientada por um crítico estrangeiro, nas páginas “tão pouco francesas na sua técnica, talvez mesmo pouco latinas na sua maneira um tanto relaxa. Deve-se, aliás, observar que êste ensaio pretendeu ser *menos obra convencionalmente literária que esforço de pesquisa* e tentativa de interpretação nova de determinado grupo de fatos da formação social brasileira”.⁸⁷ Sua falta de coesão, também notada, uma década depois por Fernand Braudel, ao salientar que os livros de Freyre eram “*non ordonnés à la française*”,⁸⁸ seria devida, segundo o próprio autor, à distância assumida em relação à literatura: a pesquisa e a interpretação sociológica respondem diretamente pela não-linearidade do texto, talvez porque os fatos da formação social sejam eles mesmos não-lineares e pouco propensos à coerência de enredo que caracteriza uma certa prática literária. Daí as idas e vindas no tempo que apontam para os lapsos cronológicos do livro. Nessa posição assumida por Freyre, o livro é definido de duas maneiras específicas e complementares: uma positiva, que o coloca como produto laborioso de

⁸⁶ BENJAMIN, Walter. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. trad. de Sérgio Paulo Rouanet. In: *Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 205.

⁸⁷ FREYRE, Gilberto. “Prefácio à 2ª edição” (1934). *Casa-grande & senzala*. 1º Tomo. 13ª edição, op. cit., p. LXV (itálico meu). Esta perspectiva se mantém durante o correr dos anos. Ainda em 1980, considera *CG&S* “livro inovador e, até, revolucionário, com relação a várias convenções, escrito antes em português não-convencionalmente literário do que em antropogês ou em sociologês, ou em filosofês...”. FREYRE, Gilberto. “Prefácio do autor à 20ª edição” (1980). In: *Casa-grande & senzala*. Edição crítica, op. cit., p. 525.

⁸⁸ BRAUDEL, Fernand. “À travers un continent d’histoire. Le Brésil et l’œuvre de Gilberto Freyre”, op. cit., p. 1075.

uma *pesquisa*;⁸⁹ outra pela negativa, que o situa num espaço alheio à *obra literária*. Define-se também, com isso, algo próximo a uma *ordem do discurso*, com todos os fatores que o possibilitam e aqueles outros tantos que o interditam.

A expressão já bastante conhecida faz referência à aula inaugural proferida por Michel Foucault no *Collège de France*, em 2 de dezembro de 1970. Nela, parte-se de uma suposição que orienta as reflexões aqui assumidas: “suponho que – diz Foucault – em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.⁹⁰ No esquema geral dessa ordem, na qual *CG&S* é inserido seja pelos leitores e críticos externos, seja pelo seu próprio autor, os prefácios escritos por Freyre assumem um estatuto ampliado: mais do que mera apresentação da obra, eles instituem para o texto uma espécie de *comentário*. Foucault situa o comentário entre os procedimentos de controle e delimitação discursiva que atuam de dentro do discurso: segundo o pensador francês, enquanto um texto segundo, “o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*”.⁹¹ Um pouco como faz Ranke no prefácio já mencionado. Mas acima de tudo, ele marca a injunção do autor no sentido de determinar o controle sobre a obra: dizer o que está escrito e prescrever o modo de leitura é outra maneira de situar o autor *no texto*.

Assim, como sugerido anteriormente, pensando o prefácio como discurso da obra, mas também como espaço por excelência do autor, é possível, seguindo a reflexão de Foucault, considerar que o próprio autor aparece como “princípio de rarefação de um discurso [...] o autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”.⁹² O conjunto dos prefácios, encarados aqui como *comentários* à obra, admite justamente perceber as

⁸⁹ É viável pensar a idéia de pesquisa ou investigação, para os fins definidos nesta tese, como um procedimento intelectual que delimita, de maneira geral, o espaço possível para a operação historiográfica, assim como o papel insigne de seu autor. Nesse sentido, tal noção retoma o conceito de *historie*, tal como utilizado em Heródoto. Ver HARTOG, François. *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. trad. de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999, em particular o prefácio à segunda edição, p. 15-30.

⁹⁰ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996, p. 8-9.

⁹¹ *Ibid.*, p. 25.

⁹² *Ibid.*, p. 26.

múltiplas formas com as quais o *autor* delimita o campo de atuação de seu discurso; e, como será sugerido mais adiante, o modo pelo qual o próprio autor é definido pela obra, no jogo em que ela é inserida e onde desempenha um papel de relativa autonomia. Em uma leitura dos mesmos prefácio aqui tratados, Gustavo Sorá afirma que Freyre os escreveu “recolocando *Casa-grande & senzala* como aposta de valores diferentes em um mesmo jogo”;⁹³ o jogo seria o da institucionalização do campo das ciências sociais no Brasil, demarcando as distâncias entre a disciplina acadêmica, científica e paulista, e as escritas ensaísticas, literárias e regionais, da qual *CG&S* seria o exemplo claro. Reconstituir o peso dessa aposta, no pano de fundo do jogo intelectual, permite também pensar a relação aqui ensejada entre autor e obra.⁹⁴

Como aponta Sorá, é possível perceber um percurso bastante peculiar na trajetória do autor de *CG&S*, que segue desde a primeira edição até 1966, quando Freyre escreve o décimo prefácio para edições brasileiras do livro. Do jovem e principiante sociólogo, intérprete da história brasileira, recém chegado do exterior e ainda a procura de um lugar no mundo intelectual do trópico, chega-se ao escritor maduro e consagrado, “um velho em retiro, buscando lugar no panteão literário nacional, ali onde a dúvida é censurada, onde reina a liberdade da palavra inspirada, já fora do rígido controle do discurso disciplinar de uma Sociologia plenamente universitária”.⁹⁵ Mas se o autor envelheceu, o mesmo não se pode dizer da obra, que permanece a despertar o interesse dos leitores das novíssimas gerações, “difíceis de ser desviados desses seus desígnios por quantos supostos mentores de novas gerações [os quais] vêm pretendendo prevenilos contra autor e livros do particular desaprêço desses mesmos mentores, tachando os

⁹³ SORÁ, Gustavo. “A construção sociológica de uma posição regionalista”, op. cit.

⁹⁴ As disputas envolvendo, não apenas o livro em questão, mas a própria atitude intelectual de Freyre e sua forma de interpretação do Brasil encontrou desafetos dos mais variados. Nas décadas seguintes à primeira publicação, e nos próprios limites regionais em que Freyre atuava, além dos conhecidos adeptos de sua posição, o autor criou inimizades com dois setores importantes da sociedade pernambucana: a igreja católica e parte do setor usineiro ligado ao açúcar. No âmbito da sociologia e ainda em Pernambuco, entre 1954 e 56, é publicada a *Revista Pernambuca de Sociologia*, ligada à Universidade Federal de Pernambuco, declaradamente contra as posições teóricas defendidas por Freyre e explícitas no então Instituto Joaquim Nabuco. Já nas décadas de 60 e 70, as críticas se deslocam para a região sudeste assumindo também ares mais teóricos, mantendo, porém, um teor político considerável contra o posicionamento de Freyre diante da ditadura militar. Remeto a FONSECA, Edson Nery da. “Recepção de *Casa-grande & senzala* no Recife dos anos 30 e 40. In: KOSMINSKY, Ethel et alli (orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*, op. cit., p. 29-40; ao artigo de FRESTON, Paul. “Um império na província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife”, op. cit.; e também à parte II (“Gilberto Freyre e São Paulo”) da coletânea FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza (orgs.). *O imperador das idéias. Gilberto Freyre em questão*, op. cit. p. 121-226.

⁹⁵ SORÁ, Gustavo. “A construção sociológica de uma posição regionalista”, op. cit.

livros, de antiquados, e o autor, de superado”.⁹⁶ Difícil precisar quem seriam, de fato, tais mentores. No mesmo ano em que Freyre profere tais palavras, Octavio Ianni publica um livro contendo restrições à suposta perspectiva racialista de Freyre, com seus preconceitos inspirados nos modelos norte-americano e europeu.⁹⁷ E, numa visão mais abrangente, podemos supor também a figura de proeminência das ciências sociais no Brasil, Florestan Fernandes, “mentor”, se assim se pode dizer, de Ianni. Tratava-se, talvez, de uma espécie de “luta pelo trono” de intérprete do Brasil, colocando o autor pernambucano no plano oposto a uma tradição de pensamento que remontaria à obra de Caio Prado Jr.⁹⁸ Essa luta é o capítulo que faltava aqui na história da recepção de *CG&S* no Brasil. Freyre desempenhará ali certas estratégias interessantes de serem analisadas.

Florestan Fernandes, em 1955, é titular de uma cátedra de sociologia na Universidade de São Paulo.⁹⁹ Em uma série de artigos escritos nesse período e publicados em 1958, fica nítido o esforço de demarcação de fronteiras do catedrático. Para o sociólogo paulista, o caminho mais propício para o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil passa pelo “adestramento” (palavra sua) dos pesquisadores, por meio de um treinamento sistemático no plano teórico, o que garantiria o rigor da interpretação e da conceituação, e também no plano objetivo, com uma formação voltada à prática de campo e à coleta de dados empíricos. É só na conjugação de ambos, do olhar que observa e da palavra que interpreta, que as ciências sociais poderiam encontrar seu lugar. Se no âmbito temático é possível notar uma continuidade em relação à tradição anterior e seu enfoque nos estudos culturais, como as obras de Sílvio Romero, de Nina Rodrigues, de Câmara Cascudo e do próprio Freyre, demonstram, “a continuidade temática não se constitui portanto em simples prolongamento do passado, ela revela uma ruptura formal: a emergência da sociologia como ciência”.¹⁰⁰ Nesse sentido, elas,

⁹⁶ FREYRE, Gilberto. “Prefácio à 13ª edição” (1966). *Casa-grande & senzala*. 1º Tomo. 13ª edição, op. cit., p. XXIV.

⁹⁷ Ianni tece um comentário rápido sobre *CG&S*, inserido na seção do livro intitulada significativamente como “A importância das falácias”. Ali salienta que para o intuito do seu estudo, “tratava-se de desfazer as falsas imagens entre os diferentes grupos étnicos e raciais e na sociedade como um todo. A trama das representações ideológicas, sobre os atributos positivos e negativos de uns e outros, dificultavam sobremaneira a elaboração de uma interpretação correta e construtiva da civilização brasileira”. IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 5. Sobre as estratégias de desqualificação da obra de Freyre por Ianni, remeto ao artigo de João Cezar de Castro Rocha, ainda que considerando nele uma supervalorização da crítica de Ianni, ROCHA, João Cezar de Castro. “Notas para uma futura pesquisa: Gilberto Freyre e a Escola Paulista”, op. cit., p. 188-189.

⁹⁸ FALCÃO, Joaquim. “A luta pelo trono: Gilberto Freyre versus USP”, op. cit., p. 131-167.

⁹⁹ A cátedra ocupada, Sociologia I, fundada por Claude Lévi-Strauss, cujo sucessor, Roger Bastide, legou-a para Florestan.

¹⁰⁰ ORTIZ, Renato. “Notas sobre as ciências sociais no Brasil”. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 27, 1993, p. 166. Ortiz salienta o interesse dos “novos” sociólogos pela cultura: Antonio Candido e o estudo da cultura

especificamente a sociologia e a etnologia, seriam portadoras de um conhecimento universalmente válido, isto é, científico.¹⁰¹

Dois pontos cabem ressaltar. O primeiro é o privilégio concedido à universidade como *locus* fundamental para as ciências sociais e, acima de todas, aquela localizada em São Paulo. Florestan, sempre no anseio de não criar uma distância intransponível entre sociedade e conhecimento, estabelece uma linearidade simples entre desenvolvimento urbano-industrial e progresso científico. Para ele, São Paulo é o campo propício para um “pensamento racional”, já que “a ciência encontrou dentro dela [a sociedade brasileira] condições sociais e culturais propícias. Mas somente, em determinadas regiões, nas quais a industrialização acelera a desagregação da antiga ordem tradicional e patrimonialista e precipita o desenvolvimento das classes sociais”.¹⁰² Em outras palavras, o desenvolvimento científico da sociologia deveria estar atrelado à consciência dos conflitos que uma sociedade de classes instaura. Nesse sentido, distinguindo-se entre “formas de concepção de mundo” (leigas) e “técnicas de consciência social” (científicas), “é claro que a sociologia, como modo científico de explicação das situações sociais de existência, dificilmente poderia encontrar condições acessíveis de integração a uma sociedade escravocrata e senhorial”,¹⁰³ onde os conflitos são ocultados por relações sociais paternalistas; sociedade esta que, embora não dito abertamente, era encarada como algo que Freyre procurava resgatar.

Florestan arroga para si, enquanto sociólogo e portador de uma “mentalidade nova”, papel fundamental nas transformações da sociedade e na criação das condições de possibilidade para uma “revolução social”, a qual teria por escopo a “criação de um horizonte intelectual médio menos intolerante e conservador e, enfim, a autonomia do pensamento racional no sistema sócio-cultural”.¹⁰⁴ Esse pragmatismo teórico fica muito bem expresso em um livro publicado apenas cinco anos depois de tais declarações. Nele, a figura do sociólogo desponta travestido de uma roupagem quase religiosa, carregando em si um tipo de força social messiânica: ao contrário do acadêmico europeu e norte-americano, o brasileiro “não dispõe de um ‘nicho’ para abrigar-se e proteger-se; em compensação, pode receber, em tôda a plenitude, a luz do sol, que

caipira e da literatura; Maria Isaura Pereira de Queiroz para as religiões e cultura popular; o próprio Florestan Fernandes para a cultura indígena e para o folclore.

¹⁰¹ Ver os artigos escritos nos anos 1950 coletados em FERNANDES, Florestan. *A etnologia e a sociologia no Brasil. Aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira*. São Paulo: Anhembi, 1958.

¹⁰² *Ibid.*, p. 186.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 191.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 197.

cresta e castiga, mas ilumina, aquece e fecunda o cenário da vida. Enfim, a sociedade, que não lhe pode conferir sossêgo e segurança, coloca-o numa posição que o projeta no âmago dos grandes processos históricos em efervescência”.¹⁰⁵ O lugar do messias, neste caso, é o templo institucional da Universidade de São Paulo, onde a luz do progresso incidiria com maior plenitude.

O segundo ponto a mencionar é a distância que se pretende estabelecer entre sociologia e história, pelo menos aquela que remontaria ao século precedente, tida por conservadora e pouco rigorosa. Na perspectiva de Florestan, no momento de institucionalização da sociologia no Brasil, ou seja, as décadas posteriores a 1930, “a análise histórico-sociológica da sociedade brasileira se transforma em investigação positiva. Êste acontecimento marca, no plano intelectual, a primeira transição importante, no desenvolvimento da sociologia no Brasil, para padrões de interpretação propriamente científicos”.¹⁰⁶ De forma mais incisiva, Florestan salienta “a predominância de uma modalidade de análise, nas contribuições empíricas dos sociólogos brasileiros, que tende antes para o modelo de interpretação historiográfica, que para o de interpretação nomotética. O fascínio exercido pelo padrão de análise histórico-sociográfica prende-se a várias influências concomitantes”.¹⁰⁷ Uma delas refere-se ao fato de que “a memória dos sociólogos brasileiros está inclinada a pensar que a explicação sociológica deve ser, por natureza, histórica. Essa convicção funda-se, teoricamente, no aproveitamento superficial dos ensinamentos de alguns autores clássicos nas ciências sociais. Mas, ela se vincula pragmaticamente, a uma orientação intelectual arraigada entre os ensaístas ou os precursores e os fundadores dos estudos sociológicos no Brasil”.¹⁰⁸ Renato Ortiz define precisamente essa situação ao afirmar que “os sociólogos devem portanto enfrentar uma disciplina tradicionalmente estabelecida nos Institutos Históricos e Geográficos, cujos padrões se contrapõe ao que está sendo gerado nas universidades”.¹⁰⁹

Apesar de ser considerado por Florestan como parte do desenvolvimento *científico* da sociologia no Brasil, Gilberto é mencionado nas colocações precedentes,

¹⁰⁵ FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963, p. 2.

¹⁰⁶ FERNANDES, Florestan. *A etnologia e a sociologia no Brasil*, op. cit., p. 201.

¹⁰⁷ Florestan não defende, é importante notar, a simples busca de leis fundamentais, as quais acabariam por tornar a realidade mera abstração teórica.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 220.

¹⁰⁹ Embora o autor faça referência clara aos estudos folclóricos, é possível projetar esta assertiva para o conjunto amplo dos estudos históricos produzidos no âmbito de tais Institutos. ORTIZ, Renato. “Notas sobre as ciências sociais no Brasil”, op. cit., p. 166.

inserido no plano dos ensaístas.¹¹⁰ Outras menções no livro são notáveis deste esforço do sociólogo paulista em demarcar fronteiras. Em uma delas, coloca a obra do sábio pernambucano como demasiado fácil e pouco aprofundada: discorrendo sobre a etnologia indígena, “se o investigador se interessa apenas em estabelecer o quadro de influências presumivelmente exercidas pelos nativos na vida material e social dos colonizadores, êle é capaz de atingir o objetivo com reduzido esforço de pesquisa”.¹¹¹ Para um ferrenho defensor da sociologia científica e objetiva, o problema maior na obra de Freyre residia na parcialidade com que trata o objeto: “a convicção subjetiva do sujeito-investigador é facilmente transformada em critério de verdade”. Além disso, o sociólogo pernambucano “utiliza insuficientemente os recursos da análise etnológica para explicar um processo histórico-social”.¹¹² Ou seja, contra a intuição (empatia) freyreana, Florestan opõe a cientificidade sociológica.

Mas talvez, na breve serenidade de sua escrita, o desapego maior do catedrático em relação à obra de Gilberto Freyre seja menos por um sentido superado, ainda que ela apareça como o produto lógico de uma formação social a ser ultrapassada pelas próprias ciências sociais, do que pela sua natureza singular: uma obra não-científica, um ensaio – uma forma de escrita *extravagante* que seduz, mas na qual paira, nos dizeres afetuosos de Darcy Ribeiro, uma “suspeita de treta”.¹¹³ Nos anos 40, retomando aqui uma idéia anteriormente trabalhada, Antonio Candido critica as posições teóricas e políticas de Freyre, notadamente o seu “culturalismo”. Sobre isso, adverte o crítico literário que “não é uma conseqüência fatal da sociologia da cultura, está visto. É um abuso possível, uma deformação contra a qual chamo a atenção, num país em que ela vai entrando a toque de caixa. Veja você nosso mestre Gilberto Freyre – a que ponto está levando o seu culturalismo. Suas últimas obras descambam para o mais lamentável sentimentalismo

¹¹⁰ Florestan se vale de um modo impessoal para categorizar Freyre, como se se tratasse simplesmente de um julgamento alheio: “considerado por muitos o primeiro especialista brasileiro com formação científica”, FERNANDES, Florestan. *A etnologia e a sociologia no Brasil*, op. cit., p. 202.

¹¹¹ Em nota a esta passagem Florestan informa: “outros aspectos das contribuições de Gilberto Freyre não serão consideradas, por caírem no campo da história social ou da sociologia”. *Ibid.*, p. 21. Ou seja, a especialização dos estudos é aqui levada à cabo de forma a distinguir entre todos, etnografia, história e sociologia, algo nitidamente inconcebível para Freyre.

¹¹² *Ibid.*, p. 23-24.

¹¹³ Para Maria Arminda Arruda, Florestan “distante encontra-se, por certo, dos chamados intérpretes do Brasil, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. O estilo leve e literário desses últimos seduz o leitor logo nas primeiras frases. Em suma, o sociólogo paulista rompeu com a forma polida de construção das idéias, com o modo cultivadamente poético da exposição, em nome do rigor da ciência sociológica”. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’”. In: MICELI, Sérgio. *História das ciências sociais no Brasil*. Vol. II. São Paulo: Sumaré, FAPESP, 1995, p. 142.

social e histórico; para o conservadorismo e o tradicionalismo”.¹¹⁴ Para Carlos Guilherme Mota, filho pródigo da tradição paulista, se bem que no campo da historiografia e discutindo tempos depois do debate, “Gilberto escrevia e se expressava muito bem, e com isso seduzia seu público nos alongamentos de frase, nas quase-definições, anticonvencional naquele mundo engravatado, utilizando-se de um andamento dialético curioso e hábil em sua argumentação, operando com pares antitéticos que iludiam o observador”.¹¹⁵ Ou seja, mantendo as idéias desenvolvidas em sua tese de livre-docência defendida em 1975 na USP, Mota considera o ensaio como artefato ideológico e, como tal, enganador; produto retórico dos intelectuais oriundos das elites oligárquicas da velha república.¹¹⁶

Neste momento e no caso de Florestan e seus seguidores mais imediatos, entre os quais Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, a distância instaurada era menos de ordem política que metodológica.¹¹⁷ Instituir a sociologia como o paradigma analítico da realidade brasileira significava deixar de lado, como modelo de

¹¹⁴ Citado em MOTA, Carlos Guilherme. “A universidade brasileira e o pensamento de Gilberto Freyre”, op. cit., p. 173. Em 1939 Freyre publicara o livro *Açúcar*, contendo receitas de doces e bolos nordestinos. Candido, aparentemente reconciliado com a obra do autor de Apipucos nos anos 60, no famoso prefácio de 1967 de *Raízes do Brasil*, afirma que “era justamente um intuito anticonvencional que nos parecia animar a composição libérrima de *Casa-grande & senzala*, com a sua franqueza no tratamento da vida sexual do patriarcalismo e a importância decisiva atribuída ao escravo na formação do nosso modo de ser íntimo”, salientando ainda “a força revolucionária, o impacto libertador que teve este grande livro”. CANDIDO, Antonio. “O significado de ‘Raízes do Brasil’”, op. cit., p. 9.

¹¹⁵ MOTA, Carlos Guilherme. “A universidade brasileira e o pensamento de Gilberto Freyre”, op. cit., p. 182.

¹¹⁶ MOTA, Carlo Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977, p. 60 (não custa recordar que Mota considera a sua tese como ensaio). Tanto Florestan quanto Fernando Henrique e Octavio Ianni, em alguns de seus textos, estabelecem uma partilha bem delimitada: o discurso da ciência (sociologia científica praticada por eles) e o ensaio. Não obstante, na pesquisa elaborada em conjunto com Roger Bastide, tradutor para o francês de *CG&S*, Florestan insere um título notável: “ensaio sociológico”, denotando, pelo qualificativo utilizado, uma característica peculiar do escrito. BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branco e negro em São Paulo. Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 2ª. edição (revista e ampliada). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. Na releitura feita já nos anos 90, Ricardo Benzaquen oferece uma visão positiva da escrita ensaística em Freyre.

¹¹⁷ Não obstante as desavenças intelectuais, que ainda não tinham descambado para o conflito político, é notável o reconhecimento, por parte de Florestan, das qualidades do sábio de Apipucos: para as duas primeiras teses defendidas na cadeira de Sociologia I da USP, de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, em 1961, Florestan, como orientador, enviou uma carta, em abril do mesmo ano, para Gilberto convidando-o para compor a banca. O convite não foi aceito e talvez mesmo nem sequer respondido, pois em maio uma nova carta lhe é remetida e em seguida um telegrama com urgência é enviado solicitando a confirmação ou não. Na carta de maio, Florestan sugere um interesse conciliatório: “acho que devemos quebrar velhas barreiras e estreitar a nossa cooperação, para favorecer o desenvolvimento da sociologia em nosso país”. Mais tarde, já na década de setenta, Freyre teria convidado Fernando Henrique para falar sobre ele mesmo (Freyre) em seu seminário de Tropicologia, na Fundação Joaquim Nabuco em Apipucos; convite também recusado, embora com resposta. A informação consta em FALCÃO, Joaquim. *A luta pelo trono: Gilberto Freyre versus USP*, op. cit., p. 149; ver ainda as cópias fac-similares das cartas de Florestan a Freyre publicadas no fim do livro.

interpretação, o ensaísmo;¹¹⁸ sobretudo, significava abandonar a perspectiva eminentemente histórica como principal parâmetro investigativo, numa clara distância em relação ao modelo de escrita da história do século XIX, predominante ainda nas primeiras décadas do seguinte; distância que o próprio Freyre, vale lembrar, procurou manter, por meio de algumas tendências da chamada *new history* norte-americana.¹¹⁹ O que se defendia na sociologia paulista, em última instância, era um novo discurso sobre o Brasil, uma maneira distinta de se escrever sobre ele, mais conceitual e menos literária; uma forma de trato do objeto que não ficaria refém das imprevisibilidades da história, mas que encontraria sua garantia fundamental nos princípios de regularidade sociológica que a sociologia científica poderia oferecer.

O fato curioso é que, se o debate e a maneira como a obra de Freyre é nele qualificada acontece nos anos 60, o texto que prefacia a segunda edição, ainda em 1934 procura situar o livro em outros termos. Freyre menciona as críticas feitas sobre a linguagem utilizada, desprovida de dignidade, “anedótica” e “pouco técnica”. Muito provavelmente se referisse ao artigo hostil de Afonso Arinos de Melo Franco, onde se afirma que no texto “é pouco técnico esse linguajar. Pouco científico. Dá ao livro um aspecto literário que o seu assunto e as suas graves proporções não comportam”.¹²⁰ Freyre informa tratar-se de “linguagem de reação, é possível que exagerada, aos pedantismos de erudição científica, de terminologia técnica, de correção gramatical à portuguesa e de estilo”.¹²¹ Ao que retrucou outro crítico à ciência do livro, o médico J. Fernando Carneiro: “a mim tinha parecido que um dos defeitos do autor era justamente a mania da erudição científica, sua preocupação de mostrar que não é apenas um

¹¹⁸ Fernando Henrique procura inserir seu trabalho numa perspectiva de se criar “um modelo para a carreira universitária e para a produção intelectual [na qual emergem] esforços para substituir a tradição ensaística brasileira pela sociologia [através da] feitura de teses de mestrado e doutoramento”. CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 12. Octavio Ianni, discorrendo sobre a questão do mestiço, salienta que “inicialmente ensaístas, historiadores, etc., mais ou menos objetivos, preocuparam-se com o assunto, defendendo, evidentemente, posições distintas em face do problema”. Um dos exemplos é Freyre. IANNI, Octavio. *Raças e classe sociais no Brasil*, op. cit., p. 68.

¹¹⁹ “Movimento iniciado nos anos 1910 de historiadores e demais cientistas sociais da Universidade de Columbia que propunham uma reformulação do *métier* do historiador [...] procurou contrapor-se à história política e lutar por uma abordagem histórica que buscasse compreender os processos históricos, num plano mais abrangente, dando relevo aos aspectos culturais, sociais e econômicos e suas influências nestes processos”. TUNA, Gustavo Henrique. *Viagens e viajantes em Gilberto Freyre*. Dissertação de mestrado em História. Campinas: Unicamp, 2003, p. 83 e ss. (agradeço a Hilton Costa por ter me facilitado o acesso à versão digital do texto).

¹²⁰ *O Jornal*, 15/02/1934; reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 84.

¹²¹ FREYRE, Gilberto. “Prefácio à 2ª edição” (1934). *Casa-grande & senzala*. 1º Tomo. 13ª edição, op. cit., p. LXVI.

literato, sua facilidade em abraçar tudo quanto viu em revistas americanas, e outrossim em credices populares e mais coisas mal ouvidas”, emendando que “é possível fazer-se sociologia sem ser um bamba em química, astronomia, medicina e genética, até suas últimas minúcias. Mas o que há, é que o Sr. Gilberto fala como se fora um bamba”.¹²²

Mas para Freyre, a opção formal traz uma justificativa mais abrangente: “em estudos de Sociologia, Antropologia e História Social, o critério de valor dos fatos se junta cada dia mais ao de pura materialidade, quebrando-lhe a rigidez. Humanizando-o. Passou o tempo, nesses estudos, de se imitar a linguagem difícil e inumana em que se deliciam certos cientistas e principalmente alguns técnicos [...] O ensaio de Sociologia, de Antropologia, de História social, tem a sua própria linguagem; não está obrigado a limitar-se à noção de terminologia exata de outras ciências, despreocupadas dos valores humanos”.¹²³ Ou seja, a linguagem menos abstrata e menos dura utilizada (para alguns, uma linguagem equívoca) é definida diretamente pelo objeto estudado: o homem. Mas ainda assim, Freyre localiza seu discurso no plano da disciplina sociológica (antropológica e histórica). Algumas linhas antes define que, “como método de interpretação do material, o Autor procurou seguir principalmente o objetivo”,¹²⁴ isto é, um esforço de pesquisa, não uma obra literária.

Nessa perspectiva, Gustavo Sorá avalia que a clivagem entre o literário e o sociológico, no contexto dos anos 30, era fundamental para o trabalho de Freyre. “Para as categorias de percepção e apreciação crítica da época, Gilberto Freyre aportava uma perspectiva singular (mais acadêmica e especializada) entre os gêneros literários dominantes (romance, conto, crônica) que buscavam descrever de forma ‘real’ o Nordeste”.¹²⁵ O prestígio intelectual de Freyre se deve justamente a tal clivagem, já que é enquanto sociólogo que ele fará parte da comissão que definirá a instituição, em 1935, da cátedra de Sociologia, Antropologia Social e Cultural e Pesquisa Social da nova Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, que por sua vez não se concretizou de forma duradoura. Outro ponto que indica essa posição é a escolha de seu nome como diretor da Coleção Documentos Brasileiros da editora José Olympio. E ainda na década de trinta, no prefácio escrito para a terceira edição de *CG&S*, desqualifica parte das críticas dirigidas ao ensaio por se tratarem de autores não familiarizados com a boa

¹²² *Diário Carioca*, no ano de 1937; reproduzido em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 189.

¹²³ FREYRE, Gilberto. “Prefácio à 2ª edição” (1934). *Casa-grande & senzala*. 1º Tomo. 13ª edição, op. cit., p. LXVI-LXVII.

¹²⁴ *Ibid.*, p. LXIV.

¹²⁵ SORÁ, Gustavo. “A construção sociológica de uma posição regionalista”, op. cit.

prática da ciência, “com a técnica, o método e a terminologia da sociologia genética, da história, da antropologia e da psicologia sociais”; autores, por fim, sem qualquer “humildade científica”.¹²⁶ Isto é, o lugar de Freyre se definia pela distância em relação à literatura, mas, acima de tudo, pela sua inserção no incipiente campo sociológico brasileiro, onde, em seu entendimento, o rigor crítico da análise não se contrapunha à forma experimental do ensaio.

Na análise sobre as edições e recepções de *CG&S*, Sorá considera que na década de 40, já com o nome de Freyre consagrado, a atitude do autor defronte do contexto intelectual com o qual se depara começa a se alterar, ocorrendo o que ele define como “transferência de poder carismático do autor para o livro”.¹²⁷ Um texto científico, por mais rigoroso que seja, não resistiria aos próprios desenvolvimentos da ciência. Apesar da proliferação constante de traduções no exterior, as críticas internas assumem proporções mais irreversíveis, fruto mesmo dos desenvolvimentos disciplinares das ciências sociais no Brasil. Nesse momento, “Gilberto Freyre é deslocado pela primeira geração de sociólogos brasileiros, herdeiros dos ‘missionários’ estrangeiros da USP e já situados como titulares de cátedra das nodais Sociologia I e II, focos centrais em um processo de substituição de importações acadêmicas para a construção de uma Sociologia científica e nacional”.¹²⁸

É neste ponto preciso que outro fator vem definir a “ordem do discurso” que rege a trajetória de *CG&S*: a *disciplina*, definida por Foucault como “um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isso constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor”.¹²⁹ É evidente que na perspectiva de Foucault todo um jogo político estabelece o plano geral para o advento e manutenção de uma determinada disciplina; e neste ponto o anonimato cede espaço para sujeitos bem definidos. No caso em questão, podemos nomear um sujeito específico: Florestan Fernandes. Mas Florestan fala em nome d’*a* sociologia, pelo menos aquela profissional, institucional, universitária e, no caso, paulista; isto é, uma quase-entidade anônima que paira por sobre os diversos discursos produzidos em

¹²⁶ FREYRE, Gilberto. “Quase-prefácio à 3ª edição” (1938). *Casa-grande & senzala*. 1º Tomo. 13ª edição, op. cit., p. LXXII.

¹²⁷ SORÁ, Gustavo. “A construção sociológica de uma posição regionalista”, op. cit.

¹²⁸ *Ibid.*

¹²⁹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*, op. cit., p. 30.

seu nome, estabelecendo uma partilha bem demarcada: o científico do não-científico, o registro sociológico e conceitual do ensaísmo historiográfico e descritivo.¹³⁰

É nesse sentido que, junto com o comentário (prefácios) e com o autor, o contexto de desenvolvimento das ciências sociais vai balizar, por um lado, a recepção da obra de *CG&S* e, por outro, a própria relação de Freyre com seu livro, redefinindo seus posicionamentos diante dele.¹³¹

Do autor à obra, da obra ao autor: a invenção de um lugar

Como já salientado, diante da situação pouco propícia no ambiente acadêmico nacional, pelo menos onde se considera o centro das ciências sociais em meados do século XX – a universidade paulista –, Freyre busca refúgio no auto-elogio, enumerando por diversas vezes, nos prefácios desde o de 1949, porém mais notadamente nos de 1957 e 1961, quando Florestan já se tornara catedrático, a boa aceitação por parte de editores e intelectuais “autorizados” do exterior. Além disso, é neste momento específico dos anos 50 que o autor passa a “envelhecer”, transitando do jovem e inexperiente bacharel de Columbia para o autor já maduro e experimentado; o livro, por sua vez, de ensaio talvez prematuro passa a ser considerado como “obra clássica”.¹³²

A atitude de Freyre diante da obra também é peculiar. Dadas as novas atribuições estabelecidas para o campo sociológico, marcadas pela profissionalização da disciplina nas universidades brasileiras, bem como a distância assumida e propagandeada por Freyre em relação à instituição universitária, o texto admite novas definições.¹³³ Sobretudo, o campo do debate é que se desloca. Se antes Freyre

¹³⁰ É possível perceber certos pontos em comum entre a noção de *ordem do discurso* desenvolvida por Foucault com os elementos da *operação historiográfica* de Michel de Certeau, notadamente no que se refere às determinações do “lugar” na prática dos cientistas sociais. Sobre a instituição das “disciplinas”, enquanto definidas pelo saber científico, no campo social, Certeau aponta que “a ruptura que torna possível a unidade social chamada a se tornar ‘ciência’ indica uma reclassificação global que está acontecendo. Dessa forma, esse corte traça, pela sua face externa, um lugar articulado sobre outros no interior de um novo conjunto, e, pela sua face interna, a instauração de um saber indissociável de uma instituição social”. CERTEAU, Michel de. “A operação histórica”, op. cit., p. 21.

¹³¹ Carlos Guilherme Mota afirma que “basta acompanharmos os prefácios e as notas de pé-de-página das várias edições de *CG&S* e *SM* para verificarmos como Gilberto, polemizando e respondendo a seus críticos à direita e à esquerda [...] foi montando o espaço de sua teoria de *Brasil*”. MOTA, Carlos Guilherme. “A universidade brasileira e o pensamento de Gilberto Freyre”, op. cit., p. 172.

¹³² No prefácio à 11ª edição, Freyre ressalta que esta definição de *clássico* foi outorgada por um professor do *Collège de France* cujo nome é familiar para os historiadores: Fernand Braudel.

¹³³ Essa distância deve ser matizada, dada a proximidade de Freyre com o Instituto Joaquim Nabuco (fundado em 1949 por solicitação do próprio Freyre enquanto deputado federal), mais tarde transformado

lamentava o desconhecimento por parte dos críticos da prática sociológica, diante dos “profissionais” da academia sua posição deve ser outra, já que, para eles, a sua prática é que se considera como obsoleta. Correndo o risco daquilo que justamente será o alvo para seus desafetos, ele transcende as fronteiras da ciência para falar num espaço menos intransigente: o ensaísmo próximo da arte. Alguns pontos, no entanto, permanecem, pois no prefácio de 1957 declara tratar-se de um “ensaio sociológico ao mesmo tempo que antropológico-social e ecológico-social; histórico-cultural; científico sem deixar de ser humanístico. Às vezes até apoiado no folclore. Por conseguinte, nada ortodoxo em sua metodologia complexa”.¹³⁴

Porém agora, na definição de *método*, o nome que aparece não vem da ciência, mas da arte: Pablo Picasso. Na obra do pintor espanhol, a recorrência ao primitivismo permitia uma alternativa ao mundo demasiado técnico da civilização moderna. A sociedade industrial, sendo São Paulo o exemplo marcante no contexto brasileiro, com todas as suas “forças desintegradoras”, demandava uma ciência mecanicista. Pelo contrário, para Freyre, o que se buscava era um modelo unitário para sua base em antropologia, entendida menos como disciplina acadêmica do que como o campo de saber sobre o homem, na incansável procura por “um conjunto de imagens e formas que correspondesse ao essencial da experiência inteira de um grupo humano – o pré-brasileiro”.¹³⁵ Além disso, na dialética entre o civilizado e o primitivo emerge também o ponto de junção entre o racional e o irracional, isto é, entre o científico e o poético.

A equivalência com a literatura também aparece como fator de legitimidade para seu texto. Tanto com Proust, cujo nome já figurava no prefácio de 1933 junto com o dos irmãos Goncourt, mas também com Henry James, “em sua literatura de ficção às vezes quase equivalente de uma história social que fôsse também história psicológica”. E foi James, segundo Freyre, “quem escreveu ser o romance ou a novela, um tipo de literatura viva, una e contínua, em cada uma de suas partes havendo – como na literatura histórica

em Fundação Joaquim Nabuco (1980), bem como com o antigo *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais* (1952-1971), atualmente revista *Ciência & Trópico*, publicada pela Fundação. Se não se trata de um ambiente universitário propriamente dito, ele também contém um forte papel burocrático, objeto das críticas de Freyre às universidades. Paul Freston demonstra como Freyre operava, a partir do Conselho Diretor, enquanto guia dos rumos do Instituto, inclusive intercedendo junto à presidência da república para nomeação de diretores. No que se refere aos periódicos, Freston salienta a assiduidade das participações de Freyre como autor. Na década do 1980, ele aponta ainda o fato de que *Ciência & Trópico* foi utilizada como veículo de promoção da própria figura do sociólogo, já na sua feição de escritor. Ver FRESTON, Paul. “Um império na província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife”, op. cit.

¹³⁴ FREYRE, Gilberto. “Prefácio à 9ª edição” (1957). *Casa-grande & senzala*. 1º Tomo. 13ª edição, op. cit., p. CV.

¹³⁵ *Ibid.*, p. CX.

– alguma coisa das outras partes”.¹³⁶ Se desde 1933 essa referência literária era notada, no âmbito dos debates em torno da obra ela passa a assumir uma função primordial nos anos 50 e 60: ela se torna o lugar abrangente a partir do qual o autor fala, deslocando-o da figura do sociólogo de diploma para a figura do escritor consagrado. Evidentemente, essa transição não é de forma alguma uma ruptura absoluta, pois o texto permanece definido como ensaio sociológico e suas variantes, o que significa que Freyre não se considerava como simples literato. Em 1978, a perspectiva se torna declaradamente mais universal: Freyre salienta a mudança realizada pela editora francesa Gallimard na edição de *Maitres et esclaves*, doravante publicada na coleção *Tel*. Antes, contudo, tratava-se da coleção “Grandes Histórias Humanas”, na qual o nome de Freyre figurava ao lado de Sartre (*O ser e o nada*), Merleau-Ponty (*Fenomenologia da percepção*) e Foucault (*História da loucura*). O que Freyre pretende salientar é o lado filosófico de sua obra, a “mensagem filosófica partida do Brasil”.¹³⁷

O que muda, todavia, é justamente a relação autor-obra: se de início é possível propor que nos prefácios o autor surge para completar o livro, é igualmente possível agora sugerir que, pelo acúmulo desses discursos sobre a obra, o livro passa também a sustentar o estatuto de seu autor. A maneira como ele termina o prefácio à décima edição, escrito no aconchego da casa de Apipucos em 1961, é lapidar nesse sentido: “é um consôlo para um homem já no declínio da existência sentir-se assim contemporâneo dos seus compatriotas mais jovens, mais por eleição deles do que por empenho de sua parte; e, através de páginas lidas e discutidas por êsses jovens quase como se tivessem sido escritas por um deles. E não por um indivíduo já remoto”.¹³⁸ Evidentemente, a passagem mencionada é mais um efeito retórico do que a sensação efetiva de decadência. Até mesmo porque, durante os anos restantes de sua vida, Freyre veria ainda quinze outras edições de *Casa-grande & senzala*. Sem falar nos inúmeros títulos recebidos de universidades e instituições brasileiras e estrangeiras. Por outro lado, a

¹³⁶ *Ibid.*, p. CX.

¹³⁷ FREYRE, Gilberto. “Prefácio à 19ª edição” (1978). *Casa-grande & senzala*. Edição crítica, op. cit., p. 523.

¹³⁸ FREYRE, Gilberto. “Prefácio à 10ª edição” (1961). *Casa-grande & senzala*. 1º Tomo. 13ª edição, op. cit., p. CXVII. O recurso às gerações mais recentes como fator de legitimidade também foi explorado por um dos seus principais críticos, justamente para denegrir a imagem de Gilberto Freyre. Referindo-se às comemorações dos 50 anos da Semana de Arte Moderna, Joaquim Inojosa sugere que “tentando livrar-se do esvaziamento da sua obra de escritor, que os jovens consideram superada, apega-se Gilberto Freyre à oportunidade da revivescência do Modernismo para exhibir-se como líder modernista do Nordeste – até mesmo do Brasil –, modernismo que combateu desde o regresso dos Estados Unidos, em 1923, até a partida para a Europa [...] em 1930”. Citado em ROCHA, João Cezar de Castro. “Notas para uma futura pesquisa: Gilberto Freyre e a Escola Paulista”, op. cit., p. 186.

obra passa a carregar o nome do autor na sua trajetória conturbada embora bem sucedida; junto com ela o autor também se torna clássico, isto é, extemporâneo: faz do livro um monumento a sua pessoa. Torna-se, enfim, *escritor*, como adverte em 1965: “pois o que principalmente sou é escritor. O sociólogo, o antropólogo, o historiador, o cientista social são em mim ancilares do escritor. Se bom ou mau escritor é outro assunto”.¹³⁹ O juízo não é forçado, já que outros autores ressaltaram a posição por ele assumida. Astrogildo Pereira, por exemplo, no volume comemorativo ao livro, escreve de forma clara: “podemos discordar da filosofia que inspira o trabalho do autor, podemos recusar a metodologia seguida em suas pesquisas, podemos também rejeitar muitas de suas interpretações; mas o que não podemos é fugir à sedução do escritor, do criador de novas formas de expressão, inclusive pela coragem – com que êle dá categoria literária a muita palavra vulgar, dessas que os dicionários averbam sob a ressalva de plebeísmos ou chulismos”.¹⁴⁰ Pode-se dizer, então, da eficácia com que Gilberto sucedeu em produzir, não sem o auxílio de esforços alheios, a figura com que gostaria de permanecer no tempo. Ria Lemaire, embora percorrendo um outro caminho, oferece raciocínio semelhante ao salientar que “a figura histórica desse Autor, narrativizado e transformado em herói literário e mítico, constitui a principal estratégia discursiva inventada por Gilberto Freyre para convencer seus leitores da validade científica de sua visão sobre a história do Brasil. Construção literária de um personagem histórico que se tornou um suporte ideológico poderosíssimo da verdade histórica que Freyre pretendeu contar em *Casa-grande & senzala*”.¹⁴¹

O livro, enfim, tem sua importância, não apenas por questões de afeto daquele que o produziu, mas também como fundamento seguro para sua *autoridade*. Na estratégia de permanência e reatualização da figura do autor, a obra ocupa posição proeminente; ela se converte, em certa medida, no lugar propício para o exercício do que Michel Foucault já definiu como a “monarquia do autor”.¹⁴² Ou seja, assim como as raças e os indivíduos no livro, na história de suas edições autor e obra também se

¹³⁹ FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou escritor*, op. cit.

¹⁴⁰ PEREIRA, Astrogildo. “Simple opinião sôbre *Casa-grande & senzala*”. In: *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*, op. cit., p. 385.

¹⁴¹ LEMAIRE, Ria. “Herói literário e historiador: caminhos cruzados nos prefácios de *Casa-grande & senzala*”, op. cit. p. 746.

¹⁴² A ironia de Foucault, na recusa de tal exercício, é digna de citação: “eu sou o autor: olhe minha feição e meu perfil; é a isso que deverão se assemelhar todas essas figuras reduplicadas que vão circular sob meu nome; aquelas que disso se afastam não valerão nada; e é a seu grau de semelhança que você poderá julgar o valor das outras. Eu sou o nome, a lei, a alma, o segredo, a balança de todos estes duplos”. FOUCAULT, Michel. “Préface (à la deuxième édition)”. In: *Histoire de la folie à l'âge classique*, op. cit., p. 9.

misturam (Freyre diria gostosamente!) no espaço de suas páginas. Aqui, novamente é Michelet quem oferece palavras e permite perceber esta relação tão intrincada entre autor e obra, ele que trabalhou, quando jovem, na tipografia da família e que, portanto, *produziu livros*, no sentido literal da expressão. Sobre *O povo*, o historiador francês admite: “este livro eu o fiz de mim mesmo, de minha vida e de meu coração. Brotou de minha experiência muito mais que de meu estudo. Tirei-o da observação, das relações de amizade, de vizinhança; coligi-o ao longo dos caminhos; o acaso aprecia servir aquele que segue sempre um mesmo pensamento. Enfim, encontrei-o sobretudo nas recordações de juventude. Para conhecer a vida do povo, seus trabalhos, seus sofrimentos, bastava-me interrogar as lembranças”;¹⁴³ bastava, enfim, estabelecer a simbiose plena entre a escrita e aquele que a escreve. Como salientou Jean Terrasse sobre o ensaísmo de Michelet, num ponto que será retomado mais adiante para a obra de Freyre, “todo ensaísta se conta pouco ou muito. A obra justifica o autor como o autor justifica a obra”.¹⁴⁴

Na importante interpretação feita por Ricardo Benzaquen sobre a obra freyreana da década de 1930, sublinha-se esta questão de maneira enfática: “ao transformar-se em personagem de seu próprio livro ao mesmo tempo que o utiliza como ponta-de-lança de um esforço de superação daquela requintada sociabilidade que ele tanto criticava, Gilberto transmite a sensação de assumir um compromisso excessivamente rigoroso com as suas próprias convicções”.¹⁴⁵ *Casa-grande & senzala* se redefine, então, não mais apenas como investigação disciplinar ou como outra interpretação do real, mas, acima de tudo, como *prática de escrita*: ele se encontra, pois, plenamente no limite entre a obra literária que concede ao autor a autoridade, e o “esoterismo científico” que estabelece o produto da pesquisa.¹⁴⁶ Em suma, aparece inteiramente no ponto de junção dos elementos que o definem como discurso historiográfico.

*

¹⁴³ “Antes de fazer livros, eu os *compus* materialmente; juntei tipos antes de juntar idéias, não ignoro as melancolias da oficina, o tédio das longas horas...”. MICHELET, Jules. “A M. Edgar Quinet”. In: *Le peuple*. Paris: Flammarion, 1974, p. 57-58.

¹⁴⁴ TERRASSE, Jean. “Michelet et le peuple” In: *Rhétorique de l’essai littéraire*. Québec: Les Presses Universitaires du Québec, 1977, p. 72

¹⁴⁵ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*, op. cit., p. 199.

¹⁴⁶ “A produção histórica se encontra dividida entre a obra literária de quem ‘faz autoridade’ e o esoterismo científico de quem ‘faz a pesquisa’”. CERTEAU, Michel de. *L’écriture de l’histoire*, op. cit., p. 75.

O estudo da recepção de *CG&S* nos trópicos permitiu mostrar, não apenas as particularidades de um objeto, disponível às mais variadas e contraditórias interpretações, mas também um leque variado de possíveis leituras. Correlata a tal estudo, a análise dos prefácios que o “Autor” escreveu para sua obra-mestra revela um modo singular de produção de um espaço intelectual de atuação, dentro de um ambiente marcado sobretudo pelo discurso literário como forma de representação privilegiada da nação, onde o aporte teórico propiciado pelas emergentes ciências sociais ainda buscava lugar ao sol. Estabelecida a legitimidade dessas ciências, em virtude do processo de profissionalização da atividade de pesquisa no Brasil, é notável a maneira como Gilberto articulou sua manutenção dentro do meio intelectual, utilizando como recurso os próprios méritos literários de sua prosa.

Entre o mundo das letras e o universo sociológico, os ensaios de interpretação histórica das primeiras décadas do século XX tiveram que abrir um caminho original de forma a criar as próprias condições para a sua existência. Uma obra que sem dúvida alguma contribuiu para tanto, foi o libelo publicado em 1902 por Euclides da Cunha. *Os sertões*, como se viu, ocupou também um lugar privilegiado nos comentários produzidos sobre o livro de Gilberto Freyre, como contraponto ou paralelo adequado para se compreender corretamente o impacto da interpretação e da escrita oferecidas pelo autor pernambucano. O relato sobre a campanha de Canudos, por sua força interpretativa, mas também pela forma como foi recebido pela crítica, expandiu as possibilidades de escrita sobre a nação, em seu formativo processo histórico.

A atenção um pouco mais detida sobre os significados da grande obra euclidiana, creio, pode contribuir de forma decisiva, não apenas para melhor situar o livro de Gilberto Freyre no contexto letrado brasileiro, mas também, e sobretudo, para uma compreensão diferente das características singulares de sua representação histórica, e dos procedimentos particulares dos quais se valeu para legitimar sua escrita. Os próximos dois capítulos, que compõem a segunda parte da tese, serão dedicados ao estudo de *Os sertões*. A intenção é estabelecer um pano de fundo teórico que auxilie no entendimento dos significados da tradição do ensaísmo histórico brasileiro, do qual *CG&S* é um dos exemplos mais notórios, bem como de um paradigma interpretativo marcado por uma compreensão especial do processo histórico, com o qual Gilberto, explícita ou implicitamente dialogou. O argumento, espero, ficará mais bem demarcado ao final dos dois textos seguintes.

SEGUNDA PARTE

III

À SOMBRA DE UM MESTRE: EUCLIDES DA CUNHA E OS SERTÕES

“O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja [...] O sertão está em toda parte”

João Guimarães Rosa¹

“Euclides escreveu como um solene erudito vitoriano, doublé de missionário social; Gilberto, como um humanista brincalhão, que terminou seus dias como um sábio algo impudico...”

José Guilherme Merquior²

Os sertões de Euclides

Rio de Janeiro, ano da graça de 1902, segundo dia do mês de dezembro: aparece ao público leitor brasileiro pela Laemmert e Companhia Editores, custando 10\$000 réis cada exemplar, a obra maior de Euclides da Cunha. Passada meia década após os conflitos que a ensejaram, virado o século, *Os sertões* surge como obra singular, quer pelo objeto que narra (embora não fosse o único a fazê-lo), quer pela maneira como o faz, ou ainda pela vasta intenção que carrega. Mas seus efeitos foram, talvez, deslocados. Afrânio Peixoto, no discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, onde ocupará a cadeira deixada vaga por Euclides a partir de 1909, lembra o caráter em certa medida trivial dos eventos no sertão baiano, “fato policial transformado por incúria e descaso em calamidade pública”. “Foi história triste e vergonhosa” em que, brasileiros, “fizemos como as crianças ou os selvagens com os brinquedos desajeitados e os artefatos perros, que não têm habilidade para consertar: quebram os objetos”. Ao invés de civilizar aquele povo esquecido, a ele foi dirigido um vigoroso empenho de extermínio. E na ausência de protestos ou vozes ressoantes, ocultados pelos festejos

¹ ROSA, João Guimarães. *Grande sertão veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 7.

² MERQUIOR, José Guilherme. “Gilberto e depois”, op. cit., p. 348.

barulhentos dos vencedores, “só ficaram *Os sertões*: depoimento, libelo, sentença, que punirá, no dia em que tivermos consciência, a crueldade dos mandatários e a inépcia dos mandantes”. Mas apesar disso, “ficou sem resposta, e quase sem comentário na substância. É um dos meios de justiça no Brasil: o silêncio responde à acusação mais provada... [...] se não se pejaram do crime que êle denunciou, regozijaram-se ao menos com a pompa esplendorosa do seu estilo”.³ Ao invés de causar incômodo moral e político, o livro propiciou encanto estético, algo que alguns poucos, entre eles Sílvio Romero, criticarão sobre sua recepção.

Assim, Oliveira Lima confessará quase uma década depois, em tom de homenagem póstuma, que a obra, lida no ano seguinte à sua publicação, quando o diplomata peregrinava pelas terras japonesas, pareceu-lhe “uma verdadeira revelação literária, a mais notável que eu jamais presenciara em minha terra”.⁴ A julgar ainda pelo parecer de José Veríssimo, escrito em 1903 e comentando a produção literária do ano anterior, tratava-se de um momento “sáfaro para as letras nacionaes”, em que, junto com *Os sertões*, foram publicados *Canãa*, de Graça Aranha, além de uma nova edição da *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero. Diz Veríssimo sobre o referido ano que, “talvez até com demasiada abundância, forneceu-me sempre materia ás minhas chronicas”, para em seguida advertir de forma contundente: “certo a maxima parte dellas não era de boa qualidade, e só por extrema condescendencia mereceria uma apreciação, ou mesmo simples menção da critica”. Evidentemente, o livro de Euclides não se encontrava nesta “máxima parte”. Após arrolar uma longa lista de autores novos e outros nem tanto, com obras recém nascidas e outras re-publicadas no campo da poesia, o crítico se detém em alguns exemplos de prosa, salientando que “o chronista literario que se queixasse de falta de materia para as suas revistas de livros, não teria razão, si elle se quizesse e pudesse e devesse occupar de quanto, com pretenções de literatura, sae dos prelos”; grande parte seguramente não teria vida longa. Não obstante a fartura literária, “toda ella espera clientela, compradores, leitores e criticos”, assinalando que o universo editorial brasileiro, a despeito mesmo da riqueza produtiva, ainda necessitava de um desenvolvimento adequado no lado da recepção e do consumo.

³ PEIXOTO, Afrânio. “Euclides da Cunha: o homem e a obra”. Discurso de recepção na Academia Brasileira, em 15 de agosto de 1911. In: PEIXOTO, Afrânio. *Poeira da estrada. Ensaio de crítica e de história*. Volume X. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editôres, 1944, p. 22-25.

⁴ LIMA, Oliveira. “Euclides da Cunha. Recordações pessoais”, artigos publicados no *O Estado de São Paulo*, entre 29 de outubro e 11 de novembro de 1911, reproduzidos em LIMA, Oliveira. *Estudos literários*. Reunidos e selecionados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1975, p. 208.

A abundância, por sua vez, corria o risco de saturar o espaço intelectual já exíguo, uma vez que, “diante do enormíssimo e sempre crescente acervo da produção literaria, publico e critica sentem-se assoberbados, e realmente incapazes de ler e de julgar, sinão ás pressas, precipitadamente, sem tempo para a meditação”.⁵

Em texto anterior publicado no jornal *Correio da Manhã*, Veríssimo já havia tecido comentários mais específicos sobre *Os sertões*, considerando, em passagem conhecida, que “o livro, por tantos titulos notavel, do Sr. Euclides da Cunha, é ao mesmo tempo o livro de um homem de sciencia, um geographo, um geologo, um ethnographo; de um homem de pensamento, um philosopho, um sociologo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe vê e descrever”. Contudo, critica o que define como estilo viciado do autor, “sobrecarregando a sua linguagem de termos technicos [...] em uma palavra, o maior defeito do seu estylo e da sua linguagem é a falta de simplicidade; ora, a simplicidade que não exclue a força, a eloquencia, a commoção, é a principal virtude de qualquer estylo”, falha comum, segundo Veríssimo, de “*todos os cientistas que fazem literatura*”.⁶ Talvez uma passagem da primeira parte do livro de Euclides illustre bem o tecnicismo salientado pelo crítico: “estereografa-se, duramente, nas placas rígidas dos afloramentos gnáissicos; e o talude dos planaltos dobra-se no socalco da Mantiqueira, onde se encaixa o Paraíba, ou desfaz-se em rebentos que, após apontoarem as alturas de píncaros centralizados pelo Itatiaia, levam até ao âmago de Minas as paisagens alpestres do litoral”.⁷ Mas outra era a perspectiva de um autor distante da crítica literária. Para o botânico José de Campos Novaes, o texto de Euclides estava repleto de imprecisões escondidas pelos excessos verbais; segundo ele, “a linguagem científica da introdução e de todas as páginas descritivas tomam uns ares rebarbativos, muito diverso do estilo claro, preciso e técnico [...] O nefelibatismo que vai imperando hoje deve exultar perante esse modelo de ciência popular; que sendo por vezes destituída de precisão, afigura-se-nos alguma coisa de superior pelo prestígio indiscutível da forma repleta de imagens que registram, aliás, impressões reais”. O juízo crítico de Novaes se torna ainda

⁵ VERÍSSIMO, José. “Alguns livros de 1902”. In: *Estudos de literatura*. Quinta série. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1910, p. 153-199.

⁶ VERÍSSIMO, José. “A campanha de Canudos”. In: *Estudos de literatura*. Quinta série, op. cit., p. 73 (itálico meu).

⁷ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Ática, 2004, p. 18-19.

mais severo quando, em outro momento, acusa *Os sertões* de uma “falta absoluta de base científica”.⁸

De qualquer modo, o talento *literário* de Euclides não é negado pelos seus comentadores. As palavras de Araripe Jr. dão conta de ilustrar a proposição: “criticar esse trabalho, não é mais possível. A emoção por ele produzida neutralizou a função da crítica. E, de fato, ponderando depois calmamente o valor da obra, pareceu-me chegar à conclusão de que *Os sertões* são um livro admirável, que encontrará muito poucos, escritos no Brasil, que o emparelhem – único no seu gênero, se atender-se a que reúne a uma forma artística superior e original, uma elevação histórico-filosófica impressionante e um talento épico-dramático, um gênio trágico como muito dificilmente se nos deparará em outro psicologista nacional. O sr. Euclides da Cunha surge, portanto, conquistando o primeiro lugar entre os prosadores da nova geração”.⁹ Por outro lado, Sílvio Romero, ao sugerir que da noite para o dia o livro fez seu autor, de obscuro, um homem célebre (para Afrânio Peixoto o fato demorou alguns meses!), garante que a “crítica indígena” não compreendeu o livro: tomou-o “por um produto meramente literário, do gênero de tantos outros que aí entulham as livrarias. Viu nele apenas as cintilações do estilo”.¹⁰ Para além das qualidades estilísticas, o que há de realmente fulcral em sua obra, “o nervo do livro”, encontra-se nas descrições das populações sertanejas “de um curioso trecho do Brasil”, mais parecido, quem sabe, com a Mongólia, com o Turquistão ou com o Sahara, “tanto é profundo o nosso desconhecimento de nós mesmos”.¹¹ O parecer de Romero é tanto mais aguçado quando se percebe que em todos os textos de Euclides sobre Canudos que antecederam à elaboração do livro de 1902, não desenvolviam com profundidade o tema do homem sertanejo, tratado longamente na segunda parte da obra, que aparecia então como grande novidade.

Linguagem técnica e linguagem poética se coadunam no livro, onde “a língua atinge à perfeição”. Talvez Romero desconhecesse o parecer de Novaes. Quiçá o próprio autor de *Os sertões*, no momento da primeira edição, não compactuasse com a opinião

⁸ NOVAES, José de Campos. “Os sertões”. *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*, 31/1/1903; republicado em FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo do (orgs.). *Juízos críticos. Os sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial; Editora da Unesp, 2003, p. 114.

⁹ ARARIPE JR, Tristão de Alencar. “Os sertões”. *Jornal do Comércio*, março de 1903; republicado em FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo do (orgs.). *Juízos críticos*, op. cit., p. 56.

¹⁰ ROMÉRO, Sylvio. “Euclides da Cunha”. In: *Revista Brasileira de Letras*. Ano III, nº 9 e nº 10, julho e outubro de 1912 (Tomo V), p. 187.

¹¹ *Ibid.*, p. 187.

do sergipano, tantos os erros gráficos encontrados: “já não tenho coragem de o abrir mais. Em cada página o meu olhar fisga um erro, um acento importuno, uma vírgula vagabunda, um (;) impertinente... Um horror! Quem sabe se isto não irá destruir todo o valor daquele pobre e estremecido livro?”.¹²

Desconsiderando, porém, aquelas falhas meramente formais, o público respondeu bem ao livro do engenheiro que noticiou o conflito no sertão baiano. “*Os sertões* tornam-se uma sensação, um daqueles livros não muito freqüentes na história literária cujo significado é reconhecido desde o início e cujo impacto permanece inalterado por décadas afora”.¹³ Em pouco mais de uma semana é vendida cerca da metade da edição, composta por 1.200 exemplares segundo cláusula do contrato.¹⁴ Em menos de dois meses, ela se esgota. Antes de sua morte, em 15 de agosto de 1909, Euclides verá ainda duas outras edições. O fato assume sua exata proporção se inserido no contexto do qual faz parte: “para um engenheiro que nunca havia escrito um livro, não era fácil debutar na literatura, campo muito disputado e ainda dominado por pequeno grupo de livreiros, editores e escritores. Euclides não era um freqüentador das rodas literárias da rua do Ouvidor, não tinha proximidade com nenhum escritor consagrado”.¹⁵ Além disso, como bem ressaltou um observador atento à cena intelectual brasileira do período, o contexto era pouco propício às letras inclusive pela ausência de um público para tanto. José Veríssimo estimava em 1900 que, para a década que precedera a aparição de *Os sertões*, menos de vinte entre cem brasileiros sabiam ler; a produção se definia, pois, como “uma literatura de poucos, interessando a poucos”.¹⁶ Outro literato desse mesmo contexto, Valentim Magalhães, no anseio compartilhado por outros tantos autores pela fundação de uma instituição literária no Brasil, uma Academia Brasileira de Letras, lamentava em 1896 que o país era “terra de analfabetos, que tem literatos eminentes e não tem literatura por falta de leitores”.¹⁷ O relatório

¹² Carta a Francisco Escobar, 19/10/1902, citado em CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 520.

¹³ ZILLY, Berthold. “Euclides da Cunha na Alemanha”. In: *Estudos Avançados*, 10 (26), 1996, p. 332.

¹⁴ Uma transcrição do contrato encontra-se em VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha. Esboço biográfico*. Organização de Mario Cesar Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 194. O número aparentemente reduzido da tiragem está de acordo com a média brasileira sugerida por Nicolau Sevcenko, de 1.000 exemplares para livro de poesia e 1.100 para a prosa. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 88.

¹⁵ ABREU, Regina. “O livro que abalou o Brasil: a consagração de *Os sertões* na virada do século”. In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 5 (suplemento), 1998, p. 93-115 (como consultei a versão eletrônica do texto, disponível no *SciELO*, não seguem as páginas das citações).

¹⁶ Citado em SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*, op. cit. p. 88.

¹⁷ Citado em RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras. Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 53. Apenas para

preparado já em 1924 por Aloysio Castro, membro da ABL, para a *Commission de Coopération Intellectuelle* da *Société des Nations*, permite ainda, mesmo que este exemplo não tenha uma representatividade geral, entrever a situação para o momento. Ali levanta-se a soma de 80.827 leitores na Biblioteca Nacional durante o ano de 1914, sendo que o mesmo relatório estima em 995.096 o número de habitantes da cidade do Rio de Janeiro.¹⁸ A perspectiva mais otimista, portanto, pode considerar em menos de dez por cento da população os usuários da maior biblioteca do país, localizada no centro literário brasileiro. Compreende-se, nesse sentido, o lamento de alguns escritores; a situação, aos olhos daqueles que faziam literatura, era pouco animadora.

Aliado a um universo de leitores exíguos, Alessandra El Far define em poucas palavras o empecilho fundamental neste momento pouco propício para aqueles que escolheram a literatura como prática social, embora este não fosse completamente o caso de Euclides, engenheiro por formação e mais tarde professor colegial: “a ausência de uma profissão das letras que possibilitasse ao escritor viver apenas de seus escritos, e o reconhecimento público do escritor brasileiro”.¹⁹ Em razão disso, como lamentava Adolfo Caminha, o literato fica ainda a mercê do humor do editor, e “este, quando não é um sujeito grosseiro, sem tino comercial, ricaço, a quem tanto faz obter mais uma edição como não obtê-la, recebe-o amavelmente, com um arzinho de bondosa superioridade, manda-o sentar e passa logo ao assunto. O discurso é o mesmo sempre: não há leitores, além disso o romance não é do gênero que o ‘nosso povo’ gosta, e tal, e coisa...”.²⁰

Com Euclides foi um pouco o caso: conseguida, não sem as dificuldades habituais, a editora, esta condicionou a publicação ao custeio de parte dos gastos pelo próprio autor (precisamente 1:500\$000 contos de réis), pois provavelmente “não queria correr o risco de editar o livro de estréia de um engenheiro e jornalista que se aventurava na literatura”.²¹ Contrariando, entretanto, as expectativas editoriais, a obra lança Euclides para o centro das discussões literárias, bem como se torna um

constar: Euclides assume seu assento como imortal justamente ocupando a cadeira deixada vaga por Magalhães em 1903.

¹⁸ CASTRO, Aloysio de; CHILDE, A. *Rapport d'ensemble sur les aspects principaux de la vie intellectuelle au Brésil*. La Haye, Martinus Nijhoff, 1924, p. 18.

¹⁹ EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade. Uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 14.

²⁰ Citado em EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade. Uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)*, op. cit., p. 13.

²¹ ABREU, Regina. “O livro que abalou o Brasil: a consagração de *Os sertões* na virada do século”, op. cit.

razoavelmente lucrativo empreendimento editorial. Salienta o autor que o livro fora “secamente atirado à publicidade, sem amparos de qualquer natureza”.²² Todavia, parece que a ausência de preparativos publicitários não afetou a acolhida calorosa do texto, uma vez que já se conhecia o autor pelos artigos publicados no *O Estado de São Paulo* durante o desenrolar dos eventos em Canudos. Para a segunda edição, Euclides venderia com antecedência os direitos editoriais, recebendo antecipadamente uma quantia estimada pelos lucros, embora ainda lhe restasse a suspeita de que fizera mal negócio. Mas para além do relativo sucesso econômico da obra, ela ganharia o respeito dos pares pelo que continha; no entendimento de Sílvio Romero, por exemplo, não se tratava mais, apenas, de *outra* interpretação sobre a história do Brasil; tratava-se, sim, *da* interpretação.

O Euclides de *Os sertões*

Romero é enfático sobre Euclides: “d’entre os escritores que se formaram e cresceram a seu lado [citando, entre outros, Oliveira Lima e Graça Aranha] nenhum se lhe póde equiparar no valor intrínseco da obra, nem na influencia por ela exercida [...] É que lhes falta esse não sei que de apaixonado e sentido em que se vasa a alma do povo”.²³ Tradutor daquilo que há tempos, desde os românticos, os letrados brasileiros buscavam, Euclides, aos olhos do crítico sergipano, parece representar bem o papel que a virada do século lhe concede; em certa medida, seu livro funciona como uma terapêutica para aqueles que procuravam em uma essência nacional as respostas corretas para os problemas da experiência brasileira, os quais sinalizavam o descompasso entre os anseios de uma geração intelectual republicana e a realidade social do país – um tempo desorientado. “O estudo da realidade brasileira tem, pois, também, esse curioso efeito de aliviar a angústia de homens naufragados entre o passado e o presente, à procura de um ponto fixo em que se apoiar”.²⁴ Acima de tudo, é a realidade brasileira percebida sob uma *perspectiva histórica* que parece fornecer os subsídios necessários para que os naufragos entre o passado e o presente encontrem a possibilidade de futuro onde se apoiar. Nesse sentido, a competência no desenvolvimento de tal perspectiva aparece como condição fundamental para o sucesso desse ou daquele livro; apenas a

²² CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 503.

²³ ROMÉRO, Sylvio. “Euclides da Cunha”, op. cit., p. 2.

²⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*, op. cit., p. 86.

correta interpretação dos tempos idos apontaria direções adequadas para o momento atual. Assim, tornam-se compreensíveis as palavras elevadas de Romero sobre o autor de *Os sertões*, quando afirma que, junto com a descrição “imajinosa” do sertanejo, “Euclides sabia retratar ao vivo a natureza física, dando intensidade às notas, sem prejudicar a veracidade dos fatos, a qualidade dos fenomenos. É o grande escolho da arte da escrita: exatidão e relevo, naturalismo e brilho, consistencia e colorido, poesia e verdade”.²⁵ O mérito maior do livro reside justamente em inserir aquela essência vislumbrada nos desígnios de uma história da nação.

A realidade brasileira a ser estudada constitui, portanto, o conjunto envolvente do povo, enquanto fenômeno social, e da natureza, ainda que haja disparidade nas formas de compreensão de ambos, seja a balança pesando para o lado do meio, do clima ou das relações raciais. Acima de tudo, não basta apenas definir o objeto, é necessário confrontá-lo, deparar-se diante dele, enfim, explicá-lo. Para os autores coevos, o real se impõe como podendo e devendo ser explicado. Daí uma das poucas ressalvas feitas por Romero em relação à obra de Euclides, notadamente sobre seu livro posterior, *À margem da história*, publicado postumamente em 1909, no qual o constante viajante pelas terras interiores descreve sua estada na vastidão amazônica: “a imaginação potente de Euclides, funcionando como um aparelho fotográfico, reproduzia as cenas da natureza e do viver social na sua expressão realistica. E já foi muito; forneceu a materia prima. A explicação é que é preciso ir procurar por outro lado”.²⁶ Aquele que, para Luiz Costa Lima, foi o primeiro sistematizador dos estudos literário brasileiros, segue fiel ao seu itinerário, já que “Sílvio nos ensinou que a literatura, antes de ser identificada com as belas letras, deverá ser vista como *letra social*”.²⁷ Assim, era necessário ir além da literatura como simples construção estética, um dos motivos dos constantes entreveros de Romero contra Machado de Assis, que pensava ser a Academia de Letras uma “torre de marfim” dentro da qual se poderia escrever sobre a história, mas ela seria feita do lado de fora.²⁸ No entender de Romero, era necessário alcançar uma função prática para

²⁵ ROMÉRO, Sylvio. “Euclides da Cunha”, op. cit., p. 188.

²⁶ *Ibid.*, p. 14.

²⁷ COSTA LIMA, Luiz. “A crítica literária na cultura brasileira do século XIX”. In: *Dispersa demanda*, op. cit., p. 33 (itálico meu).

²⁸ Ver o trecho retirado da fala de Machado de Assis em sessão da ABL, que demonstra bem sua posição: na visão do patrono, a academia deveria se tornar “uma torre de marfim, onde se acolham espiritos literarios, com a unica preocupação literaria, e de onde, estendendo os olhos para todos os lados, vejam claro e quieto. Homens daqui podem escrever pajinas de historia, mas a historia faz-se lá fóra”. ASSIS, Machado de. “Discurso de Machado de Assis (sessão de encerramento em 7 de dezembro de 1907)”. In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, vol. I, julho de 1910, p. 176. No discurso que proferiu para a recepção de Euclides na ABL, Romero ironiza ao defender que não era possível deixar as convicções

as letras: a literatura-documento, aquilo que forneceria os elementos para a ação prática. Exemplo claro da preponderância da letra social sobre as belas letras, *Os sertões*, para Romero, aparece como a completude da tarefa: tanto uma descrição fiel regrada pelos princípios do bom observador quanto uma explicação ponderada pelos preceitos da boa ciência; tudo, com efeito, regado a boas doses de lirismo poético.

Por conseguinte, as colocações do polemista localizam a obra como ponto cardeal de uma tradição literária que, antes das preocupações estéticas, colocará a questão social na agenda do dia. Um dos principais formuladores da moderna sociologia no Brasil, Florestan Fernandes, reconhecerá igualmente o lugar ocupado por Euclides no pensamento social brasileiro, como um marco divisor de águas. Para ele, “a obra que marcou época e adquiriu uma significação típica foi [...] a de Euclides da Cunha (*Os sertões*, 1902), que se situa como o primeiro ensaio de descrição sociográfica e de interpretação histórico-geográfica do meio físico, dos tipos humanos e das condições de existência no Brasil. Com seus defeitos e limitações, e apesar da ausência de intenção sociológica, essa obra possui o valor de verdadeiro marco. Ela divide o desenvolvimento teórico-social da sociologia no Brasil. Daí em diante, o pensamento sociológico pode ser considerado como uma técnica de consciência e de explicação do mundo, inserida no sistema sócio-cultural brasileiro”.²⁹ Antonio Candido foi outro que definiu fronteiras: “livro posto entre a literatura e a sociologia naturalista, *Os sertões* assinalam um fim e um começo: o fim do imperialismo literário, o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira”.³⁰

Não se quer com isso, evidentemente, sugerir que foi apenas depois de *Os sertões* que o Brasil passou a ser pensado como entidade sociológica. Mas Euclides contribuiu de forma singular para que um novo olhar fosse lançado sobre o país, um olhar voltado para dentro, para a terra e para o homem do interior. Afrânio Peixoto chega a afirmar que mesmo um nome como Rui Barbosa, “na sua altura e no seu

personais de lado ao se adentrar no espaço literário do recinto: “a Academia não se pôde afigurar a organização da hipocrisia da alma, lá fôra, selectas convicções, como se espanasse o pó dos sapatos no adito dos templos majestosos e terríveis”. ROMERO, Sylvio. “Resposta do Sr. Sylvio Romero”. In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Ano II, n. 3, janeiro de 1911, p. 451. Sobre a atividade de Romero como polemista, ver VENTURA, Roberto. *Estilo tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

²⁹ FERNANDES, Florestan. “Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil”. In: *A sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 35.

³⁰ CANDIDO, Antonio. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, op. cit., p. 122. Mas isso não esconde a posição bastante crítica de Candido diante da obra de Euclides, considerada “típico exemplo da fusão, bem brasileira, de ciência mal digerida, ênfase oratória e intuições fulgurantes”.

afastamento”, teria sofrido influência fundamental de Euclides. Nas suas palavras, “só depois d’*Os sertões*, só depois dêsse meio novo que êles criaram em nosso ambiente social e literário, se encontram na obra de Rui Barbosa esta inclinação cada vez mais evidente às coisas da terra e da gente, na sua rudeza selvagem, na sua espontaneidade bárbara, que antes lhe repugnavam à cultura refinada e peregrina”.³¹

Acima de tudo, porém, o relato do confronto em Canudos, com todo o aporte interpretativo que traz consigo, colaborou inclusive para um deslocamento da própria maneira pela qual o *olhar para si mesmo* poderia ser operado, como se verá no capítulo seguinte: trabalhando sob o signo da distância, o livro conseguiu criar em suas páginas um efeito de alteridade notável, dando a impressão de que olhar para o interior equivalia a vislumbrar uma exterioridade, um espaço outro. Como conseqüência disso, alguns já sugeriram que data daí a maturidade intelectual brasileira, entendida não apenas como competência literária, mas como originalidade no uso da linguagem e na forma de se pensar e representar o real. É ainda Afrânio Peixoto, em 1919, quem serve de exemplo, quando recusa toda a tradição literária anterior à virada do século, incluindo aí romantismo e naturalismo, como representativos de uma nacionalidade literária e de um estilo propriamente nacional. Seria apenas com *Os sertões* que tal estilo aparece: “nasce então o ‘nacionalismo brasileiro’, aponta a independência ou a aspiração de autonomia intelectual. Um livro os concretiza, a propósito de tema nacional, em que entra a terra do Brasil, o coração mesmo profundo dêle, o sertão do Brasil, a mais legítima gente brasileira, porque nem é mais o íncola, nem o africano, nem o reinol, porém o derivado dêles, o brasileiro caldeado e no seu esbôço mais definido,— o sertanejo; e êsse livro se escreve em estilo brasileiro, com a ênfase, a truculência, o excesso, a exuberância, o brilho, o arremêso, a prodigalidade, a magnificência, que nos caracterizam e talvez nos singularizem no mundo”.³² Dessa maneira, já para o Afrânio de 1943, “Euclides é o primeiro, em data, dos nossos sociólogos”, e ele lamenta, ecoando a resposta de Romero à crítica nativa, que foi ele “classificado entre os medalhões da literatura... Da sociologia ninguém falou... nem fala”.³³

³¹ PEIXOTO, Afrânio. “Euclides da Cunha: dom e arte de estilo”, conferência no Grêmio Euclides da Cunha, 15 de agosto de 1919. In: *Poeira da estrada. Ensaio de crítica e de história*, op. cit., p. 56-57.

³² *Ibid.*, p. 72-73. Embora Afrânio escreva tendo a mente voltada para as premissas de uma *identidade*, enquanto que aqui, como será sugerido com mais vagar no próximo capítulo, entende-se o livro como texto marcado pela diferença e pela alteridade.

³³ PEIXOTO, Afrânio. “O outro Euclides: o que sobra d’Os Sertões: resposta a Euclides da Cunha”, oração à convite da cidade de São José do Rio Pardo, durante a comemoração euclidiana, 14 de agosto de 1943. In: *Poeira da estrada. Ensaio de crítica e de história*, op. cit., p. 78-79.

A lamentação de Afrânio deve, entretanto, ser consideravelmente matizada. Não era consensual a inserção de *Os sertões* na história literária brasileira simplesmente como obra de literatura, nem seu autor era visto generalizadamente como apenas literato. É significativo o fato do nome de Euclides não figurar entre os autores convidados por João do Rio para darem seu depoimento sobre o “momento literário” na década que abre o século XX.³⁴ Afinal, o inquérito tinha por intenção fazer o escrutínio da situação da literatura em tal contexto, notadamente com a participação daqueles que faziam a literatura neste momento. Se o motivo para isso pode ser encontrado nas constantes viagens do engenheiro, impossibilitado, por isso, de contribuir com o inquérito,³⁵ Euclides é inclusive pouco citado pelos próprios autores que depuseram ali suas posições intelectuais. Um dos entrevistados, discordando da tese sobre um momento estacionário na prosa brasileira, cita como contraprova nomes como os de Machado de Assis, Euclides da Cunha e Rui Barbosa, embora faça uma ressalva importante: os dois últimos estão sobremaneira distantes do primeiro, “porquanto a prosa de ambos não pode, a meu vêr, ser considerada prosa artística”. Para Lima Campos, Euclides é autor de ciência.³⁶ Se é difícil precisar com exatidão as razões para essa disparidade de opiniões, que ora colocam *Os sertões* como literatura, ora o situam no campo da ciência, um caminho possível para se pensar é aquele já dado por Sílvio Romero, ao defender a função intelectual a partir da idéia de letra social, ou seja, da literatura como documento da realidade.³⁷

Tomando *O momento literário* como índice, é possível constatar que muitos autores apontavam para a inexistência ainda de um espaço estético propício para o desenvolvimento pleno do chamado “romance social”, embora outros indicassem o florescimento das questões sociais na literatura brasileira. Por exemplo: se Laudelino Freire afirmava que havia então “apenas vagas aspirações para o romance social, que só mais tarde, com uma maior aceitação das correntes socialistas que convulsionam as sociedades europeas, poderá fructificar entre nós”, Elysio de Carvalho era taxativo ao

³⁴ JOÃO DO RIO. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, s/d [1907].

³⁵ Em 1904, Euclides seguiu para o Amazonas a serviço do Itamarati como chefe da comissão de reconhecimento do alto Purus, retornando para o Rio apenas em 1906.

³⁶ *Ibid.*, p. 85.

³⁷ Cabe apontar que uma das razões dadas por José Veríssimo ao publicar em 1907 seu texto *Que é literatura?*, foi justamente mostrar a necessidade da questão para um esforço de classificação realizado com mais propriedade, já que muitas obras vagavam indefinidamente entre a literatura e a ciência. Levada ao pé da letra a definição dada pelo crítico, *Os sertões* seriam obra de literatura, embora o texto permita que, a partir de uma certa leitura, o livro encontre lugar também como ciência. A imprecisão persiste. Ver VERÍSSIMO, José. “Que é literatura?”. In: *Que é literatura? e outros escritos*. São Paulo: Landy, 2001, p. 20 e ss.

inferir que “o que não se poderia mais negar é que o espírito social invade o nosso meio e, a tal ponto que já se considera como lançados aqui os grandes problemas que agitam o mundo europeu”.³⁸ Nesse sentido, em um ambiente literário onde a literatura vaga entre as preocupações puramente estéticas ou ortográficas e as eminentes questões sociais, uma obra como a de Euclides não poderia, de fato, encontrar abrigo certo em tal classificação.

Assim, o caminho que segue até as últimas colocações de Afrânio Peixoto já na década de 40, mas que retomam sua posição esboçada desde 1911, ou seja, contemporânea às colocações de Romero, estabelecem um recorte cronológico importante para o estudo da recepção do livro de Euclides no Brasil. Nessas quatro décadas, embora seu tom fosse geralmente elogioso em relação à virtuosidade do autor como literato, o acolhimento da obra também viu nela um momento importante para a consciência nacional, um deslocamento dos princípios e das perspectivas segundo os quais o Brasil era pensado. Se a história da literatura tratou de inserir em seus domínios *Os sertões*,³⁹ não menos significativa foi a postura de alguns intelectuais que o localizavam como o marco de uma crítica política voltada para o social e para os anseios civilizacionais que alimentavam a cultura brasileira do contexto. Afrânio Peixoto chega mesmo a sugerir, forçosamente talvez, o nascimento da sociologia brasileira com a publicação do livro de Euclides. Interessante é, nesse sentido, notar o recorte entre duas tradições de escrita, se assim se pode dizer, que foi sugerido por Tristão de Athayde no texto já mencionado sobre “Política e letras” na década de 1920.⁴⁰

Gestada como um “*inquerito por escriptores da geração nascida com a republica*”, a obra traz desde seu prefácio, assinado por Vicente Licínio Cardoso, um anseio de ruptura ou, quando muito, de demarcação de fronteiras. Os autores nascidos com a república “não viram o imperador, não conheceram os escravos, não herdaram títulos, nem cargos, nem comissões”. Se do ponto de vista sócio-político foi uma geração que se fez às custas de seu próprio esforço, como crê o prefaciador, igualmente ela nada deveu às precedentes em termos intelectuais: considerando que os autores passados foram lidos e eram conhecidos, eles não apareciam, todavia, como mestres aos

³⁸ JOÃO DO RIO. *O momento literario*, op. cit., p. 240 e 269, respectivamente.

³⁹ Embora seja importante mencionar que na obra de José Veríssimo, *História da literatura brasileira*, publicada em 1916, tendo por recorte as obras de Bento Teixeira e Machado de Assis, Euclides da Cunha sequer é mencionado.

⁴⁰ ATHAYDE, Tristão de. “Política e letras”, op. cit., p. 237-292.

discípulos fiéis; os autores que ali escreviam assim o faziam por terem coisas novas a dizer. Além disso, o momento em que se escreve sucede aquilo que o próprio Tristão de Athayde, anos mais tarde e com sua outra alcunha, definirá como “hecatombe geracional”, ou seja, a morte (física e, em certo sentido, intelectual) de uma geração: como ele enumera, entre 1898 e 1923, morreram ninguém menos que Eduardo Prado, Machado de Assis, Sílvio Romero, Araripe Júnior, José Veríssimo, Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco, Barão do Rio Branco, Rui Barbosa e Lima Barreto.⁴¹ A ruptura, porém, não equivale em recusar a tradição ou mesmo em propor mudanças revolucionárias; se o contexto os fazia agir, a reação se dava “pelo progresso e dentro da ordem”. O livro, enfim, se pretende voltado para o porvir, como “promissórias seguras de novas realizações para o futuro”.⁴² É, portanto, em tal situação que Athayde se propõe a discorrer sobre política e letras.

O artigo pretende desenvolver e problematizar uma tese colocada desde o início: “these – o erro da bohemia literaria depois de 1889 fugindo á acção social e politica. O sacrificio de Raul Pompéa. Artificialismo de nossas correntes literarias. A reacção de Euclides da Cunha”.⁴³ A intenção de Athayde é clara, mostrar o vínculo indissolúvel entre contexto político e momento literário, superando a defasagem criada entre literatura e sociedade que parte da geração que viu nascer a república no Brasil pôde constatar. Nicolau Sevckenko, estudando as tensões sociais durante a República Velha, sugere que, para os homens de letras do período, a situação era realmente embaraçosa: “o dilema entre o impulso de colaborar para a composição de um acervo literário universal e o anseio de interferir na ordenação da sua comunidade de origem assinalou a crise de consciência maior desses intelectuais”.⁴⁴ Crise traduzida de formas distintas.

Literatura e sociedade: *Os sertões* como documento

Um contemporâneo expressou bem a situação, embora seu diagnóstico tenha sido traçado sobre bases equívocas. Discursando num evento realizado em sua homenagem no Palace-Théâtre do Rio de Janeiro, em 1907, Olavo Bilac, diante de uma platéia composta, entre outros, por nomes como Oliveira Lima e Machado de Assis, assim expressa sua visão das coisas. “Ha quarenta annos, – e quantos nomes fulgidos,

⁴¹ LIMA, Alceu Amoroso. *Evolução intelectual do Brasil*. Rio de Janeiro: Grifo Edições, 1971, p. 68.

⁴² ATHAYDE, Tristão de. “Politica e letras”, op. cit., p. 14.

⁴³ *Ibid.*, p. 237.

⁴⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*, op. cit., p. 22.

quantas legítimas glórias já contava então a literatura brasileira! – ha quarenta annos, não havia propriamente homens de letras no Brasil; havia estadistas, parlamentares, professores, diplomatas, homens de sociedade, ou homens ricos, que, de quando em quando, invadiam por momentos o bairro literario”. Considera nesse sentido que, “era até então a sociedade que fechava as suas portas aos homens de letras; eram agora os homens de letras que se afastavam dessas portas com um bello, mas estulto gesto de pouco caso”. A separação dos homens de letras em relação à sociedade era devido, segundo o poeta, a uma geração perdida em meio à boemia literária e respondendo por um decadentismo moral e estético. Para Bilac, “destruir essa estultice e esse equivoco, creados e alimentados pelas gerações que precederam a nossa, tal foi, meus companheiros, o nosso melhor trabalho e a nossa maior gloria”. O raciocínio parecia conduzir o intérprete para o lado complexo da questão. Não obstante, seu pensamento descambou para uma compreensão limitada do dilema: “que fizemos nós? Fizemos isto: transformamos o que era até então um passatempo, um divertimento, naquilo que é hoje uma profissão, um culto, um sacerdocio; estabelecemos um preço para o nosso trabalho, porque fizemos desse trabalho uma necessidade primordial da vida moral e da civilização da nossa terra; forçámos as portas dos jornaes e vencemos a ineptia dos editores; e, como, abandonando a tolice das gerações anteriores, havíamos conseguido senhorear-nos da praça que queríamos conquistar, tomámos o logar que nos era devido no seio da sociedade, e incorporámo-nos a ella, honrando-nos com a sua companhia e honrando-a com a nossa; e nella nos integramos de tal modo que, hoje, todo o verdadeiro artista é um homem de boa sociedade, pela sua educação civilizada, assim como todo o homem da boa sociedade é um artista, se não pela pratica da Arte, ao menos pela cultura artistica”.⁴⁵

O diagnóstico de Bilac levava apenas a um argumento moralizante que desvirtuava o problema.⁴⁶ É por essa razão que o texto de Athayde, escrito com uma

⁴⁵ BILAC, Olavo. *Ultimas conferencias e discursos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1927, p. 75-79.

⁴⁶ Dividindo o momento literário entre os vencedores e os vencidos, Nicolau Sevcenko insere Coelho Neto e Olavo Bilac no primeiro grupo, “o filão letrado que se solda aos grupos arrivistas da sociedade e da política, desfrutando a partir de então de enorme sucesso e prestígio pessoal, elevados a posições de proeminência no regime e de guias incondicionais do público urbano”. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*, op. cit. p. 103. Para outro texto que discorre mais detidamente sobre os dois autores, ver PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Uma miragem de república: sonhos e desilusões de um grupo literário”. In: SILVA, Fernando Teixeira da (et alli). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Editora Unimep, 2003, p. 53-72. Um balanço geral e rápido sobre o mundanismo na literatura à época, e sua distância à chamada “questão nacional”, está em OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990, especialmente no quinto capítulo, “*Belle époque: a integração no mundo cosmopolita*”, p. 111-126. No texto, a autora relativiza o distanciamento de Bilac,

relativa distância cronológica, é significativo, pois torna mais complexa a questão. Capistrano de Abreu, em 1893, já havia traçado suas linhas gerais, ao afirmar que “a nova geração continua a fazer literatura por simples diletantismo, sem ideal definido e civilizador, reproduzindo, no mais das vezes, em estylo pobre e defeituoso, autores estrangeiros”.⁴⁷ A distância entre literatura e sociedade na visão de Athayde envolvia, portanto, pensar não apenas o lugar do literato dentro da hierarquia social, como foi o caso de Bilac, mas sim a função social que o exercício das letras poderia assumir, como Capistrano convidava a fazer. Para ele, era fundamental tornar a literatura uma prática política atenta aos “problemas sociais”, já que a geração precedente, pela desilusão ou pela simples apatia, criou um estranho hiato: “a Republica fez-se [...] em grande parte, á revelia das letras”. O crítico estabelece um recorte analítico importante para as intenções aqui manifestadas, separando o mundo das letras entre dois pólos representados por autores que, segundo ele, eram os mais significativos do momento.

De um lado, o patrono da academia literária e ídolo maior daquela geração, Machado de Assis. Reconhecido poeta e prosador, Machado era, todavia, um “indiferente”, um “absenteísta”: “abandonou, pouco a pouco, toda a exterioridade para mergulhar no mundo interior, marcando pela primeira vez em nossas letras, o primado do espírito sobre o ambiente”.⁴⁸ Sendo representativo de uma legião de seguidores, Machado acabou por criar um espaço autônomo para a literatura, praticamente desvinculado do restante do corpo social.⁴⁹ De outro lado, o engenheiro autor de *Os sertões*, cuja obra representou, segundo o crítico, verdadeiro marco para as letras nacionais. Se no contexto da vida pública a sua psicologia talvez não lhe permitisse uma intervenção mais intensa no espaço político e social, por certo sua obra significou uma mediação importante entre a literatura e a sociedade. Athayde situa o evento de Canudos como fato marcante para a consciência intelectual brasileira nos primórdios republicanos, “uma volta violenta á realidade”. Ao narrar o épico das expedições

apontando o seu transitar entre o diletantismo e o engajamento na causa nacional, sobretudo durante as discussões intelectuais à respeito da primeira guerra mundial.

⁴⁷ Citado em ATHAYDE, Tristão de. “Política e letras”, op. cit., p. 280.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 277.

⁴⁹ Algumas análises já sugeriram como tal distância deve ser relativizada, mostrando de que maneira a questão social era uma questão candente, mesmo dentro da “torre de marfim” machadiana, isto é, a academia de letras tal como sonhada pelo bruxo. Ver, por exemplo, RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras*, op. cit.; CHALHOUN, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; e ROCHA, João Cezar de Castro. “Machado de Assis, leitor (autor) da Revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro”. In: *O exílio do homem cordial*, op. cit., p. 275-296. Mas interessa aqui, sobretudo, menos problematizar tal concepção do que pensar a forma como Tristão de Athayde, entre outros letrados, enxergava a situação no contexto intelectual da república velha.

militares, *Os sertões* permitiu novamente conjugar anseios políticos com atividade literária. Para o crítico, Euclides nasceu de Canudos, entrando na luta como que inconsciente do papel que iria representar. Imagem invertida do narrador dos infortúnios psicológicos de Bentinho em suas suspeitas diante de Capitu, Euclides “creou um estylo – o que é realmente a obra suprema de um artista”.⁵⁰ Finalmente, sobre a herança deixada para as gerações republicanas, Tristão de Athayde, fecha seu parecer: “quaes as duas figuras literarias que mais profundamente marcaram nessa era republicana, que tão rapidamente estudamos? Machado de Assis e Euclides da Cunha. Não ha um paralelo a fazer. Elles não se oppõem; symbolisam apenas, vivamente, – realizando cada um o seu character pelo estylo inconfundivel a que chegaram, – as duas faces da medalha. Mas a medalha é uma só”.⁵¹

A crítica de Machado e o elogio de Euclides, pelo menos do ponto de vista do artigo, isto é, das relações entre política e letras, sinalizam algo fundamental para a compreensão da tarefa literária na primeira metade do século XX no Brasil. A tentativa de se ultrapassar o absentéismo do primeiro por meio da tomada de posição proposta pelo segundo, colocam a literatura numa posição de *inventário da sociedade*, espécie de documento privilegiado do social. Ou, na fórmula de Mônica Pimenta Velloso, “a literatura como espelho da nação”.⁵² Sugerindo a longa tradição da literatura-documento no Brasil, a qual, sem ter nascido com Euclides tampouco encontrou nele seu momento derradeiro, Velloso afirma que “obcecado pela captura do real-nação e pela caça ao documento, o discurso dos nossos intelectuais nasceu da confluência entre o discurso histórico e o discurso literário. Assim é que as mais significativas expressões da sensibilidade nacional assumiram esse discurso heterodoxo, onde literatura e história se confundiam na apreensão da nação”.⁵³ Luiz Costa Lima já havia mostrado a longa duração no Brasil, desde os românticos na primeira metade do século XIX, do exercício de “controle do imaginário”, e Flora Süssekind estudou a permanência do naturalismo como modelo de representação da realidade durante boa parte do século XX.⁵⁴

Mônica Velloso, por sua vez, e mais próxima do ensejo deste capítulo, estudando o contexto intelectual nas suas ramificações durante o Estado Novo,

⁵⁰ ATHAYDE, Tristão de. “Política e letras”, op. cit., p. 287 e ss.

⁵¹ *Ibid.*, p. 291.

⁵² VELLOSO, Mônica Pimenta. “A literatura como espelho da nação”. In: *Estudos Históricos*. Vol. 1, n. 2, 1988, p. 239-263.

⁵³ *Ibid.*, p. 241.

⁵⁴ COSTA LIMA, Luiz. *O controle do imaginário. Razão e imaginário no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984; e SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance? Uma ideologia estética e sua história: o naturalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

demonstrou como a dicotomia outrora estabelecida por Tristão de Athayde entre Machado e Euclides perdurou durante as duas décadas subseqüentes, quando o campo literário já cedia espaço para o considerável desenvolvimento, desde os anos 30, das ciências sociais, e também quando o interior geográfico começou a assumir as definições do “Brasil profundo”, sendo a conquista do *hinterland* um verdadeiro projeto político para a busca da unidade nação. Nas palavras de Velloso, “o mundo das letras – personificado em Machado – passa a representar a parte falsa do Brasil, porque voltada para a cultura importada. Já a sociologia – personificada em Euclides – se transforma na própria expressão da brasilidade. A valorização do mundo rural é concomitante à desqualificação do universo urbano. Nesse contexto de valores, escolher a cidade como temática significa dar as costas ao ‘Brasil real’”. A autora salienta ainda como, para parte dos intelectuais dos anos 40, o modernismo era desqualificado enquanto discurso sobre a nação, sendo considerado apenas em seu viés de inovação estética mas desprovido de uma dimensão social mais adequada para interpretar ou mesmo revelar o Brasil.⁵⁵

Ou seja, entre os anos 1920 e 1940, opera-se uma construção intelectual importante: de um lado, a literatura-ficção cujo expoente maior era Machado de Assis, o autor “alienado”,⁵⁶ de outro, a literatura-documento, elaborada sob o manto epistemológico da sociologia, personificada na obra de Euclides da Cunha, o “escritor-modelo”.⁵⁷ É, portanto, diante dessa situação, a qual provavelmente provocaria o riso irônico de Sílvio Romero, que alguns dos ensaios de interpretação histórica em tal contexto foram escritos, dentre os quais o livro aqui estudado de Gilberto Freyre. Não se quer com isso, obviamente, dizer que tal perspectiva fosse a única possível, tampouco que fosse a mais evidente. Contudo, ela não é de forma alguma desprezável, e levá-la em consideração é algo importante na tentativa de descortinar novos horizontes

⁵⁵ VELLOSO, Mônica Pimenta. “A literatura como espelho da nação”, op. cit., p. 244. A fonte principal da pesquisa da autora é o suplemento *Autores e livros* do jornal carioca *A Manhã*, bem como a revista *Cultura Política*, publicados nos primeiros anos da década de 40. Não custa mencionar que o modernismo paulista elegeu a cidade como objeto estético importante da “realidade brasileira”, e que a sociologia também paulista de um Florestan Fernandes, já na década seguinte, colocará a urbe progressista e industrial como espaço privilegiado para o desenvolvimento da sociologia moderna.

⁵⁶ “Se a crítica literária do Estado Novo insiste em desqualificar sua obra pelo tom de alienação nela contido, é porque Machado fala uma outra linguagem que foge ao código consagrado. Essa linguagem é a subjetividade. Para um projeto que se pretende realista e ‘social’, a subjetividade não tem absolutamente nada a ver. O narrador deve ser invisível para proporcionar ao leitor a impressão da objetividade do relato”, *ibid.*, p. 253.

⁵⁷ “Conferindo papel decisivo à geografia como elemento modelador das diferenças regionais, defendendo o expansionismo territorial e o sertanismo, Euclides se transforma numa espécie de escritor-modelo do Estado Novo”, *ibid.*, p. 258.

de interpretação para esse momento fundador da historiografia brasileira; contexto em que os limites dos campos disciplinares, com o desenvolvimento universitário, passam a se tornar cada vez mais nítidos, levando, com isso, a um deslocamento do privilégio até então concedido à literatura como forma por excelência da representação da nacionalidade e da realidade nacional. Freyre foi um leitor atento de Euclides, consciente do lugar ocupado por ele no ambiente letrado brasileiro. Sua leitura merece certa atenção.

Freyre leitor de Euclides

Pode-se começar a partir de uma idéia longamente repetida por diversos autores e que, recentemente, foi retomada pelos biógrafos do sábio de Apipucos: “a obra inovadora de Gilberto Freyre insere-se numa tradição da qual fazem parte brilhantes ensaístas brasileiros como Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Oliveira Lima, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, entre outros, com os quais mantém constante diálogo crítico”.⁵⁸ A relação entre todos esses intelectuais, aos quais normalmente se acrescentam Manoel Bomfim e Paulo Prado, aparece como uma evidência; eles fazem parte de uma tal tradição ensaística no Brasil. O que não é de forma alguma evidente são os pormenores de tais relações, isto é, como eles circulavam entre eles mesmos, como eram lidos, como eram compreendidos, como eram criticados, etc. Gilberto Freyre dá nome ao instituto por ele fundado no Recife na década de 1940 com a alcunha de Joaquim Nabuco; Oliveira Lima foi seu grande mentor durante os anos formativos no exterior; Oliveira Vianna normalmente é visto como seu antípoda; o *Raízes do Brasil* foi publicado primeiramente na coleção da José Olympio por ele coordenada; Caio Prado Jr. é desde 1933 mencionado no *CG&S* em virtude do *Evolução política do Brasil*. Cada uma dessas relações mereceria um estudo à parte.⁵⁹

Interessa aqui, entretanto, a forma particular pela qual Freyre estabeleceu uma relação com Euclides da Cunha e *Os sertões*. Em *CG&S*, ambos aparecem em momentos significativos do livro. Em determinado momento, defendendo a idéia de que a mobilidade que dispersou a população durante a colônia foi a mesma que permitiu o

⁵⁸ LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre uma biografia cultural*, op. cit., p. 12.

⁵⁹ Para uma abordagem curta sobre o “diálogo crítico com os pensadores brasileiros”, entre os quais Nabuco, Euclides, Roquette-Pinto, Vianna, Bomfim, Capistrano e Nina Rodrigues, ver LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre uma biografia cultural*, op. cit., p. 463 e ss.

contato, “em comunhão mesmo, através de difícil mas nem por isso infrequente intercom-comunicação [*sic*] colonial”,⁶⁰ Freyre se coloca, com base em Manoel Bomfim (*O Brasil na história*), contra a tese euclidiana do hiato entre as populações do sul e do norte na formação histórica do país.⁶¹ O que é digno de menção aí é o fato de que o contra-argumento é pautado pelo recurso direto às fontes, isto é, às provas que permitem afirmar que tal hiato não existiu. Em nota, Freyre indica que Bomfim fundamentou sua posição com documentos paulistas (testamentos, inventários, sesmarias, etc.), que também serviram a Alcântara Machado e a Affonso Taunay nas suas obras sobre o bandeirantismo. O próprio autor menciona sua consulta às fontes: “documentos pernambucanos por nós recentemente examinados na secção de manuscritos da Bibliotheca Publica do Estado e na colleção do Instituto Historico e Archeologico de Pernambuco”.⁶² Ou seja, Freyre se coloca plenamente no centro da prática historiográfica, e sua refutação é ela feita segundo as diferentes formas de administração das evidências que cada autor faz. Não há qualquer recurso a documentos referenciados em *Os sertões* para a assertiva dada por Euclides; ela é constituída por meio de uma generalização que, seguindo Freyre, não se sustenta.

Outra generalização é ainda refutada, tocando decisivamente num dos pontos que mais afastam os autores. Freyre se coloca contra a “exaltação lyrica” feita dos indígenas ou dos mestiços de branco com índio que alguns autores, entre os quais Euclides da Cunha, estabeleceram. Tal posição, nas palavras de Freyre, “não corresponde senão superficialmente á realidade”. Assim, seguindo Roquette Pinto, Freyre menciona “a necessidade de rectificar-se Euclides da Cunha, nem sempre justo nas suas generalizações”.⁶³ Esse ponto é capital na medida em que envolve a própria concepção de povo brasileiro que estava em jogo no final do século XIX e primeiras décadas do seguinte. Basta lembrar uma importante passagem de *Os sertões* em que Euclides se coloca contra posições muito claramente demarcadas, criticando a “meiaciência” que, num subjetivismo excessivo, fez emergir “desta metaquímica sonhadora [a

⁶⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit. p. 39.

⁶¹ Ver CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 82. A idéia de “divórcio completo das gentes meridionaes”, sobretudo no conflito contra os holandeses, aparece ainda em outro texto importante de Euclides, o qual parece ter sido a referência citada *ipsis literis* em *CG&S*. Ver CUNHA, Euclides. “independência á republica (esboço político)”. In: *À margem da história*. 4ª edição. Porto: Livraria Chardon, de Lelo & Irmão, L.da, 1926, p. 217-218. A primeira edição do livro é de 1909, sendo que o artigo em questão havia sido publicado anteriormente em duas ocasiões: no ano anterior, na revista do IHGB e em uma versão reduzida, em 1901, no *O Estado de São Paulo*.

⁶² FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit. p. 40.

⁶³ *Ibid.*, p. 70-71.

fusão das raças] alguns precipitados fictícios”. A crítica é dirigida àqueles que recusam a influência do meio físico e prevêem a vitória genética do elemento branco num futuro não muito longínquo; àqueles que, em altos devaneios, exageram o papel dos aborígenes, o que não faz outra coisa senão servir de inspiração à poesia; por fim, àqueles que “vão terra a terra demais”, exagerando o papel do negro, na figura reconhecida do mulato, proclamado como o tipo étnico mais característico.⁶⁴ Pode-se dizer, hoje, que o terceiro caso serve como contraponto *avant la lettre* à perspectiva que será defendida algumas décadas depois por Gilberto Freyre.

Em alguns outros momentos de *CG&S* Euclides chega a aparecer, embora com um caráter meramente de informação. Os dados mais significativos para este estudo são os já mencionados, a refutação documental e a refutação interpretativa. Além disso, em ocasiões diversas Freyre voltará a tomar o autor como tema importante de suas meditações. No ano de 1939 a editora José Olympio publica, sob a coordenação de Gilberto, a caderneta da expedição na qual Euclides escreveu suas colocações *in loco*. Não deixa de ser significativo o fato de que ela é inserida na coleção “documentos brasileiros”, que já havia trazido ao público o *Raizes do Brasil*. Para essa edição, o sociólogo escreve uma introdução de cerca de duas dezenas de páginas. O texto será retomado no livro de 1944 no qual o escritor-engenheiro ocupa posição privilegiada, *Perfil de Euclides e outros perfis*. Ressalte-se ainda a conferência lida na biblioteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no dia 29 de outubro de 1940, em que, significativamente para o momento em questão, Freyre discorre sobre “a atualidade de Euclides da Cunha”. Por fim, Gilberto é dos autores que escrevem textos para a edição completa das obras de Euclides, organizada por Afrânio Coutinho e publicada em 1966.⁶⁵ Tal recorrência indica, sem dúvida, o reconhecimento por parte de Freyre do lugar ocupado por Euclides no ambiente intelectual brasileiro. A atenção dada a estes textos permite também compreender como o próprio autor de Apipucos enxergava o escritor-engenheiro, tornado então, não apenas fonte, mas referência fundamental para os estudiosos da nação brasileira em sua formação histórica.

Em 1936, veio ao público o primeiro volume da coleção Documentos Brasileiros, dirigida por Gilberto Freyre e editada, como foi dito, pela Livraria José

⁶⁴ CUNHA, Euclides da *Os sertões*, op. cit., p. 70.

⁶⁵ Há ainda outra referência que não tive a oportunidade de consultar. Trata-se do artigo “Euclides da Cunha: seu humanismo científico”, publicado em *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1942. A referência aparece em ALVES, Francisco José. “D’*Os sertões* como obra historiográfica”. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Estudos sobre a escrita da história*, op. cit., p. 191.

Olympio Editora. O texto de estréia será um dos clássicos de interpretação sobre a história do Brasil. Na sua apresentação, Gilberto esboça os princípios que levaram à organização da coleção. Ela “vem trazer ao *movimento intelectual que agita o nosso paiz*, á ancia de *introspecção social* que é um dos traços mais vivos da *nova intelligencia brasileira*, uma variedade de material, em grande parte ainda virgem [...] *desde o documento em estado quasi bruto á interpretação sociologica em forma de ensaio*”.⁶⁶ As palavras parecem ter sido escolhidas com esmero. Considera-se a existência, em meados da década de 1930, de um contexto intelectual dinâmico e importante, que tem por objetivo estabelecer um olhar introspectivo para os problemas nacionais e que, por sua vez, caracterizaria uma renovada geração de autores. É evidente que se trata de uma tentativa clara de legitimar a série de publicações que se inicia; mas é igualmente evidente que ali se apresenta uma consciência aguda do papel a ser desempenhado pela *geração* preocupada então com os *problemas brasileiros*, essas duas palavras que alimentarão profundas discussões culturais.⁶⁷ Para tanto, sob a alcunha de “documentos brasileiros”, considera-se desde aquilo que se poderia chamar de fontes primárias quanto aquelas ditas secundárias; tanto o documento “bruto” quanto o ensaio interpretativo.

Freyre salienta ainda a característica dos trabalhos que serão publicados: a “objetividade”. E estabelece um paralelo bastante importante para o contexto em questão, pois considera primoroso o trabalho do editor em publicar, no mesmo momento, tanto o “novo romance brasileiro” quanto os documentos e estudos que esclareçam os aspectos notáveis da formação histórica do Brasil. Ora, o novo romance a que se faz referência é notadamente aquele de cunho regional e propriamente social, a chamada “geração de 30”, neste segundo e fundamental momento de desenvolvimento

⁶⁶ FREYRE, Gilberto. “Documentos brasileiros”. In: HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raizes do Brasil*, op. cit., p. V (itálico meu).

⁶⁷ A formação da consciência de uma “geração nova” mereceria estudo à parte. Gilberto Freyre demonstra sua sensibilidade sobre isso desde 1924. Em palestra pronunciada na Paraíba, sobre a “*mocidade d’après guerre*”, afirma: “há um espírito ou consciência de geração; e a esse espírito ou consciência sou agudamente sensível”. FREYRE, Gilberto. *Apologia pro generatione sua*. Parahyba, 1924 (consultei a versão eletrônica disponibilizada no site da Fundação Gilberto Freyre). Além disso, não custa retomar a passagem de *CG&S* já conhecida: “era como si tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o da miscigenação”. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. XII. O tema da geração aparece no livro anteriormente mencionado, *À margem da historia da republica (ideaes, crenças e afirmações)*. *Inquerito por escriptores da geração nascida com a republica*, mas também, duas décadas depois, no contexto do outro pós-guerra e, talvez, de uma outra geração, nas coletâneas organizadas por Mário Neme, *Plataforma da nova geração. 29 figuras da intelectualidade brasileira prestam o seu depoimento no inquérito promovido por Mário Neme*, de 1945 e por Edgar Cavalheiro, *Testamento de uma geração*, publicada no ano anterior.

do naturalismo nas letras nacionais de que fala Flora Süssekind.⁶⁸ A “letra-social”: seja no plano da literatura, seja no plano dos ensaios de interpretação histórica, trata-se do mesmo esforço intelectual de decifrar a nação segundo um viés singularmente sociológico e, no seu entender, objetivo. A escrita literária e a ensaística rivalizam no intento de explicar o Brasil ou, pelo menos, de fornecer bases para a sua compreensão. Certamente ambas contribuem para tanto, porém cabe deixar claro que cada qual o faz a sua maneira: ensaio e literatura não se justapõem, como será discutido em outro capítulo. Nesse sentido, seguindo a apresentação escrita para o primeiro volume publicado, percebe-se a extensa amplitude dos temas e dos autores que serão contemplados, além da variedade de tipos de documentação a serem editados. Distante de qualquer “absenteísmo” político, a coleção – seu organizador, seu editor e seus autores – se elabora decididamente como renovadora intelectual atenta aos problemas pátrios.

A coleção será dirigida por Freyre até 1939. Dos dezoito títulos publicados nesse período, três serão diretamente ligados ao nome de Euclides da Cunha: o volume 13, é o texto biográfico de Eloy Pontes, *A vida dramática de Euclides da Cunha*; já os volumes 16 e 17 serão textos do próprio escritor – *Canudos. Diário de uma expedição* e uma segunda edição de *Peru versus Bolívia*. Considerando os termos utilizados na apresentação escrita em 1936, compreende-se o papel privilegiado ocupado por Euclides na cena intelectual brasileira. Transitando entre o documental e o interpretativo, o diário escrito pelo correspondente d’*O Estado de São Paulo* aparece como fonte primordial, seja para o entendimento dos eventos relatados, seja para a compreensão da figura do próprio autor. Quando da sua publicação, Gilberto Freyre escreve um texto que vale como indicador da sua apreensão da obra e do autor em questão.

O texto é elucidativo. Freyre se esforça por elevar a figura do autor, de maneira que seu nome, de certa forma, se sobreponha à obra que lhe garantiu reconhecimento. Logo de início lê-se sobre Euclides: “elle vive principalmente pela sua personalidade, que foi creadora e incisiva como poucas. Maior que *Os Sertões*”. O que Freyre pretende chamar a atenção é que ler esta obra significa menos conhecer o objeto sobre o que se escreveu do que aquele que o fez, afinal, “outro poderia ter escripto com maior precisão nas minucias technicas e maior claresa pedagogica de exposição”. Ali, o que se

⁶⁸ SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance?*, op. cit.

sobressai acima de tudo é a “personalidade angustiada” do autor, “de modo que é Euclides, mais do que a paisagem que transborda dos limites de livro científico d'*Os Sertões*, tornando-o um livro também de poesia”.⁶⁹ Para Gilberto Freyre, é preciso reconhecer os efeitos do sertão sobre o autor de *Os sertões*, perceber como a experiência vivida, traduzida em uma singular experiência literária, acabou por criar as condições de amadurecimento intelectual e de formação do caráter do autor. A particularidade dessa experiência é resultado do distanciamento imposto pela “descida” ao interior do país, pois Euclides não se formou, segundo Freyre, nas rodinhas da rua do Ouvidor ou nas conversas em livrarias ou confeitarias cariocas: “precisando do deserto para acabar de formar-se no meio do inacabado da colonização pastoral, sem se sentir olhado, observado ou criticado pelos escriptores convencionaes do Rio de Janeiro. Estes que o acceitassem depois de formado a seu geito”.⁷⁰ Para o sociólogo, a consequência principal disso, retomando o velho topos da comparação Machado-Euclides, é o fato de que, se o primeiro, escondendo-se por detrás de seus personagens, criava num humor estrangeirado paisagens que pouco tocavam na essência da nacionalidade, já o segundo desvendou uma paisagem profundamente brasileira, posto que ela era também uma espécie de representação de uma paisagem íntima, da cartografia de um “eu” que havia já se definido como misto de grego, europeu e tapuia, sendo este último elemento aquele que, no entender de Freyre, teria se sobreposto aos demais. Suas palavras criam uma figura própria, “a de escriptor em função da ‘paisagem brasileira’ que ficou sendo para elle mais do que a ‘imagem da Republica’ - que também teve para Euclides um sentido mystico - uma especie de prolongamento da imagem materna. Impossivel separar Euclides dessa paisagem-mãe que se deixou interpretar por elle e pelo seu amor como por ninguem”.⁷¹

A razão dessa feição de escritor ligado intrínseca e quase organicamente com seu objeto é dada pelo autor de *Casa-grande & senzala* através da capacidade de Euclides em se identificar com aquilo sobre o que escreveu, uma identificação profunda “com a dôr do sertanejo e com a tristesa da vegetação regional”. Para Freyre, valendo-se de uma noção que ele empregará diversas vezes para definir sua própria obra, Euclides teria sido “o primeiro caso de verdadeira empathia. Sympathia só, não: empathia. Elle

⁶⁹ FREYRE, Gilberto. “Introdução”. In: CUNHA, Euclides da. *Canudos (Diario de uma expedição)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, p. VII.

⁷⁰ *Ibid.*, p. VIII.

⁷¹ *Ibid.*, p. XI. Aos três anos de idade, em 1869, Euclides fica órfão da mãe, falecida pelo “mal do século”.

não só acrescentou-se aos sertões como acrescentou os sertões sempre á sua personalidade e ao ‘caracter brasileiro’ de que ficou um dos exemplos mais altos e mais vivos. Uma especie de martyr”.⁷² Dessa maneira, Gilberto constrói uma figura que foi justamente refutada por Euclides, a do poeta. Como se verá no capítulo seguinte, é possível sugerir, assim como o fez Luiz Costa Lima, que o eixo norteador de *Os sertões* é antes uma interpretação da realidade feita sob o manto protetor da ciência do que uma descrição lírica com efeitos poéticos do lugar e do homem sertanejos. Por agora, entretanto, cabe apenas apontar como Gilberto Freyre, invertendo as premissas pelas quais Euclides parece ter “construído” seu *Os sertões*, elaborou uma imagem do escritor menos como analista autorizado pela ciência do que como poeta cujas qualidades literárias se sobrepuseram à interpretação cientificamente conduzida.

Uma passagem da introdução escrita por Freyre é elucidativa. Diz o pernambucano, com palavras inequívocas: “na descrição dos sertões, o cientista erraria em detalhes de geographia, de geologia, de botanica, de anthropologia; o sociologo, em pormenores de explicação e de diagnostico sociaes do povo sertanejo. Mas para o redimir dos erros de technica, havia em Euclides da Cunha o poeta, o propheta, o artista cheio de intuições geniaes”.⁷³ Para Freyre, sociólogo por formação, Euclides foi uma mal pesquisador. É certo que algumas das explicações fornecidas pelo engenheiro não convenceram especialistas das disciplinas pelas quais ele se aventurou, e o exemplo já mencionado do botânico José de Campos Novaes não deixa dúvidas. Mas não é menos certo que, ainda nas décadas de 1930 e 40, *Os sertões* gozava de boa reputação como texto fundamental para a compreensão da realidade brasileira. Nesta constante indecisão entre obra de ciência ou de literatura, *topos* cuja genealogia Costa Lima já problematizou, quanto mais em um contexto (o de Freyre) em que os campos intelectuais intentavam alcançar graus cada vez mais elaborados de autonomia, a postura de Gilberto permite entrever uma estratégia plausível: jogando para o espaço da literatura aquela que era considerada, e não por poucos, a mais bem acabada interpretação dos problemas brasileiros, o sociólogo de Apipucos, formado no exterior, criava um importante contraponto para a sua própria obra, definida por ele, pelo menos neste momento, como obra predominantemente sociológica, isto é, algo distinto da literatura; enfim, um ensaio de interpretação histórica. De fato, Freyre salienta as “qualidades essenciaes” da escrita euclidiana, apontando o autor como “escriptor

⁷² *Ibid.*, p. X-XI.

⁷³ *Ibid.*, p. XI.

adiantadissimo para o Brasil de 1900 que elle foi: escriptor fortalecido pelo traquejo scientifico, enriquecido pela cultura sociologica, aguçado pela especialização geographica”. Mas logo em seguida retoma a tônica de seu texto: “aquellas qualidades scientificas, quem ás vezes as diminue no autor d'*Os Sertões* compromettendo-as na sua essencia, é o orador perdido de amor – amor physico – pela palavra simplesmente bonita ou rara; o orador que a formação scientifica de Euclides da Cunha não conseguiu esmagar nunca no grande sensual das phrases sonoras [...] Dahi a exaggerada sensualidade verbal, a emphase anti-scientifica e tambem anti-artistica em que ás vezes se empasta sua palavra”.⁷⁴

Do poeta formado engenheiro, Freyre indica as formas pelas quais ele representa o ambiente sertanejo: alongadas, verticais, angulares, retas, concretas e duras tais como uma escultura. Euclides-escultor não se interessaria por aquilo que seria a paisagem preferida do recifense: o ambiente da cana-de-açúcar. “A casa-grande, mal a observa, desinteressado talvez do gordo, do ‘terrivelmente chato’, do lyricamente brasileiro, do acachapadamente patriarcal de sua architectura”. Uma opção estética, portanto, e não uma posição teórica fundamentada numa perspectiva analítica. Freyre parece sugerir que o interesse de Euclides pelo sertão é menos por enxergar ali a chave explicativa da nação do que por uma escolha lírica, o modelo a partir do qual elaboraria sua obra. “A Euclides como que repugnava na vegetação tropical e na paisagem dominada pelo engenho de assucar o gordo, o arredondado, o farto, o satisfeito, o molle das formas; seus macios como que de carne; o pegamento da terra; a doçura do massapê. Attrahia-o o anguloso, o ossudo, o hirto dos relevos asceticos ou, quando muito, seccamente masculinos do ‘agreste’ e dos ‘sertões’”.⁷⁵ Disso resulta, segundo o olhar crítico de Freyre, uma deficiência analítica significativa, pois, ao glorificar os tipos em estátuas, Euclides passa ao largo da “verdade essencial” das coisas, pois suas esculturas seriam antes exagerações ou simplificações demasiado distante dos originais. Daí uma estratégia por ele utilizada: a de preferir discorrer sobre indivíduos particulares como forma de escapar às generalizações com que sente dificuldades. Assim, o parecer é irremediável: “toda a vez que se sente fraco diante de problemas complexos de interpretação de personalidades ou de typos Euclides resvala no seu vicio fatal: a oratoria [...] Principalmente quando esse problema é o que offerece a psychologia ou a

⁷⁴ *Ibid.*, p. XII-XIII.

⁷⁵ “Sente-se ahi, como noutros arrojados de synthese do auctor d'*Os Sertões*, aquelle encanto pela technica da escultura que elle proprio confessa”. *Ibid.*, p. XV-XVI.

historia de uma personalidade ou de um typo social mais denso. Dahi a fraquesa de suas tentativas de caracterização da cidade da Bahia, por exemplo, ao lado de suas syntheses magnificas de paisagens larga e de typos menos complexos: o do sertanejo ou o do seringueiro”.⁷⁶

O Euclides de Freyre é, portanto, um hábil construtor de frases sonoras e convincentes, embora o resultado disso seja, na maior parte das vezes, uma deficiência evidente na elaboração de argumentos explicativos fortes e bem fundamentados. Se suas descrições encantam o espírito, favorecendo o fervor nacional para os problemas brasileiros, sua interpretação pouco acrescentaria ao desenvolvimento de uma análise social mais profunda; obra muito mais de orador que de analista. A crítica é reconhecidamente pesada, já que Freyre a justifica também de forma retórica, apelando justamente para as qualidades do escritor, numa espécie de elogio às avessas: “quem nos deixou, como Euclides da Cunha, paginas de que saltam intuições verdadeiramente genias, não precisa de condescendencia de critico nenhum”.⁷⁷ Ao se colocar no papel de leitor sincero, o sociólogo parece também estabelecer, mesmo que de forma implícita, o contraponto fundamental: *Os sertões* e *Casa-grande & senzala* não são livros equivalente e, no limite, são mesmo obras antípodas: a primeira, expressão de um poeta; a segunda, produto laborioso de uma pesquisa.

O contraponto se torna ainda mais saliente na conferência pronunciada em 1940, lida à convite da Casa do Estudante do Brasil no Salão de Conferências da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores. As primeiras linhas esclarecem os pontos em jogo. Freyre concorda com críticas feitas à ênfase biológica nos estudos de Euclides da Cunha sobre a formação brasileira. Segundo ele, o “engenheiro social” “despreza o sistema monocultor, latifundiário e escravocrata na análise da nossa patologia social; e exalta a importância do processo biológico - a mistura de raças - como fator, ora de valorização, ora de deterioração regional e nacional”.⁷⁸ Sem qualquer menção direta aos seus próprios trabalhos, o que não lhe é costumeiro, Freyre indica ainda que “são recentíssimos, aliás, os estudos que vão estabelecendo o primado do fator cultural - inclusive o econômico - entre as influências sociais e de solo, de clima, de raça, de hereditariedade de família, que concorreram para a formação da sociedade brasileira,

⁷⁶ *Ibid.*, p. XIX-XX.

⁷⁷ *Ibid.*, p. XXII.

⁷⁸ FREYRE, Gilberto. *Atualidade de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1941. Disponível no site da Fundação Gilberto Freyre, de onde foi consultado. Nesse sentido, as citações não seguem paginadas.

em geral, e, particularmente, para as suas formas agrárias ou pastorís caracterizadas pelo latifúndio, pela exclusividade de produção e pelo trabalho escravo o semi-escravo, com todos os seus concomitantes psicológicos de agricultura sem amor profundo à terra”.⁷⁹ Certamente, seria despropositada qualquer menção direta, afinal, para bom entendedor, algumas poucas palavras bastam. *CG&S* situa-se decididamente no âmbito desses estudos “recentíssimos”, rejeitando a visão pessimista, assumida, segundo Freyre, por Euclides, com relação ao papel da mistura de raças na formação histórica e no desenvolvimento social do país. “Descrença baseada em fatalismo de raça. Em determinismo biológico”, do qual, seria para o ouvinte compreender, Freyre se encontrava à boa distância.

Mencionando algumas deficiências na formação intelectual do engenheiro, “a quem faltavam estudos rigorosamente especializados de antropologia física e cultural ainda mais que os de geologia”, Gilberto chega a estabelecer, como fizera em partes no texto do ano anterior, uma relação intrínseca entre a personalidade de Euclides e sua produção escrita. A atividade científica que escolhera praticar seria, nesse sentido, uma espécie de compensação intelectual para uma angústia íntima: “a falta de um amor”. Órfão de mãe desde muito cedo, o caráter do escritor teria sido moldado por essa lacuna essencial, equilibrada, em partes, pela projeção ideal de uma imagem de república, “para ele quase pessoa, quase mulher: tanto que a confundiu com a figura de moça que mais o impressionou na mocidade. Mas a confusão durou pouco. A identificação do símbolo com uma figura particular de mulher não foi além do seu desejo. Nem era possível que esse sonho de homem romântico e talvez neurótico tivesse inteira realização”.⁸⁰

Resulta dessa análise psicanalítica ensaiada por Freyre o diagnóstico de um forte “narcisismo” da personalidade euclidiana que, mais do que comprometer sua saúde de espírito, prejudicava sobretudo sua atividade intelectual. Nas palavras de Gilberto, tratar-se-ia de um “narcisismo, o seu, deformador de sua visão da natureza e dos homens dos sertões. Deformador, porém, no sentido de acentuar a realidade congenial. No sentido de estilizá-la”. A imagem de um Euclides da Cunha, adulto infeliz e homem incompleto, é, porém, justificada, tal como o fora no prefácio de 1939, por um elogio notável, às avessas, onde Freyre situa todas as suas qualidades justamente nas próprias deficiências: “É possível que do incompleto de sua vida tenha resultado o enriquecimento de sua obra e de nossa literatura, pela exploração e intensificação de

⁷⁹ *Ibid.*

⁸⁰ *Ibid.*

zonas particularíssimas de sensibilidade e de compreensão da natureza e do homem tropical”.⁸¹ Assim, mais do que qualquer outra doutrina científica ou filosófica, Euclides seria um dos exemplos marcantes daquilo que Freyre definiu, seguindo Sílvio Romero, como “brasileirismo”, marcado, sobretudo, por um certo “subjetivismo brasileiro” na interpretação da história.

Novamente, portanto, mas do que a obra em si, o que ressalta da leitura de Freyre é uma análise, por vezes exagerada, da personalidade singular de Euclides da Cunha, como se o íntimo do autor fosse condição suficiente para a compreensão de sua produção literária. No contexto que, como foi visto, a obra euclidiana passava por um processo de revalorização, sendo o exemplo caro a uma geração do trabalho intelectual socialmente comprometido com os problemas brasileiros, ao mesmo tempo em que propiciava elementos para a defesa erudita dos projetos políticos de expansão para o oeste e para o interior do país,⁸² Freyre, já bastante conhecido pelos seus livros e pela sua atuação cultural, aparece como leitor crítico daquela obra. É evidente e inegável o reconhecimento por parte do sábio de Apipucos do valor e das imensas contribuições dela para a compreensão do processo social brasileiro, mas é clara também sua tentativa de deslocá-la da posição que assumia. Suas qualidades literárias não poderiam ser sobrepostas às suas inaptidões científicas ou, quando muito, ambas, as qualidades e as inaptidões, deveriam ser encaradas em separado. Carregada de preconceitos, de generalizações equivocadas, de juízos exagerados, sua ciência era o exemplo maior de um tipo de perspectiva a ser superada, seja em termos temáticos (já que “desprezava” o estudo da sociedade canavieira, escravocrata e patriarcal), seja na forma de sua abordagem (excessivamente biológica e pouco social ou econômica), seja mesmo nos procedimentos de sua escrita (empolada, oratória e exagerada). Mas ainda assim era obra para ser admirada, desde que bem situada no campo a que de direito pertencia, isto é, a literatura.

Como se sabe, os anos 1940 foram decisivos para Gilberto Freyre, no que se refere à consolidação de seu nome como eminência intelectual no Brasil. Dois de seus maiores livros já haviam sido publicados (*Casa-grande e Sobrados*) e os anos seguintes seriam aqueles em que a sociologia universitária viria a rivalizar com a tradição do ensaísmo histórico. Tal é, portanto, uma explicação plausível para se compreender sua postura diante da obra de um “mestre” como Euclides; postura respeitosa, é verdade,

⁸¹ *Ibid.*

⁸² É a tese de ABREU, Regina. *O enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro: Funarte; Rocco, 1998.

mas sem ocultar os princípios de uma disputa unilateral. Isso fica mais patente quando se percebe a maneira como um outro texto sobre a obra do engenheiro foi produzido, já pelos idos de 1966, por ocasião da publicação, organizada e dirigida por Afrânio Coutinho, das obras completas de Euclides. Desde o título escolhido, o deslocamento se torna manifesto: “Euclides da Cunha revelador da realidade brasileira”.⁸³ Do autor que ocultava o real por detrás de uma personalidade angustiada, pelos exageros de oratória e pela ênfase predominantemente escultórica, Euclides se torna o “revelador da realidade”. Mas nem por isso havia se tornado um cientista melhor.

Para Freyre, o mundo das letras nacionais seria dominado, naquele momento, por três nomes importantes: José de Alencar, Machado de Assis e Euclides da Cunha, o “estranho ensaísta” cujo carisma e influência os dois primeiros pareciam não superar. “É difícil de explicar a constância dessa influência de Euclides”, afirma Gilberto, já que se trata de um “escritor difícil”, carregado de preciosismos e “de um cientificismo pedante e irritante”. Se nos textos anteriores Freyre descartava a porção científica de Euclides, resguardando sua dimensão poética, agora parece querer terminar o serviço. Autor sempre beirando o catastrófico pela “má eloquência”, Euclides era ainda um escritor de “gosto duvidoso, ambíguo e, por conseguinte, discutível”. Mas residiam aí as razões para sua permanência, pois lhe permitia agradar tanto leitores “de elite”, que admiram essa escrita do limite entre o bem e o mal escrever, e leitores atraídos pelos jogos de palavras e pela oratória menos nobre.⁸⁴ No fundo, então, a permanência de Euclides era devida menos as suas qualidades do que à falta de crítica do público leitor.

Gilberto Freyre, uma vez mais, não esconde as ambigüidades de seu juízo. Deficiente do ponto de vista científico e esteticamente pesado do ponto de vista literário, *Os sertões* guarda uma complexidade notável: “notável como literatura e notável como ciência: ciência ecológica e ciência antropológica e até sociológica. Mas sobretudo obra de literatura. Obra de revelação”.⁸⁵ Mais do que simples descrição e mais do que mero encadeamento de dados, os textos euclidianos são “ensaios de quem se aproximou de temas brasileiros com espírito científico e com preparação técnica”. Porém, deixe-se claro que o valor sociológico do livro fica subsumido ao seu valor literário, a sua capacidade de revelação da realidade. Se a ciência descreve e explica, a literatura revela, faz ver, coloca diante dos olhos dando a conhecer um objeto ao

⁸³ FREYRE, Gilberto. “Euclides da Cunha revelador da realidade brasileira”. In: CUNHA, Euclides. *Obra completa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editôra, 1966, p. 17-31.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 17-18.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 20.

desvelar as camadas que o encobriam, ao retirar-lhe o véu de opacidade que tornava obscura a observação. Cabe lembrar que nesse momento (meados da década de 1960), Freyre já estabelecia, por meio dos prefácios ao *CG&S*, um deslocamento da sua própria posição intelectual, vestindo, sobre as roupas íntimas do sociólogo, a sobrecasaca do escritor.

Ainda assim, entretanto, persistiam zonas de escuridão. Freyre lamenta, uma vez mais, o fato de Euclides não ter dedicado páginas, por exemplo, à “civilização patriarcal e escravocrática”, e lamenta também, outra vez, sua ênfase excessiva no elemento indígena, à despeito do papel, considerado historicamente mais relevante pelo sociólogo, dos negros e dos mulatos. O Brasil de Euclides era o país dos bandeirantes e dos sertanejos, era o país do agreste, do *hinterland*: “nenhuma palavra de lamentação para o desaparecimento da gente senhoril e da população servil que animaram solares; e que animando-as [*sic*], criaram, mais que os bandeirantes, um Brasil autêntico em profundidade”.⁸⁶ Ou seja, o historiador da família patriarcal situada na faixa litorânea e canavieira do nordeste brasileiro e que, a partir deste centro cultural e econômico que foi Pernambuco, projeta para o todo do país uma certa forma de processo histórico, estabelece aqui um outro contraponto relativo à ênfase a ser concedida a tal ou tal personagem da história, o bandeirante aventureiro, em sua experiência nômade e interiorana conquistando territórios, ou o patriarca sisudo, sedentário no vai-e-vem da rede colocada na varanda, a contemplar a vastidão onde reina soberano.

Autor sobretudo de obra literária, mesmo que sob certos desígnios de ciência, o Euclides de Gilberto Freyre aparece como uma referência para sua própria atividade de intérprete da história nacional. Se não isso, pelo menos ele constrói o contraponto para os leitores escolherem entre as duas representações da nação. Seja pela personalidade angustiada, introvertida e arredia, seja pela perspectiva teórica utilizada, seja ainda pela ênfase temática escolhida, fica claro como é possível, com base nos textos que um escreveu sobre o outro, colocar como pontos contrastantes Gilberto Freyre e Euclides da Cunha. O contraste maior, todavia, reside nas maneiras distintas de representação da história brasileira e, nesse sentido, de organização do tempo da nação.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 25

Duas histórias, duas ordens do tempo

Euclides da Cunha e Gilberto Freyre normalmente são autores colocados aleatoriamente no grupo dos ensaístas intérpretes do Brasil, os re-descobridores do país, passados os anos de formação de um discurso nacional durante boa parte do século XIX. O que geralmente se omite é o fato de que ambos caracterizam formas distintas de compreensão da história nacional, do processo de formação da nação e da nacionalidade brasileiras. Quando muito, destaca-se a visão racialista do primeiro e a visada cultural do segundo, numa espécie de evolução lógica do pensamento social que passaria da explicação pelas grandes leis genéticas para a compreensão através da dinâmica da cultura. Mas é possível perceber também que ambos denotam modelos diversos de elaboração de um tempo próprio para a nação.

Glaucia Villas Bôas é uma das autoras que se aventurou em perceber tal diferença. Para ela, trata-se de dois modelos antípodas de interpretação do Brasil, o de Euclides definido como modelo do “Brasil do eterno dilema”, o de Freyre como do “Brasil de harmonia autoritária”.⁸⁷ Na definição dada pela autora, o primeiro modelo “apresenta uma disputa sem fim entre valores de uma suposta brasilidade e valores igualitários, universais e modernos”, e no segundo “se inscreve o que seria comum a todo e qualquer brasileiro, suas origens históricas e culturais, como um legado positivo para a construção da nação moderna”.⁸⁸ O que está em jogo é o estatuto de individualidade de determinada cultura, um *ethos* que a particularize em sua relação com o movimento geral da civilização (entendida como ocidental e moderna). A oposição reside, sobretudo, na diferença de ênfase dada à questão da temporalidade, o que conduz cada um dos autores a um princípio distinto de interpretação histórica: o do conflito ou do dilema, no caso de Euclides, o da harmonia, para o autor de *CG&S*. Contudo, se as conclusões da autora se aproximam das intenções deste estudo, seu percurso é sensivelmente diferente.

“Euclides da Cunha a favor das descontinuidades e Gilberto Freyre adepto fervoroso das continuidades constroem dois modelos interpretativos – o *Brasil do eterno dilema* e o *Brasil da harmonia autoritária*, muito embora se aproximem pelo que neles há de interesse em conceber um *ethos* brasileiro. Afastam-se, e muito, não apenas

⁸⁷ VILLAS BÔAS, Glaucia. “Casa grande e terra grande, sertões e senzala: duas interpretações do Brasil”. In: *Ibieroamericana*, IV, 13, 2004, p. 23-37 (agradeço à autora por ter gentilmente fornecido cópia do artigo).

⁸⁸ *Ibid.*, p. 23.

pelo estilo literário, mas principalmente pela escolha e adoção de um princípio ordenador de suas respectivas concepções”.⁸⁹ Tais princípios seriam, no entender da autora, para o engenheiro, a *terra* e, para o sociólogo, a *casa-grande*. O pressuposto geográfico do primeiro se assenta na profunda ruptura, de tempo e de espaço, que afasta o litoral do sertão; já para o segundo, a metáfora arquitetônica aponta para a estrutura de uma construção que favorece os encontros e a proximidade. Entretanto, se o diagnóstico sobre a obra do pernambucano se mostra próximo do que será discutido mais adiante na tese, estabelecendo a relação, intrínseca em *CG&S*, entre sujeito e objeto, no caso do autor fluminense há algumas discordâncias que merecem ser apontadas, já que implicarão nas diferenças mais importantes das duas abordagens (a minha e a dela), bem como conduzirão a uma outra maneira de se contrapor os livros de ambos autores.

Para Gláucia Villas Bôas, nos dois livros aqui tratados, *Os sertões* e *Casa-grande & senzala*, “a memória privilegia o tempo longínquo dos primórdios enquanto as imagens do futuro são raras, pobres e irrelevantes. A *valorização* do passado aproxima as duas notáveis interpretações do Brasil e as coloca em *flagrante oposição às obras que se baseiam nas concepções modernas e progressistas de tempo* e fazem do corte radical e da desqualificação das experiências passadas sua marca singular”.⁹⁰ Tal parecer certamente se mostra, em partes, adequado para a compreensão do livro de 1933, mas é possível levantar dúvidas quanto a sua adequação no que se refere à obra de 1902. Pois a forma como se encaminha a argumentação parece não estar de acordo com os procedimentos de que Euclides se valeu para elaborar seu *Os sertões*.

Seguindo a autora, nota-se que “a construção de *Os sertões* se assenta na *recordação* de um conflito que dizimou um grupo de homens, mulheres e crianças, habitantes de uma região inóspita e ignorada”.⁹¹ Nesse sentido, é a *memória* o fundamento primeiro que sustenta a produção do texto, sendo ela, pois, o que garantiria sua legitimidade. Mas ela ali aparece em íntima relação com um outro procedimento discursivo. Gláucia ressalta o lugar da *autópsia* na escrita euclidiana. “*Os sertões* é obra de quem viu [e] ao reelaborar a experiência de seu testemunho no campo de batalha, Euclides imprime à escrita uma dimensão visual única, concedendo à visualidade lugar de importância na ordenação dos seus materiais de pesquisa”.⁹² Ao relacionar tão proximamente a lembrança e a visão na construção de *Os sertões*, a autora traz para o

⁸⁹ *Ibid.*, p. 31-32.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 27 (itálico meu).

⁹¹ *Ibid.*, p. 27 (itálico meu, à exceção do título do livro).

⁹² *Ibid.*, p. 28.

primeiro plano a figura do autor, aquele que lembra e aquela que viu (e lembra justamente por ter visto). E é, por conseguinte, na projeção da experiência do autor que residiria a força interpretativa e política da obra, já que ela se prestaria como uma espécie de exemplo para a posteridade, uma aquisição para sempre à maneira tucidideana.⁹³ Há na escrita do livro, não apenas um *trabalho de memória*, o do escritor que escreve suas recordações, mas também um *dever de memória*, já que se pretende que aquilo sobre o que se escreve jamais venha a ser esquecido.

Sendo a narrativa da luta entre duas temporalidades distintas, “o conflito do presente com o passado, do litoral com o sertão é o eterno confronto entre a cultura particular e a civilização, que no livro se apresenta como tragédia, extermínio da cultura em favor da civilização, mas permanência da cultura através da recordação do conflito [...] A memória inscrita nas páginas de *Os sertões* retém uma imagem autêntica da população brasileira, imagem que *integra* a sociedade rude dos sertões”.⁹⁴ Nesse sentido, portanto, na sua dimensão de *historia magistra*, a obra de Euclides se afastaria de uma concepção moderna de história. Todo o seu empreendimento se volta a uma essência do passado: ele “vai buscar as origens da população sertaneja porque sua crença no progresso fora abalada pelo heroísmo e resistência dos tabaréus”, sendo o corolário disso tudo uma inequívoca, embora desconcertante, proximidade entre ele e seu objeto: “o testemunho de Canudos permite ao autor considerar o destino histórico trágico daquela cultura, que, no entanto, não sendo desprezível na sua singeleza e capacidade de resistência, deve ser mantida e conservada na memória. Instaure-se assim um desconforto que se define pelo sentimento de ambigüidade entre a solidariedade e identificação com a cultura sertaneja e a escolha da civilização como possibilidade histórica única”.⁹⁵

É justamente neste ponto que surge a discordância em relação à abordagem da autora, embora, como já se ressaltou, há uma grande proximidade quanto as suas conclusões. Como será discutido com vagar no capítulo seguinte, toda a elaboração discursiva de *Os sertões* está impregnada por uma concepção progressista de tempo e por uma noção moderna de história. A própria autora reconhece isso, afirmando que, “ao reconhecer que os sertanejos estão afastados há três séculos do litoral, Euclides da Cunha evidencia uma visão progressiva da temporalidade, em que o passado se

⁹³ Este ponto será retomado no próximo capítulo.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 31 (itálico meu, à exceção do título do livro).

⁹⁵ *Ibid.*, p. 29 e 35, respectivamente.

diferencia do presente”.⁹⁶ Ora, esse jogo narrativo do tempo, colocando um diante do outro o passado e o presente, não deixa de ser marcado também pela produção de imagens de futuro, algo negado pela autora anteriormente. Afinal, ao recortar o espaço entre litoral e sertão e estabelecer ali uma ruptura de tempo entre presente e passado, não estaria Euclides sugerindo que um seria a projeção futura do outro? O litoral é obviamente o presente do autor, mas também, ao se aceitar a força crítica do livro, ele é o futuro possível do sertão. Afinal, sua desilusão com a república não implica necessariamente em uma descrença quanto ao processo civilizacional. A campanha militar deveria ter levado livros para Canudos, não balas; todo o esforço deveria ter sido para civilizar e não exterminar. Era preciso acelerar o tempo do sertão, trazer aqueles personagens para o “nosso tempo”, fazê-los progredir, ou seja, avançar rumo ao futuro. Em poucas palavras, era fundamental *reorientar* o tempo do sertão, ajustar seus relógios. O corte entre litoral e sertão, além de um hiato no tempo, era também a fronteira entre o civilizado e o bárbaro, o selvagem, enfim, o primitivo. A civilização, sem ser confundida com o litoral ou com a república, é a imagem própria de futuro que está representada em *Os sertões*.

Tudo isso coloca o livro de Euclides como uma obra escrita sob o signo da distância e é precisamente aí que reside a principal distinção entre a escrita de *Os sertões* e aquela de *Casa-grande & senzala*. A diferença primordial entre Euclides e Gilberto não está apenas na ênfase no conflito, para um, ou na harmonia, para o outro; essa é apenas uma de suas feições mais aparentes. Ela se encontra na distinção das formas de organização da experiência de tempo e, por conseguinte, de representação da história que se tornam manifestas no processo de produção dessas duas grandes obras de interpretação histórica da nação.

À sombra de um mestre

Como se sabe, a recepção de *CG&S* foi marcada, entre outras coisas, pela constante referência à obra maior de Euclides da Cunha, como se ela, mais do que as outras, mais do que a de Oliveira Vianna, pudesse servir como parâmetro comparativo para as dimensões abrangentes do livro do sociólogo recifense. Alguns, mais exaltados, defenderam a superação do primeiro pelo segundo; outros colocaram ambos em pé de

⁹⁶ *Ibid.*, p. 30.

igualdade. Difícil balizar com precisão um tal julgamento. É certo, porém, que Freyre reconhecia a força interpretativa de *Os sertões*, mesmo que sobre ele tecesse comentários muitas vezes abusivos sobre o autor e a obra em questão. Não é menos certo, inclusive, que ele constatasse, até mesmo com um pouco de desconforto e mal-estar, a preponderância e o legado de Euclides como intérprete da nação, reconhecendo a complexidade das razões que mantiveram sua influência por longo tempo no ambiente intelectual brasileiro. Como sugeriram Larreta e Giucci, “até o lançamento de *Casa-grande & senzala, Os sertões*, de Euclides da Cunha, era o ensaio mais influente de interpretação do Brasil”.⁹⁷ Mesmo se ele não tivesse sido “o mais influente”, seu impacto certamente ainda se fazia sentir nos momentos de elaboração de *CG&S*.

Tendo em mente todo o esforço pessoal e as estratégias discursivas de que o sábio de Apipucos se valeu para se inserir na cena nacional logo em seguida ao seu retorno do estrangeiro e com as características de um enredo até então inédito nos trópicos, seja pelas escolhas temáticas ou pela heterodoxia no uso da linguagem, não é demais sugerir ou levantar a hipótese de que Freyre via em Euclides um monumento cuja estatura criava um vasto espaço de sombra do qual era deveras difícil para ele conseguir sair. Fica a impressão de que tudo o que fosse escrito teria como contraponto tal monumento, tudo deveria ser mensurado de acordo com tais medidas. Não que isso fosse de tal maneira um jogo aberto, que todo e qualquer escritor fosse por isso forçado a dialogar diretamente com a obra do engenheiro, ou que, por causa dela, todos os outros textos fossem reduzidos à obscuridade. Manoel Bomfim, em seu *América Latina*, escrito no calor da hora, sequer menciona Euclides. Mas no caso de Freyre, sempre preocupado com seu lugar intelectual, é possível e ainda provável que tal sombra o incomodasse, mesmo que isso não resvalasse num tom de inveja ou intriga.

Todavia, dada a ausência de fontes mais seguras, seria forçoso querer desenvolver longamente esse argumento. Ele aqui não tem senão um papel indireto, um lugar discreto no pano de fundo sobre o qual se desenvolve a tese. Mais importante é tentar usar um dos autores para lançar uma luz na obra do outro, como uma maneira legítima de se estabelecer outro princípio de inteligibilidade para ela. O recurso à análise da recepção e da obra de Euclides para estudar o *CG&S* serve aqui por duas razões principais. Em primeiro lugar, *Os sertões* é um livro que parece inaugurar uma forma nova de discurso sobre a nação, obra fronteira entre literatura e ciências sociais.

⁹⁷ LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre uma biografia cultural*, op. cit., p. 468.

Diante do diletantismo que caracterizou certa fração dos literatos na virada do século, o ensaio de interpretação se colocava como viés fundamental de problematização da sociedade. A tradição do ensaísmo histórico que caracteriza as primeiras décadas do século XX, assim, segue por essa via aberta por Euclides, pouco depois percorrida também por Manoel Bomfim. Se ele não é, cronologicamente, seu inaugurador, certamente sua obra caracteriza um momento marcante de tal tradição. A outra razão reside no fato de que o relato sobre o confronto de Canudos, justamente por frisar tão nitidamente a questão da distância (no tempo e no espaço), define uma linha interpretativa que, segundo vieses teóricos distintos, enfatiza a dimensão de ruptura no processo histórico, a separação brusca entre duas temporalidades, entre passado e presente. Tais razões permitem, portanto, tornar mais nítido o lugar de Gilberto no pensamento social brasileiro naquele contexto, bem como explicitar com linhas mais fortes a relação que aparece em seu texto entre representação do passado e ordenamento do tempo. Por isso é válido estudar rapidamente o livro de Euclides para, a partir dele projetar indagações para a obra de Gilberto.

Por agora, fica aqui apenas um adendo tão curioso quanto significativo. Em 1955, uma pesquisa feita entre o público letrado brasileiro escolheu as dez obras mais importantes dentro do mundo das letras nacional. Gilberto Freyre foi escolhido, com *Casa-grande & senzala*, o segundo autor na lista. À sua frente encontrava-se a obra sobre Canudos de Euclides da Cunha.⁹⁸ Quem sabe isso não tenha relação também, tanto com o esforço coletivo, poucos anos depois, para monumentalização do livro de Gilberto, resultando no extenso volume já mencionado (*Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*), quanto para a postura crítica por ele assumida no texto escrito para o primeiro volume das obras completas do “rival”. Quem sabe...

O certo é que mais de quarenta anos passados dessa primeira pesquisa, outra inquirição é realizada entre quinze renomados intelectuais do país, dispostos a escolher os livros fundamentais para se pensar o Brasil. Se vivo, Gilberto ergueria uma vez mais a taça de vice-campeão, embora não lhe fosse possível erguê-la mais alto que a de Euclides, cujo *Os sertões* foi novamente eleito “o” livro do Brasil. Para alguns, tais sondagens não têm qualquer significância relevante, para outros elas apenas aguçariam a vaidade de uns poucos autores ou, pelo menos, serviriam para a manutenção do

⁹⁸ A informação consta em GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodríguez. “*Casa-grande & senzala*. História da recepção”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica, op. cit., p. 936-937. Os autores salientam o fato importante de que, na ocasião, Freyre era o único autor vivo dentre os dez listados.

cânone. É óbvio que tais escolhas servem como índice de momentos intelectuais específicos, sendo representativas de determinados contextos históricos. Mas a constância chama a atenção. Poder-se-ia dizer, por aí, que o século XX foi o século de Euclides, depois do julgamento de Romero, nos primeiros anos do século, até o consenso dos quinze sábios na última década. Já o século XXI se inaugura com o *CG&S* enquanto obra de museu. Freyre, que viveu durante quase todo o século passado, viu, desde sempre, a sombra do mestre se estender pelos terrenos de Apipucos.

IV

SOBRE A DISTÂNCIA EM *OS SERTÕES*: O OLHAR, O TEMPO, A REPRESENTAÇÃO¹

“O viajante filosófico, navegando para os confins da terra, está de fato viajando no tempo; ele está explorando o passado; cada passo que dá é a passagem de uma época.”

Joseph Marie Degérando²

“Que sentido poderia haver, com efeito, em re-figurar o inescrutável?”

Paul Ricoeur³

Um olhar clínico: a observação e a figura do *observador*

Do princípio ao final de *Os sertões*, Euclides da Cunha estabelece sua filiação a uma tradição extensa de representação do real. Em 1901, na nota preliminar que abre o livro, a menção a Hippolyte Taine para definir o “narrador sincero que encara a história como ela merece”, aponta desde o início as pretensões do autor: a sinceridade do relato, o desenho correto dos eventos sem, todavia, fazer perder seu colorido e, por conseguinte, sua própria realidade. Dois anos mais tarde, nas notas acrescentadas à segunda edição do texto, Euclides retorna alguns séculos para abrir seu precedente e fechar por definitivo sua obra. Desta vez Tucídides, narrador fiel das coisas que ele próprio testemunhou, surge nas páginas do livro para informar ao leitor que aquele que ali escreve, embora sem “a mesma visão aquilina” do historiador grego, também assim o

¹ O Rodrigo Turin leu e comentou uma primeira versão do texto, a quem agradeço. Outra versão foi discutida durante um dos encontros do GT de Teoria da História e Historiografia, da Anpuh/RS, realizado em 2007. Expresso minha gratidão as colegas que contribuíram nessa ocasião.

² Citado em FABIAN, Johannes. “Time and the emerging other”. In: *Time and the other. How anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press, 1983, p. 7.

³ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. trad. de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997, p. 458.

faz porque viu e porque presenciou os feitos ora narrados.⁴ Aquele que narra a “epopéia de Canudos”, portanto, se coloca, através da própria narrativa, como aquele que observou para representar veridicamente os eventos relatados.

Personagem múltiplo que percorre sem cessar tanto os confins do sertão como as páginas de *Os sertões*, o “observador-viajante” desempenha na obra uma função essencial para sua compreensão.⁵ Sua existência permite a Euclides trabalhar sobre um duplo fundamento: ele tanto assegura que o autor viu aquilo que relata – sua função na primeira pessoa –, como propicia, ao mesmo tempo, que o próprio ato da visão seja problematizado – quando atribuído à terceira pessoa.⁶ Há um motivo prático para isso: boa parte das descrições feitas por Euclides, sobretudo em relação à primeira parte da obra, foram elaboradas a partir de informações colhidas em outros autores, outros viajantes e, notadamente, nas cartas cartográficas produzidas pelo engenheiro Teodoro Sampaio, seu colega na Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo enviado ao sertão por volta de 1880, que forneceram, não apenas a Euclides, mas

⁴ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 14 e 510. Como é sabido, Taine está presente inclusive na divisão da obra, respeitando as definições de meio, raça e momento que o historiador francês estabeleceu para seu estudo da literatura inglesa, ainda que em *Os sertões* ocorra a inversão dos fatores, sendo o meio preponderante à raça. LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota*, op. cit., p. 99. Leopoldo Bernucci, por sua vez, considera que “seria ingênuo pensar que o narrador sincero tomado de Taine [...] deva ser sempre o porta-voz objetivo d’*Os sertões*”. Bernucci salienta ainda, quanto à divisão da obra, a influência da *Quatrevingt-treize*, de Victor Hugo, cujo primeiro livro da terceira parte, intitulada “*En Vendée*”, subdividindo-se em sete capítulos, contém três cujos títulos são significativos: (I) *Les fôrets*, (II) *Les hommes* e (V) *Leur vie en guerre*. BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos. Prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1995, p. 28. A referência a Tucídides, embora não explícita dessa maneira no livro, pode ser também percebida pela ênfase com que Euclides define o confronto no sertão baiano, como se nenhum dos anteriores se equivalesse à desmedida da guerra em Canudos, justificativa semelhante à dada pelo historiador grego para narrar sua guerra do Peloponeso. TUCÍDIDES, I, I. Utilizo a edição estabelecida por Jacqueline de Romilly e traduzida para o português por Anna Lia Amaral de Almeida Prado. *História da Guerra do Peloponeso*. Livro I. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 3.

⁵ O personagem como tal já se encontrava nos escritos anteriores ao livro, na caderneta de campo e nas reportagens enviadas ao jornal *O Estado de São Paulo*. Ver VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha. Esboço biográfico*. Organização de Mario Cesar Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 156 e ss.

⁶ Essa distinção entre o emprego de uma voz impessoal do viajante que desloca a figura do “eu” no discurso já foi notada em GOMES, Gínia Maria de Oliveira. *A travessia de uma Terra ignota: leitura de Os sertões, de Euclides da Cunha*. Tese de doutorado em Literatura Brasileira. Porto Alegre: UFRGS, 1999, sobretudo, o terceiro capítulo, “Uma narrativa de viagem”, p. 109-161. Todavia, a autora mantém certa ambigüidade nessa perspectiva, pois, em outro momento, justapõe narrador e observador, como na passagem em que afirma que “a viagem tem no olhar atento do narrador a marca distintiva”, p. 132. Leopoldo Bernucci considera que a multiplicidade de vozes no texto euclidiano seria mais uma maneira de compreender a “literariedade” de seu discurso, já que ela seria “atípica do discurso sociológico ou histórico da época”. BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos*, op. cit., p. 22. Como se verá, a proposta deste capítulo é trabalhar a partir da divergência criada por Euclides entre aquele que vê e aquele que escreve, possibilitada pela “invenção” do personagem do observador-viajante. Nesse sentido, pretende-se entender *Os sertões* menos como um relato de viagem, da maneira como ele é compreendido por Gínia Gomes, do que como um relato sobre a viagem. A diferença, espero, ficará evidente no decorrer da argumentação.

ao próprio exército, instrução geográfica sobre a região.⁷ Nesse sentido, a criação de um personagem serve justamente para contornar o fato desse conhecimento indireto utilizado no livro: se o saber resulta de uma observação, o sujeito que o produziu nem sempre coincide com o sujeito que observou. Não obstante, quando em ambiente sertanejo Euclides fez questão de aproveitar o momento da melhor forma possível e dali extrair tudo o que sua observação direta lhe permitia para melhor escrever sobre o lugar. Segundo o depoimento de Alfredo Silva, repórter do jornal carioca *A Notícia*, ainda em Monte Santo o correspondente de *O Estado de São Paulo* observava com precisão a natureza, tal como um viajante-naturalista.⁸

No livro, portanto, nem sempre se estabelece a coincidência direta entre narrador e viajante, pois Euclides joga com ambos de maneira a tentar criar um único e quase impessoal olhar legitimador; uma espécie de “olho de Zeus” que alguns historiadores antigos almejavam.⁹ Se o motivo aparente pode ser o acima ressaltado, o que importa manter, entretanto, são as conseqüências epistemológicas de uma tal escolha, pensar o que ela implica e o que determina para a força interpretativa do livro. Uma vez que é através desta figura eminente do observador-viajante atravessando o relato do narrador que a observação desvela o olhar que a sustenta e a narrativa evidencia os fundamentos que a tornam possível.

Primeira parte, *A terra*, seção primeira, eis sua aparição: “e o observador que seguindo este itinerário deixa as paragens em que se revezam, em contraste belíssimo, a amplitude dos gerais e o fastígio das montanhas, ao atingir aquele ponto estaca surpreendido...”.¹⁰ O narrador relata a observação, sendo o observador, no livro, justamente aquele que se deixa surpreender pela paisagem. Mas é também aquele que sabe ver com um olhar mensurador, treinado segundo os conceitos das ciências naturais; é aquele que, na boa linguagem técnica dos manuais, descreve com minúcia o lugar que

⁷ A informação consta em VENTURA, Roberto. “Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha”. In: BRAIT, Beth (org.). *O sertão e Os sertões*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998, p. 63-76. Em artigo na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Baía*, publicado em 1919, Sampaio escreve as seguintes palavras: “Levou-me [Euclides] algumas notas que eu lhe ofereci sobre as terras do sertão que eu viajara antes dele em 1878. Pediu-me cópia de um meu mapa ainda inédito na parte referente a Canudos e vale superior do Vaza-Barris, trecho do sertão ainda muito desconhecido, e eu lho forneci”. Citado em FREYRE, Gilberto. “A atualidade de Euclides da Cunha”, op. cit.

⁸ A informação consta em VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha. Esboço biográfico*, op. cit., p. 168-169. Sobre a conjunção entre história natural e viagem, ver DROUIN, Jean-Marc. “De Linné à Darwin: les voyageurs naturalistes”. In: SERRES, Michel (sous la direction de). *Éléments d’histoire ds sciences*. Paris: Bordas, 1989, p. 321-335.

⁹ “Ver como Zeus”, ou seja, enxergar com equivalente precisão (à distância, de cima) os dois lados da contenda. Sobre isso, remeto a ZANGARA, Adriana. *Voir l’histoire. Théories anciennes du récit historique. II^e siècle avant J.-C. – II^e siècle après J.-C.* Paris: Vrin/EHESS, 2007, p. 23 e ss.

¹⁰ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 22.

servirá de palco para o drama narrado com minúcias na terceira parte. Mais do que tudo, ele é aquele que sabe ver melhor que seus predecessores. Se, por um lado, a grandeza daquilo que vê permite justificar certos “exageros descritivos – do gongorismo de Rocha Pita às extravagâncias geniais de Buckle”, por outro, permite retificar também outros excessos descritivos, de Esehwege ao “ilustre” Martius.¹¹ Pautado pelo rigor, seu olhar de viajante e de engenheiro,¹² tenta não se deixar levar pelos engodos da paisagem sertaneja. Aquilo que se afigura para olhos quixotescos como ruínas de antigos castelos e suntuosas civilizações, para o olhar geológico do cientista não passam de “assomadas gnáissicas caprichosamente cindidas em planos quase geométricos, à maneira de silhares, que surgem em numerosos pontos, dando, às vezes, a ilusão de encontrar-se, de repente, naqueles ermos vazios, majestosas ruínarias de castelos”.¹³

Sobre a descrição do habitante do sertão, já na parte seguinte da obra, ele adverte para a pluralidade das análises antropológicas. Condena, nesse sentido, o exagero que levou alguns autores à sobredeterminação das capacidades étnicas na formação dos povos. Sem discordar plenamente de uma tal perspectiva, Euclides tenta se distinguir dessa exaltação racial, a qual determinaria, nas suas palavras, à “irrupção de uma meia-ciência difundida num extravagar de fantasias, sobre ousadas, estéreis”. Haveria, portanto, “como que um excesso de subjetivismo no ânimo dos que entre nós, nos últimos tempos, cogitam de cousas tão sérias, com uma volubilidade algo escandalosa, atenta as proporções do assunto. Começam excluindo em grande parte os materiais objetivos oferecidos pelas circunstâncias mesológica e histórica”.¹⁴ Por tais razões, reitera a primazia da observação direta nos procedimentos descritivos dos quais se vale. Para descrever fielmente as características dos “nossos patrícios retardatários”, ele procura evitar “os garbosos neologismos etnológicos” e prega com uma convicção notável: “sejamos simples copistas. Reproduzamos, intactas, todas as impressões,

¹¹ *Ibid.*, p. 18-19 e 26.

¹² “Definidos como os ‘profissionais da observação’, ‘especialistas em olhar competentemente’, os engenheiros substituíam os viajantes europeus em passagem pelos trópicos, sendo capazes de sistematizar um trabalho de observação científica em relatórios que constituíam a base para as reformas necessárias”. ABREU, Regina. *O enigma de Os sertões*, op. cit., p. 88.

¹³ *Ibid.*, p. 27. O engano da paisagem como castelo aparece ainda em outra passagem da terceira parte, *A luta*, p. 226. Segundo Flora Sússekind, analisando o processo de historicização da natureza que se dá coetânea à formação do narrador ficcional no século XIX, “a paisagem natural passa, portanto, por diversas transfigurações históricas possíveis. E por vezes se medievaliza em castelos, torres, abóbadas e águas que se encontram em relação de vassalagem, por vezes se converte numa curiosa duplicata da torre do Tombo, funcionando também como depósito de pergaminhos e itinerários a rigor importantíssimos para o desenrolar das tramas”. SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*, op. cit., p. 201.

¹⁴ *Ibid.*, p. 70.

verdadeiras ou ilusórias, que tivemos quando de repente, acompanhando a celeridade de uma marcha militar, demos de frente, numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singulares, que ali estão – abandonados – há três séculos”.¹⁵ Está tudo ali: o limite quase indistinto para a observação entre verdade e ilusão, o acaso que coloca o observador diante de seu objeto, a insuficiência das palavras (os “garbosos” conceitos) diante da preponderância dos olhos.

Mas, de fato, o sertão se mostra objeto incerto e perigoso para aquele que tenta domesticá-lo pelo olhar, inclusive para o olhar treinado. São constantes, sobretudo na primeira parte da obra que descreve a terra e justamente quando a descrição é pautada em grande parte pelo registro de outros observadores, as menções à surpresa e ao pasmo do viandante em face de semelhante paisagem, como se tudo aquilo que fora lido se encontrasse, de repente, em descompasso com o que os olhos podiam contemplar: “é uma paragem impressionadora” e “ao atingir aquele ponto estaca surpreendido...”.¹⁶ Os três pontos finais, recorrentes em diversos parágrafos do livro, dramatizam ainda mais a cena, permitindo ao leitor o tempo necessário para se aperceber do fato e constatar a própria surpresa relatada. Ela persiste ainda em outras cenas, como na aproximação ao terreno da luta, em que “inesperado quadro esperava o viandante que subia, depois desta travessia em que supõe pisar escombros de terremotos, as ondulações mais próximas de Canudos”.¹⁷ Com isso, tanto o que se vê quanto o ato mesmo da visão e da surpresa assumem relevo particular, já que não basta apenas dirigir o olhar para o objeto, é preciso também ultrapassar este primeiro momento de assombro para que a observação não se perca nos meandros das impressões fabulosas.¹⁸

Entre o inesperado e o impressionante existe uma região nebulosa onde é constante o perigo do erro e da ilusão. O sertão não se deixa apreender facilmente; ele inibe, destoa, ofusca o olhar a ele dirigido: “à luz crua dos dias sertanejos aqueles cerros aspérrimos rebrilham, estonteadoramente – ofuscantes, num irradiar ardentíssimo...”.¹⁹ Mais adiante na obra, o autor explica com detalhes o fenômeno causado pelo sertão: trata-se de uma “moléstia extravagante”, a hemeralopia: “esta falsa cegueira é

¹⁵ *Ibid.*, p. 104 (itálico meu).

¹⁶ *Ibid.*, p. 26 e 22.

¹⁷ *Ibid.*, p. 34.

¹⁸ Em sua tese de doutorado, *Euclides da Cunha: a gênese da forma*, Valentim Facioli escreve: “o que parece ocorrer – bem difícil de dizer – é que há um momento de encontro do fundo irracionalista das ciências – panacéia com a realidade desconhecida e misteriosa; o sujeito fetichizado por essa dupla pressão, projeta-se sobre o objeto. Só pode apreendê-lo sob a forma de delírio, que é, nesse processo seu modo verdadeiro de ser”. Citado em BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos*, op. cit., p. 61.

¹⁹ *Ibid.*, p. 28.

paradoxalmente feita pelas reações da luz; nasce dos dias claros e quentes, dos firmamentos fulgurantes, do vivo ondular dos ares em fogo sobre a terra nua”. Paradoxalmente, o perigo maior para o observador é justamente esta “pletora do olhar”;²⁰ ver em demasia, pelo menos neste espaço distinto que parece inverter e subverter as leis do mundo, é correr o risco da ilusão e da cegueira. A observação requer uma justa medida. Se a vastidão do terreno, imenso desconhecido que as melhores cartas cartográficas apontavam como uma “terra ignota”, causa a vertigem do olhar, o excesso de luz irrita os olhos prejudicando a tarefa. Tudo no sertão é demais: o tamanho, a luminosidade, o atraso, a ignorância (*do sertão e sobre o sertão*). Aquele que se presta a tal empreendimento, desvendar pela ciência e interpretar pelas letras seus segredos, trabalha sempre na fronteira do erro, da civilização e do tempo. “E por mais inexperto que seja o observador – ao deixar as perspectivas majestosas, que se desdobram ao Sul, trocando-as pelos cenários emocionantes daquela natureza torturada, tem a impressão persistente de calcar o fundo recém-sublevado de um mar extinto, tendo ainda estereotipada naquelas camadas rígidas a agitação das ondas e das voragens...”²¹ O sertão como um oceano antigo incita o equívoco, embora Euclides se esforce em comprovar a tese da suposta ancestralidade marítima do deserto sertanejo.

O calor excessivo induz a “fenômenos óticos bizarros”, como o de ver o movimento das vagas em pleno deserto. E também, olhando-se a favela de cima e ao longe, a impressão que se tem é de uma planície desprovida de solo. “O olhar fascinado perturbava-se no desequilíbrio das camadas desigualmente aquecidas, parecendo varar através de um prisma desmedido e intáctil, e não distinguia a base das montanhas [...] a ilusão maravilhosa de um seio de mar, largo, irisado, sobre que caísse, e refrangesse, e ressaltasse a luz esparsa em cintilações ofuscantes...”²² Assim todo em desequilíbrio e excesso, o sertão acaba também por desequilibrar a própria ciência ávida em capturá-lo nas malhas fortes de seu tecido discursivo.²³ “O penoso regime dos estados do Norte

²⁰ *Ibid.*, p. 122.

²¹ *Ibid.*, p. 29.

²² *Ibid.*, p. 39.

²³ Em seu aprofundado estudo sobre a escrita de *Os sertões*, Leopoldo Bernucci defende a tese de que, dadas as dificuldades em se descrever a realidade sertaneja, Euclides se valeu de um intenso esforço mimético tendo por base outros tantos textos importantes, seja romance (José de Alencar), seja escrito jornalístico (Afonso Arinos). Dessa maneira, explica-se o recurso constante à intertextualidade na feitura do livro, o que o empurraria para o espaço da ficcionalidade, pois o referente de seus enunciados seria, antes da natureza sertaneja, outras descrições feitas anteriormente. Nas palavras de Bernucci, “sendo a realidade, muitas vezes, fisicamente inalcançável ou concebida por Euclides como objeto de representação, de certa maneira inapreensível, intraduzível pelo aparato discursivo do autor, sobram a este

está em função de agentes desordenados e fugitivos, sem leis ainda definidas”. O mesmo valendo para seu regime climático, cujo ritmo notável recorda ao autor “o desdobramento de uma lei natural, ainda ignorada”.²⁴ Fora da lei ou das leis determinadas pela acolhida científica, o sertão parece escapar a este tipo de apreensão.²⁵

Ainda: se para a “imaginativa ingênua” do caboclo o lugar se assemelha ao céu, tamanha a ilusão causada pela paisagem, à igual desventura está fadado aquele que não souber observar com precisão e da maneira que o objeto requer. Antes de tudo, a visão demanda tempo, e o desconhecimento do sertão é também uma falha causada pela pressa, pois “nenhum pioneiro da ciência suportou ainda as agruras daquele rincão sertanejo, em prazo suficiente para o definir”.²⁶ Mesmo Euclides, ele próprio o reconhece, não estava nas melhores condições para o empreendimento proposto. Dessa maneira, no livro “o que se segue são vagas conjecturas. Atravessamo-lo [o sertão] no prelúdio de um estio ardente e, vendo-o apenas nessa quadra, vimo-lo sob o pior aspecto. O que escrevemos tem o traço defeituoso dessa impressão isolada, desfavorecida, ademais, por um meio contraposto à serenidade do pensamento, tolhido pelas emoções da guerra. Além disto os dados de um termômetro único e de um aneróide suspeito, misérrimo arsenal científico com que ali lidamos, nem mesmo vagos lineamentos darão de climas que divergem segundo as menores disposições topográficas, criando aspectos díspares entre lugares limítrofes”.²⁷ Sem tempo e desprovido de aparato técnico apropriado, o observador deixa clara a complexidade da sua prática. Em alguns momentos, uma situação inusitada cerca o seu trabalho, permitindo uma análise de improviso, como por exemplo a mensuração da “secura da atmosfera” no ambiente: “não a observamos através do rigorismo de processos

nada mais que os sentidos atribuídos por outros a esta realidade”. BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos*, op. cit., p. 17.

²⁴ *Ibid.*, p. 42 e 40, respectivamente.

²⁵ Importante notar que Euclides, ele próprio, opera uma relativização do determinismo das leis científicas ao sugerir, por exemplo, que as teorias climatológicas gerais devem respeitar as particularidades locais de cada região específica e, sobretudo, a própria história delas: “toda a climatologia, inscrita nos amplos lineamentos das leis cosmológicas gerais, desponta em qualquer parte adicta de preferência às causas naturais mais próximas e particulares”. Ou seja, as leis obedecem também a princípios históricos. *Ibid.*, p. 71.

²⁶ *Ibid.*, p. 35. Neste ponto, vale notar a crítica do botânico José de Campos Novaes sobre a tábula rasa que Euclides fez dos demais cientistas que estiveram nos sertões antes dele, salientando (Novaes) a validade das observações e descrições sobre a flora realizadas por von Martius. NOVAES, José de Campos. “Os sertões”. *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*, 31/1/1903, op. cit., 115 e ss.

²⁷ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 36.

clássicos, mas graças a higrômetros inesperados e bizarros”. No caso, o corpo murcho e seco de um soldado que “descansava” sob o sol poente, morto havia três meses.²⁸

Na sua retórica do olhar, Euclides se vale de procedimento peculiar. A ênfase recorrente nos perigos do objeto e na dificuldade da observação é também uma estratégia discursiva para ressaltar a competência do observador e o valor do trabalho realizado.²⁹ Objeto indócil, o sertão expulsa e violenta o observador-viajante: “a caatinga o afoga; abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o, enlaça-o na trama epinescente e não o atrai; repulsa-o com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lanças”.³⁰ Mas o observador ressurgue, com o corpo marcado e a veste rasgada, já então ocupando para o leitor a figura do herói de civilização, aquele que não se deixa sucumbir pela crueza do objeto primitivo. Se a vegetação o agride, ela também lhe revela sua história, mesmo que à revelia. Enquanto que nas florestas a batalha travada entre as espécies da flora é pela luz solar, ali no sertão, um mundo invertido, o astro é o inimigo a evitar. A prova dessa luta insana que a natureza mantém consigo mesma reside em detalhes quase imperceptíveis: “as plantas mais robustas trazem no aspecto anormalíssimo, impressos, todos os estigmas desta batalha surda”.³¹ A competência do viajante reside, pois, na sua capacidade de interpretar tais vestígios, no saber bem observar a paisagem que, por sua vez, tende sempre a afastar o observador que pretende capturá-la. Quanto mais difícil o olhar, portanto, tanto maior é a qualidade daquele que vê, reconhecida por seus próprios pares.³² As palavras contemporâneas de José Veríssimo são emblemáticas dessa boa acolhida da obra: Euclides é autor “que sabe vê e descrever...”. Além dele, J. dos Santos atesta o mesmo veredicto, pois, no que se refere propriamente à campanha, “a sua descrição é a de quem esteve presente, de quem viu todos os fatos – fatos que ele nos força a ver, com uma intensidade admirável de estilo, um estilo nervoso, colorido, original”. Euclides é, conseqüentemente, “uma

²⁸ *Ibid.*, p. 37-38.

²⁹ Rodrigo Turin desenvolve esta idéia, a da ênfase na dificuldade de uma tarefa como forma de valorizá-la, para a escrita da história no século XIX. Ver TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*, op. cit.

³⁰ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 44. De igual maneira, a caatinga será também um dos grandes inimigos das forças expedicionárias enviadas para debelar e “rebelião monarquista”, p. 203.

³¹ *Ibid.*, p. 45.

³² Gínia Gomes sugere, por outro lado, que a ênfase nas dificuldades da tarefa seria motivada por uma “imaginação cristã” assumida por Euclides. A partir dela, a viagem é encarada como *provação* (o caminho necessário para a redenção). A autora mostra com propriedade como em vários momentos do livro as dificuldades em se observar o sertão vêm sempre acompanhadas de uma visão compensatória, uma espécie de “visão do paraíso”. A surpresa do viandante cederia lugar ao encanto sublime da paisagem. GOMES, Gínia Maria de Oliveira. *A travessia de uma Terra ignota: leitura de Os sertões, de Euclides da Cunha*, op. cit., p. 139 e ss.

testemunha preciosa. Sabe ver e sabe contar”.³³ Passado mais de meio século da publicação do livro, ainda é certificada a competência do observador da história, apesar de algumas críticas em contrário, entre elas a conhecida de Moreira Guimarães, ainda em 1903, para quem “esse belo trabalho é mais produto do poeta e do artista que do observador e do filósofo”.³⁴ Além dele, como confidenciou Gilberto Amado em suas memórias, o general Siqueira de Menezes, participante ativo do conflito baiano e, talvez, tocado pela visão pouco positiva que Euclides construiu sobre o exército brasileiro, reclamava sobre o autor: “tudo mentira! Não passou por lá [...] Não viu nada. Nada daquilo é verdade”.³⁵ Contra isso, Olímpio de Sousa Andrade sugere, já em 1960, que “a probidade de Euclides como historiador de fatos que presenciou, à base de documentos que citou, continua de pé”.³⁶

Todos estes pontos surgem de maneira clara já na primeira parte da obra, onde reside o “núcleo duro” da sua cientificidade, ainda que seja ela proporcionalmente menor que as duas outras partes que compõem o livro.³⁷ O observador que ali emerge traz consigo um olhar mensurador e produz um registro clínico sobre a terra; ele mede seus espaços, atribui-lhe significados, classifica suas formas, analisa sua formação geológica e assim por diante. Por meio de instrumentos conceituais e técnicos que a ciência lhe fornece, alguns sem boas condições de uso (como o aneróide mencionado) e outros cujo uso apresenta contradições (como a abordagem demasiado livre que faz de alguns autores), tal personagem se situa solitário diante de seu objeto, pairando por sobre ele a uma distância razoável que lhe permite uma visão de conjunto, a despeito da enorme dificuldade da tarefa. A observação euclidiana é toda ela marcada por aquilo que Anthony Pagden definiu como “*the objectifying habit*”,³⁸ ou seja, pela idéia de ruptura entre sujeito-observador e objeto-observado; é apenas no estabelecimento e na

³³ SANTOS, J. (Medeiros de Albuquerque). “Crônica literária”. *A Notícia*, 12/12/1902; republicado em FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo do (orgs.). *Juízos críticos. Os sertões e os olhares de sua época*, op. cit., p. 39 e 41.

³⁴ GUIMARÃES, José Maria Moreira. “O livro de Euclides da Cunha”. *Correio da Manhã*, fevereiro e março de 1903; republicado em FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo do (orgs.). *Juízos críticos. Os sertões e os olhares de sua época*, op. cit., p. 87.

³⁵ Citado em LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota*, op. cit., p. 127

³⁶ ANDRADE, Olímpio de Sousa. *História e interpretação de “Os sertões”*. São Paulo: Edart, 1960, p. 287.

³⁷ Leopoldo Bernucci sugere também que, notadamente desenvolvido na primeira parte mas presente ainda de forma intensa nas subseqüentes, o discurso geológico seria a matriz organizadora do corpus discursivo de *Os sertões*. Ver BERNUCCI, Leopoldo M. “Prefácio”. In: CUNHA, Euclides da. *Os sertões. Campanha de Canudos*. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial do Estado; Arquivo do Estado, 2001, p. 13-49.

³⁸ PAGDEN, Anthony. “Eighteenth-century anthropology and the ‘history of mankind’”. In: KELLEY, Donald R. (edited by). *History and the disciplines. The reclassification of knowledge in early modern Europe*. Rochester: The University of Rochester Press, 1997, p. 225.

manutenção constante dessa diferença que um saber positivo sobre o sertão pode ser produzido. Tal é a razão também para a distinção, fundamental para a obra, entre o observador-viajante e o narrador. Sem esta justaposição de personagens, ou pelo menos sem que ela seja constante, ao narrador é possível situar com precisão o lugar ocupado na cena pelo viajante que observa, em alguns casos ele próprio assumindo tal tarefa; sobretudo, ao primeiro é dada a possibilidade de narrar inclusive o ato mesmo da observação, informando ao leitor seus infortúnios e seus sucessos, mas sempre colocando o narrador numa posição de resguardo: não como aquele que viu, mas sim como aquele que soube avaliar as muitas e diversas visões, escolhendo dentre elas as mais condizentes com seu intuito, qual seja, representar verdadeiramente o real.³⁹

Seguindo, entretanto, o percurso do livro, é possível notar uma lenta, porém não definitiva, aproximação entre viajante e narrador (até o fim do livro Euclides joga indefinidamente com a primeira e a terceira pessoa), ao mesmo tempo em que a distância entre observador e observado é reduzida sensivelmente, mesmo que por breves instantes. Da longa duração da terra ao tempo curto da luta ocorre, não uma mutação, mas um deslocamento do olhar, como seria de se esperar em tal redução de escalas.⁴⁰ Contudo, para que isso ocorra é necessária a mediação pela análise sobre o tipo sertanejo, o homem e o tempo médio, segunda parte da obra. Historicizado desde as causas genéticas de sua condição étnica até os motivos econômicos e sociais de sua permanência e de sua situação singular em lugar tão inóspito, o jagunço aparece no livro como ponto de convergência entre natureza e história, entre o olhar distanciado da terra e a visão próxima da luta; é através dele que biologia, geologia e ciências sociais se cruzam formando o esquema interpretativo do livro. É, então, a ele que a interpretação, elaborada segundo os princípios cognitivos da civilização litorânea, é dirigida. E para o engenheiro e futuro professor de lógica Euclides da Cunha, tal civilização forneceu, entre outros, os preceitos lógicos da matemática para perceber tão peculiar figura, o mestiço sertanejo. No caso das misturas entre raças, há um fator primeiro a ser levado em consideração: “como nas somas algébricas, as qualidades dos elementos que se justapõem, não se acrescentam, subtraem-se ou destroem-se segundo os caracteres positivos e negativos em presença. E o mestiço – mulato, mameluco ou cafuz – menos

³⁹ Essa dicotomia e separação entre viajante e narrador foi também notada, embora não desenvolvida, por Roberto Ventura. VENTURA, Roberto. “Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha”, op. cit., p. 66.

⁴⁰ Para uma atenção dirigida à redução da escala de observação na parte destinada à descrição da terra, ver SANTANA, José Carlos Barreto de. “Geologia e metáforas geológicas em *Os sertões*”. In: *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. V (suplemento), 1998, p. 117-132.

que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores”.⁴¹

E se a evolução das espécies, marcada pelo confronto constante entre as raças, leva sempre à culminância da raça superior – “é que são invioláveis as leis do desenvolvimento das espécies”⁴² – essa lógica requer uma revisão pormenorizada. Por uma lado, o mulato acaba por desprezar o elemento negro de sua formação, procurando apagar os vestígios de suas inaptidões inatas; por outro, o mameluco do sul se torna bandeirante, elemento ativo de uma raça forte. Até aqui a lei é obedecida, pois caminha-se evolutivamente rumo à civilização da espécie. O sertanejo, pelo contrário, não segue os mesmos passos desse desenvolvimento e dessa lei já não tão inexorável. Pois aqui, a matemática do papel cede espaço ao exame empírico: “a observação cuidadosa do sertanejo do Norte mostra atenuado esse antagonismo de tendências e uma quase fixidez nos caracteres fisiológicos do tipo emergente”.⁴³ Mais do que evoluir, o homem do sertão cessa o movimento natural da biologia. Mas Euclides, consciente de seu papel, acaba por diluir por um efeito conceitual essa aparente contradição. O caso singular do sertanejo se torna a “contrapova frisante” da validade da lei; o esquema cognitivo da civilização não corre risco de se encontrar contradito pela barbárie do sertão. Na sua leitura ou quiçá equívoco sobre Glumpowicz, de onde extrai *forçosamente*⁴⁴ que a luta de raças é o motor da história, no sertão ela assume forma ímpar. Seguindo o sociólogo austríaco que lhe serve de fonte, ele pôde concluir que “a raça forte não destrói a fraca pelas armas [mas sim] esmaga-a pela civilização”;⁴⁵ mas para os sertanejos “o fator étnico preeminente transmitindo-lhes as tendências civilizadoras não lhes impôs a civilização”.⁴⁶ Desse modo, conceitualmente falando, o jagunço é menos um degenerado que um retrógrado. E como tal, ele requer outras medidas: se a civilização, pelo seu próprio movimento, não sucede impor a lei da sua história, que as armas assim o façam!

Essa inflexão teórica tem na obra um inusitado caráter legitimador, como notou Costa Lima: ela permite não apenas explicar, mas mais precisamente justificar os

⁴¹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 101.

⁴² *Ibid.*, p. 101.

⁴³ *Ibid.*, p. 102.

⁴⁴ Ver LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota*, op. cit., p. 24 e ss, e, do mesmo autor, *Euclides da Cunha. Contrastes e confrontos do Brasil*, op. cit., p. 40 e ss.

⁴⁵ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 102.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 103.

eventos de Canudos.⁴⁷ É evidente que essa perspectiva, embora a amenize, não retira de todo o caráter de denúncia do livro de Euclides, para quem, antes que armas, o litoral deveria levar livros para o sertão; ela possibilita, todavia, situar com maior propriedade os efeitos teóricos de sua escrita. Pois é por meio dela que narrativa (neste caso, como um trabalho a partir de conceitos) e observação parecem caminhar, senão lado a lado, ao menos em uma proximidade maior que aquela notada na primeira parte, onde a observação era também um objeto para a narrativa. O olhar coloca à prova a palavra, mas apenas para confirmá-la com maior acuidade. Observação e conceituação se sustentam de forma recíproca; a primeira assegura a validade da segunda, ao passo que esta garante que aquela não incorre em erro ou ilusão. Algo sensivelmente distinto da primeira parte, onde a palavra parecia definir os modos de visão utilizados e a narrativa é que definia os caminhos da observação; a terminologia técnica, os elementos de quantificação, os modelos de medida, tudo era já dado de antemão pela ciência, bastando ao observador utilizá-los e ao narrador descrevê-los. As dificuldades do olhar, porém, como notadas pelo abandono dos “garbosos neologismos da ciência”, foram aos poucos abalando estas certezas sobre a infalibilidade do discurso. Conforme indicou Leopoldo Bernucci, “o que desnorteia Euclides, que busca uma relação congruente entre o que previamente (pensava que) sabia e o que depois vê, é a impossibilidade de facilmente harmonizar essas duas perspectivas, uma cognitivamente livresca; e a outra do saber da própria experiência ou da testemunha ocular”.⁴⁸ Flora Süssekind chegará à constatação semelhante, embora tratando dos escritos de Euclides sobre a Amazônia. A autora cita passagem em que o engenheiro-viajante descobria, não sem certa frustração, que o Amazonas “real” não equivalia necessariamente àquele descrito, entre outros, por Humboldt. Euclides, sobre isso, escrevera: “todos nós desde mui cedo gizamos um Amazonas ideal, mercê das paginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes

⁴⁷ “A desleitura de Gumpłowicz é pois o esteio inarredável para a interpretação ‘científica’ do país e, involuntariamente, o amenizador da denúncia contra o que se perpetrara em Canudos”. LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota*, op. cit., p. 32. “É verdade que *Os sertões* denuncia o massacre dos prisioneiros, mas a destruição do arraial assumiria um peso menor se, em última análise, seus agentes apenas apressaram o que a História por si se encarregaria de fazer”. LIMA, Luiz Costa. *Euclides da Cunha. Contrastes e confrontos do Brasil*, op. cit., p. 46.

⁴⁸ BERNUCCI, Leopoldo M. “Prefácio”, op. cit., p. 41. Ao tratar da questão da identidade nacional no texto de Euclides, Marçal Paredes sugere que “frente a essa ‘tensão’ entre o ‘visto’ e o que as categorias científicas permitiam ‘explicar’, o autor organiza uma idéia de nação brasileira que expressa a fissura da dualidade da relação identitária”. PAREDES, Marçal de Menezes. *Memória de um ser-tão brasileiro. Tempo, história e memória em Os sertões de Euclides da Cunha*. Curitiba: Juruá Editora, 2002, p. 16. Esse descompasso entre a visão e a narração já havia sido notado por Mário de Andrade, como lembra Luiz Costa Lima. O autor de *Macunaima* escreveu que “Euclides transformou em brilho de frase sonora e imagens chiques o que é cegueira insuportável deste solão”. Citado em LIMA, Luiz Costa. “*Os sertões: história e romance*”. In: *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 376.

que desde Humboldt até hoje contemplaram a *Hyloe* prodijiosa, com um espanto quasi religioso – sucede um caso vulgar de psicologia: ao defrontarmos o Amazonas real, vêmol-o inferior á imagem subjectiva ha longo tempo prefigurada”.⁴⁹ Ocorre para Euclides uma tensão importante entre uma realidade prefigurada pelos registros alheios e aquilo que seus próprios olhos puderam constatar. O problema colocado, dessa maneira, era encontrar o meio válido para re-figurar a realidade observada no âmbito de tal tensão. “É a partir desse confronto entre olhar previamente direcionado, paisagem real e olhar agora desarmado – mas consciente da figuração utópica que o habita – que Euclides constrói o seu relato sobre a Amazônia”.⁵⁰ O mesmo pode ser dito para a escrita de *Os sertões*.

Gínia Maria de Oliveira Gomes, por sua vez, sugere que o descompasso entre o olhar e o conceito teria levado Euclides a abandonar, por sua insuficiência, as teorias científicas de que dispunha para elaborar sua interpretação, privilegiando com isso apenas o âmbito da investigação empírica, isto é, o olhar ou, nas palavras da autora, o “primado da experiência”: “as teses da época são, pois, abandonadas para darem lugar as suas ‘impressões’, verdadeiras ou ilusórias”.⁵¹ Levando ao extremo o mencionado abandono dos conceitos científicos, com isso torna-se possível reafirmar o privilégio da imaginação literária na construção de *Os sertões*. Todavia, contra isso é possível argumentar que a renúncia de certas teorias interpretativas não significa necessariamente, para o caso de Euclides da Cunha em particular, um descrédito do valor da ciência na apreensão da realidade. Apesar de tudo, e contra o gosto de alguns leitores, Euclides manteve ainda o uso dos tais “garbosos neologismos”. O que o autor procura empreender em seu livro é justamente uma espécie de “correção” da perspectiva científica a partir da experiência *in loco*.⁵² Em outras palavras, Euclides parece sugerir que mesmo as “leis da ciência” devem ser empregadas segundo uma perspectiva historicizada, de acordo com o objeto ao qual são destinadas.⁵³ Tal como o viajante

⁴⁹ CUNHA, Euclides. “Terra sem historia (Amazonia)”. In: *Á margem da historia*, op. cit., p. 5.

⁵⁰ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*, op. cit., p. 33.

⁵¹ GOMES, Gínia Maria de Oliveira. *A travessia de uma Terra ignota: leitura de Os sertões, de Euclides da Cunha*, op. cit., p. 65.

⁵² Embora tal correção tenha falhado, no julgamento de Roquette-Pinto, pelo menos uma vez. Segundo o cientista, Euclides permaneceu refém da teoria na sua descrição da população mestiça: ele que viu a destreza e o valor moral do jagunço em pleno combate, preferiu repetir os conceitos sobre a degradação resultante da mestiçagem. “Ora, aquelle pessimismo, injustificavel numa testemunha ocular da tragedia de Canudos, é a repetição dos conceitos errados de Agassiz”. ROQUETTE-PINTO, E. “Euclides da Cunha naturalista”. In: *Seixos rolados (estudos brasileiros)*. Rio de Janeiro, 1927, p. 286.

⁵³ Luiz Costa Lima, nesse sentido, aponta que a ciência defendida por Euclides era menos o simples uso do instrumental teórico do que sua aplicação empírica. Se ele praticava uma espécie de culto à ciência,

moderno que, conquistando paragens desconhecidas, acaba por colocar em suspeita os textos familiares, que não mais dão conta de representar o que se coloca diante dos olhos.⁵⁴ Desde então é necessário re-trabalhar as relações entre visão e linguagem, de maneira que a ciência sobre a qual se assenta o discurso não se encontre subjugada pelas intempéries do campo de observação, mas sobretudo que encontre nele novos elementos de legitimação. E para tanto, a observação passa a definir os passos da narrativa; o que se vê não estando mais determinado *a priori* pelo que foi lido.⁵⁵ Narrador e observador se encontram... apenas para, ao final do percurso, estarem novamente apartados.

Outros olhares: o historiador e as testemunhas

No livro, Euclides traça a linha divisória, ainda que complementar, entre a primeira e a segunda parte, salientando para aquela uma análise geológica e para esta um estudo historiográfico e psicológico: “da mesma forma que o geólogo interpretando a inclinação e a orientação dos estratos truncados de antigas formações esboça o perfil de uma montanha extinta, o historiador só pode avaliar a altitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou”.⁵⁶ O autor se refere explicitamente a Antônio Conselheiro, personagem síntese da sociedade sertaneja e do jagunço, de quem é preciso escavar todos os substratos psicológicos que compõem sua personalidade tão peculiar. A escolha pela história, mais do que uma opção intelectual, aparece como necessidade prática, uma vez que tal estudo, para o objeto proposto, não fora ainda realizado. Assim como a formação das comunidades sertanejas no interior da Bahia “não tiveram um historiador”, sendo que “a extraordinária empresa apenas se retrata, hoje, em raros documentos, escassos demais para traçarem a sua continuidade”,⁵⁷ o mesmo acontece com movimentos sociais da região, onde “as

era, pois, à ciência aplicada. LIMA, Luiz Costa. *Euclides da Cunha. Contrastes e confrontos do Brasil*, op. cit., p. 23. Costa Lima tece sobre isso um juízo rigoroso, indicando a série de abusos conceituais praticados por Euclides: “o verdadeiro nome do aplicacionismo cientificista de Euclides era este: um pragmatismo grosseiro”, p. 49.

⁵⁴ Ver a respeito GRAFTON, Anthony; SHELFORD, April; SIRAI, Nancy. *New Worlds, Ancient Texts: The Power of Tradition and the Shock of Discovery*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

⁵⁵ Para um desenvolvimento das relações entre o *ver* e o *dizer*, isto é, entre a prática da observação e o espaço do discurso na experiência moderna, em particular sobre a experiência médica ocidental, ver FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

⁵⁶ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 132.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 95.

agitações sertanejas, do Maranhão à Bahia, não tiveram [também] um historiador”.⁵⁸ É, pois, no esforço de suprir esta lacuna bibliográfica que o autor procura inserir seu livro, como um escrito de história sobre o sertão. Na terceira parte continua a falar o historiador, na fronteira imprecisa que o aproxima do etnógrafo, misturando no texto o trabalho de pesquisa sobre fontes (jornais, relatórios militares, depoimentos e memórias) com os dados obtidos através de sua observação direta aos acontecimentos e anotados em seu “caderno de campo”.

Para a questão fundamental da qual se ocupa esta análise, o uso que Euclides faz de outros registros, sobretudo registros de olhares, assume uma posição particular. Alguns exemplos servem para demonstrar a maneira pela qual ele pretende legitimar sua apropriação. Nesse sentido, o que conta para a utilização de outros observadores é obviamente a qualidade de seus relatos. Exemplo: comentando, em carta ao rei de Portugal, o desregramento dos colonos e caboclos nos distantes ermos baianos, o padre Nóbrega definiu bem a situação, “pintando com ingênuo realismo a dissociação dos costumes” daquele lugar bem como a incorporação “dos hábitos gentílicos” por parte dos novos habitantes.⁵⁹ Ainda que ingênuo, o “realismo” do jesuíta justifica seu uso na obra em questão. Em outro caso, embora não se trate de um observador direto dos eventos que relata, mas sim de um registro de segunda mão, seu uso é legitimado por se tratar de um “narrador sincero”.⁶⁰ Essa prática definidora da maneira como Euclides administra as provas de seu discurso se multiplica pelo livro de forma notável. Sobre a genealogia de Conselheiro, um Coronel João Brígido dos Santos aparece como “narrador consciencioso”. Ainda sobre a história pessoal do profeta, um Manuel Ximenes, apesar da sisudez de suas *Memórias*, surge como “cronista sincero”. E quanto à fama notória do “doudo” que desafiou a república, a *Folhinha Laemmert* de 1877 traz em suas páginas “dizeres rigorosamente verídicos”.⁶¹ Ao leitor do livro não são informados os critérios de tais escolhas; apenas sabe-se tratar de relatos verossímeis e aceitáveis, ao menos se se acreditar no juízo crítico do autor, como ele assim o quer.

Não é apenas, porém, de palavras alheias de que se vale o escritor de *Os sertões*; vale-se também de outros olhares, daquilo que definiu como “testemunhas de vistas”. E para tanto, no seu uso se faz obrigatória uma separação entre os registros válidos e os outros carregados de desvios e superstições, próprios, por exemplo, da cultura narrativa

⁵⁸ *Ibid.*, p. 127.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 86.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 86. Euclides se refere a Aires de Casal e sua *Corografia Brazilica*.

⁶¹ *Ibid.*, p. 135, 137 e 144 respectivamente.

dos sertanejos (“todas as histórias, ou lendas entretecidas de exageros, segundo o hábito dos narradores do sertão”⁶²). Na reconstituição feita da vida de Conselheiro, Euclides narra uma situação que considera curiosa, quando, preso pelas forças da ordem, ele teria sido “espancado covardemente nas estradas” pela escolta que o acompanhou, sem ter jamais feito qualquer queixa ou denúncia aos oficiais graduados: “quedou na tranqüila indiferença superior de um estóico”. Seu único gesto teria sido solicitar às autoridades que evitassem a vexação da curiosidade popular no dia de seu embarque para o Ceará. Segundo Euclides, “este pormenor curioso *ouvimo-lo a pessoa insuspeita*”.⁶³ Se essa “fonte” não é nomeada mas apenas autorizada como alguém passível de crença, em outra ocasião, discorrendo sobre os atos religiosos de Conselheiro que, em alguns casos com a condescendência dos párocos locais, chamava seus seguidores à reconstrução de igrejas envelhecidas sendo-lhe inclusive permitido realizar batismos, desobrigas, festas e novenas, à “fonte” é concedido seu nome: trata-se do tenente-coronel Durval Vieira de Aguiar, presente à cena relatada e que, por isso, aparece como “*testemunho valioso*” a dar-se crédito. É possível sugerir aqui que não é apenas a presença *in loco* o que define a validade desse tipo de registro; ao apontar sua profissão ou seu lugar social Euclides também acaba por criar um outro vínculo que autoriza esse tipo de relato. Em momento diverso, sobre as condições arquitetônicas de Canudos, a visita do padre “V. F. P., vigário de Itu,” ao arraial aparece como fonte valiosa, por ser “testemunho de um sacerdote”. E, já na terceira parte do livro, quanto à quantidade de jagunços escondidos por detrás de uma barranca oferecendo considerável resistência à expedição, o número de quarenta dado por um “espectador do quadro”, Dr. Albertazzi, parece digno de crença, já que retirado de um “depoimento fidedigno” e, acima de tudo, do médico da expedição, indivíduo cuja profissão reside justamente nas qualidades de bom observador.⁶⁴

Os qualificativos em torno dos documentos e testemunhas utilizadas têm uma função legitimadora na escrita de Euclides da Cunha: eles portam uma certa garantia de veracidade, pois são autorizados pelo autor que os utiliza ao mesmo tempo em que autorizam a própria narrativa a que ele se presta, mesmo que os parâmetros da escolha não sejam plenamente esclarecidos ao leitor. Narradores *conscienciosos*, cronistas *sinceros*, dizeres *verídicos*, testemunhas *contestes*... Sua validade, contudo, não está

⁶² *Ibid.*, p. 140.

⁶³ *Ibid.*, p. 146 (itálico meu).

⁶⁴ *Ibid.*, p. 150, 157, 230 e 233 (nota n. 68).

apenas na definição positiva daquilo que eles são ou representam, mas também na determinação da sua contraparte, pelo negativo, isto é, os registros *não* dignos de fé. Acima de todos, são os sertanejos e os relatos populares os menos passíveis de crença. Sobre a versão existente de que Conselheiro teria assassinado a esposa e a mãe, antes que narrativa sincera ela aparece como “lenda arrepiadora”; é que “a imaginação popular, como se vê, começava a romancear-lhe a vida, com um traço vigoroso de uma originalidade trágica”.⁶⁵ A razão, como o próprio Euclides aponta, parece residir nas perversões que Antônio Conselheiro teria avultado no imaginário do povo. A inverossimilhança neste caso é consequência patológica. No caso da vez em que o pregador de Canudos teria feito verter lágrimas de sangue em uma imagem da virgem santa, Euclides, mesmo situando o relato no âmbito das lendas, acrescenta surpresa: “ouvi o estranho caso a pessoas que se não haviam deixado fanatizar!”. Alguns parágrafos adiante, acresce que “é natural. Espécie de grande homem pelo avesso, Antônio Conselheiro reunia no misticismo doentio todos os erros e superstições que formam o coeficiente de redução da nossa personalidade”.⁶⁶ Contudo, não obstante o seu aspecto lendário, que acaba por deslocar as pretensões de verdade que carregam, os relatos das populações do sertão povoam as páginas do livro, talvez não tanto com um caráter de prova daquilo que dizem, mas certamente como comprovação dos desvios de caráter que seu meio natural e social promove. Mas sobretudo, eles funcionam também para legitimar pelo avesso as narrativas e observações corretas e fidedignas. O recorte social dos registros críveis dos inverossímeis, que é também um recorte geográfico, pode ainda ser percebido por uma omissão importante que revela a escrita de *Os sertões*: o garoto Agostinho, que na caderneta de campo aparecia como fonte importante para Euclides, não encontra lugar referenciado nas páginas do livro. Marco Antonio Villa sugeriu uma razão plausível para a omissão: tal informante contradizia a explicação com base no milenarismo de Canudos e, dessa maneira, ele foi suprimido na escrita da obra.⁶⁷ Mas, além disso, o fato dele estar do “outro lado”, de ser um elemento oriundo do sertão, também pode ser colocado como razão forte para a escolha do escritor.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 145.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 153.

⁶⁷ VILLA, Marco Antonio. “O ‘Diário de uma expedição’ e a construção de *Os sertões*”. In: NASCIMENTO, José Leonardo (org.). *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002, p. 11-39.

Novamente, a magnitude de uma das batalhas travadas na Bahia pôde ser assegurada por testemunhas fiéis. Se um “chefe expedicionário se confessou impotente para descrever a imensa ‘chuva de balas que desciam dos morros e subiam das planícies num sibilo horrível de notas’, que atordoavam”, por outro lado “o comandante da 1ª coluna, afirmou, em ordem do dia, que durante cinco anos, na guerra do Paraguai, jamais presenciara coisa semelhante”.⁶⁸ Além de testemunhos oculares, trata-se efetivamente de indivíduos que, por sua própria experiência, permitem situar com precisão as dimensões do ocorrido: são oficiais graduados e experientes do exército. Não obstante o fato de que mesmo eles, membros das forças republicanas, não tinham conhecimentos exatos sobre o inimigo, sem jamais ter ao menos uma vaga noção de seu número, cuja variação cria um lapso de informação importante: “os jagunços eram duzentos ou eram dous mil. Nunca se lhes soube, ao certo, o número. Na frente dos expedicionários o enigmático da campanha se antolhava mais uma vez, destinando-se a ficar para sempre indecifrável”.⁶⁹ O sertão não se deixa apreender impassível, confunde e dificulta a tarefa da observação e da produção de um conhecimento adequado sobre ele. Exemplo considerável é dado pelos relatos dos soldados. Apesar de pertencerem às forças civilizadoras, a longa presença em terreno inóspito acaba por corromper a validade de tais testemunhos. “Os soldados enfermos, em perene contacto com o povo, que os conversava, tinham-se, ademais, constituído *rudes cronistas* dos acontecimentos e confirmavam-nos mercê da forma imaginosa por que a própria ingenuidade lhes ditava os casos, *verídicos na essência, mas deformados de exageros*, que narravam”.⁷⁰ Cabe notar que Euclides aponta para o fato de que muitos dos soldados que compunham os quadros do exército eram de origem sertaneja. Perigo maior, o sertão perturba a vista e corrompe a verdade.

De tal sorte que o observador da primeira parte se faz novamente presente; aquele mesmo que penou para descrever a terra aparece agora nos perigos e nos engodos da imagem da cidadela tresloucada. “E no primeiro momento, antes que o olhar pudesse acomodar-se àquele montão de casebres, presos em rede inextrincável de becos estreitíssimos e dizendo em parte para a grande praça onde se fronteavam as igrejas, o observador tinha a impressão exata, de topar, inesperadamente, uma cidade vasta”.⁷¹ E tal como o lugar onde foi construída, a favela ilude o observador que de longe a

⁶⁸ *Ibid.*, p. 329.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 340.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 401 (itálico meu).

⁷¹ *Ibid.*, p. 273.

avistava. Finda a luta, quando o olhar próximo se torna enfim possível, tem-se uma noção assustadora de suas medidas: “Canudos tinha naquela ocasião – foram uma a uma contadas depois – cinco mil e duzentas vivendas; e como estas, cobertas de tetos de argila vermelha, mesmo nos pontos em que se erigiam isoladas mal se destacavam, em relevo, no solo, acontecia que as vistas, acomodadas em princípio ao acervo de pardieiros compactos em torno da praça, se iludiam, avolumando-a desproporcionalmente [...] A observação mais afinçada, quando transitório armistício a permitia, não lograva distinguir um vulto único, a sombra fugitiva de um homem; e não se ouvia o rumor mais fugaz”.⁷² Aqui, Euclides traça com todas as cores o perigo mortal da observação: o olhar exato, como a contagem das casas, por exemplo, apenas ocorreu após o fim da luta quando, em certa medida, já não havia mais nada para ser visto. Durante o confronto, olhando por cima da favela, “que o observador, porém, não avultasse demais sobre o parapeito: as balas ressaltando a súbitas, de baixo, revelavam-lhe, de pronto, a população entocada”.⁷³

A passagem acima indica, em poucas linhas, o traço fundamental que caracteriza o observador euclidiano: a distância. Sobre a luta, com a presença efetiva do narrador em campo (pelo menos por cerca de três semanas), ele que agora poderia assumir por completo a justaposição com o viajante que foi ensaiada anteriormente, ainda assim mantém-se a ruptura. Seja pelo perigo das armas seja pelo perigo do erro, fato é que o que se olha está sempre do outro lado, do lado de lá, jamais no mesmo ponto a partir de onde a observação acontece. Prova disso é a utilização quase imperceptível da primeira pessoa no caso do olhar; Euclides a utiliza em ínfimas passagens: além da já mencionada retirada da primeira parte em que ressaltava a dificuldade e a precariedade dos instrumentos, fez uso dela posteriormente, por exemplo, para descrever a personalidade singular de Moreira César (“vimo-lo nessa época”⁷⁴), embora não se tratasse de um momento contemporâneo ao conflito de Canudos. Outro exemplo, de fórmula semelhante e ainda não sobre o confronto, é encontrado na descrição do sertanejo e suas práticas de vaqueiro, notadamente na caçada da rês fugidia (“vimo-lo neste *steep* *chase* bárbaro”⁷⁵). Já sobre o contexto da expedição, uma passagem é significativa da sua presença: salientando que “a luta sertaneja não perdera por completo o traço misterioso, que conservaria até o fim”, em diversas ocasiões os soldados da

⁷² *Ibid.*, p. 440-441.

⁷³ *Ibid.*, p. 442.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 250.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 106.

República eram surpreendidos e “tinham entre as fileiras aguerridas irrefreáveis frêmitos de espanto. *Fui testemunha de um deles*”.⁷⁶ Em outra ocasião, sua presença é notada de maneira tangencial, embora não a partir da forma direta “eu vi”. É quando narra a cena da rendição de um grupo de sertanejos que acabam informando à tropa a morte de Conselheiro; trata-se, no livro, de uma longa citação retirada de seu diário de campo, o qual continha apontamentos “escritos à medida que se desenrolavam os acontecimentos”, ou seja, *in loco*. Em nota acrescenta uma informação importante que reitera todo o livro: “estas notas, esboçadas durante o dia no acampamento e completadas à noite, no alto da Favela – têm o valor da própria incorreção derivada do tumulto em que se traçaram”.⁷⁷

Mesmo os seus olhos, portanto, nas poucas menções que deles são feitas, Euclides coloca numa posição de incerteza; mas esta, menos de uma imperfeição por parte do observador, deriva sobretudo do caráter singular e inesperado dos eventos. A distância que a princípio aparecia como requisito para a boa observância dos acontecimentos, uma vez que estes não obedeciam a nenhuma lógica possível e compreensível, desponta ela também como fator de dificuldade, a qual nem mesmo instrumentos óticos conseguem reduzir. Próximos ao calor dos últimos combates, já no interior do vilarejo, os oficiais observavam de maneira ímpar: “atestadas de curiosos, todas as casinhas adjacentes à comissão de engenharia formavam a platéia enorme para a contemplação do drama. Assestavam-se binóculos em todos os rasgões das paredes. Aplaudia-se. Pateava-se. Estrugiam-se bravos. A cena – real, concreta, iniludível – aparecia-lhes aos olhos como se fora uma ficção estupenda, naquele palco revolto, no resplendor sinistro de uma gambiarra de incêndios”.⁷⁸ No sertão, mesmo a realidade mais “iniludível” vista através de lentes de aumento e de uma visão complementada pela técnica do binóculo traz sempre o risco da ilusão e do fictício.

Esta é a razão da distância sempre ensejada na obra. Mas ela é também ambígua: condição prática para a observação proposta, é ao mesmo tempo a situação que faz o observador perder o equilíbrio. Nas últimas páginas do livro, após o anúncio direto – “fechemos este livro” – Euclides, em duas linhas, resume de forma lapidar todo o empreendimento do observador de *Os sertões*, significativamente valendo-se da primeira pessoa, como que num último ensaio para fazer convergir o que desde sempre

⁷⁶ *Ibid.*, p. 438 (itálico meu).

⁷⁷ *Ibid.*, p. 489 e nota n. 93.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 450-451.

esteve separado, isto é, o narrador e o viajante, a palavra e o olhar. Sua expressão é notável: “vimos como quem vinga uma montanha altíssima. No alto, a par de uma perspectiva maior, a vertigem...”. E esse olhar distante, atordoado pelo incrível e pelo excêntrico da paisagem, é o que coloca em risco a própria palavra. Fecha-se o livro pois não há mais descrição possível para o que os olhos avistam mal e o espírito não compreende, pois “não desafiaria a incredulidade do futuro a narrativa de pormenores em que se amostrassem mulheres precipitando-se nas fogueiras dos próprios lares, abraçadas aos filhos pequeninos?...”.⁷⁹

O tempo do sertão: o antigo, o selvagem, o moderno

A distância do observador representa também uma distância no tempo. As duas menções a autores já referidas, Taine e Tucídides, são significativas para o momento em que Euclides elabora e corrobora seu livro maior: um, historiador do século XIX; outro, o modelo clássico a partir do qual a historiografia desse período estabelece seus princípios. Do moderno ao antigo, entre o antigo e o moderno, a obra descortina os contornos de um selvagem: o sertão e o sertanejo. Categoria cognitiva importante do pensamento moderno, o selvagem aparece no horizonte intelectual do ocidente como aquele que desloca as condições do conhecimento, até então pautado, entre outras coisas, pelo confronto e pelo paralelo entre antigos e modernos. Nos dizeres de François Hartog, “depois das primeiras narrativas da Descoberta, apenas o face-à-face de Antigos e Modernos não é mais suficiente. A questão se coloca, desde então, à três: os Antigos, os Modernos e os Selvagens”.⁸⁰ O Novo Mundo é sobretudo, pelo julgamento de Montaigne, leitor dos antigos, um mundo outro. E se para Lafitau os costumes dos selvagens servem também para melhor compreender os costumes dos “primeiros tempos”, para Fontenelle há uma equivalência entre as fábulas gregas e as americanas.⁸¹ Esse inesperado terceiro elemento acaba também por arruinar todo o jogo de simetrias

⁷⁹ *Ibid.*, p. 497. Cabe notar a ironia do termo utilizado para cena tão trágica: um “pormenor”...

⁸⁰ HARTOG, François. “Anciens, modernes, sauvages”. In: *Anciens, modernes, sauvages*. Paris: Galaade Éditions, 2005, p. 34.

⁸¹ Em 1724 Lafitau publica *Moeurs des sauvages américains comparées aux mœurs des premiers temps*, sobre os habitantes da América do Norte. No mesmo ano Fontenelle publica *Origine des fables*. Ver DUCHET, Michèle. “De l’histoire morale à la description des mœurs: Lafitau”. In: *Le partage des savoirs. Discours historique, discours ethnologique*. Paris: Éditions La Découverte, 1985. Ver ainda, DUCHET, Michèle. “Aspects de l’anthropologie des lumières”. In: *Essais d’anthropologie: espace, langues, histoire*. Paris: PUF, 2005, p. 215-250.

que definia o paralelo,⁸² a partir de então, sustentado por uma concepção singular e coletiva de história, o saber passa a se desenrolar sob a égide da comparação. Se o paralelo, pela sua própria metáfora geométrica (duas retas que não se encontram em ponto algum), pressupunha planos distintos para se estabelecer a relação e, nesse sentido, histórias particulares e plurais ainda que sob o mesmo sistema de referências, a comparação pressupõe um plano comum onde se estabelece uma ordem de tempo e um conceito diferenciado de história.⁸³ Pois estabelecer o paralelo é deixar de lado a distância temporal; significa colocar, frente a frente, embora em campos distintos, dois elementos seja para a imitação seja para o confronto.⁸⁴

Por sua vez, o ato de comparar passa a ser regulado pelo espaço da sucessão, próprio à moderna concepção de história: em última instância, compara-se justamente *porque* a distância no tempo existe como condição fundamental para a comparação.⁸⁵ No fundo, o que ela permite realizar é colocar, num mesmo ambiente discursivo regulado por uma concepção de temporalidade específica, um antes e um depois, o ainda não civilizado e o já civilizado, e dessa maneira definir com maior precisão o que é a civilização, além de fornecer os princípios básicos para a tarefa política e moral de

⁸² O paralelo assume feições múltiplas para a episteme clássica. Não seria demais, portanto, pensá-lo nos termos da analogia e das similitudes que Michel Foucault definiu para o pensamento renascentista. Ver FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. trad. de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 33-60.

⁸³ Nesse sentido, seguindo considerações de Michèle Duchet e a definição dos termos de François Hartog, Lafitau, em sua comparação, mantém certos pressupostos do paralelo, pois ele ainda não insere seu texto numa concepção diacrônica e evolutiva de história, mas sim numa “História como reflexão sobre a história, como lugar geométrico de todas as histórias singulares das nações, consideradas como um único e mesmo universo moral”. DUCHET, Michèle. “Les sociétés dites ‘sans histoire’ dans l’histoire”. In: *Essais d’anthropologie: espace, langues, histoire*, op. cit., p. 306. Ou seja, na sua crítica ao ateísmo e na sua defesa do princípio religioso subjacente a todos os costumes, sejam eles dos selvagens, sejam dos antigos dos primeiros tempos (que não são o equivalente da antiguidade clássica), a comparação de Lafitau desconsideraria o pressuposto básico que a distinguiria do paralelo: a diferença *de* tempo e a diferença *no* tempo. Ela estaria num campo que hoje seria definido pela etnografia e não pela história. Ver ainda HARTOG, François. “Du parallèle à la comparaison”. In: *Anciens, modernes, sauvages*, op. cit., p. 216-219. Ainda sobre a comparação em Lafitau, embora sem situá-la em relação ao paralelo, ver CERTEAU, Michel de. “Histoire et anthropologie chez Lafitau”. In: BLANCKAERT, Claude (textes rassemblés et présentés par). *Naissance de l’ethnologie?* Paris: Les Éditions du Cerf, 1985, p. 72 e ss. Certeau considera o comparar como uma técnica de produção discursiva que, em Lafitau, gera as possibilidades da escrita e da sua própria legitimação: “ele [o texto] não é autorizado pelas fontes [pièces] que cita [...] Ele não é autorizado senão por ele mesmo enquanto ‘língua’ própria ou *système de rapports*. Entre a comparação e a escrita, há continuidade. Uma fabrica a outra”, p. 73-74.

⁸⁴ Francesco Petrarca e Charles Perrault, ainda que em contextos distintos, ilustram bem tais posições: para o primeiro, tratava-se de imitar os antigos, sobretudo de Roma, numa demonstração clara de descrédito em relação ao passado imediato, dito “idade das trevas”, incluindo aí, em partes, seu próprio presente. Ver MOMMSEN, Theodor E. “Petrarch’s conception of the ‘Dark Ages’”. In: *Speculum. A Journal of Mediaeval Studies*. Vol. XVII, 1942, p. 226-242; para o segundo, o presente nada devia aos antigos, sendo a submissão a eles motivo para uma querela intelectual. Ver FUMAROLI, Marc. “Les abeilles et les araignées”. In: *La querelle des anciens et des modernes*. Paris: Gallimard, 2001, p. 7-220.

⁸⁵ Sobre a concepção moderna de tempo e história, ver KOSELLECK, Reinhart. “Le concept de l’histoire”. In: *L’expérience de l’histoire*. Paris: Gallimard, Le Seuil, 1997, p. 15-99.

civilizar.⁸⁶ Conseqüência capital desse desenvolvimento que passa pelos começos da etnografia no século XVIII, os antigos perdem sua posição privilegiada: “entre os Selvagens e o olho do observador, não deve haver mais nada. Não há mais nada além deles e nós, os Modernos, sem os Antigos”.⁸⁷ Evidentemente, isso significa menos um apagamento da categoria “antigo” do horizonte intelectual da modernidade, do que uma reorganização dos seus espaços de saber. Desde então, para dizer o que é o moderno, faz-se antes um uso do selvagem: “*observar* os selvagens é assim uma maneira de ser moderno, com o objetivo de melhor contar como nós nos tornamos modernos”.⁸⁸ E colocado assim numa ordem de tempo em que ocupa a posição de anterioridade, o selvagem é então considerado um *primitivo*.

Para um observador do sertanejo, a viagem ao sertão faz também parte da longa jornada das descobertas modernas, iniciada com os aventureiros do século XV em terras desconhecidas e culminando com os etnógrafos cinco séculos mais tarde em tribos isoladas próximas de seu desaparecimento. Em relação ao litoral, ele emerge como uma espécie de Novo Mundo, sem ser, no entanto, jamais um mundo *novo*.⁸⁹ Porém, nesse tipo de experiência as mesmas questões se fazem ainda presentes: “para os viajantes, como passar dos textos que eles praticaram aos fatos, dos livros dos Antigos à observação daquilo que não foi ainda descrito? Como ver o que não foi jamais visto, e de que maneira fazê-lo ver pelos leitores?”⁹⁰ Questão fundamental para Euclides: de

⁸⁶ Mesmo se o antes e o depois são recortados pela fronteira que separa a história da não-história (ou da pré-história), fronteira essa que definirá também uma partilha entre história e etnografia, ainda assim ambos são inseridos em um mesmo conjunto discursivo que, no fundo, tem a função primordial de definir os contornos de uma razão particular. Nas palavras de Duchet, “de onde segue que o processo discursivo *lui-même* implicava um projeto mais vasto: eliminar da história tudo que não podia se constituir como objeto histórico, e, na pureza [*pureté*] da narrativa, oferecer a história como uma certeza da razão”. DUCHET, Michèle. “Les sociétés dites ‘sans histoire’ dans l’histoire”. In: *Essais d’anthropologie : espace, langues, histoire*, op. cit., p. 308.

⁸⁷ HARTOG, François. “Du parallèle à la comparaison”, op. cit., p. 216.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 216. Blanckaert segue raciocínio semelhante ao tratar dos princípios da etnografia, sugerindo que “o projeto da antropologia se ordena a uma identificação. Domesticar o tempo linear equivale a subsumir a alteridade muda sob as aparências do mesmo, na forma de um simples retorno dialético”. BLANCKAERT, Claude. “Unité et altérité. La parole confisquée”. In: BLANCKAERT, Claude (textes rassemblés et présentés par). *Naissance de l’ethnologie?*, op. cit., p. 21.

⁸⁹ Hartog notou a importância da América como projeção de futuro em autores do século XIX, sendo Chateaubriand e Tocqueville seus exemplos: “o Novo Mundo dos descobridores tornou-se um mundo novo”. HARTOG, François. *Régimes d’historicité*, op. cit., p. 111.

⁹⁰ HARTOG, François. “Anciens, modernes, sauvages”, op. cit., p. 35. Anthony Pagden trata de questão convergente em seu estudo sobre as formas de interpretação do mundo americano por autores europeus dos séculos XVI e XVII, demonstrando todas as suas dificuldades para tornar familiar e representável um ambiente estranho e até então inesperado. Segundo Pagden, “o observador europeu na América, entretanto, não estava equipado com um vocabulário descritivo adequado para a sua tarefa e estava perturbado por uma incerteza sobre como usar suas ferramentas conceituais em terreno não-familiar”. PAGDEN, Anthony. *The fall of natural man. The American Indian and the origins of comparative ethnology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, particularmente o capítulo I, “The problem of

que maneira descrever o sertão e com que instrumentos intelectuais escrever sobre o jagunço? Que princípios intelectuais lhe permitiriam compreender tal e tamanha alteridade? Em poucas palavras, qual linguagem possível para dar conta de terra e gente tão ignotas?⁹¹ É certo que a ciência lhe propiciou ferramentas precisas. Como indica Costa Lima, “dentro de uma visada cientificista, a situação de desconhecido é tão-só a etapa prévia e vencível do conhecido. Dentro dela, não há lugar para a *terra ignota*”.⁹² Mas o caminho escolhido desviou-se em partes do puro cientificismo. A maneira pela qual ele lidou com tais problemas passa através de um concepção particular de tempo; sobretudo, ela passa por um *uso* especial da temporalidade. Nesse assunto, duas são as estratégias conceituais mais importantes em *Os sertões*: a primeira, o jogo entre o selvagem e o moderno (ou, nos termos do livro, entre a “barbárie” e a “civilização”), transitando, em alguns casos, pela imagem do antigo; a segunda, a figura emblemática da inversão ou, nas palavras de Leopoldo Bernucci, a “dinâmica da dupla valia”.⁹³ Em ambos os casos, o objetivo é sempre o mesmo: tratar da alteridade, reduzi-la e domesticá-la pelo discurso, mas mantendo-a permanentemente como tal, como um outro à distância.

Ainda que não explicitamente nomeados como tais, o litoral e o sertão ocupam no livro uma posição comparável àquela em que se desenrola o jogo *moderno-selvagem*, com sua variante mais visível *civilização-barbárie*.⁹⁴ Mas trata-se, enfim, de um jogo *no tempo*, resultando daí algumas poucas mas significativas alusões ao mundo antigo.⁹⁵ Talvez a mais famosa no livro seja a designação de Canudos como uma “Tróia de

recognition”, p. 10-14. Ver ainda GRAFTON, Anthony; SHELFORD, April; SIRAI, Nancy. *New Worlds, Ancient Texts: The Power of Tradition and the Shock of Discovery*, op. cit.

⁹¹ Roberto Ventura inicia um de seus artigos sobre o livro de maneira similar: “como narrar fatos tão violentos que ultrapassam a capacidade humana de imaginar e de representar? De que maneira expressar eventos, cujo caráter inumano ultrapassa os limites da linguagem?”. VENTURA, Roberto. “Euclides da Cunha dans la vallée de la mort”. In: ROLLAND, Denis; SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos (coord). *Le Brésil face à son passé: le guerre de Canudos. Euclides da Cunha, l’écriture et la fabrique de l’histoire*. Paris: L’Harmattan, 2005, p. 39. Para Leopoldo Bernucci, “nesse homem que sempre racionalizava o mundo, querer entender o absurdo e o ilógico com os quais teria que conviver, era definitivamente um enorme desafio”. BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos*, op. cit., p. 60.

⁹² LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota*, op. cit., p. 151.

⁹³ BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos*, op. cit., p. 20.

⁹⁴ Embora seja possível traçar de uma forma mais detalhada diferenças entre termos como primitivo, bárbaro e selvagem, para os objetivos deste capítulo e em virtude mesmo da imprecisão com que eles aparecem em *Os sertões*, elas serão aqui negligenciadas. Sobre o assunto, ver KUPER, Adam. “Barbarian, sauvage, primitive”. In: *The reinvention of primitive society. Transformations of a myth*. London: Routledge, 2005, p. 20-36.

⁹⁵ Em outros casos, os antigos emergem na fronteira entre o maravilhoso e o conhecido: “essa reunião do fantástico e do familiar resultavam na crença que o novo poderia sempre ser satisfatoriamente descrito através de alguma simples e direta analogia com o antigo”. PAGDEN, Anthony. *The fall of natural man. The American Indian and the origins of comparative ethnology*, op. cit., p. 11.

taipa”, ou seja, um lugar a ser invadido como condição última para a vitória na luta e, inclusive, com direito à escrita de uma moderna epopéia.⁹⁶ Fato curioso tal referência, uma vez que na história de vida de Antônio Conselheiro narrada no livro o episódio do seqüestro da esposa tem por vítima o próprio Conselheiro, evento este que, senão originou por si só o conflito, contribuiu, segundo o autor, para o desencadeamento de toda a “patologia” do líder sertanejo, sendo esta sim uma das causas diretas da guerra apontada por Euclides. Mas a referência é significativa pela idéia que carrega de cópia do antigo, sobretudo uma cópia imperfeita: é Tróia, mas de barro. Roberto Ventura salientou, em texto inacabado, o apeço de Euclides por elementos da cultura grega, ele que certa vez definiu-se como misto de tapuia, celta e grego, definição ainda hoje lembrada pela negligência do elemento negro. Antes dele (de Ventura), Olímpio de Sousa Andrade já havia indicado o papel importante que o contato com a Grécia clássica teve para a elaboração estilística da escrita euclidiana, afirmando inclusive que o recurso aos antigos era também “a tentativa de libertação da tirania dos acontecimentos com a ajuda decisiva da imaginação”.⁹⁷ No texto, porém, há ainda espaço para Roma. Alguns “toscos muramentos de pedra seca” encontrados pelo caminho do viajante, “lembram monumentos de uma sociedade obscura. Patrimônio

⁹⁶ “Citadela sitiada por um exército de coalisão, Canudos não tem nem belos palácios, nem riquezas, nem mesmo, aparentemente, a proteção dos deuses; tampouco ela será beneficiada pela piedade do vencedor, tal como a de Aquiles em relação a Príamo...”. MARQUES Jr., Milton. “La terre vive: pour une étude stylistique d’Euclides da Cunha”. In: ROLLAND, Denis; SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos (coord). *Le Brésil face à son passé: le guerre de Canudos. Euclides da Cunha, l’écriture et la fabrique de l’histoire*, op. cit., 140. Rodrigo Turin me alertou para o fato de que a metáfora não é exclusividade de Euclides, uma vez que Nina Rodrigues também a utilizou para se referir ao contexto de Palmares, também definindo o quilombo a partir de uma matriz troiana. Nina Rodrigues publicou, em 1912, no tomo 75 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, texto intitulado *A Tróia negra (erros e lacunas da história de Palmares)*.

⁹⁷ ANDRADE, Olímpio de Sousa. *História e interpretação de “Os sertões”*, op. cit., p. 67. VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha. Esboço biográfico*, op. cit. Em outro texto, Ventura estabelece a relação entre a escrita de *Os sertões* e as tragédias antigas (Eurípedes) e modernas (Shakespeare). VENTURA, Roberto. “Euclides da Cunha dans la vallée de la mort”, op. cit., p. 52 e ss. Afrânio Coutinho, em um livro de caráter didático e sistemático, classifica a obra, dentro da grande forma narrativa, como de gênero épico. COUTINHO, Afrânio. *As formas da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Bloch: Oficina Literária Afrânio Coutinho, 1984, p. 182 e ss. Este juízo retoma sua posição no artigo reunido à obra completa de Euclides, onde ele filia *Os sertões* a uma tradição literária que remonta à *Iliada*. Por outro lado, Nicolau Sevcenko se afasta de tal perspectiva sendo taxativo ao afirmar que Euclides “extremou-se desde cedo em abdicar de toda ficção que envolvesse a imaginação de enredos literários tradicionais”. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*, op. cit., p. 131. Sobre o apeço dos literatos da virada do século aos elementos da cultura greco-clássica, ver também BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956, p. 101-107, onde ele sugere, não despropositadamente, que “essa mania da Grécia, como também da latinidade que de há muito prevalecia entre nós, era um meio, por vezes inconsciente, de muitos intelectuais brasileiros reagirem contra a increpação de mestiçagem, escamoteando as verdadeiras origens raciais, num país em que o cativo estigmatizara a contribuição do sangue negro”. O fato de Euclides não incluir em seu sangue traços negros parece corroborar este juízo.

comum dos que por ali se agitam nas aberturas do clima feroz, vêm, em geral, de remoto passado”. Mas o obscuro se torna compreensível quando inserido em ambiente familiar: tais muramentos são, acima de tudo, “imperfeita cópia das barragens romanas remanescentes na Tunísia”.⁹⁸ Também as habitações dos jagunços são imitações precárias das antigas moradas romanas; mais do que isso, são “paródia grosseira” das casas de Roma. E também elas “lembravam as choupanas dos gauleses de César”. Mas talvez não há comparação que possa dar conta desse selvagem, pois são, quando muito, antigos incompletos e mal acabados. O esforço cognitivo requer um paralelo mais eficaz, com um tempo ainda mais anterior e primitivo: elas, as moradas, “traíam a fase transitória entre a caverna primitiva e a casa. Se as edificações em suas modalidades evolutivas objetivam a personalidade humana, o casebre de teto de argila dos jagunços equiparado ao *wigwam* dos peles-vermelhas sugeria paralelo deplorável [...] mais do que a miséria do homem, a decrepitude da raça”.⁹⁹ O recuo indefinido no tempo, vagando entre Grécia, Roma e tribos norte-americanas, se mostra necessário tal a singularidade do objeto.

Ou seja, Euclides mesmo, embora a utilize em momentos importantes do livro, parece reconhecer a fragilidade da comparação entre selvagem e antigo, pois este, ainda que em estágio anterior e em alguns casos primitivo, faz parte, com o moderno, de uma mesma temporalidade; o selvagem, por sua vez, é o que está fora do tempo, traíndo a própria ordem evolutiva que segue da caverna à casa. Seu lugar, portanto, é apenas junto com outros selvagens, mesmo que seja “deplorável” o paralelo. De uma maneira diferente, o paralelo é também usado para referência aos grupos expedicionários tombando na desventura da luta, os quais, “baqueando todos, valentemente – entre vivas retumbantes à República – haviam dado à refrega um traço singular de heroicidade antiga, revivendo o desprendimento doentio dos místicos lidadores da média idade. O paralelo é perfeito”. Mas nesse caso, o heroísmo cavalheiresco medieval, antes que glória, remete a uma reversão do tempo. Tudo bem explicado pelo autor, em seu descontentamento com a história republicana: “há nas sociedades retrocessos atávicos notáveis; e entre nós os dias revoltos da República tinham imprimido, sobretudo na mocidade militar, um lirismo patriótico que lhe desequilibrara todo o estado emocional, desvairando-a e arrebatando-a em idealizações de iluminados. A luta pela República, e contra os seus imaginários inimigos, era uma cruzada”. Para um homem de ciência e um

⁹⁸ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 25.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 159.

estrategista militar que deveria ver a campanha com uma frieza matemática, difícil entender tal fervor de misticismo e um tal patriotismo alucinado; mais fácil colocá-lo do outro lado, do não-civilizado. E eis que os “modernos templários” da República nacional transmutam-se nos próprios selvagens inimigos: morriam pela pátria “com o mesmo entusiasmo delirante, com a mesma dedicação incoercível e com a mesma aberração fanática, com que os jagunços bradavam pelo Bom Jesus misericordioso e milagreiro...”¹⁰⁰

Diante do civilizado, portanto, o jagunço encontra lugar, sobretudo, como um selvagem, um bárbaro e primitivo, mesmo que em algumas ocasiões lhe seja concedida a estatura de um herói e, “antes de tudo, um forte”. A inexatidão e a ambigüidade são a única maneira de inseri-lo na narrativa, a única figura que pode assumir no discurso. Paradoxalmente, todavia, essa aproximação entre objeto e discurso é utilizada apenas para fins de distanciamento, pois, como sugere Anthony Pagden, termos como bárbaro, selvagem, primitivo têm a função primordial de separar os espaços: aquele do qual faz parte o observador daquele do qual participa o observado.¹⁰¹ Mas o discurso também deve explicar tal inserção e Euclides recorre ao tradicional campo político para tanto. A barbárie do arraial reside, entre outras coisas, na sua organização política: “Canudos estereotipava o *facies* dúbio dos primeiros agrupamentos bárbaros [um *clã*] em que as leis eram o arbítrio do chefe e a justiça as suas decisões irrevogáveis”. Sua organização sócio-econômica contribui igualmente para a definição. Bárbaros também porque desprovidos de qualquer apego material: “nada queriam desta vida. Por isto a propriedade tornou-se-lhes uma forma exagerada do coletivismo tribal dos beduínos: apropriação pessoal apenas de objetos móveis e das casa, comunidade absoluta da terra, das pastagens, dos rebanhos e dos escassos produtos das culturas, cujos donos recebiam exígua quota parte, revertendo o resto para a *companhia*”.¹⁰² A última passagem

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 380-381.

¹⁰¹ PAGDEN, Anthony. *The fall of natural man. The American Indian and the origins of comparative ethnology*, op. cit., p. 15

¹⁰² CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 163. Pagden ressalta ainda que para alguns dos autores por ele estudados, a definição de *bárbaro* para os povos ameríndios residia, entre outras coisas, na sua incapacidade de se reunir em agrupamentos sociais desenvolvidos, ou seja, na sua inaptidão em construir cidades. O exemplo citado é o de Giovanni Botero, cuja obra *Origini urbium*, de 1665, menciona os indígenas brasileiros. O historiador ressalta ainda a hierarquia dos materiais das habitações que serviam como índice de civilização: do barro à pedra, passando pelo uso da madeira. PAGDEN, Anthony. *The fall of natural man. The American Indian and the origins of comparative ethnology*, op. cit., p. 71 e ss. Para Euclides, Canudos era não só uma “*urbs monstruosa*” ou uma “*civitas sinistra do erro*”, era também uma “*cidade selvagem*” feita toda ela de barro: uma forma pré-civilizada de organização coletiva. Rodrigo Turin, por sua vez, indica sobre o discurso etnográfico no IHGB a distinção que separava o “selvagem” do “civilizado” como pautada, inclusive, por uma ética do trabalho e da propriedade, sendo os indígenas

evidencia com clareza a dificuldade que Euclides tem para compreender a cultura sertaneja, pois se há posse comunal da terra, como poderia um “dono” receber “exígua parte”? Da mesma maneira, uma das explicações que ele pôde encontrar para a resistência inacreditável dos sertanejos diante das investidas do exército era justamente o contrário do que a passagem parece sustentar: a defesa do lar, o que sugere um apêgo material e certo sedentarismo por parte dos habitantes de Canudos, descritos como “beduínos que nada queriam desta vida”. O autor não sucede, e talvez nem mesmo deseje, desvencilhar-se de seus próprios parâmetros de compreensão para entender seu objeto; este deve, mesmo que à revelia e com profundas distorções, caber por inteiro naqueles.

De difícil classificação e de quase impossível descrição, beirando entre a origem dos tempos e o lado de fora de toda temporalidade – entre a comparação e o paralelo –, o sertão torna-se compreensível por meio de referências familiares. Canudos como “Tróia de taipa” e o sertanejo um “Hércules-Quasímodo” (antigo-moderno¹⁰³); a natureza como “Anteu indomável” protegendo o jagunço: o mundo ignorado encontra amparo em textos conhecidos.¹⁰⁴ “A estratégia é clara: por toques (*touches*) sucessivos se opera a ‘domesticação’ dos Selvagens, que se inscrevem em uma rede de referências cômodas e suficientemente bem conhecidas”.¹⁰⁵ Por isso a referência passa também pela história moderna, ao fazer menção a “nossa Vendéia”, mesmo que seja para contradizê-la no próprio texto.¹⁰⁶ A consequência disso reside, sobretudo, na subjugação do outro pelo discurso como forma de legitimar o próprio discurso: “esta redução iterativa do desconhecido ao conhecido, que traz a estranheza do selvagem à familiaridade de uma cultura humanista, unifica o discurso histórico mas ao preço de uma desqualificação das

brasileiros desprovidos de tal ética e, portanto, como selvagens. A relação trabalho-tempo ainda os colocava como marcados por “uma não-consciência de passado e futuro”. TURIN, Rodrigo. “A “obscura história” indígena. O discurso etnográfico no IHGB (1840-1870)”, op. cit., p. 93 e ss.

¹⁰³ “Os gregos e Victor Hugo parecem aqui se juntar para acentuar a grandiloquência de *Os sertões*”. MARQUES Jr., Milton. “La terre vive : pour une étude stylistique d’Euclides da Cunha”, op. cit., 140.

¹⁰⁴ Mesmo que às vezes o autor caia em contradição ou, pelo menos, numa ambivalência de uso: o sertanejo, um forte, equiparado a Hércules e a natureza protegendo-o como Anteu. Ora, na mitologia que compreende os dois personagens, ambos são colocados em lados opostos: Anteu era o poderoso adversário cuja força se originava de seu contato com a terra, derrotado por Hércules quando este o levanta do solo mantendo-o suspenso até que suas forças se esvaíssem.

¹⁰⁵ HARTOG, François. “Anciens, modernes, sauvages”, op. cit., p. 37.

¹⁰⁶ Como se sabe, no livro Euclides retoma suas idéias iniciais, expostas no primeiro artigo escrito sobre Canudos, colocando-as em nova perspectiva. “E Canudos era a Vendéia...”. CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 175 (itálico meu). Edgar de Decca mostra como o pensamento sobre a Vendéia, a partir da leitura de *Quatre-vingt treize* de Victor Hugo, estava presente em Euclides antes mesmo de tomar conhecimento de Canudos. DE DECCA, Edgar Salvadori. “*Os sertões* e sua cena original”. In: AGUIAR, Flávio ; CHIAPPINI, Ligia (orgs.). *Civilização e exclusão. Visões do Brasil em Érico Veríssimo, Euclides da Cunha, Claude Lévi-Strauss e Darcy Ribeiro*. São Paulo: Boi Tempo, 2001, p. 137-162.

reivindicações autóctones”.¹⁰⁷ Mas não só isso, pois há de fundo um procedimento ainda mais complexo, já que desloca essa diferença de lugares (o sertão e o litoral) como uma variação na ordem da duração (o antes e o depois): “procedendo assim contribui-se insensivelmente a construir a idéia importante e nova de que pode haver aí uma analogia entre o distanciamento no espaço e este no tempo”.¹⁰⁸ Nas palavras de Roberto Ventura, “Sertão é, para Euclides, tudo aquilo que está fora da escrita da história e do espaço da civilização: terra de ninguém, lugar da inversão dos valores, da barbárie e da incultura”.¹⁰⁹ Talvez o lapso de tempo criado seja uma forma de Euclides superar a proximidade empírica que o aproximava de seu objeto, proximidade que poderia colocar a obra em suspeita diante dos leitores brasileiros aos quais ela se destinava.¹¹⁰ Eis que, então, a mesma distância que levou Euclides do litoral baiano até as paragens longínquas de Belo Monte é transposta como separação entre presente e passado, entre o moderno e o selvagem, entre cultura e natureza, enfim, entre a história e a sua negação (ou a pré-história).¹¹¹ Levará ainda algum tempo, mais ou menos meio século, para que um antropólogo, refutando de vez o evolucionismo, estabeleça a inversão dos componentes do problema. Não se tratará mais de seguir da distância no espaço como diferença no tempo; o jogo será invertido: tratar-se-á de perceber que as sociedades não se acumulam numa linearidade de sucessão cronológica, mas sim se justapõem na expansão de espaços distintos mas contemporâneos.¹¹²

Por fim, o jogo antigo, moderno e selvagem encontra no livro uma função pedagógica importante, quando a história se mostra como ensinamento a ser apreendido.

¹⁰⁷ A referência aqui é a prática missionária no Novo Mundo durante os séculos XVI e XVIII. BLANCKAERT, Claude. “Unité et altérité. La parole confisquée”. In: BLANCKAERT, Claude (textes rassemblés et présentés par). *Naissance de l’ethnologie?*, op. cit., p. 18.

¹⁰⁸ HARTOG, François. “Anciens, modernes, sauvages”, op. cit., p. 38. Algo que leitores de Lafitau no século XVIII já suspeitavam. Ver PAGDEN, Anthony. “Eighteenth-century anthropology and the ‘history of mankind’”, op. cit., p. 228.

¹⁰⁹ VENTURA, Roberto. “Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha”, op. cit., p. 65.

¹¹⁰ Hugo Hruby, estudando a prática historiográfica do IHGB na virada do século, salienta a manutenção pelos sócios da recusa de uma história contemporânea ou do tempo presente, recusa que já estava presente no momento mesmo de fundação do Instituto. HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: PUC/RS, 2007, p. 84-141 (deixo meu agradecimento ao autor pelo envio de cópia do texto).

¹¹¹ Em dado momento, Euclides justapõe passado natural e passado social para definir os jagunços como “simios amotinados”. E caracterizando um dos combatentes conselheristas, Pajeú, assim o descreve: “era o tipo completo do lutador primitivo – ingênuo, feroz e destemeroso – simples e mau, brutal e infantil, valente por instinto, herói sem o saber – um belo caso de retroatividade atávica, forma retardatária de troglodita sanhudo apurando-se ali com o mesmo arrojo com que, nas velhas idades, vibrava o machado de sílex à porta das cavernas...”. E, ainda, chega a definir os eventos de Canudos como “um drama sanguinolento da Idade das cavernas”. CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit, p. 238, 236-237 e 464.

¹¹² Ver LÉVI-STRAUSS, Claude. *Race et histoire*. Paris: Unesco, 1952.

Pois, se o aspecto desértico do sertão, com sua conseqüência mais funesta que é a seca, encontra entre os homens e seu mal uso da terra um dos seus componentes causadores (pelo desmatamento e pelas queimadas), o processo pode também ser revertido, “corrigindo o passado. E a tarefa não é insuperável. Di-lo uma comparação histórica”. O exemplo vem dos romanos que, nas planícies elevadas da Tunísia, “à ourela do Saara”, dominaram a natureza com uma série de barragens que represavam a água, irrigando o solo e tornando cultivável campos outrora incultos.¹¹³ Em outro momento significativo, retorna à comparação com a Vendéia, “malgrado os defeitos do confronto”, e as sucessivas derrotas das forças revolucionárias no “lendário recanto da Bretanha”. Dali era preciso tirar uma lição contra a arrogância militar. “Não se olhou, porém, para o ensinamento histórico”, e as sucessivas expedições brasileiras recorriam no erro crasso de subestimar os revoltosos em seu próprio terreno de luta.

A história ensina, de fato, e os erros do presente só podem ser resolvidos pela atenção avisada ao passado. Canudos, como um “afloramento originalíssimo do passado”, oferecia exemplos preciosos que patenteavam “as falhas da nossa evolução [e] era um belo ensejo para estudarmo-las, corrigirmo-las ou anularmo-nas”. Entretanto, “não entendemos a lição eloqüente”.¹¹⁴ Euclides, desiludido com seu tempo, explica com clareza e de forma lapidar a situação, na mesma passagem citada na introdução deste estudo. “Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respigando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daquele rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. *Porque não no-los separa um mar, separam-no-lo três séculos...*”¹¹⁵ Não é demasiado sugerir que Tucídides o inspira não apenas como observador fidedigno, mas também pelo escopo de seu trabalho: que *Os sertões* seja, enfim, uma aquisição para sempre, não tanto para se aprender com os equívocos do passado, mas sobretudo para que, em

¹¹³ *Ibid.*, p. 59-61.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 301.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 174-175 (itálico meu).

possíveis outros Canudos, ele seja lido como lição. Afinal, como é dito desde a nota preliminar, o livro foi escrito “ante o olhar de futuros historiadores”... cabe, pois, à posteridade o julgamento de seu valor.

O sertão no tempo: inversão e distância

Apesar de tudo, das ambigüidades, por exemplo, entre comparação e paralelo, Euclides da Cunha situa seu trabalho na perspectiva moderna de história. Já na nota preliminar salienta de forma incisiva sobre a luta acontecida no sertão baiano: “aquela campanha lembra um refluxo para o passado”. Travada por forças díspares, entre o litoral e o sertão, entre a civilização e o selvagem, o prejuízo tende a pesar para o lado deste. Produto da mistura degenerativa das raças, degenerados, no fundo, menos por razões genéticas que sociais, aos sertanejos coube o lugar do descompasso, da lacuna: “faltou-lhes [...] uma situação de parada ou equilíbrio, que lhes não permite mais a *velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século*”. O veredicto é lapidar e severo: “retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo”.¹¹⁶ Assim, não tão degenerados como *retrógrados*. Todo um vocabulário bastante significativo, denotando uma compreensão singular de tempo e história. Se a luta se assemelha a um retorno ao passado, a condição presente do jagunço o empurra para um porvir sombrio: sua extinção, ou seja, a ausência mesmo do futuro. Enquanto “retardatários”, são incapazes de acompanhar a “velocidade da marcha” civilizatória; habitam um outro tempo, residem em outro regime de historicidade.¹¹⁷

O atraso é a característica que salta aos olhos do leitor de *Os sertões*. Exemplos singulares de atavismo, o jagunço e o sertão estão localizados em um tempo diferente. Um tempo anterior, é bem verdade, mas também fora da história. Para a perspectiva positivista do autor,¹¹⁸ o sertanejo está ainda na primeira fase evolutiva: incapaz de

¹¹⁶ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 13 e 14 (itálico meu).

¹¹⁷ A expressão já evidente remete à noção de François Hartog elaborada para “fornecer um instrumento para comparar os tipos de história diferentes, mas também e sobretudo [...] para iluminar os modos de relação com o tempo: formas de experiência do tempo, aqui e lá, ontem e hoje”. HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003, p. 19-20. Sobre a temporalidade moderna iniciada a partir do setecentos, Reinhardt Koselleck sugere que “a aceleração do tempo, antes uma categoria escatológica, torna-se, no século XVIII, uma tarefa do planejamento temporal, antes ainda que a técnica assegurasse à aceleração um campo de experiência que lhe fosse totalmente adequado”. KOSELLECK, Reinhardt. “O futuro passado dos tempos modernos”. In: *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*, op. cit., p. 37.

¹¹⁸ Um dos estudiosos de sua “vida-e-obra” salienta os limites da influência do positivismo na formação de Euclides, mais voltada para os princípios da ciência que da religião. “Na verdade, êle era e não era

assumir uma atitude política republicana, era-o também quanto à forma monárquico-constitucional: “é espontaneamente adversário de ambas. Está na fase evolutiva em que só é conceptível o império de um chefe sacerdotal ou guerreiro”.¹¹⁹ Ou seja, a ida de Euclides para o interior da Bahia representa igualmente um retorno anacrônico. O autor é enfático: “insistamos sobre esta verdade: a guerra de Canudos foi um refluxo em nossa história. Tivemos, inopinadamente, ressurrecta e em armas em nossa frente, uma sociedade velha, uma sociedade morta, galvanizada por um doudo”.¹²⁰ Uma sociedade de retardatários, atrasados em cerca de três séculos. A insistência é enfatizada ainda em outro momento do livro: “realizava-se um recuo prodigioso no tempo; um resvalar estonteador por alguns séculos abaixo”.¹²¹ Para trás e para baixo, o movimento espacial do tempo em *Os sertões* não deixa dúvidas: trata-se sempre de um deslocamento contrário ao movimento fluente da história e que empurra constantemente para fora de *nossa* temporalidade. “É um exemplo bellissimo da identidade dos estados evolutivos entre os povos. O retrógrado do sertão reproduz o *facies* dos míticos do passado. Considerando-o, sente-se o efeito maravilhoso de uma perspectiva através dos séculos... Está fora do nosso tempo”.¹²²

O descompasso em que se encontra o sertão, perdido no passado, sugere também uma perspectiva particular de futuro.¹²³ Na cosmovisão do jagunço, na sua “romaria miraculosa para os céus”, o porvir não se localizava ainda nesta vida e neste mundo; desprovidos de “instituições garantidoras de um destino na terra”, “nada queriam desta vida”: uns bárbaros, pois, sem anseios materiais.¹²⁴ Numa situação excepcional, tal sociedade, estando *ainda* em um passado distante e aguardando um futuro que *ainda* viria, encontrava-se, para Euclides, parada no tempo: “imóvel o tempo sobre a rústica sociedade sertaneja, despeada do movimento geral da evolução humana, ela respira

positivista”. Uma passagem citada de Euclides elucida bem a questão e o uso que faz da filosofia positivista: “do grandioso sistema do maior filósofo d’este século, aceitamos unicamente a classificação científica, indispensável ao nosso tirocínio acadêmico”. Ver ANDRADE, Olímpio de Sousa. *História e interpretação de “Os sertões”*, op. cit., p. 29 e ss; e, para a citação, p. 57.

¹¹⁹ Luiz Costa Lima reconhece nessa passagem ecos de Nina Rodrigues, quando este publicou seu artigo “A loucura epidêmica de Canudos”, em 1897. COSTA LIMA, Luiz. “Nos Sertões da oculta *mimesis*”. In: *O controle do imaginário. Razão e imaginário no Ocidente*, op. cit., p. 226.

¹²⁰ *Ibid.*, p. 174. Sobre esta passagem, respondendo a críticas feitas a sua obra, Euclides assinala nas notas à segunda edição o caráter singular da afirmação: o espaço específico e o recorte de tempo particular – Canudos, em 1897. *Ibid.*, p. 507.

¹²¹ *Ibid.*, p. 468.

¹²² *Ibid.*, p. 147-148.

¹²³ É importante notar que, pelo menos uma vez no livro, a desilusão republicana que abateu a geração de Euclides o fez também pensar no sentido deslocado da proclamação da república na sociedade brasileira, onde fica evidente a “inaptabilidade do povo à legislação superior do sistema político recém-inaugurado”. *Ibid.*, p. 245.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 163.

ainda na mesma atmosfera moral dos iluminados que encaçavam, doudos, o Miguelinho ou o Bandarra”. Neste fervor místico de sebastianismo, ao jagunço marcava a “indiferença fatalista pelo futuro”, resultando daí um apego vertiginoso pelo passado: “o culto dos mortos é impressionador”. E assim, *fora* do tempo, posto que em uma temporalidade imóvel, para o sertanejo “a terra é o exílio insuportável, o morto um bem-aventurado sempre”.¹²⁵

A imagem da imobilidade preenche diversas páginas do livro. Caminhando pelo sertão, a paisagem incute a impressão de inércia, pois “o viajante mais rápido tem a sensação da imobilidade”.¹²⁶ Talvez a percepção mais absurda da estagnação seja a figura dos soldados mortos durante a expedição, os corpos falecidos jazendo sob o sol excessivo do sertão: “não se decompunham. A atmosfera ressequida e ardente conservava-lhes os corpos. Murchavam apenas, refegando a pele, e permaneciam longo tempo à margem dos caminhos – múmias aterradoras revestidas de fardas andrajosas...”. Fascinante prodígio dessa terra implacável, fazer evitar o próprio movimento natural do tempo e da decomposição da matéria: desprovida de umidade, apenas imobilizava os corpos, tornados murchos e ressecados; “realiza, em alta escala, o fato fisiológico de uma existência virtual, imperceptível e surda”.¹²⁷ Um tempo imóvel, a bem dizer, mas um tempo também invertido. As construções de Canudos, aquelas cópias mal acabadas dos antigos, apontavam a inversão: construídas de maneira incrivelmente rápida, febrilmente por uma “multidão de loucos”, talvez fosse uma rapidez nefasta, pois fazia saltar do começo direto para o fim ou, o que é mais preciso, situar no começo o próprio fim. “A *urbs* monstruosa, de barro, definia bem a *civitas* sinistra do erro. O povoado novo surgia, dentro de algumas semanas, já feito ruínas. Nascia velho”.¹²⁸ Inversão da ordem lógica do mundo: o rebento prematuro desde sempre avelhentado!

Fora do tempo, invertendo o movimento esperado da história, o lugar se mostrava como a figura próxima da exterioridade – o *lado de lá*: “Canudos tinha muito

¹²⁵ *Ibid.*, p. 126-127. Para Euclides, a diferença que opõe o sertão ao litoral, como duas sociedades “de todo alheias uma à outra”, marca não apenas uma ruptura no interior da unidade nacional, mas também assinala um importante obstáculo para o tempo da nação, desequilibrando o ritmo de seu “desenvolvimento evolutivo”. A impressão por ele transmitida é a de exílio, narrando o choque dos expedicionários em lugar estranho, onde “sentiam-se fora do Brasil”: “a separação social completa dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria”. *Ibid.*, p. 422-423. Sobre a idéia de exílio em Euclides da Cunha, ver ROCHA, João Cezar de Castro. “O Brasil era terra do exílio”: Euclides da Cunha e o paraíso perdido”. In: *O exílio do homem cordial*, op. cit., p. 143-168.

¹²⁶ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 25. Note-se a dualidade construída: o viajante (civilizado) num movimento *acelerado*, mas em lugar (primitivo) *estático*.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 392-393.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 65.

apropriadamente, em roda, uma cercadura de montanhas. Era um parêntese; era um hiato; era um vácuo. Não existia. Transposto aquele cordão de serras, ninguém mais pecava”.¹²⁹ Afinal, em espaço desprovido de existência, inexistentes eram também os pecados. É, pois, essa não-existência o que parece colocar em risco a estabilidade das figuras sólidas do discurso. Como já visto, o sertão desconcerta pela sua diferença abissal. Todo ele é atravessado pela idéia de desequilíbrio e de excesso, obstáculos impertinentes para o observador. Desequilíbrio da terra, com um clima excessivo e inversões inesperadas de ventos, alternando secas devastadoras e chuvas torrenciais; desequilíbrio do homem, pairando entre a resistência surpreendente ao meio e as recaídas fanáticas em sua psicologia coletiva;¹³⁰ desequilíbrio da luta, marcada pela desmesura do horror. Instabilidade que assume a função primordial no livro de instaurar e sempre manter viva a diferença e a distância. Euclides recorta muito bem os dois espaço, o *do aqui* e o *de lá*. A aventura dos expedicionários era um atravessar de fronteiras: “está-se no ponto de tangência de duas sociedades, de todo alheias uma à outra”. Era uma “transição violenta [...] discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional”. Uma terra estranha que é o lugar próprio do exílio: “sentiam-se fora do Brasil”.¹³¹ Um lugar que desconcerta: a imagem cruel da criança que vestia grotescamente um quepe muito maior que sua cabeça, provocando risos dos soldados; um riso engolido à seco quando retirado o quepe: “a boca era uma chaga aberta de lado a lado por um tiro!”¹³²

Assim, para dar conta de tamanha diferença e produzir um saber eficaz sobre o sertão, Euclides opera segundo o jogo antagônico da inversão. Inversão do tempo, da natureza, do homem. Um exemplo já citado apontava uma natureza invertida: na floresta as plantas lutam pelo sol, no sertão contra ele. Toda a menção ao atavismo sertanejo, seu caráter retrógrado, indica um movimento curioso em tal ambiente, ou seja, uma “evolução regressiva”.¹³³ Quanto a Antônio Conselheiro, ainda que humano, era um “grande homem pelo avesso” e o jagunço o resultado de um “anacronismo étnico”.¹³⁴ Note-se bem que o autor assim o faz justamente porque é o sertão que inverte

¹²⁹ *Ibid.*, p. 464.

¹³⁰ Importante frisar aqui a imagem que Euclides constrói de Moreira César também como um caso patológico de desequilíbrio. *Ibid.*, p. 251-253.

¹³¹ *Ibid.*, p. 422.

¹³² *Ibid.*, p. 424.

¹³³ *Ibid.*, p. 57.

¹³⁴ *Ibid.*, p. 153 e 300.

as coisas; ou seja, a inversão e a ironia que porventura a acompanha é menos uma figura do discurso do que uma realidade tangível e representável. O caso mais significativo é o dos diversos efeitos provocados pelo lugar nos soldados para lá enviados. Neste ponto aparece deslocada a própria dimensão da diferença: o soldado é tornado semelhante ao seu próprio inimigo. “Eram um batalhão de jagunços. Entre as forças regulares de um e outro matiz, imprimiam o traço original da velha bravura a um tempo romanesca e bruta, selvagem e heróica, cavaleira e despiedada, dos primeiros mestiços, batedores de bandeiras”.¹³⁵ Euclides explica a situação, ressaltando a origem sertaneja em comum dos membros de ambos os lados da luta, alguns dos soldados da república tendo, inclusive, crescido escutando as lendas sobre Conselheiro. Mas ele faz também saltar aos olhos as conseqüências da ida a paragens longínquas e terras ignotas. Todas as frustrações sofridas pelas forças regulares eram um lapso de estratégia, coisa que está muito bem clareada no livro; mas eram também o efeito perverso de um meio caracterizado pela desordem e pelo desequilíbrio, tornando sua interpretação coerente com a perspectiva taineana assumida desde o início. Assim, os soldados “seguiam sem que entre eles se rastreassem breves laivos sequer de organização militar. Tendo, na maior parte, por adaptação copiado os hábitos do sertanejo, nem os distinguia o uniforme desbotado e em tiras. E calçando alpercatas duras; vestindo camisas de algodão; sem bonés ou barretinas, cobertos de chapéus de couro, figuravam famílias de *retirantes* demandando em atropelo o litoral, fustigados pela seca”.¹³⁶ O perigo de Canudos, sua diferença absoluta, está justamente no risco de tornar a civilização selvagem e o litoral deserto; o sertão virando mar, o mar virando sertão, como nos ditos da trova popular.

É neste recurso também que reside toda a força crítica e a denúncia de seu livro. “Havia ali uma inversão de papéis. Os homens aparelhados pelos recursos bélicos da indústria moderna, é que eram materialmente fortes e brutais, jogando pela boca dos canhões toneladas de aço em cima dos rebeldes que lhes antepunham a esgrima magistral de inextrincáveis ardis”.¹³⁷ Da mesma maneira, inverte-se a ordem de vencidos e vencedores: “os vencidos restituíam daquele modo as balas, estadeando

¹³⁵ *Ibid.*, p. 315. Sobre a transformação dos soldados em jagunços, Ventura recorda trecho significativo de Euclides: “quase que se vai tornando indispensável a criação de um verbo para caracterizar o fenômeno. O verbo ‘ajagunçar-se’, por exemplo”. Citado em VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha. Esboço biográfico*, op. cit., p. 165.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 393.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 353.

provocações ferozes, aos vitoriosos tontos, que não lhes replicavam”.¹³⁸ Para Euclides é inadmissível um tal retrocesso por parte da sociedade modernizada, pois se o tempo lhe incutiu suspeitas em relação ao regime republicano, nada jamais abalou sua fé nos progressos da ciência e da civilização.¹³⁹ Prova o fato de ter se valido de todo o aparato científico para estabelecer o seu discurso e proferir sua lição. O caso porém era claramente de ordem narrativa, pois se “olhava-se para a História através de uma ocular invertida”, o discurso igualmente deveria respeitar o jogo da inversão.

E é assim que se desenrola em *Os sertões* a construção cognitiva da diferença e da distância. Pares opostos e oxímoros que estabelecem o recorte entre *ali* e *aqui*, a civilização e a barbárie, o moderno e o selvagem, o adiantado e o retrógrado..., mas também entre o litoral e o sertão, o sul e o norte, o gaúcho e o vaqueiro, o bandeirante e o sertanejo. E dessa mesma maneira o autor consegue fixar seu ponto de permanência, de identidade *contra* a alteridade. Sobre o outro, “a história é *ali* mais teatral, porém

¹³⁸ *Ibid.*, p. 350.

¹³⁹ A idéia *positiva* de civilização em Euclides traz uma conotação antes de desenvolvimento moral e intelectual que de avanços meramente técnicos, daí sua defesa do “mestre-educação”. Dessa maneira, a perspectiva aqui assumida se encontra, em partes, próxima das colocações de Gláucia Villas Bôas, segundo as quais Euclides não tomaria “claramente partido do progresso”, condenando os “crimes da civilização moderna”. Ora, toda a concepção de tempo histórico que embasa a obra bem como a ênfase do escritor em apontar que *estamos condenados à civilização*, numa espécie de tudo ou nada, é bastante clara para sustentar seu apelo à civilização como forma de progresso social. O que deve ser matizado, evidentemente, são as conseqüências negativas do progresso e da civilização, mas não ambos *tout court*. Como afirma a socióloga: “o engenheiro, militar e escritor está a favor da civilização moderna ainda que lamente seus crimes”. A minha posição, por sua vez, se distingue da de Berthold Zilly, para quem, se Euclides se vale do “recurso literário”, “é porque desconfia da historiografia, como desconfia da ciência, sem confiar exclusivamente na ficção”. Posição convergente com a de Massaud Moisés, que sugere que Euclides “recusou-se a produzir obra de ciência”. Não obstante, para a defesa da sua posição de cientista, Euclides escreveu uma carta a José Veríssimo sobre a crítica que este fizera da excessiva linguagem técnica do livro. Para o escritor-engenheiro, apesar do valor do juízo, pelo menos neste ponto discordava da posição do crítico: tal terminologia, inserida no “consórcio da ciência e da arte”, era propícia à análise proposta. Além disso, cabe notar a postura de Euclides em 1906, no momento de sua posse na Brasileira de Letras, denotando um certo desconforto para um homem de ciência ao proferir um discurso em ambiente literário, tal como Buffon em 1753 ao discursar na *Académie Française* no dia de sua recepção (ainda que as situações para ambas as nomeações sejam distintas: se Buffon foi chamado às pressas, sem todo o ritual corriqueiro, para substituir o membro eleito cuja candidatura havia sido recusada pelo rei, Euclides empunhou sua candidatura, demonstrando o anseio em participar de tal agremiação). Nesta ocasião, significativamente, Euclides estabelece a partilha entre o poeta, “soberano no pequeno reino onde entroniza a sua fantasia”, e o “nós” ao qual ele se insere: praticantes de um conhecimento positivo. Nesse sentido, portanto, Euclides de modo algum apresentou alguma desconfiança em relação à ciência, tampouco recusou tal posição, devendo seu fervor lírico ser explicado por outras razões distinta daquelas apresentadas por Zilly. CUNHA, Euclides. “Discurso de Euclides da Cunha”. In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Ano II, n. 3, 1911, p. 429-450. Ver BÔAS, Gláucia Vilas. “Iluminista e romântico: o tempo passado em *Os sertões* de Euclides da Cunha”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol. V (suplemento), 1998, p. 149-161; ZILLY, Berthold. “A encenação da história em *Os sertões* de Euclides da Cunha”. In: AGUIAR, Flávio; CHIAPPINI, Ligia (orgs.). *Civilização e exclusão. Visões do Brasil em Érico Veríssimo, Euclides da Cunha, Claude Lévi-Strauss e Darcy Ribeiro*, op. cit., p. 185; MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira. Realismo*. Vol. III. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1985, p. 263. Sobre suas críticas ao arrivismo e ao instrumentalismo das mudanças sociais na virada do século, ver SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*, op. cit.

menos eloqüente”. Sobre o mesmo, “*aqui*, a aclimatação mais pronta, em meio menos adverso, emprestou, cedo, mais vigor aos forasteiros”.¹⁴⁰ A lição tirada dos eventos também é bastante clara: deveria visar “trazer para o *nosso* tempo e incorporar à *nostra* existência aqueles rudes compatriotas retardatários”.¹⁴¹ E, enfim, um lapso do autor, sempre defendendo a incorporação dos patricios atrasados e encontrando neles a rocha viva na nacionalidade, mas também operando com um recorte explícito: os mortos da campanha, todos tombando sobre o mesmo solo pátrio, se distinguiam entre os de cá e os de lá, entre “as *nostras* baixas” e as deles, dos outros.¹⁴² A construção da distância no espaço como uma distância no tempo é um procedimento intelectual necessário para tal empresa, uma vez que, “na apreciação dos fatos o tempo substitui o espaço para a focalização das imagens: o historiador precisa de certo afastamento dos quadros que contempla”.¹⁴³

E tal afastamento permite ao autor, além de tudo, escrever sobre tais eventos, narrar os episódios de horror e denunciar o fracasso e a covardia da missão civilizadora. Pois estando num tempo outro ou mesmo fora do tempo, a brutalidade ali encontrou seu abrigo propício, apresentando-se com a mão pesada na força da degola. E o que em Euclides assumia ares de indesculpável brutalidade, para um Araripe Júnior era o efeito compreensível da batalha em deserto sinistro: “não há que filosofar. Tudo é relativo. Desde que o sertão se apossara das forças civilizadas, e sobre elas operara pela influência do deserto, não devemos estranhar que esse mesmo sertão, antes de restituí-las ao litoral, as fizesse primeiro passar por esse corredor equívoco e escuro da inconsciência do gorila”.¹⁴⁴ Afinal, como explica (e lamenta) Euclides, para os carrascos “não havia temer-se o juízo tremendo do futuro”, já que o tempo ali obedecia à outra prerrogativa: “a História não iria até ali”.¹⁴⁵ Mas a escrita dela, a escrita da história, alcançou chegar em tal lugar, mesmo que à custa da própria identidade que o livro visava encontrar e mesmo fundar (ou, igualmente, que a fortuna crítica lhe atribuiu tal função¹⁴⁶). *Os sertões* é todo ele atravessado pela alteridade, sem conseguir jamais se

¹⁴⁰ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 80 (itálico meu).

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 425 (itálico meu).

¹⁴² *Ibid.*, p. 487 (itálico meu).

¹⁴³ *Ibid.*, p. 253.

¹⁴⁴ ARARIPE JR, Tristão de Alencar. “Os sertões”. *Jornal do Comércio*, março de 1903, op. cit., p. 83.

¹⁴⁵ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 465-466. Afrânio Peixoto é autor que sempre afirmou que o sucesso literário do livro acabou por ocultar o tom de denúncia que ele carregava. Euclides estava, pois, com a razão: a história não iria até ali...

¹⁴⁶ Extremamente ciente do papel desempenhado pela fortuna crítica sobre este ponto, Luiz Costa Lima considera *Os sertões* como “livro fundador de nossa identidade”. LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota*, op. cit., p. x.

desvencilhar da figura do duplo que o acompanha: outro lugar, outra gente, outro tempo. Exemplo derradeiro e trágico, próprio da proeza de uma mão que sabe como poucas manipular um acervo de palavras em uma escrita feita justamente durante o ardor da luta, a distância e a diferença são impressas no curto espaço de uma única e mesma feição: a imagem da prisioneira que trazia aos braços uma menina, “neta, bisneta, tataraneta talvez”, difícil dizer sobre alguém fora do tempo. No rosto da criança, os dois lados da história: “a sua face esquerda fora arrancada, havia tempos, por um estilhaço de granada; de sorte que os ossos dos maxilares se destacavam alvíssimos, entre os bordos vermelhos da ferida já cicatrizada... A face direita sorria. E era apavorante aquele riso incompleto e dolorosíssimo aformoseando uma face e extinguindo-se repentinamente na outra, no vácuo de um gilvaz”.¹⁴⁷

Naturalismo e representação

Dado o que até aqui foi sugerido, resta explorar um pouco mais as conseqüências teóricas da construção narrativa de *Os sertões*. Pois, se a distância espacial do observador traduz-se também na definição de uma distância *de* e *no* tempo, resulta que a escrita euclidiana estabelece ela mesma princípios importantes de distanciamento diante de seu objeto. Narrar a história de Canudos era também pretexto para uma representação acurada e, segundo Euclides, até o momento incompleta do ambiente sertanejo, lugar interior e ponto originário onde se encontra e se assenta a “rocha viva” da nacionalidade brasileira. A questão que se coloca, dessa maneira, é examinar os mecanismos e técnicas de escrita utilizados pelo escritor para dar conta de tal tarefa. As seções precedentes apontaram dois elementos importantes nesse sentido: a criação do observador como um terceiro, descolado, de maneira geral, da figura do narrador; e uma compreensão particular do tempo histórico, deslocando o sertão e o sertanejo para uma temporalidade outra, distinta daquela habitada pelo autor. Tais elementos evidenciaram o ponto fundamental de *Os sertões*: o tema da diferença e da distância, a despeito de todo o apelo identitário que parte da fortuna crítica lhe concedeu. Por agora, cabe indicar a maneira pela qual ambas são traduzidas na escrita euclidiana e as estratégias literárias para sua representação em texto.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 494.

O último capítulo do livro permite introduzir o problema. Antes, porém, aquele que o antecede já encerrava uma ironia precisa: a degola que marcou a punição contra o inimigo, que Euclides não se deteve em afirmar a falta de sentido e a desrazão do ato (era como uma “charqueada”), transmuta-se, por fim, no procedimento de análise científico de uma antropologia física. O corpo desfalecido do líder do arraial, perturbado em seu descanso santo, é desencavado sendo sua cabeça desmembrada do restante do cadáver; queriam seu crânio para análise: “que a ciência dissesse a última palavra. Ali estavam, no relevo de circunvoluções expressivas, as linhas essenciais do crime e da loucura”.¹⁴⁸ Irônico pois, Euclides bem o sabia, a craniometria não explicaria tudo; era algo além das capacidades da ciência. Irônico ainda hoje porque o próprio Euclides (e ele não saberia!), depois de morto, fora objeto desse tipo de análise. Passados, então, todos os momentos narrados no livro, com seus episódios épicos e o caráter cruel da guerra no sertão baiano, o autor abre novo capítulo, extremamente curto, para em duas linhas encerrar sua obra. A frase é conhecida: “é que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades...”.¹⁴⁹ Interessa aqui menos investigar a maneira pela qual ele se valeu dos trabalhos do psiquiatra inglês, que já havia aparecido no livro anteriormente, no momento dedicado a discutir a insânia de Antônio Conselheiro, do que desenvolver um argumento que toca mais diretamente nos procedimentos da escrita de *Os sertões*.¹⁵⁰ O caminho desenhado é claro: do crânio de Conselheiro ao corpo da pátria, vislumbra-se o lado patológico da luta.

Ao inserir e relacionar os três termos principais da frase, “loucura”, “crime” e “nacionalidade”, Euclides faz eco a toda uma base epistemológica de compreensão da sociedade que, talvez começada um pouco antes, teve seu principal contexto de desenvolvimento durante o fim do século XVIII e grande parte do XIX. A idéia de que uma nação pode apresentar uma patologia, tal como um ser orgânico individual, alimentou uma porção considerável das discussões oitocentistas. Tratava-se da relação complexa e ambígua entre natureza e sociedade, bem como da referência organicista elaborada para as ciências sociais. O biológico era, além de uma maneira de compreensão, também uma forma de intervenção no social e os problemas sociais demandavam cuidados médicos. “Em muitos aspectos, uma sociologia incipiente, procurando suas marcas, defere seus poderes ao olhar clínico. A sociedade é semelhante

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 498.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 499.

¹⁵⁰ Sobre a (des)leitura que Euclides fizera de Maudsley, ver LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota*, op. cit. p. 102 e ss.

ao paciente que consulta. Ela está doente, reclama tratamento, respeito e compaixão”.¹⁵¹ Euclides desempenha, por meio do olhar clínico que define seu observador, o papel daquele que, se não tem a resposta para a cura, sabe perfeitamente elaborar um diagnóstico: as patologias descritas de Conselheiro e Moreira César já o indicavam. Mas acima de tudo, tal como um médico sobre o corpo da sociedade, ele retrata em seu discurso uma nação doente ao mesmo tempo em que critica os mecanismos de cura: se Canudos representava a chaga exposta no corpo nacional, a terapêutica utilizada mostrou-se igualmente nociva à saúde da pátria; não apenas uma loucura, mas uma loucura criminosa.

Para Claude Blanckaert, o organicismo sociológico do século XIX pode ser também pensado a partir de um termo conhecido, mais abrangente, que perpassa não apenas o discurso científico mas a própria prática literária: *naturalismo*. O termo é entendido aqui, evidentemente, não apenas como concepção estética centrada na literatura (na relação determinista entre meio e homem), mas como um *sistema de representação* que tende a articular a reflexão em torno de três pontos fundamentais, a história natural, a filosofia, e a intervenção política, apresentando também, em sua escrita, três temas a serem ressaltados: um fundo epistemológico permeando ciências naturais, sociais e literatura; regras discursivas que tendem a afastar o investigador de seu objeto; um projeto político de administração populacional e de gerência de espaços públicos. Dessa maneira, ultrapassando a distinção mantida ainda pelo grande naturalista do século XVIII francês, o conde de Buffon, que opunha os campos da história natural e da história civil, distinguindo os objetos da pesquisa entre corpo e alma, entre o sujeito moral e o ser biológico, durante o século XIX os termos da oposição encontram-se situados no plano comum da análise científica. Como salienta Blanckaert, “assim nomeada pelos historiadores, a ‘naturalização’ do homem designa junto um quadro de perícia política (*expertise politique*) e uma vontade de repensar a condição humana sob todas as suas variáveis fenomenais, do físico ao ‘moral’”.¹⁵² O naturalismo desempenha, nesse sentido, uma função prática importante, não apenas como discurso de ciência mas também como ação política de intervenção no corpo social.

¹⁵¹ BLANCKAERT, Claude. *La nature de la société. Organicisme et sciences sociales au XIXe siècle*. Paris : L’Harmattan, 2004, p. 8. No caso do Brasil, o contexto higienista do fim do XIX é disso exemplar.

¹⁵² BLANCKAERT, Claude. “1800 – Le moment ‘naturaliste’ des sciences de l’homme”. In : *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, n°. 3, 2000, p. 125.

Euclides deixa evidente o caráter pragmático de sua história desde a nota inicial: “intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexos de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra”.¹⁵³ Ou seja, como obra destinada ao futuro, ela opera também uma luta contra o esquecimento produzido pela extinção iminente da sub-raça sertaneja causada pelo avanço civilizacional. Diria mesmo, em certa medida, contra a própria história, já que seu motor, segundo sua leitura de Glumpowicz o fez constatar, é a luta implacável entre as raças fortes e as fracas. Antes de seu desaparecimento definitivo, Euclides quer manter perene um saber sobre a sub-raça sertaneja, considerando-o útil para definir os caminhos da pátria e a definição de uma população nacional. Assim, conclui seu parecer ao afirmar que o conflito travado por “filhos do mesmo solo”, sem tradições nacionais ou etnia definida, traduz a situação marginal dos brasileiros frente à história, “vivendo *parasitariamente* à beira do Atlântico dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã”.¹⁵⁴ A metáfora biológica do parasitismo, que terá, pouco tempo depois, repercussão renovada (e invertida¹⁵⁵) com a obra de Manoel Bonfim, serve aqui de índice sobre o lugar que as metáforas naturalistas ocupam na compreensão da história em *Os sertões*.

A compreensão da sociedade como um organismo está plenamente presente nas páginas do livro. Argumentando o fato de que as condições externas, vale dizer de meio, influem sobre a constituição das sociedades, indaga de maneira retórica: “se isto se verifica nas raças de todo definidas abordando outros climas, protegidas pelo ambiente de uma civilização, que é como o plasma sangüíneo desses grandes organismos coletivos, que não diremos da nossa situação muito diversa?”.¹⁵⁶ A descrição de Canudos é também lapidar do organicismo em questão: “comunidade homogênea e uniforme, massa inconsciente e bruta, crescendo sem evolver, sem órgãos e sem funções especializadas, pela só justaposição mecânica de levas sucessivas, à maneira de um

¹⁵³ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p.13.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 14 (itálico meu).

¹⁵⁵ Pois Euclides dá a entender que são os brasileiros os parasitas da civilização européia, enquanto que Bomfim defende o parasitismo do colonizador na terra colonizada.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 84.

polipeiro humano”.¹⁵⁷ E assim segue, desde a inaptidão orgânica do jagunço a formas evoluídas de vida até ao desequilíbrio da organização físico-psíquica de Moreira César como causa de sua patologia.¹⁵⁸

Próprio das ambigüidades e paradoxos que marcam a escrita de Euclides da Cunha, salientados não por poucos analistas, o naturalismo inscrito na obra excede bastante os domínios amplos da biologia. Um exemplo é fundamental para demonstrar a asserção: o sertanejo é o elemento definido como “rocha viva” da nacionalidade brasileira. Ora, para além de um dado biológico, ele surge como produto de uma composição geológica, mais precisamente definido pela comparação com o granito. Assim como, para o autor, o mineral é composto na sua base por três elementos fundamentais, feldspato, mica e quartzo, a nação é definida pela composição das três raças conhecidas: o índio, o negro e o branco. Isso, evidentemente, para o olhar treinado que consegue suceder uma observação precisa e apurada, por trás dos restos de argila, terra e compostos diversos que encobrem a rocha.¹⁵⁹ Leopoldo Bernucci já sugeriu que, no fundo, é o discurso geológico que sustenta o esforço científico do livro, e Nicolau Sevcenko indicou que “Euclides concebia todas essas populações do interior como *sedimentos básicos* da nação”.¹⁶⁰ De fato, alguns episódios da vida-e-obra do escritor demonstram sua propensão para a área. Em 1906, *Os sertões* é inserido na *Bibliografia mineral e geológica do Brasil*; em duas ocasiões, uma antes e outra depois da viagem ao sertão, Euclides tentou ingressar na escola politécnica de São Paulo como professor de mineralogia e geologia.¹⁶¹ O que torna, porém, complexa e ambivalente a expressão utilizada é a agregação de dois termos contraditórios, “rocha viva”, justapondo geologia e biologia, o dado mineral e o fato orgânico. É evidente que, tratando da mestiçagem, o autor não poderia simplesmente escolher um princípio químico de explicação, daí a flexão na “dureza” do substantivo. Mas a importância da escolha geológica transcende os limites dessa expressão e toca diretamente na forma como ele representa a própria temporalidade do sertão. Antes de entrar no tema, cabem ainda alguns desenvolvimentos da questão naturalista no livro.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 163.

¹⁵⁸ *Ibid.*, p. 124 e 249, respectivamente.

¹⁵⁹ Euclides desenvolve a questão nas notas acrescidas à segunda edição, respondendo particularmente às críticas feitas por Moreira Guimarães no *Correio da Manhã*, 3 de fevereiro de 1903, reproduzidas em GUIMARÃES, José Maria Moreira. “O livro de Euclides da Cunha”, op. cit. Ver CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 506-507. Ver ainda SANTANA, José Carlos Barreto de. “Geologia e metáforas geológicas em *Os sertões*”, op. cit.

¹⁶⁰ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*, op. cit., p. 145.

¹⁶¹ As informações constam em VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha. Esboço biográfico*, op. cit.

Saindo do plano da ciência para o da literatura, ou antes, permanecendo na fronteira permeável que define os campos das ciências duras, dos estudos sociais e do discurso literário no século XIX, aquilo que Wolff Lepenies chamou de “as três culturas”,¹⁶² algumas colocações podem ser acrescidas. O percurso não é de todo desconhecido. Basta lembrar o prefácio que Honoré de Balzac acrescentou à publicação da *Comédia humana*, escrito em Paris, julho de 1842. Nele o romancista informa que a obra nasceu de um sonho, de uma quimera: a comparação entre a humanidade e a animalidade. Na comparação entre a sociedade e a natureza emerge uma questão importante: “não transforma a sociedade o homem, segundo os meios em que se desenvolve sua ação, em outros tantos indivíduos diferentes, à semelhança das variedades em zoologia?”.¹⁶³ Sua inspiração reconhecida era Buffon. Queria, tal como o historiador naturalista analisa as espécies zoológicas, analisar pela literatura as espécies sociais. Como Lepenies informa, o título primeiro da obra seria justamente *Études sociales*. E nesse ponto, um Émile Durkheim fez coro às pretensões do escritor.¹⁶⁴ Mas Balzac não se coloca plenamente no papel de um historiador da sociedade; segundo diz, “a sociedade francesa ia ser o historiador, eu nada mais seria do que seu secretário”, acrescentando, por fim, “fiz melhor do que o historiador, porque sou mais livre”.¹⁶⁵ Mas outro foi o escritor que desenvolveu mais profundamente a perspectiva naturalista para o romance, aquele que, ainda conforme Lepenies, teria definido seus textos como *une sociologie pratique*.

De observação e de análise, tal a maneira como Émile Zola define o romance no século XIX; “a pintura exata da natureza humana”.¹⁶⁶ São já conhecidas, para que aqui se detenha mais demoradamente nelas, as metáforas médicas que perpassam sua obra. Basta apontar o prefácio escrito para *Thérèse Raquin*, de 1868, para se ter uma noção. O

¹⁶² Ver LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. trad. de Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 1996. Quanto a esta permeabilidade de fronteiras, Blanckaert adverte para o fato de que, diferentemente de terem apenas servido como matriz teórica para as ciências sociais, as ciências naturais também se serviram do instrumental cognitivo das primeiras como, por exemplo, o uso da noção de “divisão do trabalho” elaborada por Adam Smith para a descrição do funcionamento de organismos vivos. Ou seja, uma permeabilidade de campos cujo movimento de transposição de fronteiras é sempre recíproco. Claude Lévi-Strauss, por sua vez, já havia sugerido a relação peculiar entre as ciências sociais e as ciências naturais. “Sem dúvida, o evolucionismo sociológico devia receber um impulso vigoroso da parte do evolucionismo biológico; mas ele lhe é anterior nos fatos”. LÉVI-STRAUSS, Claude. *Race et histoire*, op. cit., p. 25.

¹⁶³ BALZAC, Honoré de. *A comédia humana*. trad. de Vidal de Oliveira (et alli). São Paulo: Globo, 1993, p. 667.

¹⁶⁴ Sobre a “tipologia das espécies sociais” de Durkheim, ver BLANCKAERT, Claude. *La nature de la société. Organicisme et sciences sociales au XIXe siècle*, op. cit., p. 50 e ss.

¹⁶⁵ BALZAC, Honoré de. *A comédia humana*, op. cit., p. 670 e 673.

¹⁶⁶ ZOLA, Émile. “Deux définitions du roman (1867)”. In: *Écrits sur le roman naturaliste*. (Édition présentée et commentée para Gérard Gengembre). Paris: Pocket, 1999, p. 51.

fato de constar um texto explicativo da obra já é significativo. Além disso, ele deixa muito claro o “objetivo científico” de seu trabalho: “colocar-se e resolver alguns problemas”. No caso, um estudo, *de natureza sangüínea e neurológica*, sobre os temperamentos individuais; uma investigação sobre a fisiologia do homem e da mulher, “procurar neles o animal (*la bête*)”.¹⁶⁷ Três anos mais tarde, em outro prefácio, salienta justamente o ponto estudado por Lepenies: Zola define sua obra (literária) como esforço de “história natural e social”, ressaltando a porosidade dos campos que caracteriza a cultura oitocentista.¹⁶⁸ Em *Le roman expérimental*, de 1880, ressoando o método difundido quinze anos antes pelo médico Claude Bernard em *Introduction à l'étude de la médecine expérimentale*, Zola define com mais precisão os contornos do naturalismo por ele tão propalado. Assim, colocando-se contra o idealismo romântico, o escritor naturalista opõe a observação e a análise à fabulação retórica, pois “morre-se de ideal e de retórica, não se vive senão de ciência”.¹⁶⁹ Sendo “apenas” um observador que constata os fatos, seu trabalho é feito menos de palavras vazias e lirismo descomedido, que de documentos; “e uma vez completados os documentos, seu romance [...] se estabelecerá por si mesmo. O romancista não faz mais que distribuir logicamente os fatos”.¹⁷⁰ Ou seja, o recurso científicista do naturalismo tem por princípio criar um lapso entre sujeito e objeto, o que em muitos casos pode ser traduzido por uma distância no espaço ou mesmo no tempo: aquilo sobre o que se escreve está no lado *de lá*, nunca no mesmo ponto de onde procede a observação e a partir do qual se realiza o estudo analítico. Por fim, Zola situa precisamente o tempo acelerado que caracteriza esse momento de progresso da ciência, em uma frase que poderia muito bem fazer parte, como ironia ou não, da obra de Euclides da Cunha, no momento de sua partida dos sertões: “esta é a situação. Eu a resumo repetindo que nossa época é grande e que é pueril se lamentar diante do século que se prepara. Ao avançar, a humanidade não deixa para trás dela senão ruínas; por que sempre retornar e chorar a terra que deixamos, esgotada e semeada de destroços?”.¹⁷¹

Zola, escritor conhecido pelo autor de *Os sertões*, morre no ano em que Euclides lançou seu livro, que alguém já havia definido como uma espécie de *J'accuse* dos

¹⁶⁷ ZOLA, Émile. “Préface de *Thérèse Raquin* (1868)”. In: *Écrits sur le roman naturaliste*, op. cit., 56-57.

¹⁶⁸ ZOLA, Émile. “Préface générale des *Rougon-Macquart* (*La fortune des Rougon*, 1871)”. In: *Écrits sur le roman naturaliste*, op. cit., p. 64.

¹⁶⁹ ZOLA, Émile. “Le roman expérimental (1880) - extraits”. In: *Écrits sur le roman naturaliste*, op. cit., p. 73.

¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 95. Não seria esse o intuito de Euclides ao rejeitar os neologismos retóricos da antropologia para deter-se inteiramente na observação do sertanejo?

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 92.

trópicos. Mas é evidente que a simples relação entre os dois autores é insuficiente para definir o naturalismo na obra euclidiana. Aqui interessa, sobretudo, aprofundar o tema da distância, seguindo até certo ponto a colocação de Nelson Werneck Sodré de que, enquanto forma de representa o, o naturalismo se caracterizaria, talvez paradoxalmente, pelo distanciamento em rela o   realidade representada. Até certo ponto pois para o autor esse intervalo   devido, antes de tudo, a uma “deforma o” do real operada pelo naturalismo. Se ele  , de fato, “uma arte que, utilizando a palavra, visa interpretar a realidade de forma compreensível   generalidade dos homens”, seria preciso, para Sodré, ter consciência de que a realidade não reside apenas nas coisas visíveis e que a aten o apenas às patologias e aos desvios da sociedade surgem como altera o da sua forma real.¹⁷² O objetivo desta análise, entretanto,   menos pensar a distância em termos de uma realidade tal que fosse ou pudesse ser definida *a priori* (a distância entre o texto e o real), do que tentar perceber como, no âmbito da escrita, tal distância p de ser construída.

Dessa maneira, a aten o que Flora S ssekind confere ao naturalismo traz considera es mais pertinentes para o escopo apontado. Em *Tal Brasil, qual romance?*, a autora faz uma história daquilo que chamou provocativamente de uma “ideologia estética”, isto  , a literatura naturalista brasileira desde o século XIX até a década de 1970. Para ela, o naturalismo se caracteriza sobretudo pela nega o da ficcionalidade do texto literário, encarando-o, sobretudo, como um documento do real. Nesse sentido, a “naturalidade do naturalismo” se revela pelo encobrimento da prática da escrita: “ao literário e àquele que o escreve cumpre negar o trabalho com a e na linguagem para que o leitor, dominado por ‘um desejo irresistível de *ver*’, pareça estar em contato direto com ‘o’ real”.¹⁷³ A conseq ncia fundamental dessa opera o   justamente a distância em suas múltiplas formas: o *distanciamento do leitor em rela o   opera o de escrita*, pois esta   encarada como mera transcri o ou cópia do objeto, ocultando-se todos os seus procedimentos constitutivos;¹⁷⁴ o *distanciamento da linguagem em rela o ao seu referente*, na medida em que são criados, dentro do próprio texto, mecanismos de apagamento do esforço de constru o do texto (como, por exemplo, a ênfase do

¹⁷² SODRÉ, Nelson Werneck. *O naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 1965, p. 37.

¹⁷³ S SSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance?*, op. cit., p. 101.

¹⁷⁴ “O leitor de um texto ‘naturalista   conduzido para fora da linguagem. Como se as emo es e a sedu o que a leitura porventura lhe possa provocar não adviessem de um texto, de um modo próprio de narrar, de uma fic o internamente trabalhada”. *Ibid.*, p. 37.

narrador na observação direta do objeto),¹⁷⁵ por fim, algo que se aproxima da posição de Sodré, o *distanciamento do leitor em relação ao referente narrado*, o que se costuma definir, bem ou mal, como “realidade”.¹⁷⁶ Em outras palavras, o que esta abordagem permite realizar é perceber as estratégias de separação entre sujeito que escreve, a escrita que é feita, e o objeto sobre o quê se escreve, uma vez que nascem daí todas as condições possíveis para a observação e análise do naturalismo.

Portanto, é na manipulação que Euclides fez desse sistema que se encontra o objetivo desta reflexão. Tendo em vista todos os aspectos ressaltados não é despropositado pensar *Os sertões*, não evidentemente como simples aplicação do naturalismo em terras tropicais, algo de que Araripe Júnior já apontava a problemática no momento mesmo em que ele (o naturalismo) aqui desembarcava,¹⁷⁷ mas pensá-lo, enquanto trabalho de escrita, a partir da matriz naturalista da qual certamente Euclides não poderia estar de todo alheio. Se o intuito era representar uma parte esquecida da sua pátria, o naturalismo em tal contexto, com todo seu leque conceitual e metafórico, aparece como instrumento possível para esta representação, do qual, de uma maneira muito particular, o autor se valeu. Walnice Nogueira Galvão é uma das autoras que define o estilo de Euclides a partir de tal matriz, com “alguns retoques parnasianos na evocação da paisagem”.¹⁷⁸ Leopoldo Bernucci, estabelecendo a relação entre *Os sertões* e *Vidas secas*, sugere que “no espírito do naturalismo tanto Euclides como Graciliano constroem suas obras sob as leis do determinismo e da hereditariedade, tão caros a essa tendência literária”.¹⁷⁹ Roberto Ventura, por sua vez, considerando-o eminentemente a partir da estética literária, matiza a relação ao afirmar que a antropomorfização da natureza no livro, tornada, dessa maneira, um personagem ativo da trama, acaba por

¹⁷⁵ “Sua eficácia frente ao leitor estaria ligada diretamente ao ‘efeito ótico’ que se consegue produzir, à impressão de realidade que faz com que se leia um texto como se nada estivesse sendo narrado, como se os fatos se desenvolvessem sem a intervenção de um narrador e não houvesse ficção alguma”. *Ibid.*, p. 96.

¹⁷⁶ “Ao invés de proporcionar um maior conhecimento do caráter periférico do país, o texto naturalista, na sua pretensão de retratar com objetividade uma realidade nacional, contribui para o ocultamento da dependência e da falta de identidade próprias ao Brasil”. *Ibid.*, p. 39.

¹⁷⁷ Ver, por exemplo, “Aluísio Azevedo. O romance no Brasil”; “Estilo tropical. A fórmula do naturalismo brasileiro”; “O romance no Brasil. Invasão do naturalismo”. Todos publicados em *Novidades*, entre 19 e 23/03/1888 e reproduzidos em ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária (seleção e apresentação de Alfredo Bosi)*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.

¹⁷⁸ GALVÃO, Walnice Nogueira. “O preço da modernização”. In: CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 3.

¹⁷⁹ BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos*, op. cit., p. 100.

diluir o possível determinismo mesológico de algumas interpretações naturalistas.¹⁸⁰ Dessa maneira, Euclides teria mantido “seu relato sob tensão constante: pelo assunto trágico da guerra, pelo tom épico da narrativa, pelo conflito entre a realidade observada e os modelos evolucionistas e naturalistas que adotava”, sem se encerrar em uma única e acabada fórmula.¹⁸¹ Todavia, é digno de se notar que algumas leituras do livro, talvez sem se darem conta plenamente do fato, acabaram elas próprias por se tornarem produto de uma espécie de crítica naturalista da obra, enfatizando sobremaneira o peso da personalidade do autor sobre seu escrito, algo que Zola defendia como sendo o escopo mesmo da análise literária. Entre as quais, a de Afrânio Peixoto, que considerou que *Os sertões* “não é livro de história, estratégia ou geografia, é apenas o livro que conta o efeito dos sertões sobre a alma de Euclides da Cunha”, citação feita e assumida por Gilberto Freyre, compactuando da mesma opinião ao afirmar que “é Euclides, mais do que a paisagem que transborda dos limites de livro científico d’*Os Sertões*, tornando-o um livro também de poesia”.¹⁸²

Por outro lado, Alfredo Bosi, no anseio por sintetizar a história literária brasileira, classifica a obra de Euclides como obra de fronteira, posterior ao realismo e ao naturalismo, sendo ainda anterior ao modernismo. Para tanto, estabelece-a como pertencendo ao que definiu como “pré-modernismo”, embora os parâmetros dessa classificação permaneçam ainda um tanto vagos. Para Bosi, o pré-modernismo diz respeito a “tudo o que, nas primeiras décadas do século, problematiza nossa realidade social e cultural”. Nesse sentido, ele seria caracterizado por uma crítica ao Brasil arcaico, pela negação do academicismo, e por uma certa ruptura com a República Velha. No caso de *Os sertões*, o autor salienta que “é moderna em Euclides a ânsia de ir além dos esquemas e desvendar o mistério da terra e do homem brasileiro com as armas tôdas da ciência e da sensibilidade. Há uma paixão do real em *Os sertões* que transborda dos quadros do seu pensamento classificador; e uma paixão da palavra que dá concretíssimos relevos aos momentos mais áridos da sua engenharia social”, complementando que “o moderno em Euclides está na seriedade e boa fé para com a

¹⁸⁰ Blanckaert, longe do aporte literário, distingue claramente o naturalismo em sua perspectiva organicista do mero reducionismo biológico. Ver BLANCKAERT, Claude. *La nature de la société. Organicisme et sciences sociales au XIXe siècle*, op. cit., p. 73 e ss.

¹⁸¹ VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha. Esboço biográfico*, op. cit., p. 199.

¹⁸² PEIXOTO, Afrânio. “Euclides da Cunha: o homem e a obra”, op. cit., p. 33, e FREYRE, Gilberto. “Introdução”. In: CUNHA, Euclides da. *Canudos (Diário de uma expedição)*, op. cit., p. VIII e VII, respectivamente.

palavra”.¹⁸³ Ora, tais características poderiam, sem grandes dificuldades, ser atribuídas a diversos outros autores da virada do século. Como se vê, portanto, a tentativa de deslocar a obra de sua matriz naturalista não representa, de fato, a recusa mesma de tal matriz, já que, vagamente estabelecido, o termo pré-modernismo não significa uma oposição aos pressupostos naturalistas aqui ressaltados.

Assim, a questão colocada, velho problema vale dizer, é a das relações entre discurso literário e discurso científico na obra de Euclides a partir de sua aproximação com o naturalismo. Luiz Costa Lima se deteve nela, propondo para o livro uma perspectiva distinta daquela salientada pelo que chamou de “*topos* recorrente” nas interpretações do livro, ou seja, a simples (e irrefletida) mistura entre ciência e arte, a *simultaneidade* de ambas na composição da obra.¹⁸⁴ Costa Lima defende a idéia de que o princípio central de *Os sertões* é o discurso científico, sendo sua dimensão poética como uma “borda” que ornamenta o primeiro – a parte científica e a poética não seriam meramente justaposições; a dimensão lírica do texto apenas entra em cena quando o argumento da ciência já está, pelo menos para seu autor, bem resolvido. Dessa maneira, “em *Os sertões*, é permissível a entrada da literatura sob a condição de constituir uma cena de ornato”.¹⁸⁵ Postura distante, por exemplo, da de Olímpio de Sousa Andrade, para quem a atmosfera de poesia do livro não foi “perturbada pela *intromissão* da ciência de seu tempo”.¹⁸⁶ Leopoldo Bernucci, de sua parte, ainda que tratando da dimensão intertextual do livro de Euclides e, por isso, trabalhando na fronteira entre historicidade e ficcionalidade, salienta que o “caráter sociológico” do texto seria seu

¹⁸³ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970, p. 343-346.

¹⁸⁴ Partindo da conhecida referência sobre o “consórcio entre arte e ciência”, Gínia Maria de Oliveira Gomes é das autoras que mais recentemente têm reafirmado o *topos* mencionado por Costa Lima, isto é, o da primazia literária de *Os sertões*, aquilo por ela definido como sua “literariedade”. Seu raciocínio segue a partir de uma constatação prévia, ao mesmo tempo tão evidente quanto insuficiente, de que haveria no texto “cenas que se destacam pela plasticidade, porque construídas com a utilização de recursos miméticos”. Dessa maneira, discordando da interpretação proposta pelo autor de *Terra ignota*, Gínia Gomes sugere que tal interpretação contradiria o pressuposto teórico da “unidade estética entre fundo e forma”. O que a autora não explica é justamente o fundamento teórico do pressuposto, além da linearidade direta e problemática entre plasticidade mimética e literariedade, uma vez que ao próprio discurso historiográfico já foi atribuído qualidades miméticas por autores como Paul Veyne e Paul Ricoeur. GOMES, Gínia Maria de Oliveira. *A travessia de uma Terra ignota: leitura de Os sertões, de Euclides da Cunha*, op. cit., p. 13 e 45.

¹⁸⁵ “Há um lugar para a expansão literária n’*Os sertões*. O literário não se chocará com a evidente intenção científica da obra se ele se mantiver no posto que se lhe assinala”. LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota*, op. cit., p. 137 e 138, para a citação feita no corpo do texto (itálicos do autor). Costa Lima vem há já algum tempo insistindo nessa idéia. Ver COSTA LIMA, Luiz. “Nos Sertões da oculta *mimesis*”. In: *O controle do imaginário. Razão e imaginário no Ocidente*, op. cit., p. 201-241.

¹⁸⁶ ANDRADE, Olímpio de Sousa. *História e interpretação de “Os sertões”*, op. cit., p. 10 (itálico meu).

“traço frisante”, embora reconheça nele “inserções provindas do imaginário”.¹⁸⁷ A discussão não será aqui mantida senão de forma tangencial. Pois aquilo que para muitos atestava a poeticidade do texto, para Costa Lima é levantado como suspeita: para além do julgamento sobre a antropomorfização da natureza como simples adorno retórico, ele é suficiente para atestar o caráter literário da obra?

A leitura da primeira parte do livro, aquela que é tida como o núcleo de cientificidade do texto, parece tornar evidente a hipótese de Costa Lima.¹⁸⁸ Durante toda ela, a descrição técnica da paisagem natural predomina, com seus conceitos instrumentais, sua terminologia prática, sua forma de abordagem particular, de cima, não como se o observador estivesse no terreno descrito, mas sobrevoasse ele, observando-o à distância, em escala reduzida tal como quem lê um mapa ou realiza uma necropsia.¹⁸⁹ Este núcleo tem por contorno ou “borda” alguns momentos de efusão lírica que não acrescentam um significado explicativo nem mesmo tornam “mais real” a cena, à maneira dos pormenores supérfluos que Roland Barthes definiu como “efeitos de real”, já que para o engenheiro a realidade estaria mais atrelada às descrições técnicas e objetivas do que à representação literária.¹⁹⁰ Um exemplo torna evidente essa perspectiva. Após toda uma descrição naturalista do terreno e do meio sertanejo, com o detalhamento repleto de termos técnicos das agruras da seca no sertão, o autor recorta o texto por asteriscos que demarcam formalmente o “excesso” poético de sua escrita do restante do corpus textual: “mas no empardecer de uma tarde qualquer, de março,

¹⁸⁷ BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos*, op. cit., p. 20. O estudo de Bernucci é baseado na oposição entre *realidade e imaginário*, a qual conduz o pensamento à dicotomia entre *história e ficção*. Para ele, Euclides se move na fronteira, em uma “zona neutra”, “situada além do real e aquém do imaginário”, p. 45. Nesse sentido, se o autor desenvolve sua reflexão a partir de um cuidado teórico oriundo da teoria literária, a atenção não foi a mesma, pelo menos neste livro, quando se tratou das definições do que seria as características do discurso histórico, o qual, para diversos autores, está igualmente imbuído de uma dimensão imaginária ou, mais precisamente, de pressupostos que tocam à ficção. Bernucci discorre com um pouco mais de vagar sobre os princípios de construção do discurso histórico em BERNUCCI, Leopoldo. “Pressupostos historiográficos para uma leitura de *Os sertões*”. In: *Revista USP*, n. 54, junho/agosto 2002, p. 6-15.

¹⁸⁸ Afrânio Coutinho, embora sob o prisma de uma leitura “atualizada” do livro, insinua posição distinta ao afirmar que “o nervo do livro, o que aparece hoje aos nossos olhos, não é a descrição científica do sertão e da sociedade sertaneja, mesmo porque a parte científica do mesmo está morta, presa a concepções superadas”. COUTINHO, Afrânio. “Nota editorial”. In: CUNHA, Euclides da. *Obra completa*, op. cit., vol. I, p. 13 (itálico meu).

¹⁸⁹ Interessante comparar a forma como a natureza é descrita por Euclides e a maneira como, por exemplo, o romântico José de Alencar apresenta para o leitor, logo no início do seu *O guarani*, a região do Paquetaer. Se a perspectiva cinematográfica é algo que pode ser atribuído a ambas as descrições, a posição da câmera é notadamente distinta: Euclides jamais *entra* na cena, enquanto que Alencar chega quase a tocar a garça-real empalhada, “prestes a desatar o vôo”, que segurava com o bico a cortina de tafetá azul do casarão de D. Antônio de Mariz.

¹⁹⁰ BARTHES, Roland. “O efeito de real”. trad. de António Gonçalves. In: *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, s/d, p. 131-136.

rápidas tardes sem crepúsculos, prestes afogadas na noite, as estrelas pela primeira vez cintilam vivamente. Nuvens volumosas abarream ao longe os horizontes, recortando-os em relevos imponentes de montanhas negras. Sobem vagorosamente; incham, bolhando em lentos e desmesurados rebojos, na altura; enquanto os ventos tumultuam nos plainos, sacudindo e retorcendo as galhadas. Embruscado em minutos, o firmamento golpeia-se de relâmpagos precípite, sucessivos, sarjando fundamente a imprimadura negra da tormenta. Reboam ruidosamente as trovoadas fortes. As bâtegas de chuva tombam, grossas, espaçadamente, sobre o chão, adunando-se logo em aguaceiro diluviano...”.¹⁹¹ Da secura da linguagem científica ao transbordar lírico da poética, o autor parece acompanhar o movimento climático da paisagem em que, pasmado, o observador vislumbra “uma mutação de apoteose”: da seca à tempestade, em segundos. Convém frisar o caráter de entreato que o próprio Euclides reservou para a liberdade de sua pena, algo que não faz parte propriamente do enredo principal, onde a linguagem técnica excessiva criticada por Veríssimo aflora. Convém também ressaltar que, nesse sentido, de modo algum Euclides tenta negar a poeticidade de seu texto; apenas reserva a ele um posição especial e destacada do núcleo da argumentação formal. Sobretudo, esses momentos em que uma *pletora literária* toma corpo, fazendo o autor “entrar em cena” e anulando a distância ressaltada até aqui para a escrita naturalista (que Flora Süssekind definiu como a negação da ficcionalidade do texto), são como que ilhas dentro do livro, as quais, para seu autor, não prejudicariam em nada as explicações formalmente científicas do texto. Sua existência pode, talvez, ser justificada pelo momento em que se escreveu o texto, quando as expectativas a seu respeito eram praticamente todas elas voltadas para uma recepção literária do escrito, como a fortuna crítica atestá-lo-ia. Bernucci, sobre isso, já advertiu: “o leitor não se deve deixar enganar em ambos os casos [o de Sarmiento e o de Euclides] pela gratuidade do estético”, pois ele ali se encontra como forma de responder às expectativas do público leitor.¹⁹² Luiz Costa Lima segue raciocínio semelhante ao sugerir que “é bastante provável que a ornamentação literária de *Os sertões*, aliada ao tom extremamente eloquente de sua linguagem, tenha ajudado a sua rápida circulação”.¹⁹³ Ou seja, elas assumem uma

¹⁹¹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 51.

¹⁹² BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos*, op. cit., p. 45 e ss. Como salientou Antonio Candido, neste momento a literatura se mostrava como “fenômeno central da vida e do espírito”. CANDIDO, Antonio. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, op. cit., p. 119.

¹⁹³ LIMA, Luiz Costa. *Euclides da Cunha. Contrastes e confrontos do Brasil*, op. cit., p. 26.

função importante na economia do texto: diante da dureza do linguajar técnico, tornam-no mais palatável, contribuindo para a sua legibilidade.¹⁹⁴

Walnice Nogueira Galvão chama a atenção para o fato singular de que, nas três edições que Euclides pôde acompanhar e alterar, a quase totalidade das alterações eram de caráter predominantemente estilístico, sendo poucas voltadas para a correção de informações equivocadas.¹⁹⁵ Difícil avaliar com precisão uma tal escolha. O que parece mais provável é considerar que a escrita poética não se colocava para ele como obstáculo para suas pretensões de cientista. Todo o cuidado com o estilo – aqui entendido na sua dimensão gramatical (flexão dos verbos e dos pronomes, pontuação, ritmo da narrativa, etc.) – indicam uma preocupação importante com a recepção da obra, no sentido de torná-la legível, embora ainda assim muitos leitores a considerassem difícil e, em alguns pontos, hermética pela recorrência dos jargões da ciência. Parece provável também que o próprio autor não considerasse o livro tão cheio de equívocos de conteúdo como lamentava estar ele repleto de falhas estilísticas, as quais, confidenciou ao amigo Francisco Escobar em carta já mencionada, poderiam colocar em risco todo o valor do texto. Dessa maneira, fica a impressão de que ele confiava sobremaneira em suas capacidades de estudo, de observação e interpretação enquanto cientista, já que, neste ponto pelo menos, seu valor estaria resguardado. Cabe notar ainda que nas notas acrescentadas na segunda edição, respondendo às críticas recebidas, todas elas são voltadas à defesa de sua perspectiva analítica, e nenhuma toca em questões de estilo. Quanto a isso, sabe-se que Euclides optou, pelo menos com relação a José Veríssimo, ao foro privado do diálogo epistolar para responder às objeções colocadas por este ao tecnicismo exacerbado do livro. Algo sensivelmente distinto, por exemplo, de um Gilberto Freyre, que sempre teimava em defender dos críticos sua forma inusitada de escrita, embora tenha acrescentado inúmeras notas ao seu *Casa-grande & senzala* para responder às críticas ao livro dirigidas.

Por conseguinte, o naturalismo aqui assumido para o texto de Euclides traz menos o peso de uma simples postura estética ou estilística que situaria sua obra no plano da história literária do que a desenvoltura de um procedimento representativo que, se encontra na literatura de Zola um lugar propício de realização, abrange de uma forma mais extensa uma variedade de campos intelectuais, como as considerações de Claude

¹⁹⁴ Sobre o “transbordamento lírico” em *Os sertões*, Costa Lima afirma que ele “concedia [ao autor e ao leitor] um instante de paz, beleza e descanso”. *Ibid.*, p. 55.

¹⁹⁵ GALVÃO, Walnice Nogueira. “Apresentação (à edição crítica)”. In: CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 513 e ss.

Blanckaert permitem constatar. O que se pretende com a insistência sobre a matriz naturalista é frisar, uma vez mais, o processo de distanciamento que emerge como obstáculo para a identificação do sujeito com o objeto, isto é, de Euclides com o sertão e o sertanejo que nele habita. Já se frisou que a idéia de natureza que o livro carrega torna evidente este lapso, pois ela é aquela que agride o observador, empurra-o para longe, dificulta seu trabalho pelo jogo de ilusão que o engana. Ela é não apenas um lugar exótico, mas uma paisagem arredia que faz com que Euclides ali não se misture; a posição do observador-viajante é clara nesse sentido. Não obstante a distância, é difícil falar em uma frieza no trato da natura, tal como aquela que Alfredo Bosi caracterizou para a literatura realista no Brasil, onde “a mente cientificista também é responsável pelo esvaziar-se do êxtase que a paisagem suscitava nos escritores românticos”, acrescentando em seguida que a natureza é transformada pelo positivismo “em complexos de normas e fatos indiferentes à alma humana”.¹⁹⁶ Por mais que não se misture,¹⁹⁷ Euclides jamais fica indiferente a ela, até mesmo pelo fato de que a incompreensão do lugar que escapava às leis conhecidas era para ele também um desafio intelectual.

Linguagem e alteridade: o lugar do sertão

Há, porém, um outro momento em que a distância se torna também explícita e sobressai-se outra vez o narrador naturalista: o hiato entre a linguagem do autor e a estranha fala do matuto; a representação que faz Euclides do discurso e da voz do outro. Se ele foi um observador acurado da flora ambiente, pode-se sugerir que não foi menos atento ao vocabulário do sertanejo. Seria demais pensar um esforço etnográfico do autor pelo qual ele teria estudado a “língua nativa” antes de seguir para o seu *fieldwork*, como parte dos procedimentos sugeridos nos manuais dos etnógrafos. Porém, dada a menção a autores estudiosos dos índios bem como a trabalhos preocupados com a etimologia indígena, não é despropositado sugerir que Euclides segue uma linha intelectual que marcou a historiografia brasileira durante o século XIX. Na oposição que separava os

¹⁹⁶ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*, op. cit., p. 191.

¹⁹⁷ Euclides da Cunha destoava da paisagem local. O correspondente do jornal carioca *A notícia*, Alfredo Silva, não deixou de ironizar a postura de Euclides no sertão: “dos nossos vestuários incontestavelmente destacava-se o do distinto colega que, chegado ainda anteontem, se apresentou de vistosas botas de verniz, calça branca, camisa de fina seda e chapéu de fina palha. Bons tempos o esperam neste canto da Bahia, em que um banho constitui o x do mais complicado dos problemas”. Citado em BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos*, op. cit., p. 52.

povos *com* dos povos *sem* história, no caso os índios brasileiros, a etnografia funcionava como conhecimento propício para estes; e no conjunto de seus procedimentos cognitivos, o estudo das línguas se mostrava como bastante promissor.¹⁹⁸ Nesse sentido, a atenção dada por Euclides à linguagem encontrada no sertão é parte importante de sua pesquisa no intuito de desvendar os segredos da terra ignota, embora ele jamais ultrapasse a linha da simples menção para análises mais detalhadas da etimologia sertaneja. Ou seja, a linguagem falada nos sertões não serve como fator explicativo para as análises do autor; quando muito, ela ali se faz presente apenas para reforçar a distância e o exotismo do sertão em relação à civilização. O que importa, então, é reter a maneira pela qual tal linguagem aparece em *Os sertões*, como ela convive com a terminologia naturalista do autor e de que forma a estranheza é ali constituída.¹⁹⁹

Algumas expressões utilizadas por Euclides indicam, desde o início do livro, o lugar destinado à fala das populações sertanejas em seu discurso. Ao lado da “bela etimologia indígena” encontra-se o “dizer expressivo dos matutos”.²⁰⁰ A qualificação usada para os matutos também se usa para a definição de uma terminologia técnica em língua inglesa: sobre a ausência, nas regiões de seca, de paredões de serra que conduziriam os caminhos do vento determinando um “*dynamic cooling*, consoante um dizer expressivo”.²⁰¹ Em ambos os casos, o qualificativo “dizer expressivo” parece indicar uma distância em relação à língua familiar de Euclides ou, quando muito, ao uso regular e corrente desta língua: num caso, uma língua estrangeira, noutra, uma língua estranha. Mas se estes exemplos por si só nada valem, quando percebidos em conjunto no livro servem como signo de um procedimento peculiar: o de afastamento, em relação ao discurso do autor, da linguagem sertaneja ou matuta.

Outras passagens corroboram o argumento: entre a flora ressurgente em períodos chuvoso estão “misteriosas árvores que pressagiam a volta das chuvas e das épocas

¹⁹⁸ Varnhagen, em 1854, é taxativo: “de taes povos na infancia não ha historia: ha só ethnographia”, complementando que “o caracteristico em que hoje podemos melhor estudar a tal qual intelligencia dos povos selvagens é a sua lingua”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brazil*, op. cit., p. 108 e 109. Ver ainda TURIN, Rodrigo. *A “obscura história” indígena. O discurso etnográfico no IHGB (1840-1870)*, op. cit., p. 86-113; e, para os estudos de Capistrano de Abreu sobre as línguas indígenas (o “desvio etnográfico”), tidas como os principais documentos da etnografia dos índios, ver OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*, op. cit., p. 132-148.

¹⁹⁹ Leopoldo Bernucci afirma que, “sendo ainda o exotismo um modo individual de perceber a realidade e de dar conta de um certo estranhamento com relação a ela, mais do que um método para conceber esta realidade, somos obrigados a recordar a ênfase que Euclides colocava no caráter especificamente inusitado dos nossos trópicos”. BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos*, op. cit., p. 37.

²⁰⁰ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 25.

²⁰¹ *Ibid.*, p. 43.

aneladas do *verde* e o termo da *magrém*”. A distinção formal (no caso, o uso de itálico) permite ao leitor, aqui e em inúmeras outras passagens, notar a diferença de linguagem; diferença esclarecida pelo autor com o uso de uma nota explicativa: “*verde e magrém*, termos com que os matutos denominam as quadras chuvosas e as secas”.²⁰² Neste caso em particular, Leopoldo Bernucci, na edição da obra organizada por ele com um trabalho extenso de notação do texto, chama a atenção para o fato de em *Os sertões* Euclides ter optado pela definição sertaneja do termo “*magrém*”, quando nas anotações da caderneta de campo ele teria se valido da denotação proposta por Vieira de Aguiar, segundo a qual significaria “estado de imensa magreza do gado na *seca*”.²⁰³ Ora, a decisão é significativa, sendo factível pensar que a opção do autor visava tornar seu texto mais contundente sobre o ambiente sertanejo, já que, no limite, ambas as definições mais se complementam do que se contradizem. Isso não quer dizer, contudo, que Euclides almejasse aproximar seu texto da linguagem do sertão. O fato de distinguir formalmente os termos, explicando-os com o recurso da nota apontam para o seu *não-pertencimento* dentro do vocabulário vulgar do autor.²⁰⁴ Diferentemente de seus “afloramentos gnáissicos”, das suas placas de “itacomolito”, das suas “formações arqueanas”, dos seus “vales monoclinicos”, os quais não demandam ao autor necessidade de definição, deixando o leitor perplexo e incomodado diante de sua própria ignorância em termos de geologia, tão familiares ao autor que os utiliza com surpreendente desenvoltura. Quanto a isso, José Veríssimo foi dos primeiros a notar. Além dele, Valentim Facioli, comentando a peculiar escrita euclidiana, declara que “o livro é construído com o propósito de ser difícil, avesso ao didatismo, pronto a espantar qualquer leitor que não esteja disposto a investir nele energias semelhantes às que o autor investiu para escrevê-lo. Ou seja, a sensação que o livro provoca é a de negar-se

²⁰² CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 53 e p. 53, n. 3. A edição consultada, com o vigoroso trabalho crítico de Walnice Galvão, explica pormenorizadamente os critérios utilizados para a atualização gráfica do texto euclidiano, dando-me a segurança de que os grifos em questão são, de fato, critérios utilizados por Euclides.

²⁰³ CUNHA, Euclides da. *Os sertões. Campanha de Canudos*. Edição de Leopoldo Bernucci, op. cit., p. 130, n. 148. Durval Vieira de Aguiar era tenente-coronel do corpo de polícia na Bahia e publicou, em 1888, *Descrições práticas da província da Bahia*.

²⁰⁴ Sobre a formalização da diferença, ou seja, a recorrência a distinções formais tais como o itálico ou a colocação de aspas, Alfredo Bosi já havia indicado a existência desse duplo registro lingüístico, separando dois modos de linguagem, para a literatura regionalista formada em fins do século XIX e vigente nas três primeiras décadas do XX, onde se estabelecia um corte entre o campo da oralidade e o âmbito propriamente literário. Bosi escreve ressaltando o anseio de superação desse procedimento na escrita modernista de *Macunaíma*. BOSI, Alfredo. “Situação de *Macunaíma*”. In: ANDRADE, Mário de. *Macunaíma. O herói sem nenhum caráter*. Edição crítica coordenada por Telê Porto Ancona Lopez. Paris: Allca XX, 1996, p. 175.

ao pacto corrente da legibilidade, impondo-se como uma autoridade superior que exige paridade intelectual e moral sem o que não interessaria o diálogo”.²⁰⁵

A mencionada “dicionarização” de algumas palavras, em sua maior parte oriundas do universo sertanejo, ainda aparece em outras partes do livro. No caso de termos de clara origem indígena, é evidente o caráter positivo concedido a eles, naquilo que o próprio autor já havia definido como “bela etimologia indígena”. Assim, *araxá* é um “belo vocábulo” que se decompõe em *ara* (dia) e *echá* (ver, avistar), significando o “lugar onde se avista primeiro o sol”. O mesmo tratamento para o “dizer sugestivo” dos tupis para definir um lugar desértico: *pora-pora-eima*.²⁰⁶ Já na linguagem que se pode considerar, como considerada é por Euclides, sertaneja ou matuta, o livro induz o leitor por um caminho que segue do “dizer expressivo” à “barbaria” lingüística. Na segunda parte da obra, onde o esforço antropológico do escritor se mostra mais presente, ressalta-se a surpresa e o prazer evocados pelo exotismo do contato com a outra cultura. Ali o livro incorpora uma série de termos “locais”, ainda que mantendo sempre a distância que o recurso ao grifo e à nota de pé-de-página provocam.²⁰⁷ Ou seja, Euclides não pretende tornar coloquial ou popular seu escrito; ele quer apenas fazer clara a diferença e a estranheza causadas pela terminologia apropriada.

Ele cita os versos dos desafios cantados pelos jagunços durante as horas de folga, descreve festas e tradições populares, como a vaquejada, por exemplo, bem como as simpatias e superstições usadas nos momentos trágicos de seca, como anseio redentor para as chuvas. Não obstante o encanto causado nele por tamanha riqueza cultural, o autor mantém-se irredutível no lugar em que optou para escrever seu livro: o da civilização, da ciência, da racionalidade técnica. Ele opera aquilo que se poderia nomear, usando aqui livremente uma expressão cunhada por Luiz Costa Lima, um *controle do imaginário*. Note-se a descrição feita da experiência tradicional de Santa Luzia: “no dia 12 ao anoitecer expõe ao relento, em linha, seis pedrinhas de sal, que representam, em ordem sucessiva da esquerda para a direita, os seis meses vindouros, de janeiro a junho. Ao alvorecer de 13 observa-as: se estão intactas, pressagiam a seca; se a primeira apenas se deliu, transmudada em aljôfar límpido, é certa a chuva em janeiro; se

²⁰⁵ FACIOLI, Valentim. “Euclides da Cunha: consórcio de ciência e arte (Canudos: o sertão em delírio)”. In: BRAIT, Beth (org.). *O sertão e Os sertões*, op. cit., p. 39.

²⁰⁶ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Edição crítica, op. cit., 98, n. 22 e 23. Para o termo *araxá*, Euclides recorre a José Vieira Couto de Magalhães, estudioso dos indígenas brasileiros.

²⁰⁷ Ver, por exemplo, os termos *solta* (p. 112, n. 27), *guiada* (p. 113, n. 28), *aboiado* (p. 115, n. 29), *estoura* (p. 115, n. 30), *encamisada* (p. 117, n. 31), além da série de palavras dicionarizadas na página 118, nota 32.

a segunda, em fevereiro; se a maioria ou todas, é inevitável o inverno benfazejo”. Em seguida, distante da antropologia cultural e tanto mais próximo das ciências físicas, destila seu parecer “positivista”: “esta experiência é belíssima. Em que pese ao estigma supersticioso tem base positiva, e é aceitável desde que se considere que dela se colhe a maior ou menor dosagem de vapor d’água nos ares, e, dedutivamente, maiores ou menores probabilidades de depressões barométricas, capazes de atrair o afluxo as chuvas”.²⁰⁸ Em outras palavras, a cultura popular é aceitável desde que inserida nos marcos do saber técnico da cultura cientificista, assim como a linguagem do matuto apenas se torna palatável quando domesticada pela sua tradução para uma “linguagem conhecida” ou, quando muito, desde que lhe seja explicitado o exotismo e demarcada sua diferença.²⁰⁹ De resto, e a belíssima descrição da vaquejada torna isso claro, ela serve para que no texto cujo núcleo explanatório é eminentemente de caráter científico, apareça de forma luminosa a “borda” literária que deixa ver as tão festejadas qualidades estilísticas de seu autor: “de súbito, porém, ondula um frêmito sulcando, num estremeção repentino, aqueles centenares de dorsos luzidios. Há uma parada instantânea. Entrebatem-se, enredam-se, trançam-se e alteiam-se fisingando vivamente o espaço, e inclinam-se, e embaralham-se milhares de chifres. Vibra uma trepidação no solo; e a boiada *estoura...*”.²¹⁰

Porém, tão logo a guerra se torne eminente no fluxo narrativo do texto, quebra-se o encanto e o sertanejo passa a ocupar o lugar que, de uma vez por todas, o livro vai lhe conferir. O exotismo que maravilhou Euclides e que lhe propiciou algumas das mais belas páginas de *Os sertões* cede lugar à suspeita em relação à alteridade. Novamente a linguagem do sertão serve de índice. Euclides narra, muito antes de encerrar o livro, alguns dos desfechos trágicos da guerra. Um deles, aquilo que classificou como o “mais pobre dos saques que registra a história”, quando, nos últimos momentos do arraial, os soldados vasculhavam as ruínas à procurar de despojos que servirão de lembrança.

²⁰⁸ *Ibid.*, p. 120 (itálico meu).

²⁰⁹ Tanto mais isso salta aos olhos quando se lê a introdução de Sílvio Romero para seu livro sobre os cantos populares brasileiros, onde o diligente defensor da crítica científica menciona uma série de “superstições” da população rural brasileira, inclusive a da “prova de Santa Luzia”, sem reduzi-las, entretanto, por fórmulas definidas pela ciência. Elas ali aparecem como *fatós culturais* com suas significações históricas próprias, e não simplesmente como um dado curioso a ser esclarecido pela análise racional. Ver ROMÉRO, Sílvio. “Introdução. Vista synthetica sobre o folk-lore brasileiro”. In: *Cantos populares do Brasil colligidos por Sylvio Romero*. 2ª. edição melhorada. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & Comp., 1897, p. VII e ss.

²¹⁰ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 115. Nesta passagem, o termo “estoura” onde culmina a cena segue dicionarizado em nota. Para uma inusitada comparação entre os “estilos” de Euclides e Rui Barbosa na descrição do estouro da boiada, ver PEIXOTO, Afrânio. “Euclides da Cunha: dom e arte de estilo”, op. cit., p. 57 e ss.

Entre imagens mutiladas e precários rosários de coco, a curiosidade era levada aos escritos que poderiam ali ser encontrados. Neste momento preciso do livro, Euclides pretende retirar todo o peso político que sobrepesou Canudos, apontando para a origem eminentemente religiosa do vilarejo. Encontrados os papéis, eis como ele os descreve: “pobres papéis, em que a ortografia bárbara corria parselhas com os mais ingênuos absurdos e a escrita irregular e feia parecia fotografar o pensamento torturado, eles resumiam a psicologia da luta. Valiam tudo porque nada valiam”.²¹¹

A ortografia peculiar revela o estado de barbaria em que viviam os jagunços, assim como sua incapacidade em elaborar uma racionalidade compreensível (pelo menos aos olhos do autor). Outro exemplo está no garoto de nove anos feito prisioneiro, “figurinha entroncada de atleta em embrião, face acobreada e olhos escuríssimos e vivos”. Entre as baforadas no cigarro, surpreendeu todos, o autor inclusive, pela desenvoltura com que manejou e discorreu sobre a arma do soldado. As palavras são aqui de Euclides, na sua própria tentativa de transmitir a cena e o linguajar do infante, reforçando seu argumento sobre a barbárie de Canudos: “observou, convicto, entre o espanto geral, que a Comblé não prestava. Era uma arma à toa, *xixilada*: fazia um *zoadão danado*, mas não tinha força. Tomou-a; manejou-a com perícia de soldado pronto; e confessou, ao cabo, que preferia a *manulixe*, um clavinote de *talento*”. Quando indagado se sabia atirar, a resposta é pronta e logo reproduzida: “e por que não? Pois se havia *tribuzana* velha!... *Havera* de levar pancada, como boi acuado, e ficar *quarando* à toa, quando a *cabrada fechava o samba desautorizando as praças?!*”. Quanto ao pequeno, Euclides define de maneira notável: “nove anos de vida em que se adensavam três séculos de barbaria”.²¹² Não há aqui a preocupação de decifrar e explicar as bárbaras palavras, trazê-las para o “nosso vocabulário” tal como era necessário trazer aquela gente para o “nosso tempo”. O autor apenas cita como de ouvido, de maneira a tentar transmitir ao leitor a mesma sensação que o levou a tal parecer. Os grifos usados tornam-se aqui ferramenta eficaz para o recorte entre linguagem conhecida e linguagem estranha; sobretudo, eles indicam plenamente o recorte entre uma e outra, entre o de cá e o de lá.

Trata-se de complementar aquela já referida “discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o

²¹¹ *Ibid.*, p. 175. Vale notar também a forte descrição que Euclides faz dos escritos dos próprios soldados impressos nas paredes dos casebres que serviam de acampamento para feridos, p. 428.

²¹² *Ibid.*, p. 425.

ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional”, acrescentando as características da “terra estranha”: “outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. *Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pitoresca*”.²¹³ Alteridade que se reproduz fiel e conscientemente no corpo do texto que pretende descrevê-la. A um lúcido comentador, isso não passou despercebido: Euclides “somente viu na fala do homem do sertão notas pitorescas ou folclóricas do seu dialeto”.²¹⁴ Dessa maneira, se Euclides incorpora “o dizer expressivo” ou a “extravagante linguagem” do sertanejo em seu discurso é para, uma vez mais, estabelecer a distância entre os dois universos que se chocam em Canudos. Além da representação do sertão, há no livro uma eloqüente representação da diferença que ele significa; diferença que se baseia em um princípio de hierarquização discursiva: quando a fala do matuto ali aparece, é apenas para se ver calada e transmutada em exotismo pela voz do cientista. Flora Süssekind já havia notado essa particularidade da escrita naturalista: a voz de baixo é nele subsumida pelo discurso da ciência.

Especificamente sobre a escrita euclidiana, não são poucos os comentadores que indicam, ainda que de outra maneira e com outros propósitos, os princípios aqui ressaltados. José Veríssimo ressaltando os excessos técnicos e Afrânio Peixoto o seu gosto pelo “falar difícil” (“êsse mau gosto nacional”!), já apontavam no calor da hora para a distância criada por Euclides entre ele e seu leitor.²¹⁵ Mais recentemente, sobre as entrevistas com sertanejos e as citações da rústica poesia nas páginas do livro, Roberto Ventura é taxativo: “tentou dar voz ao outro, objeto de seu discurso e inimigo de suas concepções políticas. Procurou incorporar ao seu discurso textos orais, produzidos segundo uma lógica mítica e religiosa que lhe era estranha. Mas tais fontes orais acabaram por servir de legitimação a uma engenhosa interpretação histórico-cultural, em que opôs tipos humanos, tempos históricos e lugares geográficos: o sertanejo ao mulato, a Monarquia à República, o sertão ao litoral”.²¹⁶ José Leonardo do Nascimento afirma de forma mais incisiva que faria parte do *ethos* do autor esta distinção entre linguagem culta e popular. Conseqüência disso é a distância pressuposta

²¹³ *Ibid.*, p. 422 (itálico meu).

²¹⁴ BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos*, op. cit., p. 108.

²¹⁵ Peixoto é impiedoso sobre esse “hábito” generalizado no Brasil, sobretudo em discursos orais: “se não se compreendem as palavras, ou se elas se arrevezam em esgares ou convulsões, o triunfo é então definitivo... e explicável”. PEIXOTO, Afrânio. “Euclides da Cunha: o homem e a obra”, op. cit., p. 35-36. Entretanto, o que o sucessor de Euclides na ABL tenta frisar, evocando a colocação de Joaquim Nabuco segundo a qual *Os sertões* foi escrito com um cipó, e não com estilete civilizado, é a proximidade entre a linguagem do livro e a linguagem sertaneja, perspectiva distinta da que é defendida neste capítulo.

²¹⁶ VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha. Esboço biográfico*, op. cit., p. 205.

que as considerações sobre a representação naturalista acima apontadas levaram a concluir: “há aí uma fronteira que o autor não deixará de traçar e de tornar visível para os leitores. O narrador intenta manter-se distanciado do objeto de sua narrativa e de sua análise”.²¹⁷ Ainda Nicolau Sevcenko aparece em convergência com tal perspectiva. Considera ele a capacidade de Euclides em abstrair o real em prol de uma escrita propriamente “cientificista e filosófica”. “Seus textos seguem o mesmo estilo altamente elaborado do começo ao fim, compondo um bloco monolítico, sem flutuações que denotem a mudança do fluxo narrativo pela intervenção de um agente lingüístico de nível social diverso daquele do narrador”.²¹⁸ Nesse sentido, conclui Sevcenko, apesar de incluir exemplos do “falar energético dos sertões” em seu livro, há nele “um único nível de fala”: o do autor. O sertanejo, enquanto alteridade, é o elemento emudecido e distanciado pelo discurso alheio.

Representação e distância

Um pouco acima foi levantada a questão das metáforas geológicas como indicadoras da maneira como Euclides representa o tempo. Já na nota preliminar do livro fica sugerido um princípio organizador da temporalidade: “mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica – o tempo”.²¹⁹ No fundo, ainda que mal, o que une a nação é menos a sua história do que a sua cartografia. Nas palavras de Nísia Trindade de Lima, “no caso brasileiro, o contraste entre dois tipos de ordem social não ocorreu predominantemente entre duas formas historicamente sucessivas, mas entre duas ordens que conviveriam por longo período de tempo, em uma sociedade onde tantas vezes a geografia, como observou Roger Bastide, explicaria a história”.²²⁰ Dessa maneira, mais do que na história, já que o livro traz sempre a ambigüidade entre o passado anterior e a

²¹⁷ NASCIMENTO, José Leonardo do. “O cosmo festivo: a propósito de um fragmento de ‘A terra’”. In: NASCIMENTO, José Leonardo (org.). *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*, op. cit., p. 175.

²¹⁸ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*, op. cit., p. 132. Sevcenko considera aqui “fluxo narrativo” apenas nessa dimensão do sujeito enunciador. Se a expressão fosse considerada a partir da temporalidade narrativa no livro, as variações são enormes, alterando-se desde a descrição longa da terra, passando por curtas narrativas biográficas, chegando até mesmo ao nível da crônica, quando o autor apenas enumera os eventos acontecidos em determinado momento da guerra.

²¹⁹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 14.

²²⁰ LIMA, Nísia Trindade. “A sociologia desconcertante de *Os sertões*”. In: NASCIMENTO, José Leonardo (org.). *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*, op. cit., p. 80.

própria ausência de temporalidade no sertão, Euclides busca na geologia a maneira de compreender as estratificações temporais da experiência narrada.²²¹

Já foi citada a comparação que ele elabora entre o geólogo e o historiador visando estudar a psicologia de um povo. “Da mesma forma que o geólogo interpretando a inclinação e a orientação dos estratos truncados de antigas formações esboça o perfil de uma montanha extinta, o historiador só pode avaliar a altitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou”.²²² Para se escrever a história de um povo, há que se atravessar as camadas que se sobrepõe e que formam o solo psicológico de determinada coletividade. Igualmente, quando se trata de uma sociedade deslocada no tempo, na qual toda a linguagem histórica (de ordem temporal) parece se elidir, faz-se uso, de forma coerente é preciso dizer, do discurso geológico. Em uma conferência alguns anos depois de lançado o livro, Euclides torna evidente sua posição. A idéia de inversão no tempo, já bastante salientada, permanece: “a luta de 1897, nos sertões baianos, a despeito de sua data recente, foi um *refluxo do passado*; o choque da nossa pré-história e da nossa modernidade; *uma sociedade a abrir-se nas linhas de menor resistência, e mostrando, em plena luz, as suas camadas profundas, irrompendo devastadoramente, a exemplo de massas candentes de diabásio que irrompem e se derramam por vezes sobre os terrenos modernos, extinguindo a vida e incinerando os primores da flora exuberante*”.²²³ Cabe constatar a proximidade em relação a uma passagem significativa do livro: “Canudos era uma tapera miserável, fora dos nossos mapas, perdida no deserto, aparecendo, indecifrável, como uma página truncada e sem número das nossas tradições. Só sugeria um conceito – e é que assim como os estratos geológicos não raro se perturbam, invertidos, sotopondo-se uma formação moderna a uma formação antiga, a estratificação moral dos povos por sua vez também se baralha, e se inverte, e ondula rinçada de sinclinais abruptas, estalando em *faults*, por onde rompem velhos estádios há muito percorridos”.²²⁴

O contato entre temporalidades distintas só encontra representação satisfatória se colocada na concretude das metáforas espaciais, como a irrupção que verte sobre a terra

²²¹ Sobre a propriedade do uso de metáforas geológicas para a compreensão da temporalidade histórica, ver KOSELLECK, Reinhart. “Estratos del tiempo”. In: *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós, 2001, p. 35-42.

²²² CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 132.

²²³ Citado em SANTANA, José Carlos Barreto de. “Geologia e metáforas geológicas em *Os sertões*”, op. cit. (itálico meu).

²²⁴ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 300.

nova os compostos antigos há muito escondidos nas profundezas da terra. Na impossibilidade de se encontrar nos conceitos da história o instrumental adequado para representar uma tal reversão do tempo, a geologia parece suficientemente clara para tal descrição. José Carlos Barreto de Santana propõe de forma pertinente que entrar para o interior do Brasil era não apenas um retorno na história, era também como escavar em direção ao interior da própria terra. Ou seja, esta veste mista de historiador e de geólogo que portava Euclides é também uma veste de arqueólogo. O encontro com Canudos desperta nele “a mesma curiosidade do arqueólogo ao deparar as palafitas de uma aldeia lacustre, junto a uma cidade industrial da Suíça...”²²⁵

Tudo isso indica algo além de uma simples descontinuidade entre duas cronologias, mas uma fissura no tempo que apenas um evento tão devastador como a invasão de lava candente em paragens floridas parece permitir o contato entre ambas temporalidades. A indagação pode, enfim, ser colocada: como, em *Os sertões*, está representada a distância no tempo que o autor não cessou, desde o começo do livro até suas derradeiras páginas, de ressaltar? A pergunta, em parte respondida nas seções precedentes, se torna pertinente justamente porque Euclides *esteve* no sertão, nessa terra alheia que é também um outro tempo. De que maneira ele transpôs para o discurso essa transposição da história que ele mesmo vivenciou? O que quer dizer, em termos de escrita e de representação, narrar um refluxo no tempo? E, sobretudo, como articular no texto os dados da sua presença no espaço com a suposição de uma ausência no tempo (já que o sertão *não está* no tempo do autor que *esteve* no espaço do sertão)? Uma vez mais, para terminar, é preciso retornar à relação do observador-viajante com o narrador que agora, para efeito de análise, podem assumir as vestes comuns do etnógrafo, ele que encarna ambas as figuras em sua prática.

Johannes Fabian é um dos autores que procurou investigar a dimensão temporal no trabalho dos antropólogos. Para ele, o tempo é uma das categorias fundamentais que definem as relações e diferenças entre o *mesmo* e o *outro*, isto é, uma categoria instituidora da alteridade. Nesse sentido, ele serviria, dentro do discurso antropológico, como uma maneira de estabelecer o outro como um ausente, apartado pelo tempo: “a presença empírica do Outro torna-se sua ausência teórica, um truque de mágica (*conjuring trick*) trabalhado com a ajuda de uma série de artifícios (*array of devices*)

²²⁵ *Ibid.*, p. 301. Deixando de lado toda a discussão sobre a questão dos discursos, para uma interessante reflexão sobre as relações entre rupturas temporais (descontinuidades) e análise arqueológica, ver FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*, op. cit.

que têm a intenção e função comuns de manter o Outro fora do Tempo da antropologia”.²²⁶ Detendo-se na história da antropologia, algumas considerações que ele estabelece sobre o contexto evolucionista parecem pertinentes para a compreensão aqui desejada.

Marcada pelo íntimo contato com as ciências naturais e com as viagens dos naturalistas, a antropologia no século XIX assume plenamente o tempo natural e secularizado, distinto da temporalidade religiosa do cristianismo. Fabian define, por exemplo, o papel das viagens em tal processo de secularização: se na tradição cristã elas assumem ares de peregrinação em lugares santos, a partir do iluminismo a viagem se torna uma prática filosófica. A distinção é importante pois pressupõe um deslocamento de tempo e espaço: “a viagem religiosa era *para (to)* o centro da religião ou *para (to)* a salvação das almas; agora, a viagem secular era *desde (from)* os centros de aprendizado e poder para lugares onde o homem não acharia nada senão ele mesmo”.²²⁷ Ou seja, um sentido de abertura para o outro é o que caracteriza a viagem moderna que, em seu significado fundamental, equivalia ao estabelecimento de relações espaciais entre o *aqui* e o *lá*.²²⁸ Nesse sentido, a ruptura com o tempo linear e homogêneo da religião criou também condições para se pensar a diferença no espaço como uma diferença no tempo. Nesse processo em que o evolucionismo desempenhou papel fundamental, a passagem de uma concepção medieval de tempo para a temporalidade moderna baseou-se também na criação de procedimentos físicos de quantificação do tempo. Fabian situa na obra de Charles Lyell, *Principles of geology*, de 1830, um *turning point* de tal processo, em que ficaria evidente o fato da antropologia evolucionista *espacializar o tempo*. As formas religiosas de periodização da história cediam espaço ao empirismo das ciências naturais. “A verdadeira razão pela qual a cronologia bíblica teve de ser abandonada era que ela não continha o *tipo certo de Tempo (right kind of Time)*”.²²⁹ A geologia, a partir da presença física da matéria, oferecia melhores condições de mensuração das durações

²²⁶ FABIAN, Johannes. “Preface and acknowledgments”. In: *Time and the other. How anthropology makes its object*, op. cit., p. XI. Para uma análise diversa e generalizante sobre a exclusão da história do discurso antropológico, ver THOMAS, Nicholas. *Out of time. History and evolution in anthropological discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. “A exclusão do processo histórico foi um elemento necessário na profissionalização da disciplina, e foi perpetuado pois, no nível mais geral, o objeto de estudo não mudou. Este objeto foi e é essencialmente um sistema ou estrutura social ou cultural fora do tempo”, p. 120.

²²⁷ FABIAN, Johannes. “Time and the emerging other”, op. cit., p. 6.

²²⁸ Ver, por exemplo, a viagem de Jean de Léry. CERTEAU, Michel. “Ethno-graphie. L’oralité, ou l’espace de l’autre: Léry”. In: *L’écriture de l’histoire.*, op. cit., p. 215-248.

²²⁹ FABIAN, Johannes. “Time and the emerging other”, op. cit., p. 13.

(vale dizer, “mais científicas”) e, por conseguinte, possibilidades distintas de se periodizar a história.

Obviamente, não se trata de simplesmente estabelecer o contexto para situar Euclides da Cunha e *Os sertões* dentro dele, literalmente “encaixado” em seu momento histórico. Não obstante, parece ficar claro o fato de que ele se valeu plenamente de parte do instrumental teórico possível na ocasião da escrita de seu livro. A viagem para fora e o recurso à geologia como procedimento de compreensão do tempo, dessa maneira, têm sua coerência garantida pela própria disponibilidade teórica do autor. A organização do livro é explícita nesse sentido: a terra, o homem, a luta. Euclides não consegue transpor a sua (por si assumida) própria concepção moderna de história, este “singular coletivo” que abarca num mesmo tempo a pluralidade da experiência humana. Assim, “prender” o tempo do sertanejo ao tempo da terra, e não simplesmente por conta do determinismo mesológico que invade algumas páginas do livro, é uma maneira segura de tornar significativa a experiência no sertão; isto é, uma estratégia prudente de produzir um sentido histórico compreensível na própria ausência do movimento esperado da história: parados no tempo ou, o que é o mesmo, fora do tempo daquele que os observa, o sertão e o sertanejo equivalem a estratos geológicos existentes sob camadas que os encobrem e que apenas o choque entre elas, semelhante a uma irrupção vulcânica, permite tornar visível, com todas as conseqüências que um tal acontecimento ocasiona.

Porém, a problemática do tempo na construção antropológica vai além do que até aqui foi exposto; ela chega mesmo ao próprio âmbito da escrita e da representação. E através da formulação de uma tese que orienta sua argumentação, Fabian chega ao ponto fundamental que interessa à presente análise. Segundo o autor, “não é a dispersão das culturas humanas no espaço o que leva a antropologia a ‘temporalizar’ [...]; é o Tempo naturalizado-espacializado que dá sentido à distribuição da humanidade no espaço”.²³⁰ Ou seja, a classificação espacial que orienta o estudo de sociedades afastadas territorialmente é, antes de tudo, uma forma de organização das culturas no tempo; uma espécie de geografia temporal que divide e aparta os povos, no espaço e no tempo, entre outros procedimentos, pela distinção entre civilizados e primitivos.²³¹

²³⁰ *Ibid.*, p. 25. A definição das terras como um mundo *Novo* parece indicar a dimensão de tempo que envolve a apreensão da diferença no espaço.

²³¹ Se a idéia de *selvagem* é ainda marcada por uma concepção originada pela convergência entre história civil e história natural, ou seja, o selvagem é um elemento localizado em relação ao *espaço da natureza*, a noção de *primitivo* responde a um momento de separação entre história natural e história “civil”, onde ele é colocado em relação à temporalidade progressista da civilização e deve, portanto, atender aos

Fabian acrescenta ainda que “a história de nossa disciplina revela que este uso do Tempo quase invariavelmente é feito com o propósito de distanciar aqueles que são observados do Tempo do observador”.²³² A citação que faz de Degérando e que serve de epígrafe para este capítulo ilustra bem a asserção: fica a impressão de que viajar para outro lugar é também uma forma de chegar a um tempo distinto. Assim, no que diz respeito à definição do outro enquanto um selvagem, para o antropólogo “o que faz do selvagem algo significativo para o Tempo evolucionista é que ele vive em outro Tempo”.²³³

Ele chega, então, ao momento crucial de sua análise. As determinações de tempo da escrita antropológica têm por princípio paradoxal *negar a contemporaneidade (coevalness)* entre observador e observado, ou seja, no limite, a negação do próprio tempo em que se dá a observação. Paradoxal pois é justamente a co-presença de sujeito e objeto o que define o trabalho do antropólogo. Dessa forma, o termo “selvagem”, além do valor moral que carrega, é todo ele impregnado de um sentido de tempo: “*selvageria (savagery)* é um marcador do passado, e se a evidência etnográfica constrange (*compels*) o antropólogo a atestar que a selvageria existe em sociedades contemporâneas, então ela será colocada, pelo golpe (*dint*) de algum tipo de estratificação horizontal, no *seu* tempo, não no nosso”.²³⁴ Fabian define, portanto, o discurso antropológico como um “discurso alocrônico”, um trabalho sobre a diferença *no e de* tempo.²³⁵ “É um discurso cujo referente foi removido do presente do sujeito que fala/escreve (*speaking/writing subject*)”.²³⁶ Assim sendo, por trás do uso conceitual do tempo naturalizado oculta-se também uma atitude política. Ele sugere, então, esta

pressupostos de um *tempo histórico*. Fica a equação: selvagem = espaço/natureza; primitivo = tempo/história.

²³² *Ibid.*, p. 25.

²³³ *Ibid.*, p. 27.

²³⁴ FABIAN, Johannes. “Time and writing about the other”. In: *Time and the other. How anthropology makes its object*, op. cit., p. 75. Em outro texto, sugere, desta vez alterando a terminologia mas mantendo a idéia, que a antropologia *não pensa o primitivo*, ela *pensa em termos do primitivo*: ele é tanto uma categoria de pensamento quanto uma figura do discurso. FABIAN, Johannes. “Culture, time, and the object of anthropology”. In: *Time and the work of anthropology. Critical essays 1971-1991*. Herwood Academic Publishers: 1991, p. 198.

²³⁵ Além disso, a distância se dá de outras formas. Fabian ressalta a dicotomia temporal que constitui o trabalho do antropólogo: há o tempo da pesquisa, caracterizado pela presença *in loco* do pesquisador no campo de observação; e há o tempo da escrita, marcado pela ausência e pela distância em relação ao campo. O uso no texto das flexões verbais no presente, se por um lado cria o efeito da presença empírica do autor junto ao objeto da observação, oculta o fato de que aquilo sobre o que se escreve se constituiu como o próprio passado do antropólogo. Aí ele chega numa questão complexa que não será aqui senão mencionada: o caráter de *memória autobiográfica* dos textos antropológicos.

²³⁶ FABIAN, Johannes. “Conclusions”. In: *Time and the other. How anthropology makes its object*, op. cit., p. 143.

pretensão de poder da antropologia: “é ao diagnosticar o discurso temporal da antropologia que se pode redescobrir o óbvio, ou seja, que não há conhecimento sobre o Outro que não seja também um ato político, temporal e histórico”.²³⁷ Sendo uma “ciência do desaparecimento”, a antropologia, ao se estabelecer como alocrônica e negar a contemporaneidade de seu objeto, retira também seu (o do objeto) papel ativo na história (o fato dele ser, antes que objeto, co-sujeito da experiência narrada).

Voltando a Euclides, parece evidente que não se trata da simples negação da agência histórica do sertanejo; o livro é bastante claro nesse sentido quando aponta as façanhas bélicas dos jagunços. Porém, o “ato político” que se inscreve na representação do sertão e do sertanejo assume um duplo viés. Já se escreveu sobre o fato de que, ao viajar para o interior do país, Euclides conseguiu ver melhor o litoral, ou seja, a civilização e a república, além dele ter podido *se ver* melhor.²³⁸ O refluxo no tempo, a descida geológica aos estratos escondidos do passado, lhe permitiu repensar seu próprio presente e notar os descaminhos por que adentrava sua sociedade. Por isso que o conhecimento sobre o outro assumiu, na sua obra, um posicionamento político com ares de denúncia. O que poucos salientam, por outro lado, é o caráter de dominação (voluntária ou involuntária, pouco importa aqui) com que se traveste seu discurso. Apesar das duas leituras possíveis de seu texto, a do sertanejo como forte ao mesmo tempo que bárbaro retrógrado, fica a impressão de que sobressai a segunda; na descrição do Quasímodo, Hércules é uma figura de segundo plano, talvez meramente retórica. O selvagem do sertão é aquele que é preciso empurrar para fazer acompanhar a marcha da civilização; é aquele que é preciso trazer para o “nosso” tempo. Ou progresso ou nada. Subsumido ao discurso da ciência, o sertanejo atrofia: ou é o produto exótico da exacerbação lírica do autor, ou é caricatura da espécie, uma “caqueirada humana”, como acusam suas palavras impiedosas. Quanto aos “nossos patrícios”, dos “extraordinários” da nota preliminar passa-se, sem muitos pudores, aos “rudes” das páginas finais. É, pois, sempre de través que o sertanejo é representado.²³⁹ Não é à toa que Luiz Costa

²³⁷ FABIAN, Johannes. “Time and the emerging other”, op. cit., p. 1.

²³⁸ A entrada nos sertões configurou-se como “a descoberta de um admirável mundo novo e sobretudo como um rito de passagem [...] Trata-se de um novo descobrimento por um *viajor* audaz, que no fim se descobre a si mesmo”. BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos*, op. cit., p. 51. Luiz Costa Lima ressalta também que, “embora curta, a permanência na Bahia fizera surgir outro Euclides. O contato com o interior do país enterrara o republicano ingênuo e fervoroso. Sua impetuosidade agora beirará o trágico”. LIMA, Luiz Costa. *Euclides da Cunha. Contrastes e confrontos do Brasil*, op. cit., p. 37.

²³⁹ “Uma maneira de lidar com as dificuldades de retratar o jagunço como selvagem, depois de haver colocado empenho na sua defesa, era aproximar-se dele obliquamente”. BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos*, op. cit., p. 32.

Lima afirmou que “quando os sertanejos não são dizimados pelas balas federais, o serão pela artilharia verbal do escritor”.²⁴⁰

A escrita do livro é toda ela atravessada pela diferença, pela distância, embora ele se encontre entre as primeiras posições no rol dos textos fundamentais que oferecem uma interpretação do Brasil e, em alguns casos, uma possível identidade nacional voltada para o elemento “interior” do país.²⁴¹ Se muito é falado sobre a idéia do sertanejo como “rocha viva” da nacionalidade e também sobre o privilégio que Euclides concede ao elemento indígena na formação racial brasileira,²⁴² pouco se comenta uma passagem elucidativa do livro: aquela em que, apontando a “separação de destinos” que opunha sulistas e nortistas durante o período colonial, o autor revela seu parecer: “não temos contraste maior na nossa história. Está nele a sua feição verdadeiramente nacional”; uma feição do descompasso.²⁴³ “De Euclides, não se poderia esperar, em relação ao mundo de Canudos, mais do que a solidariedade de quem se mantinha à distância”.²⁴⁴ Em uma sociedade historicamente fraturada, não há aproximar possível entre o *lá* e o *aqui*, um meio caminho; a devastação causada pela guerra bem o mostrou. A obra como vingança deixou claro também um hiato de tempo: ao invés de trazer Canudos para o tempo da civilização, o futuro do passado, a civilização atravessou o vilarejo tornando-o ruína, mas não como vestígio benfazejo de outrora e sim como entulho a ser esquecido no passado. Isso aparece tal como previa o conceito de civilização assumido pelo autor: “a civilização é o corolário mais próximo da atividade humana sobre o mundo; emanada diretamente de um fato, que assume hoje, na ciência social, o caráter positivo de uma lei – a evolução –, o seu curso, como está, é fatal,

²⁴⁰ COSTA LIMA, Luiz. “Nos Sertões da oculta *mimesis*”, op. cit., 234.

²⁴¹ Nesse sentido, não deixa de ser paradoxal a apropriação e revalorização de Euclides da Cunha, particularmente de *Os sertões*, pelo Estado Novo, em seu intuito de formulação de uma consciência histórica unitária e centralista, uma vez que o livro parece indicar justamente o contrário dessa pretensão. Sobre o assunto ver ABREU, Regina. *O enigma de Os sertões*, op. cit., que aponta o projeto de expansão territorial (a “marcha para o oeste” e o “ideal bandeirante”) estadonovista como motivo da re-atualização de Euclides; e GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores. A política cultura do Estado Novo*, op. cit. (fazendo a ressalva para alguns lapsos cronológicos e equívocos de informação do trabalho), que analisa a mobilização do regime no sentido de se reinventar a história nacional.

²⁴² Em *Os sertões*, Euclides é partidário da versão sobre a origem autóctone do *homo americanus*, distinguindo-se, por exemplo, de Varnhagen, quem traçou uma curiosa genealogia do índio brasileiro remontando ao período posterior à queda de Tróia e, em termos espaciais, à região asiática. Nessa lógica varnhageniana, os portugueses e os africanos, tanto quanto os indígenas, seriam elementos “alienígenas” na formação histórica do Brasil. CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, op. cit., p. 67 e ss. Ver ainda, sobre Varnhagen: CEZAR, Temístocles. “A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis”. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Estudos sobre a escrita da história*, op. cit., p. 29-41.

²⁴³ *Ibid.*, p. 82.

²⁴⁴ LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota*, op. cit., p. 149.

inexorável, não há tradição que lhe demore a marcha, nem revoluções que a perturbem...”.²⁴⁵ Ironia maior que o autor não pôde presenciar: seu deserto, que antes da história era mar, hoje se cala afogado pelas águas de uma barragem, signo vigoroso do avanço civilizacional!

É bem verdade que o livro persiste como luta travada contra o esquecimento, trabalho de memória que o caracteriza como texto fundamental de uma cultura. Fica, contudo, difícil dizer o que se deve lembrar e o que convém esquecer. Certo é que convencionou-se lembrar da coragem e bravura sertanejas, além da covardia e estupidez republicanas. Esqueceu-se, porém, dessas sutis e por vezes danosas estratégias de fabricação do outro, de produção da distância e dos princípios de dominação por elas engendrados. As palavras de Costa Lima ainda ressoam poderosas: “Euclides não é um monumento da nacionalidade, porém o seu mais expressivo (e lamentável) documento”.²⁴⁶ Documento de uma sociedade fraturada e inconciliável, pode-se pensar. Porém, as razões do lamento cabem a cada leitor em particular do livro.

*

Considerando as hipóteses levantadas nesta segunda parte, a de que *Os sertões* marca um momento decisivo no contexto intelectual brasileiro, expandindo as possibilidades abertas pela literatura e pela história literária do século XIX no sentido de se interpretar a realidade nacional por meio de uma representação do passado, e marcando, com isso, uma guinada importante para o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, mesmo que o trabalho de Euclides estivesse longe da prática de um sociólogo propriamente dito, e, segunda hipótese, a de que o livro é todo ele fundado por uma noção de distância que instituiu uma diferença fundamental, no tempo e no espaço, no seio da sociedade brasileira, um senso de ruptura que torna difícil qualquer processo de identificação no qual se assentariam as bases para uma identidade nacional; pois bem, considerando tais hipóteses, resta tentar perceber de que maneira elas contribuem para o entendimento da escrita da história em *Casa-grande & senzala*.

²⁴⁵ Citado em SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*, op. cit., p. 150.

²⁴⁶ COSTA LIMA, Luiz. “Nos Sertões da oculta *mimesis*”, op. cit., p. 203.

TERCEIRA PARTE

V

GILBERTO FREYRE VIAJANTE: OLHOS SEUS, OLHARES ALHEIOS¹

“Pois quase a mesma coisa que conversar com os homens de outros séculos é viajar”.

René Descartes²

“O historiador, da mesma maneira, viajou com seus pés (bom pé, bom olho), mas também nos e pelos relatos dos outros”.

François Hartog³

A viagem como experiência

“Vi uma vez, depois de mais de tres annos macissos de ausencia do Brasil, um bando de marinheiros nacionaes – mulatos e cafusos – descendo não me lembro si do *São Paulo* ou do *Minas* pela neve molle de Brooklyn. Deram-me a impressão de caricatura de homens. E veio-me á lembrança a phrase de um livro de viajante inglês ou americano que acabara de lêr sobre o Brasil: ‘*the fearfully mongrel aspect of the population*’. A miscegenação resultava naquilo”.⁴ Tal passagem, retirada do prefácio à primeira edição de *Casa-grande & senzala*, a qual poderia indicar uma possível visão racista do autor, aponta para questões que ultrapassam o âmbito do conteúdo

¹ Versões deste capítulo foram lidas e comentadas por Maria da Glória Oliveira e Rodrigo Turin. Outra versão foi discutida pelos colegas do GT de Teoria da História e Historiografia, da Anpuh/RS, em 2005, sendo um resumo dele apresentado na Jornada de Historiografia e História Política, realizada no Rio de Janeiro, 10-12 de outubro de 2005, da qual resultou a publicação no livro *Estudos sobre a escrita da história* (Rio de Janeiro: 7Letras, 2006), organizado por Manoel Luiz Salgado Guimarães. Meus agradecimentos a todos.

² DESCARTES, René. “O discurso do método”. trad. de Enrico Corvisieri. In: *Descartes*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 39.

³ HARTOG, François. “Primeiras figuras do historiador na Grécia: historicidade e história”. In: *Os antigos, o passado e o presente*. trad. de Sonia Lacerda, Marcos Veneu, José Otávio Guimarães. Brasília: Editora da UNB, 2003, p. 31.

⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 1ª edição, op. cit., p. XII.

sociológico da obra e suas discussões sobre raça e cultura, incidindo decisivamente na forma de sua composição, isto é, na operação intelectual que a constitui.

A impressão causada pela visão em Nova Iorque, que já havia sido esboçada em seu diário no momento mesmo em que lhe ocorrera, quando a afirmação direta (“a miscegenação resultava naquilo”) era ainda uma indagação sobre os efeitos produzidos pelo contato entre as raças (“mal da mestiçagem?”), é uma reação própria de um certo tipo de viajante.⁵ O caso de von Martius, um século antes, é exemplar nesse sentido. Quando desembarcou no Brasil em 1817, o cientista bávaro se espantou com a “turba variegada de negros e mulatos [e com] a natureza inferior, bruta, desses homens importunos, seminus [que] fere a sensibilidade do europeu que acaba de deixar os costumes delicados e as formas obsequiosas da sua pátria”.⁶ Se a experiência para Freyre lhe inspirou questões sobre a mestiçagem, modificando sua própria maneira de encarar o problema e criando as possibilidades para o desenvolvimento dos pressupostos epistemológicos de sua obra (as relações entre raça e cultura), o choque inicial definiu para o naturalista alemão as condições de inteligibilidade sobre este lugar “outro” que era o Brasil. Outro exemplo notável do papel da viagem (e do assombro causado por ela) para a formação dos princípios intelectuais de um autor, é o de Varnhagen: embora demonstrasse no início, antes do conhecimento *in loco*, simpatia pelo elemento indígena, após viagens para o interior do Brasil, pelas quais pôde ter um contato empírico com os índios, reviu sua posição, fato que contribuiu para a elaboração de uma visão pessimista e depreciativa dos nativos.⁷

⁵ Essa impressão foi relatada muito antes da elaboração do referido prefácio. A anotação em seu diário de mocidade, data do ano de 1921, portanto com mais de uma década de antecedência. Traz o mesmo conteúdo com algumas alterações de forma: “vi um desses marinheiros de guerra do Brasil caminhando pela neve do Brooklin. Pareceram-me pequenotes, franzinos, sem o vigor físico dos autênticos marinheiros. Mal da mestiçagem?”. FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 68. Em carta a Oliveira Lima, datando 17 de janeiro de 1921, Freyre diz que esteve no Brooklin e “deu um salto no ‘Minas’”, que estava então em reparos. Pouco mais de um mês depois, volta ao assunto e de maneira um tanto diferente daquela que assumirá no livro de 1933: comentando suas leituras recentes, define-as como sendo “interessantes estudos do problema de raças, mistura, etc. do qual nosso Brasil *sofre*. Precisamos opor ao ‘salto atroz’ o imigrante branco. Quanto mais estudo o problema do ponto de vista brasileiro, mais alarmado fico. Estive a notar outro dia a tripulação do ‘Minas’: a gente de cor deve ser mais de 75%” (itálico meu). Ao que ponderou Oliveira Lima: “é claro que o imigrante branco é o que nos convém. Mas não será preferível dar-lhe o espetáculo da fusão a dar-lhe o da exclusão?”. Ver GOMES, Angela de Castro (organização, introdução e notas). *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas: Mercado de Letras, 2005, p. 64 e 68-9. Sobre a expressão “salto atroz”, Pallares-Burke sugere que de fato seria “salta atrás”, expressão em língua inglesa relativa aqueles que possuem ancestrais africanos. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Gilberto Freyre. Um vitoriano dos trópicos*, op. cit., p. 278, n. 61.

⁶ Citado em GUIMARÃES, Manoel Salgado. “História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação”. In: *Manguinhos – História, Ciências, Saúde*, vol. II, jul.-out., 2000.

⁷ Ver CEZAR, Temístocles. *Varnhagen in movement*, op. cit.

Assim, cabe ressaltar que o fato transcrito por Freyre ocorre no estrangeiro, depois de mais de três anos maciços de ausência do Brasil, além da informação de que a frase lembrada foi extraída de um relato de viajante.⁸ Questão clássica da historiografia desde Heródoto: François Hartog enfatiza, na sua tese sobre o historiador de Halicarnasso, o fato fundamental do exílio e da viagem; e um outro autor antigo ressaltará a importância da viagem, como experiência do olhar, para o conhecimento histórico. Políbio se mostra suspeito com relação a autores que não viajam: “apesar de não demonstrar a mínima precaução, de ter passado a vida num único lugar, como estrangeiro, de ter como que recusado deliberadamente toda atividade nos domínios da ação guerreira e política, bem como todo sentimento pessoal que provém da viagem e da observação, não sei como pode ter a fama de encabeçar o pomposo cortejo dos historiadores”.⁹ E Luciano de Sámosata adverte, segundo uma outra forma de registro, para a necessidade dos historiadores serem apátridas, desvinculados de tal ou qual Estado. Ou seja, para Luciano, condição fundamental para o trabalho histórico era o historiador se constituir como estrangeiro, produzindo seu relato a partir de um olhar distanciado, “de fora”.¹⁰

Na historiografia brasileira, desde um texto fundador para a história da história no Brasil, a monografia de von Martius, a questão da viagem é apontada como premissa fundamental para o trabalho do historiador, sobretudo por através dela ser possível *ver* a história. O premiado e viajado autor considera, muito à maneira de Políbio, que para a correta escrita sobre as diversas partes que compõem o Brasil é “indispensável que o historiador tivesse visto esses paizes [sobre as províncias], que tivesse penetrado com os seus próprios olhos as particularidades da sua natureza e população. Só assim poderá ser apto para avaliar devidamente todos os acontecimentos históricos que tiveram lugar em qualquer das partes do Imperio, explicá-los pela particularidade do solo que o homem habita; e collocá-los em um verdadeiro nexos pragmático para com os acontecimentos na vizinhança.”¹¹ Flora Süssekind, investigando temática correlata, já ressaltou a relação entre a viagem e a narrativa na formação do romantismo brasileiro, sugerindo como os relatos de viagem, assim como a pintura paisagística, delinearam certos modelos a partir

⁸ Na publicação do texto de sua pesquisa de mestrado, Freyre cita a mesma passagem (*the fearfully mongrel aspect of the population*), fazendo em pé-de-página a referência ao livro de C. S. Stewart. *The personal record of a cruise*, p. 72. FREYRE, Gilberto. “Social life in Brazil in the middle of the nineteenth century”, op. cit., p. 601.

⁹ HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*, op. cit., p. 227-368. POLÍBIO. *Histórias*, 12, 28, 6, citado em HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*, op. cit., p. 125.

¹⁰ LUCIAN, 41.

¹¹ MARTIUS, Carlos Frederico Ph de. “Como se deve escrever a historia do Brasil”, op. cit., p. 408.

dos quais o narrador ficcional ocupou-se para escrever sobre a nação. “Percorrer o país, registrar a paisagem, colher tradições: esta a tarefa não só dos viajantes estrangeiros que visitam e definem um Brasil nas primeiras décadas do século passado [isto é, o século XIX], este o papel que se atribuem também escritores e pesquisadores locais à época”.¹² Ou seja, nesta fronteira permeável entre história e literatura, a questão do viajante desponta em primeiro plano na atividade de descrição do real.

Pensando naqueles que são considerados os principais historiadores nacionais do século XIX e começo do XX, Varnhagen e Capistrano de Abreu, a viagem, para cada qual com um sentido particular, também assume importância fundamental: o primeiro, chamado de “pai da história” brasileira, foi autor sempre em movimento, no constante deslocar que o levava, em grande parte devido à carreira diplomática que desempenhou junto ao império, não só de um arquivo a outro, mas de uma paisagem a outra, com o intuito em mente de ver com seus olhos a história que os documentos lhe permitiam contar, legitimada inclusive pela sua própria visão. Dessa maneira, Capistrano considerava que o Visconde de Porto Seguro, ocupando o lugar de um “destemido bandeirante”, além de tudo ter examinado, também tudo viu.¹³ No caso do historiador cearense, entretanto, a coisa muda de figura. Como sugere Maria da Glória de Oliveira, “a viagem, em Capistrano, seria outra, distinta daquela do historiador-andarilho, pois não o incitaria a percorrer largas distâncias, a vagar de um espaço a outro. Embora as inúmeras incursões à região centro-sul enfeixem um capítulo significativo em sua biografia, nada as aproximaria do périplo incansável empreendido por Varnhagen – caso paradigmático daquele historiador-viajante que, transpondo fronteiras, *via* a história. Em contrapartida, Capistrano excursionava pelo interior do país, motivado ora pelas circunstâncias oportunas de ser hospedado por amigos, ora pela busca de ambiente favorável a seus trabalhos de pesquisa [...] Acima de tudo, e onde quer que estivesse, importava-lhe menos cartografar paisagens do que se dedicar inteiramente à leitura”.¹⁴

Euclides da Cunha, como se viu, pode ser aqui também mencionado como exemplo de autor que soube aliar aos princípios interpretativos encontrados em diversos setores do saber, a experiência marcante da viagem. Sua vida pessoal foi desde o princípio marcada pelos constantes deslocamentos que a situação familiar lhe impunha.

¹² SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*, op. cit., p. 55.

¹³ ABREU, J. Capistrano de. “Necrologio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro”, op. cit., p. 138-140. Ver ainda, CEZAR. Temístocles. *Varnhagen in movement*, op. cit.

¹⁴ OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*, op. cit., p. 25-26.

No seu contexto intelectual, se a expedição ao sertão baiano é o caso paradigmático da sua função de observador de campo, não menos importante foi a ida ao interior amazônico, que acabou por complementar os elementos formativos da sua interpretação da nação brasileira. A visão propiciada pela viagem era ali o contraponto para a leitura dos livros. Em contexto posterior e bastante diverso ao de Euclides, uma menção também pode ser feita a Mário de Andrade, que, segundo dizem, “descobriu” o Brasil em viagem por Minas Gerais (1924), e cujo *Macunaíma*, se não é especificamente um ensaio histórico, é em grande parte devedor das pesquisas históricas e etnográficas feitas pelo seu autor, em parte durante viagens pela Amazônia (1927) e pelo nordeste do país (1928-1929), ainda que seu autor jamais tenha feito uma viagem de formação, comum para alguns de seus pares, pela Europa. Como salienta José Tavares Lira, “na interpretação da obra de Mário, a viagem ocupa um lugar importante, seja como momento de complementação das fontes folclóricas, míticas e lingüísticas do *Macunaíma* em redação, seja como principal ingrediente de definição antropológica do herói sem caráter, seja ainda para a compreensão de sua biografia - a viagem parodiando um roteiro tornado folclórico na família, cristalizando um vínculo emocional com a cultura popular, e nele antecipando a figura do intelectual engajado na política cultural e na etnografia na década seguinte”.¹⁵ Sérgio Buarque de Holanda é outro autor cuja experiência da viagem representou, com certas particularidades, ganhos intelectuais consideráveis. Embora não tenha viajado com o intuito exclusivo da pesquisa, sua ida à Alemanha em 1929, com passagem pela Polônia, seguindo proposta de Assis Chateaubriand para ser correspondente d’*O Jornal*, permitiu a ele, além de diversos contatos pessoais, uma imersão em leituras teóricas que muito contribuíram para as feições dadas ao *Raízes do Brasil*. Embora o próprio autor considerasse exagerado entender a viagem a Berlin como motivo suficiente para compreender a influência dos autores de língua alemã, reconheceu que os cursos de história seguidos, mesmo que sem regularidade, abriram-lhe novos caminhos de interpretação histórica.¹⁶

Embora fosse seu irmão quem portasse a alcunha do viajante, Gilberto Freyre, da sua maneira muito particular, misturando prazer e pesquisa, apreciava as viagens. No

¹⁵ LIRA, José Tavares Correia de. “Naufrágio e galanteio: viagem, cultura e cidades em Mário de Andrade e Gilberto Freyre”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 20, n. 57, 2005 (como consultei a versão eletrônica do artigo, a citação não segue paginada). Ver ainda a edição crítica da obra, contendo textos analíticos bem como um dossier volumoso sobre o livro: ANDRADE, Mário de. *Macunaíma. O herói sem nenhum caráter*. Edição crítica coordenada por Telê Porto Ancona Lopez, op. cit.

¹⁶ Ver FRANÇOSO, Mariana de Campos. *Um outro olhar: a etnologia alemã na Obra de Sérgio Buarque de Holanda*. DiSSERTAÇÃO de mestrado em antropologia social. Campinas: Unicamp, 2004, p. 39 e ss.

seu caso, a distância percorrida envolvia cruzar um oceano, atrevesando fronteiras continentais. Apesar dos nomes acima citados, talvez não fosse algo tão generalizado entre os de sua geração, pelo menos em seus anos formativos, vivendo nas primeiras décadas do 1900 e em meio às desventuras da primeira grande guerra do século. O fato é que, em seu diário íntimo, Freyre escreve sobre os perigos e as angústias da viagem, em 1918 à bordo do navio *Curvelo*, em direção aos Estados Unidos, inclusive narra o perigo de ataques à embarcação pela marinha inimiga. Seu irmão Ulisses que o precedera neste périplo, retornando da América do norte após estudos de formação, relatara o fato do navio em que viajava ter sido atacado durante a viagem.¹⁷ Não obstante a situação de risco, o jovem pernambucano que atravessou o Atlântico ainda antes dos vinte anos de idade pegou gosto pela coisa e soube, como poucos, transcrever sua vivência em palavras. Como salientou em certa ocasião Ângela de Castro Gomes, Freyre era não apenas um viajante de espaços físicos, mas também de espaços textuais: livros e bibliotecas. Sugestão igualmente feita por Maria Lúcia Pallares-Burke: “mas além de viajar por meio das leituras, Freyre aprendeu com os livros que viajar inteligentemente envolvia a ‘leitura’ de monumentos, de pessoas e dos detalhes que, como se fossem textos em língua estrangeira, tinham de ser decodificados para ser compreendidos”.¹⁸

A experiência da viagem, nesse sentido, desempenha papel preponderante na elaboração de *CG&S*. Basta lembrar o parágrafo inicial do referido prefácio: “em Outubro de 1930 ocorreu-me a aventura do exílio. Levou-me primeiro á Bahia; depois a Portugal, com escala pela Africa. O typo da viagem ideal para os estudos e as preocupações que este ensaio reflecte”.¹⁹ Durante a viagem, a experiência do viajante agrega conhecimento empírico para a investigação, para a sua *historie*, propiciando-lhe elementos que servirão na elaboração de seu relato.²⁰ Se em Lisboa ele aprende com

¹⁷ Assim, parece que Freyre não era tão ingênuo quanto seus biógrafos o pintaram, nem a guerra para ele seria apenas um “evento abstrato”. “Gilberto ignorava os riscos da travessia, e só tomou conhecimento dos riscos quando o *Curvelo* ancorou na ilha de Barbados”. LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre uma biografia cultural*, op. cit., p. 68.

¹⁸ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Gilberto Freyre. Um vitoriano dos trópicos*, op. cit., p. 94. Para um estudo minucioso das questões da viagem e dos relatos de viajantes nas primeiras obras de Freyre, embora sob uma perspectiva distinta da que aqui se procura desenvolver, ver TUNA, Gustavo Henrique. *Viagens e viajantes em Gilberto Freyre*, op. cit. Para um estudo das viagens feitas posteriormente, já na década de 1950, ver ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Castelos no ar: notas sobre Portugal em *Aventura e rotina*”. In: QUINTAS, Fátima (org.). *Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*. Recife, 21 a 24 de março de 2000. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2000, p. 155-158.

¹⁹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. IX.

²⁰ Como Reinhardt Koselleck sustenta, há uma analogia direta, pelo menos em se pensando a prática historiográfica, entre as noções de *experiência* e de *viagem*; nesse sentido, o historiador alemão pode

mulatas angolanas palavras cujas variações são empregadas no Brasil (de “sanzala” para “senzala”, por exemplo), na Bahia Freyre obtém alguns esclarecimentos sobre o traje das baianas e a decoração dos tabuleiros, não nos arquivos do lugar, tampouco pela leitura dos cronistas que por ali, como ele, passaram, mas em conversa com a preta Maria Ignacia, a quem, em cortesia que lhe é peculiar, o autor agradece em meio a tantos nomes ilustres. Além disso, foi durante o dito exílio que recebeu o convite para professor visitante nos Estados Unidos, onde, após os cursos ministrados em Stanford, no caminho entre a Califórnia e Nova Iorque por uma região que lhe recordara o sertão brasileiro, Freyre se deparou com outro ambiente até certo ponto familiar que funcionará, no conjunto de seu texto, como ponto de referência para a experiência escravocrata brasileira: o *deep South* americano, “região onde o regimen patriarcal de economia criou quasi o mesmo typo de aristocracia e de casa-grande, quasi o mesmo typo de escravo e de senzala que no Norte do Brasil e em certos trechos do Sul; o mesmo gosto pelo sofá, pela cadeira de balanço, pela bôa cozinha, pela mulher, pelo cavalo, pelo jogo...”. A seguir, enfatiza que “a todo estudioso da formação patriarcal e da economia escravocrata do Brasil impõe-se o conhecimento do chamado ‘deep South’”;²¹ conhecimento este que, no caso em questão, é marcado pela presença física no lugar, isto é, pela viagem.

Em uma passagem relativamente extensa de seu diário, escrita durante o período do exílio, as “marcas” da viagem enquanto experiência aparecem de maneira inequívoca no autor: “no Brasil, há muito convivo com gentes de xangô, em Pernambuco, e de candomblé, na Bahia, e de macumba, em Niterói. Com babalorixás como Adão do Recife e Martiniano do Bonfim, da Bahia. Com negras quituteiras [...] com barcaceiros alagoanos que me ensinaram a fumar maconha [...] com gangs de adolescentes desajustados. Com operários recifenses ingenuamente entusiastas do P.C. Com cariocas

jogar com as palavras que definem a ação de ambas – *erfahren* (experienciar) e *fahren* (viajar). Ressaltando a analogia de significados entre o termo *historie*, em grego, e *experiência*, em alemão, sugere que “unicamente a partir do informe sobre esta viagem e da reflexão do informe surge a história como ciência”. KOSELLECK, Reinhardt. “Los estratos del tiempo”. In: *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2001, p. 36. O termo grego *historie*, seguindo a reflexão de François Hartog sobre Heródoto, “designa mais um estado de espírito (a ação de quem *historei*) e um tipo de iniciativa (um método), que um domínio particular em que ela se exerce especificamente”. HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*, op. cit., p. 50. Ou seja, mais que o estabelecimento de uma disciplina, a investigação (*historie*) implica uma prática, uma operação no sentido dado por Michel de Certeau; no caso de Heródoto, o lugar é estabelecido pelo seu próprio nome, e não por uma instituição.

²¹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. X-XI. Pallares-Burke declara que a viagem de 1926 pelo *old south* norte-americano “aparentemente reavivou seu entusiasmo pelo *ethos* escravocrata” dos Estados Unidos. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Gilberto Freyre. Um vitoriano dos trópicos*, op. cit., p. 309.

boêmios, tocadores de violão. Com gentes de clubes populares afro-brasileiros, de carnaval, no Rio de Janeiro e no Recife. Com gentes de trabalho em velhos engenhos do Nordeste e fazendas dos arredores de Petrópolis; e, ao mesmo tempo, com velhos senhores, velhos senhores decadentes, já evitados pelos próprios netos; senhores velhos junto dos quais tenho chegado a ser quase um substituto de netos e bisnetos ingratos. Também com velhas baronesas brasileiras, velhas iaiás, ex-escravas. Venho recolhendo de vários deles confissões preciosas. Agora estou fazendo o mesmo em Lisboa, com condessas, com sábios e com prostitutas. Com prostitutas aos goles de ginja. Com negras de Angola que comparo com as que conheci no Senegal francês. A negra aportuguesada é uma, a afrancesada é outra”.²²

Três espaços principais definem a cartografia do viajante, África, Europa e América. No Brasil, regiões diversas são contempladas, desde o nordeste até o sudeste. Dentre as gentes conhecidas, as camadas sociais e faixas etárias mais variadas: operários comunistas, pescadores, ex-escravos, adolescentes, velhos senhores decadentes, condessas lisboetas, prostitutas portuguesas e boêmios cariocas. Além disso, outras tantas expressões religiosas são atravessadas pelos caminhos do viajante. A hipótese que perpassa este capítulo, pois, sugere que a experiência de Freyre, e neste caso a experiência da viagem, transcende a mera descoberta pessoal, operando, por sua vez, fundamentalmente no âmbito da argumentação histórica, tal como é possível vislumbrar na escrita de *CG&S*. Trata-se de levar em consideração, embora com objetivos diferentes, a pertinente constatação de Ricardo Benzaquen de Araújo, relacionando o conteúdo do livro à forma de sua composição, segundo a qual “as teses de conteúdo histórico-sociológico ali defendidas eram como que confirmadas, autenticadas pela própria maneira em que foram escritas”.²³

Para além do livro propriamente dito, como não poderia deixar de ser, informações contidas em outros textos permitem cercar melhor as questões, tornando-as mais complexas e mostrando que elas não dizem respeito apenas à produção da obra aqui tratada, mas que fazem parte de um procedimento intelectual mais extenso que perpassa toda uma formação intelectual, com suas respectivas concepções de autor, obra, história, viagem, etc. O sentido da viagem como experiência em Freyre reside, portanto, na personalidade com que trata seu objeto; não o horizonte estranho e estrangeiro do exílio, a despeito mesmo das condições políticas que, em determinado

²² FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 249.

²³ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*, op. cit., p. 24.

momento, o levaram para terras alheias, mas um ambiente familiar e como que acolhedor, no qual ele se sentiria “em casa”: uma viagem de retorno ao mesmo. O que se busca encontrar é Gilberto Freyre viajante em seu próprio lugar.²⁴

Um olhar exilado

É conhecida a ligação profunda entre a prática da história e a situação do exílio. Se os gregos, não tendo criado a história, inventaram a figura do historiador, três de seus grandes nomes foram indivíduos exilados: Heródoto, Tucídides e Políbio. Outro autor antigo já havia ressaltado tal ligação. Afinal, Luciano não teria sugerido que o historiador deveria ser, para guardar a independência fundamental à sua prática, um homem “estrangeiro”, um indivíduo sem pátria?²⁵ Tal condição propiciaria uma visão abrangente do que deveria ser relatado, sobretudo dos conflitos que opunham partes antagônicas, tal como o olho de Zeus que conseguiria enxergar, de igual maneira, os dois lados da contenda. Adriana Zangara acresce ainda, sobre o desejo de uma visão divina, que “é enquanto não-humano que a figura do exilado – quer dizer, deste ser que, como dizia Aristóteles, não é verdadeiramente um homem, seja menos que um homem seja mais que um homem – permitiu desviar o ideal do ‘ponto de vista olímpico’ da epopéia à história”.²⁶ Do aedo ao historiador, a mesma passagem que segue daquele que não vê (ou que vê pelos olhos de outrem, das musas) para aquele que assume, em seus próprios olhos, a condição de sua pesquisa. O exílio aparece, pois, como experiência do olhar.

A desventura do exílio freyreano está ligada a sua posição política durante a conturbada situação nacional de 1930, motivo que o levou para o estrangeiro e que o faria, anos mais tarde, considerar o livro como escrito na “condição de emigrado”.²⁷ No

²⁴ Algumas palavras do escritor inglês Gilbert H. Chesterton, cujas leituras inspiraram o jovem Freyre, ilustram bem esta hipótese: “todo o objetivo de viajar não é pôr os pés em terras estrangeiras: é finalmente pôr os pés em seu próprio país como se fosse uma terra estrangeira”. Citado em PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Gilberto Freyre. Um vitoriano dos trópicos*, op. cit., p. 53. Essa idéia guarda suas diferenças em relação à formulação de Enrique Larreta e Guilherme Giucci, segundo a qual a formação intelectual de Freyre seria a de um “viajante imóvel”. Ver GIUCCI, Guilherme et LARRETA, Enrique Rodrigues. “*Casa-grande & senzala: os materiais da imaginação histórica*”, op. cit., p. 722.

²⁵ LUCIAN, 41. A tradução inglesa aqui consultada traz o termo *strange* que, dado contexto em que se situa, optei por traduzir por *estrangeiro*.

²⁶ ZANGARA, Adriana. *Voir l’histoire*, op. cit., p. 27.

²⁷ Desempenhando atividades de secretário particular do governador de Pernambuco Estácio Coimbra, partidário do então presidente Washington Luís, logo após o incidente que vitimou o candidato opositor à vice-presidência da República, João Pessoa, teve a casa de seu pai, que era diretor de ensino da Escola Normal em Recife, saqueada e queimada. Parte então para o exílio, embarcando no *Belle*

mesmo ano registra em seu diário de moço a angústia própria dessa experiência, o banzo que muito atribuiu aos africanos para cá traficados durante os anos de escravidão: “se é assim neste quase brasileiro Portugal, muito mais diferentes do Brasil são outras terras em que um exilado brasileiro se encontre, não por uns dias apenas, mas durante meses, tendo talvez de demorar anos longe de sua taba, sem grandes esperanças de voltar a ela. À espera de cartas que custam a chegar. Com o tempo morrendo dentro de mim e eu morrendo dentro do tempo. Sem outro sentido de vida senão este: o de viver morrendo de desencanto”.²⁸

Todavia, o significado profundo da viagem em Gilberto vai além daquele sentimento doloroso de perda e saudade, ocasionado pela experiência do exílio. Após ter passado seus primeiros anos de formação intelectual longe do Brasil (1918-1923), comenta a dificuldade em se readaptar aos trópicos e à realidade provinciana de Recife na década de vinte. De fato, nestes cinco anos formativos, durante os quais realizou suas pesquisas de pós-graduação em Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais na Universidade de Columbia, Freyre viajou muito, ampliando consideravelmente seus horizontes geográficos: em seu diário pode-se contar a passagem por pelo menos sete países, na América do Norte e na Europa e, quando do exílio, podemos acrescentar ainda países do continente africano. Não causaria espanto, portanto, essa sensação de deslocamento em seu próprio ambiente que vem lhe incomodar por um bom período; o desterro em sua própria terra, na conhecida expressão de Sérgio Buarque de Holanda, re-trabalhada por Flora Süssekind.²⁹ Além disso, a viagem e o retorno parecem estabelecer também um corte entre passado e presente, um sentimento de perda e de um tempo “que não volta mais”: “era como se o viajante que retornou a sua cidade natal, depois de cinco longos anos de ausência, vivesse em duas cidades diferentes. Uma, a da infância, o Recife dos arcos, quiosques, gameleiras e becos; a outra, estrangeira, que apagava aceleradamente o pitoresco do Recife antigo com orgulhosas avenidas novas”.³⁰

Isle, rumo à Europa com passagem pela África. FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 244 e s. Ver ainda MOTA, Carlo Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*, op. cit., p. 60 e ss. Sobre a condição de emigrado, ver FREYRE, Gilberto. “Como e porque escrevi *Casa-grande & senzala*” (1968). In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica, op. cit., p. 708. Ainda sobre o exílio, ver as notas escritas em VALENTE, Waldemar. “Gilberto Freyre e a aventura do exílio”. In: *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*, op. cit., p. 496-514.

²⁸ FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 251.

²⁹ “Lá onde se deveria dar o retorno afirma-se, ao contrário, temporalidades distintas, um ‘não-estar de todo’, e a impossibilidade de tais restaurações para um sujeito que se sente estrangeiro”. SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*, op. cit., p. 36.

³⁰ LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre uma biografia cultural*, op. cit., p. 230.

Apesar disso, nos anos que antecedem sua volta, a despeito de todas as sugestões feitas por amigos, professores e colegas para permanecer no exterior, já que ali teria condições plenas para seu amadurecimento intelectual, mantém-se irredutível em retornar ao seu lugar de origem: “eu porém continuo decidido a voltar de vez para o Recife: – para Pernambuco – o ponto do Brasil a que me julgo no dever de *regressar*, ao mesmo tempo que é a terra brasileira que me considero com o direito de possuir plenamente, completamente, como um macho a uma fêmea, com todas as forças de que sou capaz”.³¹ Questão de direito, mas também um dever ético. A corporificação da *terra mater*, deixada como que num parto nos seus dias ainda de menino, que agora homem feito e numa relação incestuosa ele deve possuir como a uma fêmea, ressalta uma idéia importante: a pátria, entendida não como nação mas como lugar de origem, pela separação brusca da viagem, aparece no regresso como um *outro*, aquele a ser possuído ou dominado por uma relação antagônica mas complementar entre macho e fêmea.³² Trata-se da transformação do *outro* em um *mesmo* ou, no sentido que cabe aqui definir, da readaptação do olhar pela experiência da viagem: “deixei o Brasil, ainda menino, e venho revê-lo homem feito. Venho revê-lo com outros olhos: os de adulto. Adulto viajado pela América do Norte e pela Europa”.³³ Olhos de um olhar renovado que busca agora, não apenas conhecer, mas *re-conhecer* as paisagens outrora vividas. Ainda sobre a importância da viagem nas abordagens sociológicas de Freyre, especialmente no que se refere às questões da nação brasileira, Roberto Damatta salienta seu esforço, depois de anos no exterior, no sentido de ver o Brasil “de dentro”, com categorias nativas evidenciadas pelo modo de escrita particular com o qual desenvolve seus argumentos.³⁴

Para além do sentimento nacional, do ver ao rever, não importando onde, as coisas se transformam e uma mutação ainda mais importante se faz presente. Quando, por exemplo, seus olhos tocaram novamente o Terreiro do Paço, em Lisboa, algo se passou, “é como se tornasse a ver alguma coisa que me pertencesse, por êsse modo

³¹ *Ibid.*, p. 73.

³² Dain Borges, seguindo Jeffrey Needell, oferece um ponto de vista convergente: “é impossível compreender o fato sem compreender os gostos e as ânsias sexuais do jovem Freyre, um desenraizado à procura de experiências eróticas que o religariam à terra”. BORGES, Dain. “Como e por que a escravidão voltou à consciência nacional na década de 30”. In: KOSMINSKY, Ethel et alli (orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*, op. cit., p. 221. Ainda sobre a dialética entre macho e fêmea na experiência de viajante de Freyre, especificamente sobre os guias que escreveu para as cidades do Recife e de Olinda, ver PEIXOTO, Fernanda. “A cidade e seus duplos. Os guias de Gilberto Freyre”. In: *Tempo Social*. Vol. 17, nº. 1, p. 164 e 165.

³³ *Ibid.*, p. 125.

³⁴ Ver DAMATTA, Roberto. “Dez anos depois: em torno da originalidade de Gilberto Freyre”. In: *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, nº 24, 1987.

misterioso, que direito nenhum define ou caracteriza, pelo qual um indivíduo viajado acaba por sentir-se de alguma maneira dono de certas paisagens preferidas ou amadas desde a primeira vista [...] Ao rever o vagamundo paisagem assim, o encontro não é entre estranhos mas entre conhecidos velhos: a paisagem deixa-se rever por êle e acariciar pelos seus olhos já amigos de modo todo especial, como se na verdade secretamente lhe pertencesse”.³⁵ A diferença, pelos olhos do viajante que a possui, se faz, então, identidade: o olhar domestica a alteridade e familiariza os elementos da experiência que, dessa maneira, assume plenamente seu caráter pessoal.

A viagem é, portanto, uma reeducação do olhar. “Olho com olhos já de homem esta Paris maravilhosa que lamento não ter conhecido menino: com olhos ainda de menino”, olhos estes ainda passíveis de serem tomados pela estranheza, dados à surpresa e ao encanto da descoberta. Olhos ingênuos e inocentes, desprovidos ainda do rigor crítico que vê segundo suas recordações intelectuais. Ainda assim, confessa o autor, “tenho procurado conhecer Paris o mais possível com meus próprios olhos”, olhos amadurecidos pela viagem, mas desprovidos de mediações alheias.³⁶ Contudo, em certas ocasiões isto não lhe é possível. Não obstante a amplitude cartográfica de suas viagens, Freyre ainda não conhecia o sul de seu país no momento das primeiras experiências. Como salienta em 1923, ano do primeiro regresso, seu desconhecimento de São Paulo e do Rio de Janeiro só não é maior posto que para lá já havia “viajado” por fotografias e cartões postais enviados aos Estados Unidos pelo pai; o olhar mediado pela memória e também por olhos outros que não os seus. Este mesmo tipo de viagem imaginária, quando de sua estada em terras norte-americanas, lhe causou a sensação de que certas vistas nova-iorquinas lhe eram familiar: conhecia-as já pelas ilustrações dos contos policiais de Nick Carter.³⁷ A memória visual produz no seu agente a sensação mesma de ter estado lá, a ilusão própria da presença.

Gilberto Freyre no continente europeu é o avesso dos viajantes que para os trópicos vieram, produzindo relatos dos quais, algum tempo depois, ele mesmo se valerá como registros de olhares. José Lins do Rego, por exemplo, informa que, ao retornar em 1923, Freyre “andava em verdadeiras núpcias com a terra”. Além disso, segundo ainda o romancista, “os seus primeiros artigos eram *como cartas de cronista saltando de*

³⁵ FREYRE, Gilberto. *Seleção para jovens*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1971, p. 111.

³⁶ FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 80 e p. 121. Se bem que seja verdade o fato dele próprio reconhecer que a leitura de Huysmans o “ajudava a ver” a cidade.

³⁷ *Ibid.*, p. 24.

caravelas”.³⁸ Nas palavras de Freyre, “a Europa é para um brasileiro verdadeiramente outro mundo: o ‘Velho Mundo’ da frase feita, em contraste com o modo do Brasil ser novo: parte nem sempre nova do chamado Novo Mundo”.³⁹ O avesso se dá em dois planos: no primeiro, pela inversão do espaço – no caso de Freyre, obviamente, é a Europa que se configura como lugar de alteridade; no segundo, mais interessante, pela transformação de perspectiva – em se tomando a viagem de retorno, ou seja, Freyre viajante em sua própria pátria, não mais se coloca a questão da alteridade, mas sim o trabalho de como construir uma identidade com o lugar. O ponto fundamental, porém, reside no fato de que tal construção muitas vezes ocorre mediada pelo olhar estrangeiro dos próprios europeus. Viagem com seus próprios olhos, viagem com olhos alheios: é a partir dessa dupla perspectiva que se abre, na análise de *CG&S*, a experiência de seu autor como viajante.

O olho de Gilberto Freyre

Prática séria a da viagem para seu praticante, a única digna de interromper seus estudos e sua boemia, “quer as longas, quer as apenas de bicicleta por todos os arredores do Recife”.⁴⁰ E é montado em sua bicicleta inglesa que, junto com o irmão Ulisses, o viajante se transforma em etnógrafo: “de bicicleta, venho fazendo meu *field-work* de estudante de Boas (Antropologia) e de Giddings e Thomas (Sociologia) [...] Venho colhendo muita nota de possíveis interesses sociológico e antropológico sobre a vida da gente das mucambarias do Recife”.⁴¹ O irmão registra fotograficamente, além dos lugares, dos objetos e das formas arquitetônicas, tipos de mestiços de vários bairros. Algumas destas fotografias farão parte da primeira edição *CG&S*, permitindo ao leitor ver aquilo que os olhos do autor contemplaram.⁴² Este tipo de viagem, em outras

³⁸ REGO, José Lins do. “Notas sobre Gilberto Freyre”. In: FREYRE, Gilberto. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941, p. 9 (itálico meu).

³⁹ FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 81.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 108.

⁴¹ *Ibid.*, p. 147.

⁴² Ainda que não haja, nos textos de Freyre, elementos mais fecundos para desenvolver este argumento, além do fato de que os registros fotográficos presentes na 1ª edição foram transformados em gravuras a partir da 4ª edição, é possível pensar no uso da fotografia feita pela “expedição etnográfica” de Freyre nos arredores do Recife, junto com a leitura de manuais de *field-work*, como um procedimento heurístico fundamental para a etnografia desde meados do XIX. Como sugere Étienne Samain, “a revolução fotográfica instaurava uma nova ordem de visão e uma nova filosofia do olhar. Ela delineava novos campos da observação humana e, sobretudo, fazia nascer um novo tipo de observador”. SAMAIN, Étienne. “Quando a fotografia (já) fazia os antropólogos sonharem: o jornal *La Lumière* (1851-1860), op. cit., p. 106. Todavia, a maneira como Freyre as utiliza ultrapassa as fronteiras do século. Em *CG&S*, as

ocasiões na companhia do amigo Pedro Paranhos, permitirá também um conhecimento empírico de engenhos, ou ruínas deles, de Pernambuco e Alagoas, e mais tarde na Bahia.

Tal conhecimento, por sua vez, autorizará, no relato sobre as origens do regime patriarcal brasileiro, as asserções de seu narrador. “Desse patriarcalismo absorvente dos tempos coloniais a casa-grande do engenho Noruega, em Pernambuco, cheia de salas, quartos, corredores, duas cozinhas de convento, dispensa, capella, puxadas, parece-me expressão sincera e completa”.⁴³ Esta passagem, no texto, só se torna possível na medida em que o autor viu tal engenho, lá esteve conhecendo seu interior.⁴⁴ O uso da primeira pessoa (“parece-me”) vem complementar a afirmação, reforçando a crença no relato: se o referido engenho parece de fato ao autor expressão sincera do patriarcalismo colonial, ele que esteve presente e viu com seus próprios olhos, então cabe ao leitor acreditar no texto. Além desse conhecimento por viagem, há, evidentemente, a memória de Freyre como fator de persuasão, já que sua família, tanto por parte de mãe quanto paterna, era possuidora de engenhos. Da família materna, o engenho São Severino dos Ramos é o que mais sensibiliza Freyre, “o primeiro engenho que conheci e que sempre hei de rever com emoção particular”.⁴⁵

Em outro momento, novamente o ver se atrela ao conhecer como modo de legitimação do discurso. Argumentando, por exemplo, que, assim como as casas-grandes absorveram valores e recursos técnicos das igrejas, as igrejas também teriam assimilado caracteres das casas-grandes, Freyre aponta várias construções em Pernambuco, na Paraíba e em São Paulo que corroboram esta afirmação. No início da frase, a expressão comprobatória: “eu conheço”.⁴⁶ Outro trecho ainda denota a presença física do autor como fator de conhecimento: “percorrendo-se a antiga zona fluminense e paulista dos cafezaes, sente-se, nos casarões em ruínas, nas terras ainda sangrando das

fotografias não assumem a função de prova ou evidência, comum à antropologia classificatória do XIX; elas são, no livro em questão, apenas uma ilustração acrescida ao texto, um adendo estilístico, poder-se-ia dizer.

⁴³ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. XIX.

⁴⁴ Há no livro a famosa gravura de Cícero Dias, datando de 1933, em que o engenho Noruega, antigo engenho Dos Bois, é retratado, tanto em seu interior quanto em sua área externa (a primeira edição ainda dispõe, entre as páginas 463 e 466, de duas plantas arquitetônicas referentes a ele, sem autoria reconhecida). Neste caso, não por um procedimento de escrita mas pictórico, o autor tanto viu como quer que seu leitor também o veja. Vânia de Barros Falcão analisou rapidamente o uso de imagens na obra de Freyre, considerando-as como “prolongamento do olhar” tanto do autor quanto de seu leitor. FALCÃO, Vânia L. S. de Barros. *Casa-grande & senzala: um espaço textual de tramas e confluências*. Tese de doutorado em Letras. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 65.

⁴⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. XLII.

⁴⁶ *Ibid.*, p. XXI.

derrubadas e dos processos de lavoura latifundiária, a expressão do mesmo impulso econômico que em Pernambuco criou as casas-grandes de Megahype, de Anjos, de Noruega, de Monjope, de Gaypió, de morenos; e devastou parte considerável da região chamada de ‘matta’”.⁴⁷ Novamente, tal como no *deep South* norte-americano, a viagem, a presença dos olhos, permite o olhar comparativo, neste caso entre o sudeste e o nordeste brasileiros. “Os sobrados que, viajando-se de Santos ao Rio em vapor pequeno, que venha parando em todos os portos, avistam-se á beira d’agua – em Ubatuba, São Sebastião, Angra dos Reis – recordam os patriarchas, de Rio Formoso”.⁴⁸ Ou seja, é pela memória comparativa, pelo jogo entre o que se vê e o que já foi visto (pelo autor ou por outrem), que a experiência do olhar opera.

A viagem, assim, permite ao viajante a mensuração de espaços: ao mesmo tempo em que ela amplia, em extensão e em substância, os limites do que até então era conhecido, cria também as condições para que o olhar que viaja estabeleça relações e compare as distâncias percorridas. Como Freyre salienta no prefácio à quarta edição do livro, de 1942, preocupado em argumentar que suas análises, ainda que enfoquem diretamente a região nordeste, podem ser projetadas como uma interpretação válida para o Brasil como um todo, “as viagens de estudo ou observação do Autor por áreas brasileiras menos agrárias na sua formação do que o Nordeste – ou inteiramente pastoris ou quase industriais, como certas áreas neobrasileiras do Sul do país – só têm feito confirmar nêle as idéias e interpretações esboçadas neste livro”.⁴⁹ Além disso, a comparação é também feita para além das fronteiras nacionais. Em se tratando da culinária de regiões escravistas, a experiência de Freyre no nordeste tropical permite estabelecer convergências com o sul norte-americano: “da cozinha afro-brasileira muito se aproximam alguns dos pratos afro-carolinianos que conhecemos no Sul dos Estados Unidos, na casa do Dr. E. C. Adams, na Carolina do Sul, na da viuva Simkins, na de Clint Graydon, e em Charlestone. *Verdadeira casa de engenho do norte do Brasil...*”.⁵⁰ Ou seja, é o olhar sobre o Nordeste açucareiro que funciona como parâmetro para olhares mais distantes; a geografia ampliada pela viagem, aquela que mede os espaços com régua própria, é como que uma extensão dessa região e dessa memória primeira: o “*deep South*” é imagem e semelhança do norte tropical, Nova Iorque lembra as leituras

⁴⁷ *Ibid.*, p. XXIX.

⁴⁸ *Ibid.*, p. XXX.

⁴⁹ FREYRE, Gilberto. “Prefácio à 4ª edição”. In: *Casa-grande & senzala*. 1º Tomo. 13ª edição, op. cit., p. LXXXIV.

⁵⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. 507 (itálico meu).

da adolescência, o Sul recorda as paisagens agrárias dos engenhos de meninice. Ao mesmo tempo, a comparação permite que uma melhor compreensão seja feita do próprio nordeste já conhecido.⁵¹

Em Freyre, portanto, o “eu conheço” funciona de modo similar ao “eu vi” de Heródoto, da maneira como essa marca de enunciação funcionava nas *Histórias*. Suas conseqüências fundamentais são analisadas por Hartog: “no espaço da narrativa, o olho do narrador [...] recorta as zonas mais ou menos críveis para o destinatário”.⁵² Tal como o olho e a visão no historiador de Halicarnasso, no sábio de Apipucos a figura do autor estabelece uma relação de persuasão com o leitor: ao “eu conheço” está implicado um imperativo: *creia em mim, pois eu sei, pois eu vi!*.⁵³ Assim, na perspectiva de Hartog, a *historie*, a investigação propriamente dita, não apenas extrai do ver o saber, mas por um procedimento lingüístico faz ver e, por extensão, faz crer. “A autópsia fundamenta a veracidade das proposições mas, além disso, presta contas da maneira de escrever do autor, justificando a presença repetida de marcas fortes de enunciação”.⁵⁴ No texto de Freyre, sua escrita serve ao leitor como ponte para seus olhos, para aquilo que eles tiveram acesso e, num movimento recíproco, serviu de fundamento para que a própria escrita pudesse acontecer.

Do ver ao ouvir

Para o viajante-etnógrafo, são os olhos, mas também os ouvidos, aquilo que lhe dá elementos para a composição do relato. Hartog salienta que de Heródoto a Tucídides, o efeito persuasivo do “eu sei por ter ouvido” perde consideravelmente seu poder de convencimento. Tucídides enfatiza primordialmente a visão enquanto que, para Heródoto, a audição mantém sua eficácia, na medida em que se trata ainda de um mundo em que a oralidade permanece mantida como base para o conhecimento.⁵⁵ Ainda

⁵¹ Sobre a comparação como “método” historiográfico na obra de Freyre, ver TUNA, Gustavo Henrique. *Viagens e viajantes em Gilberto Freyre*, op. cit., p. 83 e ss.

⁵² HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*, op. cit., p. 275.

⁵³ “O olho ou, sobretudo, a autópsia. Com efeito, trata-se do olho como marca de enunciação, de um ‘eu vi’ como intervenção do narrador em sua narrativa para provar algo”, *ibid.*, p. 273.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 276.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 283 e ss. Tucídides ressalta a maior fidelidade da escrita em relação à oralidade criticando essa dimensão na obra de Heródoto, como se este narrasse para um público simplesmente para entreter e causar prazer na platéia. Cabe ressaltar que, no mesmo contexto, Platão lamenta a decadência da memória colocada no plano da escrita, já que esta funciona como um *pharmakon* (neste caso como veneno) para a atividade menemônica, pois inscreve em um suporte alheio ao indivíduo os elementos da sua própria

Políbio será um partidário da autópsia, já que “os olhos são testemunhas mais exatas que os ouvidos”,⁵⁶ e a lista dos antigos poderia conter ainda Luciano de Samósata. Além disso, essa distinção que remonta aos primeiros momentos do conhecimento histórico enquanto investigação terá vida longa. Não apenas pelo fato de que, no século XIX, período em que tal conhecimento assume para si o estatuto de história científica, é Tucídides que lhe serve como paradigma e não Heródoto, mas também porque, um século antes, a própria história filosófica manterá essa distância intransponível entre o ouvido e a visão.

Voltaire, por exemplo, ao afirmar que os fundamentos básicos da história encontram-se nas primeiras narrativas transmitidas de forma oral entre as gerações, não faz mais que assegurar o descrédito dessas narrativas, afinal, “com o tempo a fábula cresce e a verdade diminui”.⁵⁷ O filósofo menciona o fato de que Marco Pólo, ao narrar sozinho as coisas sobre a China, não pôde ser acreditado. Todavia, depois da chegada dos europeus ao oriente, tais descrições passaram a ser comprovadas. Já no século XVIII, Voltaire assevera sua legitimidade: “hoje todas [as descrições] são certas porque a certeza decorre dos depoimentos unânimes de mais de mil testemunhas oculares de diferentes nações, sem que alguém tenha reclamado contra eles”.⁵⁸ Não é apenas a quantidade de testemunhas de diferentes nações o que legitima Marco Pólo, mas o fato de que sua garantia se assenta na visão, e não mais no ouvir dizer. Foi, afinal de contas, pelas suas qualidades de viajante, sobretudo aquele que *sabe ver*, que o Gran-Khan delegou a Marco Polo a função de embaixador de seu império: “ao voltar com sua missão à corte do Gran-Khan, Messer Marco soube trazer, com grande facilidade, as notícias pedidas pelo senhor; além disso, relatou à corte as curiosidades das quais tomara nota. Suas histórias verídicas entusiasmaram não somente o Gran-Khan, como todos os barões”.⁵⁹ Embora, ainda no período oitocentista, Jules Michelet tenha aberto seus ouvidos para escutar o “seu” povo e escrever suas histórias, o ouvido, nesse sentido, só terá seu prestígio novamente assegurado, enquanto garantia válida para a investigação histórica, no momento mais recente em que os historiadores desenvolvem,

memória. Ver GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Morte da memória, memória da morte: da escrita em Platão”. In: *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p. 49-68.

⁵⁶ POLÍBIO. *Histórias*, 12, 27, 1, citado em HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*, op. cit., p. 121.

⁵⁷ “Histoire”. In: *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres*. Tome VIII. Neufchastel, 1755, p. 221.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 224.

⁵⁹ MARCO POLO. *Viagens de Marco Polo (Il milione)*. trad. de N. Meira. São Paulo: Clube do Livro, 1989, p. 14.

para uma história do tempo presente ou mesmo para a historização da memória, os instrumentos de uma história oral. Neste caso, de certo modo, na operação do historiador retorna-se ao “sei por ouvir dizer”, mediante, evidentemente, procedimentos metódicos controláveis.

Ora, Gilberto Freyre ele próprio faz parte também de um mundo de oralidade, ou pelo menos gostaria disso. Em certa ocasião, no ano de 1924, lamenta as mudanças que acarretaram, no Brasil, a passagem de uma cultura oral para escrita: “hoje, porém, quase não há avós ou negras velhas que saibam contar Histórias”. Salienta ainda a vantagem, no Brasil antigo, “das histórias orais que faltavam à criança de hoje; e que eram para a imaginação dos nossos avós meninos uma excitação boa e festiva”.⁶⁰ Cabe lembrar também que no âmbito colonial estudado por Freyre, devido à baixa instrução da população, aos altos índices de analfabetismo, aliados à inexistência de imprensa local e de um ambiente material de textos, o oral se sobrepõe ao escrito. Fato notado por Antonio Candido quando afirma, sobre as letras no período colonial, que “estamos, além disso, no gênero ideal para o tempo e o meio, em que o falado se ajusta às condições de atraso da colônia, desprovida de prelos, de gazetas, quase de leitores”.⁶¹ Tal é, pois, o caráter predominantemente coloquial do texto freyreano, pairando indefinidamente entre o universo do escrito e o da língua falada (aquela que chega aos ouvidos): “entre o português dos bachareis e doutores, quasi sempre propensos ao purismo, ao preciosismo e ao classicismo, e o português do povo, do ex-escravo, do menino, do analfabeto, do matuto, do sertanejo”.⁶² Neste caso, o ouvido desempenha papel essencial na forma como o relato é construído, isto é, ele define os contornos mesmos da sua escrita.⁶³

Argumentando que o poder senhorial encontrava perfeita expressão no vigor das construções das casas-grandes, com “paredes grossas e alicerces profundos”, faz referência a uma “tradição nortista” segundo a qual “um senhor de engenho mais ancioso de perpetuidade não se conteve: mandou matar dois escravos e enterrá-los nos

⁶⁰ FREYRE, Gilberto. *Seleção para jovens*, op. cit., p. 10-11.

⁶¹ CANDIDO, Antonio. “Letras e idéias no período colonial”. In: *Literatura e sociedade*, op. cit., p. 88. Ainda sobre a dimensão da oralidade em Freyre, embora em uma perspectiva negativa em que o oral é assimilado ao autoritário, ver LIMA, Luiz Costa. “Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil”. In: *Dispersa demanda*, op. cit., p. 3-29.

⁶² FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. 176-7.

⁶³ O procedimento está presente em seus trabalhos desde a dissertação publicada em 1922. Ali, o jovem bacharel informava que “alguns dos fatos inseridos neste ensaio foram coletados de sobreviventes da antiga ordem”, sendo a descrição da vida estudantil em Pernambuco baseada “no que ouvi do Dr. João Vicente Costa”. FREYRE, Gilberto. “Social life in Brazil in the middle of the nineteenth century”, op. cit., p. 598.

alicerces da casa”, como que querendo frisar ainda mais a extensão de seu poder.⁶⁴ Se de fato isso aconteceu, não é uma questão de todo importante para esta reflexão; o que importa é perceber que a tradição oral se mantém pelo relato escrito de Freyre, mantendo também o efeito de crença por ela induzido, ou seja, pela própria autoridade que emana da tradição. Sobre questões semelhantes, o ouvido e a oralidade desempenham papel parecido: “pouco antes de desaparecer, estupidamente dinamitada, a casa-grande de Megahype, tive ocasião de recolher, entre os moradores dos arredores, historias de assombrações ligadas ao velho solar do seculo XVII [...] Assombrações semelhantes me informaram no Rio de Janeiro e em São Paulo povoar os restos de casas-grandes do valle do Parahyba”.⁶⁵ Evidentemente, Freyre está menos preocupado com a existência real de assombrações, do que com o fato de que a crença popular nelas produz discursos orais, isto é, engendra significados historicamente construídos, entre os quais o do profundo misticismo do universo colonial. Em outro momento, antecipa, em certa medida, o que hoje definimos como história oral. No asilo Edgar Domingues, diz o autor, “verdadeiro asylo da velhice desamparada, onde fui encontrar centenario um, e octogenarios os outros, quatro remanescentes das velhas senzalas de engenho. O mais velho, Luiz Mulatinho, com uma memoria de anjo”.⁶⁶

Da recolha deste material produzido por investigações ou por conversas, emergem informações que certamente compõem a obra, embora nem sempre haja nela referências diretas. Não se sabe, por exemplo, o que a memória angelical de Luiz Mulatinho confidenciou ao autor.⁶⁷ Quando muito, é a asserção impessoal que conjuga a escrita com suas formas de legitimação, ou seja, há um apelo ao que se poderia definir como senso comum ou mesmo “saber compartilhado”: aquilo que, supõe-se, é de conhecimento coletivo, fazendo parte do mundo da tradição. Por exemplo, “sabe-se o

⁶⁴ *Ibid.*, p. XXI-XX.

⁶⁵ *Ibid.*, p. XXVI.

⁶⁶ *Ibid.*, p. XLII.

⁶⁷ Pelo menos o texto de *CG&S* não o permite. Em artigo no *Diário de Pernambuco*, por outro lado, com a data de julho de 1942, Freyre escreve sobre o encontro com Luiz Mulatinho. “Já sem se levantar da cama de vento, cem anos de idade mas ainda lúcido, recordando os fatos com clareza em sua voz descansada e um tanto mole de mulato criado com dengo”, Mulatinho teria confessado que poucos foram os senhores malvados para negro que conheceu. De maneira geral, a relação entre senhor e escravos seria marcada pela bondade do primeiro e por certos dengos feitos ao segundo. Além disso, o ex-escravo informou também sobre as rivalidades entre “creoulos” e “negros-da-costa”, isto é, entre os escravos já inseridos no universo social do império e os recém-chegados africanos. Ambas as informações, sobretudo a primeira, condiz com a interpretação geral dada por Freyre para a experiência escravista brasileira; isto é, seu argumento tem o respaldo empírico de um *sobrevivente* da escravidão, uma testemunha no sentido etimológico da palavra.

abuso que faziam os indígenas da pimenta”.⁶⁸ Trata-se de um saber enraizado, pelo menos no entendimento do autor, desprovido de um sujeito para a enunciação, já que todos podem assim enunciá-la: “sabe-se” equivale dizer “sabemos todos”.⁶⁹ Em sendo assim, não há, naturalmente, necessidade de comprovação externa, por referência a documentos escritos, já que se trata de um saber notório que se mantém no espaço da oralidade. Na nota que segue esta informação consta que “em Pernambuco *diz-se* que o Barão de Nazareth não ia a banquete sem levar pimentas no bolso do casaco, com receio de que o amphytrião, por elegancia europea, não as offerecesse á mesa”.⁷⁰ Essas informações relacionadas servem para mostrar ao leitor os resquícios da influência indígena na formação da família brasileira. Entre os quais, cabe ainda apontar, encontra-se a atitude totêmica e animista em face da fauna e flora tropicais. Quanto às plantas e animais, “tantos delles investidos pela imaginação da gente do povo, tanto quanto pela infantil, de uma malicia verdadeiramente humana, de qualidades quasi humanas e ás vezes de intelligencia ou poder superior ao do homem”. Como se sabe, ou seja, com base em quê o autor assim o afirma? “É o *folk-lore*, são os contos populares, as superstições, as tradições que o indicam”,⁷¹ todos, evidentemente, transmitidos pela cultura oral da qual faz parte Gilberto Freyre ou na qual ele procurava se inserir, na medida mesmo em que tentava resgatá-la. Assim, se Ricardo Benzaquen de Araújo sugere que “a oralidade é não só uma marca distintiva da redação de *CGS* mas também um dos objetos que ele discute”, pode-se aqui acrescentar que ela opera também uma função epistemológica não apenas no sentido de uma forma de representação do real, mas como criadora de possibilidades para tal representação (o saber por ouvir dizer).⁷²

Enfim, no conjunto da obra em questão, diversas “marcas de enunciação”, em muitos casos de forma bastante implícita, conferem ao autor modos de legitimação de

⁶⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. 141.

⁶⁹ Outro exemplo significativo, retirado de outro momento do livro, quando o autor comenta a predileção de alguns brasileiros pelas mulheres de cor: “conhecem-se casos no Brasil não só de predilecção mas de exclusivismo; homens brancos que só gosam com negra”. A menção segue sem nota de referência. *Ibid.*, p. 304.

⁷⁰ *Ibid.*, nota 1, p. 141 (itálico meu). Paul Veyne: “quando se trata de deuses e de heróis, a única fonte de conhecimento é o ‘diz-se’ (*on dit*), e esta fonte possui uma misteriosa autoridade”. VEYNE, Paul. *Les Grecs ont-ils cru à leurs mythes? Essai sur l’imagination constituante*. Paris: Gallimard, 1984, p. 34.

⁷¹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. 163.

⁷² ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*, op. cit., p. 184. O autor chega inclusive a argumentar a respeito do uso de fontes inquisitoriais por parte de Gilberto, no sentido de dotar seu texto de uma “autenticidade” compatível com o objeto tão peculiar de seu estudo, indicando como ele “termina um pouco por converter a necessidade em virtude, revalorizando a confissão auricular desde que registrada por uma instituição, tal como no caso da Inquisição”, p. 190. Sobre isso, consultar ainda o célebre artigo GINZBURG, Carlo. “O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações”. trad. de António Narino. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel, 1991, p. 203-214.

seu discurso, recorrendo a sua própria experiência como fator de legitimidade. Essas marcas têm por efeito, no interior do texto, torná-lo um discurso passível de crença e de aceitação daquilo que enuncia. Viajando pelo interior dos estados, pela distante região sudeste ou mesmo pelos arredores próximos do Recife, Gilberto Freyre viu e ouviu, portanto ele sabe, ele conhece. Resulta que, então, lhe é conferida a autorização para a escrita: *eu escrevo porque sei, pois vi e ouvi aquilo que relato*. Em outras palavras, tais marcas anunciam o requisito primordial para essa forma de legitimação discursiva: o “estar lá”. Trabalho próprio dos viajantes, mas também dos etnógrafos. Como sugere Clifford Geertz, “a capacidade dos antropólogos de nos fazer levar a sério o que dizem tem menos a ver com uma aparência factual, ou com um ar de elegância conceitual, do que com sua capacidade de nos convencer de que o que eles dizem resulta de haverem realmente penetrado numa outra forma de vida (ou, se você preferir, de terem sido penetrados por ela) – de realmente haverem, de um modo ou de outro, ‘estado lá’. E é aí, ao nos convencer de que esse milagre dos bastidores ocorreu, que entra a escrita”.⁷³

Segundo o antropólogo norte-americano, se muitas vezes a questão do “estar lá” foi percebida como um problema de ordem epistemológica, orientado para o centro da investigação etnográfica, o que ele pretende em seu estudo é perceber de que maneira tal questão aparece no texto do etnógrafo, isto é, como o autor assina sua obra e constitui a *autoridade* de seu relato. Afinal, como ele mesmo afirma “‘estar lá’ em termos autorais, enfim, de maneira palpável na página, é um truque tão difícil de realizar quanto ‘estar lá’ em pessoa”.⁷⁴ Talvez o termo “truque” não seja o mais adequado, pois deixa implícito que o leitor é involuntariamente enganado ou mesmo se deixa enganar conscientemente (de qualquer forma, não se trata de engano), mas de fato é importante reconhecer que o caminho que segue da epistemologia para a escrita pode apontar problemas até então não percebidos ou mesmo ignorados.

Nesse sentido, muito mais que um simples truque, milagre ou passe de mágica, trata-se de perceber os efeitos engendrados no texto por seu autor (e muitas vezes mesmo a despeito dele). A atenção não está apenas voltada para aquilo que o texto diz, mas também e de modo essencial, para a maneira como ele funciona, a operação que nele, na superfície de seu discurso, é constituída: o *fazer ver* e o *fazer crer* pela ênfase no “estar lá” (o *ver* e o *ouvir*).

⁷³ GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas*, op. cit., p. 15.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 38.

Do viajante ao etnógrafo: o olhar disciplinado

O efeito da presença, do “estar lá” de Geertz, ou daquilo que James Clifford chama de “observação participante”⁷⁵ realiza, na operação historiográfica de Freyre, um deslocamento importante: o olhar educado mas desprovido de controle teórico (pré-disciplinar, portanto) do viajante se transforma no olhar disciplinado e metódico do etnógrafo. Essa passagem segue o movimento da constituição de campo da etnografia como disciplina científica durante parte do século XIX e na virada para o XX, instituindo em seu trajeto formas particulares de definição da *autoridade* no relato etnográfico.

Em seus estudos sobre a retórica da escrita etnográfica, Clifford salienta a definição, na primeira metade do século XX, de um novo “estilo” assumido pelos etnógrafos. Notadamente tendo em Franz Boas um de seus eminentes precursores, esse novo modelo escriturário traz em seu bojo conseqüências importantes. “Em meados da década de 30 já se pode falar de um consenso internacional em desenvolvimento: as abstrações antropológicas, para serem válidas, deveriam estar baseadas, sempre que possível, em descrições culturais intensivas feitas por acadêmicos qualificados. Neste momento, o novo estilo havia se tornado popular, sendo institucionalizado em práticas textuais específicas”.⁷⁶ Se até o final do século precedente o *status* do etnógrafo ainda não era bem delimitado diante de seus “semelhantes”, os chamados “*men in the spot*” (viajantes, missionários, cronistas, colonos com uma presença mais intensa e, em conseqüência, conhecimentos mais detalhados sobre as culturas estudadas), “o que emergiu durante a primeira metade do século XX com o sucesso do pesquisador de campo profissional foi uma nova fusão de teoria geral com pesquisa empírica, de análise cultural com descrição etnográfica”.⁷⁷

Clifford localiza na obra de Bronislaw Malinowski o ponto de força da prática profissional, ou seja, um *scholar* treinado na universidade articulando a teoria acadêmica com a observação direta.⁷⁸ E George Stocking Jr., ainda que reconhecendo

⁷⁵ CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica”. trad. de Patrícia Farias. In: *A experiência etnográfica. Antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 1998, p. 17-62.

⁷⁶ CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica”, op. cit., p. 21.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 23.

⁷⁸ Sobre isso, ver a famosa introdução ao livro *Argonauts of the western pacific*, onde, numa demonstração do que chamou de “*methodic sincerity*”, Malinowski recorrentemente ressalta a importância de se conjugar reflexão teórica com pesquisa empírica, traçando com tintas fortes a linha que demarca a fronteira entre o trabalho profissional do etnógrafo e “a escrita inferior do amador” (*the inferior amateur’s writing*) do simples viajante. MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonauts of the western pacific*. An

toda a “invenção da tradição” etnográfica que define o pesquisador polonês como lugar de origem da disciplina, não deixa de atribuir a ele uma posição eminente nessa história: mais do que simples continuador dos seus antecessores, com toda a ênfase, desde as últimas décadas do século XIX, na necessidade da pesquisa intensiva e de campo, Malinowski teria proposto, de fato, um novo modelo e desenvolvido um procedimento que se tornou paradigmático: “isso envolve uma alteração no *locus* primário da investigação, do deck da embarcação da missão ou da varanda do posto da missão ao centro fervilhante (*teeming center*) da aldeia, e uma mudança correspondente na concepção do papel do etnógrafo, daquela de inquiridor (*inquirer*) para aquela de participante ‘*in a way*’ na vida da aldeia”.⁷⁹

Se Stocking Jr. demonstra toda uma geração que criou as possibilidades de emergência da etnografia de Malinowski, salientando a passagem do gabinete para o campo (*from the armchair to the field*), Clifford define também uma geração intermediária que criou as condições propícias para tanto; dentre os autores que fazem parte dela, destaca Boas, um dos mestres de Gilberto Freyre. Essa geração, segundo Clifford, ainda não desenvolvera os requisitos metodológicos tornados normativos no século XX, “eles não falavam como se fizessem parte daquela cultura, mas mantinham a atitude documentária, observadora, de um cientista natural”.⁸⁰ É importante frisar que, antes de conhecido etnógrafo, Franz Boas tinha por ocupação a física.⁸¹ George Stocking Jr. sugere o papel de fundamental importância de Boas no desenvolvimento da etnografia britânica, no percurso que vai dos “missionários aos cientistas naturais acadêmicos”: “a coleção de dados por cientistas naturais com treinamento acadêmico, definindo-se a si mesmos como antropólogos, e envolvidos ainda na formulação e avaliação da teoria antropológica”.⁸² O que se colocava em primeiro plano era o papel

account of native enterprise and adventure in the archipelagoes of melanesian New Guinea. Illinois: Prospect Heights, 1992, p. 1-25.

⁷⁹ STOCKING Jr, George W. “The ethnographer’s magic: fieldwork in british anthropology from Tylor to Malinowski”. In: STOCKING Jr, George W. (edited by). *Observers observed. Essays on ethnographic fieldwork*. History of anthropology I. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1983, p. 93.

⁸⁰ CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica”, op. cit., p. 25.

⁸¹ Sobre a trajetória intelectual de Franz Boas, do caminho entre a física e a etnologia, passando pela geografia como forma de percepção das interações dos homens com a natureza, ver STOCKING Jr., George W. “From physics to ethnology”. In: *Race, culture, and evolution*, op. cit., p. 133-160.

⁸² Stocking Jr. informa sobre a criação na década de 1880, pela British Association, do *Committee on the North-western Tribes of Canada*, cuja função era fornecer material empírico para o trabalho etnográfico em desenvolvimento pelos acadêmicos. O primeiro convocado foi um missionário, o Reverendo E. F. Wilson, que já havia trabalhado por quase duas décadas entre alguns nativos da América do Norte recrutando-os para sua missão. Wilson foi substituído por Boas, que também já havia realizado estudos na ilha de Vancouver, em 1886, fato que chamou a atenção dos responsáveis pelo comitê. STOCKING Jr,

do etnógrafo como observador. O olhar que se estabelece nesse primado do campo visual, quando, entre as inovações metodológicas salientadas por James Clifford, destaca-se a ênfase na observação direta, “por certo o trabalho de campo bem-sucedido mobilizava a mais completa variedade de interações, mas uma distinta primazia era dada ao visual: a interpretação dependia da descrição”.⁸³ Contexto contemporâneo à formação de Freyre, no qual se coloca quase ainda um olhar classificatório, taxonômico. Recorde-se o *field-work* de Freyre, sob a luz das lições de Boas, recolhendo com seu irmão fotos de mestiços para a elaboração de uma tipologia: “já estamos com uma boa coleção de tipos de mestiços de vários bairros e de subúrbios”.⁸⁴

Note-se que o termo “coleção”, além de remeter à idéia de classificação, muito própria dos viajantes naturalistas, diz respeito também diretamente à prática antiquária, espécie de duplo da historiografia moderna. Segundo Krzysztof Pomian, pelo menos a partir do século XV, quando as viagens em busca de objetos colecionáveis começam a se multiplicar, os antiquários-viajantes operam um acréscimo importante no saber histórico: as expedições não trazem mais apenas objetos, trazem também conhecimento. Este saber propiciado pela viagem e materializado pelo objeto, altera as relações de visibilidade, deslocando as fronteiras entre o visível e o invisível. O viajante coletor e colecionador acaba por alargar o espaço da visão sobre o passado e sobre o “outro”; ele permite ver “mais longe”, no espaço e no tempo.⁸⁵ Sobre as relações entre a visão e o antiquariado, Stephen Bann ainda salienta um “mito da recriação visual do passado” (o caminho que segue da coleção ao museu): “a idéia de visualizar o passado em nosso período não é, portanto, simplesmente o registro de um investimento pessoal em objetos e em seu valor de época (limitado à figura individual do antiquário), é também o registro de uma tendência crescente para acumular e ordenar tais objetos em instalações permanentes, em outras palavras, para montar museus”. Ora, a organização do museu é certamente um espaço classificatório, onde o passado é ordenado segundo preceitos taxonômicos, em certa medida semelhantes aos da botânica, por exemplo, embora a diferença entre as espécies dê lugar à diferença entre os tempos sociais.⁸⁶

George W. “The ethnographer’s magic: fieldwork in british anthropology from Tylor to Malinowski”, op. cit., p. 74.

⁸³ CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica”, op. cit., p. 29.

⁸⁴ FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 147 (itálico meu).

⁸⁵ POMIAN, Krzysztof. “Coleção”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.

⁸⁶ BANN, Stephen. “Clio em parte: sobre antiquariado e fragmento histórico”. In: *As invenções da história. Ensaio sobre a representação do passado*. trad. de Flávia Villas-Boas. São Paulo: Editora da Unesp, 1994, p. 129-152.

Não obstante, se Gilberto Freyre é devedor assumido da tradição boasiana, ainda que pesem sobre isto dúvidas quanto ao valor do débito, ele também pode ser localizado já no momento que segue ao de seu mestre, o da institucionalização do olhar. Em seu diário informa que seu trabalho de campo não é feito por pura e simples curiosidade intelectual; há de sua parte uma leitura sistemática de manuais de *field-work* de autores ingleses e americanos. A viagem de campo que Freyre desenvolve segue os parâmetros definidos por Clifford para a obra de Malinowski: o olhar se realiza mediante o conhecimento prévio elaborado pela ciência.⁸⁷ Nesse sentido, a observação que procura desenvolver é pautada por critérios bem definidos, que aparecem de maneira geral em um de seus projetos pessoais, talvez não realizado: um “estudo total” de uma rua do Recife, “um estudo da vida íntima da rua. Um estudo antropológico, psicológico, sociológico do seu conjunto: casa por casa, sala por sala, quarto por quarto, habitante por habitante. Atitudes e relações com outras ruas. *Observação, mensuração, interpretação através de uma participação intensa de observador na vida observada. Empatia.* Para isto eu teria que morar algum tempo na rua sob observação. Teria que viver como se fosse uma pessoa de casa e não um intruso”.⁸⁸ Outro exemplo ainda

⁸⁷ Apenas para apontar uma dissonância em relação à importância da viagem para a experiência etnográfica, o célebre livro de Lévi-Strauss serve como exemplo: “a aventura não tem lugar na profissão de etnógrafo; ela é apenas a sua servidão, pesa sobre o trabalho eficaz com o peso das semanas ou dos meses perdidos em caminho; das horas inúteis enquanto o informante se oculta; da fome, da fadiga, por vezes da doença; e sempre, desses mil trabalhos penosos que roem os dias em pura perda e reduzem a vida perigosa no coração da floresta virgem e uma imitação do serviço militar... Que tantos esforços e vãos sacrifícios sejam necessários para atingir o objeto dos nossos estudos, isso em nada valoriza o que deveria considerar antes o aspecto negativo do nosso ofício”. LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes tropiques*. Paris: Plon, 1955, p. 9. James Clifford chama a atenção para o fato de que uma das fronteiras disciplinares instauradas para definir a especificidade do registro etnográfico em relação aos seus semelhantes é justamente estabelecida pela negação da própria experiência da viagem: “‘nós não somos viajantes ou escritores de viagem’, é uma forma de jogar para fora das fronteiras da antropologia a dimensão ‘literária’”, constituindo, portanto, um saber válido para a ciência. CLIFFORD, James. “As fronteiras da antropologia, entrevista com James Clifford”. trad. de Patrícia Farias. In: *A experiência etnográfica*, op. cit., p. 262.

⁸⁸ FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 160-1 (itálico meu). A passagem data de 1924. Cabe notar que na curta experiência docente de Freyre como professor de sociologia na Escola Normal no Recife, entre fevereiro de 1929 e outubro de 1930, uma das suas propostas pedagógicas voltadas às alunas era uma espécie de *social survey* de um microcosmo social como, por exemplo, as próprias ruas onde moravam as alunas. Ver a respeito MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil*, op. cit., p. 73 e ss. Sobre a questão do pertencimento à realidade observada (“como se fosse uma pessoa de casa e não um intruso”), Roberto Da Matta chama a atenção para o caráter singular da experiência antropológica de Freyre, situado no limite impreciso entre o antropólogo e o nativo. Ver DAMATTA, Roberto. “Dez anos depois: em torno da originalidade de Gilberto Freyre”. In: *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, nº 24, 1987. Neste ponto, Clifford coloca um questionamento pertinente: “mas o que é ‘trabalho de campo’? Por quanto tempo? Com quem? Como se definiria um ‘campo’? E no caso de uma pessoa que queira estudar sua própria comunidade? Talvez isso não seja considerado trabalho de campo, pois essa noção permanece associada à história de viagens, uma história da prática espacial de ‘ir para o campo’. Afinal *fieldwork* não pode ser *homework*. Ele deve ser realizado de modo distanciado espacialmente”. CLIFFORD, James. “As fronteiras da antropologia,

ilustra este cuidado etnográfico de Freyre: pesquisas sobre a religiosidade africana no Brasil, feitas por ele e que corroboram explicações contidas em *CG&S*. No caso, o argumento incide sobre a presença de traços islâmicos observados durante os cultos. “Em nossas observações de praticas e ritos de seitas africanas em Pernambuco temos varias vezes notado o facto dos devotos tirarem as botinas ou os chinelos antes de participarem das cerimonia; e num ‘terreiro’ que visitamos no Rio de Janeiro notámos a importancia attribuida ao facto do individuo estar ou não pisando sobre velha esteira estendida no meio da sala. No centro da esteira, de pernas mussulmanamente cruzadas, o negro velho, ‘pae do terreiro’”.⁸⁹ E o parágrafo segue com outras tantas informações colhidas *in loco*.

Em um outro momento significativo de *CG&S*, o argumento sociológico defendido – segundo o qual as sobrevivências pagãs no cristianismo português desempenharam papel importante na política imperialista (sobretudo na reprodução das gentes e expansão demográfica) – é amparado por “descrições etnográficas” de viajantes e cronistas sobre tais sobrevivências. Assim, o paganismo se revela em festas e namoricos realizados em lugares sagrados, “de modo que talvez não exagere Le Gentil de la Barbinais ao descrever-nos as festas do Natal de 1717 que teria presenciado no convento de freiras de Santa Clara na Bahia”. Igualmente, “em princípios do seculo XIX Tollenare soube, no Recife, que ainda se dançava na Igreja de São Gonçalo de Olinda”. E também em 1848 “Max Radignet ainda alcançou as moças das melhores familias do Rio de Janeiro namorando com os rapazes na Capella Imperial”. Por fim, novamente la Barbinais aparece como descrição conclusiva da permissividade da administração leiga em relação aos cultos cristãos: “a festa de São Gonçalo do Amarante que la Barbinais assistiu na Bahia no seculo XVIII surge-nos das paginas do viajante francês com todos os traços dos antigos festivaes pagãos. Festivaes não só de amor, mas de fecundidade. Danças desenfreadas em redor da imagem do santo. Danças em que o viajante viu tomar parte o proprio vice-rei homem já de idade, cercado de frades, fidalgos, negros”.⁹⁰

Neste caso em específico, o “olhar etnográfico” mas amor dos viajantes é completado e disciplinado por uma interpretação regrada cientificamente, isto é, muito

entrevista com James Clifford”. trad. de Patricia Farias. In: *A experiência etnográfica. Antropologia e literatura no século XX*, op. cit., p. 268. Talvez a questão da distância, todavia, não seja pertinente no caso de Freyre, cuja intenção é menos pensar a alteridade do que encontrar formas de compreensão e de formulação da identidade.

⁸⁹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. 343.

⁹⁰ *Ibidi.*, p. 279-281.

além da mera *descrição empírica*, ela fornece ou permite fornecer *explicações sociológicas*. Ou seja, Freyre etnógrafo se vale de seus olhos para elaborar suas pesquisas e sustentar seus argumentos, mas, de igual maneira, se vale dos olhos dos viajantes que assumem, neste caso, o lugar do pesquisador de campo que, evidentemente, não poderia ter estado lá. Mas, sobretudo, tais olhares em conjunto são respaldados pelos controles da ciência: na medida em que assume as descrições alheias para fundamentar sua interpretação, Freyre as credencia como produtos de uma visão autêntica e legítima, colocando em planos suplementares as narrativas de viagem e as anotações de *field-work*; ambas são igualmente válidas como *fontes* para sua escrita.

Olhares alheios

Assim, a viagem em Freyre é ainda uma viagem realizada por outrem. Os olhos que vêem, vêem também por outros olhos: olhos de outros viajantes. Para o autor, eles são o substrato fundamental de seu relato. Em suas palavras: “para o conhecimento da história social do Brasil não há talvez fonte de informação mais segura que os livros de viagem de estrangeiros”.⁹¹ Há, todavia, um critério para seu uso, impondo-se “muita discriminação entre os autores superficiais ou viciados por preconceitos – os Thevet, os Expilly, os Dabadie – e os bons e honestos, da marca de Lery, Hans Staden, Koster, Saint-Hilaire, Rendu, Spix, Martius, Burton, Tollenare, Gardener, Mawe, Maria Graham, Kidder, Fletcher”.⁹² Além desses, há ainda olhares através dos quais o autor consegue ver: os cronistas, cujos relatos podem ser complementados pelas cartas escritas pelos jesuítas, as quais trazem, para além das questões eclesiásticas, “detalhes de um realismo honesto” sobre a vida social na colônia.⁹³

Se para os portugueses em Portugal o longo contato com os sarracenos deixou idealizada a figura da “moura encantada”, os lusitanos vieram encontrar sua expressão, “quasi igual, entre as índias nuas e de cabelo solto do Brasil. Que estas tinham também os olhos e os cabelos pretos, o corpo pardo pintado de vermelho e, tanto quanto as nereidas mouriscas, eram doidas por um banho de rio onde se refrescasse sua ardente

⁹¹ Sobre a importância dos relatos de viagem na argumentação sociológica de Freyre, particularmente no que diz respeito à tese da amenidade na escravidão brasileira se comparada com a norte-americana, ver TUNA, Gustavo Henrique. *Viagens e viajantes em Gilberto Freyre*, op. cit., p. 59-82.

⁹² FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. XXXIV-XXXV.

⁹³ *Ibid.*, p. XXXVI.

nudez e por um pente para pentear o cabelo”.⁹⁴ Para a análise aqui pretendida, o que importa não é a interpretação psicológica da semelhança entre a moura e a índia, mas o simples fato desta se banhar nos rios e pentear os cabelos, aquilo que dota o texto de um realismo que transcende sua dimensão sociológica e lhe institui seus efeitos retóricos, “efeitos de real”. Na nota que se segue, estão os olhos que comprovam: “penteiam-se as mulheres muitas vezes, notou Ive [*sic*] d’Evreux entre as índias do Brasil [...] Quanto á frequencia dos banhos entre as índias, salientam-na quasi todos os observadores dos costumes indigenas nos seculos XVI e XVII”.⁹⁵ Mas Freyre escreve, no corpo do texto, dando a impressão de que seus próprios olhos tivessem visto a cena narrada.⁹⁶ Ou seja, o “efeito da presença” é todo ele devedor das capacidades “visuais” do discurso. No caso de Freyre, entretanto, o leitor é desde o início colocado em uma posição privilegiada, pois ele sabe de antemão que o autor não estava presente na cena. Dessa maneira, a importância do uso da linguagem em tal construção assume um relevo particular, pois se reconhece seu papel mediador da visão. Muitas vezes, todavia, seu olhar (o de Freyre) vai além dos olhares dos viajantes e cronistas, por uma espécie de pletora escriturária. A escrita segue por lugares recônditos que nem seus olhos, nem talvez os dos viajantes e cronistas, puderam acessar. Assim, as índias tropicais, como as mouras encantadas eram doidas por um banho de rio, mas eram menos ariscas: “por qualquer bugiganga ou caso de espelho [*sic*] estavam se entregando, de pernas abertas, aos ‘caraíbas’ gulosos de mulher”.⁹⁷ Da índia a pentear os cabelos até a índia se oferecendo, “de pernas abertas”, para o forasteiro, o efeito da presença parece se diluir nas margens da ficção.

Com base nas cartas jesuíticas e nas crônicas, Gilberto salienta uma situação que mesmo alguns jesuítas e cronistas levavam a crer erradamente no contrário: a deficiência alimentar no mundo colonial. Freyre, neste caso, se coloca contra as descrições do padre Cardim, também aludidas por Gabriel Soares de Souza, as quais relatavam grandes e fartos banquetes dos senhores de engenho. Segundo o autor, Anchieta aponta para a precariedade da situação colonial e “as cartas do padre Nóbrega

⁹⁴ *Ibid.*, p. 11-12.

⁹⁵ *Ibid.*, nota 1, p. 12.

⁹⁶ Sobre a questão de como criar no interlocutor o “efeito da presença” nos episódios narrados, Adriana Zangara, estudando os historiadores antigos, indica, a respeito de Políbio, que “se a evidência da imagem mental que o leitor imagina (*se forge*) é suposta de reproduzir a evidência de uma visão prévia, então, esta visão prévia deve ser aquela do historiador *lui-même*”. ZANGARA, Adriana. *Voir l’histoire*, op. cit., p. 61.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 12.

falam-nos da ‘falta de mantimentos’”.⁹⁸ Para o sociólogo, pouca era a variedade de produtos agrícolas produzidos e quase nula era a produção pecuária nos primeiros séculos de colonização, em razão sobretudo da primazia do latifúndio monocultor na economia colonial. Além disso, há o respaldo daquelas “fontes mais seguras”, os registros de viajantes. No século XVIII, sobre a Bahia, o abade Reynal informava que: “não se vê carneiro e raro é o gado bovino que preste”.⁹⁹ Portanto, se o viajante não vê, estão privados da visão também os olhos do autor: é quase como se aquilo que não fosse visto de fato não pudesse ter existido. Não obstante, fica difícil precisar o critério utilizado por Freyre neste caso, rejeitando certos testemunhos em função da suposta veracidade de outros. O que torna Nóbrega e Reynal mais confiáveis que Cardim e Soares de Souza? O texto não permite indicar diretamente os pressupostos assumidos, afinal, o próprio Soares de Souza é largamente utilizado como fonte segura em outras ocasiões. Mas o conjunto de estudos até então realizados, referenciados em notas, corroboram as considerações do autor. Um pressuposto metódico para o uso das fontes, porém, não fica apontado no texto. Freyre salienta, entretanto, que “de Cardim deve-se tomar em consideração o seu carácter de padre visitador, recebido nos engenhos e collegios com festas e jantares excepcionaes”.¹⁰⁰ Ou seja, explica-se o fato pela boa impressão que os anfitriões queriam causar, produzindo uma situação fora do comum e prejudicando, com isso, a avaliação do religioso, criando opacidade na sua visão das coisas.¹⁰¹

No caso específico do relato de Soares de Souza, talvez a resposta esteja ligada à própria maneira como seu texto foi composto. Como se sabe, embora amplamente pesquisado por outros estudiosos da história brasileira, tal relato apenas teve sua autoria confirmada no século XIX, através do trabalho crítico de Francisco Adolfo de Varnhagen. Nessa sua prática erudita, Varnhagen legitima não apenas o autor, mas o

⁹⁸ *Ibid.*, p. 60.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 61.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 57.

¹⁰¹ Varnhagen, historiador que sempre valorizou a qualidade da observação dos cronistas e viajantes, bem como os pressupostos metódicos da *autópsia* em sua obra, escreveu sobre os escritos de Cardim que eles encantam “pela verdade da pintura feita com os objectos á vista, e as impressões, ainda de fresco recebidas dos encantos virgens que regalavam os olhos de quem acabava de deixar a Europa nos fins do inverno”. Em seguida ressalta justamente as situações “testemunhadas” por Cardim no sentido da opulência na capitania de Pernambuco e na Bahia. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brazil*, op. cit., p. 296 e 298. Neste caso, Varnhagen não estabelece o mesmo raciocínio de Freyre, sobre a parcialidade, pela religião, do testemunho de Cardim. Não obstante, o raciocínio lhe era conhecido, já que, em outro momento do livro, informa da crônica do Pe. Jeronymo Machado, sobre a conquista do rio Paraíba no século XVI, que “alias de testemunha ocular, embora nos diga que como religioso que era (jesuita), a escreveu pelo preceito da obediencia”. *Ibid.*, p. 289.

próprio registro enquanto uma fonte historiográfica válida: “ao comparar as descrições com a realidade, quasi nos abysmâmos ante a profunda observação que não cançava, nem se distrahia variando de assumpto”.¹⁰² Entretanto, a despeito da informação do autor da *Historia geral do Brazil*, Temístocles Cezar salienta que a observação de Gabriel Soares de Souza, o “eu vi”, não aparece explicitamente em seu texto: “a autópsia, marca de enunciação que prova a verdade do relato por uma fórmula que implica a presença física do narrador na cena descrita, raramente é utilizada ao longo do texto”.¹⁰³ Essa marca forte de enunciação que serve como signo da verdade do relato, é compartilhado com outros personagens: o cronista outorga a outros sujeitos, índios, negros, brancos, a função da autópsia. Porém, na hierarquia dos olhares, a sua visão serve como fundamento último da verdade, embora ela não seja explícita no relato. Oliveira Lima, por exemplo, reputa Soares de Souza como a fonte mais confiável para o estudo das tradições e costumes dos indígenas americanos. Para o diplomata-historiador, “o senhor de engenho bahiano, tão minucioso nas suas descrições ethnograficas quão metucioso nas topographicas, póde considerar-se um dos guias mais seguros para o estudo da rudimentar psychologia tupy. Não lhe toldavam o espirito exclusivas tendencias de proselytismo, como aos padres da Companhia, Simão de Vasconcellos por exemplo; nem illusões de uma theologia romantica, como aos capuchinhos francezes do Maranhão, Claude d’Aubeville e Yves d’Evreux. Gabriel Soares foi apenas, e é quanto devemos desejar, o observador fiel, despreocupado, pinturesco, das tribus que de perto conheceu”.¹⁰⁴

Talvez Freyre estabeleça a partilha dos olhares alheios em função daquele tipo de critério ressaltado: se o relato é produto direto da visão que o produziu ou se há mediações entre o ver e o enunciar. E Soares de Souza não deixa claro esse recorte, enquanto que Reynal é enfático: “não se vê...”. De qualquer forma, trata-se sempre de uma escolha pessoal do autor, já que ele não manifesta teoricamente os requisitos de validade para cada registro utilizado, além do fato de que Soares de Souza e o próprio Fernão Cardim aparecem em outros momentos como testemunhas oculares válidas. Exemplo claro, que em certa medida entra em contradição com os argumentos

¹⁰² *Ibid.*, p. 295. Ou ainda, em outra passagem com poucas variações de sentido: “o nosso autor [Soares de Souza] é singelo, quase primitivo no estilo, mas era grande observador...”, citado por CEZAR, Temístocles. “Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica”. In: *História em Revista*, Pelotas, v. 6, dezembro/2000, p. 47.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 49.

¹⁰⁴ LIMA, Oliveira. *Aspectos da litteratura colonial brasileira*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1896, p. 32-33.

sustentados a partir de Reynal (o da precariedade alimentar), é quando Freyre sugere que, apesar das “patranhas de frades” sobre a opulência e o luxo da vida material na colônia, de fato era de se supor certa ostentação por parte dos senhores, enriquecidos pela experiência colonial, pelo menos na Bahia e em Pernambuco. “Desse luxo é bem de vêr, não falam apenas frades-capellães em tom de quem faz panegyrico de santo; também estrangeiros da marca de Pyard de Laval”.¹⁰⁵ “Da marca de...”, fórmula que recorta o bom olho do improvável. E neste caso em particular, além do viajante francês, são testemunhos confiáveis da “vida opulenta, e até espaventosa a daquelles primeiros colonos portugueses” os mesmos Gabriel Soares de Souza e Fernão Cardim.¹⁰⁶

Assim, para além da tradição oral em que busca se filiar, na definição metódica dos registros de viajantes dignos de crença, a ênfase toda recai no princípio ótico que norteia tais registros. Exemplo único no livro, a partir do qual se vislumbra a distância entre o olho e o ouvido, um trecho deixa evidente a primazia do olhar: discorrendo, a partir de diversos cronistas e viajantes, sobre a possível devassidão na conduta dos eclesiásticos na sociedade brasileira, indica a má impressão que teve Maria Graham, que aqui viveu e por aqui viajou entre 1821 e 1823, do clero brasileiro. Freyre, todavia, estabelece uma ressalva em seu relato: Graham “fala do assumpto quasi de oitiva, pelo que ouviu dizer em Pernambuco”.¹⁰⁷ Não se trata, evidentemente, de uma simples desqualificação de seu relato, visto que a viajante é digna de confiança em inúmeras outras passagens; mas o que se coloca de modo enfático é a fronteira entre o saber que se origina do olhar e aquele, num grau um pouco abaixo, pelo menos em se tratando de olhares alheios, que nasce dos ouvidos.

Esses pontos todos, essas variantes de uso dos textos de viajantes deixam muito claras as escolhas de Freyre: não basta apenas ler seus registros, é preciso classificá-los de acordo com sua validade empírica. Em assunto de moral familiar das damas coloniais, por exemplo, são dois os tipos de registros existentes, separados pela fronteira da nacionalidade: “os viajantes franceses que nos seculos XVII e XVIII estiveram no Brasil não se mostram tão crentes como o beneditino D. Domingos na castidade e na fidelidade conjugal das senhoras brasileiras. Mas, em compensação, D. Domingos tem a seu favor depoimentos de viajantes ingleses. É verdade que em assumptos de amor e de mulheres os franceses passam por mais entendidos que os ingleses; como viajantes,

¹⁰⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. 299.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 300-301.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 488.

porém, os ingleses levam a palma aos franceses em lisura, exactidão e honestidade de narrativa”.¹⁰⁸ Assim sendo, convém neste caso deixar de lado o conhecimento feminino dos franceses e depositar com maior peso a confiança nos olhares dos ingleses, já que do ver ao escrever eles conseguem encurtar a distância.¹⁰⁹

Enfim, são eles, os viajantes, jesuítas e cronistas, que propiciam bases sólidas para a representação do passado; conferem a ela legitimidade e respaldo empírico: a autoridade que *autoriza* o relato. Ou antes, são seus olhos que assim o fazem: enquanto Henry Koster é qualificado como “arguto observador”, Anchieta aparece como “observador exato” – “as observações deixadas por viajantes e missionários que surpreenderam a vida dos caboclos ainda virgem do contacto europeu, *autorizam-nos* a generalizações...”.¹¹⁰

Há, porém, o falso olhar, aquele que pode engendrar o erro. Anchieta observa de maneira exata, pelo menos “mais exata” que Vespucci. Este via nos costumes indígenas um ambiente de desregramento e luxúria; com o jesuíta, Freyre pode sustentar o contrário, salientando que “o que desfigura esses costumes é a má interpretação dos observadores superficiais”.¹¹¹ A querela entre Jean de Léry e André Thevet faz parte também desta disputa de olhares: o primeiro como “um dos mais seguros cronistas que escreveram sobre o Brasil do século XVI”; o segundo, bem, quanto a ele “nem é bom falar. Convém ler o seu livro mas como se lê um romance”.¹¹² Thevet, apesar de ter sido, como adverte o autor, dos primeiros cronistas a se ocupar com mais interesse do caju (!?), é colocado no lugar da ficção, do olhar inventado, enfim, da fantasia. Fantasia

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 457-8.

¹⁰⁹ O recorte nacional não é novo. Certa desconfiança em relação a alguns dos viajantes franceses já aparecia na comédia *A estátua amazônica*, de Manuel de Araújo Porto-Alegre, escrita em 1848, quando o autor afirmou categoricamente, no prólogo dedicado a Manuel Ferreira Lagos, então vice-presidente do IHGB, que “a leviandade da maior parte dos viajantes franceses e a superficialidade com que encaram as coisas que encontram na nossa pátria, unidas a um desejo insaciável de levar ao seu país novidades, têm sido a causa desses grandes depósitos de mentiras que se acham espalhados por muitos livros daquele povo”. Cabe salientar que Porto Alegre situa no plano dos franceses confiáveis nomes como Saint-Hilaire, Denis e Debret. Citado em SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*, op. cit., p. 51.

¹¹⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. 94-5 (itálico meu).

¹¹¹ *Ibid.*, p. 103.

¹¹² *Ibid.*, p. 122. Florestan Fernandes, sempre tão rígido quanto aos preceitos de cientificidade das pesquisas sociais, na sua crítica e análise de cronistas dos séculos XVI-XVII, a qual se baseia na disposição do olhar mas também num método comparativo entre os registros, escolhe Thevet sem, no entanto, mencionar as críticas realizadas a ele por Léry. Ver FERNANDES, Florestan. *A etimologia e a sociologia no Brasil*, op. cit., p. 79-178. Para considerações teóricas sobre os relatos de Léry e Thevet, principalmente com relação aos princípios de visibilidade que os organizam e suas conseqüências para a prática dos historiadores, ver CEZAR, Temístocles. “Thevet e Léry: visão, crença e história no Brasil do século XVI. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem”. In: *Ciências & Letras*, nº 37, jan-jun de 2005, p. 25-43.

que levou alguns outros cronistas do século XVI, como o próprio Vespucci, a supor que o ato amoroso entre os índios era meramente uma “descarga de sentidos, o macho agarrando e submettendo ao amplexo viril a primeira femea ao alcance dos seus braços”.¹¹³

Este intervalo entre o olhar que vê o real e aquele que enxerga apenas a fantasia de quem olha, opera também uma distinção, surpreendente para a obra em questão, entre a ficção da literatura e a realidade da ciência. O viajante confiável, diferentemente daquele que escreve como romancista, assume também as vezes do cientista, do etnógrafo. É o exato observador inaciano Anchieta que aponta para as formas de parentesco entre os Tupi, para quem não existia repugnância na união entre sobrinha e tio materno, ficando interditas as relações no traçado paterno. Não se trata de luxúria, portanto, apenas outras formas de cultura. Quanto a isso, “já nos explicou a palavra do padre Anchieta...”.¹¹⁴ O olho bom é aquele que vai além do mero olhar contemplativo, é aquele que interpreta e explica, tal como o bom etnógrafo. Exemplo claro é Léry, autor do breviário do etnólogo, segundo Lévi-Strauss, “tão meticuloso nas descrições etnográficas”.¹¹⁵

O olhar do viajante e do cronista se complementa com o trabalho do etnógrafo: “por alguns cronistas antigos sabemos de muita intimidade da rotina economica entre os indigenas; da sua divisão sexual de trabalho – tanto o trabalho de campo, quasi todo entregue ás mulheres, como o de dentro de casa, tambem principalmente feminino; factos observados ás vezes com uma exactidão que as pesquisas recentes dos ethnologos só teem feito confirmar”.¹¹⁶ Um olhar, talvez o mesmo, que atravessa os séculos alternando de olhos. Mas muito além da visão, são os vários sentidos que estão ali presentes, o corpo todo, como o etnógrafo que “está” na aldeia. Como quando Léry, *ouvindo* os gritos estridentes de uma mulher, *viu* o parto de um índio, o marido e pai cortando com os dentes o cordão umbilical, separando fisicamente a criança da mãe que a gestou.

Entre as descrições dos cronistas e viajantes coloniais, misturam-se quase que indiscriminadamente, no texto de *CG&S*, análises de etnógrafos contemporâneos, sem

¹¹³ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. 104.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 104.

¹¹⁵ Freyre vê no viajante francês mais que um etnólogo, também um psicólogo sexual e sociólogo genético: “havia qualquer cousa de um Havelock Ellis no rev. Jean de Léry”, *ibid.*, p. 123. Para a questão de Léry como etnógrafo, ver CERTEAU, Michel de. “Ethno-graphie. L’oralité, ou l’espace de l’autre: Léry”. In: *L’écriture de l’histoire*, op. cit., p. 215-248.

¹¹⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. 123.

que uma hierarquia entre eles se estabeleça: complementaridade assegurada, a despeito da distância temporal que separa tais registros, pelo efeito da presença que o texto produz. E é aí que a experiência de Freyre se completa pela viagem de outros. Como bem apontou Darcy Ribeiro, “o ser antropólogo permitiu a Gilberto sair de si, permanecendo ele mesmo, para entrar no couro dos outros e ver o mundo com olhos alheios”.¹¹⁷ A experiência da viagem que se constitui, para efeito de texto, como experiência do “estar lá”.

A visão do viajante e o passado revisto

A experiência da viagem está intimamente ligada à experiência escriturária de Freyre; a primeira como que condiciona a segunda. Para ele, pode-se dizer, viajar é escrever, assim como escrever, de uma certa maneira, é viajar.¹¹⁸ É por essa razão que critica enfaticamente a erudição pedante e livresca daqueles que ostentam o saber fechado dos livros: para ele, esses indivíduos sisudos, encerrados por detrás de um *pince-nez*, “não vêem, não observam, não têm contacto com a vida. Não vão a pastoris nem pedalam de bicicleta pelos subúrbios. Nem conversam com gente do povo”.¹¹⁹ Neste ponto, Freyre assume por inteiro a tradição ibérica a qual se filia e que ele mesmo define de maneira peculiar: “um escritor mais de campo que de gabinete: a negação mesma do típico *littérateur* abstrato [...] Nunca um inventor de personagens ou mitos – o que faz com que não seja um escritor de ficção no sentido vulgar do ficcionismo – tudo nele tende a ter por base sua própria e personalíssima experiência: a vida por êle pessoalmente experimentada, vivida, vista, ouvida, amada, sofrida, apalpada, sentida, observada” e, não seria redundância acrescentar, *viajada*.¹²⁰ Viajar é criar as condições para escrever.

A experiência da viagem como experiência do olhar é a garantia própria da escrita sobre uma determinada realidade: distante da vulgata ficcionista, ela pode agora se situar perfeitamente no espaço do real *experienciado*. Se ela não é invenção de mitos, tampouco é mera rotina; ela é aventura. Aquele que a pratica não é simples “homem de

¹¹⁷ RIBEIRO, Darcy. “Gilberto Freyre. Uma introdução a *Casa-grande & senzala*”, op. cit., p. 14.

¹¹⁸ Para o desenvolvimento teórico deste ponto, ver DUBOIS, Philippe. “Le voyage et le livre (au voyageur oblique)”. In: JACOB, Christian et LESTRINGANT, Frank (communications réunies et présentées par). *Arts et légendes d'espaces. Figures du voyage et rhétorique du monde*. Paris: Presses de l'École Normale Supérieure, 1981, p. 151-201.

¹¹⁹ FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 166.

¹²⁰ FREYRE, Gilberto. *Como e por que sou escritor*, op. cit.

letras”, cujas informações são colhidas em outros escritos de autores clássicos, mas “escritor” verdadeiramente, aquele que recria com base no que viu, ouviu, sentiu, experimentou. Por isso mesmo, Gilberto Freyre viajante de seu próprio lugar, procura ver com seus próprios olhos aquelas paisagens que passam despercebidas pelo turista. Sua viagem por Recife, por exemplo, é a do “namorado sentimental” (o viajante) e não o do “admirador imediato” (o turista). “Sucede porém que raro é o viajante com o vagar ou veneta para namoros tão demorados”.¹²¹ Nem todos são, assim como ele, tão amorosos!

Freyre viajante se faz etnógrafo. Neste ponto, portanto, com o seu método declaradamente intuitivo, consegue ultrapassar as limitações do trabalho etnográfico percebidas por Florestan quando este se refere às crônicas de viagem e aos registros dos etnógrafos, notadamente à passagem, na história da disciplina, daquelas para estes: “descrições dêste tipo [relatos de viagem referentes à guerra entre os gentios], densas, brilhantes, quase artísticas, dão-nos uma idéia viva e profunda do comportamento e da mentalidade dos Tupinambás e de seus inimigos. Os antropólogos contemporâneos, trilhando o mesmo caminho que os cronistas na interpretação da realidade histórico-social, sem dúvida ganharam em sistematização e em ‘espírito positivo’, mas perderam em ‘intuição’ e em ‘compreensão’, no sentido diltheyano”.¹²² Discípulo de Franz Boas, o autor de Apipucos acompanha o movimento da antropologia na virada do século XIX para o XX, da preocupação com o sistema evolutivo e com as teorias raciais para a descrição empírica dos esquemas que definem os espaços culturais, pautada pela observação direta (participativa) do objeto; em outras palavras, da explicação por leis gerais à interpretação com base histórica, sem, entretanto, perder as qualidades descritivas dos viajantes.¹²³ Seu trabalho de campo, o descer pela varanda da casa-

¹²¹ *Ibid.*, p. 32. Ricardo Benzaquen de Araújo salienta ainda, tratando de um texto posterior a *CG&S*, o *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*, de 1934, a importância dada por Freyre à experiência própria dos viajantes, criticando aqueles “manuais” de viagem que tentavam prescrever o olhar do indivíduo impossibilitando, com isso, a experiência mesma do *ver*. Para o autor pernambucano, na viagem a Recife seria necessária uma visão “irregular, assimétrica e ao mesmo tempo extremamente próxima e calorosa da cidade”; um ritmo lento e errático atento aos pequenos detalhes, próximo à figura do *flâneur* baudelaireano. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*, op. cit., p. 170 e s. Ver ainda, PEIXOTO, Fernanda. “A cidade e seus duplos. Os guias de Gilberto Freyre”, op. cit.

¹²² FERNANDES, Florestan. *A etnologia e a sociologia no Brasil*, op. cit., p. 139.

¹²³ George Stocking Jr. aponta para um tema importante no conjunto dos pressupostos epistemológicos que fundamentam a prática de Boas: seu vínculo, senão teórico ao menos de lugar, com o romantismo alemão e as “tradições historicistas”. Nas palavras de Stocking: “contra a busca realizada pelo físico das leis que governam as relações de fenômenos individuais, Boas colocava a tentativa do historiador de ‘compreensão dos fenômenos’ por si mesmos (*for their own sake*)”, seguindo na esteira de autores como Leopold von Ranke e principalmente Wilhelm Dilthey. STOCKING Jr., George W. “From physics to ethnology”, op. cit., p. 154. Partindo das distinções conceituais abordadas por Norbert Elias entre

grande, lhe dá a segurança do contato com a realidade, transmitido pelo seu próprio texto.¹²⁴ Se o *ouvir* lhe dá meios para uma escrita que privilegia a “cor local” e a maneira de falar as gentes do passado, o *ver* é como que tornado imagem pelas palavras, produzindo aquilo que se pode definir como o “efeito de real” da literatura realista. Assim, não é de todo inusitado o fato de que o mesmo Roland Barthes que cunhou a expressão¹²⁵ considere o mérito maior na obra de Freyre o de descrever, debaixo das sombras de um cajueiro e entrelaçado nas pernas de uma índia de cabelos soltos, o homem colonial, sistematizando uma matéria histórica “quase sem a desprender do corpo humano [...] é a quadratura do círculo dos historiadores, quase aqui realizada, o ponto último da investigação histórica, do testemunho de homens como Michelet [...] há, além disso, em Freyre, um senso obsessivo pela substância, pela matéria palpável, pelo objeto, se se quiser, que é no fundo a qualidade específica de todos os grandes historiadores”.¹²⁶

A analogia faz pensar. Michelet, o primeiro a *ver* sua França, nos lampejos do século XIX, “como uma alma e uma pessoa”, logo, o seu primeiro e único historiador. A bela formulação que o historiador francês elaborou para seu trabalho bem poderia ser aplicada em Freyre: “ao penetrar cada vez mais no objeto, ama-se ele, e desde então olha-se com um interesse crescente. O coração, comovido à segunda vista, vê mil coisas invisíveis ao povo indiferente. A história, o historiador, misturam-se neste olhar”.¹²⁷ Entre Freyre e Michelet as possíveis analogias são mais extensas. Michelet, definido por

civilização e cultura, as quais colocariam em pontos distintos França e Alemanha, Luiz Costa Lima problematiza a linha que segue de Boas a Freyre justamente tendo por pano de fundo as diferenças entre os caminhos iluministas e universais franceses e aqueles particularistas e historicistas alemães, mostrando como Freyre, em momentos específicos de *CG&S* se vale de ambos caminhos. LIMA, Luiz Costa. “A versão solar do patriarcalismo: *Casa-grande & senzala*”, op. cit.

¹²⁴ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. “Um método antimetódico: Werner Heisenberg e Gilberto Freyre”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza (orgs.). *O imperador das idéias. Gilberto Freyre em questão*, op. cit., p. 32-45. É preciso, no entanto, pelo menos no que se refere ao trato dado por Freyre à escravidão, relativizar esta descida da varanda. Stuart Schwartz aponta duas deficiências principais na obra de Freyre: ele reduz a escravidão ao se aspecto doméstico, quando a grande maioria de escravos eram do eito; e também, embora trate dos aspectos culturais dos africanos, não há família escrava em *CG&S*. SCHWARTZ, Stuart. “Gilberto Freyre e a história colonial: uma visão otimista do Brasil”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza (orgs.). *O imperador das idéias. Gilberto Freyre em questão*, op. cit., p. 101-117. Ricardo Benzaquen, por sua vez, argumenta que “a senzala acaba por se fazer culturalmente presente no interior da casa-grande, pela própria heterogeneidade, indefinição e permeabilidade que, como temos visto, caracterizam o português”. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*, op. cit., p. 71, n. 27.

¹²⁵ BARTHES, Roland. “O efeito de real”, op. cit..

¹²⁶ BARTHES, Roland. “Maitres et Esclaves”. *Les Lettres Nouvelles*. Paris, v.1, p. 107-108, mar. 1953.

¹²⁷ MICHELET, Jules. “Préface”, op. cit., p. X. Esta simbiose entre história e historiador coloca a prática historiográfica no plano do *mesmo*. Para uma leitura singular da obra de Michelet, remeto a BARTHES, Roland. *Michelet*. trad. de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Hartog como “perpétuo viajante nele mesmo”,¹²⁸ também “viajou”, para fora e para dentro, no intuito de conhecer seu objeto; fez de sua presença física um fator de conhecimento. Como salienta um de seus principais intérpretes, “quando esse parisiense de nascença e coração resolve, anos mais tarde, explorar a França, que não se o imagine cochilando no banco de uma diligência. Ele abre o olho, empresta o ouvido às conversas e mistura-se nelas. Pela noite, registra o que acaba de aprender sobre os trajes, os costumes, as técnicas ou as falas”.¹²⁹ Michelet, homem do povo, esteve com ele, com os olhos abertos e ouvidos receptivos, para poder narrar sua história. Sugerindo o povo (*seu* povo) como o grande ator da (*sua*) Revolução, argumenta com base no contato direto e pessoal com as “fontes”, afirmando que: “eis o que encontrei, constatei e verifiquei, seja pelos depoimentos escritos, seja pelos que recolhi da boca dos velhos”.¹³⁰ Sua presença e sua viagem lhe serviram para resolver as contradições que as intempéries de sua memória de infância lhe causavam: “então, fechei os livros e voltei ao seio do povo tanto quanto me era possível; o escritor solitário mergulhou de novo na multidão, ouviu-lhe os rumores, observou-lhe as vozes... Ele era bem o mesmo povo, as mudanças são exteriores; a memória não me enganava... Passei então a consultar os homens, a ouvi-os falar eles mesmos da sua própria sorte, recolhendo de sua boca o que nem sempre se encontra nos escritores mais brilhantes, as palavras do bom senso”.¹³¹

Na viagem do historiador de Apipucos, um pouco à maneira de Michelet (e consideravelmente distante de Euclides da Cunha), o que se coloca em primeiro plano é a questão da *empatia*, atitude chave para a composição de *Casa-grande & senzala*: identificação do autor que observa com o objeto observado, história e historiador se misturando. Essa identidade está totalmente ligada à transformação que se opera entre o ver e o rever, na qual o *outro* é constituído como *mesmo*. Seja o outro lugar tornado sua própria casa, seja o tempo outro tornado seu contemporâneo. Gilberto Freyre vê e revê paisagens, mas também passados, tempos idos com uma certa saudade e a mesma emoção da vista do engenho de sua meninice. Sobretudo, quando seus olhos não

¹²⁸ HARTOG, François. “Michelet, a história e a ‘verdadeira vida’”. trad. de Temístocles Cezar. In: *Ágora*. Santa Cruz do Sul, vol. 13, nº 1, jan/jun 2005, p. 13.

¹²⁹ VIALLANEIX, Paul. “Préface”. In: MICHELET, Jules. *Le peuple*, op. cit., p. 15.

¹³⁰ MICHELET, Jules. *História da Revolução francesa. Da queda da Bastilha à festa da Federação*. trad. de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 22. Nesse sentido, é possível a sugestão de que o povo, para Michelet, é mais que um objeto historiográfico, o tema fundamental de sua escrita da história; ele é mesmo sua fonte primordial: quando os livros são insuficientes e os manuscritos lacunares, resta a segurança plena da tradição oral, a verdadeira “tradição nacional” de França. Ver sobre isso o texto inserido na *História da Revolução francesa*, “Do método e do espírito deste livro”, *ibid.*, p. 281-305.

¹³¹ MICHELET, Jules. “A M. Edgar Quinet”. In: *Le peuple*, op. cit., p. 58-59.

alcançam, são olhares alheios que lhe servem como fundamento. A história que narra, aquela que ele não viveu, que está já morta com seus antepassados, é revivida, é tornada *sua* história (como, talvez, a ressurreição pretendida por Michelet).¹³² E por um efeito da sua escrita, passa a se constituir como sua própria memória, encarnada em seu relato, como se ele lá estivesse e hoje assumisse o lugar de *testemunha*.

Ainda sobre Michelet, Hartog sugere que, em um momento em que o testemunho, como presença viva, passa a ser “licenciado”, cedendo espaço para a história dos movimentos silenciosos das forças produtivas, das longas durações, dando margem para o surgimento de uma história anônima, Michelet aparece como dissonância: ele pretende re-introduzir a presença do testemunho, “como voz e como memória viva”, tal como com *O povo*. Isto implica, por sua vez, rejeitar o pressuposto fundamental de um Fustel de Coulanges, por exemplo: o de que a história se faria única e exclusivamente de textos escritos. O que Hartog coloca em questão é justamente as relações, para os historiadores, entre o escrito e o oral, justamente num momento (presentista) em que este último desponta com ares de irredutível verdade. Não seria demais pensar Freyre nesses termos, retirando do silêncio e do anonimato os murmúrios e ecos de outrora, revalorizando “não mais a voz e o fenômeno, mas o fenômeno da voz”.¹³³

No plano testemunhal, evidentemente, Freyre é apenas uma testemunha vicária. No entanto, ele mantém a “estrutura dialogal” do testemunho ressaltado por Paul Ricoeur. Gilberto Freyre não é um *sobrevivente* do mundo colonial, ele não o viu nem o presenciou (pelo menos não fisicamente e salvo pelos olhares alheios), mas a experiência da viagem, a qual insere decisivamente no relato a presença do autor, solicita ao leitor a aceitação de sua narrativa como sinal do “estar lá”. Nas palavras de Ricoeur, “essa estrutura dialogal do testemunho faz surgir imediatamente a dimensão fiduciária: o testemunho demanda que seja acreditado. Ele não se limita a dizer: ‘eu lá

¹³² Freyre mesmo salienta, no diário de mocidade, a importância dada a Michelet como exemplo, ao lado de Pascal (seu guia espiritual) e Montaigne (modelo de ensaísta), de autor que possibilita a “compreensão do homem pelo homem”. FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 146. Lucien Febvre, sem, no entanto, fazer referência direta a Michelet, diz de maneira lapidar sobre a escrita freyreana: “este dom surpreendente de visão e ressurreição”. FEBVRE, Lucien. “Brésil, terre d’histoire”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica, op. cit., p. 1092 (prefácio à *Maîtres et esclaves: la formation de la société brésilienne*. Paris: Gallimard, 1997, p. 11-22). Peter Burke, por sua vez, ressalta a importância da leitura de Michelet na obra de Freyre: “não é, pois, surpreendente que ele admirasse Michelet, para quem é notória a dificuldade em distinguir entre os eventos de sua própria vida e os eventos históricos dos quais fazia a crônica”. BURKE, Peter. “Gilberto Freyre e a nova história”. In: *Tempo Social*. São Paulo, v. 9, nº 2, out. 1997, p. 1-12.

¹³³ Ver HARTOG, François. “A testemunha e o historiador”. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 35 e ss.

estive’, ele acrescenta: ‘creia em mim’”.¹³⁴ Nessa espécie de relato por delegação, como se ele falasse por aqueles que não mais o podem fazer, dilui-se a ruptura que fundamenta a possibilidade mesma de uma história (em se considerando, junto com Certeau, a história como distância de tempo¹³⁵): entre o passado narrado e o presente da narrativa não há um corte, mas uma ligação; o olho do viajante colonial permite o olhar de Freyre como viajante. Se Barthes considerou o homogêneo como uma das obsessões de Michelet, pode-se pensar que a idéia traz semelhança com o texto de Freyre: a história como harmonia, “um mundo sem costura”.¹³⁶ As palavras do historiador francês resumem bem essa idéia que remete, pelo menos no seu caso, a uma visão orgânica da realidade: “a vida tem uma condição soberana e muito exigente. Só é verdadeiramente a vida quando está completa. Os seus órgãos são todos solidários e só actuam em conjunto. As nossas funções ligam-se, supõe-se uma à outra. Falte apenas uma e nada mais vive. Outrora julgava-se poder pelo escalpelo isolar, seguir à parte cada um dos nossos sistemas; isso não é possível, porque tudo influi sobre tudo”.¹³⁷ A distinção entre passado e presente não existe por princípio: o passado está vivo no presente, pois o historiador, em sua escrita, assevera tal vivência. Como Freyre salientou no prefácio à segunda edição inglesa, de 1956, “dado um verdadeiro sentido de tempo, o passado deixa de estar morto em contraste com o presente como única realidade viva!”.¹³⁸ O texto de história não é aqui jazigo, segundo a conhecida fórmula de Certeau, mas canteiro: basta regar as palavras para fazer aflorar a história.

No caso da obra de Freyre, a consequência imediata do postulado da identificação direta entre passado e presente, e que se torna evidente na quase indistinção de uso que faz entre os escritos de cronistas do século XVI, os relatos de viajantes do XIX e os registros etnográficos do XX, é justamente colocar em outros parâmetros aquilo que, segundo Arnaldo Momigliano, fundamenta o método moderno dos historiadores: a distinção entre fontes primárias (“nos tomam pela sua segurança”) e fontes secundárias ([nos tomam] “pela qualidade de seu julgamento na interpretação e

¹³⁴ RICOEUR, Paul. *La mémoire, l’histoire e l’oubli*. Paris : Gallimard, 2000, p. 205.

¹³⁵ “A história moderna ocidental começa, com efeito, com a diferença entre o *presente* e o *passado*”. CERTEAU, Michel de. *L’écriture de l’histoire*, op. cit., p. 9.

¹³⁶ BARTHES, Roland. *Michelet*, op. cit., p. 25.

¹³⁷ MICHELET, Jules. “Préface”, op. cit., p. III.

¹³⁸ Citado em BRIGGS, Asa. “Gilberto Freyre e o estudo da história social”. In: GILBERTO Freyre na Universidade de Brasília: conferências e comentários de um simpósio internacional realizado em Brasília de 1980. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 30.

avaliação das fontes diretas”).¹³⁹ Para o historiador italiano, os testemunhos oculares são classificados como fontes primárias. Em sendo assim, e tomando o sentido homogêneo da temporalidade freyreana, tanto os cronistas e os viajantes quanto os etnógrafos, além dele próprio, se localizam no mesmo plano enquanto fontes primárias.

O texto que faz ver tanto quanto faz crer, quer também, de um modo todo particular e, *até certo ponto*, nostálgico, fazer reviver, mesmo que pela escrita. Freyre cobra a herança que ele pensa lhe caber. Do viajante colonial ao etnógrafo moderno, passando pelo historiador romântico, é sempre o *autor* quem estabelece a relação, que é uma relação de olhares. E, de fato, essa ligação se dá pela linguagem, pela língua falada desde os tempos coloniais até a escrita que a ciência hoje prescreve. Mais uma vez o autor realiza a sutura, equilibra os antagonismos cronológicos que constituem a prática historiográfica e restitui a harmonia própria da história. Nesse sentido, portanto, Benzaquen sugere “que a forma de Gilberto argumentar, ‘usando a mesma língua que todos falam’ e identificando-se tão fortemente com seus antepassados, acaba por produzir a sensação de que os objetos que estuda permanecem vivos e influentes através do seu relato, quer dizer, vivos *porque* influentes na confecção do seu texto”.¹⁴⁰ Da leitura de *Casa-grande & senzala* fica, enfim, a impressão de que Freyre escreve o passado como se este estivesse a todo o momento em sua companhia, guiando suas mãos, cedendo-lhe as palavras e purificando seus olhares. E como sugeriu Darcy Ribeiro sobre Gilberto, “nós vemos através de seus olhos”.¹⁴¹

¹³⁹ MOMIGLIANO, Arnaldo. “Ancient history and the antiquarian”. In: *Contributo alla storia degli studi classic*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1979, p. 68.

¹⁴⁰ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*, op. cit., p. 189.

¹⁴¹ RIBEIRO, Darcy. “Gilberto Freyre. Uma introdução a *Casa-grande & senzala*”, op. cit., p. 19.

VI

UMA RETÓRICA DA IDENTIDADE: A MEMÓRIA E A REPRESENTAÇÃO DO MESMO¹

[sobre o historiador] “...*que seu pensamento se torne semelhante a um espelho impoluto*”.

Luciano de Samósata²

“*Efetivamente, não é possível ver o que não existe. E os que narram fatos passados, sem dúvida não os poderiam veridicamente contar, se os não vissem com a alma. Ora, se esses fatos passados não existissem, de modo nenhum poderiam ser vistos*”.

Santo Agostinho³

O tempo homogêneo

Lucien Febvre captou de modo conciso uma das características fundamentais da escrita de *CG&S*: “um dom impressionante de visão e ressurreição”.⁴ No caso de Freyre, ambos os fenômenos convergem para a tarefa de representação dos tempos de outrora: escrever o passado é escrever o que foi visto e o que ainda se vê, mesmo que por olhos de outrem; é torná-lo, uma vez mais, algo presente e vivo, ressuscitado pelo texto que representa o próprio passado. Como fica evidente na experiência da viagem e no uso que faz dos relatos de viajantes, sua escrita, antes que das mãos, nasce dos olhares. Sobretudo, para falar como Santo Agostinho, em se tratando da experiência patriarcal da formação histórica da sociedade brasileira, Freyre vê com seus olhos e com olhos alheios, mas definitivamente enxerga com sua alma, que acaba por fazer as vezes

¹ Uma versão resumida foi apresentada, em forma de comunicação, no VII Encontro Estadual de História, realizado pela Anpuh/RS, em Caxias do Sul, 24-28 de julho de 2006. Agradeço aos colegas participantes pelos comentários feitos.

² LUCIAN, 50. A tradução segue como consta nos excertos publicados em LUCIANO. “Como se deve escrever a história”. In: HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*, op. cit., p. 229.

³ SANTO AGOSTINHO. *Confissões*, XI, 17, 22. Edição traduzida por J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

⁴ FEBVRE, Lucien. “Brésil, terre d’histoire”, op. cit., p. 1092.

de memória. É como se aquilo que ele visse, na medida mesma em que é visto, de fato *existisse*.

Gilberto desenvolve uma concepção particular de tempo tripartite, segundo a qual, para além de qualquer ruptura, o que fica evidente é a ligação íntima entre passado, presente e futuro. Ainda no prefácio à edição das suas memórias, escrito mais de quarenta anos depois da publicação de *CG&S*, adverte a partir de um comentário sobre sua metodologia “saudosista” que sua forma de interpretação pretende dar conta, como um todo, “do passado-presente-futuro de um povo”.⁵ Não seria forçoso, portanto, associar o tempo freyreano às projeções anímicas elaboradas por Santo Agostinho em sua reflexão sobre o tempo dos homens: para ele, a ligação entre o que foi e o que será é sempre feita na alma daquele que é; o passado sendo a projeção da memória e o futuro a projeção das expectativas, enquanto que o presente, tempo próprio da alma, é o momento contínuo da atenção. Mais adequado, portanto, do que considerar a existência de três tempos distintos seria considerá-los como variações de uma única e homogênea temporalidade, o presente, compreendido como o presente das coisas passadas, o presente das coisas presentes e o presente das coisas futuras.⁶ Segundo as concepções do filósofo medieval, particularmente no que diz respeito à memória e à representação daquilo que se passou, “ainda que se narrem os acontecimentos verídicos já passados, a memória relata, não os próprios acontecimentos que já decorreram, mas sim as palavras concebidas pelas imagens daqueles fatos, os quais, ao passarem pelos sentidos, gravaram no espírito uma espécie de vestígios. Por conseguinte, a minha infância, que já não existe presentemente, existe no passado que já não é. Porém a sua imagem quando a evoco e se torna objeto de alguma descrição, vejo-a no tempo presente, porque ainda está na minha memória”.⁷

A menção agostiniana do tempo, valendo-se do exemplo da infância como a imagem presente de algo que se poderia considerar como já ausente, é importante na medida em que permite pensar a elaboração de *CG&S* a partir deste tempo uniforme que liga, pela imaginação, a vida adulta de seu autor aos seus tempos de menino. Paul Ricoeur lembra que a reflexão de Santo Agostinho sobre o tempo está inserida em um pensamento mais abrangente e contrastante sobre a eternidade, sendo possível pensar a

⁵ FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. XII. Ainda sobre o aspecto de continuidade em sua obra, ver VILLAS BÔAS, Gláucia. “O tempo da casa grande”. In: *Dados. Revista de Ciências Sociais*, vol. 31, nº 3, 1988, p. 343-355 (agradeço à autora por ter gentilmente me enviado cópia do texto).

⁶ SANTO AGOSTINHO. *Confissões*, XI, 20, 26.

⁷ *Ibid.*, XI, 18, 23.

temporalidade agostiniana a partir desta idéia aqui evidenciada de *homogeneidade*.⁸ Assim sendo, a concepção de um tempo homogêneo, como aponta Ricoeur, é correlata a uma reflexão sobre o ser e, por extensão, sobre a identidade. A aporia fundamental do pensamento de Agostinho sobre o tempo, ainda segundo o filósofo francês, é o problema da mensuração temporal: como medir o passado que *não é mais* e o futuro que *ainda não é*? Se apenas aquilo que *é* pode ser medido, é justamente neste ponto, portanto, que se torna possível relacionar a questão do tempo com a questão do ser. Em resumo, a relação antes apontada entre o autor adulto e suas recordações de infância (o permanente da memória) se insere na problemática canônica da identidade – seja individual, coletiva, nacional, etc.⁹

Assim, *CG&S* dá elementos para percorrer a ampla extensão do problema, pelo menos naquilo que diz respeito à representação do passado. O ponto fundamental dessa reflexão reside, dessa maneira, na ligação entre passado e presente mediada pela produção de imagens, no esforço de constituir o plano fundador de uma identidade: se o entendimento sobre o passado é todo ele tributário do presente, sua escrita no presente é ela mesma devedora das “marcas do passado”. Desenvolver esse raciocínio é tarefa das linhas que seguem.

A leitura que aqui se realiza de *CG&S*, partindo da aporia agostiniana explorada por Ricoeur entre presença e ausência e seguindo também a alternativa mencionada sobre a memória da infância como “imagens” pertinentes ao adulto, tem por sugestão a seguinte alternativa: considerar o livro de 1933 não como simples desenvolvimento lógico da dissertação apresentada na Universidade de Columbia dez anos antes, mas como desdobramento de um projeto afetivo por Freyre pensado durante boa parte da década de 20: uma história do menino no Brasil.¹⁰ Não obstante ser o próprio Freyre

⁸ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I. trad. de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994, p. 19-54.

⁹ Para Freyre, como será exposto abaixo, há na experiência humana um plano de semelhança que permite a ele estabelecer a relação direta entre sua própria infância e a projeção para a “infância de um povo”, fazendo convergir os planos da identidade individual com a social.

¹⁰ Ao ler o livro de Herman Sudermann (*Frau Sorge*) sobre a história de um menino, Freyre teria anotado na capa do livro a seguinte frase em inglês, tentando frisar, muito à sua maneira, que a idéia lhe ocorrera antes mesmo de tal leitura: “eu juro que tive a idéia da psicologia do velho menino prematuro (*prematurely old boy*) antes de ler este livro”. Citado em PALLARES-BURKE. *Gilberto Freyre. Um vitoriano dos trópicos*, op. cit., p. 256. A sensação é familiar: as leituras de seu diário de mocidade relacionadas com a elaboração de *CG&S* conduziram a presente reflexão justamente a este ponto, pensando o livro como a desejada “história de menino”. No decorrer das pesquisas foi possível observar que a idéia não era tão original. Muitos outros autores mencionam ou mesmo tecem comentários mais elaborados sobre isso. Maria Lúcia Pallares-Burke, em seu esforço biográfico, o mais bem amparado sobre a questão, traz importantes informações a seu respeito. Peter Burke também discorre, a partir de uma perspectiva psicológica, sobre o tema, sugerindo que o projeto não concretizado sobre a criança (o

quem, no prefácio à obra, estabelece a ligação direta entre a tese acadêmica e o livro aqui mencionado, admitindo que o feito se deve à sugestão de Henry Mencken, “o mais anti-academico dos críticos”,¹¹ não deixa de ser verdade também que, cotejando a obra realizada com os anseios para uma história do menino esboçados no diário, as semelhanças são sugestivas.

No exílio em Lisboa, logo após os incidentes de 1930, Freyre diz que anda “a garatujar o trabalho que se tornará talvez um livro como não há igual: originalíssimo”.¹² O contexto específico, a proximidade das datas e as referências colocadas no prefácio – a de que o livro teria nascido da experiência do exílio – permitem a segurança da hipótese de que a passagem se refere mesmo a *CG&S*: ou seja, as garatujas rabiscadas resultaram, de fato, em produto bem acabado. Acompanhando suas inquietações intelectuais pelas páginas do diário, pode-se perceber também o movimento que se desenha para a elaboração de incomparável e “originalíssimo” livro. Em 1921, em Nova Iorque, manifesta o interesse por uma sociologia do brinquedo como aspecto relevante da sociologia do menino: “o que eu desejaria era escrever uma história como suponho ninguém ter escrito com relação a país algum: a história do menino – da sua vida, dos seus brinquedos, dos seus vícios – brasileiro, desde os tempos coloniais até hoje. Já comecei a tomar notas na biblioteca de Oliveira Lima: nos cronistas coloniais, nos viajantes, nas cartas dos jesuítas [...] É um grande assunto. E creio que só por meio de uma história desse tipo – história sociológica, psicológica, antropológica e não cronológica – será possível chegar-se a uma idéia sobre a personalidade do brasileiro”.¹³ O interesse por tema tão inusitado, pelo menos para esse contexto específico, é parte das preocupações maiores de Freyre em estudar, vislumbrando a compreensão da sociedade como um todo, não apenas o “grande” homem adulto, branco, político ou militar, mas também a mulher, a criança, o escravo, o índio etc. Sua lógica é simples e convincente: não há compreensão satisfatória do homem sem o menino ou sem a mulher, do senhor branco sem o escravo negro, da casa-grande sem a senzala.

filho) seria o “pai” da obra madura de Freyre. Ver BURKE, Peter. “O pai do homem: Gilberto Freyre e a história da infância”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica, op. cit., p. 786-796.

¹¹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. XXXV. Em 1942, Freyre dá nome a outro personagem que o teria motivado a escrever o livro, o amigo Rodrigo Melo Franco de Andrade. FREYRE, GILBERTO. “Um escravo velho”. In: *O Diário de Pernambuco*, 2 de julho de 1942. Aliás, os nomes aos quais Freyre atribui tal motivação são vários entre seus inúmeros escritos, numa espécie de prestação de contas afetiva que marca a trajetória do livro e do autor.

¹² FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 251.

¹³ *Ibid.*, p. 60. No mesmo ano, em carta a Oliveira Lima de 16 de agosto, confidenciou ao amigo o sonho de escrever uma *novela* sobre um menino. Ver GOMES, Angela de Castro (organização, introdução e notas). *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*, op. cit., p. 107.

A inspiração para tal empreitada nasce da leitura de alguns autores franceses, em particular Marcel Proust e os irmãos Goncourt. Em ambos ele reconhece o sentido de uma “história íntima [...] um romance verdadeiro”. E é esse modelo que pretende seguir em seu estudo, em sua “tentativa de uma *análise, evocação e revelação* da vida de menino no Brasil. O mesmo menino através de vários tempos e em várias regiões: engenho, fazenda, cidade, Rio, Recife, Bahia, Rio Grande do Sul, Pará, séculos coloniais, século XIX, começo do XX”.¹⁴ Note-se que a distância, no tempo e na geografia, é suprimida em proveito da ênfase na homogeneidade e na semelhança: é o *mesmo* menino, em lugares e momentos diferentes. Além disso, é significativa a maneira como enumera as tarefas, colocando num plano de equivalência a análise, a evocação e a revelação. Ao se analisar um passado, evoca-se algumas imagens, revelando a experiência de outrora: rigor analítico e lembrança afetiva misturam-se no texto sobre o passado colonial.¹⁵

Na explicitação de seu anseio, Freyre oferece ainda uma definição precisa para o que seria uma história do menino, bem como um esboço dos pressupostos teóricos que orientariam a tarefa. Trata-se de “uma espécie de autobiografia ou de memórias de um indivíduo estendidas em histórias ou em memórias de todos os meninos do Brasil. Uma volta de um indivíduo à infância e uma volta de todo um povo ao que tem sido a infância, dentro desse povo, através de várias gerações”.¹⁶ E para tal realização, “o que imagino é desenvolver na minha ‘História da vida de menino no Brasil’ nova técnica ou nova combinação de métodos – o antropológico baseado no psicológico, o histórico-social alongado no sociológico – para a captação e a revelação de um social total. Ou do humano: o mais intimamente humano [...] análise e sobretudo revelação do social por métodos que alcançam o assunto em sua *totalidade indivisível de vida e de tempo*. Vida que vem sendo dividida, retalhada e mutilada, por metodologistas como que

¹⁴ FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 136-7 (itálico meu). Em sua densa pesquisa, Maria Lúcia Pallares-Burke identifica marcas vitorianas no pensamento e mesmo na escrita de Gilberto Freyre durante os anos que antecederam a feitura de *CG&S*, “como que o preparando para apreciar Proust”. Um dos autores ingleses de grande importância para a formação do pensamento de Freyre no período que antecede *CG&S*, chamados por ela de “vitorianos nostálgicos”, é Walter Pater, autor de um conto intitulado “*The child in the house*”. Segundo Pallares-Burke, “ao mesmo tempo autobiográfico e alegórico, a narrativa [...] tem um inegável tom nostálgico e deve ter afetado Freyre intimamente pelo modo como defende o ambiente de origem como o elemento central da textura mental e fonte da segurança emocional”. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Gilberto Freyre. Um vitoriano dos trópicos*, p. 187.

¹⁵ Uma das acepções para o verbo evocar, segundo o *Dicionário Houaiss*, traz o sentido de “tornar (algo) presente pelo exercício da memória e/ou da imaginação; lembrar”. Para este capítulo, o que interessa é a idéia de um “exercício da memória”, o caráter ativo do ato de rememorar.

¹⁶ FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 197.

assassinos”.¹⁷ Michelet, personagem que vem habitando recorrentemente estas páginas, novamente se faz presente: ora, seu anseio pela “ressurreição da vida integral” era também uma crítica aos historiadores-retalhadores, Froissart, Thierry, Guizot, “esses homens, certamente eminentes, [que] não passam de manipuladores de bisturi, recortando na superfície o corpo da história”.¹⁸

O aspecto mnemônico e autobiográfico do livro de 1933, que remete para a familiaridade entre autor e objeto, se evidencia simbolicamente tanto desde a dedicatória feita aos avós, como pelo fato de que, depois de terminada a tese e cerca de uma década antes da publicação do livro, no sigilo da correspondência pessoal, sua idéia inicial era traduzi-la para o português e complementá-la tendo em vista sua publicação no trópico; o título seria *O Brasil de nossos avós*.¹⁹ Portanto, a sugestão de se ler *CG&S* a partir do duplo imaginário que é a *História da vida de menino no Brasil*, na correlação com este outro duplo inexistente que é *O Brasil de nossos avós*, parece proveitosa para a compreensão dos princípios que regem a operação constituinte da obra.²⁰ É evidente que o livro não é apenas uma história do menino em terras brasileiras, mas sua realização vem claramente ao encontro dos objetivos ressaltados por Freyre em seu diário. Maria Lúcia Pallares-Burke sugere que a amplitude das preocupações interpretativas de Freyre na década de 1930 o teria levado a abandonar a idéia inicial, ou, pelo menos, a alterar profundamente suas primeiras idéias. Nesse sentido, “mais envolvente e rica do que a de ‘menino’, a noção de ‘casa’ acomodava-se melhor à ampla interpretação do Brasil que Freyre estava pronto a escrever e na qual o tema da miscigenação seria central e enfrentado em novas bases”.²¹ O próprio Freyre, em *CG&S*, aparenta dar sinais da fragilidade do menino como objeto histórico, pelo menos na experiência colonial da América portuguesa. Após uma série de menções aos

¹⁷ *Ibid.*, p. 222 (itálico meu).

¹⁸ HARTOG, François. “Michelet, a história e a ‘verdadeira vida’”, op. cit., p. 15.

¹⁹ Carta a Oliveira Lima, 16/08/1921 e 15/05/1922. Ver GOMES, Angela de Castro (organização, introdução e notas). *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*, op. cit., p. 108 e 136.

²⁰ Essa aproximação também permite uma maior compreensão sobre algo que se insere no senso comum a respeito de *CG&S*, exemplificado aqui pelas palavras do próprio filho de Freyre (mantendo o assunto *em família!*): “um livro desbravador e indispensável para a compreensão da infância do Brasil”. FREYRE, Fernando de Mello. “Gilberto Freyre: ontem e hoje, além do apenas moderno”. In: KOSMINSKY, Ethel et alli (orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*, op. cit., p. 16-17.

²¹ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Gilberto Freyre. Um vitoriano dos trópicos*, op. cit., p. 407. Para duas análises sobre a importância da casa na obra de Gilberto Freyre, ver PUNTONI, Pedro. “A casa e a memória: Gilberto Freyre e a noção de patrimônio histórico nacional”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza (orgs.). *O imperador das idéias*, op. cit., p. 71-93, e o artigo já mencionado, VILLAS BÔAS, Gláucia. “Casa grande e terra grande, sertões e senzala: duas interpretações do Brasil”, op. cit.

“meninos brasileiros” no decorrer do livro, salienta que “os viajantes que aqui estiveram no século XIX são unânimes em destacar este ridículo da vida brasileira: os meninos, uns homenzinhos á força desde os nove ou dez annos”, para, na página seguinte, concluir com ênfase: “foi quasi um Brasil sem meninos, o dos nossos avós e bisavós”.²²

Acima de tudo, o que se procura sondar neste capítulo é a forma de compreensão da identidade que se evidencia no livro em questão, amparada por uma concepção de tempo homogêneo que oculta as rupturas entre passado e presente, juntando em um mesmo plano temporal tanto o menino de engenho quanto seu avô patriarca, com o desejo nostálgico ou melancólico de *evocação* do que passou, e por uma projeção da memória individual para a memória coletiva de todo um povo, o “povo brasileiro”.²³ Para a questão abrangente que envolve esta análise, tudo se passa no movimento recíproco, ainda que não proporcionalmente igual, entre história e memória.

Uma “história íntima” ou “o passado tocado em nervos”

No prefácio de 1933, Freyre afirma de maneira enfática e excessiva, em passagem por demais conhecida: “a historia social da casa-grande é a historia intima de quasi todo o brasileiro: de sua vida domestica, conjugal, sob o patriarchalismo escravocrata e polygamo; da sua vida de menino; do seu christianismo reduzido a religião de familia e influenciado pelas credices da senzala”.²⁴ Para seu estudo, nesse sentido, o que se demanda ao “brasileiro” é um olhar dirigido para si mesmo; algo como uma “introspecção proustiana” que requer, mais que um trabalho crítico de história, um esforço afetivo de memória. Há um laço fundamental que une o autor e o passado e que, dessa maneira, permite o retorno e a reminiscência: “nas casas-grandes foi até hoje onde

²² FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. 439-40.

²³ Uma referência bastante promissora e óbvia para se pensar isso é a literatura de José Lins do Rêgo, notadamente no primeiro capítulo de *Bangüê*, onde o narrador, menino de engenho crescido, nas suas frustrações pessoais como *senhor* em franca decadência, perdendo para a usina, evoca recorrentemente a figura de seu avô como parâmetro de comparação: a mensuração de si pelo passado, o fardo insuperável e em alguns casos insuportável do que passou. Quanto à terminologia mencionada, não são desenvolvidas aqui as diferenças conceituais, pelo menos no plano médico ou psicanalítico, entre nostalgia e melancolia. Ver sobre isso FREUD, Sigmund. “Mourning and melancholia”. In: *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. Vol. XIV (1914-1916). London: The Hogarth Press, 1957, p. 237-260. Assume-se diretamente suas denotações mais simples de acordo com o *Dicionário Houaiss*: melancolia – “sentimento de vaga e doce tristeza que compraz e favorece o devaneio e a meditação”; nostalgia – “saudade de algo, de um estado, de uma forma de existência que se deixou de ter; desejo de voltar ao passado”. Cabe também apontar que Freyre, em seu diário (talvez em uma das retificações posteriores), ponderou sobre esse sentimento nostálgico: “se desejo voltar aos dias coloniais – uma mentira!”. FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 128.

²⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. XXX.

melhor se exprimiu o carácter brasileiro; a nossa *continuidade* social”.²⁵ É esse carácter profundo de um povo mantido por uma espécie de contínuo essencial que permite o reencontro com seu ponto originário e que faz distinguir *CG&S* pelo seu carácter aproximativo com o objeto de estudo, em relação ao distanciamento crítico que, porventura, condicionaria uma pesquisa dita objetiva, cujo exemplo aqui pôde ser observado em Euclides da Cunha.²⁶ “Estudando a vida domestica dos antepassados sentimo-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o ‘tempo perdido’. Outro meio de nos sentirmos nos outros – nos que viveram antes de nós; e em cuja vida se antecipou a nossa. *É um passado que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos*”.²⁷

A fórmula de Michelet – “eu-história”²⁸ – parece aqui bem sintetizar o esforço de Freyre: a história de menino que ele próprio foi como uma autobiografia projetada para todos os outros meninos, bem como a história da casa-grande & senzala que ele de certa forma ainda viveu (ou pensava ter vivido), prolongada como registro íntimo de todo ou “quase todo” brasileiro, colocam o autor numa posição privilegiada: aquele que por direito pode escrever tais histórias, já que, de uma maneira ou de outra, elas partem dele mesmo, enquanto uma espécie de testemunha, ao mesmo tempo direta e vicária, da realidade que pretende representar. E se, como François Hartog adverte, “ser testemunha jamais foi uma condição suficiente ou necessária para ser historiador”, para Freyre essa posição é elevada ao estatuto de comprovação empírica em seu intuito de representação do passado. Assim, é por sua memória de menino (além da experiência da viagem) que a “velha questão” levantada por Hartog pode ser solucionada: “como contar como se eu tivesse visto (para fazer com que o leitor também veja) o que não vi e não podia ver?”.²⁹ Talvez se origine aí, no interior da argumentação de Freyre, a

²⁵ *Ibid.*, p. XXX (itálico meu).

²⁶ Como afirma Certeau, “a partir de um corte entre um sujeito e um objeto da operação, entre um *querer escrever* e um *corpo escrito* (ou a escrever), ela [a escrita] fabrica a história ocidental”. CERTEAU, Michel de. *L’écriture de l’histoire*, op. cit., p. 4.

²⁷ *Ibid.*, p. XXI (itálico meu).

²⁸ Michelet perguntara-se em 1847: “vivo espírito da França, onde eu te aprenderia senão em mim?”. MICHELET, Jules. *História da Revolução francesa. Da queda da Bastilha à festa da Federação*, op. cit., p. 15. Ver a respeito HARTOG, François. “Michelet, a história e a ‘verdadeira vida’”, op. cit. Essa simbiose entre nação e autor, aquela como que sendo a simples projeção deste, talvez faça com que Freyre caia na armadilha da “ilusão biográfica” mencionada por Pierre Bourdieu, explicando, com isso, a linearidade causal que alimenta as argumentações históricas de *CG&S* (voltarei a este ponto ainda neste capítulo). Ver BOURDIEU, Pierre. “L’illusion biographique”. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 62/63, p. 69-72.

²⁹ HARTOG, François. “A testemunha e o historiador”, op. cit., p. 11-12.

possibilidade de ultrapassar a fronteira fundamental do trabalho histórico que, no contato com seu objeto, acaba por instituir o antes e o depois como uma separação abrupta entre a presença e a ausência, aquilo que cria a distinção inevitável, pela instituição dos arquivos, entre sujeito e objeto, entre discurso e experiência, criando entre ambos um espaço de mediação e não de imediatismo.³⁰ Essa fronteira transposta, no caminho que segue do mediado até o imediato, permitiria a ele manter com o passado uma relação mais intensa, tocando-lhe os nervos como se ele estivesse ali, ao alcance das mãos (e dos olhos). Michelet aqui é mencionado, embora ele e Freyre se distanciem em um ponto fundamental: para o historiador francês, “eu-história” significa, quando muito, seu próprio apagamento e o ausentar-se de si mesmo para que a história passe a existir de maneira plena: “é que [para Michelet] o corte passado-presente é conhecido, reconhecido, dolorosamente vivido como insuperável: sem cessar e sempre, é preciso atravessar e tornar a atravessar o rio dos mortos, para transportar para a outra margem cinzas que a escrita por um momento anima. Até morrer por causa disso”.³¹ Freyre não poussuía tal despreendimento. Para o sábio de Apipucos, a assimilação entre sujeito e objeto é realizada como que para hipostasiar a figura do autor, como absoluto da história narrada, fonte de toda sua legitimidade já que nela ele ocupa o lugar da testemunha; de qualquer forma, trata-se sempre de reatar os laços que o prendem ao presente, ao sujeito que lembra, rememora e também produz história, uma história íntima.

A questão da intimidade e desse contato intenso com aquilo que passou evidencia um tema importante: estudar o passado tocando-lhe os nervos coloca em primeiro plano a temática do corpo.³² É notável o caráter sensual e sensitivo na escrita de Freyre, confirmado, por uma passagem significativa em que afirma que o fervor nascido da leitura de José de Alencar, durante sua adolescência, teria-o inspirado à escrita de *CG&S*. Os livros do escritor romântico, segundo Freyre, teriam “qualquer coisa de fisicamente encantador para os olhos, para os ouvidos e, de algum modo, para o

³⁰ Paul Ricoeur, em sua epistemologia das ciências históricas, estabelece a partilha entre memória e história a partir dos três níveis da operação historiográfica, criando todo um campo teórico de mediação para a produção do conhecimento histórico: do testemunho declarado à prova documental, passando pela instituição dos arquivos e pela escrita do historiador. Ver RICOEUR, Paul. “Histoire, épistémologie”. In: *La mémoire, l’histoire, l’oubli*, op. cit., p. 167-372.

³¹ HARTOG, François. *O século XIX e a história. O caso Fustel de Coulanges*. trad. de Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003, p. 118.

³² Sobre a temática do corpo em *CG&S*, Ricardo Benzaquen de Araújo bem notou a proximidade entre Freyre e Mikhail Bakhtin, na obra deste sobre a cultura popular no contexto de Rabelais, onde o corpo é representado em seu caráter “baixo”, desmedido, quase disforme, distante da harmonia e medida exposta pela concepção grega clássica. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*, op. cit., p. 66 e ss.

paladar e até para o sexo de um menino sensualmente literário”.³³ Além disso, como discutido nos capítulos anteriores, a escrita em *CG&S* nasce dos olhos mas também dos olhares, da visão como prática mas também como sentido, e a elaboração do livro, bem como sua história vislumbrada nos prefácios, acaba por transpor o limite físico do autor, tal como ele mesmo sugere ao apresentar a publicação de suas memórias em forma de diário: se o indivíduo biológico fenece, suas obras humanas permanecem para além dessa finitude primeira. Daí que a relação do texto com seu autor depende em grande medida deste dado natural que, se não antecede, define sobremaneira seu modelo interpretativo: o caráter físico, efêmero, daquele que escreve em contrapartida à perenidade da coisa escrita.³⁴

Mas o dado que importa aqui desenvolver é o da memória em seus aspectos corporais, isto é, biológicos. Paul Ricoeur, em seu importante estudo sobre a memória, levanta a necessidade de se pensá-la levando-se em consideração sua dimensão corpórea. Em primeiro lugar, o plano médico-neurológico: as lembranças são fruto do funcionamento físico do cérebro, das suas potencialidades, mas também de suas patologias (no caso das lembranças distorcidas e da amnésia).³⁵ É neste ponto quase independente da vontade, ligado menos ao inconsciente psicológico do que à matéria corpórea do cérebro, que se situam determinadas lembranças pessoais. Em segundo lugar, o plano filosófico da presença, da mundanidade e do estar-no-mundo, na “superfície da terra”, com seus desdobramentos psicológicos entre consciência e inconsciente: alguém se lembra por “ter estado lá”, de uma maneira ou de outra (com seus próprios olhos ou através de olhos alheios, como conhecer o Rio de Janeiro e São Paulo por fotos tiradas por outrem). Afinal, como sugere Ricoeur, “é sobre a superfície da terra habitável que nós nos lembramos de ter viajado e visitado lugares memoráveis”.³⁶ Aqui a memória como que fica guardada no espírito, para falar ainda como Santo Agostinho, escondida em um lugar recôndito ou ali mesmo onde sempre é possível o retorno, tal como a marca deixada em Lucio Costa pela vista das casas velhas e antigas casas-grandes de Minas Gerais, relatada por Freyre: “a gente como que se

³³ FREYRE, Gilberto. *Seleção para jovens*, op. cit., p. 6.

³⁴ Os prefácios ao longo da história do livro permitem entrever o movimento: um autor que envelhece fisicamente, mas que, literariamente, acaba tornando-se clássico, e uma obra que permanece a se modificar, se não mais pelos retoques autorais, pelo menos pelas leituras joviais que são feitas dela.

³⁵ Para um interessante texto que tenta resgatar algumas narrativas e discursos ligados a determinados danos neurológicos, mostrando muito bem essa dependência orgânica da memória, ver SACKS, Oliver. *O homem que confundiu sua mulher com um chapéu e outras histórias clínicas*. trad. de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

³⁶ RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, op. cit., p. 49.

encontra... E se lembra de cousas que a gente nunca soube, mas que estavam lá dentro de nós; não sei – Proust devia explicar isso direito”.³⁷ Nessa dupla materialidade, o dado biológico e o dado psicológico, desdobra-se a relação entre corpo e memória, no caso, através do trabalho fundador de escrita.

Escrita e corpo se confundem no livro. São recorrentes as metáforas e imagens corporais na escrita de *CG&S*: por exemplo, na interessante e impressionista cena descrita a respeito da chegada dos europeus no Novo mundo, onde “o europeu saltava em terra escorregando em india nua; os proprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne”.³⁸ Outra imagem forte: sobre a violência dos sinhôzinhos, “as primeiras victimas eram os muleques e os animaes domesticos; mais tarde é que vinha o grande atoleiro de carne: a negra ou a mulata. Nelle é que se perdeu, como em areia gulosa, muita adolescencia insaciável”.³⁹ Algumas das imagens remetem diretamente ao corpo do autor, como se ele estivesse fisicamente presente no evento narrado e fizesse uso de seus vários sentidos para percebê-lo, por exemplo o olfato, quando comenta a situação dos navios negreiros, “que de longe se adivinhavam a inhaca”.⁴⁰ O mesmo valendo para a imagem criada de São Simeão, “o Stylita, de quem de longe se sentia a inhaca de sujo”.⁴¹ Uma espécie de memória olfativa encontra ali lugar. Seria despropositado, por agora, enumerar diversas outras ocasiões em que o texto permite perceber tais questões. O que é importante ressaltar, corroborando a argumentação desenvolvida no capítulo precedente, é a dimensão comprobatória que assume o autor *de dentro* de seu próprio texto, personagem de sua própria história: se pensarmos *CG&S* como este esforço psicológico e também analítico de rememoração, podemos igualmente pensar a presença do autor, portador do corpo que lembra, no interior do texto, na prática mesma da escrita, pois é através dela que se toca em nervos do passado; escrita que traduz os “esforços de ressurreição de um passado brasileiro mais íntimo até esse passado tornar-se carne. Vida. Superação de tempo”.⁴²

Enfim, no jogo discursivo em que o corpo físico parece, a todo momento, emergir no corpo textual, seja como fator de realidade do texto (por exemplo, nas descrições detalhadas das índias nuas banhando-se em rios e a pentear os cabelos, como

³⁷ Citado em FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. XXX.

³⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. 90.

³⁹ *Ibid.*, p. 427.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 197.

⁴¹ *Ibid.*, p. 119.

⁴² FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 176-7.

se seus próprios olhos contemplassem a cena), seja para garantir que ele, de fato, procede de um “trabalho de memória” no sentido corpóreo que Ricoeur lhe dá, nesse jogo é possível entrever a presença física e simbólica do autor. Talvez sua forma mais evidente esteja nas enunciações da narrativa e o uso da primeira pessoa, quer no singular (o “eu conheço”, discutido no capítulo anterior), quer no plural. Como já se disse, o livro é dedicado aos avós de Freyre, projetados como ascendentes de todo um povo e de uma sociedade inteira. Com o grau de parentesco alargado, é permitido a Freyre se referir aos indivíduos do passado, como “nossos avós coloniais”: “e não esqueçamos que nossas avós colonias preferiram sempre ao requinte europeu das poltronas e dos sofás estofados, o oriental, dos tapetes e das esteiras”, [...] “nossos avós e bisavós patriarchaes, quasi sempre grandes procreadores, ás vezes terriveis satyros de patuá de Nossa Senhora sobre o peito cabelludo...”, [...] “quem tiver a pachorra, num dia de veneta, de passar a vista pelos compendios, livros de leitura, arithmeticas, por onde estudaram nossas avós colonias e do tempo do Imperio...”.⁴³ O plural que Freyre constrói cria um ar de familiaridade com o objeto construído ao mesmo tempo em que intima o leitor à participação em sua parte, como elemento ativo dessa pluralidade.

A menção aos antepassados, que adquire ao longo do texto proporções extremamente complexas, pode ser encarada também como estratégia de articulação narrativa do tempo, isto é, como a maneira pela qual é possível estabelecer a relação entre o tempo do mundo e o tempo individual, convergindo, dessa maneira, para um terceiro tempo, uma temporalidade propriamente histórica, que, no caso de *CG&S*, é homogênea. É Ricoeur quem sugere esta aproximação, considerando que a idéia de “geração” permite uma forma de mediação entre o tempo vivido e o tempo cósmico, pela inserção de um tempo social: “é um ‘encadeamento’ oriundo do cruzamento entre a transmissão da *bagagem* e a abertura de *novas possibilidades*”.⁴⁴ Com isso, é possível falar que o tempo social é, em certa medida, uma temporalidade anônima: diz respeito a cada um e a todos simultaneamente. As conseqüências são exploradas pelo filósofo francês: “existe entre memória e passado histórico um recobrimento parcial que contribui para a constituição de um tempo *anônimo*, a meio caminho entre o tempo privado e o tempo público”. O exemplo mencionado são as narrativas recolhidas junto aos “antepassados”. Dessa maneira, “torna-se porosa a fronteira que separa o passado

⁴³ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. 242, 410, 451.

⁴⁴ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. trad. de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997, p. 189.

histórico da memória individual”;⁴⁵ vale dizer, já que diluída tal fronteira, passado e presente se justapõem no relato da testemunha que pretende ocupar, não apenas o seu lugar próprio, mas o lugar daqueles que já não podem falar. Myriam Moraes Lins de Barros, por sua vez, aponta a existência de indivíduos que funcionam, no espaço familiar, como mediadores entre gerações futuras e passadas, normalmente a figura dos avós, os quais operam no sentido da “manutenção da identidade grupal”.⁴⁶ Enfim, Freyre parece arrogar a si mesmo essa posição eminente, nomeando-se porta-voz de um grupo a partir do próprio anonimato da temporalidade social (uma lacuna a ser preenchida); afinal, todo o processo de produção de identidades se inicia pelo ato primeiro da *nomeação*.⁴⁷

O possessivo em primeira pessoa e colocado no plural dá condições para uma vinculação íntima do autor com os indivíduos estudados, mantendo a preponderância do *eu* do autor.⁴⁸ Mas não apenas no sentido de consangüinidade. O “nós” remete também diretamente ao grande envolvido na interpretação de Freyre, o “povo brasileiro” ou, quem sabe, o Brasil enquanto nação, como um personagem ao mesmo tempo anônimo, pois reúne todos os brasileiros, e renomado, já que todos nele se identificam, ganham um nome, uma posição dentro do grupo e diante de grupos diferentes. Assim, “se é certo que o furor expansionista dos bandeirantes conquistou-*nos* verdadeiros luxos de terras, é também exacto que nesse desadorno de expansão comprometteu-se a *nossa* saúde económica e quasi que se compromettia a *nossa* unidade política”.⁴⁹ Freyre demanda novamente ao leitor sua devida participação, já que ele também é inserido no âmbito plural da primeira pessoa: “nem esqueçamos [nós, eu autor e você leitor] este formidável contraste nos senhores de engenho: a cavallo grande fidalgos de estribo de prata, mas em casa uns franciscanos, descalços, de chambre de chita e ás vezes só de

⁴⁵ *Ibid.*, p. 193.

⁴⁶ BARROS, Myriam Moraes Lins de. “Memória e família”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 29-42.

⁴⁷ Nomeação aqui entendido como processo que confere a alguém ou a um grupo um lugar específico diante de outros “nomes”.

⁴⁸ Como sugere Émile Benveniste, “no ‘nós’, é sempre ‘eu’ que predomina pois não há ‘nós’ senão a partir do ‘eu’ [...] A presença do ‘eu’ é constitutiva do ‘nós’”. Acrescenta ainda que, “se não pode haver vários ‘eu(s)’ concebidos pelo ‘eu’ mesmo que fala, é porque o ‘nós’ é, não apenas uma multiplicação de objetos idênticos, mas uma *junção* entre o ‘eu’ e o ‘não-eu’, qualquer que seja o conteúdo desse ‘não-eu’”. O linguísta francês quer com isso afirmar que com a passagem do singular ao plural cria-se uma totalidade nova cujos elementos formadores não necessariamente se equivalem: “‘nós’ não é um ‘eu’ quantificado ou multiplicado, é um ‘eu’ *dilatado* para além da pessoa estrita, ao mesmo tempo enganado (*accru*) e de contornos vagos”. BENVENISTE, Émile. “Structure des relations de personne dans le verbe”. In: *Problèmes de linguistique générale I*. Paris: Gallimard, 1966, p. 233-235.

⁴⁹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. 39 (itálico meu).

ceroulas”.⁵⁰ O esquecimento é interdito de modo imperativo (não esqueçamos!), não apenas porque tal ou tal viajante assim relatou, mas porque é como se se tratasse aqui de um saber comum e compartilhado, parte da memória coletiva que permite tamanha intimidade com as gentes de outrora, surpreendendo-as inclusive em suas peças íntimas. Dessa maneira, o uso da flexão impessoal que foi caracterizado no capítulo anterior (“sabe-se”), aqui se faz definitivamente pessoal. Mesmo quando o autor aparenta se ausentar da cena, valendo-se de uma terceira pessoa, isto é, de um discurso impessoal, logo em seguida retorna ao primeiro plano: “[ele] *o brasileiro* é por excellencia o povo da crença no sobrenatural: em tudo que *nos* rodeia *sentimos* o toque de influencias estranhas...”.⁵¹

Note-se, por outro lado, que é possível flagrar o autor, talvez por descuido, resvalando numa aparente contradição, ao recortar do “nós” os “outros” a que pertenceriam os elementos oriundos das senzalas. Na passagem que encerra o capítulo IV, defendendo com insistência o papel de corruptor sexual desempenhado pelos brancos durante a experiência colonial, contra diversos autores que enxergavam na lascívia africana a causa do mal, entre os quais Nina Rodrigues e José Veríssimo, Freyre responde com ironia: “nós, uns innocentinhos; ellas [as escravas], uns diabos dissolvendo-nos a moral e corrompendo-nos o corpo”. Poder-se-ia sugerir que o recorte apenas opõe o homem (branco) à mulher (negra). Contudo, a seqüência do texto aponta em direção ao argumento aqui levantado: “a verdade, porém, é que nós é que fomos os sadistas; o elemento activo na corrupção da vida de familia; e muleques e mulatos o elemento passivo”. Um pouco mais adiante, reafirma que se trata menos de distinção racial que social, pois “exprimiou-se nessas relações o espirito do systema economico que nos dividiu, como um deus poderoso, em senhores e escravos”.⁵² Ou seja, não se trata apenas de uma oposição de gênero muito menos de raça, mas de categoria social; o “nós”, neste caso, acaba por se distinguir do “outro” proveniente das senzalas. O “ponto de vista” aqui é inteiramente situado no interior da casa-grande, como quem olha de longe a senzala. O que, portanto, aparece como um lapso na interpretação do autor, encontra justificção plausível justamente pela proximidade que ele cria em relação ao objeto que estuda, proximidade marcada pela experiência fundante da memória, pelo anseio corrente de se valer da primeira pessoal na construção do relato e de legitimar

⁵⁰ *Ibid.*, p. 59-60.

⁵¹ *Ibid.*, p. 164 (itálico meu).

⁵² *Ibid.*, p. 436-437.

este a partir daquela. Sem desconsiderar, por sua vez, que a identidade ali definida para o grupo geral, o povo brasileiro formado pela união genética e cultural das três raças históricas, é também uma identidade composta por clivagens sociais, historicamente determinadas: o senhor e o escravo, a casa-grande e a senzala.

Esses poucos exemplos indicam o uso extensivo da primeira pessoa na escrita de Freyre e apontam uma maneira particular do narrador “intervir” no relato, segundo as palavras de Hartog. Suprimindo do interior do texto a distância empírica que separa o “nós” no presente do “eles” no passado, esse hiato temporal que recorta na experiência um antes e um depois, o autor estabelece um plano homogêneo a partir do qual não apenas se pode falar *do* passado, ou mesmo *com* o passado, mas sobretudo é possível falar *em nome* do passado, ocupar o lugar da voz há muito emudecida pelo intransigente do tempo. É assim que lhe é consentido colocar-se junto àqueles indivíduos guerreiros, seu corpo presente quase mesmo que no campo de batalha: os conflitos contra os gentios nos primeiros séculos transformam-se então em “*nossas* guerras contra os índios...”; a inimizade dos colonos luso-americanos em relação a outros europeus do mesmo período torna-se “*nossa* hostilidade aos ingleses, franceses, holandeses...”.⁵³

É adequada, pois, a compreensão desses traços da escrita freyreana a partir de algumas considerações elaboradas por Beatriz Sarlo em seu ensaio *Tiempo pasado*.⁵⁴ O intuito geral da ensaísta é, partindo do que se pode definir como “o intratável do passado”, questionar as relações entre história, como conhecimento disciplinar, memória, como forma de consciência de tempo, e testemunho, como gênero discursivo. Questão ética, portanto, já que “o regresso do passado não é sempre um momento libertador da recordação, mas sim um advento, uma captura do presente”. Com isso, a memória possui, de fato, um sentido físico por vezes incontornável: “a recordação, como o odor, assalta inclusive quando não é convocada”.⁵⁵ O problema colocado diz respeito ao que fazer com tal lembrança e, acima de tudo, quais as implicações resultantes, para a relação estabelecida com o passado, quando se quer dar a ela uma forma narrativa particular, a do testemunho autobiográfico pretendido como fiel, no plano da memória, ou verdadeiro, no campo da história.

Afinal, esse gênero narrativo coloca-se inteiramente no âmbito da primeira pessoa e da experiência pessoal – espaço do corpo. Diagnosticando um “giro subjetivo”

⁵³ *Ibid.*, p. 202 (itálico meu).

⁵⁴ SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 9.

na cultura contemporânea, onde tais registros ganham renovada justificativa e novo valor moral, Sarlo pretende encontrar os elementos definidores da legitimidade, enquanto confiança e importância empírica, desse tipo de relato. É nesse ponto que a categoria de testemunho, transformado em “ícone da verdade ou em recurso mais importante para a reconstrução do passado” adquire fundamental importância. Acima de tudo, é em seu caráter corporal que reside a questão, pois “a confiança no imediato da voz e do corpo favorece o testemunho”.⁵⁶ Resta saber as razões dessa confiança e a resposta para tanto passa pelo caminho que permite conjugar a imobilidade discursiva com a mobilidade da experiência.⁵⁷ Assim, por meio da leitura de textos de Walter Benjamin, particularmente sobre o conceito de *experiência*, a autora enfatiza nos ensaios do pensador alemão a busca incessante por uma relação intrínseca entre a experiência e a linguagem, o corpo e a escrita, uma vez que, “quando a narração se separa do corpo, a experiência se separa de seu sentido”. Assim, há no pensamento de Benjamin uma certa verve nostálgica, explícita em suas considerações sobre o fim da arte de narrar, que procura resgatar à experiência seu sentido próprio, e é justamente nesse “momento utópico [que] o que se vive é o que se relata, e o que se relata é o que se vive”.⁵⁸

A legitimidade do relato testemunhal, ainda na perspectiva da ensaísta, encontra-se em uma situação particular, na fronteira que distingue, sem opor, a memória da história: “todo testemunho quer ser acreditado e, no entanto, não traz em si mesmo as provas pelas quais se pode comprovar sua veracidade, as quais devem vir de fora”.⁵⁹ O que define, então, as características dessa “prova externa”? Evidentemente, os critérios de verificação aos quais ela é submetida. E são esses critérios que indicam a irredutibilidade da história à memória, visto que, de acordo com a operação historiográfica elaborada por Paul Ricoeur, é o caminho que segue do testemunho à prova documental, por meio da instituição do arquivo, que conduz à prática crítica do historiador.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 23. Cabe indicar que Sarlo situa o contexto como aquele posterior à segunda metade do século XX, quando toda uma cultura histórica da memória despontou em primeiro plano. Todavia, as conseqüências teóricas de sua análise permitem remontar as questões para a temática aqui tratada *sem*, por isso mesmo, defender uma suposta antecedência de Freyre como uma espécie de “precursor” do “giro subjetivo”. O uso que se faz das considerações da autora é um uso instrumental, como forma de dar sentido às discussões aqui levantadas.

⁵⁷ Sarlo se pergunta “qual relato da experiência está em condições de se evadir da contradição entre a *fixidez* da colocação em discurso [*de la puesta en discurso*] e a *movilidade* do vivido?”, *ibid.*, p. 27.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 33.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 47.

Ora, este capítulo tem por intenção justamente mostrar como que, na escrita de *CG&S*, essa distância entre história e memória se encontra reduzida ou mesmo, de maneira geral, elidida; pelo menos em tentativa. O esforço de Freyre em dotar seu texto dessa dimensão corpórea, manifestado, sobretudo, pelas marcas de enunciação que convergem para a “presença física” do autor (ao mesmo tempo como aquele que escreve e como aquele *sobre o que se escreve*), pode ser entendido como o trabalho de operar a conjunção entre narrativa e experiência, seguindo a leitura que Sarlo faz dos textos de Benjamin. Dessa maneira, em conjunto com todo o corpo documental que Freyre pesquisou para escrever o livro, dá-se a impressão de que o autor aparece, na função de testemunho, como principal fator de comprovação para os argumentos sustentados e como garantia para a pretensão de fidelidade e veracidade na representação do passado estudado. O historiador é aqui um homem de arquivo, mas, sobretudo, ele é um homem-memória. Resulta dessa posição o fato de seu texto fazer poucas remissões (proporcionalmente falando) às fontes propriamente de arquivos, à exceção dos relatos de viagem e cronistas que, por sua vez, são incorporados, pelo olhar, à própria experiência do autor: acabam fazendo parte de sua memória de viajante e de leitor. Freyre encurta o espaço, seguindo diretamente do discurso testemunhal para a escrita historiográfica, dando pouco espaço para a mediação do arquivo e, dessa maneira, para a verificação com base nas provas “externas”.⁶⁰ Esse esforço que explica o abrangente “tocar em nervos” do passado, talvez fique mais claro se a atenção for dirigida à possível concepção de memória que está imbricada na escrita de *CG&S*.

A memória narrada: entre *reminiscência* e *lembrança*

O que, na verdade, é lembrado por Freyre? Qual o grau de fidelidade entre a lembrança no presente e o passado lembrado? É neste ponto que a reflexão se fará mais próxima da hermenêutica da condição histórica elaborada por Ricoeur, sobretudo daquilo que ele define como “o lado egológico da experiência mnemônica”. O pano de fundo que perpassa todas as suas análises é uma questão cara aos historiadores e notadamente à argumentação desta tese, qual seja, a problemática da representação do

⁶⁰ Durante diversos momentos, desde o prefácio ao livro, Gilberto resalta a consulta feita à documentos de arquivos, manuscritos, etc. Entretanto, eles são pouco citados no decorrer do texto. Ou seja, eles deram substância ao relato mas não funcionam ali como fator de prova (ou de persuasão para a prova). É como se a escrita por ela mesma fosse, para tanto, suficiente. Tal procedimento define, de uma certa maneira, uma das características fundamentais do gênero *ensaísmo histórico*. O tema será ainda tratado no capítulo VII.

passado. Na leitura que aqui se realiza, o que se sobressaem são as referências estabelecidas entre o âmbito da história efetiva (coletiva) e o da memória individual.

Em Freyre, representar o passado é uma maneira de lembrá-lo, no sentido de torná-lo, mesmo que em imagem no espírito à maneira agostiniana, novamente algo vivo. A escrita da história em *CG&S* é, pois, um trabalho *de e sobre a* memória. Todavia, para além da memória como mera lembrança ou, nas palavras do filósofo francês, como “simples presença de uma lembrança no espírito na sua evocação espontânea”, o que constitui o âmbito mnemônico do livro é o esforço de reminiscência, ou seja, a “busca (*recherche*) mais ou menos laboriosa e frutuosa” da lembrança.⁶¹ Ricoeur, a partir da língua grega, estabelece esta distinção crucial para o presente estudo. De um lado, tem-se a *mnēmē*, a lembrança pura e simples como presença no espírito, naturalizada e ligada ao campo da afecção. Lembrar, portanto, é uma espécie de *evocação* dessa presença inscrita na alma de quem lembra. Por outro lado, há a *anamnēsis*, produto direto de uma busca e fruto de um trabalho de inteligência. Se antes se tratava de evocar, neste caso a memória se transforma na obra de uma pesquisa, quer seja a *recherche* proustiana nos meandros da alma, quer seja a *historie* de Heródoto nos domínios do mundo. Mais que a atividade de rememorar – um simples trabalho da memória sobre ela mesma como reafirmação de si –, o que se busca é uma construção estruturada da memória, marcada pela experiência de vida do autor e também por um aparato erudito que compõe a parte dos “arquivos” em sua pesquisa (este, como foi dito, em muito menor escala e usado no texto de forma indireta). E é precisamente nessas condições que se situa a atividade representativa empreendida pelo autor de Apipucos.

Neste momento, pode ser inserida ainda outra indagação importante: qual a relação entre a memória e o conhecimento? Ter uma lembrança equivale a conhecer aquilo que se lembra? É realmente possível conhecer aquilo que se recorda ou, na medida em que a lembrança está já presente naquele que lembra, o que se recorda é também um conhecimento já adquirido, um (re)conhecimento? Aqui se coloca uma das aporias fundamentais de *CG&S*: *aquilo que se recorda ou se quer recordar é também aquilo que se pretende conhecer, isto é, reconhecer*. Ou seja, o empenho de Freyre em

⁶¹ RICOEUR, Paul. “L’écriture de l’histoire et la représentation du passé”. In: *Annales H.S.S.*, nº 4, juillet-août, 2000, p. 732. As reflexões de Paul Ricoeur se referem, sobretudo, à delicada questão da representação do Holocausto. Não obstante, sem distorcer as idéias por ele concebidas sobre as relações entre história e memória, a apropriação que aqui tem lugar e sua transposição para a leitura da obra de Gilberto Freyre pode lançar luz em algumas questões que este livro coloca. Beatriz Sarlo confirma que “o testemunho do Holocausto se converteu em modelo testemunhal. De modo que um caso limite transfere seus traços a casos não limite, inclusive a condições de testemunho completamente banais”. SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo*, op. cit., p. 47.

representar o passado reside no estabelecimento de uma ligação legítima entre memória e conhecimento, onde a questão da legitimidade se vincula à definição de uma memória fiel e de um conhecimento verdadeiro. O assunto que se interpõe diz respeito à garantia de que essa memória buscada não se confunda com a fantasia ou a ficção e, por extensão, que a história da casa-grande não se perca nas sinuosidades do simplesmente imaginado, mas que encontre sua contraparte na referência empírica ao passado; que ela seja, de fato, uma *obra de história*.

Neste caminho que segue, então, da memória à história em suas garantias de fidelidade e veracidade, Ricoeur propõe “um ato de confiança em uma experiência que podemos considerar como experiência *princeps* nesse domínio, a experiência do reconhecimento”: trata-se de reconhecer uma tal lembrança (presença de uma imagem no espírito) como pertinente à coisa lembrada; reconhecimento de si, no caso de Freyre, como pertencendo ao mundo que tem por escopo estudar.⁶² Assim, é nesta dinâmica complexa entre fidelidade da memória e veracidade da história, traduzida pela identificação direta entre sujeito e objeto do conhecimento, que o texto se constitui: se for aceita como fiel ao passado a memória do autor, em decorrência disso deveria ser tida por verdadeira a história que ele escreve; ao mesmo tempo, a fidelidade pessoal da memória afetiva é corroborada pela análise crítica da história coletiva. Ou seja, no modelo de operação historiográfica elaborado por Freyre, *CG&S* se situa, ao mesmo tempo, tanto no plano testemunhal de seu autor quanto no campo da investigação em arquivos; ambas as dimensões se legitimando mutuamente.

⁶² RICOEUR, Paul. “L’écriture de l’histoire et la représentation du passé”, op. cit., p. 733. Ricoeur considera possível atribuir um “ato de memória” a diversas pessoas gramaticais, propondo uma via alternativa ao que ele define como *école du regard intérieur*, a partir da qual se define como questão principal da memória a questão do *eu* como identidade pessoal, mas também alternativa à redução do indivíduo no plano da memória coletiva, onde sua singularidade estaria solapada. Ver também RICOEUR, Paul. *La mémoire, l’histoire, l’oubli*, op. cit., p. 112-166. O problema por ele colocado, nesse sentido, transcende a dimensão epistemológica e incide decisivamente no âmbito político: seu interesse é considerar a memória do Holocausto sem restringi-la à lembrança das suas vítimas ou de seus atores diretos, mas como uma questão plural, colocada no campo da memória coletiva sem, por outro lado, reduzir a dimensão trágica que marcou inegavelmente cada testemunha em particular. Não cabe aqui entrar nesse complexo debate, o que envolveria pensar em todos os obstáculos que se impõem à transmissão de experiências limites como, por exemplo, a vida nos campos de concentração, tal como problematizada por várias de suas vítimas, entre elas Primo Levi. Mas importa notar que o enfoque da memória em *CG&S* também se pretende como algo além da lembrança pessoal de seu autor. Basta ter em mente a colocação segundo a qual “a história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro”. Nesse sentido, talvez, o que Freyre pretende não é simplesmente fazer o leitor perceber a sua (de Freyre) experiência, mas convocá-lo a se reconhecer nela enquanto pertencente ao grupo “povo brasileiro”. Como salienta o filósofo francês, “a atribuição de um ato ou de um estado psíquico a si-mesmo é por princípio correlativa à atribuição simultânea a outro que não o si-mesmo”, RICOEUR, Paul. “L’écriture de l’histoire et la représentation du passé”, op. cit., p. 735.

Ricoeur aponta ainda que “o historiador sabe que sua prova provém de uma lógica da probabilidade mais que da necessidade lógica, a probabilidade se refere menos sobre o caráter aleatório dos eventos que sobre o grau de confiança do testemunho e, *de proche en proche*, de todas as proposições do discurso histórico”.⁶³ A partir daí, em se considerando o caminho que, na operação historiográfica, é estabelecido entre a constituição do testemunho como prova documental e a representação do passado através da escrita, no texto de Gilberto Freyre a imbricação desses três elementos (testemunho, prova e escrita) coloca questões importantes. Não é forçoso pensar que, desde o início, é o testemunho do autor (escritor, viajante, brasileiro, ex-menino, etc.), encarado na posição de uma testemunha vicária, que se impõe como prova ou fator de comprovação; é ele, pois, o que sustenta a representação histórica realizada. O autor é aquele que “conhece de memória” a realidade visada e é também aquele que, por isso mesmo, na introspecção proustiana como pesquisa, realiza um esforço de reminiscência na forma de criar o lastro basilar de sua representação do passado.

Quanto ao pacto estabelecido com seu leitor – de que o texto é um registro verdadeiro sobre um real de fato acontecido – o narrador de *CG&S* se coloca justamente nos dois pontos em que, segundo a reflexão de Ricoeur, é possível mantê-lo.⁶⁴ Por um lado, ele se articula no campo historiográfico pela comparação com outros textos versando sobre o mesmo *topos*. Daí o peso constituído pelo “domínio do assunto”, isto é, pela recorrência incessante às referências, não empíricas, mas bibliográficas, e aos debates que nela tomam lugar.⁶⁵ A verdade pretendida na história (resultado da fidelidade mnemônica) se encontra, em grande parte, nessa dimensão comparativa; “verdade pretendida não apenas de um só livro mas, se ousar dizer, de um dossiê inteiro de controvérsias”.⁶⁶ Por outro lado, mais importante para o presente capítulo, é justamente na articulação entre história e memória que o texto de Gilberto Freyre se coloca. O fazer-crer do texto se ampara sobremaneira na experiência própria do autor,

⁶³ *Ibid.*, p. 739.

⁶⁴ Ricoeur situa a problemática da veracidade do discurso histórico nessa idéia de *pacto* com o leitor. Assim, consegue dar um aspecto positivo à dimensão retórica na escrita da história, considerando-a não meramente como convencimento (onde o leitor é apenas convencido passivamente), mas como produto de um diálogo em que o leitor consente sua aceitação ou expõe sua refutação de maneira ativa.

⁶⁵ Uma análise das notas de pé-de-página em *CG&S* permite constatar que o grosso das notas diz respeito a bibliografias diversas e não àquilo que se poderia chamar, depois de Momigliano, fonte de primeiro grau. Nesse sentido, a estratégia retórica de Freyre na notação de seu livro, bem como na história dessa notação, nos constantes acréscimos durante as várias publicações, é mostrar ao leitor o seu *domínio no assunto*, ou seja, a sua atualidade bibliográfica, como sinal da validade permanente do ensaio, e, simultaneamente, situar o autor no âmbito do debate intelectual.

⁶⁶ RICOEUR, Paul. “L’écriture de l’histoire et la représentation du passé”, op. cit., p. 746.

aquele que estudou o passado “tocando-lhe os nervos”, nessa “aventura de sensibilidade” que transcende a pesquisa pelos arquivos. “É por este preço que a história pode ter a ambição de compensar pela sua cadeia de mediações a carência do momento de reconhecimento que faz com que a memória permaneça a matriz da história ao mesmo tempo em que a história a torna um de seus objetos”.⁶⁷ Assim, se em *CG&S* a memória aparece como objeto a ser buscado, ela é também o que embasa a própria busca.

O que se levanta é a hipótese de que não se trata apenas da pesquisa (*recherche/historie*) pela memória, esta sendo compreendida como o resultado do labor intelectual do indivíduo que viaja, que vê, que adentra aos arquivos e conversa com os mortos e igualmente com os vivos, sobreviventes de um tempo que já morreu (Luiz Mulatinho, por exemplo). Todo o trabalho de memória em Freyre é fazer passar, pelo jogo da linguagem, este produto da pesquisa para o âmbito da memória naturalizada e afetiva. Ou seja, na terminologia proposta por Ricoeur, criar a impressão de que a reminiscência (*anamnēsis*) é de fato uma lembrança comum (*mnēmē*) inscrita no corpo do autor, à qual bastaria uma evocação simples para que ela surgisse novamente e possibilitasse seu relato, projetada para o plano social definido. Nesse sentido, de testemunha vicária, aquela que ocupa a posição alheia em seu testemunho, Freyre pretende assumir por meio da escrita o lugar da testemunha plena, aquela que de fato viveu o que se relata, aquela que, de corpo inteiro, “estava lá”. Lembrando que a etimologia latina de *testemunha* remete à sobrevivência, à sobrevida para além da morte do passado, tal pretensão já alimentava a curiosidade do autor quatro anos antes da elaboração do livro: “curioso como certos tempos morrem enquanto algumas pessoas lhes sobrevivem, guardando como que porções deles embalsamadas”.⁶⁸ O falar pelos outros ou em lugar dos outros, campo da diferença, cede terreno ao desenvolvimento de um espaço de identidade: Freyre fala de si próprio como voz autorizada e projetada para o âmbito coletivo da sociedade brasileira. Mais que um discurso sobre a alteridade, a escrita da história em *CG&S*, baú do passado embalsamado, se faz aqui uma representação do mesmo.

O plano homogêneo, favorecido pela correlata concepção de tempo, dá direito ao autor, com isso, de fazer eco a memórias relatadas por outros indivíduos. Não apenas como no caso de Luiz Mulatinho, porém de uma maneira diferente e importante. A

⁶⁷ *Ibid.*, p. 747.

⁶⁸ FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 239.

referência já mencionada às impressões de Lucio Costa é exemplo disso, mas não único. Sobre as relações entre o menino e o moleque nas casas-grandes de outrora, “não havia casa onde não existisse um ou mais muleques, um ou mais corumins, victimas consagradas aos caprichos de nhonhô”, escreve José Verissimo, recordando os tempos da escravidão”.⁶⁹ Em outro momento, Freyre argumenta que os africanos para cá traficados rapidamente se converteram à religião dominante, vale dizer dos brancos. Para comprovar tal argumento, cita a memória do polemista sergipano: “Sylvio Romero, recordando o seu tempo de menino num engenho do Norte, disse uma vez que nunca viu rezar tanto quanto a escrava Antonia, sua mãe negra”.⁷⁰ A memória de outrem vale como legitimadora daquilo que se escreve, quando o que se escreve tenta ser também uma memória particular. Nesses dois casos, a menção às memórias de outros indivíduos para reafirmar a própria memória pessoal que Gilberto quer relatar faz parte do jogo estratégico que se dá no livro, onde as chamadas fontes em primeiro grau e as de segundo grau se misturam indistintamente, como que para assegurar a homogeneidade do tempo e o caráter pessoal e afetivo do texto.⁷¹ Mas é talvez em uma passagem de seu diário-memórias, escrita em 1926, que essa posição se torna mais evidente: “meu passado recifense, ou pernambucano, por exemplo, tem alguma coisa de passado do Rio por ter a experiência de velhos parentes meus assimilado no Rio imagens e sensações que foram transmitidas à minha meninice com tal vivacidade que se tornaram fluidos; e, nesse estado de fluidez e de movimento, se tornara parte do meu próprio passado de menino provinciano, agora projetado sobre o meu presente”.⁷² É por isso que seu livro de 1933 e as memórias nele inscritas permitem responder àquele anseio da “história de menino” expostas no diário: “uma espécie de autobiografia ou de memórias de um indivíduo estendidas em histórias ou em memórias de todos os meninos do Brasil”.⁷³

Essa intrincada relação entre história e memória, entre a experiência histórica narrada e a experiência do autor que narra, tal como é notadamente perceptível no escrito de Freyre, funciona como fator de legitimação do que se escreve e ao mesmo tempo cria, de uma maneira bastante eficaz pode-se dizer, efeitos de enunciação através dos quais o leitor é incitado a acreditar que aquilo que se escreve está em constante

⁶⁹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. 378-9.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 401.

⁷¹ A recorrência em se falar aqui de fontes de primeiro e segundo grau tem um valor apenas heurístico: tentar perceber melhor o uso que Freyre faz dos “documentos”, sejam eles obras de pesquisa ou manuscritos de arquivos.

⁷² FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 184.

⁷³ *Ibid.*, p. 197.

relação com aquilo *sobre* o que se escreve.⁷⁴ Com isso, surge o reconhecimento de que Freyre fala também em nome do leitor, da memória própria do leitor. Não é isso que sugeriu Darcy Ribeiro ao discorrer sobre “a memória possível de remotos idos que lembrados nostalgicamente por GF revivem para todos nós”?⁷⁵

O tempo que permanece: sobre as “marcas do passado”

No ano seguinte à publicação original de *CG&S*, Freyre expõe parte de sua metodologia: “como método de interpretação do material, o Autor procurou seguir principalmente o objetivo; mas, em alguns pontos, o introspectivo, à maneira de certos estudos espanhóis, em que se sente uma como extensão da técnica de análise mística aos esforços de interpretação do passado e da vida nacional. A concentração [...] aplicada aos fatos mais íntimos da História até sentir-se a vida vivida por nossos antepassados no seu contôrno, por assim dizer sensual”.⁷⁶ O modelo do trabalho de introspecção revela uma certa dose de misticismo na escrita de Freyre. Não obstante, parece claro que toda a continuidade que torna possível o trabalho introspectivo é fundada por elementos situados no plano físico. É quando, na interpretação histórica de *CG&S*, herança biológica e herança cultural se confundem, criando a brecha vital do texto de Freyre, isto é, sua imprecisão conceitual exposta por Luiz Costa Lima e re-trabalhada por Ricardo Benzaquen de Araújo.⁷⁷

De maneira geral, as ambigüidades e indefinições presentes no livro permitem que seu leitor o percorra de maneira um tanto quanto livre, quase desorientado. Nesse sentido, é plenamente possível estabelecer um intercâmbio conceitual a partir de uma única passagem de *CG&S*, mas que possui ramificações vastas no corpo do texto. Diz Gilberto Freyre que “por uma especie de memoria social, como que herdada, o brasileiro, sobretudo na infancia, quando mais instinctivo e menos intellectualizado pela educação européa, se sente extremamente proximo da floresta viva, cheia de animaes e monstros, que conhece pelos nomes indigenas e, em grande parte, atravez das

⁷⁴ Evidentemente, isso não implica que o leitor aceite seus argumentos ou mesmo ateste seu consentimento com relação a eles. A controvérsia em torno da obra esclarece esta nota.

⁷⁵ RIBEIRO, Darcy. “Gilberto Freyre. Uma introdução a *Casa-grande & senzala*”, op. cit., p. 19.

⁷⁶ FREYRE, Gilberto. “Prefácio a 2ª edição” (1934). In: *Casa-grande & senzala*. 1º Tomo. 13ª edição brasileira, op. cit., p. LXV.

⁷⁷ Ver LIMA, Luiz Costa. “A versão solar do patriarcalismo: *Casa-grande & senzala*”, op. cit., e ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*, op. cit.

experiências e superstições dos índios”.⁷⁸ Freyre como que narra, pelo negativo e no sentido de uma inversão de tempo (e a inversão só é possível na medida em que se trata de um único e homogêneo tempo), o processo de civilização que traz em si a idéia expansiva de progresso: o caminho que segue dos povos indígenas à colonização pelo europeu. Freyre parte do universo já colonizado para retornar ao ponto anterior à colonização: o misticismo indígena. Se, neste caso, a civilização aponta para um sentido de temporalidade que podemos definir, depois de Reinhart Koselleck, como “horizonte de expectativa”, a memória social que, nas suas reminiscências primitivas, estabelece o retorno ao âmbito pré-civilizatório (aqui entendido pelo momento anterior ao contato do nativo com o europeu), à infância onde o instinto prevalece à inteligência, remete a uma idéia de “espaço de experiência”, onde se acumulam camadas de experiências diversas.⁷⁹

De sorte que a idéia de memória social colocada no início da passagem citada pode ser permutada pela noção de herança cultural, cujo termo primeiro (herança) permite também expandir a discussão para seus aspectos biológicos, isto é, físicos e corporais: uma herança genética. No plano da continuidade, o “nós” que estabelece o vínculo entre o presente e o passado, agregando nele indivíduos de regiões e contextos diferentes, remonta a momentos bastante distantes. Mas a questão da identidade não se reporta a um mito de origem abstrato. O contínuo temporal em Freyre é menos mítico do que cósmico: ou seja, a herança cultural diz respeito, não a um mundo do além, mas sim ao mundo descrito e apreendido pela observação empírica das ciências naturais, incluindo aí a antropologia física. O começo não se encontra numa fábula, porém, pela idade da terra, naquilo que se convencionou chamar de “pré-história”: “a heterogeneidade étnica e de cultura vamos surpreendê-la nas origens remotas do português. Do homem paleolítico em Portugal não se sabe o bastante para precisar-lhe a origem: europeia para uns, africana para outros [...] No que se entrevê remota indecisão

⁷⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. 147.

⁷⁹ O “espaço de experiência” diz respeito a um passado tornado presente, marcado pela recordação elaborada racionalmente e também pela lembrança gravada inconscientemente. O “horizonte de expectativa” remete a um futuro feito presente, segundo a perspectiva aberta pela projeção e pela espera. Passado e futuro assentam suas presenças de maneiras distintas, assim como o presente é situado na coordenação assimétrica entre o passado e o futuro. Ver KOSELLECK, Reinhart. “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas”. In: *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006, p. 305-329, onde consta a seguinte formulação: “‘experiência’ e ‘expectativa’ são apenas categorias formais [...] A antecipação formal de explicar a história com estas expressões polarmente tensas, unicamente pode ter a intenção de perfilar e estabelecer as condições das histórias possíveis, mas não as histórias mesmas. Trata-se de categorias do conhecimento que ajudam a fundamentar a possibilidade de uma história”.

do peninsular entre a Europa e a África”.⁸⁰ Nessa linha de raciocínio, sobre a formação étnica e a continuidade nas características do português, a noção bastante utilizada por Freyre de *plasticidade* permite a ele situar sua representação no plano do *mesmo*. Para Jessé Souza, “é que a *plasticidade* permite que imaginemos o português ao mesmo tempo como uma entidade que se comunica e que se transforma no contato com o diferente, permanecendo, no entanto, em sua essência sempre igual a si mesmo no decorrer do tempo [...] O português é ele e o outro ao mesmo tempo”.⁸¹ E o português é parte importante desse brasileiro que CG&S tenta sondar.

Isso para ficar em uma cronologia humana, pois poder-se-ia, quem sabe, retroceder à própria tese da indistinção geológica entre os continentes (a “deriva continental”), tornando mais inequívoco, pelo recurso a um tempo “mais original”, o contato entre portugueses e africanos. Senão a geologia, a pré-história (ou “proto-história”) daria conta de explicar tal proximidade ou, nas palavras do autor, a “indecisão étnica e cultural entre a Europa e a África”.⁸² De qualquer forma, essa distinção entre uma temporalidade fabulosa e um tempo propriamente histórico permite também situar o trabalho de Freyre, seguindo passos de Krzysztof Pomian, tanto pela distância em relação ao saber oriundo da fé quanto pela proximidade com o saber como produto estabelecido por uma pesquisa controlada. É este corte entre a fé e o conhecimento que separa, na compreensão de Pomian, a historiografia medieval da moderna. Marcando a primazia da visão e, por conseguinte, da presença *in loco* para a construção do conhecimento no medievo, sugere que, “se conhecer é idêntico a ver, o passado longínquo não seria objeto de um texto histórico senão pela apreensão graças a fé”, uma vez que ele não poderia ser visto.⁸³ Desse modo, todos os recursos analíticos de que se vale Freyre, e neste caso a antropologia física desempenha importante papel, permitem a ele falar sobre o passado remoto sem recorrer aos percalços da fé e do mito, mas de acordo com os procedimentos empíricos de investigação.

Toda essa questão da *continuidade*, temporal e física, insistentemente enfatizada neste capítulo, não exclui três situações importantes: uma, a de que as permanências podem muito bem trazer conseqüências negativas para o presente. Por exemplo, tratando do advento da usina na cultura e na sociedade do açúcar, Freyre é sucinto: “de

⁸⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. 215.

⁸¹ SOUZA, Jessé. “A atualidade de Gilberto Freyre”. In: KOSMINSKY, Ethel et alli (orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*, op. cit., p. 66.

⁸² FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. 5.

⁸³ POMIAN, Krzysztof. “Le passé: de la foi à la connaissance”. In: *Sur l’histoire*. Paris: Gallimard, 1999, p. 89.

modo que da antiga ordem economica persiste a parte peor do ponto de vista do bem estar geral e das classes trabalhadoras – desfeito em 88 o patriarcalismo que até então amparou os escravos, alimentou-os com certa largueza, soccorreu-os na velhice e na doença, proporcionou-lhes aos filhos oportuñidades de acesso social”.⁸⁴ Outra situação é o reconhecimento de certas diferenças entre passado e presente, como a própria passagem do complexo da casa-grande para a usina. Discorrendo, também, sobre a mortalidade entre as crianças no período colonial, bem como o sentimento perceptível em relação à infância, afirma que “a verdade é que perder um filho pequeno nunca foi para a familia patriarcal a mesma dôr profunda que para uma familia de hoje”,⁸⁵ enfatizando as rupturas temporais nestes âmbitos hoje bastante valorizados pela historiografia, a infância e as sensibilidades. Por fim (talvez a situação que mais de perto coloque em risco a argumentação aqui defendida), é sabido que Freyre reconhecia nos trópicos toda uma nova civilização em processo de formação. Fruto de sua abordagem neolamarckiana de caracteres adquiridos, como salientou Ricardo Benzaquen, Gilberto admite, por exemplo, que, “distanciando o brasileiro do reinol por um seculo apenas de vida patriarcal e de actividade agraria nos tropicos já é quasi outra *raça*, exprimindo-se noutro typo de casa”.⁸⁶

De maneira geral, todavia, tais objeções não invalidam por completo o argumento sobre o enfoque predominantemente continuísta em *CG&S*. Quanto à terceira situação mencionada, a qual coloca o obstáculo mais difícil, pois sugere uma ruptura no processo histórico na qual se produziria uma realidade nova e distinta da anterior, é preciso remontar à idéia de *plasticidade* que permeia o contato entre raças e etnias no livro em questão. Ela permite, por conseguinte, que elementos novos (a “nova raça” criada nos trópicos bem como suas conseqüências mais aparentes, por exemplo, as formas de habitação) coexistam com elementos herdados de outros tempos. Nesse sentido, toda novidade em *CG&S* não significa absolutamente uma ruptura total, mas sim uma transformação lenta e constante que traz em si os signos das partes que a compõem. De tal modo que, no mesmo parágrafo em que consta a passagem sobre a distância entre o brasileiro e o reinol, Freyre acentua que “o systema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil, representado pela casa-grande, foi um systema de plastica contemporização entre as duas tendencias. Ao mesmo tempo que exprimiu uma

⁸⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. XL.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 420.

⁸⁶ *Ibid.*, p. XIX.

imposição imperialista da raça adiantada á atrazada, uma imposição de formas europeas [...] ao meio tropical, representou uma contemporização com as novas condições de vida e de ambiente”.⁸⁷

Retornando ao argumento, esse tempo que remonta aos primórdios da espécie humana, e que tem conseqüências na formação do “povo brasileiro” como tal, também pode muito bem ser aventado numa escala mais próxima, em uma continuidade propriamente “brasileira”. Não é, pois, apenas o português que traz os resquícios da influência africana; os brasileiros, um pouco portugueses, também “trazemos todos a marca inconfundível da influencia negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ella propria amollegando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras historias de bicho e de mal assombrado”.⁸⁸ Note-se que se trata, neste caso, da influência negra *enquanto* escrava, e não simplesmente africana do período pré-colonização.⁸⁹ Note-se também que se retorna ao uso da primeira pessoa como que para frisar ainda mais a presença indelével do passado no presente, chegando mesmo à inscrição de “marcas” da sua influência, marcas não apenas na dimensão intelectual das histórias de assombração, mas também na dimensão do corpo, na fala amolengada pela mucama, no seio da mãe preta e na “primeira sensação completa de homem” proporcionada pela mulata.⁹⁰ Precisamente neste momento, pode-se retornar a algumas idéias expostas anteriormente e desenvolver ainda mais as implicações do contato entre história e memória aqui ensejadas. Afirmando o caráter *marcante* do passado, Freyre insere uma noção que conduzirá essa reflexão diretamente para a questão do mesmo e da identidade.

Santo Agostinho menciona algo sobre as imagens gravadas na alma, aquilo que do passado marcou o indivíduo permitindo que seja retomado em sua ação de recordar. É ainda Ricoeur quem oferece os caminhos da argumentação. Discorrendo efetivamente sobre a aporia que estabelece os fundamentos do discurso historiográfico (a relação entre uma escrita presente sobre algo ausente), indaga de forma enfática: “em que medida podemos declarar que o que é *feito* é *inscrito*? [...] Dizemos que tal e tal

⁸⁷ *Ibid.*, p. XVIII.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 303. Poderia ir além, chegando ao ponto em que Freyre parece escorregar na argumentação, falando mesmo de “felizes predisposições de raça”, para reforçar a idéia de que o plano da continuidade remete também para um sentido biológico.

⁸⁹ Como se sabe, a tônica do livro no que se refere à influência negra na sociedade patriarcal é a distinção entre o negro por si só e o negro como escravo. Com isso, contra toda uma vertente de pensamento que atribuía as causas dos males nacionais à tal influência, uma influência de raça, Freyre sugere que são antes as condições sociais da escravidão que definem algumas predominâncias negativas na sociedade.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 303.

acontecimento *deixou a sua marca* no seu tempo. Falamos do acontecimento *marcante*. Estas marcas deixadas no tempo serão parentes da espécie de coisa que pede para ser lida, de preferência a ser entendida? O que é que é visado pela metáfora da marca impressa?⁹¹ Algumas considerações podem ainda ser aventadas: a característica principal da marca é a idéia de um rastro ou uma impressão (*trace*) deixados outrora.⁹² É nesse caráter de inscrição que reside as possibilidades de conjunção do pensamento sobre a memória com o pensamento sobre a história, a partir daquilo que o filósofo francês chama de “enigma do passado”: ao mesmo tempo aquilo que foi (*ce qui a été*) e aquilo que não é mais (*ce qui n'est plus*). A resposta ao enigma pode ser trabalhada em duas etapas singulares que determinam as “marcas do passado”: em primeiro lugar, o traço (*trace*) tem o caráter de *impressão* que funciona como “efeito-signo” da passagem (algo se passou deixando o vestígio de sua passagem); em segundo lugar, traz as características da *semelhança*, a relação entre a reprodução e o original (a analogia entre a passagem de algo e seu vestígio). Nesse sentido, o rastro, enquanto marca, abre seu potencial de referência: “enquanto deixada, ela [a marca] é/está presente”.⁹³

Se uma ação qualquer é transitória, na medida em que ela produziu vestígios de sua realização e que estes vestígios permaneceram com o tempo, seja na forma afetiva da lembrança, seja na forma objetiva do arquivo, ela pode ser rememorada e historicizada, isto é, uma memória pode ser relatada e uma história pode ser a partir dela elaborada (seguir um rastro é narrar uma história, como coloca Carlo Ginzburg⁹⁴). No caso específico da escrita da história, vê-se como ela depende, pois, de tais marcas e, segundo o filósofo francês, “dizer que ela é um conhecimento por rastros é apelar, em último recurso, para a *significância* de um passado findo que, no entanto, permanece preservado em seus vestígios”.⁹⁵ Podemos aqui compreender o termo *significância* não como um sentido dado e aparente, mas como a possibilidade de significação de algo acabado (um *passé révolu*). A presença da marca reenvia à ausência do passado;

⁹¹ RICOEUR, Paul. “O modelo do texto. A ação sensata considerada como um texto”. trad. de Maria José Sarabando e Alcino Cartaxo. In: *Do texto à ação. Ensaios de hermenêutica II*. Lisboa: Rés Editora, s/d, p. 194.

⁹² Ricoeur utiliza um termo de difícil tradução para o português: *trace* tanto pode significar um vestígio, uma pegada como, em um sentido figurado, uma impressão.

⁹³ A expressão no original é a seguinte: “en tant que laissée, elle est présente”. RICOEUR, Paul. “La marque du passé”. In: *Revue de Métaphysique et de morale*, nº 1, 1998, p. 15.

⁹⁴ “O caçador teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos”. GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. trad. de Federico Carotti. In: *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 152.

⁹⁵ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III, op. cit., p. 201.

contudo, há um sentido latente inscrito nela, da mesma forma como ela é a inscrição de algo ocorrido anteriormente.

É por meio desse raciocínio em “zigzague”, muito à maneira de Ricoeur, que se pode situar com precisão, na epígrafe de Agostinho que abre este capítulo, a idéia de “visão do passado”. Mas é também através do desenvolvimento da idéia de “marca do passado” que se percebe com nitidez a questão da memória e da identidade em *CG&S*: rejeitando o corte estabelecido pelo sentido negativo de “não é mais” – o que implicaria em uma ruptura com o passado –, ao enfatizar as continuidades entre passado e presente (o passado é “aquilo que foi” e, em certa medida, “ainda é”⁹⁶) Gilberto Freyre pensa as marcas indiscutíveis do passado como dados da permanência. A marca como inscrição de um evento, de uma ação, permanece materialmente nos vestígios deixados pelos antepassados, mas também inscrita fisicamente no corpo, seja pela influência do meio, das raças e principalmente das culturas, seja pelos sinais impressos na memória afetiva do “povo brasileiro”. São essas marcas, “imagens da infância”, por fim, que permitem a reconstrução do passado, pelo trabalho analítico com as fontes mas, sobretudo, pelo esforço afeiçoado da reminiscência: Freyre, enquanto que “marcado” pelo passado, psicológica e fisicamente, confere a si mesmo um lugar privilegiado no texto, o lugar da identidade.

Finalmente, a hipótese definida na seção precedente, segundo a qual na escrita de *CG&S* há uma confusão *estratégica* entre lembrança e reminiscência, ganha reforço com a noção de marca do passado, do tempo que permanece ao deixar sua marca. Pedro Puntoni percebe que, “se ‘a história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro’, ela supõe ao mesmo tempo uma investigação memorialística que é, por definição, individual [...] Freyre confunde [portanto] dois caminhos distintos: a busca das reminiscências pessoais e a formulação de uma narrativa que supõe uma memória coletiva”.⁹⁷ Mas uma ressalva importante se faz necessária: a confusão não é produto do erro ou de um mal-entendimento, mas de uma *opção teórica* contundente que faz aparecer no texto a figura elevada do autor em sua projeção à sociedade como um todo. Puntoni talvez concordaria com esta ressalva, pois logo adiante no seu texto coloca que “a busca do ‘tempo perdido’, que é a tentativa de estruturar sua própria psique num

⁹⁶ São recorrentes as passagens no texto onde se utiliza a expressão “ainda hoje”, bem como suas variantes (ainda há, ainda existe, ainda se vê, etc.). FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. 41, 53, 73, 74, 75, 90...

⁹⁷ PUNTONI, Pedro. “A casa e a memória: Gilberto Freyre e a noção de patrimônio histórico nacional”, op. cit., p. 77.

mundo que se desagrega [...] torna-se a busca de um espírito nacional, que se define não pelo que permite o reconhecimento da história pessoal, mas pela sensação de pertencimento a uma comunidade imaginada – sensação que não pode prescindir da presença do outro que é, em última instância, o habitante das senzalas, dos mocambos”.⁹⁸ Ou seja, para se falar do “brasileiro” como se fala no livro, além do movimento de transformação do passado em um tempo homogêneo ao presente, faz-se necessário igualmente o movimento que transforma essa diferença oriunda das senzalas, mas também das matas nativas e do ambiente reinol, em elemento definidor da identidade nacional: é sempre o caminho do *outro* (seja um tempo outro, um outro espaço ou uma outra raça) para o *mesmo*, na retórica da identidade de *CG&S*, com todas as estratégias de escrita que criam os efeitos desse texto tão singular.

Memória e experiência: Gilberto Freyre *narrador*

As relações entre a memória individual que Gilberto Freyre procura relatar e a história social que escreve, colocam em evidência também, como já foi sugerido, o elo intrincado entre experiência e narrativa. De que maneira lhe é possível narrar esta experiência de tempo homogêneo que articula num mesmo plano passado e presente? Como conjugar o dado da ausência com a marca da presença por meio de uma narrativa sobre a experiência passada? Uma via interessante para desenvolver essas questões passa pela definição do que implica a posição assumida de *narrador*. A via foi aberta anteriormente por Beatriz Sarlo.

Walter Benjamin estabeleceu uma tipologia precisa para definir o narrador. Este, figura colocada em risco pelos avanços da sociedade moderna e dos meios de comunicação em massa, aglutina em si dois tipos de experiências singulares: de um lado, a experiência do camponês sedentário, preso à repetição da rotina cotidiana e enraizado em um lugar específico e bem delimitado; de outro lado, a experiência do marinheiro, indivíduo nômade, em constante deslocamento, sem lugar certo a não ser a fluidez e inconstância do mar.⁹⁹ Em ambos, na rotina e na viagem, a narrativa da experiência traz o registro da tradição, para o primeiro caso, e, para o segundo, o da aventura, da mudança. Ainda que a reflexão de Benjamin desponte para o caminho de

⁹⁸ *Ibid.*, p. 78-9.

⁹⁹ Para Benjamin, o artesão medieval, aquele que viajou quando aprendiz em busca de um posto e, este conseguido, criou raízes em um lugar específico, sintetiza o par que compõe o vulto do narrador.

uma complexa crítica da modernidade, interessa aqui apenas tal tipologia, ressaltando a dimensão oral que, para o narrador benjaminiano, é estabelecida entre narrativa e experiência: “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores”.¹⁰⁰

Tanto este quanto o capítulo precedente se referem à dupla dimensão da atividade narrativa: a viagem e a memória. Não seria dizer muito a afirmação de que Freyre narrador é tanto um “camponês” quanto um “marinheiro”, como fica evidente pelo título de seu livro de viagem *Aventura e rotina*, publicado mais de duas décadas depois de *CG&S*.¹⁰¹ O autor de *Apipucos*, ao mesmo tempo em que cria no texto efeitos de intimidade em relação ao passado, seu objeto de pesquisa (análise e reminiscência), procura evidentemente autorizar seu relato mediante tal proximidade. Ricardo Benzaquen destaca, nesse sentido, o aspecto de uma cotidiana oralidade na escrita de *CG&S*, a qual conduz diretamente para a confusão biográfica e existencial do autor com seu objeto, colocado efetivamente sobre o plano da continuidade emocional. Ele sugere que “Gilberto envolve o conjunto da sua reflexão em uma névoa da mais densa *autenticidade*, ou seja, cria a impressão de que as suas afirmações se referem a uma verdade absolutamente pessoal e incontrolável, próxima daquela que é sustentada nas confissões e autobiografias, posto que fruto do seu ‘pertencimento’ à própria sociedade que está examinando”.¹⁰² Não obstante a utilização de fontes primárias e do vasto aparato documental que o livro dispõe, ainda assim, como já foi dito, elas ali aparecem pouco, não constituem, no corpo do texto, elemento primordial de comprovação empírica. Benzaquen salienta o cuidado de Freyre com os documentos, todavia, acaba por concluir de maneira enfática que, sem o devido cuidado crítico e “obcecado em validar as informações em que baseia a sua análise pela afirmação da sua autenticidade, ele as vincula a sua própria experiência pessoal, correndo o risco de uma proximidade excessiva e, portanto, de uma visão desprovida de qualquer crítica, de uma visão que, tautologicamente, apenas *confirmasse* o seu objeto”.¹⁰³ Essa conjugação entre tempos que se depreende do texto de Freyre, marcada pela dimensão corpórea de seu “testemunho” (o visual e o oral), coloca uma indagação que vem a propósito: que

¹⁰⁰ BENJAMIN, Walter. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, op. cit., p. 198.

¹⁰¹ Para uma análise de alguns aspectos deste livro, ver ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Castelos no ar: notas sobre Portugal em *Aventura e rotina*”, op. cit.

¹⁰² ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*, op. cit., p. 186.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 202.

sentido de experiência aparece na narrativa de *CG&S*? A complexidade da pergunta não inibe, contudo, algumas colocações.

O tempo passado que Freyre procura reconstruir e “fazer reviver” aparece simbolicamente em um momento significativo do livro: o tema das ruínas. *Topos* recorrente entre os poetas e eruditos humanistas na Renascença, onde teria nascido o “culto das ruínas”, e letrados iluministas afoitos pelos escombros de Roma, como também entre os românticos brasileiros, a ruína aqui é marca de um tempo terminado, vestígio de uma glória já finda, mas também possibilidade de futuro.¹⁰⁴ Acima de tudo, ela é o fato capital que inscreve a “passagem e a ameaça” do tempo.¹⁰⁵ Para o sábio de Apipucos, se a casa senhorial ocupa no texto o lugar sólido do sistema patriarcal, o tempo acaba por atestar sua passagem nos restos materiais de tal sistema. A passagem é longa mas elucidativa: “a força concentrou-se nas mãos dos senhores ruraes. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal. Feias e fortes. Paredes grossas. Alicerces profundos [...] sua consistência quasi de fortaleza. O ironico, porém, é que por falta de potencial humano, toda essa solidez arrogante de forma e de material foi muitas vezes inutil: na terceira ou quarta geração, casas enormes edificadas para atravessar seculos começaram a esfarelar-se de podres por abandono e falta de conservação [...] Veem-se ainda em Pernambuco as ruínas do grande solar dos barões de Mercês [...] Mas toda essa gloria virou monturo”.¹⁰⁶ Uma passagem já citada também aponta para a viagem pelas ruínas do passado: “percorrendo-se a antiga zona fluminense e paulista dos cafezaes, sente-se, nos casarões em ruínas, nas terras ainda sangrando das derrubadas e dos processos de lavoura latifundiaria, a expressão do mesmo impulso economico que em Pernambuco criou as casas-grandes de Megahype, de Anjos, de Noruega, de Monjope, de Gaypió, de morenos; e devastou parte consideravel da região chamada de ‘matta’”.¹⁰⁷ Entre as páginas 180 e 181, o livro traz ainda uma fotografia de ruína de casa-grande, com o

¹⁰⁴ Eis passagem do poema “As ruínas de Roma”, constante no livro *Suspiros poéticos e saudades* de Gonçalves de Magalhães: “Oh, que espetáculo fúnebre e sublime!/Aqui foi Roma! – Aqui ergueu-se altiva/A Senhora do Mundo!/E de tanta grandeza eis o que resta!”. Ver ainda SÜSSEKIND, Flora. “Palavras loucas, orelhas moucas. Os relatos de viagem dos românticos brasileiros”. In: *Revista USP*. São Paulo (30), junho/agosto, 1996, p. 94-107; GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história”. In: *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, 2000, p. 111-126; e CIORANESCU, Alexandre. “Les ruines, cadavres exquis”. In: *Diogène*, n. 103, 1978, p. 106-123.

¹⁰⁵ CIORANESCU, Alexandre. “Les ruines, cadavres exquis”, op. cit., p. 108.

¹⁰⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. XXI-XXII.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. XXIX.

mato crescendo de forma melancólica por sobre a construção em sombrio abandono.¹⁰⁸ Se a obra é um elogio à casa-grande, a ruína que se torna visível pelo relato é, pois, o sinal de um revés. Mais do que isso, ela permite, tal como permitiu pela primeira vez, talvez, aos humanistas do Renascimento, a constatação forte e, por vezes, incômoda de que as civilizações e as sociedades são instituições duráveis, isto é, possuem uma duração determinada. O que quer dizer que, tal como o corpo físico, são mortais.¹⁰⁹ Poder-se-ia, portanto, falar em uma derrota e colocar Freyre no banco lastimoso dos vencidos, daqueles cujo tempo “passou”, a despeito do tão propalado otimismo de sua interpretação?

O raciocínio que demanda um desvio se origina de algumas reflexões de Reinhart Koselleck, onde, problematizando as relações entre experiência histórica e método historiográfico, ele sugere para a experiência dos vencidos um papel eminente: “o fato de ser vencido constitui uma experiência histórica específica e original que não se aprende nem se permuta e que [...] permite elaborar um método capaz de conferir a um ganho de experiência uma existência durável”.¹¹⁰ O rancor guardado por Freyre e revelado ainda nos anos 1970, quando sugeriu que “o que estragou tudo foi a usina”, pode ser percebido em seu primeiro livro como parte dessa experiência de derrota, de vencido, que suas inovações interpretativas parecem tentar dar conta, oferecendo uma outra forma de olhar e, acima de tudo, uma história reescrita. A questão, porém, persiste: é possível considerar o autor de Apipucos como vencido?

Luiz Antonio de Castro Santos, tratando do que chamou de “orgulho ferido e vaidade na trajetória intelectual de Gilberto Freyre” aponta elementos nesse sentido da argumentação. Para o autor, é possível vislumbrar dois Gilbertos diferentes: o grande sociólogo internacional dos anos 1930 e 40, e o pequeno escritor provinciano do resto da vida. Na visão de Castro Santos, as razões da “queda” estariam ligadas ao encastelamento de Freyre na sua taba de Apipucos e no conseqüente desenvolvimento de um “espírito de aldeia”. Sem ter se tornado um *scholar* nos renomados centros acadêmicos estrangeiros, a opção de Gilberto por se situar na “distante” Recife (pelo menos distante de São Paulo e do Rio de Janeiro) teria se constituído como erro

¹⁰⁸ Sobre a temática da ruína urbana nos guias de viagem de Freyre, ver PEIXOTO, Fernanda. “A cidade e seus duplos. Os guias de Gilberto Freyre”, op. cit., p. 169 e 170.

¹⁰⁹ Tal a sugestão de Alexandre Cioranescu. Não seria difícil seguir o traço, depois do século XV, das reflexões sobre as “quedas” de algumas civilizações, culminando na idéia de progresso fomentada no século XVIII e culminada no seguinte. CIORANESCU, Alexandre. “Les ruines, cadavres exquis”, op. cit., p. 120.

¹¹⁰ KOSELLECK, Reinhart. “Mutation de l’expérience et changement de méthode. Esquisse historico-anthropologique”. In: *L’expérience de l’histoire*, op. cit. p. 241.

estratégico: “entre dois caminhos possíveis para a consolidação de sua carreira na periferia – de um lado, o trabalho intelectual sem alarido, a sociabilidade discreta sem autopromoção, e de outro, o trabalho festejado com fogos de artifício, como se cada novo livro exigisse um encontro internacional para discuti-lo – Gilberto Freyre escolheu o caminho mais fácil e *ego inflating*”.¹¹¹

Não obstante, deslocando a questão do foco geográfico estipulado por Castro Santos que, por vezes, parece beirar o determinismo mesológico, definindo o sudeste brasileiro como único lugar pensante no país, a experiência de vencido para Gilberto Freyre pode ser colocada mesmo antes da elaboração de *CG&S*. Por um lado, o exílio forçado em 1930 é ocasionado pela situação política singular desse contexto e nesse sentido Freyre, de fato, foi um derrotado, como são notáveis os indícios: a casa paterna saqueada, destruídos seus pertences e a situação de penúria no exterior decorrente dos acontecimentos. Não obstante, seria imprudente estipular uma ligação direta entre essa experiência em particular e as inovações em termos de escrita da história que o livro coloca, como é a sugestão aqui assumida a partir de Koselleck. Por outro lado, o problema é um tanto mais complexo. Considerando que a principal inovação teórica oferecida pela escrita de *CG&S*, pelo menos para o senso comum, é o deslocamento da visão pessimista em relação à mestiçagem, motivada pelo enfoque predominantemente racial e mesológico que caracterizou a chamada geração 1870, para uma abordagem em que, focando a dimensão cultural do processo histórico, ao mestiço são atribuídas qualidades positivas, de que maneira é possível conferir a tal deslocamento teórico os ganhos oriundos de uma experiência de vencido? Algumas opções de encaminhamento se apresentam.

Sabe-se que a visão anti-racista de Freyre não é algo que marcou seu espírito desde o nascimento; trata-se, pelo contrário, de uma perspectiva construída lentamente no decorrer de sua formação intelectual. Nas cartas a Oliveira Lima e em trechos de seu diário fica evidente a passagem de uma posição em que a mestiçagem é vista como um “mal de origem” para a posição em que ela desponta como solução nacional, e não no sentido de branqueamento da população, mas sim através dos significados positivos conferidos ao mestiço como ser social e não mais apenas como produto da mistura

¹¹¹ SANTOS, Luiz Antonio de Castro. “O espírito da aldeia. Orgulho ferido e vaidade na trajetória intelectual de Gilberto Freyre”. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 27, 1993, p. 57.

racial.¹¹² Sabe-se também que os aspectos positivos da mestiçagem não foram primeiramente defendidos por Freyre, sendo que uma série de autores antes dele, Manoel Bomfim por exemplo, já condenavam os equívocos teóricos das doutrinas racialistas. A partir disso, a sugestão é que esse deslocamento conceitual *pode* ter sido ocasionado por prováveis situações pessoais sofridas por ele, tal como sugere Maria Lúcia Pallares-Burke ao mencionar suas decepções durante sua estada nos Estados Unidos: “entre essas decepções, é de crer que a experiência de ser objeto de preconceito racista foi, para o jovem Freyre, uma das mais dolorosas e desconcertantes”.¹¹³ A autora retoma brevemente, para reforçar o argumento, o contexto social e intelectual norte-americano salientando o peso marcante dos preconceitos contra estrangeiros, notadamente latino-americanos, aliados aos pressupostos científicos do racismo. Assim, a experiência de Freyre em tal ambiente serve como fator que torna plausível a explicação aqui sugerida para as mudanças de método, marcadas pela formulação de um consciência nacional distinta daquela que marcou a geração precedente. Ou seja, além da reconhecida experiência acadêmica e do contato com as teorias desenvolvidas pelo seu professor em Columbia, Franz Boas, possíveis situações individuais teriam contribuídos para o estabelecimento da perspectiva interpretativa que acabou tornando Freyre um autor conhecido e reconhecido.

O retorno ao solo pátrio, por sua vez, admite que a questão seja levantada em outra dimensão. Como foi colocado no capítulo sobre os prefácios ao livro, Freyre se valeu de um novo método e, sobretudo, de uma nova escrita para se impor no contexto do pensamento social brasileiro. Já se comentou, além disso, a experiência do desenraizamento no momento em que Freyre retornava a Pernambuco e o sentimento nostálgico por ela alimentado. Talvez se possa pensar essa conjunção de tempos passado e presente como sinal de um deslocamento, não *de* tempo, mas *no* tempo: Freyre seria um deslocado em sua contemporaneidade, daí a vitoriana nostalgia ressaltada por Pallares-Burke. “Mais: nostalgia ou desejo de outros tempos ou outros mundos. O que talvez seja a atitude de quase toda a minha geração: na América e na Europa, pelo menos. Somos uns desajustados a lugares e a tempos que nos são como

¹¹² Além das já referidas cartas a Oliveira Lima, que indicam uma postura de Freyre mais próxima das teses racialistas do século XIX, percebe-se uma notável mudança de perspectiva entre o texto publicado na *Hispanic American Historical Review*, em 1922, e o texto do livro de 1933. Essa mudança de perspectiva de Freyre, ou seja, a lenta construção de uma postura menos racialista que culturalista, foi igualmente notada por Maria Lucia Pallares-Burke em sua biografia intelectual.

¹¹³ PALLARES-BURKE. Maria Lúcia. *Gilberto Freyre. Um vitoriano dos trópicos*, op. cit., p. 153.

que impostos pelos adultos. Pelos velhos”.¹¹⁴ Por isso, quem sabe, todo o ímpeto para dotar a experiência de um sentido específico: “era como si tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares”.¹¹⁵ Diferente dos intelectuais de sua geração que procuravam de diversas maneiras os indícios de uma ruptura com o passado, como forma de desatramar o desenvolvimento civilizacional da nação, Freyre optou pela continuidade, pela permanência.¹¹⁶

Mas Freyre não foi simplesmente um retrógrado, um anacrônico. Sua visão da ruína não deixa de ser, pelo menos em alguma medida, uma visão ao mesmo tempo romântica e iluminista: se há certa nostalgia pelo *passé révolu*, olha-se o passado vislumbrando-se o porvir, no jogo dinâmico entre cultura e civilização. Pode-se, nesse sentido, sugerir que à retórica da identidade em *CG&S* vincula-se uma terapêutica conciliatória da memória, uma estratégia de diluição ou de equilíbrio da dicotomia vencido/vencedor: o Brasil entre o antigo e o moderno, entre o arcaísmo e o modernismo, entre a nação e a região, entre a cultura e a civilização. Yan de Almeida Prado, já havia percebido essa capacidade da escrita freyreana, ao sugerir que o livro seria “o último embate entre modernos e antigos, entre a velha e a nova geração”.¹¹⁷ Maria Lúcia Pallares-Burke deixa claro esse posicionamento do sábio de Apipucos justamente nos momentos que antecedem *CG&S*: “Freyre afirmava com vigor que a reconstrução do mundo do pós-guerra dependia não do ‘desgarramento das tradições’, mas da retomada da ‘tradição de nossos avós’”.¹¹⁸ E Thomas Skidmore enxerga as consequências disso: “porque ele podia olhar para o passado com satisfação, os brasileiros podiam olhar para o futuro com confiança”.¹¹⁹ Em *CG&S*, de certo modo, a história que privilegia o “espaço de experiência”, convive com um modelo propriamente moderno de escrita da história, onde o futuro e o progresso parecem alargar indefinidamente o “horizonte de expectativa”, embora o peso reconhecidaente recaia sobre o primeiro elemento e as consequências funestas do “progresso a qualquer custo” eram, como em Euclides da Cunha, constantemente trazidas à tona. Talvez o passado

¹¹⁴ FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 134.

¹¹⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit., p. XII.

¹¹⁶ Além de *Os sertões*, dois outros livros ilustram a asserção: *Evolução política do Brasil, Raízes do Brasil*, apontam, de forma diferente para cada um, o desejo de se encontrar a “ruptura” temporal, que na época assumia ares de revolução: a independência, para Caio Prado Jr. e a abolição da escravatura, para Sérgio Buarque de Holanda.

¹¹⁷ *Literatura*, do Rio de Janeiro, em 20/01/1934, republicado em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 55.

¹¹⁸ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Gilberto Freyre. Um vitoriano dos trópicos*, op. cit., p. 168.

¹¹⁹ SKIDMORE, Thomas. “Raízes de Gilberto Freyre”. trad. de Renata Nichol. In: KOSMINSKY, Ethel et alli (orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*, op. cit., p. 63.

não seja um depositário efetivo de exemplos e lições para o futuro, mas parece ser, de fato, motivo determinante para o presente em que se vive.¹²⁰

A ênfase no “espaço de experiência” permite explicar também a *desordem cronológica* que caracteriza a narrativa de *CG&S*. A metáfora espacial leva à compreensão de estruturas de tempo que se articulam e se justapõem num mesmo plano. Ou seja, é como se tudo aquilo que fizesse parte do campo de experiência se embaralhasse sem uma ordem de tempo definida de forma linear e progressiva. O passado seria o conjunto abrangente de tudo o que passou, de forma um pouco aleatória. Pois é com a instituição de uma concepção moderna de história, pautada por uma idéia de tempo como progresso (um “horizonte de expectativa” em aberto), que os acontecimentos passam a ocupar posições em ordem de sucessão e causalidade. Por exemplo, o uso indiscriminado por parte de Freyre de relatos do século XVI para argumentos sobre o século XIX, e vice-versa, é tributário daquela concepção justaposta das parcelas da experiência que constituem o passado. Obviamente, isso não quer dizer que Freyre rejeitasse o tempo linear, sucessivo e causal. Porém, o contínuo de tempo no livro não é todo ele vinculado à linearidade progressista; a homogeneidade permite desobedecer a ela e criar a sensação de *coevalness* entre o autor e seu objeto. Pode resultar disso também a vertigem narrativa de que o leitor de *CG&S* fica refém, dadas as inúmeras e constantes mudanças, de cronologia e de assunto, que o autor realiza ao longo do livro, jogando também com as escalas da observação, passando do detalhe aparente à estrutura invisível em apenas um lance de palavras.¹²¹ Esse registro temporal denota, como havia percebido Anísio Teixeira, um recorte antes psicológico do que propriamente lógico, o que beira, com isso, o risco da incoerência em prol de uma rejeição à “simplificação empobrecedora e primária”.¹²²

O “equilíbrio de antagonismos”, mote fundamental da interpretação do Brasil de Freyre, encontra aqui um significado relativo ao tempo: uma conciliação, quase agostiniana, entre passado e presente na sua projeção para o futuro. A temporalidade homogênea em *CG&S* dá condições para uma experiência histórica marcada pela

¹²⁰ Ainda sobre a relação passado/futuro na obra de Freyre, em uma perspectiva sobre a formação da sociologia no Brasil, e o paradoxo de se aliar um pensamento social conservador com uma visão progressista das ciências, ver MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil*, op. cit., p. 80 e ss. Para a autora, Freyre teria, a sua maneira, contribuído na elaboração de “*plano de modernização conservadora legitimado pela razão sociológica*”, p. 86.

¹²¹ No entender de Thomas Skidmore, “*Casa-grande & senzala* foi, na verdade, um compêndio de informações intrigantes, caoticamente organizado (apesar dos títulos claros dos capítulos) sobre o passado colonial do Brasil”. SKIDMORE, Thomas E. “Raízes de Gilberto Freyre”, op. cit., p. 54.

¹²² TEIXEIRA, Anísio. “Gilberto Freyre, mestre e criador de sociologia”, op. cit., p. 492-493.

combinação de instâncias distintas. Em outras palavras, ela permite estabelecer espaços de ajuste entre o peso da tradição, com a dimensão de autoridade que nela encontra lugar, e o anseio de modernidade que perpassa, não apenas o modernismo no sudeste do Brasil dos anos 1920, mas, inclusive, parte da literatura de cunho regional, pelo menos de alguns autores nordestinos “conterrâneos”, por assim dizer, de Gilberto Freyre.¹²³ Se, como sugere Antonio Candido, a década de 1930 se constituiu como um fenômeno desses “que fazem sentir vivamente que houve um ‘antes’ diferente de um ‘depois’”, a partir do “eixo catalisador” e “marco histórico” que foi a revolução de outubro de 1930, pode-se pensar a temporalidade em Freyre como ponto de junção de tais diferenças.¹²⁴ Elide Rugai Bastos já sugeriu a inspiração de autores ibéricos na construção desta perspectiva, afirmando que Freyre, “quando propõe, para a solução da crise que atravessa a sociedade brasileira, um retorno às tradições, não está lamentando o abandono de tradições orientais, cristãs etc., mas sim aponta para a crise como resultado da paulatina perda dos elementos híbridos que marcam nossa formação e que, segundo ele, garantem o equilíbrio social”.¹²⁵

Mas é com a constante menção ao escritor francês, autor de *Em busca do tempo perdido*, que isso adquire novos sentidos, pois “para Proust, é o artista-cientista que dá a certas coisas dentre as que ele vê ou evoca, ‘existência própria’, uma espécie de ‘alma’ que elas depois conservam em movimento como que próprio, desde que não há passado fixo. O próprio historiador que o evoca o põe em movimento, sendo um homem fluido por sua atualidade em combinação com sua memória. Através dessa fluidez é que a realidade se deixa ver ou entrever; e nunca em sólidos perfeitamente fixos o tempo ou mesmo no espaço”.¹²⁶ E Barthes ainda, ao falar de Michelet, legou palavras adequadas para comentar o caso de Freyre: “o historiador é, portanto, aquele que inverteu o tempo, que volta atrás, ao lugar dos mortos, e recomeça sua vida num sentido claro e útil; é o

¹²³ Ver algumas informações pertinentes, outras datadas, em CASTELLO, José Aderaldo. *José Lins do Rêgo: modernismo e regionalismo*. São Paulo: Edart, 1961. Ver ainda a ampla descrição do contexto intelectual pernambucano dos anos 20 em AZEVÊDO, Neroaldo Pontes. *Modernismo e regionalismo. Os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

¹²⁴ CANDIDO, Antonio. “A revolução de 1930 e a cultura”. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989, p. 181. Evidentemente, as conseqüências sociais, políticas e culturais da década de 30 vão muito além da simples idéia de “tempo homogêneo” aqui desenvolvida. Poderia ser trilhado o caminho que leva Carlos Guilherme Mota a sua crítica do saudosismo oligárquico de Freyre. Todavia, tal caminho ultrapassaria em muito as fronteiras definidas para este estudo, colocando-o em zonas perigosas onde apenas o contexto pareceria explicar a relação de Gilberto com o passado, isto é, sua compreensão de tempo e história.

¹²⁵ BASTOS, Elide Rugai. “Gilberto Freyre: um escritor ibérico”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica, op. cit., p. 815.

¹²⁶ FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 184.

demiurgo que liga o que era disperso, descontínuo, incompreensível: ele tece juntos os fios de todas as vidas, estabelece a grande fraternidade dos mortos, cujo deslocamento formidável, ao longo do tempo, forma essa extensão da história, que o historiador conduz para trás, re-agrupada sob seu olhar que decide e que desvela”.¹²⁷ Freyre sinaliza, com isso, uma forma toda ela singular de se estabelecer, por meio da escrita da memória, a relação entre representação do passado e o registro da experiência.

Entre a nuvem e o corpo: sobre a escrita da memória

Dois pontos ainda para findar o capítulo: seguindo por Proust, pode-se perguntar se há em *CG&S* um “*temps retrouvé*”? Além disso, seguindo a linha do raciocínio, qual a relação que se pode estabelecer aqui com a prática historiográfica de Michelet? As questões convergem para o mesmo problema: de que maneira Freyre realiza a sutura entre passado e presente, como ele *reencontra* o tempo perdido? A resposta passa, talvez, pela metáfora do historiador francês sobre a *ressurreição* da vida integral do passado. Ressuscitar implica uma espécie de restituição: se do verbo fez-se carne, como Gilberto gostava de frisar, sua escrita teria a pretensão de realizar tal feito através da linguagem, ir da carne ao verbo retornando àquela, restituindo certa materialidade ao passado e dando corpo a sua ausência.¹²⁸ É o próprio autor quem dá um exemplo notável, quando comenta a sensação de “ressurreição histórica” na sua ida a Versalhes, entrevendo uma Europa do período anterior à guerra: “voltei a Paris quase como se estivesse estado entre fantasmas. Um grupo como esse que me admitiu à sua intimidade de velhos fidalgos de modo tão encantador já não parece gente deste mundo mas de outro: já acabado. Ou de outros: todos reduzidos a sombras”.¹²⁹ No tema da alegoria com fantasmas, Pedro Puntoni possibilita estabelecer a ligação de Michelet com Proust: “o real presente surge como uma fantasmagoria. A única forma de ter acesso a uma sensação de realidade é a introspecção, a busca das reminiscências pessoais”.¹³⁰ A

¹²⁷ BARTHES, Roland. *Michelet*, op. cit., p. 75.

¹²⁸ A questão dos esforços de Freyre no sentido de um “enraizamento” em solo pátrio é convergente, portanto, com essa dimensão corpórea de sua escrita. Freyre pretendia, literalmente, fincar o pé no massapê, daí que se pode pensar todo o enfoque regionalista de sua obra e seu constante anseio em dotar o texto de certa “cor local” regional.

¹²⁹ FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 86. Cabe salientar que, tratando do que chamou de “enigma da presença do ausente”, Ricoeur recorre a Platão para seu desenvolvimento. Nele, a categoria *phantasma*, na medida em que é uma imagem de ausente, emerge ao plano da noção de *eikôn*, de onde Ricoeur absorve uma série de significados para sua análise.

¹³⁰ PUNTONI, Pedro. “A casa e a memória: Gilberto Freyre e a noção de patrimônio histórico nacional”, op. cit., 81.

ressurreição ocorre, seguindo o raciocínio, mediante a *recherche* mnemônica inspirada em Proust, articulando-a com os pressupostos investigativos da *historie*, da qual Michelet é certamente herdeiro.¹³¹ A questão, todavia, pode ser desenvolvida não tanto pelo recurso à obra dos autores franceses, mas sim por dois outros que escreveram sobre experiências mais próximas de Freyre.

A relação com a França, todavia, persiste: consta que falando a Blaise Cendrars sobre o romance de José Lins do Rêgo, Paulo Prado teria considerado que o romancista paraibano havia re-encontrado, de fato, o tempo perdido.¹³² Ora, não é impertinente dizer que *CG&S* esperava ser então uma “introspecção proustiana”, se possível tão bem sucedida quanto o livro publicado um ano antes por seu amigo dileto. Mas o caminho para isso, devido à própria jornada a que ele se propôs, teve que passar por outro tipo de trabalho ou ato de memória; entre Gilberto e José Lins, um Graciliano Ramos.¹³³

Segue o início de *Menino de engenho*:

“Eu tinha uns quatro anos no dia em que minha mãe morreu. Dormia no meu quarto, quando pela manhã me acordei com um enorme barulho na casa toda. Eram gritos e gente correndo para todos os cantos. O quarto de dormir de meu pai estava cheio de pessoas que eu não conhecia. Corri para lá, e vi minha mãe estendida no chão e meu pai caído em cima dela como um louco. A gente toda que estava ali olhando para o quadro como se estivesse em um espetáculo. Vi então que minha mãe estava toda banhada em sangue, e corri para beijá-la, quando me pegaram pelo braço com força. Chorei, fiz o possível para livrar-me. Mas não me deixaram fazer nada. Um homem que chegou com uns soldados mandou então que todos saíssem, que só podia ficar ali a polícia e mais ninguém”.¹³⁴

A descrição segue firme, segura. A cena trágica, emoldurada na forma de um quadro, se desenrola sem dificuldades, como se não houvesse inúmeros espaços de mediação entre o espírito do narrador que recorda e as recordações relatadas. Exceto a figura do “quadro” e talvez a imagem do pai *como* um louco (ainda que ele, de fato, fosse internado como doente mental) não há qualquer outra metáfora na passagem: a descrição objetiva, a linguagem quase que em seu estado bruto, descritivo. Embora a lembrança da idade seja imprecisa, mas quase certa, todo o resto traz a segurança do testemunho: o lugar, o barulho, gritos e corre-corre, a imagem da mãe estendida sobre o sangue e o gesto paterno em desespero... tudo chega à narrativa, à linguagem, sem

¹³¹ Lembrando aqui o caráter de preservação da memória, seja dos gregos seja dos bárbaros, que assumem as *Histórias* de Heródoto.

¹³² Ver VILLAÇA, Antonio Carlos. “Menino de engenho”. In: RÊGO, José Lins do. *Menino de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005, p. 19.

¹³³ Espero ficar evidente que o uso dos dois escritores não implica uma suposta influência de ambos sobre o trabalho de Gilberto Freyre, até mesmo porque o livro analisado de Graciliano foi publicado na década seguinte à escrita de *Casa-grande & senzala*. José Lins e Graciliano aparecem aqui como recurso analítico para a intenção de desvendar os meandros que recortam a escrita de Freyre.

¹³⁴ RÊGO, José Lins do. *Menino de engenho*, op. cit., p. 33.

obstáculos. A escrita límpida, com a linearidade que se espera de quem descreve um fato “tal como ele realmente aconteceu”, baseado em suas memórias de indivíduo presente ao acontecimento, testemunha “fiel” do ocorrido. A lembrança como que pura e simples, não fosse em palavras.

A distância em relação ao início de *Infância* é gritante:

“A primeira coisa que guardei na memória foi um vaso de louça vidrada, cheio de pitombas, escondido atrás de uma porta. Ignoro onde o vi, quando o vi, e se uma parte do caso remoto não desaguasse noutra posterior, julgá-lo-ia sonho. Talvez nem me recorde bem do vaso: é possível que a imagem, brilhante e esguia, permaneça por eu a ter comunicado a pessoas que a confirmaram. Assim, não conservo a lembrança de uma alfaia esquisita, mas a reprodução dela, corroborada por indivíduos que lhe fixaram o conteúdo e a forma. De qualquer modo a aparição deve ter sido real”.¹³⁵

O título que nomeia o capítulo é significativo: *Nuvens*. A lembrança é toda ela rarefeita, disforme, nebulosa. Nada se apresenta de forma clara e “verdadeira”; não se sabe direito como tudo aconteceu. A proximidade com um sonho é evidente; talvez mesmo, a imagem seja meramente criação verbal do narrador por tê-la comunicado a outrem, ou seja, por tê-la *realizado* em palavras. Mediações várias se intercalam na experiência e na narrativa. De qualquer modo, a possibilidade de ter acontecido tal como descrito é considerável, já que a “aparição” está próxima do “real”.

O caminho da memória de Freyre não foi simples como o de José Lins, pois ele projetava sua experiência para o “povo brasileiro” e, por isso mesmo, o lado individual e testemunhal de seu registro se colocava em outros planos, mas nem tão penoso quanto o de Graciliano, já que teve acesso direto aos vestígios do passado possibilitando, com isso, suprir as deficiências próprias da memória. Certamente, contudo, sua direção vai ou pretende ir deste para aquele, da nuvem ao corpo (estendido sobre o sangue). Se é possível dizer que *Menino de engenho* é uma narrativa de memórias, *Infância* é uma narrativa da rememoração, da busca pela memória.

São recorrentes em *Infância* as imagens de uma memória fugidia e o constante questionamento da sua fidelidade: as lembranças não conseguem fixar-se de maneira apropriada, em seguida vem sempre “uma turvação, nevoeiro”.¹³⁶ Em Graciliano, a busca da memória no interior de si é sempre mediada pela busca no interior da linguagem, como se a todo momento ele se indagasse: de que maneira representar isso,

¹³⁵ RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 1995, p. 7.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 62.

com que palavras?¹³⁷ Daí o uso recorrente de figuras de linguagem na busca pelo sentido (um acontecimento “desaguando” em outro, a memória como “aparição” – novamente a alegoria do *phantasma*). Sobre uma velha negra que habitou seus tempos de menino, resquício do tempo da escravidão, que “envelhecia e encarquilhava-se na cozinha”, a imagem é significativa: “essa *ruína* vacilante e obstinada era um refúgio: defendia-nos dos perigos caseiros, enrolava-nos na saia de chita, protegia-nos as orelhas e os cabelos com ternura resmungona”.¹³⁸ Mas como o próprio escritor ressalta, “o artifício da composição não exclui a substância do fato. Esforcei-me por destrinçar as coisas inomináveis existentes no meu espírito infantil, numa balbúrdia. É por terem sido inomináveis que agora se apresentam duvidosas”.¹³⁹ Tudo em *Infância* retorna à palavra, lugar das certezas; o inominável, o não dito, é espaço para a dúvida.

Em José Lins a palavra ocupa também seu lugar como problema. Em *Bangüê*, terceiro livro do autor, publicado em 1934 como continuação de *Menino do engenho*, após *Doidinho* de 1933, são recorrentes na narrativa os anseios do narrador em transformar suas memórias em literatura, “tudo literatura. Não sei por que nascera assim com esse gosto pela fantasia [...] Tudo em mim era falso, todos os meus sonhos se fixavam em absurdos”.¹⁴⁰ No anseio em escrever seu romance, o narrador cria um mundo senhorial fantasioso, ao mesmo tempo em que estabelece um hiato real com seus parentes mais próximos: “para os meus efeitos literários eu me enchia de orgulho com meus parentes rurais, entretanto, não sei por que, cada vez mais me sentia afastado deles”.¹⁴¹ E então, assim como a morte de seu avô patriarca motiva a desagregação do mundo senhorial que ele vivera como menino de engenho, o narrador Carlos, na mesma medida em que tenta em vão fazer reviver *de fato*, pelo artifício das letras, os tempos de glória do engenho Santa Rosa, continua sempre a postergar a escrita do livro, o passado pesando como um fardo diante de um presente em decadência.¹⁴² Mas se aqui “tudo é

¹³⁷ “Quando explicita em seus romances o trabalho com a linguagem, Graciliano joga por terra a obsessão fotográfica e documental dominante no neonaturalismo de Trinta”. SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance?*, op. cit., p. 170.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 126 (itálico meu). A ruína é presente também em José Lins, mas talvez em um sentido menos metafórico: *Bangüê* narra justamente o lento e patético “arruinamento” da casa-grande do avô do narrador – o mato crescendo na plantação, a construção cedendo às investidas do tempo. Obviamente isso não significa a inexistência total de metáforas em José Lins, apenas tenta-se demonstrar dois usos distintos da linguagem para problema semelhante: representar o passado ou, quando muito, a memória enquanto *imagem* do passado.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 175.

¹⁴⁰ RÊGO, José Lins do. *Bangüê*. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 2002, p. 32-33.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 39.

¹⁴² Se Carlos não escreveu, José Lins, de forma quase compulsiva, não cessava sua escrita, como uma tentativa talvez vã de adiar um fato já consumado. Sobre isso, Moema Selma D’Andrea afirma que, tal

literatura”, o narrador tem ainda um parâmetro comparativo que permite estabelecer a distinção entre fato e palavra, entre o real e o literário, e o peso intransponível do primeiro acaba por comprometer a eficácia do segundo: a decadência de fato veio e o livro acabou sem ser escrito – o tempo foi perdido. A pretensão quixotesca de buscar no real o mundo glorioso dos livros acaba por revoltar o narrador: “aquilo era uma indignidade da minha parte: querer procurar um herói de romance para diminuir o meu avô daquele modo, descobrir um homem criado pela fantasia, para medi-lo ali com aquele, *feito de carne e osso*”.¹⁴³ Por outro lado, em Graciliano, não é o presente real que pesa sobre sua escrita de memória, mas sim a perigosa fronteira com o sonho (o irreal) que, a todo o momento, acaba por arruinar a lembrança.

Pois bem, o que Freyre faz, em suma, é estabelecer os princípios da busca tal como aparece em Graciliano: de dentro da própria linguagem, no ato mesmo da escrita, a memória é lentamente desvelada, elaborada, re-encontrada; o discurso da ciência e a “fala da cozinha” acabam por se conciliar, ainda que em partes, no esforço de chegar próximo da materialidade corpórea (“feito de carne e osso”) do velho José Paulino, avô de Carlos, que abandonou o livro, a literatura, a fantasia, diante da imponência do real. Na escrita de *CG&S*, o caminho entre a nuvem e o corpo é todo ele construído na palavra, na materialidade do livro, pois ele não se lembra, da maneira clara de Carlos ou nebulosa do narrador de *Infância*: ele *se faz lembrar*. Obra de reminiscência, pois, de contato com seus avós tornados “nossos avós”. Obra também de ressurreição do passado pela narrativa e a busca incessante que ela mesma relata.

É significativo, logo, o fato de que seu próprio avô paterno, falecido antes mesmo de Freyre tê-lo conhecido pessoalmente, em carne e osso, lhe apareça através de um livro memorialístico, *Almanach de lembranças luso-brasileiras*, por meio das suas anotações registradas no papel. O enigma da presença do ausente, aporia maior da representação do passado, encontra lugar nas palavras escritas em outros tempos, marcas restantes do que deixou de existir, vestígios de outrora, ruínas... enfim, memórias.

como Sherazade retardava seu destino pela reiteração das narrativas, “a única maneira [para José Lins] de evitar ‘a morte’ do mundo patriarcal é redescobri-lo e desdobrá-lo em narrativas reiterantes”. D’ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta. O pensamento de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e/ou literárias nordestinas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992, p. 75.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 53 (itálico meu).

VII

AS VIRTUDES DO HEREGE: ENSAÍSMO E ESCRITA DA HISTÓRIA

“O historiador [...] que tenta se apagar ao escrever, tenta não ser [...], não é em absoluto historiador”.

Jules Michelet¹

“Para satisfazer plenamente à lei do ensaio, é preciso que o ‘ensaísta’ se ensaie ele mesmo”.

Jean Starobinski²

As questões do ensaio

Para Antonio Candido, comentando o momento literário da primeira metade do século XX, o ensaio aparece como gênero distinto de reflexão “em que se combinam com felicidade maior ou menor a imaginação e a observação, a ciência e a arte”.³ Gênero que traz em si todas as marcas de seu contexto de emergência, a forma ensaística, nesse sentido, assume contornos particulares no ambiente intelectual do Brasil durante as primeiras décadas do século XX. No caso de Gilberto Freyre, considerado por Eduardo Portella como o “protótipo do ensaio literário no Brasil [...] o grande produtor de ensaio”,⁴ observação e imaginação tocam diretamente em dois pontos fundamentais de seu texto: a viagem e a memória. Ainda segundo Candido, o gênero opera de forma sincrética entre a “pesquisa puramente científica e a criação literária”, tecendo, assim, um “panorama de nossa cultura”. Sendo marcante na tradição intelectual brasileira o predomínio da literatura como espaço de discurso e campo de saber, ela se constituiria, antes mesmo das ciências do homem e da filosofia, como

¹ MICHELET, Jules. “Préface”, op. cit., p. IX.

² O original para o termo ensaísta é *essayeur*. STAROBINSKI, Jean. “Peut-on définir l’essai?”. In : Pour un temps/Jean Starobinski. Paris: Centre Georges Pompidou, 1985, p. 191.

³ CANDIDO, Antonio. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”. In: *Literatura e sociedade*, op. cit., p. 119.

⁴ PORTELLA, Eduardo. “O ensaio”. Conferência pronunciada na Acadêmia Brasileira de Letras, em 10/10/2000. Como consultei o texto disponível no site da ABL, as citações não trazem o número das páginas.

“fenômeno central da vida do espírito”. Particularmente sobre *Casa-grande & senzala*, Candido salienta que, em função dessa primazia literária que se torna evidente no livro, a sociologia ali aparece *apenas* como “ponto de vista” e não propriamente como “pesquisa objetiva da realidade”: “o poderoso imã da literatura interferia com a tendência sociológica, dando origem àquele gênero misto de ensaio, construído na confluência da história com a economia, a filosofia ou a arte, que é uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil”, de nomes como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque, além do próprio escritor de Apipucos.⁵ Ainda sobre este, notadamente no livro que interessa a presente análise, Candido encontra a matriz modernista na forma de sua composição, “ao estudar *com livre fantasia* o papel do negro, do índio e do colonizador na formação de uma sociedade ajustada às condições do meio tropical e da economia latifundiária”.⁶ Porém, apesar do fantasioso, nesse tipo de ensaio histórico e sociológico, “é grande a tendência para a análise. Todos esquadrinham, tentam sínteses, procuram explicações”, ou seja, buscam algo que não simplesmente uma forma literária.⁷

Por fim, encontra-se também no estudo de Antonio Candido uma colocação importante cuja pertinência este capítulo tentará abordar. Para ele, “a literatura se adaptou muito bem a estas condições, ao permitir, e mesmo forçar, a preeminência da interpretação poética, da descrição subjetiva, da técnica metafórica (da *visão*, numa palavra), sobre a interpretação racional, a descrição científica, o estilo direto (ou seja, o *conhecimento*)”.⁸ Pois bem, a hipótese que aqui se desenvolve é um tanto diferente: o ensaio de Freyre, pela sua própria condição ensaística, permite ultrapassar esta dicotomia entre o poético e o científico, entre o subjetivo e o racional, entre, enfim, a visão e o conhecimento. Na escrita de *CG&S*, como já foi sugerido, visão e conhecimento se coadunam para a formação genérica de um *saber*. E, seguindo os desenvolvimentos de tal hipótese, é possível inferir que o ensaísmo freyreano assume inteiramente a função intelectual salientada por Roland Barthes, quando definiu o ensaio como “um gênero incerto onde a escritura rivaliza com a análise”, quer dizer, onde campos distintos como literatura e ciência podem coexistir, senão em harmonia, ao

⁵ CANDIDO, Antonio. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”. In: *Literatura e sociedade*, op. cit., p. 119. Sobre o predomínio literário e o descrédito da porção sociológica no livro de Freyre, não seria despropositado aqui notar que a vinculação institucional de Antonio Candido, no momento de seu estudo, é com sociologia uspiana da escola de Florestan Fernandes.

⁶ *Ibir.*, p. 114 (itálico meu).

⁷ *Ibid.*, p. 113.

⁸ *Ibid.*, p. 120.

menos de forma convergente na prática da crítica (literária, histórica, sociológica, etc.).⁹ Ou seja, ensaio aparece aqui simultaneamente como forma e conteúdo, como construção particular de determinado objeto, ou, nos termos do raciocínio de Candido, como ao mesmo tempo poético e científico, já que não se reduz à simples expressão verbal e define uma abertura referencial eminente, na qual residem as possibilidades de sua dimensão analítica. A indagação que resta levantar é justamente sobre a suposta simultaneidade dos campos: ciência e arte estão ali, na economia do texto, realmente justapostas? Ambas obedecem a princípios convergentes de construção ou, por outro lado, respondem a lógicas distintas de produção textual? Qual o exato papel da cada uma na escrita de *CG&S* e como forma e conteúdo se articulam na elaboração do ensaio? Mais do que isso, a indagação diz respeito justamente à distinção tão clara em Candido entre o espaço literário e o sociológico: é possível, para o período em questão (o da escrita de *CG&S*, e não do texto de Candido), tamanha clareza em distinguir campos demasiado permeáveis uns aos outros?

Memória do gênero

Jean Starobinski colocou a indagação: como definir um gênero que parece não respeitar qualquer regra *a priori*?¹⁰ Prática de escrita que torna difícil todo esforço de descrição e teorização, o ensaio aparece normalmente como um gênero tipicamente moderno de discurso. Se sua paternidade ainda é questão controversa, a luz continua resplandecente naquele que é considerado, não por poucos autores, o momento maior do gênero: Michel de Montaigne.¹¹ A partir dos *Essais*, toda a tradição ensaística é estabelecida em relação a este texto fundador. “Definir um ensaísta consiste seguidamente hoje em lhe filiar, estabelecer a lista dos elementos que lhe aproximam do grande ancestral, e o valor de um texto se mede de bom grado por este ar de família”.¹² Gilberto Freyre certamente não recusaria tal filiação.

⁹ BARTHES, Roland. *Aula*. Aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França (1977). trad. de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2002, p. 07.

¹⁰ STAROBINSKI, Jean. “Peut-on définir l’essai?”, op. cit., p. 185.

¹¹ Percorro nas linhas que seguem o trabalho de Marielle Macé, de onde retirei o título desta seção. MACÉ, Marielle. “Mémoire du genre”. In: *Le temps de l’essai. Histoire d’un genre en France au XX^e siècle*. Tours : Belin, 2006, p. 11-52. Ver ainda KAUFFMANN, R. Lane. “La voie diagonale de l’essai: une méthode sans méthode”. In: DUMONT, François. *Approches de l’essai. Anthologie*. Québec: Éditions Nota Bene, 2003, p. 183-228, e LANGLET, Irène. “L’essai et le discours du savoir: ambiguïtés d’une contestation”. In: *Cahiers Diderot*, n. 9 (Censures et interdits). Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1997, p. 27-44.

¹² MACÉ, Marielle. “Mémoire du genre”, op. cit., p. 12.

Signo por excelência do trabalho fragmentário e inconcluso, justamente por ser sua intenção primordial não concluir ou oferecer um sistema fechado de pensamento, a obra de Montaigne aparece como um livro em constante escrita, aberto, na tarefa de reatualização por que passaram as três edições alteradas pelo autor. Autor e livro estão, pois, “em movimento”. Foi, entretanto, do outro lado do canal da Mancha, onde o livro foi traduzido em 1603, que o ensaio encontrou campo propício para seu florescimento. Se Francis Bacon já assumira o termo para seus trabalhos, mesmo que para se colocar como antípoda do estilo intimista e subjetivo de Montaigne, é sobretudo no século XVIII que o gênero se estabeleceu de forma privilegiada como mediadora dos anseios de uma sociedade civil em transformação, com suas correlatas formas de sociabilidade. Seu terreno fértil, a produção literária em periódicos, onde o conhecimento poderia ser vulgarizado e, com isso, generalizado o saber. “Não é um tipo discursivo mas a função que ele preenche, o espaço de circulação que define pelo seu lugar de enunciação que o constituem enquanto gênero, um gênero particularmente visível”.¹³ Antes de outras coisas, sua proximidade com o ambiente das conversas cultivadas fez dele, além de um modelo de escrita, uma forma de saber. Como indica Irène Langlet, “a revista implica uma prática de leitura particular que convém bem ao ensaio, indo de um sujeito a outro seguindo os diferentes artigos, e deixando ao leitor o cuidado de forjar sua própria opinião crítica por sobre (*en surplomb*) os diferentes pontos de vista que se exprimem”.¹⁴ R. Lane Kauffmann atribui o fato ao processo de instrumentalização da razão ocidental, aquilo que Weber definiu como desencantamento do mundo, o que manteria uma distância considerável entre o intimismo forjador do *eu* de Montaigne e o instrumentalismo jornalístico do ensaio inglês neste período. “As fibras da experiência tinham endurecido. O diálogo do ensaísta com o mundo não escoava mais tão facilmente pelo filtro da prosa do autor, como em Montaigne. Um diagnóstico mais completo teria se dado conta, não apenas das servidões que comporta o fato de escrever para um público, mas ainda dos hábitos de leitura e das exigências deste público”.¹⁵

Escritor prolífico no gênero, David Hume publica, anonimamente em 1741, seus *Essays Moral and Political*, que até o final da sua vida sofrerão diversas revisões e alterações editoriais, terminando pela obra póstuma *Essays and treatises on several*

¹³ *Ibid.*, p. 23.

¹⁴ LANGLET, Irène. “L’essai et le discours du savoir: ambigüités d’une contestation”, op. cit., p. 36. Starobinski sugeriu sobre Montaigne que “a palavra é metade daquele que fala, metade daquele que escuta”. STAROBINSKI, Jean. “Peut-on définir l’essai?”, op. cit., p. 193.

¹⁵ KAUFFMANN, R. Lane. “La voie diagonale de l’essai: une méthode sans méthode”, op. cit., p. 194.

subjects.¹⁶ O gênero lhe permitiu, tal como havia permitido a Montagne, a liberdade propícia para o desenvolvimento de seu estilo bem como para tematizar uma pluralidade inusitada de assuntos, que seguem desde comentários sobre o estudo da história até considerações a respeito da avareza, do amor e do casamento, passando por palavras que indagavam sobre a própria condição da escrita ensaística. Hume faz parte inteiramente daquele tipo de sociabilidade que a cultura letrada desenvolve no século XVIII, deixando claro seu apreço pela boa aceitação por parte do público de seus escritos. “É preciso então aceitar a idéia de que em Hume o filósofo e o escritor não fazem senão uma única figura e que a maneira (*manner*) não é simples ornamento acessório da matéria (*matter*)”.¹⁷ Assim, o trabalho do pensamento é inseparável de uma reflexão sobre a forma e o estilo. Hume traduzirá isso em seu ensaio *sobre o ensaio*, publicado pela primeira vez em 1742.¹⁸ Sugere o autor que o mundo daqueles que exercem um trabalho de espírito e que, com isso, se diferenciam dos animais, é dividido entre o grupo dos doutos e o grupo dos mundanos. Conseqüência negativa do século que o precedeu, o divórcio entre os dois grupos acarretou em perdas para o mundo dos livros e para a vida mundana. Entre os estudos eruditos e as práticas de sociabilidade é preciso que se estabeleçam elos de ligação, “pois que meios existem para se encontrar assuntos de conversa capazes de divertir as criaturas racionais, se não se fizer recurso à história, à poesia, à política”, isto é, ao estudo filosófico.¹⁹ Dessa maneira, Hume confere uma legitimidade insuspeita aos seus textos, colocando-se como um “embaixador enviado pelas províncias do saber até as províncias da conversação”; ou seja, os ensaios são a ponte ideal para unir os homens de letras com os homens e mulheres do mundo (sobretudo, com o grupo do *beau sexe*, que reina soberano no domínio das conversas).²⁰ Ecoando os intercâmbios entre erudição e experiência de vida que marcaram os ensaios de Montaigne,²¹ Hume situa, pelo plano comum da escrita ensaística, a reflexão criteriosa da filosofia com a acuidade estilística da arte literária. Nesse sentido, pode-se dizer que o ensaio contribui para a diluição ou deslocamento das fronteiras entre língua culta e uso coloquial, marcando não apenas a vulgarização do

¹⁶ Ver MALHERBE, Michel. “Introduction”. In: HUME, David. *Essais et traités sur plusieurs sujets. Essais moraux, politiques et littéraires (première partie)*. Paris: J. Vrin, 1999.

¹⁷ *Ibid.*, p. 14.

¹⁸ Utilizo a tradução francesa do texto. HUME, David. “L’art de l’essai”. In: *Essais et traités sur plusieurs sujets*, op. cit., p. 285-288.

¹⁹ *Ibid.*, p. 285.

²⁰ *Ibid.*, p. 286.

²¹ Ver STAROBINSKI, Jean. “Peut-on définir l’essai?”, op. cit.

conhecimento mas também uma certa “democratização” (dentro de limites rigidamente precisos, evidentemente) dos usos da linguagem do saber.

É ainda no século XVIII que uma flexão do substantivo acaba por alterar o plano de atuação da escrita. Do plural ao singular, ele assume nas mãos dos *philosophes* certa dignidade de estudo rigoroso, alguns como ensaio histórico, do qual Voltaire se valerá para escrever diversas de suas obras, entre elas o *Essai sur les moeurs*.²² Ao mesmo tempo, contudo, acusações sobre sua possível superficialidade tomam corpo, como a definição dada na *Encyclopédie* de Diderot, em que ele, na sua acepção literária, é caracterizado por “obras nas quais o autor trata de um assunto em particular, mas sem pretender aprofundá-lo nem esgotá-lo, nem enfim tratá-lo em forma e com todo detalhe e toda discussão que a matéria pode exigir”. O autor do verbete chega a se perguntar se, dado o recorrente uso do termo para títulos de obras, tratar-se-ia de modéstia por parte daquele que escreveu ou uma forma de justiça que eles se concedem. Termina, enfim, sugerindo que cabe ao leitor tal julgamento. Antes da acusação, porém, outra definição é colocada para designar obras sobre diversos assuntos, cujo exemplo dado é justamente o de Montagne.²³ Com isso, é feito o resguardo do gênero, já que, por exemplo, Diderot ele mesmo valeu-se do termo para intitular alguns de seus textos.²⁴ Igualmente, uma ruptura nesse momento é notada por Marielle Macé, distinguindo duas facetas da escrita ensaística: Montagne de um lado, o tratado filosófico de outro; ali, os *essais*, aqui, o *essai sur*.

No século seguinte, vislumbra-se ainda a imprecisão do gênero, com tópicos mal definidos e um campo de atuação de limites indistintos. Nem situado, nem nomeado, cabe indagar qual sua posição na organização dos saberes, já que, como salienta Macé, a história do gênero é paralela àquela da especialização dos discursos disciplinares, ou seja, das *écritures savantes*. Dessa maneira, no ambiente de promulgação dos estudos de história nos contextos nacionais, “uma relação entre escrita e pensamento ali se enceta de uma maneira própria ao regime de inteligibilidade histórica que é aquele do século XIX; ela oferece ao gênero do ensaio uma função que é talvez a única a assumir: a de constituição de cenários convincentes de representação de uma cultura por ela mesma.

²² Título da edição de 1756: *Essay sur l'histoire générale et sur les moeurs et l'esprit des nations, depuis Charlemagne jusqu'à nous jours*.

²³ “Essay”. In: *Encyclopédie, ou dictionnaire universel raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres*. Tome V. Paris, 1755, p. 982-983. Além do significado literário, o volume traz ainda sua denotação gramatical bem como um longo texto que discorre sobre o ensaio químico (no sentido evidente de experimentação química).

²⁴ MACÉ, Marielle. “Mémoire du genre”, op. cit., p. 25.

A forma possui uma vocação verdadeiramente ‘instituinte’. Estes ‘ensaios românticos’ são inteiramente orientados em direção à legibilidade da História que é o coração mesmo do projeto de saber do século XIX, como se o gênero fosse próprio a revelar a base surda da epistemologia de seu tempo”.²⁵ Em solo francês, Michelet é exemplo cabível, escrevendo uma história da França de nítida feição “nacionalizante” permeada por escritos sobre o povo, a mulher, a feitiçeira (e ainda sobre o inseto, o pássaro, o mar, etc.). Ensaio e história se ligam menos pelo esforço sistemático da pesquisa do que pela tarefa contundente da escrita. Mais do que uma mera *descrição do real*, a qual pressuporia um discurso marcado pela transparência, o ensaio se coloca como *argumento sobre o real*, denotando a opacidade que caracteriza a presença *ostensiva* do autor na escrita, além da própria mediação que a linguagem ela mesma acarreta. Daí, como sugere Jean Terrasse, sua impossível objetividade, pois ele se alimenta de dois desejos aparentemente contraditórios: o de descrever fielmente a realidade e ao mesmo tempo impor sobre ela um ponto de vista.²⁶

Por outro lado, transcendendo uma vez mais as fronteiras hexagonais do solo pátrio de Michelet, o ensaio ocupa uma pluralidade de outros lugares. Do outro lado do Canal da Mancha, onde cunhou-se o termo *essayste* ainda no século XVII, o espaço público dos periódicos será o espaço por excelência destes autores, entre os quais Thomas Babington Macaulay, que, segundo o francês Littré, era o “príncipe dos ensaístas”.²⁷ Escrevendo depois de Gibbon e antes do “rankeano” Lord Acton, Macaulay elabora um argumento que vale aqui transcrever na integralidade, pensando já nas considerações que mais tarde serão feitas sobre o ensaio em Gilberto Freyre: “a história, pelo menos em seu estado de perfeição ideal, é uma combinação de poesia e filosofia. Ela imprime verdades gerais no espírito (*mind*) por uma representação vívida de caracteres e incidentes particulares. Mas, de fato, os dois elementos hostis dos quais ela consiste nunca foram conhecidos por formar um perfeito amálgama; e, finalmente, em nosso próprio tempo, eles foram completa e professadamente separados. Boas histórias, no sentido próprio da palavra, não temos. Mas nós temos bons romances históricos, e bons ensaios históricos. A imaginação e a razão, se pudermos usar uma metáfora legal, fizeram uma partilha na província da literatura da qual elas foram formalmente confiscadas *per my et per tout*; e agora elas guardam suas respectivas

²⁵ *Ibid.*, p. 28.

²⁶ Ver TERRASSE, Jean. “Michelet et le peuple”, op. cit., p. 65-85.

²⁷ Citado em MACÉ, Marielle. “Mémoire du genre”, op. cit., p. 29.

porções de forma independente, ao invés de guardar o todo em comum”. E continua Macaulay, num tom que poderia evocar aqui o de Gilberto, dizendo que “para fazer o passado presente, para trazer o distante próximo, para nos colocarmos na sociedade de um grande homem ou na eminência que contempla o campo de uma vigorosa batalha, para investir com a realidade da carne e sangue humanos seres os quais estamos muito inclinados a considerar qualidades personificadas numa alegoria, para chamar nossos ancestrais diante de nós com todas as suas peculiaridades de linguagem, modos, e trajés, para mostrar-nos suas casas, para nos sentarmos em suas mesas, para inspecionar os seus velhos guarda-roupas, para explicar os usos de suas mobílias enfadonhas, esta parte da tarefa que propriamente pertence ao historiador foi apropriada pelo romancista histórico (*historical novelist*). Por outro lado, para extrair a filosofia da história, para dirigir nossos julgamentos sobre eventos e homens, para traçar conexões de eventos e causas, e para tirar dos acontecimentos dos tempos idos lições gerais de sabedoria moral e política, tornou-se o negócio de uma classe distinta de escritores.”²⁸ O ensaio não é bem uma boa história, mas também não é todo ele literatura; ao mesmo tempo, ele ocupa o lugar de fronteira entre a realidade histórica apropriada pelo literato e a profundidade analítica que é tarefa de “uma classe” de escritores-filósofos.

Segundo ainda o autor, valendo-se significativamente de metáforas espaciais, a história se divide em aquela que se assemelha a um *mapa*, com toda a técnica de produção que lhe dá origem e que, não sendo trabalho de imitação artística, é desprovido de imaginação, e aquela que parece uma *paisagem pintada*, que, por sua vez, embora coloque diante dos olhos o objeto a ser observado, é carente de *accuracy*, isto é, da exatidão nas dimensões, distâncias e ângulos. Se Walter Scott exemplificaria este último tipo, pois trabalha com olhos de um escultor e “sua intenção é dar uma imagem expressiva e viva de uma forma externa”, Henry Hallan seria o praticante da primeira definição, o qual, com o olhar de um anatomista, tem por tarefa “dissecar o objeto até suas reentrâncias mais íntimas, e assentar exposto diante de nós todas as fontes de impulso e todas as causas de queda”.²⁹ O bom ensaísta, pode-se supor, seria aquele cuja escrita resultaria da combinação entre técnica cartográfica e sensibilidade paisagística. Sobretudo, um texto acessível e circulável pelo seu lugar de produção,

²⁸ Trata-se de uma resenha ao livro de Henry Hallam, *The constitutional history of England*, publicada em 1827 na *The Edinburgh Review*. MACAULAY, Thomas Babington. *Critical and historical essays, contributed to The Edinburgh Review*. A new edition. London: Lonman, Brown, Green, and Longmans, 1850, p. 51.

²⁹ *Ibid.*, p. 51.

favorecido por um ambiente intelectual em expansão e por um renovado paladar literário.

Assim, o ensaio aparece como um gênero de fronteira (o que ainda não é dizer muito), uma espécie de escrita-limite que tem por pretensão traduzir ou transcrever um pensamento que se desenvolve de forma não sistemática e errante, fragmentária e inconclusa, assumindo como objeto de reflexão não apenas a “matéria” mas igualmente a “maneira”. Ele é transformado, sobretudo no contexto alemão do século XX, em lugar de ponderação filosófica quando, além de modalidade de escrita, aparece como indagação teórica. Em outras palavras, se na Inglaterra a tradição ensaística assume, de maneira geral, as vezes de um discurso aberto e público sobre a cultura e na França ela passa a se ligar mais estreitamente à prosa da literatura como forma de crítica literária, na Alemanha trata-se de uma maneira particular de se fazer filosofia, cujo nome notável da segunda metade do século XIX é Nietzsche e, na primeira metade do XX, Walter Benjamin.³⁰ Na Espanha, por outro lado, cultura dada à introspecção onde o gênero pareceu sempre gozar de boa reputação, ele se filia mais abertamente a uma tradição intimista e quase religiosa de pensamento, onde se coloca em primeiro plano, além da questão do “eu”, uma indagação vigorosa sobre a identidade cultural espanhola, em que se destacam nomes como Miguel de Unamuno e José Ortega y Gasset, dos quais Gilberto Freyre era leitor assíduo, projetando em sua obra esta ligação íntima entre o “eu” e a “nação”.³¹

Em suma, portanto, não com a intenção de esboçar uma inócua definição para ele, tampouco com o intuito de produzir sobre ele uma teoria, a partir dessa rápida reconstituição histórica da “memória do gênero”, onde foram levantados apenas alguns poucos momentos marcantes dessa história, pode-se apontar características pontuais que, se não o definem plenamente, fornecem-lhe um estatuto todo particular; características estas das quais Gilberto Freyre se valeu de forma ponderada e consciente para a escrita de *Casa-grande & senzala*. Antes que a atenção se restrinja mais detidamente sobre este livro em particular e o tom ensaístico que embala sua prosa, há

³⁰ R. Lane Kauffmann remonta esta tradição alemã aos escritores românticos de fins do século XVIII e início do XIX, tais como Lessing, Schlegel, Novalis. Para uma análise de três textos fundamentais sobre o ensaio, o de Georg Lukács (*Natureza e forma do ensaio*, 1910-11), de Walter Benjamin (introdução à *Origens do drama barroco alemão*, 1928) e de Theodor Adorno (*O ensaio como forma*, 1958), ver KAUFFMANN, R. Lane. “La voie diagonale de l’essai: une méthode sans méthode”, op. cit., p. 197 e ss.

³¹ Ver sobre a tradição ensaística espanhola, MARCEL, Jean. “Forme et fonction de l’essai dans la littérature espagnole”. In: DUMONT, François. *Approches de l’essai. Anthologie*, op. cit., p. 85-103. E sobre a apropriação feita desta tradição por Freyre, BASTOS, Elide Rugai. “Gilberto Freyre: um escritor ibérico”, op. cit. p. 797-820.

que se apontar alguns elementos contextuais que delinearam uma possível cena intelectual para a emergência do gênero no contexto brasileiro.

Conjectura sobre o ensaísmo histórico no Brasil

É possível aqui se valer de um exemplo histórico significativo que parece servir de contraponto para se pensar a situação brasileira nas primeiras décadas do século XX. Marielle Macé, defendendo a possibilidade de identificar um lugar e uma função para o ensaio em determinados contextos sociais, ainda que uma definição abrangente para o gênero se mostre inacessível, sugere que na França por volta de 1900 o ensaio emerge como produto eminentemente literário, isto é, ligado àquilo que, talvez de uma maneira imprecisa mas por ora suficiente, é definido como discurso da literatura, como uma estratégia de manutenção do valor dessa forma discursiva diante da ascensão de outros campos de saber. Segundo a autora, “os escritores confiaram ao ensaio o cuidado de manter o papel da literatura na evolução do conhecimento, no momento em que as ciências humanas pareciam deslocá-lo (*l'en déposséder*), e muito tempo depois que a prosa literária tivesse rompido com a retórica [...]. Nesse espaço literário autonomizado, separado, e numa relação mais e mais difícil com os *discours savants*, qual podia ser a réplica dos escritores? Ela consistiu na afirmação de um ‘estilo de pensamento’ próprio à tradição literária, e à ilustração do ensaio como obra-prima (*chef-d’oeuvre*) da história francesa. A promoção do gênero torna claro um momento da história da prosa, data uma questão e afirma um valor”.³² Se o final do século XIX é marcado pelo aceleramento na demarcação de fronteiras intelectuais e institucionais entre formas discursivas tornadas díspares e, em muitos casos, incongruentes, a literatura ainda permanece algo mal definido onde, pela própria imprecisão do termo, algo como um discurso ficcional vai encontrar abrigo.³³ O ensaio aparece, então, não apenas como gênero de linguagem, mas como instrumento de escrita adequado para o intuito de reafirmação do campo literário diante de outros espaços de saber: “ele encarna uma tentativa de reconquista do território do pensamento, uma resposta especificamente literária à novas ‘inquietações’ intelectuais, em uma palavra, a manutenção da literatura na construção do saber”.³⁴

³² MACÉ, Marielle. “Introduction”. In: *Le temps de l’essai. Histoire d’un genre en France au XX^e siècle*, op. cit., p. 5.

³³ Ver LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*, op. cit.

³⁴ MACÉ, Marielle. “Introduction”, op. cit., p. 6.

As causas e conseqüências disso para a situação francesa são estudadas por Macé em seu livro, e não convém aqui apontá-las mais detidamente. Tão somente seu diagnóstico é suficiente para as intenções aqui apontadas. Nesse sentido, o contexto literário francês parece surgir como contraponto ao brasileiro na medida em que ele permite aventar a hipótese segundo a qual o ensaísmo de cunho propriamente histórico que desponta no Brasil durante as três primeiras décadas do século XX, de nomes como, por exemplo, Euclides da Cunha, Manoel Bomfim, Oliveira Vianna, Paulo Prado, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, pode ser pensado como imagem especular e invertida do ensaio literário francês: nos trópicos, o gênero faz tradição justamente como forma, não de superação do discurso literário, considerado por Antonio Candido como “fenômeno central da vida do espírito”, mas enquanto uma reorganização das fronteiras disciplinares e ascensão do *discours savant* diante da primazia da literatura como modalidade fundamental de representação da cultura nacional. Em outras palavras, tratar-se-ia, em certa medida, de expandir o campo da história literária, expansão já ensaiada no fim do século XIX, ainda que de forma limitada, sobretudo por um crítico e historiador como Sílvio Romero, que tentava encarar a literatura também a partir de um viés sociológico e etnográfico, com todo o aporte conceitual oriundo de diversos campos científicos. Tal expansão se dava no intuito de abarcar a nação como um todo dado à interpretação, cujo instrumental teórico para isso poderia incluir tanto pressupostos das “ciências naturais” quanto das “sociais”. Nesse sentido, a compartimentação disciplinar ocorrida no século XX, definindo com contornos mais rígidos os limites das “três culturas”, foi realizada em seguida a uma aproximação importante dos campos da ciência em relação à esfera literária. Como salientou Rodrigo Turin para o contexto historiográfico do final do século anterior, “crítica, literatura e história mantiveram-se, portanto, sintomaticamente próximas, compartilhando a tarefa de delimitar os valores da nacionalidade”.³⁵

É importante ressaltar, como fizera Candido, que o ensaio como gênero de escrita no contexto brasileiro remete à convergência formal entre os saberes constituídos no Brasil durante o final do século XIX. A lucidez de um crítico como José Veríssimo permitiu-lhe a constatação disso, ainda na primeira década do século XX, quando ele considerou que “uma das características dos tempos em que vivemos, é o espírito científico que desespecializando-se, se me permitem a feia palavra, buscou penetrar no

³⁵ TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*, op. cit., p. 48-49.

seu hálito todas as concepções humanas”. Sugere ainda que à crítica literária competiu, em tal contexto, os esforços da história, da sociologia, da moral, da fisiologia, da psicologia, das ciências da experimentação e da observação, da exegese religiosa ou clássica (a lista é de Veríssimo).³⁶ De acordo com Roberto Ventura, a “unidade do saber” aspirada pelos autores desde 1870, à diferença da especialização disciplinar que definirá os padrões intelectuais a partir de meados do século XX, demanda um modelo de escrita que torne possível “uma concatenação eclética de teorias e conhecimentos díspares, apresentados como saber ‘universal’”.³⁷ Em outras palavras, o ensaio ocorreria como consequência de uma situação em que estão ainda mal definidas, mesmo que em processo de definição, as fronteiras institucionais entre os vários campos de estudo ocupados em pesquisar a realidade nacional. Maria da Glória Oliveira segue o mesmo raciocínio ao afirmar que, no “terço final do oitocentos, a profusão de obras de temáticas simultaneamente literárias, históricas e etnográficas sinalizava um momento de incipientes delimitações disciplinares em que a crítica, longe de se constituir em especialização, representava uma perspectiva de abertura reflexiva para questões instituídas como ‘nacionais’”.³⁸ Mais especificamente sobre o conhecimento histórico, Hugo Hruby destaca que, “não tão delimitado academicamente como na Europa, o conhecimento histórico achava-se, no Brasil, mesclado com outros campos do saber num momento de grande efervescência intelectual”.³⁹ O fato de um Capistrano de Abreu, por exemplo, encarnando a figura do historiador de *métier*, não ter aceitado a candidatura de entrada na ABL, embora possa denotar uma consciência pessoal de sua atividade, não implica necessariamente um sinal eloquente de repartição dos campos.

Sílvio Romero, por exemplo, encarava a literatura e a história literária como discursos predominantes para se investigar o Brasil e com isso formular uma resposta aos impasses intelectuais que inquietavam sua geração, desde que tal investigação obedecesse também aos princípios epistemológicos das ciências sociais (etnografia,

³⁶ VERÍSSIMO, José. “A crítica literária”. In: VERÍSSIMO, José. *Que é literatura? e outros escritos*. São Paulo: Landy, 2001, p. 72

³⁷ VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 41. Segundo outra perspectiva mais reducionista, o ensaísmo de alguns autores das décadas de 1920 e 30 aparece como produto ideológico de determinações sociais bem definidas, como forma de encobrir as reais condições de dominação na história brasileira: “o eruditismo e o bem escrever constituem o revestimento do ensaísmo social característico dos filhos das oligarquias regionais”. MOTA, Carlo Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*, op. cit., p. 59.

³⁸ OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*, op. cit., p. 17-18.

³⁹ HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*, op. cit., p. 23.

psicologia social, sociologia), da filosofia e de certos ramos das ciências naturais (biologia, fisiologia, geologia). Em seu artigo de 1882 sobre Émile Zola, momento em que, segundo Antonio Candido, ele estava “em boa forma na discussão de teorias críticas”, Romero estabeleceu a afinidade entre literatura e história (sem justapô-las), dizendo que ambas são regidas por uma mesma lei: “a evolução transformista”. Seria por meio da compreensão dessa lei geral que a síntese literária poderia fornecer explicações historicamente consistentes, já que, mencionando uma das principais contribuições do romancista francês, o crítico salienta que “a obra literária não deve ser um acervo de mentiras, mas *um conjunto de documentos humanos tomados ao vivo*”.⁴⁰ E não se pense tratar de texto menor no conjunto da obra do sergipano, afinal ele próprio, no prefácio à primeira edição de sua *História da literatura brasileira*, espécie de prestação de contas pessoal diante dos pares, advertiu ser naquele artigo o lugar onde expusera suas idéias sobre arte e literatura, considerando-as “linhas diretoras” de seu raciocínio crítico.⁴¹ Assim, ele define o escopo de sua obra mestra como o de “encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito, do caráter do povo brasileiro”, considerando-a, antes de uma mera descrição “pinturesca”, uma “história filosófica e naturalista”, tendo como fonte primordial os já citados “documentos humanos” da literatura. Ou seja, Romero parte de uma visão bastante abrangente do que vem a ser literatura, como deixa explícito ao falar sobre o “espírito do livro”, mencionando a tradição alemã de pensamento: a literatura “compreende todas as manifestações da inteligência de um povo: – política, economia, arte, criações populares, ciências... e não, como era de costume supor-se no Brasil, somente as intituladas *belas-letras*, que afinal cifravam-se quase exclusivamente na *poesia!*...”.⁴² Daí o privilégio a ela concedido.

Como ressaltou Antonio Candido em seu estudo sobre o crítico, “a sua longa e constante operação foi, com efeito, elaborar uma história literária que exprimisse a imagem da inteligência nacional na seqüência do tempo – projeto quase coletivo que apenas Sílvio Romero pôde realizar satisfatoriamente, mas para o qual trabalharam gerações de críticos, eruditos, professores, reunindo textos, editando obras, pesquisando

⁴⁰ ROMERO, Sílvio. “Sobre Émile Zola”. In: *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de Antonio Candido. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978, p. 100 e 84, respectivamente (itálico meu).

⁴¹ ROMERO, Sílvio. “Prólogo da 1ª. edição”. In: *História da literatura brasileira*. 1º. Volume. Contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira. 7ª. edição. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980, p. 48.

⁴² *Ibid.*, p. 55 e 58.

biografias, num esforço de meio século que tornou possível a sua História da Literatura Brasileira, no decênio de 80”.⁴³ A tarefa do historiador literário que Romero assumiu para si era, pois, desvelar um sentido próprio para a literatura nacional e, com isso, organizar uma temporalidade original para as letras brasileiras. Rodrigo Turin, dessa maneira, aproxima sem justapor a historiografia propriamente dita da história literária, segundo este anseio em definir um sentido de tempo para a nação, a primeira, tendo por grande exemplo a *Historia geral* de Varnhagen, através do desejo de elaboração de uma correta cronologia histórica, a segunda, exemplificada pela *História da literatura brasileira* de Romero, pelo levantamento e sistematização das obras que definiriam em momentos distintos a literatura brasileira. Nas palavras do acurado estudioso, “o que a história da literatura vinha oferecer era justamente o mapeamento desse processo pelos rastros literários, na medida em que tais rastros sintetizavam o ‘espírito’ da nacionalidade, sem que fosse necessário se deter nas particularidades factuais e nos outros constrangimentos implicados na historiografia *stricto sensu*”.⁴⁴

Embora dela se diferenciasse consideravelmente, a tarefa romeriana fora já instituída pelos românticos da geração precedente, em que o famoso ensaio de 1836 sobre a história da literatura brasileira, escrito por Gonçalves de Magalhães, encontra lugar de destaque. O parágrafo inicial do texto é significativo de suas intenções e da forma particular como, não só o autor mas também alguns pares intelectuais, compreendiam a idéia de nacionalidade. Sendo a literatura aquilo que um povo tem de mais profundo e seu, ela é também sua mais plena e fidedigna expressão, constituindo-se, portanto, como sua fonte por excelência. Pois se os povos perecem com os anos, “escapa a litteratura aos rigores do tempo para anunciar ás gerações futuras qual fôra o character e a importancia do povo, do qual é ella o *unico representante na posteridade*”.⁴⁵ Tal como um termômetro consegue medir as variações do estado da atmosfera, a literatura capta em seu interior as transformações por que passa determinado povo, permanecendo como seu mais autêntico documento e, por extensão, fazendo convergir a compreensão da história de um povo com o estudo de suas manifestações literárias.

⁴³ Citado em TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*, op. cit., p. 49.

⁴⁴ TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*, op. cit., p. 63-64.

⁴⁵ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. “Discurso sobre a historia da litteratura do Brasil”, edição fac-similar da segunda edição (1865) publicada em *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994, p. 21, ou 241 do original (itálico meu).

Tal tarefa foi também assumida, ainda que com particularidades próprias, pela Academia Brasileira de Letras a partir de 1897, cuja escolha dos patronos das cadeiras dos imortais era também, não só uma espécie de constituição do cânone, mas também uma versão literária da história nacional. Joaquim Nabuco, na qualidade de secretário geral da Academia, indicava que tal escolha era, em primeiro lugar, a elaboração de um passado para a própria instituição, quando pronunciou as seguintes palavras: “não tendo antiguidade, tivemos que imitá-la, e escolhemos os nossos antepassados”.⁴⁶ Mas essa escolha significava igualmente uma representação em âmbito nacional, na medida em que era na literatura que se encontrava a essência da nação. Suas palavras são claras: “não tivemos ainda o nosso livro nacional, ainda que eu pense que a alma brasileira está definida, limitada e expressa nas obras de seus escritores; sómente não está toda em um livro. Esse livro, um extrator habil podia, porém, tirel-o de nossa literatura... *O que é essencial está na nossa poesia e no nosso romance*”.⁴⁷ Tal como para Magalhães e para Romero, a literatura na Academia se apresentava como documento vivo do povo, sua privilegiada fonte histórica. Como o próprio Machado de Assis indicou em seu discurso de fundação, tratava-se da manutenção (ele não usaria o termo *invenção!*) de uma tradição. As palavras do bruxo aos seus pares são eloquentes: “já o batismo das suas cadeiras com os nomes preclaros e saudosos da ficção, da lirica, da critica e da eloquencia nacionais é indício de que a tradição é o seu primeiro voto”.⁴⁸ Mesmo que ali se tentasse constituir uma concepção de literatura autônoma, de caráter mais universal e distinto das particularidades políticas e sociais dos contextos históricos, como visto anteriormente, nota-se que o “absenteísmo” propagado por Machado encontrava barreiras naturais em um universo intelectual bastante complexo. A despeito de suas pretensões, a história seria feita também para dentro de suas paredes, mesmo que fosse a história sob um viés literário, o que, nesse sentido, não mudava muito as coisas.

Por sua vez, os “ensaístas históricos”, na imprecisão própria que o termo possa ter, assumiam um projeto que, conquanto trazendo semelhanças no que diz respeito aos

⁴⁶ Levado pela onda modernista dos anos 1920, Graça Aranha será um duro crítico dessa perspectiva ao denunciar o “erro” de se fundar a Academia e do passado fictício ali inventado: “o que vivemos do passado não é nosso, não somos nós”. ARANHA, Graça. “O espírito moderno”. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro. Apresentação crítica dos principais manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 até hoje*. Petrópolis: Vozes, 1971, p. 195. Trata-se de um projeto apresentado à ABL, em julho de 1924, para a incorporação dos “brasileirismos” ao dicionário em elaboração na Academia, projeto rejeitado três meses depois.

⁴⁷ NABUCO, Joaquim. “Discurso de Joaquim Nabuco, secretario geral”. In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, vol. I, julho de 1910, p. 174 (itálico meu).

⁴⁸ ASSIS, Machado de. “Discurso de Machado de Assis presidente (sessão de abertura, em 20 de julho de 1897)”. In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, vol. I, julho de 1910, p. 166.

objetivos (representar e interpretar historicamente a nação), se mostrava um tanto distinto na prática. A literatura, mesmo que ainda consideravelmente central, deixa de ser a “fonte” privilegiada de investigação e o princípio norteador das interpretações formuladas; acima de tudo, ela deixa de ser a única expressão daquilo que definia, em grande parte do século XIX, o nacional, ou seja, a idéia de povo. Se Magalhães encontrava ali o documento vivo da nacionalidade, se Romero percebia nela as definições próprias da nação e se Nabuco a considerava expressão da alma brasileira, as questões passam a mudar de figura. Em outras palavras, pode-se considerar que, no afã de compreensão intelectual do Brasil e da elaboração de uma interpretação social de seu processo formativo, o ensaio histórico, em certa medida, se liberta das amarras da literatura, senão da forma ao menos da documentação exclusivamente literária.

Ao mesmo tempo, o ensaio não se justapõe por completo ao desenrolar da historiografia brasileira propriamente dita, cujo movimento é possível de ser vislumbrado em dois autores canônicos como Francisco Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu, bem como em alguns debates ocorridos no IHGB. No caso do Instituto, desde sua fundação um problema se mostrava na ordem do dia, o da correta periodização da história do Brasil. José Honório Rodrigues retomou a importância da questão em seu *Teoria da história do Brasil*, salientando que “periodizar” não equivalia apenas à seqüência correta dos fatos colocados na ordem cronológica, mas sim à definição de princípios gerais que os ordenassem pelos motivos que definiram suas condições de possibilidade. Rodrigues indica como desde os primeiros momentos do IHGB, o problema assumia dimensões importantes. Na sessão inaugural, o cônego Januário da Cunha Barboza já apresentava preocupações para “determinar-se as verdadeiras épocas da historia do Brazil, e se esta se deve dividir em antiga e moderna, ou quaes devem ser suas divisões”.⁴⁹ A tarefa de periodização era um passo fundamental, portanto, para a adequada interpretação dos fatos históricos, mesmo se a escrita da história, colocada como obra para a posteridade, não se resumisse a isso.

Ainda no contexto da virada do século XIX para o XX, o Instituto não se colocava, como primeiro objetivo, a tarefa de produção de uma síntese abrangente da história do Brasil, contemplando não apenas a descrição dos fatos dignos de figurar em tal empreendimento ou o problema da periodização, mas também um esforço

⁴⁹ O trecho consta na ata da primeira sessão cocrrida de 1 de dezembro de 1838. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, primeira serie, tomo I, 1839, p. 45 (edição fac-similar publicada em 1908).

interpretativo que conferisse um sentido profundo para o processo histórico brasileiro – uma “história filosófica”. Na análise minuciosa feita por Hruby sobre a instituição no período que segue da proclamação da república até o ano de 1912, sobressai a idéia de que o Instituto se atribuía ainda, mantendo a característica definida desde sua fundação, uma posição documental, de coleta, identificação e crítica de fontes; o trabalho final seria legado aos historiadores do porvir, cabendo para o momento “preparar os ‘elementos seguros e esclarecidos para um julgamento futuro’”. Ou seja, “mesmo que a escrita da História do Brasil fosse delegada aos pósteros, os sócios continuariam com a árdua tarefa de reunir documentos e registrar os acontecimentos. Se tal empreendimento não se mostrava tão elevado como seria a consecução do ‘grande livro’, ele mostrava-se difícil de exercer pela requerida imparcialidade do historiador e da sagacidade de sua crítica”.⁵⁰ A posição de Oliveira Lima, na sessão de 22 de abril de 1913, deixa clara tal perspectiva. Ecoando as palavras de Capistrano de Abreu, para quem o Brasil não precisava de história, mas sim de documentos, Oliveira Lima, discorrendo sobre a missão do Instituto em tal contexto, afirmava ser “preferível que na *Revista* sobrelevem os documentos aos ensaios: nós carecemos mais de preparar o material, reunindo o muito que anda disperso, do que urge aproveitá-lo”.⁵¹ O “grande livro” deveria ainda, pelo menos dentro do IHGB, esperar algum tempo.

Já para Varnhagen e Capistrano, a questão assume outras proporções. Se é considerável os avanços por que, de um autor para o outro, a prática historiográfica passou, num desenvolvimento explícito no método de crítica documental, bem como na coleta de fontes para a escrita da história do Brasil (lembrando o trabalho de notação feito por Capistrano à terceira edição da *História geral* de Varnhagen), é igualmente notável a não aptidão de um, segundo o outro, e a não realização por parte deste, segundo estudiosos, de um esforço mais abrangente de generalização dos argumentos oferecidos, e de um trabalho interpretativo que fosse além dos fatos constatados, resultando numa obra de proporções mais abrangentes. Dizendo de outro modo, o insucesso da parte dos dois historiadores (mais em um e menos no outro) em avançar das descrições empíricas para interpretações de caráter propriamente sociológico.

Apesar das intenções esboçadas por Varnhagen quanto ao objetivo de sua grande obra, em que ele tentava não “perder de vista a indispensável condição da unidade” da

⁵⁰ HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*, op. cit., p. 108.

⁵¹ LIMA, Oliveira. “Actual papel do Instituto Historico”. In: *RIHGB*, tomo LXXVI, parte 2, 1913, p. 486.

história pátria, e ciente de que “convinha aproveitar bem a crescente profusão dos materiaes, e sobretudo ligal-os com não inadequado cimento”, parece que o próprio autor reconhecia, numa espécie de retórica da modéstia, sua inaptidão para a tarefa: na construção do “edifício”, “o mesmo edificio reclamava de dia para dia mais habil architecto”.⁵² Capistrano, e mais tarde Oliveira Lima no discurso em homenagem ao patrono de sua cadeira na ABL,⁵³ lamentava o fato de que Varnhagen jamais conseguiu ir além dos fatos, sugerindo ele que o Visconde de Porto Seguro “poderia excavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar misterios, nada deixar que fazer a seus successores no terreno dos factos: comprehender, porém, taes factos em suas origens, em sua ligação com factos mais amplos e radicaes de que dimanam; generalizar as acções e formular-lhes a theoria; representa-las como consequencias e demonstração de duas ou tres leis basilares, não conseguiu, nem consegui-lo-ia”. Faltava a Varnhagen, segundo o autor de *Capítulos de história colonial*, “espírito plastico e sympathico”, já que “a história Historia do Brasil não se lhe afigurava um todo solidario e coerente”; faltava-lhe, sobretudo, o passo fundamental que tornasse sua história uma história filosófica nos moldes projetados e sugeridos para a história do Brasil por von Martius e que, já para o final do século XIX, assumiria ares cada vez menos “filosóficos” do que propriamente sociológicos. Capistrano chega a indicar mais especificamente as deficiências do “primeiro historiador”, quando diz ser “pena que ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas creadoras que nos ultimos annos se constituiram em sciencia sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, elle não podia vêr o modo por que se elabora a vida social. Sem elle as relações que ligam os momentos successivos da vida de um povo não podiam desenhar-se em seu espirito de modo a esclarecer as differentes feições e factores reciprocamente”.⁵⁴ Varnhagen não acompanhava, no entender de Capistrano, os desenvolvimentos da teoria científica de seu tempo.

No caso do historiador cearense, as coisas se tornam mais complexas. Não são poucos os autores a lamentar o fato de o próprio Capistrano jamais ter realizado plenamente uma tal empreitada, a escrita de uma história sociológica do Brasil. Um de

⁵² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brazil*, tomo primeiro, op. cit., p. 11.

⁵³ “Faltava-lhe para isto [se aproximar de autores tais como Michelet e Taine], mais do que uma faculdade psicologica aguçada por solida e moderna preparação scientifica, a injente obra critica que aquelles outros escritores contavam amparal-os”. LIMA, Oliveira. “Discurso do Sr. Oliveira Lima (por conta da sua recepção, em 17 de junho de 1903). In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, vol. I, julho de 1910, p. 446.

⁵⁴ ABREU, J. Capistrano de. “Necrologio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro”, op. cit., p. 138-140.

seus maiores estudiosos, sem desqualificar os avanços por ele empreendidos, afirma que suas obras “marcam um momento crítico de nossa historiografia, uma revolução modernista *que não se completou*”; faltava ainda, pode-se pensar, a síntese nacional.⁵⁵ Não obstante, José Honório, retomando a velha questão colocada desde os primórdios do IHGB, reconhece o lugar único concedido ao historiador, já que “sua periodização não é só objetiva, empiricamente baseada nas fontes materiais e nos fatos, mas sociológica [...] Pela primeira vez se põe em relêvo as formas e os motivos fundamentais econômico-sociológicos de cada período individual e se deixa em aberto as relações de comportamento entre êsses fundamentos e as superestruturas ideais”.⁵⁶ Capistrano marcaria um passo adiante de Varnhagen, rumo à “história filosófica” do Brasil, pois “não é só nos fundamentos sócio-econômicos ou nos subfundamentos naturais e antropológicos que êle vai buscar a categoria histórica de um período. É também – e aí tôda a grandeza lógica de suas seções temporais – nos fins, nas regras de vida, nos sentimentos e ideais de cada círculo que êle busca as fronteiras de suas épocas”.⁵⁷ Mas parece que o passo não foi dado até o fim.

Faltou a ele, talvez, um gosto mais apurado pela escrita que lhe permitisse escrever a grande história que ele era capaz de fazer e que dele era esperada.⁵⁸ Assim, alguns comentadores mencionaram esse “incompleto” do trabalho de Capistrano, do qual José Honório falou nos anos 1960. José Veríssimo, já em 1907, comentando a publicação dos *Capítulos*, considerou que o livro “não é, infelizmente, ainda a obra completa e definitiva (quanto uma história o pode ser), que só talvez os seus longos, constantes e aproveitados estudos da matéria e seguro saber dela, nos podiam dar, e que tanta [falta] faz à nossa cultura”.⁵⁹ Sílvio Romero, por sua vez, foi um tanto mais cruel: “nós mesmos, durante mais de trinta anos, nos deixamos iludir, e chegamos a esperar, com ansiedade, a *História do Brasil*, prometida por Capistrano. Sabíamos que êle é grande conhecedor dos nossos fatos históricos [...] Mas, após dez anos de espera, reconhecemos que o seu saber é puramente *micrológico* e de minúcias, sem relêvo de espécie alguma”. E, quase que repetindo as palavras de Capistrano sobre o visconde de Porto Seguro, acrescenta que “falta-lhe a vida, o calor, a imaginativa, a capacidade

⁵⁵ RODRIGUES, José Honório. *Vida e história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 90 (itálico meu).

⁵⁶ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil*, op. cit., p. 133-134.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 136.

⁵⁸ OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*, op. cit.

⁵⁹ Citado em VIANNA, Helio. “Ensaio biobibliográfico”. In: ABREU, J. Capistrano de. *O descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Martins Fontes; Biblioteca do Exército, 2001, p. LXXII.

sintética, o talento de narrar, a filosofia dos fatos, a amplitude generalizadora, a perspicácia analítica”, seguido pela estocada fatal: “em suma, faltam-lhe todos os dotes dos grandes historiadores”.⁶⁰ Henri Hauser, professor francês convidado para compor os quadros docentes da Universidade do Distrito Federal, sugeria em 1937 que ele tinha contra si “o fato de não ter o seu nome ligado a uma grande obra, de aparecer como um ensaísta”.⁶¹

Maria da Glória Oliveira, tratando das íntimas ligações entre investigação e escrita na obra do historiador, mostra como que, incansável leitor, Capistrano ia sempre postergando a escrita de uma história do Brasil que ele planejava desde muito tempo antes de se tornar o renomado pesquisador. Em seu pormenorizado estudo, a autora sugere que a falta de uma preocupação com a escrita de uma obra em proporções mais abrangentes deu lugar a uma estratégia particular: a escrita por capítulos. Nas suas palavras, “ela corresponderia, enfim, à instauração de um regime de escrita cujos dispositivos de validação não se encontrariam, exclusivamente, na explicitação do aparato crítico utilizado pelo historiador, mas na coerência explicativa própria do texto que ele elaborou”.⁶² E isso não se reflete apenas na confecção do *Capítulos de história colonial*, mas no conjunto de uma obra produzida, sobretudo, através de textos mais curtos e publicada em suportes periódicos, onde ele “derramava seu saber”, nos dizeres de Helio Vianna, e que foram reunidos posteriormente pela Sociedade Capistrano de Abreu. Assim, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* e as séries de *Ensaio e estudos* apenas reúnem escritos dispersos ao longo de uma intensa vida de pesquisas.

Mas a situação se torna ainda mais complicada dadas as críticas tecidas por ele às deficiências na obra de Varnhagen. É certo que a *História geral* não ousou os grandes vãos teóricos tão desejados pela geração seguinte, mas é certo também que a primeira edição da obra almejava constituir-se como um texto “pleno”, mesmo que não ainda nos

⁶⁰ ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Tomo quinto. Diversas manifestações na prosa reações antirromânticas na poesia. 5ª. edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954, p. 1979-1980, n. 1.

⁶¹ Citado em VIANNA, Helio. “Ensaio biobibliográfico”, op. cit., p. LXXV. Evidentemente, o termo “ensaísta” é utilizado de forma distinta a que aqui se tenta conceber, dado o tom até certo ponto pejorativo que apresenta na afirmativa: o ensaio não seria uma “grande obra”. Peter Burke lembra uma passagem de Philippe Ariés em que este menciona sua ambição, na França dos anos quarenta, em escrever um ensaio histórico, mesmo que para aquele contexto “estes dois termos, ensaio e história, parecessem ser contraditórios”. Citado em BURKE, Peter. “O pai do homem: Gilberto Freyre e a história da infância”, op. cit., p. 796.

⁶² OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*, op. cit., p. 160.

moldes que a idéia de plenitude iria mais tarde alcançar.⁶³ De qualquer maneira, Varnhagen tenta de diversas maneiras “cercar” seu objeto, por meio de vários elementos textuais que enriquecem a estrutura material do livro com o claro intuito de preencher suas lacunas: por exemplo, há notas nas margens, que visam situar o leitor na cronologia; há notas nos pés de páginas, que remetem os leitores às obras citadas; há notas ao final do volume, que pormenorizam os argumentos ou esclarecem certos pontos da crítica historiográfica salientados no corpo do texto; há ainda cópias similares de documentos mencionados. Dessa maneira o autor ambiciona dotar de plena autenticidade seu registro, tornando evidente o trabalho de erudição que embasou sua escrita.

Por sua vez, em Capistrano há como que um lapso entre crítica e escrita que se mostra também na maneira como seus textos são apresentados. Chamou a atenção de José Honório Rodrigues o fato de, nos *Capítulos*, não haver notas eruditas, justamente em um autor para quem a crítica era condição primeira de trabalho. No ano seguinte, em 1907, seria inclusive publicado o primeiro volume da edição anotada por ele da *História geral* de Varnhagen, na qual o discípulo como que corrige e supera o mestre. Para José Honório, a razão reside na ocasião: tratava-se de um texto feito sob encomenda, com prazo de entrega constantemente cobrado e com limite baixo de laudas previamente estipulado. Mas um tema em particular, o descobrimento do Brasil, sobre o qual Capistrano dedicara uma tese em 1883 e um artigo em 1900, apontam o hiato fundamental que caracteriza o autor: como Ricardo Benzaquen já mostrou, o primeiro deixa claro a obra de um erudito preocupado com a crítica documental; o segundo, indica o trabalho de um narrador interessado em ordenar o tempo histórico.⁶⁴ É Maria da Glória de Oliveira quem novamente encaminha a reflexão. Para ela, o projeto de Capistrano era composto pelas duas etapas convergentes: o aspecto da crítica que o legitimaria enquanto historiador capacitado pelo correto manejo do instrumental metodológico, em que a prestação de contas com a tradição, isto é, com Varnhagen, tem lugar; e a reescrita da história, procurando quebrar os “quadros de ferro” varnhagenianos e estabelecendo um outro sentido de tempo: “a escrita da história do Brasil depois da obra do Visconde de Porto Seguro exigia que fossem bem delimitados

⁶³ “O texto do historiador aparece, de início, como um texto pleno [...] Ele tem sua coerência própria, sua estrutura, que constitui, por si mesma, uma argumentação e indica quais teses ele tende a demonstrar”. PROST, Antoine. “L’histoire s’écrit”. In: *Douze leçons sur l’histoire*. Paris: Éditions du Seuil, 1996, p. 265.

⁶⁴ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Ronda noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu”, op. cit.

os seus períodos em um encadeamento mais exato dos fatos, ou seja, tornara-se impreterível uma nova ordenação do *tempo da nação*".⁶⁵

Tais considerações indicam um lugar específico na tradição de escrita da história que aqui apenas parcialmente se reconstitui. Embora "incompleta" a sua obra, Capistrano aparece como um indício de transição para onde convergem a intenção interpretativa estabelecida pela historiografia literária e a intenção erudita defendida pelos historiadores "convencionais". Depois de constatar o não cumprimento do ideal sociológico na história de Varnhagen, ele deixou claro suas expectativas: "esperamos que alguém, iniciado no movimento do pensar contemporâneo, conhecedor dos métodos novos e dos instrumentos poderosos que a ciência põe à disposição de seus adeptos, eleve o edifício, cujos elementos reuniu o Visconde de Porto-Seguro", e que esse alguém "escreva uma história da nossa Pátria digna do século de Comte e Herbert Spencer. Inspirado pela teoria da evolução, mostre a unidade que ata os três séculos que vivemos. Guiado pela lei do *consensus*, mostre-nos o *rationale* de nossa civilização, aponte-nos a interdependência orgânica dos fenômenos, e esclareça uns pelos outros. Arranque das entranhas do passado o segredo angustiante do presente, e liberte-nos do empirismo crasso em que tripudiamos".⁶⁶ Seriam os chamados "intérpretes do Brasil" aqueles que avançariam pelos meandros das "novas" teorias científicas e ofereceriam aos leitores brasileiros, através de suas tentativas de explicar e compreender o Brasil, respostas para o "segredo angustiante" do seu presente. A escrita ganharia em sentido filosófico ou sociológico, como se queira chamar, mesmo que às custas de uma preocupação mais intensa com os critérios da crítica.

A conjectura que se levanta, portanto, é a de que *o ensaio histórico das primeiras décadas do século XX desponta no limiar entre as intenções sintéticas da história literária e as pretensões eruditas da historiografia convencional*. É legítimo, assim, defini-lo como o esforço de sistematização de uma realidade histórica, não se resumindo à simples concatenação dos fatos em períodos, sem uma atenção detida em relação ao método crítico historiográfico, mas também sem a redução documental proposta pela história da literatura, em que a ideia de fonte era, de maneira geral,

⁶⁵ OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*, op. cit., p. 159.

⁶⁶ ABREU, J. Capistrano de. "Necrologio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro". In: *Ensaio e estudos (crítica e história)*. 1ª. série. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, p. 140-141.

sinônimo de *texto literário*.⁶⁷ Assim, colocado entre a literatura e a crítica histórica, abre para o ensaio interpretativo todo o campo das ciências sociais (inclusive na medida organicista que as aproximava das ciências naturais), justamente no contexto em que a sociologia como disciplina não dispunha ainda de meios institucionais definidos para sua autonomia. Não é à toa, portanto, que autores considerados ensaístas, tais como um Euclides da Cunha, um Oliveira Vianna ou um Gilberto Freyre, cheguem a figurar como “pais” do saber sociológico no Brasil: a disparidade das obras indica a imprecisão do atestado de paternidade. Antonio Candido, por exemplo, já definiu *Os sertões* como demarcador de fronteiras: “livro posto entre a literatura e a sociologia naturalista, *Os sertões* assinalam um fim e um começo: o fim do imperialismo literário, o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira”.⁶⁸ O ensaio no Brasil não é apenas o texto na fronteira entre a arte e a ciência, como se costuma dizer, mas o modelo de escrita que permite aglutinar campos disciplinares que hoje são tidos por distintos; ele é o ponto de junção propício para as “três culturas”, sua forma privilegiada de discurso.

Características do ensaio histórico

Em sua conferência sobre “O ensaio”, realizada na Academia Brasileira de Letras em 2000, Eduardo Portella sugere uma vida longa para o gênero nos trópicos. Com seus cerca de cento e cinquenta anos de história, ele teria passado por fases distintas de elaboração: começa com o romantismo, e não custa lembrar o discurso de Magalhães sobre as letras nacionais; avança pelo que é por ele definido como “publicismo”, em que o gênero assume plenamente sua posição no espaço público do contexto intelectual, sendo a forma por excelência dos polemistas e dos historiadores literários das últimas décadas do século XIX; em seguida, Portella sugere um modelo novo para o ensaio, quando ele adota uma feição propriamente narrativa, sendo Euclides da Cunha seu fundador (mesmo que, salvo engano, ele jamais utilize o termo para

⁶⁷ É importante notar a precisão conceitual estipulada por José Veríssimo já nos primeiros momentos do século XX, a partir da qual ele diferencia “história literária” de “história da literatura”, em aberta polêmica contra Silvio Romero. Para o crítico paraense, a primeira dizia respeito ao conjunto amplo de textos escritos, sejam eles crônicas, registros de viagens, memórias, romances, poesias, etc; já a segunda se restringia apenas aos escritos de literatura, ou seja, aqueles ligados à esfera da emoção. Ver VERÍSSIMO, José. “Sobre alguns conceitos de Silvio Romero”. In: *Que é literatura? e outros escritos*, op. cit., p. 248-249. Na sua história da literatura brasileira, Romero dedica páginas a cronistas e historiadores, ou seja, realiza aquilo que Veríssimo define como história literária.

⁶⁸ CANDIDO, Antonio. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, op. cit., p. 122.

definir seus textos); o quarto momento importante é aquele mais salientado pelo senso comum, o dos “grandes intérpretes do Brasil nos anos 30”; culminando, por fim, no ensaio de teor filosófico e, sobretudo, na crítica literária durante o século XX.⁶⁹ Como se percebe, a indefinição inerente ao termo lhe permite vestir, de acordo com o contexto, roupagens as mais variadas possíveis. Interessa aqui, entretanto, delimitar o gênero em sua feição marcadamente historiográfica.

No contexto brasileiro, a expressão “ensaio histórico” data, pelo menos, do ano de 1850, com o texto introdutório para a publicação do *Florilégio da poesia brasileira* de Varnhagen, texto que tinha por título “Ensaio historico sobre as letras no Brazil”.⁷⁰ Como seria de se esperar em uma publicação com caráter de antologia, o texto não alcança mais do que a enumeração cronológica de autores com curtas digressões sobre suas respectivas obras. O historiador chegaria ainda a definir sua obra maior, a *Historia geral do Brazil*, como “ensaio”, embora se tratasse ali menos de uma definição de gênero do que a demonstração de modéstia intelectual, como se vê na dedicatória escrita ao imperador e em outra passagem quando sinaliza a obra ainda como tentativa, pois ensaio é “que tal lhe devemos por em quanto chamar”.⁷¹ O termo manteria o uso durante o século XIX. Por exemplo: um dos seus sócios, Franklin Américo de Menezes Dória, o Barão de Loreto, publica na revista do IHGB, em 1897, um texto tendo por título *A independencia do Brazil. Ensaio historico*.⁷² É certo, porém, que o termo ainda não possuía a conotação de síntese interpretativa, voltada para o estudo dos princípios (sociológicos, psicológicos, etnográficos, históricos, etc.) definidores de uma noção de nacionalidade, que seria dada algumas décadas depois, denotando apenas uma idéia de aproximação com o tema, um estudo incompleto sem pretensões de generalização, ou seja, algo distinto de uma “história filosófica”.

Convém ressaltar que o ensaísmo se desenvolve, nas décadas finais do século XIX e no início do seguinte, a reboque da expansão dos meios de comunicação mais abrangentes, como os jornais e os, mesmo que escassos, periódicos de divulgação cultural. Para Sérgio Miceli, “no início do século XX, o jornalismo tornara-se

⁶⁹ PORTELLA, Eduardo. “O ensaio”, op. cit.

⁷⁰ [VARNHAGEN, Francisco Adolfo de]. *Florilégio da poesia brasileira*, ou colecção das mais notaveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biographias de muitos delles, tudo precedido de um ensaio historico sôbre as letras no Brazil. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850, p. IX-LIV (na folha de rosto não consta indicação de autoria).

⁷¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brazi*, tomo primeiro, op. cit., p. 478.

⁷² DORIA, Franklin. “A independencia do Brazil. Ensaio historico”. In: *RIHGB*, tomo LIX, parte 2, 1897, p. 151-203.

compatível com o status de escritor”.⁷³ Nesse sentido, João Alexandre Barbosa identifica marcas da escrita jornalística nos ensaios brasileiros.⁷⁴ Mas não é exagero pensar que ele é uma tentativa de superação dessa escrita, dado o seu caráter notadamente efêmero, comercial e sujeito às pressões políticas que definiam o mercado editorial. Mesmo para autores ligados estritamente à atividade literária, o jornalismo era uma questão a ser discutida, dadas as suas características negativas mas também devido às suas qualidades e potencialidades como meio de divulgação. Não era outra a preocupação de João do Rio ao colocar a pergunta sobre o jornalismo em seu inquérito literário publicado em 1907.⁷⁵ Muitos anos antes, Capistrano já levantava o problema, considerando de forma otimista o desenvolvimento dos jornais no Brasil.⁷⁶ Por sua vez, para além de um escrito de conjuntura, o ensaio se pretende algo mais duradouro e, sobretudo, algo com uma feição mais nítida de *obra*, isto é, como um trabalho propriamente de *autor*, se considerarmos que o jornalismo na república velha era, entre outras coisas, um espaço de propagação de pseudônimos e lugar privilegiado para a polêmica de conjuntura. Ao mesmo tempo, como sugeriu João do Rio, o trabalho jornalístico quando reduzido apenas à prática da reportagem, criava obstáculos para uma “escrita autoral”, isto é, aquela ligada à preocupação estética ou crítica. Assim, segundo apontamento de Nelson Werneck Sodré sobre o período, “aos homens de letras, a imprensa impõe, agora, que escrevam menos colaborações assinadas sobre assuntos de interesse restrito do que o esforço para se colocarem em condições de redigir objetivamente reportagens, entrevistas, notícias”.⁷⁷ Miceli salienta ainda que “a expansão da imprensa modifica a relação que os escritores mantêm com suas obras, uma vez que ela expropria os produtores do monopólio que detinham sobre seus instrumentos de produção e, ao mesmo tempo, modifica a própria estrutura das instâncias de consagração e o volume e as espécies de ganho daí derivados. O êxito e a consagração não são mais concedidos às obras ‘raras’ de um autor individual, mas sim aos grupos de escritores associados em empreendimentos intelectuais coletivos (jornais, etc.), que tendem a se tornar ao mesmo tempo as principais instâncias de

⁷³ MICELI, Sérgio. “Poder, sexo e letras na república velha (estudo clínico dos anatolianos)”. In: *Intelectuais à brasileira*, op. cit., p. 54.

⁷⁴ BARBOSA, João Alexandre. “Pequenas variações sobre o ensaio”. In: *Entre livros*. Cotia: Ateliê Editorial, 1999, p. 33-38.

⁷⁵ JOÃO DO RIO. *O momento literário*, op. cit.

⁷⁶ ABREU, J. Capistrano de. “A literatura brasileira contemporânea”. In: ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos*, 1ª. série, op. cit., p. 61-107.

⁷⁷ Citado em MICELI, Sérgio. “Poder, sexo e letras na república velha (estudo clínico dos anatolianos)”, op. cit., p. 56.

consagração”.⁷⁸ Isto é, seja pelo recurso à pseudonímia ou pela produção em coletivo, o jornalismo parece diluir a função autoral que singulariza determinada escrita; quando muito, ele tende a reduzir, por inúmeras razões, a liberdade de escrita dos autores, assim como torna essa escrita algo efêmero e de efeito conjuntural.

Por essa razão, estabelecendo a primazia do autor que se encontra, de maneira geral, desvinculado de instituições produtoras de saber, o ensaio permitia a realização de um exercício mais detido e pessoal de reflexão, com todos os elementos que fazem parte da tarefa de pesquisa, com as precisões conceituais que ela demanda, sem, por outro lado, perder de vista o alcance abrangente e perene por ele visado e, sobretudo, a perspectiva “filosófica” de interpretação.⁷⁹ É nesse sentido, portanto, que ele consegue assumir ao mesmo tempo o caráter de explicação histórica e de síntese sociológica demandado pelo contexto em questão, como as já mencionadas críticas de Capistrano a Varnhagen (e de outros autores a Capistrano), permitiram concluir. De igual maneira, sendo praticado no espaço público de discussão originado pelo desenvolvimento do jornalismo, o ensaio histórico no Brasil cumpre também a função já indicada para o caso inglês do século XVIII, de articulador entre os meios das conversas ilustradas e mundanas e os meios das produções eruditas. As palavras de Paulo Prado, que em 1925 publicou *Paulística*, são algo além de simples retórica da modéstia, ao definir seu texto como “méros ensaios, sem pretensões eruditas, contendo talvez duas ou tres ideas aproveitáveis para maior estudo e desenvolvimento”.⁸⁰

O ensaísta histórico, nas primeiras décadas do século XX, é ele também um polígrafo, com um espaço de atuação razoavelmente amplo, não ficando restrito a apenas um campo disciplinar ou um único lugar institucional. Alguns exemplos podem aqui ilustrar tais considerações. A publicação, em 1920, do *Populações meridionaes do Brazil*, de Oliveira Vianna é típica das questões levantadas. Versões iniciais dos capítulos que o compõem foram primeiramente publicadas em meios de divulgação periódica, desde 1917, no caso a *Revista do Brasil*, editada em São Paulo por Monteiro

⁷⁸ MICELI, Sérgio. “Poder, sexo e letras na república velha (estudo clínico dos anatolianos)”, op. cit., p. 57.

⁷⁹ É interessante notar também que o sucesso ou não de alguns ensaios definiam a entrada (ou não) dos autores em agremiações literárias, como foi o caso, por exemplo, de Euclides da Cunha e Oliveira Vianna, ambos ingressando tanto no IHGB quanto na ABL apenas após a publicações de seus principais livros.

⁸⁰ PRADO, Paulo. *Paulística. Historia de S. Paulo*. São Paulo: Companhia Graphico-Editora Monteiro Lobato, 1925, p. V.

Lobato.⁸¹ A revista, que se pretendia um “mensário de ciências, letras, artes, história e atualidades”, colocava a si mesma uma função bastante peculiar. Como aponta Sérgio Miceli, “os responsáveis pela linha editorial buscaram em outras e novas formas de produção erudita um contrapeso às matérias literárias e mundanas até então predominantes, e puderam comprovar a existência de um público disposto a consumir algo distinto das revistas ilustradas que então floresciam”.⁸² Ou seja, o periódico se destinava a um público nascente que, pode-se dizer, exigia algo a mais do que o mero entretenimento; ele se preocupava com questões que demandavam também do lado da recepção esforços intelectuais consideráveis. Assim, a pretensão interpretativa de Vianna é explicitada desde o prefácio à primeira edição (publicada pela editora de Lobato sob a etiqueta importante do ponto de vista simbólico, “Edição da ‘*Revista do Brasil*’”⁸³) ou seja, “compreender o valor do elemento histórico na formação da psicologia dos povos”. Para ele, tratava-se de “investigar na poeira do nosso passado os germens das nossas ideias actuaes, os primeiros albôres da nossa psychê nacional [pois] o passado vive em nós, latente e obscuro, nas células do nosso subconsciente. Elle é que nos dirige ainda hoje com a sua influencia invisivel, mas inevitavel e fatal”.⁸⁴ Em outras palavras, a chave de compreensão da nacionalidade encontrava-se toda ela, embora oculta, no passado da nação, sendo necessário uma espécie de “desvelamento” da realidade. Interpretar o Brasil equivalia, nesse sentido, retirar o véu que encobria sua essência.

Em outra passagem, Vianna explicita com todas as letras o que era demandado ao se pretender olhar para o passado. A referência é longa mas elucidativa, pois indica as amplas projeções do ensaísmo histórico. Segundo o autor, “para a perfeita compreensão do passado, a investigação científica arma hoje os estudiosos com um systema de methodos e uma variedade de instrumentos, que lhes dão meios para delle fazerem uma reconstituição, tanto quanto possível, rigorosa e exacta. No estado actual da sciencia historica, o texto dos documentos não basta só por si para fazer reviver uma epoca, ou comprehender a evolução particular de um dado aggregado humano. E’ preciso que varias sciencias, auxiliares da exegese historica, completem com os seus

⁸¹ Ver *Revista do Brasil*, anno II, vol. V, n. 20, agosto 1917; anno II, vol. VI, n. 23, novembro 1917; anno II, vol. VI, n. 24, dezembro 1917; anno III, vol. VIII, n. 31, julho 1918.

⁸² MICELI, Sérgio. “Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)”, op. cit., p. 91.

⁸³ Para Miceli, “a *Revista do Brasil* tornou-se o empreendimento editorial de maior prestígio antes de 1930”. *Ibid.*, p. 91. Lúcia Lippi de Oliveira afirma que o periódico marcou uma guinada no meio editorial brasileiro em virtude de seu viés nacionalizante e sua atenção aos problemas sociais. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*, op. cit., p. 119.

⁸⁴ VIANNA, F. J. Oliveira. *Populações meridionaes do Brazil*, op. cit., p. I.

dados as insuficiências ou obscuridades dos textos documentarios, ou expliquem pelo mecanismo das suas leis poderosas aquillo que estes não podem fixar nas suas paginas mortas. O culto do documento escripto, o fetichismo litteralista é hoje corrigido nos seus inconvenientes e nas suas insuficiências pela contribuição que á philosophia da historia trazem as sciencias da natureza e as sciencias da sociedade. Estas principalmente abrem á interpretação dos movimentos sociaes do passado possibilidades admiraveis e dão á sciencia historica um rigor que ella não poderia ter, si se mantivesse adscripta ao campo da pura exegese documentaria”.⁸⁵ Dentre as ciências capazes de auxiliar na investigação histórica, a antro-po-geografia, a antro-po-sociologia, a psyco-physiologia, a psicologia coletiva, ou seja, todo um leque de ciências sociais cada qual com seus autores específicos, seus procedimentos de pesquisa e suas especificidades teóricas. Mas acima de tudo, tratava-se de um conjunto de “sciencias novas”; daí a diferença fundamental que separa a historiografia do XIX em relação ao ensaio histórico do século seguinte, diferença essa cara a Capistrano de Abreu, ansioso por explicações de cunho sociológico para a história pátria.

Mas, muito diferente do que Capistrano poderia esperar, a crítica significativa de Vianna ao “culto do documento escrito” levava também a uma situação de impasse, pois o recurso ao acervo conceitual oferecido pelas ciências em voga parecia colocar de lado, pelo menos no âmbito da escrita histórica, certos aspectos fundamentais da crítica erudita. Era como se a atenção dirigida aos conceitos colocasse em risco os aspectos de verificação requeridos para a historiografia; pior ainda, era como se a simples utilização dos conceitos adequados fosse condição suficiente para legitimar a representação do passado pretendida. Fica a impressão, nesse sentido, que o *princípio de veracidade* na história se deslocava do documento para a teoria. Interpretar historicamente a realidade parecia ser menos um trabalho penoso e demorado de coleta e crítica das fontes, base fundamental do trabalho de Varnhagen,⁸⁶ do que a aplicação correta de um filtro conceitual que, para além das aparências imediatas, conseguisse fazer apreender um nível mais profundo da experiência, não totalmente disponível à pesquisa empírica. Nesse sentido, em alguns ensaístas se nota certos descuidos quanto à utilização da documentação.

⁸⁵ *Ibid.*, p. II-III.

⁸⁶ “Começamos por colligir notas e documentos; trabalho improbo que nos consumiu muito annos; mas que era indispensavel para se apurar a verdade em muitos factos, desconhecidos uns, outros transtornados ou offuscados pelo tempo”. VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *Historia geral do Brazil*, op. cit., p. 11.

Oliveira Vianna, quando da elaboração do *Populações meridionaes*, parecia não ser um “homem de arquivo”, mesmo que a obra tenha colaborado para o seu ingresso, em 1924, no IHGB. Normalmente as referências à documentação feitas no decorrer do livro são retiradas de obras de terceiros ou documentos publicados na revista do Instituto. É evidente que este recurso não invalida por si só sua argumentação; o problema que se coloca reside na aceitação muito rápida daquilo que está contido no documento, tornando-o também, nesse sentido, um partidário daquilo que havia já criticado, o culto irrefletido ao documento escrito. Um exemplo torna clara essa perspectiva: na seção IV do décimo capítulo, o autor discorre sobre o caráter agressivo dos mestiços durante a colônia, embora se tratasse menos de uma aptidão inata do que de uma função social por eles desempenhada. Para tanto, cita o que considera “uma prova historica impressionante e suggestiva”. O documento fora publicado pelo Instituto Histórico, de cuja revista é citado. Diz respeito ao assassinato de um capitão-mór, em 1650, no Campo dos Goytacazes, e traz uma descrição física dos criminosos suspeitos. Vale à pena reproduzir por inteiro a citação para notar o uso feito por Vianna.

“Manoel Ribeiro Caldeira: espigado de corpo; gadelha grande e crespa. Antonio Silva: cincoenta annos; pretalhão; com uma cutilada na cara; gadelha meio crespa; pouco alto de corpo e não muito cheio de carnes. Hyeronimo Dias: alto de corpo; cheio de carnes; pretalhão; vermelho de cara; barba meio ruiva; cabello grande. Francisco d’Arruda: homem de poucas carnes; de meia estatura; bigode ruivo, cabello preto e crespo”.⁸⁷ A partir disso o autor tece sua interpretação: “em todos esses sicarios a mestiçagem é visivel, clarissima”. O documento é, pois, essa representação transparente da realidade que permite mesmo *ver* o real, de forma clara e límpida. Depois de mencionar os indícios que comprovariam a qualidade de mestiço dos indivíduos, Vianna chega ao limite mesmo da suposição abusiva: “um parece até facinora profissional, porque traz na face um gilvaz expressivo, uma ‘cutilada’, que denuncia o veterano do crime”. Deste caso pontual, então, passa-se à projeção mais ampla, de forma a procurar sustentar o argumento geral já levantado: “esse documento é uma prova eloquentissima da funcção aggressiva e criminal do mestiço em nossa historia e

⁸⁷ VIANNA, F. J. Oliveira. *Populações meridionaes do Brazil*, op. cit., p. 191.

confirma o testemunho unanime dos chronistas coloniaes”.⁸⁸ O documento é forçado até a beira do improvável de forma a confirmar a tese previamente elaborada.⁸⁹

O próprio autor reconhece o fato e parece não ver problemas nele. Num dos adendos que constam na quarta edição,⁹⁰ Vianna responde às críticas, feitas entre outros por Alcântara Machado, sobre a alusão à riqueza e opulência dos paulistas do século XVII e XVIII, fundada no uso do cronista Pedro Taques de Almeida e sua *Nobiliarquia paulistana*.⁹¹ Segundo os críticos, a posição de Taques não era condizente com fontes tais como os inventários dos antigos bandeirantes. Vianna, então, explicita sua posição: “de mim para mim, não acredito que Taques mentisse integralmente. Houve, embora episodicamente, riqueza e esplendor naquela época e entre aqueles intrépidos devassadores de florestas e campos”. Resulta disso o relativismo quanto à utilização da fonte: “como quer que seja, porém, *falsa ou verdadeira* a narração de Taques, em que me fundei para evocar as galas e louçanias do prístimo viver paulistano, *nada disto terá efeito sobre a tese central [...] Esta tese é verdadeira – e as páginas iniciais, se fossem eliminadas, não alterariam de modo algum a solidez desta conclusão*”.⁹² A perspectiva chega a ser curiosa, pois o autor não tenta sequer indicar outras fontes que corroborariam sua posição; para ele, bastava que a tese central, isto é, a teoria, fosse válida. Escrever a história significava certamente algo mais do que a submissão cega às fontes; o problema é quando se as desconsiderava absolutamente, deixando de lado a matéria própria dos estudos históricos em proveito de apriorismos teóricos fracamente fundamentados.

Essa mesma idéia, guardadas certas particularidades, já é possível de perceber em outro autor significativo, Manoel Bomfim. Desde o prefácio ao *América Latina* o leitor fica ciente do que deve ali encontrar. As palavras são do autor: “vem aqui a exposição de uma theoria, construida com os factos e as deducções como nol-os apresenta a sciencia”. Dessa maneira, como mais adiante é colocado, “toda doutrina que se apoia sobre a observação e a analogia, e se accorda com as leis geraes do universo,

⁸⁸ *Ibid.*, p. 192.

⁸⁹ Francisco Iglésias ressalta no livro “passagens de pouco equilíbrio, chegando quase ao delírio de imaginação e falta de rigor crítico”. IGLÉSIAS, Francisco. “Leitura historiográfica de Oliveira Vianna”. In: BASTOS, Elide Rugai; MORAES, João Quartim de (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*, op. cit., p. 318.

⁹⁰ Não pude investigar a partir de que edição eles foram inseridos na obra. A quarta edição é de 1938, sendo as duas precedentes de 1922 e 1933, respectivamente. O adendo deve ser ou de 1933 ou mesmo de 1938.

⁹¹ Em 1929, Alcântara Machado publicara o seu *Vida e morte do bandeirante*, com extensa pesquisa sobre inventários e testamentos.

⁹² VIANA, Oliveira. “Addendum”. In: *Populações meridionais do Brasil*, op. cit., p. 1171 (itálico meu).

deve ser tida como verdadeira até prova do contrário”.⁹³ E é de fato o que ele oferece no livro: uma teoria sobre o processo de parasitismo social que marca a formação histórica das nacionalidades latino-americanas. Os procedimentos de reconstituição histórica que embasam a teoria, isto é, a representação do passado estudado, é feito sem o respaldo de documentos referenciados. O autor não cita costumeiramente suas fontes, muito embora aponte os autores que fundamentaram sua teoria bem como aqueles dos quais discorda profundamente. A razão para isso, pelo menos no livro de 1905, é dada pelo próprio Bomfim, quando informa as condições de elaboração do texto: escrito em Paris, depois de nove anos de estudo, onde podia consultar apenas suas notas pessoais.⁹⁴ Mas no ensaio posterior, de 1929, *O Brazil na America*, sinalizado como obra complementar ao *America Latina*, mesmo se o sentido declaradamente utópico deste tenha cedido lugar ao sentimento de desilusão explícito naquele, fica clara a escolha do autor: para o estudo da experiência colonial, “para destacar-lhes a feição geral, o pensamento não se perderá nos desvãos da erudição, nem dispensará energias para efeitos sómente litterarios”.⁹⁵ Nem o cuidado erudito, nem a atenção estética, apenas o esforço de generalização amparado pela teoria.⁹⁶

Novamente, pode-se usar Capistrano de Abreu para servir de parâmetro comparativo entre o ensaio histórico e a prática efetiva da pesquisa histórica, já que o historiador procurava deixar evidente em seus textos uma das características fundamentais do trabalho historiográfico, isto é, a capacidade de duvidar dos documentos. Esse princípio da dúvida se traduzia em dois procedimentos convergentes: de um lado, exigia precaução para as assertivas feitas, sendo elas dependentes de um respaldo empírico legítimo; de outro, levava o autor a trabalhar de acordo com as probabilidades do registro histórico, sempre cuidadoso no uso de fórmulas como “talvez”, “é possível”, “provavelmente”, etc.⁹⁷ Mesmo se os *Capítulos*, como já salientado, não trouxessem referências eruditas que permitissem ao leitor “refazer” os caminhos da pesquisa, nota-se no autor um cuidado com os documentos distinto daquele

⁹³ BOMFIM, Manoel. *A America Latina. Males de origem*, op. cit., p. XI-XII.

⁹⁴ *Ibid.*, p. X.

⁹⁵ BOMFIM, Manoel. *O Brazil na America. Caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929, p. 8.

⁹⁶ Para André Moysés Gaio, “a ausência de recurso a fontes primárias, abusando, portanto, da intuição e do impressionismo, compunha, junto com os procedimentos críticos acima mencionados [o recurso às teorias oferecidas pelos diversos campos de saber], o repertório da quase deslegitimação dos ensaístas do período”. GAIO, André Moysés. *Modernismo e ensaio histórico*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 25.

⁹⁷ Como bem notou OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*, op. cit., p. 120 e ss.

que se percebe em Vianna e Bomfim.⁹⁸ Em outro trabalho de caráter bastante diverso, posto que se pretendia um manual didático de história do Brasil para o ensino superior, a saber, o livro de João Ribeiro publicado originalmente em 1900, nota-se ainda o cuidado erudito do historiador.⁹⁹

Ribeiro alega desde a introdução não ser ali o lugar para “dissertações filosóficas”, ou seja, para um esforço mais contundente de teorização sobre a história pátria (característica fundamental dos ensaios interpretativos), embora ele apresente o que chama de “idéias gerais” sobre o correto movimento histórico na formação do Brasil. Interessa notar, entretanto, certas precauções tomadas pelo autor quanto à veracidade das informações relatadas, sempre fazendo uso de flexões tais como “é provável”, “provavelmente”, “não se sabe bem”, quando o exame da documentação não permite a segurança das assertivas. Por outro lado, em algumas oportunidades a dúvida é elidida em proveito de afirmativas construídas segundo o respaldo de fontes consideradas seguras. No primeiro capítulo do livro, há inclusive uma seção intitulada “questões e dúvidas”, na qual Ribeiro, filólogo e historiador, retoma discussões sobre determinados fatos, discutindo à luz dos documentos disponíveis a probabilidade das versões existentes sobre eles. Ou seja, parte do procedimento didático da obra se assenta firmemente sobre os princípios definidores da erudição histórica.

Paulo Prado, por sua vez, ocupa um lugar singular nessa temática. Seu *Retrato do Brasil* (1928) é reconhecidamente um dos mais importantes ensaios históricos escritos à época. Segundo consta, sua “conversão” aos estudos históricos teria se dado após a leitura dos *Capítulos* de Capistrano de Abreu, com quem cultivou uma relação bastante próxima tanto pessoal quanto profissionalmente.¹⁰⁰ Nesse sentido, apesar de advertir o leitor, na nota que abre a quarta edição, de 1931, que se tratava de um “ensaio

⁹⁸ Gaio situa Capistrano na tradição ensaísta, embora com algumas precisões que culminam numa apreensão reducionista do historiador cearense: “alguns ensaístas cuja preocupação foi apenas fazer uma revisão crítica quanto a fatos, particularmente quanto à elucidação de datas, estabelecimento dos contornos precisos de certos personagens, atualização de textos produzidos no século XIX, descoberta da autoria de documentos e livros que datavam do século XVII e seguintes”. GAIO, André Moysés. *Modernismo e ensaio histórico*, op. cit., p. 25-26.

⁹⁹ O livro foi publicado primeiramente na ocasião das comemorações do quarto centenário do descobrimento do Brasil, com uma acolhida favorável por parte da crítica. Utilizo a 17ª. edição, revista e aumentada por Joaquim Ribeiro. RIBEIRO, João. *História do Brasil. Curso superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960.

¹⁰⁰ Ver CALIL, Carlos Augusto. “Introdução”. In: PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 8ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 9 e ss. Ronaldo Vainfas lembra que “a Capistrano, Paulo Prado prestou todo o apoio possível para a edição de textos raros e, após a morte do mestre, em 1927, fundaria a Sociedade Capistrano de Abreu e relançaria a principal obra de Capistrano, os *Capítulos de história colonial*”. VAINFAS, Ronaldo. “Introdução”. In: SANTIAGO, Silvano (coord.). *Intérpretes do Brasil*. Vol. 2, op. cit., p. 8.

puramente philosophico”,¹⁰¹ isto é, elaborado segundo uma generalização sobre a formação nacional (a tristeza *histórica* do brasileiro) sem se preocupar com as miudezas da erudição, a relação com Capistrano deve tê-lo alertado para uma série de requisitos fundamentais para um escrito historiográfico. Assim, toda a trama argumentativa do autor está fundamentada em ampla documentação (cronistas, viajantes, cartas de jesuítas e de colonos, relatórios oficiais, documentos da Inquisição, registros de historiadores, etc.), na grande maioria das vezes referenciada em notas de pé-de-página, o que distingue nitidamente o seu livro das obras de Vianna e Bomfim acima mencionadas. Não há ali, evidentemente, uma análise crítica das fontes, no sentido da erudição proposta por Varnhagen e Capistrano, mas nota-se a preocupação do autor em criar o lastro documental para o seu ensaio.

Dessa maneira, um crítico atento como o próprio João Ribeiro chega a dizer de Paulo Prado que ele “é um historiador no melhor sentido em que podemos classificá-lo, não há a menor dúvida. Conhece minuciosamente os fatos, tem uma larga documentação, e poucos como ele poderiam gabar-se da erudição que adquiriu do nosso passado”.¹⁰² Não obstante o elogio sobre o recurso aos documentos, o filólogo questiona justamente o *uso* feito deles; ele que não era dado a “dissertações filosóficas”, critica as generalizações, quiça abusivas, do ensaísta. Para Ribeiro, a falha estava, não na ausência de crítica, mas na escolha das fontes utilizadas, pois, em suas palavras eloqüentes, “os documentos como os *clássicos* provam o que se deseja”.¹⁰³ Enfim, o parecer do resenhista parece tocar no âmago da questão ensaística: “é uma pintura magnífica em que não reconhecemos o original mas admiramos os efeitos de luz e a modelação e distribuição das massas, retrato de avô longínquo que faria excelente figura numa galeria de antepassados”.¹⁰⁴

Entre uma “teoria geral” (uma “história filosófica”) e a atenção erudita sobre as fontes, desdobra-se o lugar do ensaio histórico. Caio Prado Jr. esboçou a idéia ao dizer que o *Evolução política do Brasil* seria menos uma “história do Brasil” do que um “simples ensaio”: uma “síntese da evolução política do Brasil” e não “a sua história completa”. Ele indica com isso a preocupação não com a totalidade do processo, mas

¹⁰¹ PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. 4ª. edição, op. cit., p. 5.

¹⁰² Resenha publicada no *Jornal do Brasil* em 1928, reproduzida em PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*, op. cit., p. 224.

¹⁰³ Não custa retomar aqui a célebre formulação de Paul Valéry, de que “a história é o produto mais perigoso que a química do intelecto já elaborou [...] A História justifica aquilo que se quer. Ela não ensina rigorosamente nada, pois ela contém tudo, e dá exemplos de tudo”. VALÉRY, Paul. “De l’histoire”. In: *Regards sur le monde actuel*. Paris: Gallimard, 1945, p. 35.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 226.

com a “resultante média” ou “linha mestra” dos fatos, interpretados, como se sabe, sob um viés (“relativamente novo”, nas suas palavras) marcadamente materialista.¹⁰⁵ Fica claro no decorrer da obra que Caio Prado não se preocupou com uma investigação intensa “de primeira mão”, mas sim apenas em oferecer *outra* interpretação com base nas próprias histórias até então escritas.¹⁰⁶ Por isso, talvez, nesse ensaio não se vê uma pesquisa mais intensa *a partir* dos documentos, como se verá mais tarde no *Formação do Brasil contemporâneo*, sendo eles citados, costumeiramente, através de terceiros, na obra de outros autores.¹⁰⁷ Assim, a distinção entre o “reflexo exterior” dos acontecimentos e o “íntimo da nossa história”, passível de ser apreendido apenas quando se supera o nível puramente empírico da investigação, coloca em dois planos distintos e separados a pesquisa dos fatos e a interpretação do processo. Foi Paulo Prado, contudo, quem melhor definiu a intenção, no *post-scriptum* de seu livro mais conhecido: o esforço seria pela “especulação dedutiva”, e não pelo estabelecimento dos acontecimentos, e assim, intentava-se “chegar á essência das coisas, em que á paixão das ideas geraes não falte a solidez dos casos particulares”. Isso implicava, por sua vez, “considerar a historia, não como resurreição romantica, nem como sciencia conjectural, á alleman; mas como conjunto de meras impressões, procurando no fundo mysterioso das forças conscientes ou instinctivas, as influencias que dominaram, no correr dos tempos, os individuos e a collectividade”.¹⁰⁸ Com isso, outra característica emerge desse gênero de estudo: a fluidez cronológica.

A relativa desimportância que a cronologia desempenha no escrito ensaístico se deve menos a um puro e simples descaso em relação às datas históricas do que a uma compreensão generalizada de um sentido continuísta na história, sendo este o que permite os altos vôos das generalizações filosóficas. Em Bomfim, o parasitismo social que caracterizou o período colonial permaneceu vigente atravessando o império e marcando a relação Estado e sociedade durante a república. Para ele, tratava-se de um

¹⁰⁵ PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil. Colônia e império*. 21ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 7. A passagem se encontra no prefácio à primeira edição. Nesta, publicada pela Empresa Gráfica Revista dos Tribunais em 1933, o subtítulo, retirado nas edições posteriores, era “ensaio de interpretação materialista da História do Brasil”.

¹⁰⁶ “Os historiadores, preocupados unicamente com a superfície dos acontecimentos [...] esqueceram quase que por completo o que se passa no íntimo da nossa história de que estes acontecimentos não são senão um reflexo exterior”. *Ibid.*, p. 7-8.

¹⁰⁷ Ver PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo. Colônia*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.

¹⁰⁸ PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. 4ª. edição, op. cit., p. 187. Ronaldo Vainfas, opondo “livro de história” a “ensaio interpretativo”, define o “estilo ensaístico” como sendo “mais reflexivo do que demonstrativo”. VAINFAS, Ronaldo. “Introdução”, op. cit., p. 15.

“passado horrendo e tenaz que nos persegue”, um *passado que não passa* e que continua a produzir na sociedade brasileira seus malefícios.¹⁰⁹ Com isso, tratando a experiência passada por atacado, o escritor se sente autorizado a desconsiderar precisões cronológicas que, por outro lado, dariam ensejo a verdadeiras querelas historiográficas, dada a preocupação recorrente no século XIX com a correta periodização da história brasileira.¹¹⁰ A displicência com a datação é característica também do *Populações meridionaes*, que toma o passado, sobretudo o colonial, como um todo homogêneo, embora no livro haja um dado distinto. Vianna “zera” a cronologia histórica de maneira a tratar dos quatro primeiros séculos da história brasileira, não como séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, mas sim como séculos I, II, III, IV. Era como se o autor vislumbrasse apenas um “tempo nacional”, como que desvinculado do contexto mais amplo. Em certa medida, se o objeto de estudo é a formação da “psique nacional”, e como o nosso passado, com “apenas” quinhentos anos, é “mais curto” que o das sociedades européias, como o próprio autor alega, o recorte fica justificado, não sem indicar uma certa pretensão do autor. Pois não havia ele sugerido que “nós todos não somos sinão uma colleção de almas, que nos vêm *do infinito do tempo*”?¹¹¹ Dado o “infinito do tempo”, a nova sincronização dos séculos indicaria uma história pré-descobrimento e outra pós-descobrimento, relativamente deslocada uma da outra. Afinal, para o autor a história pátria não parece existir senão com a presença de europeus em seu espaço geográfico, e a partir disso constituiria uma totalidade temporal a ser compreendida em bloco. De qualquer forma, esse não é um ponto (o da cronologia) que alguns ensaístas se preocuparam em explorar com mais rigor. Mais uma vez, é Paulo Prado quem oferece as razões formais para tanto. Diz o autor sobre o seu *Retrato do Brasil*: “este ‘Retrato’ foi feito como um quadro impressionista. Dissolveram-se nas côres e no impreciso das tonalidades as linhas nitidas do desenho e, como se diz em gyria de artista, das ‘massas e volumes’, que são na composição historica a chronologia e os factos. Desapparecem quasi por completo as datas”, restando não mais que a “dedução especulativa” *sobre os factos*.¹¹² Os contornos externos dos objetos são diluídos de modo a, com o olhar afastado do aporte filosófico (e da teoria), favorecer uma visão distinta e homogênea do conjunto.

¹⁰⁹ BOMFIM, Manoel. *A America Latina. Males de origem*, op. cit., p. 398.

¹¹⁰ Por exemplo, ainda em 1900 João Ribeiro dedicara longas páginas à discussão sobre a correta data do descobrimento do Brasil, alegando que a data 3 de maio, segundo a correção do calendário gregoriano, seria improcedente. RIBEIRO, João. *História do Brasil. Curso superior*, op. cit., p. 38 e ss.

¹¹¹ VIANNA, F. J. Oliveira. *Populações meridionaes do Brazil*, op. cit., p. I (itálico meu).

¹¹² PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. 4ª. edição, op. cit., p. 187.

Outra característica que salta aos olhos dos leitores do gênero é o caráter pragmático que boa parte de seus praticantes conferem aos escritos. Para Oliveira Vianna, antes de outras coisas, o seu livro se mostra como algo útil, algo voltado para a ação prática no presente: “o problema da nossa salvação tem que ser resolvido com outros criterios, que não os criterios até agora dominantes. Devemos d’oravante jogar com factos, e não com hypotheses, com realidades, e não com ficções, e, por um esforço de vontade heroica, renovar nossas ideas, refazer nossa cultura, reeducar nosso character”. Essa reeducação passa necessariamente pela análise da composição, estrutura e mentalidade do povo. Dessa maneira, o livro tem uma lição a oferecer: “com esse intuito – de trazer aos responsaveis pela direcção do paiz, para o conhecimento objectivo do nosso povo, uma pequena contribuição – é que emprehendo esses ensaios”.¹¹³ Afinal, conhecer uma nação e os elementos que a constituem é também uma maneira eficaz de agir sobre ambos. Isso pouco tem a ver com uma possível reatualização da *historia magistra vitae*, já que os ensinamentos são oriundos menos do passado do que da correta interpretação dele, feita de acordo com as perspectivas do presente.¹¹⁴ É a análise, e não os fatos por si sós, o que carrega a lição. Paulo Prado igualmente acreditava que desvelar o “segredo do passado” era o caminho seguro para “a decifração dos problemas de hoje”. Quanto a estes, o diagnóstico poderia ser o mesmo de um clínico do século XIX, qual seja, o atavismo nacional: “o Brasil, de facto, não progride; vive e cresce, como cresce e vive uma creança doente no lento desenvolvimento de um corpo mal organizado”.¹¹⁵ A nação, tal como um organismo, sofria de uma patologia crônica, agravada pela situação social e pela apatia política. “Sobre este corpo anemico, atrophiado, balofo, tripudiam os politicos”. O médico surge então desesperançoso quanto às medidas homeopáticas, pois “para tão grandes males parecem exgotadas as medicações da therapeutica corrente: é necessario recorrer á cirurgia”. Apenas duas soluções lhe pareciam à época adequadas, a guerra e a revolução, sendo a primeira logo descartada. Resta que apenas a segunda teria condições de representar uma “força nova” capaz de destruir as chimeras do passado” e fazer o Brasil acordar do seu “sono colonial”. O despertar significa também um horizonte de expectativa, e com esse sopro de otimismo, espécie de mecanismo compensatório, o autor encerra seu ensaio: “a confiança no futuro que não póde ser

¹¹³ VIANNA, F. J. Oliveira. *Populações meridionaes do Brazil*, op. cit., p. XII.

¹¹⁴ Ver ainda VIANNA, Oliveira. “O valor pragmatico do estudo do passado”. In: *Revista do Brasil*, anno IX, vol. XXVI, n. 108, dezembro 1924, p. 289-305.

¹¹⁵ PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. 4ª. edição, op. cit., p. 204.

peior do que o passado”.¹¹⁶ Note-se que ele não faz recurso de casos revolucionários outrora acontecidos para sustentar sua posição; o passado, neste caso, não fornece a lição a ser copiada. O pragmatismo ensejado é menos por uma concepção de história mestra da vida, repleta de ensinamentos para a posteridade, do que por certas urgências originadas no próprio presente em que se vive.

A utilidade conferida ao ensaio histórico, se olhada com as lentes dos requisitos científicos da historiografia, coloca também uma questão epistemológica sobre a objetividade do relato. Pois, esse caráter pragmático do gênero opera no sentido de criar condições para os autores de intervir na vida política nacional: se há, no período, já uma autonomia na atividade intelectual em relação ao campo da política propriamente dito, como sugeriu Sérgio Miceli, havia ainda modos de intervenção adequados para não se romper absolutamente a ligação entre o mundo letrado e a sociedade.¹¹⁷ O ensaio interpretativo era um deles.¹¹⁸ E nesse ponto, talvez, nenhum dos autores foi mais direto (e sincero) que Manoel Bomfim, estabelecendo, através da linguagem, o lugar discursivo que a ciência parece não ocupar plenamente, cedendo espaço para outros elementos. Com o intuito que carrega o *America Latina*, “seria preciso, acreditam certos críticos, uma fôrma impassível, fria e impessoal: para taes gentes, todo o argumento perde o character scientifico sem esse verniz de impassibilidade [...] Não; prefiro dizer o que penso, com paixão que o assumpto me inspira; paixão nem sempre é cegueira, nem impede o rigor da logica [...] A paixão da linguagem, aqui não dissimulada, traduz a sinceridade com que essas cousas fôram pensadas e escriptas”.¹¹⁹

Aparentemente, a situação não está tão longe do patriótico-imparcial de Varnhagen, na metade do século XIX, momento mesmo em que a historiografia nacional procurava se constituir e se firmar. Desde a dedicatória ao imperador o visconde de Porto Seguro deixou clara sua perspectiva ambivalente: “ao alistar-me em

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 204 e ss.

¹¹⁷ MICELI, Sérgio. “Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)”, op. cit.

¹¹⁸ Se a virada do século marcou, em alguns autores, um determinado sentimento de “literatura como missão”, na década de 1920, segundo sugere Milton Lahuerta, instaura-se uma “crise de identidade social entre a intelectualidade”, levando-a a repensar o seu lugar na sociedade. Expressão dessa consciência foi esboçada por Mário de Andrade em 1932, para quem o problema do intelectual teria perturbado a atividade criadora dos artistas brasileiros. O que estava em jogo, no fundo, era a reconstrução das formas de se pensar a nação, o que normalmente se define, para a “geração dos intérpretes”, como a *redescoberta do Brasil*. Ver LAHUERTA, Milton. “Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização”. In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, p. 93-114.

¹¹⁹ BOMFIM, Manoel. *A America Latina. Males de origem*, op. cit., p. XI-XII. Ver comentários gerais a respeito da postura de Bomfim em GONTIJO, Rebeca. “Manoel Bomfim, ‘pensador da história’ na primeira república”. In: *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, 2003, p. 129-154.

último lugar entre os cronistas da Terra de Santa Cruz, *afanei-me por estremar patrioticamente os factos importantes, e por os referir com maior imparcialidade*".¹²⁰ Obviamente nesse caso, "patriotismo", isto é, escrever a partir do ponto de vista da pátria, e "imparcialidade", ou seja, sem favor a qualquer das partes envolvidas, não eram coisas excludentes. Para a historiografia brasileira durante o século XIX, como afirma Rodrigo Turin, "a sinceridade afetiva que motiva a escrita não interfere, portanto, na sinceridade científica do relato, antes a reforça".¹²¹ Mas a aparência de continuidade entre as duas posturas, a da historiografia oitocentista e do ensaísmo histórico durante as primeiras décadas de 1900, pode ocultar uma diferença importante. Se no primeiro caso, tratava-se do esforço de estabelecer precisamente *o que era* a nação brasileira, no segundo, parece, os autores voltaram-se propriamente para o campo de *ação sobre a pátria*. Dito de outra maneira, trata-se da diferença que separa uma forma de escrita voltada para a *questão nacional*,¹²² o que significa definir a nação representando-a, de outra atenta aos *problemas brasileiros* no sentido de solucionar o país, por meio de sua interpretação. Uma das conseqüências mais visíveis disso é o lugar do tempo presente nas duas perspectivas: a historiografia oitocentista no IHGB, a despeito dos anseios do imperador, considerava inviável uma história imediata, dados os requisitos de objetividade e imparcialidade assumidos pelos seus membros, enquanto que o ensaísmo histórico, por sua vez, não via problemas em fornecer explicações a partir da experiência contemporânea. O exemplo mais evidente, neste caso, é o livro-denúncia de Euclides da Cunha, que conseguiu criar mecanismo bastante eficazes de distanciamento em relação ao objeto, aliando a atuação do homem de letras com uma avaliação histórica do próprio presente.¹²³

Em traços largos, esses são alguns dos elementos importantes para se destacar sobre a idéia de ensaio histórico no Brasil durante a república velha. A intenção não é elaborar uma definição ampla e acabada do gênero, como uma espécie de bolsão onde todos os escritos mencionados encontrariam lugar e seriam intercambiáveis, mas apontar as linhas gerais que permitem precisar minimamente o seu campo de atuação; campo em que Gilberto Freyre atuou de forma ímpar.

¹²⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brazil*, op. cit (itálico meu).

¹²¹ TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro*, op. cit., p. 78.

¹²² Uso a expressão meramente para marcar a oposição, sem os significados dados a ela por Lúcia Lippi Oliveira. Ver OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*, op. cit.

¹²³ Sobre as implicações de uma história do tempo presente para a historiografia do século XIX, ver CEZAR, Temístocles Américo Correa. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen*. 2 tomes. Thèse de doctorat en histoire. Paris: EHESS, 2002, p. 62 e ss.

Gilberto Freyre ensaísta

O panorama geral desenhado nas seções precedentes sobre o ensaísmo histórico brasileiro se, por um lado, custou uma certa distância em relação ao objeto principal da tese, correndo o risco de abrir demasiadamente o problema levantado, por outro, propiciou ganhos teóricos consideráveis, já que ele permite agora situar com mais precisão o que significa falar sobre o ensaio em *CG&S*. Dizer “Gilberto Freyre ensaísta” é certamente chover no molhado, afinal parece fazer parte de uma evidência incontornável o fato de Gilberto desde sempre ter assumido para si esse gênero de escrita e inclusive fazer dele objeto de uma defesa acirrada, misturando-o entre o discurso abertamente literário e o exclusivamente científico. Entretanto, salvo algumas poucas análises, o tema não foi ainda desenvolvido de maneira mais proveitosa, não apenas para a compreensão da obra do sociólogo, mas para o entendimento mais vasto sobre suas implicações para a historiografia brasileira, justamente no momento compreendido entre a primazia de dois lugares institucionais importantes para a escrita da história no Brasil: o IHGB, até o último quartel do século XIX, e as universidades, a partir de meados do século seguinte.

Alguns comentários sobre a temática podem ser arrolados para se perceber isso. A começar por um artigo mais recente, “Entre o inferno e o paraíso: o ensaio de Gilberto Freyre”, publicado por Silvana Moreli Vicente, significativamente em uma revista de estudos lingüísticos. A intenção da autora é tentar verificar se o ensaio de Freyre “pode ser incluído no paradigma de um gênero ou forma literária caracterizado pela abertura, fluidez e ambigüidade”. A terminologia por ela utilizada, que parece tentar precisar o objeto, não sucede, todavia, a escapar da inconstância conceitual: fala-se em uma “impureza literária horizontal” que contaminaria os diversos escritos do autor de Apipucos, situando sua escrita em um “gênero de intervalo, de transição ou literatura *in potentia*” que seria o ensaio. Assim, conclui-se que “o espaço textual da *casa-grande* e da *senzala* pode ser visto como um mosaico de micronarrativas cujo objetivo seria evocar o universo recuado no tempo dos antepassados” e, assim sendo, “em *Casa-grande & Senzala*, Freyre encarna o espírito ensaístico ao apresentar, como em fascinante mosaico, uma multiplicidade de perspectivas que mantém o leitor sempre desperto”.¹²⁴ O tom elogioso (“fascinante mosaico”) não esconde o fato fundamental: ao

¹²⁴ VICENTE, Silvana Moreli. “Entre o inferno e o paraíso: o ensaio de Gilberto Freyre”. In: *Estudos Lingüísticos*, XXXIV, 2005, p. 680-685.

multiplicar as ambigüidades (“impureza literária”, “gênero de intervalo”, “mosaico de micronarrativas”) a autora nada mais fez do que reafirmar a evidência. É bem verdade que ficou no artigo um indício um pouco mais preciso: o ensaio seria uma forma predominante no pré-modernismo e no modernismo. Sem entrar ainda no mérito da utilização dos termos, percebe-se que o artigo em nada avançou a discussão sobre os nexos entre texto e contexto. Quais as razões para o mencionado predomínio? Que relações se pode estabelecer entre uma situação política e social (a república velha), um momento cultural (modernismo) e um gênero discursivo (o ensaio, no caso, histórico)?

Em outro trabalho, o ensaio de Gilberto é igualmente analisado sob uma perspectiva oriunda dos estudos literários e lingüísticos, propriamente de uma “estilística da enunciação”. Estudando a construção do estilo de escrita na elaboração de *CG&S*, numa abordagem marcadamente distinta da que aqui se intenta, Vânia de Barros Falcão defende que “Gilberto Freyre produziu um texto científico numa linguagem que se considerou literária. Tal afirmativa, cada vez que é reproduzida, introduz uma nova reflexão sobre a questão do estilo de Freyre, incompreendido por muitos e alvo de diversas críticas, principalmente por que *fugia ao cânone* que identificava uma obra como sendo científica”.¹²⁵ Sem precisar com maiores detalhes o que constituiria tal cânone, a autora não fornece elementos para que se percebe em que medida e como Freyre fugiria a ele, já que é moeda corrente entre os estudiosos ressaltar a porosidade, para aquele momento, entre campos científicos e literários, e naqueles mais precisamente, entre as ciências naturais e as sociais. Mas ela recorre à noção de ensaio para reafirmar o lado “alternativo” do escrito freyreano, a partir da definição do gênero dada por Massaud Moisés no seu *Dicionário de Termos Literários*, de 1974. Assim, segue que “o ensaísta *não busca provar ou justificar as suas idéias nem se preocupa com lastreá-las eruditamente*”; ele visa antes comover seu leitor do que persuádi-lo.¹²⁶ Fica a impressão de que há nesse estudo uma grade muito forte que encerra os termos “literário” e “científico”, uma dicotomia tal que apenas um gênero tão polivalente quanto impreciso pudesse ocupar o espaço criado no intervalo entre ambos. Mas, no final das contas, a balança parece pesar para um dos lados, e *CG&S* aparece como alternativa à linguagem científica: “aquela linguagem na qual deveriam ser escritas as obras científicas é um sistema fechado e institucionalizado que não se curva facilmente

¹²⁵ FALCÃO, Vânia L. S. de Barros. *Casa-grande & senzala: um espaço textual de tramas e confluências*, op. cit., p. 180 (itálico meu).

¹²⁶ MOISÉS, Massaud. “Ensaio”. In: *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1974, p. 177 (itálico meu).

a transformações e às novas possibilidades que surgem a partir de movimentos sociais e culturais”;¹²⁷ o ensaio histórico, por outro lado, escaparia a tal fechamento disciplinar.

Como se vê, o jogo antitético ciência *versus* literatura parece não avançar muito as discussões, senão por outras razões, pelo menos pelo fato de que não se intenta ali definir com rigor o que seja ciência e o que seja literatura, quanto mais o que as distingue tão nitidamente. As imprecisões levam inclusive, em alguns casos, à oposição entre “ensaio literário” e “ensaio sociológico”, aquele caracterizado propriamente pela qualidade de “seduzir o leitor”.¹²⁸ Mas estes poucos e bastante recentes exemplos não são regra geral, nem a sua proximidade temporal se constitui como novidade.¹²⁹ Há casos em que, por variações diversas, a temática do ensaio é levantada de forma a tornar mais rica e complexa a questão.

É o exemplo do curto, mas repleto de desdobramentos, artigo de Francisco José Rodrigues, premiado em terceiro lugar no concurso promovido pelo Instituto Joaquim Nabuco ao se comemorar os quarenta anos de *CG&S*.¹³⁰ Rodrigues ressalta, para o contexto dos anos 1920 e 30, o anseio intelectual de “redescoberta” do Brasil, salientando duas formas discursivas que preponderaram entre os intelectuais: o “romance nordestino”, notadamente o de caráter social ligado à representação de uma determinada realidade regional, e o “ensaio”, propriamente de feições sociológicas e históricas. A análise empreendida do ensaio gilbertiano, conquanto parta das relações entre ciência e literatura (“o insólito que realiza de conciliar o científico com o literário”¹³¹), não se contenta simplesmente em permanecer no terreno ambíguo de fronteira, nem se resume a ajuizar um predomínio de um ou de outro elemento. Pelo contrário, o autor se ocupa em investigar de que maneira eles contribuem para as características particulares do gênero, indicando o lugar de cada um na obra em questão, partindo do pressuposto de que a confluência entre o literário e o científico não oculta o dado fundamental sobre o livro: este segue “do literário para o científico”.¹³²

¹²⁷ FALCÃO, Vânia L. S. de Barros. *Casa-grande & senzala: um espaço textual de tramas e confluências*, op. cit., p. 221.

¹²⁸ FONSECA, Edson Nery da. “*Casa-grande & senzala* como obra literária”, op. cit.

¹²⁹ Ver ainda algumas notas sobre o assunto em CORRÊA, Roberto Alvim. “Gilberto Freyre ensaísta”. In: *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*, op. cit., p. 166-176.

¹³⁰ RODRIGUES, Francisco José. “*Casa-grande & senzala: ensaio e estilo*”. In: *Ciência & Trópico*, vol. 2, n. 2, jul/dez., 1974, p. 233-247.

¹³¹ *Ibid.*, p. 236. O autor reconstitui rapidamente uma história do gênero, com base nas suas relações com a tradição dos *tratados* e com a tradição *épica*. Não entrarei aqui no mérito dessa discussão.

¹³² *Ibid.*, p. 237.

Com efeito, a ambivalência do dado científico é notada, sobretudo, pela dimensão conceitual que Freyre confere a seu escrito. Mesmo reconhecendo o fato de Freyre jamais ter atribuído à obra de Weber uma importância fundamental ao seu trabalho, Rodrigues destaca alguns “tipos-ideais” na construção sociológica do livro; acima de todos, é possível compreender o termo “casa-grande”, não apenas como palavra remetendo a um referente extra-discursivo, mas como conceito que objetiva dar inteligibilidade ao real estudado, afinal a noção indica diretamente a um sistema social particular com uma série de características próprias ressaltadas pelo autor.¹³³ Assim, como artefatos abstratos, “mas construídos a partir do real”, como adverte Rodrigues, os conceitos desempenham no texto uma certa função fictícia (o autor não usa esse termo) que, se elaborados segundo uma matriz científica, empurram o texto para longe de uma ciência empirista (o termo usado por ele é “positivismo”, não me parecendo o mais adequado para a idéia defendida) que enxergaria na linguagem apenas um meio transparente de representação do real. Nesse sentido, o trabalho de conceituação empreendido por Freyre em *CG&S* seria o dado inequívoco que o manteria entre o “real” e o “abstrato”, entre a experiência e o discurso, ou, para se falar em termos da empobrecedora dicotomia, entre ciência e literatura. Francisco José Rodrigues dá esse passo de fundamental importância na discussão, embora o seguimento de sua reflexão não aproveite a riqueza teórica dela. Pois, para ele, o reconhecimento desse “não-positivismo” de Freyre seria, mesmo que não suficiente por si só, um indício plausível do caráter literário do livro.¹³⁴ Na continuidade de sua reflexão, o autor considera ainda que a dimensão ensaística do escrito não compromete “a manipulação da prova documental e da pesquisa de campo”, o que o colocaria de fato distante do positivismo “à Comte ou à Ranke” [*sic*].

¹³³ Weber reconhecia o papel constitutivo dos conceitos no saber elaborado pelas ciências humanas, definindo-as como uma “tentativa de organizar teoricamente os fatos por uma construção de conceitos – decompondo os quadros de pensamento assim obtidos graças a um alargamento e a um deslocamento do horizonte da ciência – e a construção de novos conceitos sobre a base assim modificada”. WEBER, Max. “L’objectivité de la connaissance dans les sciences et la politique sociales”. In: *Essais sur la théorie de la science*. Paris: Plon, 1965, p. 203. Estudei a dimensão conceitual na escrita da história em minha dissertação de mestrado, *O conceito de experiência histórica e a narrativa historiográfica*. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Ver ainda NICOLAZZI, Fernando. “A conceituação na escrita da história”. In: *Revista História e Perspectivas*, nº 27/28, jul./dez., 2002 - jan./jun., 2003, p. 175-200.

¹³⁴ “Considere-se que um modelo não-positivista de abordagem sociológica muito facilita a elaboração de uma obra de real valor literário [e] facilmente converte a análise sociológica em obra não só de estilo, mas também de recriação ou até de criação artística sem prejuízo algum da fidelidade que deve ter o cientista à realidade da vida”. RODRIGUES, Francisco José. “Casa-grande & senzala: ensaio e estilo”, op. cit., p. 241.

Ou seja, seguindo tal perspectiva, compreende-se o ensaísmo de Freyre como texto fundado em uma observação particular do real, amparada pelo recurso documental de que dispôs o autor. Sem se deter sobre a questão das fontes, Rodrigues avança no uso que Gilberto faz da linguagem, chegando em outro ponto fundamental. Para o comentador, ocorre em *CG&S* um processo de transformação discursiva em que elementos retirados do campo empírico se transformam, no texto, em “símbolos”. Segundo sua leitura, “‘cajueiros e araçazeiros’, bem como a ‘touceira de bananeira’ não são apenas elementos materiais e enumerativos, como seriam, aliás, em uma análise positivista, mas símbolos [...] símbolos sociais ou culturais sobre que se constrói uma fabulação real e não ideal”.¹³⁵ A aproximação com a fábula introduz na análise a idéia de *mito* que, não sendo estabelecido a partir de uma crença, desempenha para Freyre a função de convencer o leitor de seus argumentos. Com isso, “o tratamento da realidade, em *Casa-grande & senzala*, sofre um constante processo de personificação do abstrato e de abstração simbólica do concreto e individual. Um processo de remodelagem racional da realidade”;¹³⁶ em outras palavras, Gilberto Freyre sucede em pegar a matéria bruta do real e transformá-la em linguagem, criando a sensação de que há uma continuidade essencial entre o texto e o fora-do-texto, entre a experiência histórica e a história dessa experiência.

Se Francisco José Rodrigues não desenvolveu mais à fundo a discussão, Ricardo Benzaquen traduziu de forma ímpar aquele processo de “fabulação do real”, ainda que sem redundar nessa terminologia demasiadamente carregada. Para ele, *CG&S* “deixa de ser apenas um livro para transformar-se em uma espécie de casa-grande em *miniatura*, em uma voz longínqua mas genuína, legítima e metonímica representante daquela experiência que ele próprio analisava, enquanto o nosso autor se converte, até certo ponto, em personagem de si mesmo, como se escrevesse não só um ensaio histórico-sociológico mas também as suas mais íntimas memórias”.¹³⁷ As conseqüências teóricas disso desdobram-se em duas linhas convergentes, ambas levantadas por Benzaquen. Essa “sintonia” entre autor e livro, convertida também em simbiose entre a escrita e aquilo sobre o que se escreve funcionam na economia do texto de forma a legitimar o registro do passado ali proposto. Por um lado, essa sintonia parece produzir efeitos no autor de forma a criar uma condição de naturalidade e familiaridade, isto é, como se ele,

¹³⁵ *Ibid.*, p. 242.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 243.

¹³⁷ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*, op. cit., p. 187.

reconstituindo aquela experiência histórica, pudesse ele mesmo “experienciá-la” *no e através do* seu texto. Daí, segundo o perspicaz comentador, explica-se o tom de “sentimentalismo” da escrita gilbertiana, definida então como uma espécie de “segunda ingenuidade”. Todo o caráter personalista e confessional de que se reveste o livro, dessa maneira, não se deve apenas a um egocentrismo exacerbado do autor, mas funciona inclusive como fator para a sua legitimidade. A análise empreendida no capítulo VI tentou mostrar como essa posição apareceu na feição marcadamente memorialista que Gilberto conferiu ao seu escrito, argumentando que a “confessional ingenuidade” pode ser entendida, por outro lado, como uma estratégia discursiva para legitimar a representação da história.

Pois, e este é o outro lado em que se desdobra a questão, a sintonia autor-obra produz o efeito mencionado de uma simbiose entre experiência e linguagem, como se entre elas houvesse uma plena adequação, garantindo, com isso, a validade da representação proposta. Benzaquen fala em termos de uma “autenticidade” conferida pelo autor ao seu relato, dado a proximidade criada no texto entre sujeito e objeto: Freyre, conforme já foi sugerido, fala do passado nacional como um projeção equivalente à sua própria vivência; a experiência pessoal do *eu* estando intimamente ligada à experiência coletiva do *nós*. Afinal, tratava-se, como foi visto, da história íntima dos “nossos avós”. Porém, e esse é o fato que cabe ressaltar, a fundamentação do relato é também pautada por critérios que transcendem a simples intimidade que o texto cria. Benzaquen sugere, então, que “‘o método introspectivo’ praticado por Gilberto parece harmonizar-se muito bem com a ênfase dada pela Etnologia à idéia de trabalho de campo, dimensão empática e biográfica da atividade etnográfica, dando assim a impressão de adicionar uma sanção científica à sua ascendência literária”.¹³⁸ Dessa maneira, a experiência da viagem e o trabalho de memória anteriormente analisados, que estabelecem a posição importante do autor no texto, seguem amparadas por uma pesquisa documental que, também como já foi visto, não é realizada segundo um cuidado crítico mais detido.¹³⁹ O *corpus* de fontes escolhido por Freyre tem, em grande parte, este mesmo tom de intimidade que permite a ele a proximidade diante de seu objeto, o que, para Ricardo Benzaquen, auxilia na tarefa de dotar o texto daquela “autenticidade” que garante a legitimidade de sua representação do passado. Dessa

¹³⁸ *Ibid.*, p. 189.

¹³⁹ Benzaquen menciona, em especial, a “aparente” ingenuidade de Freyre no trato de documentos inquisitoriais, onde as relações de poder que produzem esse tipo de documento não são jamais levadas em conta pelo sociólogo. *Ibid.*, p. 191, n. 63.

maneira, ainda segundo o analista, o princípio de veracidade subjacente ao livro é bastante particular: “lidamos aqui com uma verdade que, quando se expressa, o faz como um fim em si mesmo, imediato e supostamente irrefreável, obedecendo a necessidades interiores capazes de desencadear emoções de tal ordem que só podem ser reveladas a diários secretos, ‘corajosas’ autobiografias, ou ao sagrado e ‘redentor’ patrocínio da Inquisição”. A “autenticidade” é, pois, um “motivo retórico” capaz de fazer seu leitor crer naquele que relata tal história, já que ela assume para si todas as feições de um “impulso de natureza *confessional*”.¹⁴⁰

Todas as considerações até aqui arroladas permitem retornar com elementos teóricos mais ricos para a apreensão do ensaísmo histórico em *CG&S*. Ricardo Benzaquen, o comentador mais lúcido da escrita freyreana, avançou nas suas considerações até o momento de tratar o ensaio, do ponto de vista teórico, pelo seu inacabamento, pelo seu caráter de obra aberta. Esse sentido de análise não será aqui retomado. A atenção será voltada mais precisamente para as relações entre prática historiográfica e escrita ensaística, segundo o panorama contextual acima elaborado. Se a leitura aqui esboçada dos textos de Benzaquen e Rodrigues está minimamente de acordo com as pretensões dos dois autores, então é possível perceber duas perspectivas diferenciadas de estudo. A primeira, exposta no texto premiado pela FJN, retomando as constantes críticas de Freyre ao cientificismo exacerbado, procura buscar no livro a literatura por trás das aparências de ciência que a pesquisa sociológica do autor empreendeu; a segunda, por outro lado, intenta ver nas suas qualidades literárias os mecanismos de legitimação do texto enquanto um saber “cientificamente” conduzido. As considerações finais do *Guerra e paz* parecem indicar essa outra via de análise, muito mais próxima das pretensões desta tese. Dessa maneira, a pergunta sobre o ensaio estaria aqui mais ligada aos seus princípios de legitimação do que às suas disposições estéticas.

Casa-grande & senzala: ensaio histórico e modernismo

Se, como quer Eduardo Portella, o ensaio enquanto tal goza de vida longa nos trópicos, é inegável que as primeiras décadas do século XX marcaram um momento de culminância da variedade propriamente histórica do gênero, contexto em que o anseio

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 192. Ver ainda VENTURA, Roberto. “Sexo na senzala: *Casa-grande & senzala* entre o ensaio e a autobiografia”. *Literatura e sociedade*, n. 6, 2001-2002, p. 212-223.

por se produzir sínteses sociologicamente embasadas e novos modelos de interpretação do passado se mostrava bastante intenso. Período que se costuma chamar de “redescoberta do Brasil” e de “gênese do Brasil moderno”, ele responde também, mesmo que vagamente, pelo uso do termo “modernismo”, que, na sua inconstância e, por isso, inerente imprecisão, pode servir para conduzir esta reflexão. O caminho já se encontra, por exemplo, no curto livro sobre Nelson Werneck Sodré, de André Moysés Gaio, tendo por título *Modernismo e ensaio histórico*.¹⁴¹ Não obstante, a idéia surge, ao se estudar a obra de Gilberto Freyre, desde a leitura da tese de Ricardo Benzaquen de Araújo, que semeou a indagação quando levantou o problema das relações entre ciências sociais e modernismo no Brasil dos anos 1920-30.¹⁴²

Não é de todo exagero conferir a singularidade do ensaio histórico durante a república velha à ascensão do modernismo, o qual pode aqui ser encarado em dois matizes que definem ordens distintas de desenvolvimento do ensaísmo. Num primeiro momento, a noção de modernismo pode ser referida ao “bando de idéias” novas de que falava Sílvio Romero e que José Veríssimo detalhou em seu artigo publicado na *Revista do Brasil* em 1916.¹⁴³ Nesse sentido, o modernismo aqui se refere à matriz cientificista de pensamento, compreendendo “o positivismo comtista, o transformismo darwinista, o evolucionismo spenceriano, o intellectualismo de Taine e Renan e quejandas correntes de pensamento, que influenciando na literatura deviam pôr termo ao domínio exclusivo do Romantismo”, além do contexto de efervescência política que marcou o fim do império no Brasil. O período de sua absorção pelos letrados brasileiros data da segunda metade do século XIX, caracterizando a revolta contra a geração precedente que marcou os intelectuais de 1870. Para Veríssimo, o fato mostrava, nos trópicos especialmente, uma “maior liberdade espiritual [e um] mais vivo espírito crítico”.¹⁴⁴

O “movimento modernista”, ou o “pensamento moderno”, estaria assim ligado à chamada Escola de Recife, primeiramente com um precursor como Tobias Barreto e,

¹⁴¹ GAIO, André Moysés. *Modernismo e ensaio histórico*, op. cit.

¹⁴² ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*, op. cit., p. 17-22. Ressalte-se que o autor mesmo reconhece ter se desviado, por uma série de razões, dessa intenção primeira. Esta seção, por sua vez, não pretende realizar aquilo que supostamente “ficou por fazer”. Não se trata aqui de investigar detidamente as relações entre ciências sociais e modernismo no Brasil, mas sim usar tal noção (modernismo) de forma a tentar perceber a maneira bem particular pela qual Freyre se relacionou com as vanguardas intelectuais do século XX, e, a partir daí, tentar apreender as singularidades do “seu” ensaísmo histórico. Ver ainda, sobre as relações entre historiografia e modernismo, considerando este limitado à vanguarda literária, LAPA José Roberto do Amaral. “O modernismo e a historiografia”. In: *Historiografia brasileira contemporânea (a história em questão)*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 79-88.

¹⁴³ VERÍSSIMO, José. “O modernismo”. In: *Revista do Brasil*, anno I, vol. I, janeiro 1916, p. 43-52. Veríssimo fala numa “porção de idéias novas”.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 43-44.

em seguida, com seu discípulo mais notório, Sílvio Romero. Se na história e na crítica literárias, Romero despontou como grande nome dessa geração, Veríssimo reconhece em Capistrano um autor que soube conciliar as inovações no plano do pensamento com a escrita da história propriamente dita. Para ele, a tese defendida pelo historiador em 1883, almejando o ingresso no Colégio Pedro II, era sinal inequívoco de inspiração do evolucionismo spenceriano. Assim, seja no plano literário, com o aparecimento, por exemplo, dos romances naturalistas, seja no plano sócio-histórico, com o desenvolvimento da crítica e da filosofia, o “modernismo”, tal como denotado por José Veríssimo, marcou um deslocamento considerável na maneira como se pensava e como se escrevia sobre a história pátria. Esse deslocamento criou as condições de possibilidade para autores como Euclides, Vianna e Bomfim escreverem seus ensaios.

Por outro lado, no transcorrer do século XX, a noção de modernismo, por razões que não competem aqui esclarecer, passou a definir um contexto cultural bastante mais específico, notadamente ligado à Semana de Arte Moderna e ao movimento de caráter predominantemente estético (num primeiro momento) despontado na região sudeste. A revolta contra determinadas tradições literárias e contra um cânone intelectual estabelecido, sem dúvida, contribuiu para criar condições para uma forma distinta de escrita, seja no âmbito literário, seja no plano das ciências sociais. Alguns textos-manifestos publicados no primeiro momento do movimento, a chamada “fase heróica”,¹⁴⁵ indicam o teor da ruptura, como se pode notar no “Prefácio interessantíssimo” que abre o *Paulicéia desvairada*, de 1922, e o texto escrito entre abril e maio do mesmo ano, alegadamente uma resposta aos efeitos produzidos pela Semana ocorrida meses antes, “A escrava que não é Isaura (discurso sobre algumas tendências da poesia modernista)”, ambos da pena de Mário de Andrade.¹⁴⁶ Os esforços para a reformulação das bases da linguagem poética são uma das questões mais visíveis colocadas pelo contexto, normalmente encaradas como um deslocamento das fronteiras entre o popular e o erudito nas práticas culturais. O “hermetismo” das tradições cultas passa a ser repensado, embora, como Mário de Andrade sugere, dentro de limites mais ou menos estabelecidos. Sobre isso, advertia o escritor: “não quero porém significar com isso que os poemas devam ser tão chãos que o caipira de Xiririca possa

¹⁴⁵ A definição, que separa a “fase heróica”, entre 1917 e 1928, e o contexto de maior politização nos anos 1930, consta no livro LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

¹⁴⁶ ANDRADE, Mário. “Prefácio interessantíssimo”. In: *Poesias completas*. 3ª. edição. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972, p. 13-32; ANDRADE, Mário. “A escrava que não é Isaura (discurso sobre algumas tendências da poesia modernista)”. In: *Obra imatura*. São Paulo: Martins, 1960.

compreende-los tanto como o civilizado que conheça psicologia, estética e a evolução histórica da poesia”.¹⁴⁷

O questionamento não visava, dessa maneira, a elisão das diferenças, mas certamente deu ao uso da linguagem uma função um tanto mais prática e cotidiana. Nicolau Sevcenko já apontou o alcance das modificações da linguagem (no sentido largo de códigos culturais) no ambiente modernista brasileiro, alegando que durante a década de 1920 era possível perceber uma “transformação de uma cultura baseada no discurso e na fala, ou seja, no papel preeminente que é simbolicamente atribuído à palavra, em uma cultura que se apóia sobretudo no papel primordial que é simbolicamente transferido à ação pura”.¹⁴⁸ Essa superação da métrica parnasiana e da retórica bacharelesca, criou condições para a criação de um novo espaço não só na poesia, menos ornamental e mais prática, mas também no âmbito ensaístico, como normalmente se nota em autores tais como Paulo Prado e Sérgio Buarque de Holanda, diretamente envolvidos com o movimento.¹⁴⁹

É, portanto, de acordo com essas duas perspectivas de definição da idéia modernista que se deve apreender as relações entre ensaio histórico e modernismo, o termo “pré-modernismo”, pelo menos da maneira como estudado por André Moysés Gaio, não sendo aqui mais do que uma variação até certo ponto imprecisa, já que fundada em um reconhecido anacronismo: o período em questão apenas teria seu significado estabelecido se colocado, paradoxalmente, diante do contexto imediatamente posterior. Com isso, o lugar de Gilberto Freyre pode ser melhor perscrutado, uma vez que a relação do sociólogo com o “modernismo” pode tanto ser pensada como decorrente daquele “bando de idéias novas” exaltado por Romero e aqui discutido a partir do texto de Veríssimo, quanto como articulada, de forma um tanto particular, com as inovações trazidas pelo movimento na década de 1920.

Maria Lúcia Pallares-Burke já traçou o percurso da vocação ensaísta de Gilberto, mostrando como a “descoberta do gênero” lhe abriu portas para o desenvolvimento de

¹⁴⁷ ANDRADE, Mário. “A escrava que não é Isaura”, op. cit., p. 3

¹⁴⁸ SEVCENKO, Nicolau. “Transformações da linguagem e advento da cultura modernista no Brasil”. In: *Estudos Históricos*, vol. 6, n. 11, 1993, p. 78.

¹⁴⁹ José Roberto do Amaral Lapa oferece um raciocínio curioso: para ele, enquanto a obra de 1936 de Sérgio era, de fato, uma das renovadoras da historiografia brasileira, o *Retrato do Brasil* não era por ele considerado propriamente um livro *de* história, mas sim um livro *para* a história do Brasil. É um juízo curioso, ainda que não equivocado, pois, qualquer pessoa que se proponha a ler as duas obras notará no *Retrato* um recurso documental muito mais constante do que no *Raízes*, que raramente embasa seus argumentos com o lastro de fontes especificadas. LAPA José Roberto do Amaral. “O modernismo e a historiografia”, op. cit., p. 85.

uma prosa histórica singular, descoberta ocorrida quando de seus estudos feitos em Baylor. Freyre frequentou o curso de seu grande mestre naquela instituição, Andrew Joseph Armstrong, professor de literatura que ofereceu uma disciplina sobre os ensaístas ingleses. Fora a oportunidade para Freyre se familiarizar com aquela tradição característica dos periódicos do século XVIII, anteriormente apontada. O tom coloquial desse tipo de escrita, sua distância aberta do hermetismo erudito, aliado a uma concepção não dogmática de relação com a verdade, cativou o estudante, já que lhe possibilitava jogar com inúmeras variantes disponíveis. “Tendo tomado contato com os ensaístas britânicos numa época em que esse gênero ainda não fora associado ao trivial, superficial, subjetivo, anedótico e inconsistente, Freyre iria considerá-lo um gênero literário respeitável – um ‘gênero tão nobre’, como disse – e extremamente apropriado para expressar a complexidade de tudo o que é humano”.¹⁵⁰ Essa mesma tradição, ainda segundo a autora, teria marcado no jovem sociólogo o gosto pelo detalhe do cotidiano, pela “significado profundo dos pequenos eventos e incidentes diários na vida da sociedade e do indivíduo”.¹⁵¹

A formação no estrangeiro, onde também teve a oportunidade de entrar em contato direto com vanguardas norte-americanas e européias, sem ter que passar pelo filtro paulista, como ocorrera com seu “rival” Joaquim Inojosa, foi decisiva para delinear os contornos da escrita que havia algum tempo Gilberto procurava.¹⁵² Ele estava, por assim dizer, em pé de igualdade com os autores do sudeste. De fato, sabe-se que em Paris ele teria se encontrado com Tarsila, Brecheret e Oswald de Andrade. Talvez por isso, tendo visto *in loco* algumas das inovações que os brasileiros queriam fazer assimilar no ambiente tropical, no seu retorno tenha encarado já com certa fadiga o “barulho” que se fazia em São Paulo. Para ele, em 1923, “é bom estar a gente longe dos rancos daqueles ‘modernistas’ daquém e dalém-mar mas que já não parecem ter o

¹⁵⁰ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre. Um vitoriano nos trópicos*, op. cit., p. 64-65.

¹⁵¹ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. “O caminho para a casa-grande: Gilberto Freyre e suas leituras inglesas”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica, op. cit., p. 829.

¹⁵² Alguns autores reconhecem o interesse de Freyre pelas tendências imagistas da poesia de língua inglesa (*new poetry*), de nomes como Ezra Pound e Amy Lowell, de quem ele foi amigo particular e com quem trocou correspondência por algum tempo. Segundo Nathan Zach, a despeito da curta duração do movimento, seu impacto teria sido semelhante, no ambiente anglo-saxão, ao que o futurismo e o expressionismo foram na Europa. Das suas características gerais, destacam-se a defesa de uma linguagem mais simples e coloquial, e um relacionamento mais direto com os objetos de representação. Ver ZACH, Nathan. “Imagism and vorticism”. In: BRADBURY, Malcolm; McFARLANE, James. *Modernism. 1890-1930*. New York: Penguin Books, 1976, p. 228-242. Para as relações de Freyre com o movimento, ver FALCÃO, Vânia L. S. de Barros. *Casa-grande & senzala: um espaço textual de tramas e confluências*, op. cit.

que dar a ninguém – nem mesmo aos adolescentes mais adolescentes. A não ser ruído. Escândalo. Sensação”.¹⁵³ Chega inclusive a colocar reservas a um nome como o de Mário de Andrade, considerando-o, apesar dele ter sido um dos “bons modernistas”, um tanto artificial para o seu gosto. Ainda que não tão publicamente, a relação entre eles foi sempre pautada por essa distância pessoal. Mário, por sua vez, chegou a anotar em seu exemplar de *CG&S* críticas à falta de método de Freyre e, além de tudo, achava que o livro pecou no quesito fundamental do conhecimento histórico: “carece dar provas”; na defesa feita do negro, Gilberto “defendeu e não provou nada”.¹⁵⁴ O autor de *Macunaíma* que, por meio da intervenção do poeta Manuel Bandeira, chegou e pedir sugestões para Freyre na elaboração do romance, embora reconhecesse as qualidades do ensaio, parece não ter entrado para o grupo dos fãs incondicionais do sociólogo. Um desses, aliás, lia as peripécias do herói sem nenhum caráter como quem lê mais um “arranjo de filólogo erudito do que um instrumento de comunicação oral ou escrito”.¹⁵⁵

De qualquer modo, a relação de Freyre com o modernismo paulista não é o grande ensejo desta seção.¹⁵⁶ Interessa aqui apenas mencionar duas maneiras pelas quais Gilberto dá impressão de ter lidado com o contexto aqui levantado. João Cezar de Castro Rocha lembra que “Freyre parece sugerir que a própria escrita de *Casa-grande & senzala* representaria uma espécie de acerto de contas com essa cena de seu período de formação”;¹⁵⁷ não é demais pensar que se tratava igualmente de uma espécie de prestação de contas consigo mesmo, no anseio de “encontrar seu lugar” naquele ambiente que lhe parecia no mais das vezes hostil, quando não simplesmente artificial.

O modernismo *sui generis* de Gilberto Freyre normalmente é encarado a partir do coloquialismo de sua linguagem, bastante próxima do campo da oralidade, o que visava conscientemente diluir a distância entre o popular e o erudito, o oral e o escrito ou, quando muito, a diferença entre a fala branca da casa-grande com a fala “colorida” dos pardos e negros. Originado desde os tempos coloniais, Freyre reconhece na história do Brasil o “antagonismo” de linguagem entre os três elementos formadores do povo

¹⁵³ FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 132.

¹⁵⁴ Citado em DIMAS, Antonio. “Barco de proa dupla: Gilberto Freyre e Mário de Andrade”, op. cit. p. 868.

¹⁵⁵ José Lins do Rego, citado em CASTELLO, José Aderaldo. *José Lins do Rêgo: modernismo e regionalismo*, op. cit., p. 99.

¹⁵⁶ Sobre isso, ver AZEVÊDO, Neroaldo Pontes. *Modernismo e regionalismo. Os anos 20 em Pernambuco*, op. cit., e D’ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta. O pensamento de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e/ou literárias nordestinas*, op. cit.

¹⁵⁷ ROCHA, João Cezar de Castro. “Notas para uma futura pesquisa: Gilberto Freyre e a escola paulista”, op. cit., p. 190.

brasileiro, um “vício que só hoje, e atravez dos romancistas e poetas mais novos vae sendo corrigido e attenuado: o vacuo enorme entre a lingua escrita e a lingua falada”. Entre esses “novos” escritores, o autor, pelo menos na primeira edição do livro, elenca nomes tais como Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Jorge Amado, Yan de Almeida Prado, Oswald de Andrade, Carlos Drummond, Murilo Mendes, José Lins do Rego entre outros. Em seguida acrescenta uma passagem bastante conhecida e já citada: “entre o português dos bachareis e doutores, quasi sempre propensos ao purismo, ao preciosismo e ao classicismo, e o português do povo, do ex-escravo, do menino, do analfabeto, do matuto, do sertanejo”.¹⁵⁸ Sabe-se o papel preponderante dos negros escravos, sobretudo das mães negras e mucamas, atribuído por Freyre no sentido das modificações na linguagem falada no Brasil. Elas teriam, no contato direto com os meninos e sinhazinhas, amolecido o português “duro” do reino, aqui ensinado segundo as “boas normas” gramaticais pelos padres jesuítas. A negra que amolecia a comida das crianças também amolecia a linguagem falada, fazendo as palavras perderem a rigidez até o limite de se “desmancharem” na boca dos indivíduos. Quanto a isso, inclusive, Ricardo Benzaquen atribuiu a Freyre uma “inclinação anti-retórica” e uma tentativa de fortalecer os laços com a dimensão popular da sociedade brasileira, o que, segundo o autor, não teria se dado plenamente devido à reivindicação de sua ascendência aristocrática.¹⁵⁹

Freyre foi defensor ferrenho dessa linguagem mais popular e corriqueira, a ponto de fazer de seu livro um elemento importante no projeto que se pode considerar como de abrasileiramento da língua portuguesa. A maneira como ele escrevia tinha a nítida intenção de apresentar isso. Essa era uma das grandes diferenças suas em relação ao *Macunaíma* do Mário de Andrade, como ele diria mais tarde sobre a escrita de *CG&S*: “em vez de arrevesado jargão ou de elegância, da chamada acadêmica, palavras, na sua maioria, ao alcance do leitor comum; e várias delas rudes, além de inacadêmicas. Mais do que isto: um português salpicado de africanismos, de indianismos, de barbarismos, alguns ousados, embora sem a preocupação de criar o autor língua literária brasileira nova, como foi a de Mário de Andrade...”.¹⁶⁰ Note-se que tal definição

¹⁵⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit. p. 176-177. Não pude investigar a edição precisa em que os nomes foram retirados, o que seria bastante significativo da relação do autor com a tradição modernista. A edição crítica do livro, embora aponte as supressões e acréscimos, não realizou um trabalho mais pormenorizado no sentido de precisar as datas das modificações, o que poderia elucidar diversos aspectos na história do livro.

¹⁵⁹ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*, op. cit., p. 184-185.

¹⁶⁰ FREYRE, Gilberto. “Como e porque escrevi *Casa-grande & senzala*”, op. cit., p. 706.

vem corroborar o argumento, levantado por Pallares-Burke e aqui trabalhado, sobre a apropriação por parte de Freyre de alguns elementos da tradição ensaística inglesa. Mas, mais do que isso, essa vocação “popular” assumida pelo sociólogo, a despeito de qualquer ambigüidade de suas posições políticas, se insere também como fator nos dilemas trazidos pelo modernismo, pelo menos na sua segunda fase, quando as preocupações de ordem estética cedem lugar à inquietação quanto à função social da literatura e da linguagem. Nesse sentido, a literatura regional dos anos trinta seria o exemplo cabal dessa junção da vanguarda estética com as questões sociais já avançadas desde a geração naturalista. Como colocou João Luiz Lafetá, “o romance social e a poesia participante, que então surgiram, são formas em que o conflito procurou resolver-se adotando soluções híbridas, incorporando conquistas da vanguarda e reativando velhos esquemas de representação da realidade”.¹⁶¹

Enfim, o mérito maior de Freyre na feitura de seu ensaio parece que não foi tanto oferecer uma via alternativa ao modernismo do sudeste, através de uma perspectiva regionalista que procurava se contrapor ao cosmopolitismo paulista, com todas as conseqüências disso resultantes, mas sim o de ter tentado oferecer uma resposta convincente ao naturalismo sociológico, pelo menos à forma de escrita de forte teor cientificista, marcada pela distância e pela dicotomia entre linguagem de ciência e linguagem cotidiana. Há uma passagem em seu diário, datando de 1923, ou seja, em plena efervescência modernista, que sugere esse argumento. Comentando a obra de Mário Sette, escritor pernambucano que, segundo Freyre, abusava da cor local, sugere que o romance, enquanto gênero literário, não necessita de tantos abusos de estilo; bastaria apenas *narrar a experiência como tal*: “entretanto, falta a grande parte da nossa literatura – ou quase-literatura? – para ser regionalista, sem caipirismo, uma língua como que tropicalmente brasileira que não deixe nunca de ser portuguesa, como língua literária, para tornar-se subportuguesa, de tão oral”. E continua ele, advertindo que “através dessa língua, se afirmaria entre nós, não só no ensaio – gênero tão nobre – como na ficção e no teatro, uma maior tendência, da parte da nossa literatura, para exprimir um sentido social e, ao mesmo tempo, humano, do drama que vem sendo vivido pelo Brasil de modo regionalmente diverso, embora sempre, em essência, brasileiro”.¹⁶²

¹⁶¹ LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*, op. cit., p. 156.

¹⁶² FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 130.

Assim como o romance social regionalista, o ensaio histórico-sociológico seria uma forma privilegiada para representar o país, não no sentido da descrição ufanista de suas paisagens e de seu povo, à maneira de certo romantismo, mas como representação que conduz à tarefa de solucionar os impasses sociais vividos pela nação. Cabe notar a ambivalência do juízo de Freyre. Ao mesmo tempo em que defende uma literatura documental próxima das tendências naturalistas do século XIX (narrar a experiência como tal, sem artifícios de estilo), ele incorpora aí parte das inovações propostas pelas vanguardas estéticas, no sentido de oferecer uma linguagem mais palatável para o público geral. Já foi mencionada a análise da permanência do naturalismo na literatura brasileira feita por Flora Süssekind, que atribuía a principal característica dessa tendência à negação da ficcionalidade do texto literário, como se as palavras fossem apenas um meio transparente de representação. Freyre, por sua vez, ao reconhecer o papel fundamental da língua na tarefa de “expressar um sentido social e humano” da nação, visava querer se distinguir profundamente da matriz naturalista.

É verdade que boa parte das ferramentas conceituais de sua interpretação, como a ênfase numa sociologia genética e o papel determinante do meio na sua análise, ainda remetem a uma perspectiva biologizante ou, pelo menos, como já mostrou Luiz Costa Lima, a uma contradição de fundo entre culturalismo e naturalismo. Mas não deixa de ser importante também a ênfase por ele sempre colocada na recusa do puro e simples cientificismo, cuja tradição em Pernambuco remontava à faculdade de direito do Recife, assim como ele procurava se manter em igual distância daquilo que chamou de “literatice dos chamados ‘beletristas’”. Sua atuação como professor de sociologia, não obstante efêmera, contribuiu para essa posição. A cadeira de sociologia proposta por Estácio Coimbra na Escola Normal do Recife teve Gilberto Freyre como fundador e professor, entre 1929 e 1930, antes do exílio. Sobre isso, ele escreveu em seu diário: “o que farei será tentar fundar uma cátedra de Sociologia com orientação científica, base antropológica e acompanhada de pesquisa de campo”. Colocando as seguintes ressalvas: “mas tendo cuidado com o cientificismo, a que venho me referindo em vários artigos como um mal a ser evitado em nossa cultura. Portanto: conservando pontes entre a Sociologia ou a Antropologia Social científica e a humanística, filosófica e até literária. Pois precisamos não confundir a literatura dos humanistas com a literatice dos chamados ‘beletristas’”. Ainda assim, confidenciou ser a prática docente algo pouco prazeroso, que fazia, senão por outras coisas (de ordem social e econômica), pelas possibilidades de experimentação que ela propiciava. Como ele escreveu, “a cátedra de

Sociologia não me entusiasma senão pelo que nela há de experimental. Ou de plástico, flexível, assistemático. Aliás a função didática não me atrai a não ser como curta experiência”¹⁶³

Enfim, tal como era característico do modernismo, sua postura tateante, experimentalista, Freyre também ensaiou uma maneira própria de escrita, como se disse, jogando com as variantes que o contexto lhe disponibilizava, mas arranjando-as de uma maneira particular, no anseio de conferir ao seu escrito uma espécie de marca individual. Ele uma vez comparou o estilo com o ritmo de respiração de um autor, por ser algo deveras pessoal. Nesse sentido, em seu ensaio conseguiu propor uma via distinta da assepsia naturalista, da maneira como Euclides a praticou, ao mesmo tempo em que não assumiu por completo as deliberações da vanguarda modernista. Além disso, o gênero foi importante, sobretudo, porque lhe permitiu um exercício controlado de subjetividade, um jeito de ensaiar-se a si mesmo através da linguagem, como indica a epígrafe de Starobinski. Escrever da maneira cotidiana e íntima como se estivesse falando a mesma língua falada pelos personagens que narra, era também uma prática de *empatia*, espécie de postura metodológica essencial em sua pesquisa. Freyre se colocava, dessa maneira, *diante* de seu objeto, e não *distante* dele. É verdade, como afirmou Benzaquen, que isso conferia ao relato toda uma autenticidade que o legitimava. E isso trazia, ao mesmo tempo, o autor para o primeiro plano; ele que jamais tentava se apagar ao escrever história, assumindo plenamente a função micheletiana do historiador.

Gilberto Freyre historiador

O parecer é de um historiador célebre: “*essayiste oui; mais historien en sus*”. Nadando na corrente aberta pelo *Os sertões*, como reconhece Fernand Braudel, a singularidade do ensaísmo de Freyre estava no uso da sua rica documentação – “o mais lúcido e o mais rico, em todo caso, o mais documentado”. Gilberto Freyre historiador era ainda privilegiado, já que repleto de lembranças pessoais e familiares, “apoiando-se fortemente sobre o conhecimento de seu Brasil *à lui*”. É certo que Braudel não chegaria a tanto, afinal se trata de uma instituição francesa, mas se pode pensar numa espécie de Michelet dos trópicos: a história nasce dele mesmo; o Brasil é ele, ele é sua história.

¹⁶³ *Ibid.*, p. 219. Ver ainda MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil*, op. cit.

“Tão objetivo que seja o pensamento de Gilberto Freyre, ele é constantemente iluminado de dentro. Ele se situa de bom grado sobre o plano da lembrança e da confiança”.¹⁶⁴ Essa projeção de si para o âmbito geral da nação, Freyre já havia sugerido em passagem de seu diário do ano de 1918, quando não tinha ainda sequer vinte anos de idade. Comentando um texto de Thomas Carlyle, autor que se dedicou, na primeira metade do século XIX, à escrita de caráter biográfico, Gilberto refletiu sobre a existência humana analisada pela ciência e pela arte: “daí poder dizer-se que, em essência, a História, a Antropologia e, paradoxalmente, a própria Sociologia, não é senão a reunião de inúmeras biografias. Pelo menos não deveria a História ser senão isto: a essência de inúmeras biografias”.¹⁶⁵ É claro que se tratava de uma passagem escrita na juventude, anterior ao contato mais intenso com os procedimentos historiográficos possibilitados na sua entrada em Columbia, mas ela ainda assim é significativa de um procedimento que, de forma geral, vai se manter ainda na feitura do *CG&S*: o caminho que segue do particular (Freyre) ao todo (nação).

“Gilberto Freyre historiador”. Menos que a definição de um rótulo disciplinar, a expressão faz pensar no lugar ocupado pelo sábio de Apipucos na tradição historiográfica brasileira. É evidente, como vem sendo discutido até aqui, que esse lugar é determinado pelo gênero de escrita por ele assumido, pelo menos para o livro que serve de objeto à tese. Mas algumas colocações merecem ser feitas também para caracterizar melhor a “operação historiográfica” gilbertiana. O primeiro dado a ser mencionado é algo que usualmente é pouco levantado. Embora seja por demais repetida a importante relação mantida com Franz Boas durante sua estada em Nova Iorque, cabe notar que na escolha de Freyre pela Universidade de Columbia teve peso igualmente importante o professor William Shepherd, o orientador de seus trabalhos e, em certa medida, iniciador da sua formação no campo da prática historiográfica.¹⁶⁶ Shepherd era um especialista em história da América Latina, sendo considerado um dos promotores desse campo de estudo nos Estados Unidos. Além disso, a universidade era o centro de um processo de renovação dos estudos históricos no país, conhecido como *new history*, que contava, entre outros, com Harry Elmer Barnes, Charles Austin Beard, James

¹⁶⁴ BRAUDEL, Fernand. “À travers un continent d’histoire. Le Brésil et l’ouvre de Gilberto Freyre”, op. cit., p. 1077.

¹⁶⁵ FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 27.

¹⁶⁶ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre. Um vitoriano nos trópicos*, op. cit., p. 299-300.

Harvey Robinson, Frederick Jackson Turner, Franklin Henry Giddings além do próprio Boas.¹⁶⁷

Segundo Barnes, esses autores “representavam, inquestionavelmente, o mais avançado e progressista (*progressive*) grupo de historiadores jamais reunido em qualquer instituição de ensino superior”.¹⁶⁸ Promotores de uma visão renovada do processo histórico, defendiam uma relação intensa com outras disciplinas, entre elas a antropologia, no caso, a de Boas (“*the real science of anthropology*”), e sua perspectiva voltada para os dados da cultura. Afinal, como ressalta o autor, a civilização era um fato e um processo cultural. Nesse sentido, defendia-se, contra todo o descrédito, a importância de uma “sociologia histórica”, sobretudo por uma razão em particular: os historiadores estavam, até então, tão preocupados com “os aspectos raros (*unique*), acidentais, episódicos e anedóticos da história política que eles tinham pouco a contribuir para a história das instituições culturais e sociais”.¹⁶⁹ Antes mesmo da publicação do primeiro número da revista *Annales*, Barnes já intercedia a favor da relação multidisciplinar da história, citando, por exemplo, um dos próprios fundadores do periódico francês, Lucien Febvre, notadamente no uso da geografia para o exercício histórico. Outro ponto que cabe mencionar é a incorporação, para o trabalho historiográfico, da recusa de perspectivas racialistas, pelo menos no sentido do preconceito racial, para a compreensão dos processos de interação humana. Discorrendo sobre o “mito da raça” em 1925, o historiador americano afirmava ser muito curioso “que os críticos dessa monstruosidade [*the racial phobia*] raramente fizessem apelos sistemáticos para os fatos substanciais da história para refutar os argumentos de autores de Gobineau a Chamberlain e Grant”.¹⁷⁰

A importância do contato de Freyre com essa geração de historiadores, além da ênfase notadamente social e cultural que se colocava, na tentativa de superação da predominância política e diplomática nos estudos históricos, além do deslocamento feito em relação à perspectiva racial, residia num aperfeiçoamento no trato com a

¹⁶⁷ Ver TUNA, Gustavo Henrique. *Viagens e viajantes em Gilberto Freyre*, op. cit., p. 83 e ss. O autor, que pesquisou na própria biblioteca de Freyre, ressalta inclusive, nos livros de alguns desses historiadores, as passagens sublinhadas pelo recifense na leitura dos textos.

¹⁶⁸ BARNES, Harry Elmer. “The newest history”. In: *History and social intelligence*. New York: The Revisionist Press, 1972, p. 29-30. O artigo foi originalmente publicado no *American Mercury*, em maio de 1925.

¹⁶⁹ BARNES, Harry Elmer. “Recent historical tendencies”. In: *History and social intelligence*, op. cit., p. 55. O artigo foi antes publicado no *New Republic*, em novembro de 1922.

¹⁷⁰ BARNES, Harry Elmer. “The race myth”. In: *and social intelligence*, op. cit., p. 218. Artigo que apareceu primeiro no *New York Nation*, em maio de 1925.

documentação. Quanto ao primeiro caso, não são poucos os comentadores que enxergam em sua obra um prenúncio ao movimento dos *Annales*.¹⁷¹ Gustavo Tuna já mostrou com muita propriedade o papel decisivo da historiografia norte-americana na formação do pensamento histórico de Freyre. Isso já se fazia sentir desde os primeiros momentos após o término de seus estudos em Columbia. Além da dissertação, uma passagem do diário explicita bem sua postura voltada para o social, rompendo com a história política “dos grandes homens”: “há historiadores [...] que, na verdade, são simples estudiosos dos fatos chamados históricos. Ignoram as relações entre esses fatos: o principal. Mas assim simplistas, se julgam íntimos, ou senhores, de uma época. Isto só por terem reunido a respeito dessa época os fatos mortos como quem juntasse gravetos secos; e posto todos eles de pé e em fileira, dando a tudo isso alguma hierarquia e certos coloridos de pitorescos. É uma história, a organizada por esse processo, evidentemente superior à que se contenta com as datas e os nomes de reis e de generais. Mas o seu ar de suficiência, pelo fato de dominar fatos mortos, chega a ser comovente”.¹⁷² Uma síntese do que chegou a realizar em *CG&S* já se encontrava nessa passagem. A preocupação de ir além dos fatos, interpretando a relação entre eles; a ênfase nos aspectos da intimidade sem, todavia, compreender o passado como um dado morto; o deslocamento da preocupação apenas com miudezas da erudição, como datas e nomes de pessoas importantes. Não seria preciso percorrer as páginas do livro de 1933 para corroborar o argumento.

Em certa medida, o destaque feito à interpretação e a pouca importância dada aos aspectos cronológicos são usuais na tradição ensaística daquele momento, como já foi aqui sugerido. No caso de Freyre, é digno de se notar a proximidade do seu livro com a dissertação de Martius entregue ao IHGB. O papel central que a miscigenação ocupa na obra não seria uma apropriação, bastante particular que seja, da “lei das forças diagonais” do naturalista? A originalidade de Freyre, no tocante a isso, estaria na idéia de que essa “lei” obedecia a um princípio de “equilíbrio de antagonismos”. Além de José Honório Rodrigues, João Cezar de Castro Rocha aventou essa mesma hipótese.¹⁷³

¹⁷¹ Sobretudo, um dos historiador do movimento, BURKE, Peter. “Gilberto Freyre e a nova história”, op. cit.

¹⁷² FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 100.

¹⁷³ Falando sobre a obra de Freyre, José Honório afirmou: “pela primeira vez o velho plano de Martius, do estudo do indígena, do colonizador português e do escravo negro na formação da família e da sociedade brasileira é plenamente realizado”. RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil*, op. cit., p. 142. “Não é verdade que Freyre estruturou o texto de *Casa-grande & senzala* segundo a sugestão de Martius?”. ROCHA, João Cezar de Castro. “Uma curiosa hermenêutica”. In: *O exílio do homem cordial*, op. cit., p. 58.

Contudo, se este reconheceu a estruturação de *CG&S* segundo a sugestão de Martius, há que se lembrar uma diferença fundamental: no caso da dissertação, apenas algumas poucas linhas são dedicadas à contribuição dos negros, enquanto que no ensaio, dois longos capítulos (quase a metade da obra) discorrem sobre o tema.¹⁷⁴ Além disso, Rocha reconhece outra distinção importante que deveria ser matizada. Segundo o autor, para um, a mestiçagem era apenas um fenômeno de ordem racial, enquanto que para o outro era um fato cultural. Já se discutiu a permanência em *CG&S* de um enfoque genético que acaba por se tornar complementar aos dados da cultura, relativizando, com isso, a distinção levantada pelo comentador.

Mas é em certas passagens que apontam um teor um tanto evolucionista no livro, sobretudo quando se referem aos indígenas, que outra aproximação com o naturalista se torna possível. Martius discordava das teses sobre o caráter primitivo e original dos nativos americanos, que embasavam interpretações românticas sobre uma essência primeira dos povos. Pelo contrário, para ele aquelas “ruínas de povos” eram não mais do que a expressão visível da decadência, um “*residuum de uma muito antiga, posto que perdida historia*”.¹⁷⁵ Uma concepção progressista de história que encaminhava as sociedades indígenas do seu nascimento, passando por um apogeu e culminando na queda. Gilberto Freyre, por sua vez, deixava de lado um possível relativismo cultural para escorregar na terminologia decisivamente evolucionista, distinguindo ordens de tempo variadas para a evolução de cada sociedade. Assim, afirma ele sobre a chegada dos europeus: “não é o encontro de uma cultura exuberante de maturidade com outra já adolescente, que aqui se verifica; a colonização europeia vem surpreender nesta parte da America quasi que bandos de crianças grandes; uma cultura verde e incipiente; ainda na primeira dentição, sem os ossos nem o desenvolvimento nem a resistencia das grandes semi-civilizações americanas”. Se tratava, no fundo, da relação entre uma cultura “adiantada” com outra “atrasada”, isto é, o choque de duas temporalidades distintas.¹⁷⁶

¹⁷⁴ Outro dado importante: a ordem dos capítulos do livro coloca os indígenas antes dos portugueses. Essa ordenação provocou certo debate no século anterior, acima de tudo pela estruturação que Varnhagen fez na primeira edição da *Historia geral*. Já na segunda edição, o historiador reformulou a seqüência dos capítulos de maneira a situar os indígenas num momento cronologicamente anterior ao dos colonizadores. Não obstante isso, Varnhagen passou a vida na tentativa curiosa de provar a origem alienígena dos aborígenes da América. Ver CEZAR, Temístocles. “A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis”, op. cit., p. 29-41.

¹⁷⁵ MARTIUS, Carlos Frederico Ph de. “Como se deve escrever a historia do Brasil”, op. cit., p. 393.

¹⁷⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit. p. 86 e 113.

O livro de Freyre, com toda a sua feição ensaística, é também uma espécie de “história filosófica” tal como concebida por alguns autores do oitocentos, entre eles o próprio Martius. Decorre dessa reflexão um outro ponto a ser comentado, a saber, o da já destacada fluidez cronológica no livro, que mistura dados oriundos de períodos diversos para sustentar determinados argumentos pontuais. Os capítulos sobre a viagem e sobre a memória apontaram para isso, sugerindo que a concepção tripartite e homogênea de tempo assumida por Gilberto lhe dava condições para tanto. Aqui cabe ressaltar também que a feição oral que o autor confere ao seu registro, como que querendo se aproximar da linguagem falada daqueles que são seus objetos de estudo, contribui nesse sentido: a oralidade no fluxo narrativo lhe permite mudanças em certo ponto aleatórias, não apenas de assuntos, mas também saltos importantes na cronologia. Mas é, de fato, por procurar entrever, através dos fatos mesmos, um sentido mais fundamental para a história da formação social Brasileira que Gilberto parece dar pouca atenção para a linearidade cronológica; afinal, sua história tinha por intenção menos traçar o correto encadeamento dos acontecimentos do que oferecer uma explicação plausível para os “problemas brasileiros”, aquelas “questões seculares” que afligiam os de sua geração, sendo, entre todas elas, a miscigenação a que mais o inquietava.¹⁷⁷ Sua crítica a Varnhagen segue um pouco nesse sentido, quando o historiador sorocabano conjecturava sobre o sentido da história caso ela tivesse ocorrido por meio de pequenas propriedades, o que levaria a uma maior homogeneidade da população e reduziria as diferenças regionais entre todas as capitanias. O parecer de Freyre é extremamente direto: “Varnhagen é sempre de um simplismo infantil quando deixa a *pura pesquisa historica*, pela *philisophia da historia*”.¹⁷⁸ Para Freyre, havia uma diferença sensível entre a erudição e a filosofia, entre a pesquisa pura dos fatos e a sua interpretação filosófica.

Ou seja, a conjectura já levantada sobre as diferenças entre a escrita ensaística e a praxe historiográfica tradicional encontra também um amparo na maneira como Freyre usou do gênero. Alguns autores já haviam percebido essa distância. Para ficar apenas num único exemplo, dada sua significância para este estudo, José Lins do Rêgo, na preparação de terreno que antecedeu a publicação de *CG&S*, salienta de forma irônica que “a história do Brasil deixou de ser em suas mãos [nas de Freyre] uma vaidade de saber mais datas que os outros como se dá com o Barão do Rio Branco, ou

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. XII.

¹⁷⁸ *Ibid.*, p. 273, n. 2 (itálico meu).

um puro deleite de esquisito como foi para Capistrano de Abreu, o homem que poderia ter sido o nosso grande historiador se não tivesse querido ser somente o nosso maior esquisitão. A história que Gilberto Freyre sabe e escreve tem mais uma expressão de vida que de pura memória. É uma história com sangue, mais humana do que sábia”. Em seguida considera que “a obra que Capistrano não quis concluir é esta que Gilberto Freyre vai começar”.¹⁷⁹ Pois bem, ao autor de Apipucos, no entender de Zélin, não faltará nem espírito plástico nem simpático para a tarefa; assumindo explicitamente a idéia de ensaio sócio-histórico para seu trabalho, Freyre passará a figurar-se como nome paradigmático do gênero no Brasil.

Mas não é por causa disso que Gilberto foi menos atento às necessidades do método. Aqui reside a grande diferença que o torna singular diante dos nomes de Bomfim, Vianna, Paulo Prado e Caio Prado Jr. (pelo menos na época do *Evolução política do Brasil*): Freyre freqüentava arquivos e reconhecia a importância do recurso às *primary sources* para a escrita da história. Isto é, em *CG&S*, erudição histórica e história filosófica parecem encontrar um terreno comum de existência, sem que um dos pares necessite ser elidido em proveito do outro. São muitas em seu diário as passagens que tocam num ponto que, sendo parte epistemológica do método dos historiadores, é sem dúvida um fundamento considerável de seu *métier*: o “gosto pelos arquivos”.¹⁸⁰ Em sua viagem pelos Estados Unidos, teve a oportunidade de freqüentar a famosa biblioteca do congresso, sobretudo a seção dos manuscritos: “tenho agora o direito de tocar em papéis virgens, lê-los, estudá-los, copiá-los”, anotou para o ano de 1922. Já na realidade tropical, embora as condições tenham consideravelmente mudado, a freqüência a tais lugares permanece: “continuo a freqüentar a imunda Biblioteca Pública daqui e a tomar notas. Passo lá tardes inteiras. Tem alguns mss preciosos. Muita coisa estragada. Paranhos me prometeu reunir restos de arquivos de engenhos velhos. Estou interessado em cartas, inventários, testamentos. Documentos menos públicos e mais íntimos. Já consegui reunir da família alguma coisa”.¹⁸¹ Mesmo arquivos policiais faziam parte do roteiro de suas pesquisas pessoais.

Em 1935, Freyre ressalta seu penoso trabalho de erudição em carta a José Lins: “esses livros ‘de erudição e pesquisa’, a que os belletristas se referem sempre com tanto desdém, dão um trabalho horrível, não só físico – do que já devia se queixar o meu

¹⁷⁹ REGO, José Lins do. *Boletim de Ariel/RJ*, vol. 3, n. 2, nov. 1933, republicado em *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, op. cit., p. 40-41.

¹⁸⁰ FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

¹⁸¹ FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 71, 135.

saudoso predecessor Pereira da Costa – como propriamente intelectual, pelo esforço de articular, interpretar e tentar esclarecer material tão confuso”.¹⁸² No ano anterior, em conferência à Faculdade de Recife, remontou aos seus anos de estudante de história em Columbia, ressaltando “O estudo das ciências sociais nas universidades americanas”, onde notava a “insistência que se faz em todo o estudo universitário de ciências sociais nos Estados Unidos, inclusive no de direito, na familiaridade do estudante com as fontes, ou as chamadas ‘*primary sources*’ de cada especialização”. Para ele, o recurso à documentação primária tinha por intenção “evitar a repetição de erros colhidos às vezes de segunda e terceira mão”.¹⁸³ A consulta de “papéis virgens” era, portanto, requisito incontornável na tarefa de representar o passado brasileiro.

As fontes provam, e Gilberto Freyre levava isso em consideração. Parte de suas discordâncias em relação a alguns argumentos de Euclides da Cunha, apontados no capítulo III, eram pautados diretamente sobre documentos, que lhe garantiam a legitimidade para oferecer outros argumentos. No uso dos relatos de viajantes, fontes privilegiadas em *CG&S*, há inclusive critérios de escolha que recortam aqueles merecedores de fé daqueles que deveriam ser lidos “como se lê um romance”. Outro momento revelador é a retificação feita de Oliveira Vianna, onde se percebe uma distinção importante entre pesquisa documental e ornamentos literários. “As generalizações do professor Oliveira Vianna, *que nos pintou com tão bonitas côres* uma população paulista de grandes proprietários e opulentos fidalgos rústicos, têm sido ultimamente rectificadas, naquelles seus *falsos dourados e azues*, por *investigadores mais realistas e melhor documentados* que o illustre sociólogo”.¹⁸⁴

Esses são apenas alguns dos indícios que demonstram o trabalho de erudição realizado por Freyre, o que o distinguia sobremaneira dos outros ensaístas mencionados, e mesmo de Paulo Prado, dentre todos o que mais perto disso chegou. Gilberto Freyre se valeu largamente das fontes de arquivo, mesmo se ele não as citava tão frequentemente, incorporando-as, sem as devidas referências, à sua própria linguagem. Thomas Skidmore chamou a atenção para isso, afirmando que “não deveria ser surpresa que a sua maneira de lidar com a evidência não seja a da história ortodoxa [...] Freyre cita

¹⁸² Citado em LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre uma biografia cultural*, op. cit., p. 572. Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923), egresso da Faculdade de Direito de Recife, depois de ter atuado no jornalismo durante a década de 1870, foi fundador da Academia Pernambucana de Letras e membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Foi autor, entre outras obras de pesquisa, dos *Anais pernambucanos*, dez volumes que cobrem o período entre 1493 e 1850.

¹⁸³ Citado em ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*, op. cit., p. 194.

¹⁸⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit. p. 66-67 (itálico meu).

muitas evidências contemporâneas, mas quase nunca compartilha com o leitor como a sua análise da evidência o levou às suas conclusões [...] Além de seu uso inconseqüente de evidências científicas, Freyre tem o hábito de afirmar *como dados* argumentos para os quais as provas citadas são fracas ou inexistentes”. Em seguida, o brasilianista chega a uma explicação talvez pouco adequada. As razões para a boa acolhida do livro, a despeito de tais inconseqüências, residiriam no fato de que “os padrões para *aquele tipo de prosa* no Brasil dos anos 30 eram menos exigentes em termos de provas, e seus contemporâneos não levantaram isto como crítica importante”.¹⁸⁵ Esse tipo de prosa, aqui entendido como ensaio histórico, talvez não levasse a uma ausência de exigências de ordem metodológicas, como quer o autor, mas certamente ele demandava exigências distintas.¹⁸⁶ Não seria o caso de pensar que para essa tradição ensaística o lugar da comprovação estaria menos nos documentos do que naquele que os leu e pesquisou? Não seria essa, ainda, a razão para a ausência de inúmeras referências em *CG&S*, já que o autor ocupava o lugar da fonte por excelência?

Skidmore reconhece que Freyre organiza seu material à maneira dos autores de ficção. É bem verdade, como se sabe, que no livro há como que uma *pletora literária*, um excesso de elementos tomados, quem sabe, da imaginação do autor que conferem à sua prosa as reconhecidas feições poéticas que não poucos leitores mencionaram. Desde as índias a pentear os cabelos nas águas de algum riacho ou outras a abrir as pernas para colonos “gulosos de mulher” à sombra de frondosos cajueiros, até senhores brancos, estirados dentro de uma rede preguiçosos, “palitando os dentes, fumando charutos, cuspidos no chão, arrotando alto, peidando, deixando-se abanar, agradar e catar piolho pelas mulequinhas, coçando os pés ou a genitalia: uns coçando-se por vício; outros por doença venerea ou da pelle”.¹⁸⁷ Essa última descrição não é apenas uma provocação à visão pomposa que Oliveira Vianna criou para a aristocracia colonial, fazendo os nobres e altivos senhores do *Populações meridionaes* descer aos limites da fisiologia onde se igualam a plebeus; ela é também um exemplo contundente daquela pletora, do passo a mais que Freyre constantemente dava, beirando o lado da ficção e sob o risco de criar no leitor a sensação mencionada por Darcy Ribeiro, de que se “engambelava” ao ler aquele ensaio. Para Freyre, não bastava simplesmente descrever o real tal como ele se dava ao olhar; era preciso colocar nele uma dose extra de realidade, fazendo dele um

¹⁸⁵ SKIDMORE, Thomas. “Raízes de Gilberto Freyre”, op. cit., p. 54-55 (itálico meu).

¹⁸⁶ A etimologia do termo *ensaio* no dicionário Houaiss traz os sentidos de “ato de pesar”, “ponderar”, “avaliar”, além de “prova”, “comprovação”, “tentativa”.

¹⁸⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*, op. cit. p. 468.

“mais real que o real”, como escreveu certa vez. Pode-se pensar que, embora pautado em fontes, seu texto era construído como que à revelia delas, fazendo-as dizer algo a mais, que não estava contido nelas mas que, por meio de uma linguagem hábil, era possível devolver-lhes uma certa dose de experiência. O autor, nesse sentido, assume o primeiro plano nessa tarefa representativa.

Por isso parece ser reducionista a maneira como os biógrafos de Freyre elaboraram a questão, ao afirmar que a obra do sociólogo, assim como a de Caio Prado Jr., marcariam a “*passagem* do ensaísmo à pesquisa empírica”.¹⁸⁸ O próprio livro de Freyre contradiz essa suposta passagem, já que ensaio e pesquisa fazem parte de um mesmo procedimento, o que parece negar, inclusive, outra passagem retirada de sua biografia: a que declara “sua posição ao mesmo tempo de *escritor* e de *cientista social*, oposto tanto ao estreito profissionalismo acadêmico quanto às facilidades do ensaísmo”.

Enfim, Gilberto Freyre escreveu *CG&S* como quem pratica um certo tipo de heresia. Ele não estava nem plenamente *lá*, nem totalmente *aquí*; não assumia todos os requisitos demandados para a historiografia propriamente dita, tampouco se rendeu apenas às peripécias estetizantes da linguagem. Ao mesmo tempo, contestava o empirismo que culminava numa erudição pedante e inútil, e criticava a ornamentação retórica desvencilhada de qualquer contato com a realidade. Escreveu um ensaio da maneira como Theodor Adorno o definiu, quando insinuou que este gênero tão particular obedece a uma única regra, a regra da altercação: “é por isso que a lei formal mais profunda do ensaio é a heresia. Apenas a infração à ortodoxia do pensamento torna visível, na coisa, aquilo que a finalidade objetiva da ortodoxia procurava, secretamente, manter invisível”.¹⁸⁹ As virtudes do herege, portanto, são justamente expandir as possibilidades da escrita da história nacional, não apenas oferecendo um novo modelo interpretativo, mas também apresentando um outro estilo de história.

¹⁸⁸ LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre uma biografia cultural*, op. cit., p. 433 (itálico meu). Os autores ali fazem referência ao artigo de BASTOS, Elide Rugai. “A sociologia nos anos 30. Uma revisão crítica da articulação: raça e cultura”. In: D’INCAO, Maria Angela (org.). *História e ideal. Ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Unesp; Brasiliense, 1989, p. 335-346, embora a autora não utilize tais termos, até mesmo porquê, o artigo versa sobre o livro de 1933 de Caio Prado, em que há muito de ensaio e pouco de “pesquisa empírica”. O que ela chama a atenção, de fato, é a oposição das perspectivas de cada um dos autores.

¹⁸⁹ ADORNO, Thodor W. “O ensaio como forma”. trad. de Jorge de Almeida. In: *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003, p. 45.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Há uma coisa que produz felicidade: restituir a grandeza esquecida e negligenciada a uma posição onde se possa reconhecê-la. Aquele a quem isso é concedido pela fortuna entra numa relação calorosa com espíritos desde muito desaparecidos, e sente-se ele próprio abençoado, quando a similaridade de ações e atitudes se une à ternura por eles, aquela ternura com que ele se afeiçoa a um grande homem como a um amigo”.

G. B. Niehbuhr¹

Ao representar o passado escrevendo *Casa-grande & senzala*, Gilberto Freyre pretendia narrar a própria vida. Por trás da aparente banalidade da afirmação, presente por diversas vezes nos escritos do autor para salientar o valor humanístico e o alcance global da sua obra, esconde-se a complexidade do tema: as relações profundas entre história e experiência. A assertiva, da maneira como colocada, carrega também uma ambigüidade terminológica: dizer *a própria vida* equivale a quê? Seria a “vida em si mesma”, categoria filosófica e, no caso de Gilberto, às vezes mística, de compreensão da história? Ou, por outro lado, seria a “sua vida própria”, o caráter particular e biográfico de uma existência específica no conjunto amplo das experiências vividas? O conveniente, por ora, é manter a ambivalência, a qual permitiu desdobrar sentidos múltiplos para o presente estudo: a vida aqui é tanto objeto a ser perscrutado, ponto de partida para a caminhada, quanto sujeito da investigação, ponto culminante para o qual se dirigem os caminhos.

Campo do real, mas também lugar da verdade, a vida constitui-se como *topos* recorrente da escrita da história e mesmo da consciência histórica, presente desde pelo menos Tucídides e sua história como aquisição para a vida. Mantendo o recorte na historiografia moderna, no regime de historicidade que, bem ou mal, ainda é aquele a partir do qual se escreve a história, ela segue recorrente de uma ponta a outra: de um lado, encontrando em Michelet sua expressão conhecida, a história é toda ela atravessada pela vida em uma simbiose existencial que parece diluir, nos passos do

¹ Citado em WHITE, Hayden. *Meta-história. A imaginação histórica do século XIX*, op. cit., p. 158.

historiador por entre os túmulos do *Père-Lachaise*, a fronteira última com a morte;² no outro lado, o caminhante segue, não pela trilha do cemitério, mas pelos rumos do “jardim do saber”, e nela a história parece rivalizar com vida mostrando para esta, tal como o fez Nietzsche, todas as suas utilidades e, principalmente, as suas desvantagens.³ No século seguinte a dicotomia permanece: se, enquanto produto mais perigoso que a química do intelecto já produziu, a história parece colocar em risco os desígnios da vida,⁴ em outro momento, diante do terror que arruína cada um de seus instantes, ela parece ser a única saída para a redenção humana.⁵ Mesmo a historiografia profissional, supostamente mais autorizada para falar de si mesma, coloca bem distintas ambas as posições. Em um momento, a história visa, em última instância, o reencontro com a vida;⁶ em outro, na superfície da sua escrita, ela constrói “túmulos escriturários”.⁷ Se a história é realmente o saber sobre os homens no tempo, difícil é decidir pela vida ou pela morte.

Gilberto Freyre situa seu grande livro no espaço poroso entre a história, a vida e a morte. Narrador de um tempo do qual ele próprio, em certa medida, presenciou a decadência, produziu a narrativa, por vaidade pessoal ou soberba em demasia, como um grande dispensador de glórias, no meio-caminho entre o poeta e o historiador.⁸ Nesse sentido, do “tempo morto e outros tempos”, pretendia extrair alguma coisa que pudesse dar a si mesmo um sentido para a vivência, sobretudo, para conviver com a morte que se mostrava às claras – como nas ruínas de um engenho de fogo morto: “se toda palavra humana tem de haver-se com a morte, se os homens narram porque se sabem mortais, a epopéia e a história – instaladas ambas na fronteira entre visível e invisível, para evocar, para chamar antes de tudo os que não existem mais – ambas têm como função específica domesticar a morte, socializando-a”.⁹ Pois é bem disso que trata *Casa-grande & senzala*: o canto épico dos feitos heróicos (mesmo que um herói às avessas, como o

² MICHELET, Jules. “Préface de 1869”, op. cit.

³ NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva. Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. trad. de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

⁴ VALÉRY, Paul. “De l’histoire”, op. cit., p. 35-38.

⁵ BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”. In: *Obras escolhidas I*, op. cit., p. 222-234.

⁶ BRAUDEL, Fernand. “Posições da história em 1950”. In: *Escritos sobre a história*. trad. de J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 17-40.

⁷ CERTEAU, Michel de. *L’écriture de l’histoire*, op. cit.

⁸ “Se o aedo de outrora era um dispensador de kléos, de uma glória imortal para os heróis que tinham aceitado morrer por ela no combate, o *histor* sente-se requisitado a ‘produzir’ sua narrativa para impedir (ou, pelo menos, retardar) o apagamento dos traços da atividade de homens que são simplesmente homens”. HARTOG, François. *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*, op. cit., p. 17-18.

⁹ *Ibid.*, p. 18.

senhor deitado na rede cedendo às pressões fisiológicas que incomodavam seu corpo) nos tempos primeiros, sem o juízo imponente dos deuses interferindo nos destinos dos homens, mas com o fardo das intempéries do meio, das raças, das culturas. O livro constitui-se, assim, como o atestado histórico de nascimento de um certo povo e de um certo tipo de sociedade; o primeiro sopro de vida narrado no instante mesmo do seu suspiro derradeiro.

CG&S é, portanto, um trabalho sobre a memória, contra o esquecimento. Todavia, os feitos não chegam aos ouvidos do autor sussurrados pelas musas: eles despontam mediante um trabalho de procura, de investigação, com doses generosas de imaginação criadora. Apesar de tudo, parecem brotar, por uma espécie de geração espontânea, do próprio punho daquele que os escreve, colocando o leitor em uma posição incômoda, confuso entre o realmente acontecido e o simplesmente inventado. O livro segue assim, “quase sempre com fidelidade à ciência, retesando a linguagem para obrigá-la a servir ao conteúdo, mas cuidando-se muito mais do que se permitira qualquer escritor simplesmente ensaísta ou tão somente científico”.¹⁰ O “sentimento de logro” que persiste na leitura, não oculta, entretanto, as pretensões representativas do texto: seja *aedo*, seja *histor*, trata-se, de fato, de uma *representação do passado*.

Nesta tese, procurei estabelecer uma reflexão sobre o processo representativo que Gilberto Freyre elaborou em seu *Casa-grande & senzala*, tentando vislumbrar os mecanismos por ele criados no sentido de conferir legitimidade ao seu discurso histórico. A constatação que foi desde o início apontada é a de que Freyre estabelece uma relação de contigüidade entre autor e obra, uma simbiose em que ambos funcionam de forma a sustentar a validade e a perenidade de cada um: o autor, sempre a interferir na obra, intervindo sobretudo pelas margens, pelos “para-textos” que a constituem (prefácios e notas), mas também em “marcas fortes de enunciação” ao longo do texto, as quais remetem diretamente à presença do autor no livro; a obra, na relativa autonomia que passa a assumir, mantendo constantemente em voga o nome do autor. Mas ele procura igualmente tornar contígua a relação entre texto e realidade, como se seu livro fosse uma expressão, não só fidedigna da realidade representada, mas também como se as palavras perdessem sua opacidade e, como que por uma espécie de encanto discursivo, de fato completassem a tarefa por ele sempre intentada: fazer do verbo carne. É certo, entretanto, que Freyre reconhecia plenamente o papel engendrado pela

¹⁰ RIBEIRO, Darcy. “Gilberto Freyre. Uma introdução a *Casa-grande & senzala*”, op. cit., p. 14.

linguagem, não tomando-a simplesmente como suporte marcado pela transparência, mas fazendo um uso bastante consciente das suas potencialidades. E é de acordo com tal uso que se pode perceber os lugares ocupados pelo autor de dentro do seu relato.

O primeiro deles é marcado pelo signo da viagem, enquanto uma experiência do “estar lá”, possibilitando um procedimento de observação bastante singular. Ela lhe permite operar segundo os parâmetros de uma pesquisa de campo, na qual se desenvolvem mecanismos de visibilidade do real, sendo que não apenas os olhos do autor funcionam como pontos de observação, mas igualmente olhares alheios que são, por uma série de estratégias discursivas, incorporados no registro como se fizessem parte de um único e abrangente olhar legitimador. Nesse sentido, é criado no texto uma espécie de “efeito de presença”, como se Gilberto Freyre estivesse sempre diante da cena narrada, fazendo parte dela, mesmo que o uso dos relatos de viajantes seja desde o início do livro evidenciado. É como se estes funcionassem como lentes que permitissem a ele enxergar um pouco além da sua própria experiência, possibilitando ver mais perto no espaço e, sobretudo, no tempo.

Outro lugar assumido pelo sociólogo dentro do relato é estabelecido pelo aporte mnemônico e não apenas memorialístico da sua narrativa. A diferença é sutil mas significativa, pois pode-se compreender a idéia de memorialismo simplesmente como evocações de lembranças de outrora, enquanto que a outra técnica diz respeito a um certo *uso* da memória, quer seja como faculdade individual de conservar e lembrar estados de consciência passados, quer seja como capacidade de se buscar, através de instrumentos variados (relatos de memória de outros indivíduos, tradições perpetuadas, consulta aos arquivos, *et cetera*), elementos coletivos que dizem respeito a uma memória social mais abrangente. Nesse sentido, recordar e se fazer recordar são colocados num mesmo plano, dizem respeito à mesma tarefa; recordação e pesquisa parecem ocupar o mesmo espaço e ambas resultam dos mesmos princípios, já que uma efetua um trabalho de legitimação sobre a outra: a história é verdadeira, pois é resultado da lembrança realizada, enquanto que esta é fidedigna, já que pode ser corroborada pela pesquisa documental. No vértice dessas duas linhas está situado o autor, como aquele que lembra e como aquele que investiga, ocupando, pois, o posto de testemunha privilegiada do relato.

Enfim, a escrita ensaística não só assumida como sempre defendida por Gilberto Freyre aparece também como lugar importante através do qual o autor se insere no texto. As características normalmente aceitas para o gênero de ensaio histórico por ele

praticado estabelecem esta primazia do autor em relação a outros fatores de legitimidade usuais nos trabalhos dos historiadores, tais como o recurso à documentação, as citações das fontes, a administração das provas, a inserção nos debates coetâneos por meio das discussões bibliográficas, etc. Dessa maneira, o ensaísmo não prima tanto pelo esforço de erudição crítica característico da historiografia, ao mesmo tempo em que ele não se limita a repercutir tão somente o ficcional da escrita literária. No caso de Freyre, quando colocado diante dos demais ensaístas brasileiros, nota-se uma singularidade considerável, que diz respeito ao fato de que há nele um cuidado metodológico muito mais evidente do que em autores como Manoel Bomfim, Oliveira Vianna e mesmo no Sérgio Buarque de *Raízes do Brasil*, alçado mais tarde, por alguns, ao posto de “maior historiador” do Brasil. Não obstante, o que poderia aparecer como um fator de isenção do autor, pois, neste caso, o requisito metodológico é o que garantiria sua representação como legítima, logo se mostra diluído pela escrita heterodoxa levada a efeito em *CG&S*, que tenta a todo o momento evitar a ruptura que separa o lado do sujeito que escreve do lado do objeto escrito. Incorporando a linguagem coloquial e cotidiana em seu registro, Freyre cria a impressão de que, no fundo, ele está falando dele mesmo.

Essa hipóstase do autor efetuada no livro, constituído como substância fundamental e permanente da narrativa, é o dado mais significativo que cabe ressaltar na temática abordada na tese, dado que se torna perceptível ainda pela formulação precisa feita por seus biógrafos: “todo Gilberto Freyre conflui para *Casa-grande & senzala*”.¹¹ Ricardo Benzaquen já afirmou com muita propriedade que o escritor acaba por se tornar personagem dele mesmo, como se toda a atividade de escrita do livro fosse uma atividade feita em primeira pessoa, não obstante o fato dele normalmente falar de si mesmo na terceira, como o “Autor” (com inicial maiúscula!). Dessa maneira, situar o autor no centro do relato, como um imponente fator de validação do discurso, não tem apenas a função de legitimar o texto perante o público; trata-se também de uma experiência de escrita que o autor mantém para si mesmo: “é como se ele experimentasse com toda a naturalidade, ao escrever, sensações idênticas ou ao menos prefiguradas pelas dos seus antepassados coloniais, sensações que inclusive não precisam ser obrigatoriamente preservadas em uma tradição contínua, ininterrupta,

¹¹ LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre uma biografia cultural*, op. cit., p. 426.

como a da cozinha patriarcal, mas que se conservam como uma possibilidade cultural”.¹²

Há na elaboração de *CG&S* uma espécie de sublimação da experiência; da experiência histórica sobre a qual se escreve, da experiência pessoal daquele que escreve e da própria experiência de escrita. Frank Ankersmit recentemente discorreu sobre esse tema e suas colocações podem tornar mais compreensível o intento de Gilberto Freyre ao se debruçar sobre “o drama” da formação histórica do Brasil e do brasileiro.¹³ O termo fundamental da reflexão do analista é a noção de *experiência*. Para Ankersmit, o recurso à experiência funciona, em primeiro lugar, como uma revolta contra as reduções puramente teóricas feitas sobre o passado, como se toda a relação mantida com os tempos decorridos fosse passível de sofrer uma plena abstração conceitual; em segundo lugar, a experiência possibilita também contornar os efeitos nocivos, segundo o autor, do fechamento discursivo, limitando a consciência histórica apenas àquilo que se pode traduzir em linguagem. Ou seja, o seu objetivo é pensar ou repensar as possíveis relações entre experiência, consciência e linguagem, a partir do que define a prática historiográfica. Ele se coloca claramente numa defesa do subjetivismo ou do que chama de “um novo romantismo”, marcadamente voltado para a personalidade do historiador.

Embora muitas de suas posições possam ser questionadas, o que interessa aqui é reter algumas de suas idéias que me parecem pertinentes para o entendimento da empreitada freyreana. Assim, um termo que é colocado em relação direta com a experiência é a idéia de “formação” (*Bildung*), já que se trata, no limite, do trabalho de constituição do historiador como sujeito de uma experiência. Recorrendo à noção kantiana do “sublime” (relativa à transcendência da finitude humana), Ankersmit sugere que “*a sublimidade da experiência histórica (the sublimity of historical experience) se origina dessa união paradoxal dos sentimentos de perda e de amor, isto é, da combinação de sofrimento e prazer em como nos relacionamos com o passado*”.¹⁴ Colocando a relação no plano afetivo, desloca-se a questão entre experiência e verdade, onde o autor salienta não estar aquela numa mera posição de servidão diante desta. Em outras palavras, o *sentimento* dirigido ao passado não é menos importante do que o

¹² ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*, op. cit., p. 187-188.

¹³ ANKERSMIT, Frank. *Sublime historical experience*. Stanford: Stanford University Press, 2005. Trata-se do desenvolvimento de concepções esboçadas uma década antes, expostas, por exemplo, em ANKERSMIT, Frank. *La experiencia histórica*. Discurso inaugural para a cátedra em teoria da história na Universidade Estatal de Groningen, 23 de março de 1993.

¹⁴ ANKERSMIT, Frank. *Sublime historical experience*, op. cit., p. 9.

conhecimento que se produz a partir dele, e ele não pode simplesmente ser inserido no plano do verdadeiro ou falso. Seu estatuto é de outra ordem.

No entender de Frank Ankersmit, o passado aparece como algo podendo ser novamente experienciado. Evidentemente, há elementos mediadores nessa prática, além da própria temporalidade que surge como mediação incontornável na relação mantida com ele. Isso é o que se pode definir como “protuberâncias do passado no presente” e, dessa maneira, “a noção de experiência histórica não requer necessariamente o súbito desaparecimento da dimensão do tempo ou alguma união mística com o passado, pois o passado pode ser adequadamente dito para o presente nos artefatos por ele legados”.¹⁵ O que define, então, a sensação de imediatismo da experiência é o ato de reconhecimento que ela engendra, como se de fato se tratasse de uma espécie de retorno de algo já perdido, conhecido, embora não fosse possível ainda se dar conta disso. A “experiência histórica, então, é um encontro direto não apenas com o passado em sua veste quase-numenal (*in its quasi-noumenal attire*) mas também com a aura do mundo que nós perdemos”.¹⁶ O passado em si, na sua unicidade fundamental, pode ser, segundo o analista, retomado por meio de uma experiência histórica sublimada que diluiria a distância entre presente e passado, possibilitada tão somente pela experiência de subjetividade que caracteriza essa relação como um trauma: “a experiência do passado distanciando-se (*breaking away*) do presente. O passado é então nascido da experiência traumática do historiador de ter entrado em um mundo novo e da consciência (*awareness*) de ter perdido para sempre, irremediavelmente, um mundo anterior”.¹⁷

Poder-se-ia ainda aqui mencionar, em virtude da proximidade dessas concepções, a “idéia de história” sugerida por Robin George Collingwood, na qual todo o conhecimento histórico é totalmente tributário do pensamento do historiador, o qual realiza a complexa tarefa de “re-encenação” (*re-enactment*) do pensamento passado no seu próprio espírito (*mind*).¹⁸ Mas para o ensejo proposto, a elaboração mais recente de Ankersmit é suficiente para se poder verbalizar a amplitude dos anseios de Gilberto Freyre. O sentimento de perda é notório desde as páginas de seu diário, onde formulava em palavras todas as transformações por que passava sua terra natal, principalmente no âmbito particular do Recife. Seu retorno dos estudos no exterior foi também a passagem por uma fronteira temporal que lhe permitiu constatar com considerável acuidade as

¹⁵ *Ibid.*, p. 115.

¹⁶ *Ibid.*, p. 265.

¹⁷ *Ibid.*, p. 265.

¹⁸ COLLINGWOOD, Robin George. “Epilegomena”. In: *The idea of history*, op. cit., p. 205-334.

distinções entre tradição e progresso, entre passado, presente e futuro. O fato não o conduziu, ao contrário do que muitos já propagaram, a uma simples nostalgia diante dos “bons e velhos tempos” (*the good old days*), mas motivou-o a oferecer uma resposta singular à questão do tempo da nação que se colocava àquela geração de intelectuais dos princípios do século XX, como se sugeriu na introdução da tese. Destrinchando as fibras que compõe o tecido de sua argumentação, é possível perceber como as escolhas feitas por Freyre lhe abriram uma via original de se pensar a história brasileira em seus momentos formadores, caracterizada por esse sentido de contigüidade pautada por uma concepção de tempo homogêneo, que permitia a ele organizar a temporalidade segundo um sentido previsto: a formação de uma sociedade, feita segundo o contato de elementos constituintes distintos mas numa relação de antagonismo equilibrado; todavia, tais escolhas igualmente lhe fecharam outras possibilidades que se mostravam iminentes no período em que ele escreveu CG&S: buscar a distância, pensando a ruptura e a superação do passado, como foram os casos, por exemplo, de Manoel Bomfim, Caio Prado Jr., e Sérgio Buarque de Holanda, o que pressupunha, evidentemente, um outro tipo de atitude no presente.

É certo que a relação com o passado mantida por Freyre não era a de mero necrófilo. A consciência de geração que ele soube alimentar ofereceu mecanismos de atuação em seu próprio contexto: “Gilberto opta decididamente por dispor a sua reflexão em uma linha de *ação*, de questionamento e de intervenção nos problemas de sua época, pretendendo criar um fato novo e, se possível, alterar até mesmo o curso da história”.¹⁹ A atividade de reescrever a história segundo princípios diversos lhe parecia a mais proveitosa. Para tanto, a tomada de uma posição epistemológica bem definida era condição primeira: se, diante da historiografia propriamente dita, é possível notar um certo “retrocesso” do ponto de vista da crítica histórica, pelo menos se isso for encarado em relação à postura de um Capistrano de Abreu, é igualmente possível aventar a hipótese de que ele superou tal modelo, já que seu livro marca um notável avanço no quesito da síntese interpretativa. Nesse sentido, CG&S define um *estilo* ímpar de escrita da história, no qual as tarefas de representar o passado da nação e ordenar a sua temporalidade emergem consoantes à promulgação de um sentido de continuidade histórica.

¹⁹ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*, op. cit., p. 173. Ver ainda o texto de 1924, FREYRE, Gilberto. *Apologia pro generatione sua*, op.cit., onde tais questões despontam de forma bastante explícita.

A busca pela *intencionalidade* subjacente à feitura do livro permitiu compreender ainda uma parte das estratégias utilizadas pelo autor no cumprimento daquelas tarefas. A convergência teórica entre *estilo* e *intencionalidade* possibilitou, desse modo, descortinar uma perspectiva bastante interessante para se reler uma obra tão constantemente relida e revisitada, ao mesmo tempo em que encaminhou a reflexão para o âmbito do texto propriamente dito, tentando vislumbrar em sua materialidade as condições mesmas de sua legitimidade. O parâmetro criado a partir da obra de Euclides da Cunha favoreceu o desenrolar da argumentação, fazendo-se notar duas posições bastante diferentes e, em muitos casos, antagônicas. *Os sertões* e *Casa-grande & senzala* apontam para duas figuras autorais diferenciadas: Euclides ocupa o lugar de uma espécie de “médico”, oferecendo um diagnóstico sobre a nação, através da observação distanciada (embora não impessoal ou fria), indicando depois dela a linearidade ou a causalidade do diagnóstico – porque se trata de uma nação adoecida, as coisas se passaram daquela maneira, ou seja, a guerra de Canudos como um acesso de insanidade que culminou em um crime de largas proporções; Gilberto, por sua vez, aparece à semelhança de um “antiquário”, colecionando peças do passado como *souvenirs* que o colocam um tanto mais perto dele, fazendo-o ver de perto os tempos de outrora, às custas, todavia, de certa desordem metódica que acaba por tomar o passado como um todo indistingüível. Se, desde os princípios dos tempos modernos, muitos antiquários eram também práticos da medicina, aqui não vem ao caso.

Enfim, se o *autor* como figura-chave nesta investigação, ocupou com sua marcante presença longas páginas do estudo, nada mais justo que suas próprias palavras encerrassem este trabalho. A passagem se refere a uma situação bastante pessoal, o beijo dado em uma garota, no ano de 1921, na cidade de Nova York, fato registrado em seu diário pessoal. Como no seu caso vida íntima e obra pública se misturam, não seria, portanto, descabido flagrá-lo neste momento sobremaneira reservado, sugerindo que a mesma sensação experimentada naquela ocasião pudesse ser projetada em sua relação com o passado, na experiência histórica com ele mantida: “é colecionando as recordações de momentos assim intensos e preciosos que um indivíduo se enriquece. Guardo algumas dessas recordações. Uma vez por outra retiro-as da memória e vivo-as uma segunda, uma terceira, uma quarta, uma quinta vez [...] É como eu gostaria de guardar certos instantes: como se eles tivessem existência própria e fossem como jóias que se destacassem do tempo para não serem desgastadas por ele. E persistissem como

instantes vivos e não simples e meio mortas sobrevivências na memória ou na saudade de quem os experimentou”.²⁰

²⁰ FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, op. cit., p. 52-53.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, J. Capistrano de. “A literatura brasileira contemporânea”. In: *Ensaios e estudos (crítica e história)*. 1ª. série. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1931.
- ABREU, J. Capistrano de. “Necrologio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro”. In: *Ensaios e estudos (crítica e história)*. 1ª. série. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1931.
- ABREU, Regina. “O livro que abalou o Brasil: a consagração de *Os sertões* na virada do século”. In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 5 (suplemento), 1998.
- ABREU, Regina. *O enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro: Funarte; Rocco, 1998.
- ADORNO, Thodor W. “O ensaio como forma”. trad. de Jorge de Almeida. In: *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido. Tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANDRADE, Mário. “A escrava que não é Isaura (discurso sobre algumas tendências da poesia modernista)”. In: *Obra imatura*. São Paulo: Martins, 1960.
- ANDRADE, Mário. “Prefácio interessantíssimo”. In: *Poesias completas*. 3ª. edição. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972.
- ANDRADE, Mário de. *Macunaíma. O herói sem nenhum caráter*. Edição crítica coordenada por Telê Porto Ancona Lopez. Paris: Allca XX, 1996.
- ANDRADE, Olímpio de Sousa. *História e interpretação de “Os sertões”*. São Paulo: Edart, 1960.
- ANKERSMIT, Frank. *La experiencia histórica*. Discurso inaugural para a cátedra em teoria da história na Universidade Estatal de Groningen, 23 de março de 1993.
- ANKERSMIT, Frank. *Sublime historical experience*. Stanford: Stanford University Press, 2005.
- ARANHA, Graça. “O espírito moderno”. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro. Apresentação crítica dos principais manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 até hoje*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária (seleção e apresentação de Alfredo Bosi)*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Ronda noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu”. In: *Estudos Históricos*, n. 1, 1988.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Castelos no ar: notas sobre Portugal em *Aventura e rotina*”. In: QUINTAS, Fátima (org.). *Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*. Recife, 21 a 24 de março de 2000. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2000.

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz. Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. 2ª. edição. São Paulo: Editora 34, 2005.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. trad. de trad. de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’”. In: MICELI, Sérgio. *História das ciências sociais no Brasil*. Vol. II. São Paulo: Sumaré, FAPESP, 1995.
- ASSIS, Machado de. “Discurso de Machado de Assis presidente (sessão de abertura, em 20 de julho de 1897)”. In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, vol. I, julho de 1910.
- ATHAYDE, Tristão de. “Política e letras”. In: CARDOSO, Vicete Licínio (org.). *À margem da história da república (ideias, crenças e afirmações). Inquerito por escriptores da geração nascida com a república*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1924.
- AZEVÊDO, Neroaldo Pontes. *Modernismo e regionalismo. Os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.
- BALZAC, Honoré de. *A comédia humana*. trad. de Vidal de Oliveira (et alli). São Paulo: Globo, 1993.
- BANN, Stephen. “Clio em parte: sobre antiquariado e fragmento histórico”. In: *As invenções da história. Ensaio sobre a representação do passado*. trad. de Flávia Villas-Boas. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.
- BARBOSA, João Alexandre. “Pequenas variações sobre o ensaio”. In: *Entre livros*. Cotia: Ateliê Editorial, 1999.
- BARBOZA, Januario da Cunha. “Discurso”. In: *RIHGB*, tomo I, 1839.
- BARNES, Harry Elmer. “The newest history”. In: *History and social intelligence*. New York: The Revisionist Press, 1972.
- BARNES, Harry Elmer. “Recent historical tendencies”. In: *History and social intelligence*. New York: The Revisionist Press, 1972.
- BARNES, Harry Elmer. “The race myth”. In: *History and social intelligence*. New York: The Revisionist Press, 1972.
- BARROS, Myrian Moraes Lins de. “Memória e família”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.
- BARTHES, Roland. “Maitres et Esclaves”. *Les Lettres Nouvelles*. Paris, v.1, mar. 1953.
- BARTHES, Roland. *Aula*. Aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França (1977). trad. de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2002.
- BARTHES, Roland. “O efeito de real”. trad. de António Gonçalves. In: *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, s/d.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branco e negro em São Paulo. Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 2ª. Edição (revista e ampliada). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

- BASTOS, Elide Rugai. “A sociologia nos anos 30. Uma revisão crítica da articulação: raça e cultura”. In: D’INCAO, Maria Angela (org.). *História e ideal. Ensaio sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Unesp; Brasiliense, 1989.
- BASTOS, Elide Rugai. “Gilberto Freyre: um escritor ibérico”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica. Paris: ALLCA XX, 2002.
- BAXANDALL, Michael. *Painting and experience in fifteenth-century Italy*. 2nd edition. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção. A explicação histórica dos quadros*. trad. de Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BENJAMIN, Walter. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. trad. de Sérgio Paulo Rouanet. In: *Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”. trad. de Sérgio Paulo Rouanet. In: *Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENVENISTE, Émile. “Structure des relations de personne dans le verbe”. In: *Problèmes de linguistique générale I*. Paris: Gallimard, 1966.
- BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos. Prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1995.
- BERNUCCI, Leopoldo M. “Prefácio”. In: CUNHA, Euclides da. *Os sertões. Campanha de Canudos*. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial do Estado; Arquivo do Estado, 2001.
- BERNUCCI, Leopoldo. “Pressupostos historiográficos para uma leitura de *Os sertões*”. In: *Revista USP*, n. 54, junho/agosto 2002.
- BILAC, Olavo. *Ultimas conferencias e discursos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1927.
- BLANCKAERT, Claude. “Unité et altérité. La parole confisquée”. In: BLANCKAERT, Claude (textes rassemblés et présentés par). *Naissance de l’ethnologie?* Paris: Les Éditions du Cerf, 1985.
- BLANCKAERT, Claude. “1800 – Le moment ‘naturaliste’ des sciences de l’homme”. In: *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, n°. 3, 2000.
- BLANCKAERT, Claude. *La nature de la société. Organicisme et sciences sociales au XIXe siècle*. Paris: L’Harmattan, 2004.
- BÔAS, Glaucia Villas. “O tempo da casa grande”. In: *Dados. Revista de Ciências Sociais*, vol. 31, n° 3, 1988.
- BÔAS, Glaucia Villas. “Iluminista e romântico: o tempo passado em *Os sertões* de Euclides da Cunha”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol. V (suplemento), 1998.
- BÔAS, Glaucia Villas. “Casa grande e terra grande, sertões e senzala: duas interpretações do Brasil”. In: *Ibieroamericana*, IV, 13, 2004.
- BOEIRA, Luciana. *O discurso do método nos prefácios de Varnhagen*. Texto não publicado.

- BOMFIM, Manoel. *A America Latina. Males de origem*. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1905.
- BOMFIM, Manoel. *O Brazil na America. Caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929.
- BORDAS, Eric. “Penser le style?”. In: *Critique*, n. 718, mars 2007.
- BORGES, Dain. “Como e por que a escravidão voltou à consciência nacional na década de 30”. In: KOSMINSKY, Ethel et alli (orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- BOSI, Alfredo. “Um mito sacrificial: o indianismo de Alencat”. In: *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOSI, Alfredo. “Situação de *Macunaíma*”. In: ANDRADE, Mário de. *Macunaíma. O herói sem nenhum caráter*. Edição crítica coordenada por Telê Porto Ancona Lopez. Paris: Allca XX, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. “L’illusion biographique”. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 62/63, 1980.
- BOURDIEU, Pierre; DELSAUT, Yvette. “Pour une sociologie de la reception”. In: *Actes de la recherche en sciennces sociales*, vol. 40, n. 1, 1981.
- BOUTRY, Philippe. “Certezas e descaminhos da razão histórica”. In: BOUTIER, Jean et JULIA, Dominique (orgs.) *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. trad. de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ: Editora FGV, 1998.
- BRAIT, Beth (org.). *O sertão e Os sertões*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.
- BRAUDEL, Fernand. “Posições da história em 1950”. In: *Escritos sobre a história*. trad. de J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BRAUDEL, Fernand. “À travers un continent d’histoire. Le Brésil et l’ouvre de Gilberto Freyre”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica. Paris: ALLCA XX, 2002.
- BRIGGS, Asa. “Gilberto Freyre e o estudo da história social”. In: GILBERTO Freyre na Universidade de Brasília: conferências e comentários de um simpósio internacional realizado em Brasília de 1980. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.
- BUFFON, Georges Louis Leclerc, Comte de. “De l’art d’écrire”. In: *Ouvres philosophiques*. Texte établi et présenté par Jean Piveteau. Paris: PUF, 1954.
- BUFFON, Georges Louis Leclerc, Comte de. “Discours prononcé a l’Académie françoise par M. de Buffon, le jour de sa réception”. In: *Ouvres philosophiques*. Texte établi et présenté par Jean Piveteau. Paris: PUF, 1954.
- BURKE, Peter. “Gilberto Freyre e a nova história”. In: *Tempo Social*. São Paulo, v. 9, n° 2, out. 1997.
- BURKE, Peter. “O pai do homem: Gilberto Freyre e a história da infância”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica. Paris: ALLCA XX, 2002.

- BURKE, Peter; PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. “Hiato de uma vida”. In: *Mais!*, 2 de dezembro de 2007.
- CALIL, Carlos Augusto. “Introdução”. In: PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 8ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CANDIDO, Antonio. “A revolução de 1930 e a cultura”. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.
- CANDIDO, Antonio. “Letras e idéias no período colonial”. In: *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.
- CANDIDO, Antonio. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”. In: *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.
- CANDIDO, Antonio. “O significado de ‘Raízes do Brasil’”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- CARVALHO, Ronald. *Pequena história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Comp., 1919.
- CARVALHO, Ronald. *Pequena história da literatura brasileira*. 13ª. edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
- CASTELLO, José Aderaldo. *José Lins do Rêgo: modernismo e regionalismo*. São Paulo: Edart, 1961.
- CASTRO, Aloysio de; CHILDE, A. *Rapport d'ensemble sur les aspects principaux de la vie intellectuelle au Brésil*. La Haye, Martinus Nijhoff, 1924.
- CERTEAU, Michel de. “Une épistémologie de transition: Paul Veyne”. In: *Annales E.S.C.*, XXVIII, 1972.
- CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1975.
- CERTEAU, Michel de. “Histoire et anthropologie chez Lafitau”. In: BLANCKAERT, Claude (textes rassemblés et présentés par). *Naissance de l'ethnologie?* Paris: Les Éditions du Cerf, 1985.
- CERTEAU, Michel de. “A operação histórica”. trad. de Theo Santiago. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- CEZAR, Temístocles. “Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica”. In: *História em Revista*, Pelotas, v. 6, dezembro/2000.
- CEZAR, Temístocles Américo Correa. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen*. 2 tomes. Thèse de doctorat en histoire. Paris: EHESS, 2002.
- CEZAR, Temístocles. “Thevet e Léry: visão, crença e história no Brasil do século XVI. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem”. In: *Ciências & Letras*, nº 37, jan-jun de 2005.

- CEZAR, Temístocles. *Varnhagen in movement: a brief anthology of an existence*. Translated by Eoin Paul O'Neill. *Topoi*, 2007, vol.3.
- CHACON, Vamireh. *Gilberto Freyre. Uma biografia intelectual*. Recife: Editora Massangana; São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1993.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CIORANESCU, Alexandre. “Les ruines, cadavres exquis”. In: *Diogène*, n. 103, 1978.
- CLIFFORD, James. “As fronteiras da antropologia, entrevista com James Clifford”. trad. de Patrícia Farias. In: *A experiência etnográfica. Antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 1998.
- CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica”. trad. de Patrícia Farias. In: *A experiência etnográfica. Antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 1998.
- COLLINGWOOD, Robin George. *The idea of history*. Edited with an introduction by Jan Van Der Dussen. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- CORREIA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira”. In: ARANTES, Antônio Augusto et alii. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- COUTINHO, Afrânio. “Nota editorial”. In: CUNHA, Euclides. *Obra completa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editôra, 1966.
- COUTINHO, Afrânio. *As formas da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Bloch: Oficina Literária Afrânio Coutinho, 1984.
- CUNHA, Euclides. “Discurso de Euclides da Cunha”. In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Ano II, n. 3, 1911.
- CUNHA, Euclides. *À margem da história*. 4ª. edição. Porto: Livraria Chardon, de Lelo & Irmão, L.da, 1926.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões. Campanha de Canudos*. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial do Estado; Arquivo do Estado, 2001.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Ática, 2004.
- D'ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta. O pensamento de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e/ou literárias nordestinas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- DAMATTA, Roberto. “Dez anos depois: em torno da originalidade de Gilberto Freyre”. In: *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, nº 24, 1987.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. “Os sertões e sua cena original”. In: AGUIAR, Flávio ; CHIAPPINI, Ligia (orgs.). *Civilização e exclusão. Visões do Brasil em Érico Veríssimo, Euclides da Cunha, Claude Lévi-Strauss e Darcy Ribeiro*. São Paulo: Boi Tempo, 2001.
- DESCARTES, René. “O discurso do método”. trad. de Enrico Corvisieri. In: *Descartes*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- DIMAS, Antonio et alii (orgs.). *Reinventar o Brasil. Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Editora da USP, 2006.

- DIMAS, Antonio. “Barco de proa dupla: Gilberto Freyre e Mário de Andrade”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica. Paris: ALLCA XX, 2002.
- DORIA, Franklin. “A independencia do Brazil. Ensaio historico”. In: *RIHGB*, tomo LIX, parte 2, 1897.
- DROUIN, Jean-Marc. “De Linné à Darwin: les voyageurs naturelistes”. In: SERRES, Michel (sous la direction de). *Éléments d’histoire ds sciences*. Paris: Bordas, 1989.
- DUBOIS, Philippe. “Le voyage et le livre (au voyageur oblique)”. In: JACOB, Christian et LESTRINGANT, Frank (communications réunies et présentées par). *Arts et légends d’espaces. Figures du voyage et rhétorique du monde*. Paris: Presses de l’École Normale Supérieur, 1981.
- DUCHET, Michèle. “De l’histoire morale à la description des moeurs: Lafitau”. In: *Le partage des savoirs. Discours historique, discours ethnologique*. Paris: Éditions La Découverte, 1985.
- DUCHET, Michèle. “Aspects de l’anthropologie des lumières”. In: *Essais d’anthropologie: espace, langues, histoire*. Paris: PUF, 2005.
- DUCHET, Michèle. “Les sociétés dites ‘sans histoire’ dans l’histoire”. In: *Essais d’anthropologie: espace, langues, histoire*. Paris: PUF, 2005.
- EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade. Uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- ELIAS, Norbert. “Sociogênese da diferença entre ‘kultur’ e zivilisation’ no emprego alemão”. trad. de Ruy Jungmann. In: *O processo civilizador*. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ENCYCLOPÉDIE, ou dictionnaire universel raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres. Tome V. Paris, 1755.
- FABIAN, Johannes. “Preface and acknowledgments”. In: *Time and the other. How anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press, 1983.
- FABIAN, Johannes. “Time and the emerging other”. In: *Time and the other. How anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press, 1983.
- FABIAN, Johannes. “Culture, time, and the object of anthropology”. In: *Time and the work of anthropology. Critical essays 1971-1991*. Herwood Academic Publishers: 1991.
- FACIOLI, Valentim. “Euclides da Cunha: consórcio de ciência e arte (Canudos: o sertão em delírio)”. In: BRAIT, Beth (org.). *O sertão e Os sertões*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.
- FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo do (orgs.). *Juízos críticos. Os sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial; Editora da Unesp, 2003.
- FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza (orgs.). *O imperador das idéias. Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- FALCÃO, Joaquim. “A luta pelo trono: Gilberto Freyre versus USP” In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza (orgs.). *O imperador das idéias. Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- FALCÃO, Vânia L. S. de Barros. *Casa-grande & senzala: um espaço textual de tramas e confluências*. Tese de doutorado em Letras. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

- FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.
- FEBVRE, Lucien. “Brésil, terre d’histoire”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica. Paris: ALLCA XX, 2002.
- FERNANDES, Florestan. *A etnologia e a sociologia no Brasil. Aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira*. São Paulo: Anhembi, 1958.
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.
- FERNANDES, Florestan. “Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil”. In: *A sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. etrópolis: Vozes, 1977.
- FONSECA, Edson Nery da (org.). *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*. Artigos reunidos e comentados por Edson Nery da Fonseca. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985.
- FONSECA, Edson Nery da. “*Casa-grande & senzala* como obra literária”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica coordenada por Guillermo Giucci, Enrique Rodríguez Larreta e Edson Nery da Fonseca. Paris: ALLCA XX, 2002.
- FONSECA, Edson Nery da. “Recepção de *Casa-grande & senzala* no Recife dos anos 30 e 40”. In: KOSMINSKY, Ethel et alli (orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003.
- FOUCAULT, Michel. “Préface (à la deuxième édition)”. In: *Histoire de la folie à l’âge classique*. Paris: Gallimard, 1972.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. trad. de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- FOUCAULT, Michel. “Qu’est-ce qu’un auteur?”. In: *Philosophie. Anthologie*. Paris: Gallimard, 2004.
- FRANÇOSO, Mariana de Campos. *Um outro olhar: a etnologia alemã na Obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Diisertação de mestrado em antropologia social. Campinas: Unicamp, 2004.
- FRESTON, Paul. “Um império na província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife”. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. Vol. I. São Paulo: Sumaré, 2001.
- FREUD, Sigmund. “Mourning and melancholia”. In: *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. Vol. XIV (1914-1916). London: The Hogarth Press, 1957.

- FREYRE, Fernando de Mello. “Gilberto Freyre: ontem e hoje, além do apenas moderno”. In: KOSMINSKY, Ethel et alli (orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003.
- FREYRE, Gilberto. “Social life in Brazil in the middle of the nineteenth century”. In: *The Hispanic American Historical Review*. Vol. 5, 1922.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala. Formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt Ltda., 1933.
- FREYRE, Gilberto. “Documentos brasileiros”. In: HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raizes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- FREYRE, Gilberto. “Introdução”. In: CUNHA, Euclides da. *Canudos (Diário de uma expedição)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
- FREYRE, Gilberto. *Atualidade de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1941 (versão eletrônica disponível no site da Fundação Gilberto Freyre).
- FREYRE, Gilberto. “Um escravo velho”. In: *O Diário de Pernambuco*, 2 de julho de 1942 (versão eletrônica disponível no site da Fundação Gilberto Freyre).
- FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou escritor*. João Pessoa: Universidade da Paraíba, 1965 (versão eletrônica disponível no site da Fundação Gilberto Freyre).
- FREYRE, Gilberto. “Euclides da Cunha revelador da realidade brasileira”. In: CUNHA, Euclides. *Obra completa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editôra, 1966.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 1º Tomo. 13ª edição brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.
- FREYRE, Gilberto. *Seleção para jovens*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1971.
- FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos. Trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade, 1915-1930*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- FREYRE, Gilberto. “Discurso”. In: *Sessão de homenagem a Gilberto Freyre*. Academia de Ciências de Lisboa, 1983.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.
- FREYRE, Gilberto. “Depoimento”. In: *Cientistas do Brasil*. São Paulo: SBPC, 1998.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica. Paris: ALLCA XX, 2002.
- FREYRE, Gilberto. “Como e porque escrevi *Casa-grande & senzala*” (1968). In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica. Paris: ALLCA XX, 2002.
- FUMAROLI, Marc. “Les abeilles et les araignées”. In: *La querelle des anciens et des modernes*. Paris: Gallimard, 2001.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Morte da memória, memória da morte: da escrita em Platão”. In: *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- GAIO, André Moysés. *Modernismo e ensaio histórico*. São Paulo: Cortez, 2004.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. “Apresentação (à edição crítica)”. In: CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Ática, 2004.

- GALVÃO, Walnice Nogueira. “O preço da modernização”. In: CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Ática, 2004.
- GAY, Peter. *O estilo na história*. trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas. O antropólogo como autor*. trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.
- GENETTE, Gérard. *Seuils*. Paris: Gallimard, 1987.
- GILBERTO FREYRE: *sua ciência, sua filosofia, sua arte. Ensaio sobre o autor de Casagrande & senzala e sua influência na moderna cultura do Brasil, comemorativos do 25º aniversário da publicação desse seu livro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. trad. de Federico Carotti. In: *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GIUCCI, Guilherme; LARRETA, Enrique Rodríguez; NERY da FONSECA, Edson. “Notas sobre a primeira edição”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica. Paris: ALLCA XX, 2002.
- GIUCCI, Guilherme; LARRETA, Enrique Rodríguez. “Casa-grande & senzala. História da recepção”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica. Paris: ALLCA XX, 2002.
- GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodríguez. *Gilberto Freyre uma biografia cultural. A formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodríguez. “Debate emperrado”. In: *Mais!*, 9 de dezembro de 2007.
- GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores. A política cultura do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- GOMES, Angela de Castro (organização, introdução e notas). *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.
- GOMES, Gínia Maria de Oliveira. *A travessia de uma Terra ignota: leitura de Os sertões, de Euclides da Cunha*. Tese de doutorado em literatura brasileira. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- GONTIJO, Rebeca. “Manoel Bomfim, ‘pensador da história’ na primeira república”. In: *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, 2002.
- GRAFTON, Anthony; SHELFORD, April; SIRAISSI, Nancy. *New Worlds, Ancient Texts: The Power of Tradition and the Shock of Discovery*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. “História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação”. In: *Manguinhos – História, Ciências, Saúde*, vol. II, jul.-out., 2000.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história”. In: *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, 2000.

- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Historiografia e cultura histórica: notas para um debate”. *Revista Ágora*. Vol. 11, n. 1, 2005.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Cascatas da modernidade”. trad. de Lawrence Flores Pereira. In: *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- HARTOG, François. “O tempo desorientado. Tempo e história: ‘como escrever a história da França’”. trad. de Eliane Cezar. In: *Anos 90*, Porto Alegre, nº 7, julho de 1997.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. trad. de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.
- HARTOG, François. “A testemunha e o historiador”. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- HARTOG, François. “Introdução”. In: *A história de Homero a Santo Agostinho*. trad. de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.
- HARTOG, François. “Primeiras figuras do historiador na Grécia: historicidade e história”. In: *Os antigos, o passado e o presente*. trad. de Sonia Lacerda, Marcos Veneu, José Otávio Guimarães. Brasília: Editora da UNB, 2003.
- HARTOG, François. *Régimes d’historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.
- HARTOG, François. *O século XIX e a história. O caso Fustel de Coulanges*. trad. de Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.
- HARTOG, François. “Anciens, modernes, sauvages”. In: *Anciens, modernes, sauvages*. Paris: Galaade Éditions, 2005.
- HARTOG, François. “Du parallèle à la comparaison”. In: *Anciens, modernes, sauvages*. Paris: Galaade Éditions, 2005.
- HARTOG, François. “Michelet, a história e a ‘verdadeira vida’”. trad. de Temístocles Cezar. In: *Ágora*. Santa Cruz do Sul, vol. 13, nº 1, jan/jun 2005.
- HARTOG, François. *Évidence de l’histoire. Ce que voient les historiens*. Paris: Éditions EHESS, 2005.
- HÉLIO, Mário. *O Brasil de Gilberto Freyre. Uma introdução à leitura de sua obra*. Recife: Comunigraf, 2000.
- HERSCHBERG PIERROT, Anne. *Le style en mouvement. Littérature et art*. Paris: Belin, 2005.
- HOLANDA, Maria Amélia Buarque de. “Apontamentos para a cronologia de Sérgio Buarque de Holanda”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa dos 70 anos, organizada por Ricardo Benzaquen do Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa dos 70 anos, organizada por Ricardo Benzaquen do Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

- HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: PUC/RS, 2007.
- HUMBOLDT, Georges Wilhelm von. *La tâche de l'historien*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1985.
- HUME, David. “L’art de l’essai”. In: *Essais et traités sur plusieurs sujets. Essais moraux, politiques et littéraires (première partie)*. Paris: J. Vrin, 1999.
- IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- IANNI, Octavio. “Estilos de pensamento”. In: BASTOS, Elide Rugai; MORAES, João Quartim de (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- IGLÉSIAS, Francisco. “Leitura historiográfica de Oiveira Vianna”. In: BASTOS, Elide Rugai; MORAES, João Quartim de (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- JOÃO DO RIO. *O momento literario*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, s/d.
- KAUFFMANN, R. Lane. “La voie diagonale de l’essai: une méthode sans méthode”. In: DUMONT, François. *Approches de l’essai. Anthologie*. Québec: Éditions Nota Bene, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. *L’expérience de l’histoire*. Paris: Gallimard, Le Seuil, 1997.
- KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. “O futuro passado dos tempos modernos”. In: *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006.
- KOSMINSKY, Ethel et alli (orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003.
- KRIEGEL, Blandine. *L’histoire à l’Age classique II: la défaite de l’érudition*. Paris: Quadrige/PUF, 1996.
- KUPER, Adam. “Barbarian, sauvage, primitive”. In: *The reinvention of primitive society. Transformations of a myth*. London: Routledge, 2005.
- LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- LANGDALE, Allan. “Aspects of the critical reception and intellectual history of Baxandall’s concept of the period eye”. In: RIFKIN, Adrian (edited by). *About Michael Baxandall*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.
- LANGLET, Irène. “L’essai et le discours du savoir: ambigüités d’une contestation”. In: *Cahiers Diderot*, n. 9 (Censures et interdits). Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1997.
- LAHUERTA, Milton. “Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização”. In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

- LAPA José Roberto do Amaral. “O modernismo e a historiografia”. In: *Historiografia brasileira contemporânea (a história em questão)*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro. História de uma ideologia*. 4ª edição definitiva. São Paulo: Pioneira, 1983.
- LEMAIRE, Ria. “Herói literário e historiador: caminhos cruzados nos prefácios de *Casa-grande & senzala*”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica. Paris: ALLCA XX, 2002.
- LEPENIES, Wolf; WEINGART, Peter. “Introduction”. In: GRAHAM, Loren ; LEPENIES, Wolf ; WEINGART, Peter (Edited by). *Functions and uses of disciplinary histories*. Dordrecht (Holland): D. Reidel, 1983.
- LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. trad. de Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Race et histoire*. Paris: Unesco, 1952.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes tropiques*. Paris: Plon, 1955.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Evolução intelectual do Brasil*. Rio de Janeiro: Grifo Edições, 1971.
- LIMA, Luiz Costa. “A crítica literária na cultura brasileira do século XIX”. In: *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- LIMA, Luiz Costa. “Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil”. In: *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- LIMA, Luiz Costa. “Quem tem medo da teoria?”. In: *Dispersa demanda. (Ensaaios sobre literatura e teoria)*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário. Razão e imaginário no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LIMA, Luiz Costa. “A versão solar do patriarcalismo: *Casa-grande & senzala*”. In: *A aguarrás do tempo. Estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota. A construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- LIMA, Luiz Costa. *Euclides da Cunha. Contrastes e confrontos do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto; Petrobrás, 2000.
- LIMA, Luiz Costa. “Os sertões: história e romance”. In: *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LIMA, Nísia Trindade. “A sociologia desconcertante de *Os sertões*”. In: NASCIMENTO, José Leonardo (org.). *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.
- LIMA, Oliveira. *Aspectos da litteratura colonial brasileira*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1896.
- LIMA, Oliveira. “Discurso do Sr. Oliveira Lima (por conta da sua recepção, em 17 de junho de 1903). In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, vol. I, julho de 1910.
- LIMA, Oliveira. “Actual papel do Instituto Historico”. In: *RIHGB*, tomo LXXVI, parte 2, 1913.

- LIMA, Oliveira. *Estudos literários*. Reunidos e selecionados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1975.
- LIRA, José Tavares Correia de. “Naufrágio e galanteio: viagem, cultura e cidades em Mário de Andrade e Gilberto Freyre”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 20, n. 57, 2005.
- LUCIAN. “How to write history”. In: *Works*. Vol. VI. translation by K. Kilburn. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, 1959.
- LUHMANN, Niklas. *La légitimation par la procédure*. Les Presses de L’Université Laval (Canada); Paris: Éditions du CERF, 2001.
- MACAULAY, Thomas Babington. *Critical and historical essays, contributed to The Edinburgh Review*. A new edition. London: Lonman, Brown, Green, and Longmans, 1850.
- MACÉ, Marielle. “Mémoire du genre”. In: *Le temps de l’essai. Histoire d’un genre en France au XX^e siècle*. Tours : Belin, 2006.
- MACHADO, Antônio de Alcântara. “Geração revoltada”. In: CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira. Modernismo: história e antologia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Suspiros poéticos e saudades*. Brasília: Editora Unb; INL, 1986.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. “Discurso sobre a historia da litteratura do Brasil”, edição fac-similar publicada em *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.
- MALHERBE, Michel. “Introduction”. In: HUME, David. *Essais et traités sur plusieurs sujets. Essais moraux, politiques et littéraires (première partie)*. Paris: J. Vrin, 1999.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonauts of the western pacific. An account of native enterprise and adventure in the archipelagoes of melanesian New Guinea*. Illinois: Prospect Heights, 1992.
- MARCEL, Jean. “Forme et fonction de l’essai dans la littérature espagnole”. In: DUMONT, François. *Approches de l’essai. Anthologie*. Québec: Éditions Nota Bene, 2003.
- MARCO POLO. *Viagens de Marco Polo (Il milione)*. trad. de N. Meira. São Paulo: Clube do Livro, 1989.
- MARQUES Jr., Milton. “La terre vive : pour une étude stylistique d’Euclides da Cunha”. In: ROLLAND, Denis ; SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos (coord). *Le Brésil face à son passé : le guerre de Canudos. Euclides da Cunha, l’écriture et la fabrique de l’histoire*. Paris: L’Harmattan, 2005.
- MARTIUS, Carlos Frederico Ph de. “Como se deve escrever a historia do Brasil. Dissertação offerecida ao Instituto Historico e Geographico do Brasil, pelo Dr. Carlos Frederico Ph. de Martius. Acompanhada de uma Bibliotheca Brasileira, ou lista das obras pertencentes á Historia do Brasil”. In: *RIHGB*, tomo 6, 1866.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- MATOS, Raimundo José da Cunha. “Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do imperio do Brazil”. In: *RIHGB*, tomo XXVI, 1863.
- MERQUIOR, José Guilherme. “Gilberto e depois”. In: *Crítica 1964-1989. Ensaaios sobre arte e literatura*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- MERQUIOR, José Guilherme. “Na casa grande dos oitenta”. In: *As idéias e as formas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. Tese de doutorado em sociologia. Campinas: Unicamp, 2006.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MICHELET, Jules. “A M. Edgar Quinet”. In: *Le peuple*. Paris: Flammarion, 1974.
- MICHELET, Jules. “Préface de 1869”. In: *Ouvres complètes*. Tome premier. Paris: Ernest Flammarion, 1893.
- MICHELET, Jules. *História da Revolução francesa. Da queda da Bastilha à festa da Federação*. trad. de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- MOISÉS, Massaud. “Ensaio”. In: *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira. Realismo*. Vol. III. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1985.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. “Ancient history and the antiquarian”. In: *Contributo alla storia degli studi classic*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1979.
- MOMMSEN, Theodor E. “Petrarch’s conception of the ‘Dark Ages’”. In: *Speculum. A Journal of Mediaeval Studies*. Vol. XVII, 1942.
- MORAES, Eduardo Jardim de. “Modernismo revisitado”. In: *Estuds Históricos*, vol. 1, n. 2, 1988.
- MOTA, Carlo Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977.
- MOTA, Carlos Guilherme. “A universidade brasileira e o pensamento de Gilberto Freyre”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza (orgs.). *O imperador das idéias. Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- NABUCO, Joaquim. “Discurso de Joaquim Nabuco, secretario geral”. In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, vol. I, julho de 1910.
- NAMER, Gerard. “Sociologie de la légitimation scientifique”. In: *Cahiers Fundamenta Scientiae*, n°. 76, 1977.
- NASCIMENTO, José Leonardo do. “O cosmo festivo: a propósito de um fragmento de ‘A terra’”. In: NASCIMENTO, José Leonardo (org.). *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.
- NASCIMENTO, José Leonardo (org.). *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.
- NICOLAZZI, Fernando. “Uma teoria da história: Paul Ricoeur e a hermenêutica do discurso historiográfico”. In: *História em Revista*, v. 9, dezembro de 2003.

- NICOLAZZI, Fernando. “A conceituação na escrita da história”. In: *Revista História e Perspectivas*, nº 27/28, jul./dez., 2002 - jan./jun., 2003.
- NICOLAZZI, Fernando. *O conceito de experiência histórica e a narrativa historiográfica*. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva. Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. trad. de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- ORTIZ, Renato. “Notas sobre as ciências sociais no Brasil”. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 27, 1993.
- PAGDEN, Anthony. *The fall of natural man. The American Indian and the origins of comparative ethnology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- PAGDEN, Anthony. “Eighteenth-century anthropology and the ‘history of mankind’”. In: KELLEY, Donald R. (edited by). *History and the disciplines. The reclassification of knowledge in early modern Europe*. Rochester: The University of Rochester Press, 1997.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. “Um método antimetódico: Werner Heisenberg e Gilberto Freyre”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza (orgs.). *O imperador das idéias. Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre. Um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- PAREDES, Marçal de Menezes. *Memória de um ser-tão brasileiro. Tempo, história e memória em Os sertões de Euclides da Cunha*. Curitiba: Juruá Editora, 2002.
- PEIXOTO, Afrânio. “Euclides da Cunha: dom e arte de estilo”, conferência no Grêmio Euclides da Cunha, 15 de agosto de 1919. In: *Poeira da estrada. Ensaio de crítica e de história*. Volume X. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editôres, 1944.
- PEIXOTO, Afrânio. “Euclides da Cunha: o homem e a obra”. Discurso de recepção na Academia Brasileira, em 15 de agosto de 1911. In: PEIXOTO, Afrânio. *Poeira da estrada. Ensaio de crítica e de história*. Volume X. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editôres, 1944.
- PEIXOTO, Afrânio. “O outro Euclides: o que sobra d’Os Sertões: resposta a Euclides da Cunha”, oração à convite da cidade de São José do Rio Pardo, durante a comemoração euclidiana, 14 de agosto de 1943. In: *Poeira da estrada. Ensaio de crítica e de história*. Volume X. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editôres, 1944.
- PEIXOTO, Fernanda. “A cidade e seus duplos. Os guias de Gilberto Freyre”. In: *Tempo Social*. Vol. 17, nº. 1, 2005.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Uma miragem de república: sonhos e desilusões de um grupo literário”. In: SILVA, Fernando Teixeira da (et alli). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Editora Unimep, 2003.

- POMIAN, Krzysztof. “Coleção”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984.
- POMIAN, Krzysztof. “Le passé: de la foi à la connaissance”. In: *Sur l’histoire*. Paris: Gallimard, 1999.
- PORTELLA, Eduardo. “O ensaio”. Conferência pronunciada na Acadêmia Brasileira de Letras, em 10/10/2000 (disponível no site da ABL).
- PRADO, Paulo. *Paulistica. Historia de S. Paulo*. São Paulo: Companhia Graphico-Editora Monteiro Lobato, 1925.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 4ª. edição. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1931.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 8ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo. Colônia*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.
- PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil. Colônia e império*. 21ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PROST, Antoine. “L’histoire s’écrit”. In: *Douze leçons sur l’histoire*. Paris: Éditions du Seuil, 1996.
- PUNTONI, Pedro. “A casa e a memória: Gilberto Freyre e a noção de patrimônio histórico nacional”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza (orgs.). *O imperador das idéias. Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- RANKE, Leopold. “Preface: Histories of the Latin and Germanic Nations from 1494-1514”. In: STERN, Fritz (edited, selected and introduced by). *The varieties of history. From Voltaire to the present*. New York: Vintage Books, 1973.
- RÊGO, José Lins do. *Bangüê*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- RÊGO, José Lins do. *Menino de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- RIBEIRO, Darcy. “Gilberto Freyre. Uma introdução a *Casa-grande & senzala*”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 39ª. edição. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RIBEIRO, João. *História do Brasil. Curso superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I. trad. de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. trad. de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997.
- RICOEUR, Paul. “La marque du passé”. In: *Revue de Métaphysique et de morale*, nº 1, 1998.
- RICOEUR, Paul. “L’écriture de l’histoire et la représentation du passé”. In: *Annales H.S.S.*, nº 4, juillet-août, 2000.
- RICOEUR, Paul. *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Paris: Gallimard, 2000.

- RICOEUR, Paul. “O modelo do texto. A ação sensata considerada como um texto”. trad. de Maria José Sarabando e Alcino Cartaxo. In: *Do texto à ação. Ensaio de hermenêutica II*. Lisboa: Rés Editora, s/d.
- RIFKIN, Adrian. “Brief encounters of the cultural kind”. In: *Art History*, vol. 9, n. 2, June 1986.
- RIFKIN, Adrian. “Editor’s introduction”. In: RIFKIN, Adrian (edited by). *About Michael Baxandall*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.
- ROCHA, João Cezar de Castro. “Notas para uma futura pesquisa: Gilberto Freyre e a Escola Paulista”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza (orgs.). *O imperador das idéias. Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- ROCHA, João Cezar de Castro. *O exílio do homem cordial. Ensaio e revisões*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004.
- RODRIGUES, Francisco José. “Casa-grande & senzala: ensaio e estilo”. In: *Ciência & Trópico*, vol. 2, n. 2, jul/dez., 1974.
- RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras. Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- RODRIGUES, José Honório. *Vida e história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil (Introdução metodológica)*. 3ª. edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- ROMÉRO, Sylvio. “Nosso maior mal”. In: *Provocações e debates (contribuições para o estudo do Brasil social)*. Porto: Livraria Chardron, 1910.
- ROMÉRO, Sylvio. “A proposito da America Latina”. In: *Provocações e debates (contribuições para o estudo do Brasil social)*. Porto: Livraria Chardron, 1910.
- ROMERO, Sylvio. “Resposta do Sr. Sylvio Romero”. In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Ano II, n. 3, janeiro de 1911.
- ROMÉRO, Sylvio. “Euclides da Cunha”. In: *Revista Brasileira de Letras*. Ano III, nº 9 e nº 10, julho e outubro de 1912.
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Tomo quinto. Diversas manifestações na prosa reações antirromânticas na poesia. 5ª. edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- ROMERO, Sílvio. “Sobre Émile Zola”. In: *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de Antonio Candido. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.
- ROMERO, Sílvio. “Prólogo da 1ª. edição”. In: *História da literatura brasileira*. 1º. Volume. Contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira. 7ª. edição. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980.
- ROQUETTE-PINTO, E. “Euclides da Cunha naturalista”. In: *Seixos rolados (estudos brasileiros)*. Rio de Janeiro, 1927.
- SACKS, Oliver. *O homem que confundiu sua mulher com um chapéu e outras histórias clínicas*. trad. de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

- SAMAIN, Étienne. “Quando a fotografia (já) fazia os antropólogos sonharem: o jornal *La Lumière* (1851-1860). In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 44, nº 2, 2001.
- SANTANA, José Carlos Barreto de. “Geologia e metáforas geológicas em *Os sertões*”. In: *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. V (suplemento), 1998.
- SANTIAGO, Silviano (coord.). “Introdução”. In: *Intérpretes do Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- SANTO AGOSTINHO. *Confissões*, XI, 17, 22. Edição traduzida por J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- SANTOS, Luiz Antonio de Castro. “O espírito da aldeia. Orgulho ferido e vaidade na trajetória intelectual de Gilberto Freyre”. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 27, 1993.
- SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARTZ, Stuart. “Gilberto Freyre e a história colonial: uma visão otimista do Brasil”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza (orgs.). *O imperador das idéias. Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- SEVCENKO, Nicolau. “Transformações da linguagem e advento da cultura modernista no Brasil”. In: *Estudis Históricas*, vol. 6, n. 11, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SKINNER, Quentin. “Motives, intentions, and interpretation of texts”. In: *New literary history*, vol. 3, n. 2, 1972.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *O naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SOMMER, Doris. *Ficções de fundação. Os romances nacionais da América Latina*. trad. de Gláucia Renate Gonçalves e Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- SORÁ, Gustavo. “A construção sociológica de uma posição regionalista. Reflexões sobre a edição e recepção de *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, nº. 36, São Paulo, fevereiro de 1998
- SORÁ, Gustavo. “La maison et l’entreprise. José Olympio et l’évolution de l’édition brésilienne”. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 126-127, 1999.
- SOUZA, Jessé. “A atualidade de Gilberto Freyre”. In: KOSMINSKY, Ethel et alli (orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003.
- STAROBINSKI, Jean. “Peut-on définir l’essai?”. In: *Pour un temps/Jean Starobinski*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1985.
- STOCKING Jr., George W. “From physics to ethnology”. In: *Race, culture, and evolution. Essays in the history of anthropology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

- STOCKING Jr., George. "The critique of racial formalism". In: *Race, culture, and evolution. Essays in the history of Anthropology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.
- STOCKING Jr, George W. "The ethnographer's magic: fieldwork in british anthropology from Tylor to Malinowski". In: STOCKING Jr, George W. (edited by). *Observers observed. Essays on ethnographic fieldwork*. History of anthropology I. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1983.
- SÜSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. "Uma teoria biológica da mais-valia? (Análise da obra de Manoel Bomfim)". In: SÜSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência. Cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Editora Moderna, 1984.
- SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance? Uma ideologia estética e sua história: o naturalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- SÜSSEKIND, Flora. "Palavras loucas, orelhas moucas. Os relatos de viagem dos românticos brasileiros". In: *Revista USP*. São Paulo (30), junho/agosto, 1996.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SÜSSEKIND, Flora. "Texto introdutório ao *A América Latina*". In: SANTIAGO, Silviano (coord.). *Intérpretes do Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- TERRASSE, Jean. "Michelet et le peuple" In: *Rhétorique de l'essai littéraire*. Québec: Les Presses Universitaires du Québec, 1977.
- THOMAS, Nicholas. *Out of time. History and evolution in anthropological discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro. Introdução a um programma de organização nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- TUCÍDIDES, I, I. Edição estabelecida por Jacqueline de Romilly e traduzida para o português por Anna Lia Amaral de Almeida Prado. *História da Guerra do Peloponeso*. Livro I. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- TUNA, Gustavo Henrique. *Viagens e viajantes em Gilberto Freyre*. Dissertação de mestrado em história. Campinas: Unicamp, 2003.
- TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- TURIN, Rodrigo. "A 'obscura história' indígena. O discurso etnográfico no IHGB (1840-1870)". In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- VALÉRY, Paul. "De l'histoire". In: *Regards sur le monde actuel*. Paris: Gallimard, 1945.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- VAINFAS, Ronaldo. "Introdução". In: SANTIAGO, Silviano (coord.). *Intérpretes do Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

[VARNHAGEN, Francisco Adolfo de]. Florilegio da poesia brasileira, ou colecção das mais notaveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biographias de muitos delles, tudo precedido de um ensaio historico sôbre as lettras no Brazil. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brazil, isto é do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos arquivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda*, por um socio do Instituto Historico do Brazil, natural de Sorocaba. Tomo primeiro. MLCCCLIV.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “A literatura como espelho da nação”. In: *Estudos Históricos*. Vol. 1, n. 2, 1988.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VENTURA, Roberto. “Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha”. In: BRAIT, Beth (org.). *O sertão e Os sertões*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

VENTURA, Roberto. “Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo: Editora do SENAC/SP, 2000.

VENTURA, Roberto. “Sexo na senzala: Casa-grande & senzala entre o ensaio e a autobiografia”. *Literatura e sociedade*, n. 6, 2001-2002.

VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha. Esboço biográfico*. Organização de Mario Cesar Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VENTURA, Roberto. “Euclides da Cunha dans la vallée de la mort”. In: ROLLAND, Denis ; SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos (coord). *Le Brésil face à son passé : le guerre de Canudos. Euclides da Cunha, l'écriture et la fabrique de l'histoire*. Paris: L'Harmattan, 2005.

VERÍSSIMO, José. “A campanha de Canudos”. In: *Estudos de literatura*. Quinta série. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1910.

VERÍSSIMO, José. “Alguns livros de 1902”. In: *Estudos de literatura*. Quinta série. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1910.

VERÍSSIMO, José. “O modernismo”. In: *Revista do Brasil*, anno I, vol. I, janeiro 1916.

VERÍSSIMO, José. *Que é literatura? e outros escritos*. São Paulo: Landy, 2001.

VEYNE, Paul. *Les Grecs ont-ils cru à leurs mythes? Essai sur l'imagination constituante*. Paris: Gallimard, 1984.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora da UNB, 1998.

VIANNA, F. J. Oliveira. *Populações meridionaes do Brazil (historia – organização – psicologia)*. Primeiro volume. Populações ruraes do centro-sul (paulistas – fluminenses – mineiros). São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1920.

VIANNA, Helio. “Ensaio biobibliográfico”. In: ABREU, J. Capistrano de. *O descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Martins Fontes; Biblioteca do Exército, 2001.

- VICENTE, Silvana Moreli. “Entre o inferno e o paraíso: o ensaio de Gilberto Freyre”. In: *Estudos Lingüísticos*, XXXIV, 2005.
- VIERHAUS, Rudolf. “Historiography between science and art”. In: IGGERS, Georg G.; POWELL, James M (edited by). *Leopold von Ranke and the shaping of the historical discipline*. New York: Syracuse University Press, 1990.
- VILLA, Marco Antonio. “O ‘Diário de uma expedição’ e a construção de *Os sertões*”. In: NASCIMENTO, José Leonardo (org.). *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.
- VILLAÇA, Antonio Carlos. “Menino de engenho”. In: RÊGO, José Lins do. *Menino de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 2005.
- [VOLTAIRE]. “Histoire”. In: *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres*. Tome VIII. Neufchastel, 1755.
- WEBER, Max. “L’objectivité de la connaissance dans les sciences et la politique sociales”. In: *Essais sur la théorie de la science*. Paris: Plon, 1965.
- WHITE, Hayden. *Meta-história. A imaginação histórica do século XIX*. trad. de José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1995.
- ZACH, Nathan. “Imagism and vorticism”. In: BRADBURY, Malcolm; McFARLANE, James. *Modernism. 1890-1930*. New York: Penguin Books, 1976.
- ZANGARA, Adriana. *Voir l’histoire. Théories anciennes du récit historique. II^e siècle avant J.-C. – II^e siècle après J.-C.* Paris: Vrin/EHESS, 2007.
- ZILLY, Berthold. “A encenação da história em *Os sertões* de Euclides da Cunha”. In: AGUIAR, Flávio; CHIAPPINI, Ligia (orgs.). *Civilização e exclusão. Visões do Brasil em Érico Veríssimo, Euclides da Cunha, Claude Lévi-Strauss e Darcy Ribeiro*. São Paulo: Boi Tempo, 2001.
- ZILLY, Berthold. “Euclides da Cunha na Alemanha”. In: *Estudos Avançados*, 10 (26), 1996.
- ZOLA, Émile. *Écrits sur le roman naturaliste*. Édition présentée et commentée para Gérard Gengembre. Paris: Pocket, 1999.